

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Amanda Haydn

Como se fabrica um herói católico para a Educação:

um estudo prosopográfico da Ação Social Brasileira e
da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (1930 - 1934)

DOCTORADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO - SP

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Amanda Haydn ⁵⁷⁸

Como se fabrica um herói católico para a Educação:
um estudo prosopográfico da Ação Social Brasileira e
da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (1930 - 1934)

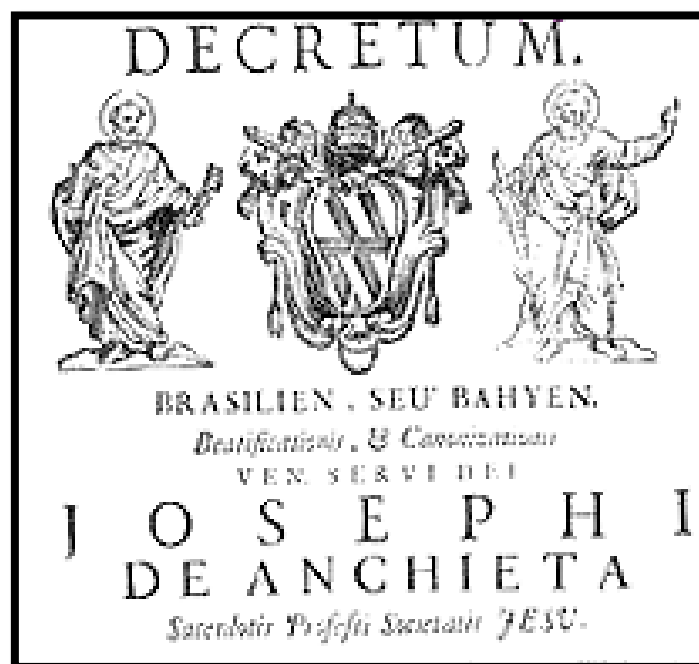
Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação do Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO - SP

2022

BANCA EXAMINADORA 1578



Fonte: ANCHIETA ... (1934, p.16).



Fonte: O DESPLANTE ... (1933, p.1).

Recordemos a anedota [...] do cardeal que explica ao protestante inglês filocatólico que os milagres de São Genaro são dogmas de fé para o populacho napolitano, mas para os intelectuais; que também nos Evangelhos existem “exageros”. E à pergunta: “Mas nós não somos cristãos?” responde: “Nós somos ‘**prelados**’, isto é, ‘**políticos**’ da **Igreja de Roma**.” (GRAMSCI, 1991, p. 20, grifos meus).

“O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – nº do processo 140031/2019-7”

“This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – nº do processo 140031/2019-7”

AGRADECIMENTOS

Sentir tudo de todas as maneiras,
Viver tudo de todos os lados,
Ser a mesma coisa de todos os modos possíveis ao mesmo tempo,
Realizar em si toda a humanidade de todos os momentos
Num só momento difuso, profuso, completo e longínquo [...]
(Fernando Pessoa)

Não estava previsto, mas ocorreu-me abrir a possibilidade, de iniciar estes agradecimentos com uma epígrafe poética. Isso porque o poeta consegue expressar mais facilmente as manifestações sutis de uma realidade, muitas vezes não perceptíveis a um olhar passageiro ou desatento. Trata-se de uma escolha segundo a qual se privilegia a literatura, a percepção e o “sentir” como estratégia disparadora de interlocução com aqueles que, de alguma forma colaboraram com o trajeto da pesquisa e que, das mais diversas formas e com os mais distintos motivos, assumiram um papel fundamental e expressivo no seu desenvolvimento.

Em tempo, devo confessar que este trabalho se constituiu como prova de um “sentir tudo de todas as maneiras” e de um “viver tudo de todos os lados”. Nada pode ser mais verdadeiro ou fecundo que esses versos de Álvaro de Campos (um dos heterônimos do poeta português Fernando Pessoa) principalmente para quem teve que pesquisar num contexto de pandemia e isolamento social. Em fase de conclusão desta tese, rememoro às diversas fases do seu percurso e, inevitavelmente, recordo-me do quanto foi difícil conciliar as funções sociais, profissionais, familiares e maternal-educativas nesse período, isto é, em um momento em que “a mulher” deveria, por injunção, “realizar em si toda a humanidade” e “ser a mesma coisa de todos os modos possíveis”. E, foi nesse momento “difuso, profuso, completo e longínquo”, nesse viver como mulher, como mãe-professora e pesquisadora, que encontrei muitas pessoas incríveis, que me ajudaram, como diz o poeta, a “viver de todos os lados”. Expresso nestas linhas minha gratidão ao professor dr. Mauro Castilho Gonçalves, orientador desta tese, que, de forma generosa, auxiliou todo o processo de sua elaboração. Mais do que professor, ele também é um amigo e, mesmo os maiores agradecimentos não seriam capazes de mensurar a gratidão, o prazer e o orgulho que tenho de ser sua aluna.

Ao professor doutor Daniel Ferraz Chiozzini pela confiança em mim depositada, pelas aulas que tanto me fizeram crescer e pelo apoio nas empreitadas. Meu muito obrigada!

Aos professores do programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), especialmente os professores com os quais tive o prazer de conviver e, nesses momentos, a oportunidade única de discutir ideias, projetos e conhecimentos. Aos professores doutores Alda Junqueira Marin, Kazumi Munakata, Carlos Giovinazzo, Odair Sass e José Geraldo Silveira Bueno.

À Elisabete Adania, coração do EHPS, pelo apoio e solicitude, mas principalmente por proporcionar conforto, carinho e segurança em todo processo.

Aos integrantes do programa, amigos e colegas. Em especial: Daniela Rodrigues (uma querida), Marcelo Broti, Alessandro Cardoso, Samir Mustapha, Samuel Carvalho (padre), Pedro Ciucci, Samuel Robes e, principalmente, à Thatiane Coutinho, Angélica Riello e Isis Sanfins Schweter, amigas com quem compartilhei, em diferentes momentos, as dificuldades do trabalho, as dúvidas e as incertezas, mas também as descobertas, as alegrias, os avanços e, principalmente, as esperanças de saber que “um dia” terminaríamos a tese. A companhia de vocês é minha festa interior!

Aos professores doutores Cândido Moreira Rodrigues e Jordi Garcia Farrero pela leitura atenta e cuidadosa deste trabalho e pela valiosa interlocução estabelecida no momento de qualificação da tese. Neste sentido, senti-me motivada a refletir e estudar mais profundamente o objeto em estudo.

Ao professor dr. Jean Carlo de Carvalho Costa por aceitar fazer parte do processo de avaliação de meus projetos de dissertação de mestrado e doutorado. Certamente as suas considerações generosas contribuíram para que eu me esforçasse cada vez mais. Gratidão.

Os mais sinceros agradecimentos ao prof. me. Rogério Martins Muraro, pela revisão do texto. Você foi mais que um revisor, foi um leitor crítico, atento e generoso, com quem tive a oportunidade de partilhar pontos de vista e obter soluções nos momentos difíceis.

Por fim, aos familiares e amigos que souberam entender todas as renúncias e que, de alguma maneira, incentivaram-me a seguir em frente.

À Sandra Márcia Gonçalves Kruppa, amiga de viagens, fugas e aventuras. Obrigada por me ajudar na árdua tarefa de conciliar a vida acadêmica com a familiar. Foi seu apoio constante e carinho que me trouxeram tranquilidade nos momentos mais difíceis, em especial, nesses anos de pandemia em que tivemos que assumir a função de “professora em tempo integral” de nossas filhas. Conciliar isso tudo foi hediondo e só consegui finalizar esta tese porque tive sua solidariedade e empatia. *Muchas Gracias*, BFF!

A minha filha Júlia Haydn Gonzalez, pela compreensão que teve comigo sempre esperando um “tempinho” para jogar, brincar, conversar e contar suas histórias diárias, impressões e descobertas. Amo você de todo meu coração! A minha mãe Marly, meus irmãos e meu pai Flávio, de cujo convívio subtraí tantas horas para a realização deste trabalho, obrigada pelo incentivo.

Ao pai de minha filha, Pablo R. Millicay, pelo prestimoso e fundamental apoio afetivo, emocional, intelectual e financeiro. Seu exemplo, integridade e solidariedade são suas maiores “virtudes”, e eu me sinto privilegiada em poder compartilhar essa fase final do trabalho com você.

Por fim, agradeço a Deus, à Maria e a Jesus pela presença constante na minha vida. ¹⁵⁷⁸

RESUMO

Esta pesquisa investiga as apropriações políticas e ideológicas efetuadas em torno da imagem da Companhia de Jesus e de seu mártir José de Anchieta (1534-1597) nos anos iniciais da década de 1930 do século XX. Nesse sentido, apresenta uma discussão acerca do *jesuitismo* e de sua antítese, o *antijesuitismo*, fenômenos então vigentes nesse mesmo período histórico. O objetivo é analisar alguns momentos fundamentais do processo de *mitificação* positiva, tanto da Companhia de Jesus, como modelo de Ordem educadora, como da heroificação de Anchieta, como mestre e professor, empreendimento que foi realizado por membros das sociedades católicas Ação Social Brasileira (ASB) e Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ). O estudo foi feito por meio de uma abordagem prosopográfica, o que possibilitou a captura das vivências individuais e coletivas que tivessem contribuído para essa consagração. O trabalho identifica não apenas os atores, mas, também, as estratégias de que eles se utilizaram para a construção e a legitimação da Companhia de Jesus como um arquétipo exemplar de congregação missionária educadora e, ao mesmo tempo, de Anchieta como um símbolo nacional identificado com os preceitos da educação cristã e, para isso, buscou investigar os vários momentos em que suas figuras mitológicas foram imbuídas de significados. A justificativa para a periodização proposta ateu-se ao fato de que foi nessa fase que o grupo mencionado publicou suas ideias, veiculou seus projetos e atuou em organismos ligados à educação e à cultura em geral. A partir de referenciais teórico-analíticos sugeridos por A. Gramsci, J. F. Sirinelli, B. Baczo, R. Girardet, M. Eliade, P. Ansart e C. Ginzburg a investigação se propôs a compreender a estreita relação entre religião, mito, intelectuais, símbolos e ideologia política. Com relação às fontes, foram utilizadas, para a pesquisa, as disponíveis nos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), do Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL) e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Na imprensa periódica, foi objeto de análise a atuação do grupo ASB, da AAACJ e dos seus colaboradores em jornais e revistas. Os resultados do trabalho indicam que o organismo católico brasileiro transitou de um extremo a outro na relação entre a religião e a política no período estudado, e que, sob a liderança de 127 intelectuais, apostou na efetivação de mitologias políticas para construir uma identidade católica militarizada de *ethos* político-jesuítico capaz de orientar e centralizar suas ações para a organização de toda a instituição.

Palavras-chaves: José de Anchieta; Companhia de Jesus; Mito Político; Prosopografia e Intelectuais.

ABSTRACT

This research investigates the political and ideological appropriations made around the image of the Companhia de Jesus and its martyr José de Anchieta (1534-1597) in the early 1930s of the twentieth century. In this sense, it discusses *Jesuitism* and its antithesis, *anti-Jesuitism*, phenomena prevalent in that same historical period. The objective is to analyze some fundamental moments of the process of positive *mythification* of the Companhia de Jesus, as a model of educational Order, and of the heroification of Anchieta, as master and teacher, carried out by members of the Catholic societies Ação Social Brasileira (ASB) and Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ), which will be done through a prosopographic approach that allows the capture of individual and collective experiences that contributed to this consecration. The work identifies not only the actors but also the strategies used by them to build and legitimize the Companhia de Jesus as an exemplary archetype of an educating missionary congregation and, at the same time, of Anchieta as a national symbol identified with the precepts of Christian education and, for that, sought to investigate the different moments in which his mythological figures were imbued with meanings. The justification for the proposed periodization was based on the fact that it was at this stage that the group above published their ideas, disseminated their projects, and worked in organizations linked to education and culture in general. Based on the theoretical-analytical references suggested by A. Gramsci, J. F. Sirinelli, B. Baczo, R. Girardet, M. Eliade, P. Ansart, and C. Ginzburg, the investigation aimed to understand the close relationship between religion, myth, intellectuals, symbols and political ideology. As for the sources, those available in the archives of Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL), and Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) were used for the research. In the periodical press, the performance of the ASB group, the AAACJ, and their collaborators in newspapers and magazines were analyzed. The results of the work indicate that the Brazilian Catholic body moved from one extreme to another in the relationship between religion and politics in the period studied, and that, under the leadership of 127 intellectuals, it bet on the realization of political mythologies to build a militarized catholic identity of political-Jesuit *ethos* capable of guiding and centralizing its actions for the organization of the entire institution.

Keywords: José de Anchieta; Society of Jesus; political myth; prosopography and intellectuals.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Nas teias imbricadas do político: o mito, a religião e os intelectuais.....	31
1.2 Por um estudo prosopográfico em História da Educação: estrutura e desenvolvimento....	40
1.3 O escrutinar dos <i>indícios</i> e a decifração analítica das fontes.....	53
2 “O CATOLICISMO SE TRANSFORMOU EM ‘JESUITISMO’ ?” A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL: ENTRE A PERSEGUIÇÃO E A GLORIFICAÇÃO (1930-1932)	64
2.1 Apontamentos históricos do movimento católico brasileiro no início da década de 1930: sob a epifania de um <i>partido jesuíta</i>	66
2.2 Horizontes da conspiração... Indesejáveis jesuítas espanhóis!.....	88
3 ENTRE OS DOMÍNIOS JORNALÍSTICO, POLÍTICO E INTELECTUAL. O ALMIRANTE QUE PREFERE COMBATER PELO VERBO: O ANTIJESUITISMO DE ARTHUR THOMPSON (1875-1966).....	110
3.1 Herói ou conspirador	113
4 UM ESBOÇO PROSOPOGRÁFICO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NA IMPRENSA.....	140
4.1 As “vestes negras” da censura católica.....	140
5 UMA DEFESA MAGISTRAL DOS “ABNEGADOS” JESUÍTAS ESPANHÓIS E A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA COMPANHIA DE JESUS NO RIO DE JANEIRO (AAACJ-RJ)	186
5.1 O Evento Fundador (1931 -1933): incitar o complô judaico-maçônico para remiticizar o herói jesuíta!.....	192
5.2 O contexto e as expectativas na criação da Associação e da Federação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro a partir do perfil prosopográfico do grupo ASB e colaboradores (1932).....	209

5.3 Em defesa de um apostolado educativo jesuíta! A Companhia de Jesus no Rio de Janeiro: o programa, os objetivos e as metas.....	231
6 UM PROFESSOR QUE VIROU SANTO! O MESTRE ANCHIETA COMO SÍMBOLO DO <i>PARTIDO JESUÍTA</i> NA EDUCAÇÃO.....	259
6.1 Solenidades inicianas: o IV Centenário de nascimento do padre Anchieta (1934).....	265
6.1.2 Como se fabrica um herói católico para educação: a Quinzena Anchieta da Ação Social Brasileira (1934).....	281
6.2 Antinomias jesuíticas e exageros míticos... Santo, herói ou mito?.....	291
7 A PERSONIFICAÇÃO FINAL: O PEDAGOGO DE PIRATININGA E O SEU <i>MANUAL TRAINING CATEQUÉTICO</i> PARA EDUCAÇÃO.....	302
7.1 Ecos de jesuitismo na Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE).....	313
CONSIDERAÇÕES FINAIS	342
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DOCUMENTAIS.....	355

LISTA DE SIGLAS

AAC	Associação dos Anjos de Caridade
AAACJ	Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus
AAMB	Acervo Arquivístico da Marinha do Brasil
ABAS	Associação Brasileira de Assistência Social
ABCCC	Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo de Corrida
ABC	Associação das Bandeirantes Católicas
ABE	Associação Brasileira de Educação
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABL	Associação Brasileira de Letras
ABM	Academia Brasileira de Música
AC	Academia do Comércio
ACB	Ação Católica Brasileira
ACF	Ação Católica Francesa
ACRJ	Academia do Comércio do Rio de Janeiro
ACE	Academia de Ciências de Educação
ACF	Amities Catholiques Française
ACL	Academia Carioca de Letras
AEC	Associação dos Empregados do Comércio
AEC	Associação Escoteiros Católicos
AIB	Ação Integralista Brasileira
AJC	Associação dos Jornalistas Católicos
AJC	Associação Jornalística Católica
ALP	Associação Lar Proletário
AMB	Academia de Música Brasileira
ANC	Associação das Noelistas Católicas
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ANM	Academia Nacional de Medicina
ASA	Ação Social Arquidiocesana
ASB	Ação Social Brasileira
ASB	Associação das Senhoras Brasileiras
ASIA	Antiqui Societatis Iesu Alumni

APC	Associação dos Professores Católicos
APCDF	Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal
APP	Associação dos Professores Primários
APRDP	Associação Protetora do Recolhimento dos Desvalidos de Petrópolis
AUC	Ação Universitária Católica
BND	Biblioteca Nacional Digital
CAAL	Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade
CAAPC	Comissão Anchietana da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal
CAPM	Conselho de Assistência e Proteção de Menores
CBR	Confederação Brasileira de Rádio
CDV	Centro Dom Vital
CER	Centro Espírita Redentor
CESTA	Centro de Estudos São Tomás de Aquino
CCBE	Confederação Católica Brasileira de Educação
CCE	Centro de Coadjuvantes do Ensino
CCRJ	Confederação Católica do Rio de Janeiro
CDCC	Comissão Diretora do Congresso Católico
CFIC	Comissão Feminina de Imprensa Católica
CFASC	Comissão Feminina da Ação Social Católica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNEP	Comissão Nacional do Ensino Primário
CNPCL	Coligação Nacional Pró Estado Leigo
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
CNT	Confederação Nacional do Trabalho
CNRC	Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CICPCJ	Comissão de Imprensa da Campanha Pró - Companhia de Jesus
CRE	Comissão Rádio Educadora
FBPCRB	Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil
FBPPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FEC	Federação dos Escoteiros Católicos

FCH	Federação Carioca de Hipismo
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FDM	Faculdade de Direito do Maranhão
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNSE	Federação Nacional das Sociedades de Educação
HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES	Instituto Central de Educação Superior
IEN	Instituto Livre de Ensino Normal
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCE	Instituto Nacional de Cinema Educativo
INM	Instituto Nacional de Música
LARJ	Liga Anticlerical do Rio de Janeiro
LBLP	Liga Brasileira de Livre Pensamento
LDN	Liga da Defesa Nacional
LEC	Liga Eleitoral Católica
LPEL	Liga Pró Estado Leigo
LPC	Liga dos Professores Católicos
LSS	Legião de São Sebastião
OFM	Ordem dos Frades Menores
PADF	Partido Autonomista do Distrito Federal
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCd'I	Partido Comunista da Itália
PDR	Partido Diretório Regional
PDS	Partido Democrático Socialista
PFICB	Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil
PRC	Partido Republicano Conservador
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PRU	Partido Republicano Universitário
RBP	Revista Brasileira de Pedagogia
RSRJ	Rádio Sociedade do Rio de Janeiro
SAAT	Sociedade dos Amigos do Alberto Torres

SALDCL	Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra
SCARJ	Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro
SCE	Sociedade Carioca de Educação
SCIP	Sociedade de Comércio, Indústria e Profissões
SCVU	Sociedade Católica Vila Universitária
SFT	Sociedade de Financiamento Técnico
SOS	Serviço de Obras Sociais
SPAACL	Sociedade Pró-Artes de Artes, Ciências e Letras
SRE	Serviço de Radiodifusão Educativa
UB	Universidade do Brasil
UDF	Universidade do Distrito Federal
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UILFC	União Internacional das Ligas Femininas Católicas

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro I - Síntese dos campos.....	51
Quadro II - Jornais e revistas.....	54
Quadro III - Livros.....	57
Quadro IV - Documentos de correspondência ativa e passiva.....	59
Quadro V - Obras anticlericais e antijesuítas que circularam no Brasil entre os anos de 1801 a 1934.....	105
Quadro VI - Conferências realizadas entre março e setembro de 1933.....	130
Quadro VII - Demais colaboradores da Campanha Pró Edifício Anchieta (ASB).....	154
Quadro VIII - Jornalistas católicos mobilizados em campanhas Pró-Jesuítas que tiveram suas trajetórias cruzadas com Herbert Moses (de 1929 a 1930).....	159
Quadro IX - Relação de produtores no <i>Jornal do Brasil</i> (1930-1939).....	181
Quadro X - Alguns personagens que desempenharam funções político-administrativas e/ou foram filiados a partidos políticos.....	183
Quadro XI - Dados do grupo ASB e colaboradores nascidos entre 1840 e 1920.....	228
Quadro XII - Instituições sociais (filantrópicas e caritativas).....	237
Quadro XIII - Intelectuais por ocupação.....	239
Quadro XIV - Principais espaços compartilhados.....	239
Quadro XV - Comissões da AAACJ criadas, com seus objetivos e organizadores.....	248
Quadro XVI - Informações cruzadas sobre a trajetória do grupo em alguns eventos Anchiitanos (1932 -1934).....	266
Figura 1 - Ficha de busca avançada e respectivas subdivisões.....	50
Figura 2 - Ficha biográfica individual elaborada no <i>Microsoft Access</i>	52
Figura 3 - Primeira página de <i>A Lanterna</i>	99
Figura 4 - Representação gráfica da República (mulher).....	100
Figura 5 - Representação zoomórfica em alusão às características não humanas atribuídas aos jesuítas.....	101
Figura 6 - Representação da hipocrisia. O materialismo clerical e os escândalos, abusos e crimes, sobretudo sexuais, praticados por padres romanos.....	101
Figura 7 - Capa e folha de rosto da 5ª Edição do Código dos Jesuítas.....	103

Figura 8 - Capa da obra <i>Histoire des sociétés secrètes, politiques et religieuses</i> . Elementos de ordem gráfica e material da obra de Pierre Zaccone (1818-1895).....	104
Figura 9 - Exemplos de obras antijesuíticas que circularam no Brasil na década de 1930.....	107
Figura 10 - Coluna “O nosso Folhetim”	108
Figura 11 - Capa de <i>O despertar de uma Nação</i>	124
Figura 12 - Propaganda da CNPEL em o <i>Correio da Manhã</i> intitulada “Conferências Educacionais”.....	132
Figura 13 - Espaços de sociabilidade	156
Figura 14 - Gráfico dos principais espaços de sociabilidade dos jornalistas católicos.....	167
Figura 15 - D. Leme celebrando a missa Campal e a benção da pedra fundamental do monumento dos missionários jesuítas.....	247
Figura 16 - 4º Centenário de Anchieta. Parte do público que assistia à missa Campal celebrada pelo cardeal Eugenio Pacelli (1876 -1958).....	253
Figura 17 - Capa da <i>Revista Educação</i> e artigo da seção “Anchietana” da <i>Revista Brasileira de Pedagogia</i> (RBP).....	255
Figura 18 - Capa da revista <i>Excelsior</i> , foto da estátua de Anchieta localizada na Praça Floriano. Na segunda imagem, capa de <i>A Noite Ilustrada</i>	255
Figura 19 - Foto do grupo tirada na ABE no dia da conferência de Jonathas Serrano sobre o <i>Anchieta educador</i>	261
Figura 20 - “Autoridades e convidados” que participaram da reunião do Itamarati.....	269
Figura 21 - A sessão Constituinte em homenagem ao padre Anchieta.....	274
Figura 22 - Alunos da Escola Anchieta na inauguração do retrato do patrono.....	276
Figura 23 - Expediente do dia 15 mar. 1934, publicado no <i>Jornal do Brasil</i>	277
Figura 24 - Um aspecto da inauguração do busto de José de Anchieta no momento de retirar a bandeira no Instituto de Educação.....	277
Figura 25 - Grupo no Itamarati, por ocasião do IV Centenário.....	278
Figura 26 - Capa da obra <i>A Quinzena Anchietana</i> , seguida da gravura de Anchieta na escola de Piratininga (1554).....	283
Figura 27 - Biquinha de Anchieta em São Vicente.....	296
Figura 28 - Crianças estudam catecismo sentadas sobre o túmulo de padre Anchieta em Vitória, Espírito Santo.....	302

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Divisão das Escolas Primárias Livres em Escolas Laicas e Escolas Congregacionistas (1843 a 1907).....	77
Tabela 2 - Número de estabelecimentos de ensino jesuítico na França.....	80
Tabela 3 - Locais de sociabilidade compartilhados entre os jornalistas católicos listados no Quadro VIII e Herbert Moses.....	165
Tabela 4 - Relação cruzada de participações em jornais.....	178

1 INTRODUÇÃO

Eu considero suspeita a fé religiosa de todo aquelle que fala mal da Companhia de Jesus. (LEME, 1932, p.8)¹.

O catolicismo se transformou em “jesuitismo”. O modernismo não criou “ordens religiosas”, mas sim um partido político [...] (GRAMSCI, 1991, p.20).

As duas epígrafes formam uma expressão de contrastes de natureza histórico-social. Os dois intelectuais, diametralmente opostos, demonstram que tanto a escolha quanto a crítica de uma concepção de mundo são fatos políticos.

A primeira epígrafe sintetiza parte do discurso de d. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942)² em uma das assembleias preparatórias de homenagens aos jesuítas, realizada em meados de 1932. Na reunião o cardeal arcebispo mostra, ainda, o seu parecer positivo em relação à fundação de uma associação federal “aos moldes inacianos”, para que ela se tornasse, intelectualmente, “um organismo de defesa da Igreja, do Sumo Pontífice e da Companhia de Jesus” como ele afirma no mesmo pronunciamento. A segunda epígrafe foi escrita no mesmo período, entre 1932 e 1933, pelo jornalista e dirigente do Partido Comunista da Itália (PCd’I), Antonio Gramsci (1891-1937), autor que se dedicou a analisar o fenômeno da religião, especificamente, o cristianismo e a Igreja Católica revelando uma posição histórica, teórica e filosófica antitética a esta. O uso do termo *jesuitismo* para designar tanto o espírito religioso quanto político mostra que para Gramsci não haveria contradição entre os dois termos³. Na elucidação do autor:

O problema da religião – entendido não no sentido confessional, mas no laico – de unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela: mas por que chamar esta unidade de fé de “religião”, e não de “ideologia” ou, mesmo, de “política”? (GRAMSCI, 1991, p.14).

¹ Os textos dos periódicos foram transcritos mantendo-se a grafia em vigor na época.

² Conferir, a seu respeito: Oliveira, A. L. (2016).

³ Em face do exposto, há aqui o esforço em verificar se a relação entre política e religião tal como é apresentada por Gramsci (1991) contém elementos que corroboram outros enunciados. Note-se, que, para Rosanvallon (2010), falar substancialmente do político, qualifica tanto uma modalidade de existência ou concepção de mundo, quanto as ações coletivas que se distinguem do exercício da política. Pierre Ansart (1978), designa a noção de ideologia não como um sistema particular e isolado do seu contexto histórico, mas como um conjunto de linguagens políticas da sociedade, incluindo, nessa acepção, o mito e a religião, por serem atos coletivos e indicarem uma ação, com poderes legítimos e identidades sociais. Por fim, pode-se registrar os estudos de Girardet (1987), quando afirma que não existe política sem religião.

Ademais, como sínteses sociais, quer seja de lutas, de resistências, de negociações ou de acomodações, os denominados *jesuitismo*, e a sua antítese, o *antijesuitismo*⁴, são fenômenos vigentes em um mesmo período histórico, atravessam as dinâmicas culturais e promovem implicações de ordem política e social; que marcam trajetórias e norteiam ações.

Nesse sentido, esta tese tem como um de seus problemas centrais compreender como se deu a passagem da primeira epígrafe à outra, isto é, como o organismo católico brasileiro transitou entre os extremos na relação entre religião e a política, particularmente, entre os anos iniciais da década de 1930 do século XX, ou melhor, como o catolicismo centralizou suas ações nos jesuítas para a organização de sua instituição, com base em uma análise que considere a relação biunívoca entre o poder das estruturas e as dimensões criativas de grupos intelectuais nos seus contextos históricos e sociais singulares (VIEIRA; OLIVEIRA, 2010).

Coaduna-se a esse objetivo, a possibilidade de investigar as apropriações políticas e ideológicas⁵ efetuadas pela direção do âmbito educacional no Rio de Janeiro na década de 1930, das representações em torno da imagem da Companhia de Jesus e, de modo mais direto, do próprio José de Anchieta (1534 -1597). O objetivo é examinar alguns momentos fundamentais do processo de *mitificação* positiva da Companhia de Jesus e de heroificação do missionário jesuíta, realizado por membros das sociedades Ação Social Brasileira (ASB)⁶ e Antigos Alunos da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro (AAACJ-RJ), o que será feito por meio de uma

⁴ É nítida, a percepção de que a adoção do termo *jesuitismo*, empregado neste estudo, segue a mesma acepção utilizada por Gramsci (1991), Coy (1974) e Franco (2004). Esquemáticamente, uma doutrina política, um *modus procedendi*, uma filosofia de vida que transborda muito para além dos limites institucionais. Sob a expressão *antijesuitismo*, designo, em consonância com Toledo e Ruckstadter (2006), os sentimentos, conceitos e escritos abertamente contrários à Companhia de Jesus, seus membros, sua teologia, sua política, sua moral e sua pedagogia. Contudo, cabe registrar, que tais termos também eram de uso corrente no período, principalmente na imprensa periódica. A título de exemplo, são 111 ocorrências por palavras-chaves para “jesuitismo” e 20 para “antijesuitismo (com e sem o hífen)”, disponíveis na Biblioteca Nacional Digital (BND) para o período de 1929-1930. Considerando-se também o significado de *antijesuitismo*, termo representado, na época, por meio das expressões “contra os jesuítas” e “contra a Companhia de Jesus”, a busca realizada, na mesma base de dados, a partir de tais expressões, resultou em 120 ocorrências. Consultar, por exemplo: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28 set. 1930, p.6; *A Cruz*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1932, p.5; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1931, p.1; *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 21 abr.1932, p.2; REVISTA Boletim de Ariel. Rio de Janeiro, n.6, mar.,1932, p.7; dentre outros.

⁵ Compreendemos que o uso do termo é polissêmico, visto que o conceito já apresentou vários significados desde sua formulação, no século XVIII. Ver, por exemplo, a obra de Raymond Williams: *Marxism and literature* (1985). Contudo, pensamos aqui o conceito de ideologia, de acordo com as referências de Antonio Gramsci (1977), de Pierre Ansart (1978) e de Raul Girardet (1987).

⁶ A Ação Social Brasileira (ASB) surgiu em 1931 como um projeto cultural do Departamento de Assistência Social da Liga da Defesa Nacional (LDN). Tal projeto constituiu-se, em essência, em um anteprojeto para a fundação de uma instituição educacional e de assistência social – o Edifício Anchieta. Em 1933, a presidente do departamento de assistência social da LDN, Amélia de Rezende Martins, em conjunto com outros intelectuais, como Flavio Lyra da Silva, Maria Junqueira Schmidt, Alceu Amoroso Lima, Belisário Penna, Carlos A. Barbosa de Oliveira, Isabel Jacobina Lacombe, entre outros, decidem fundar a sociedade civil ASB, a qual ficava oficialmente localizada na própria residência de Amélia de Rezende, na Rua Sebastião Lacerda, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Ver: Haydn (2017).

abordagem prosopográfica que possibilite a apreensão das vivências individuais e coletivas, as quais tenham contribuído para a consagração. Dessa perspectiva, a pesquisa se propõe a identificar não apenas os atores, mas, também, suas estratégias⁷ para a construção e legitimação da Companhia de Jesus como arquétipo exemplar de Ordem missionária educadora e de Anchieta como um símbolo nacional identificado com os preceitos da educação cristã e, nesse sentido, busca analisar os vários momentos em que suas figuras mitológicas foram imbuídas de significados.

No caso específico do objeto desta pesquisa, esse tipo de operação simbólica envolveu a apropriação, em novos termos, de um imaginário social já previamente consolidado, o que significa dizer que a glorificação da Companhia de Jesus como “entidade superior” e a heroificação de Anchieta como “entidade sobrenatural” (ELIADE, 1972) atestam a existência prévia, pelo menos no Rio de Janeiro e no grupo católico que estudamos, de uma comunidade de imaginação (BACZKO, 1985) em torno de suas figuras. Afinal, como escreve Bonafé (2008, p.17), “heróis nacionais, santos ou escritores consagrados” são “frutos de construções históricas que constituem processos de consagração inequivocamente complexos e indeterminados”. Um sujeito histórico só se torna um herói nacional se, em algum momento, outros sujeitos tiverem, deliberadamente, investido na consagração daquela memória:

Santos, como heróis, são obras de homens e mulheres mortais, que erguem altares laicos ou religiosos para a devoção de suas divindades de acordo com seus interesses e projetos mundanos. Mais do que “deixar o Santo de lado para alcançar o homem”, o historiador que se depara com este tipo de “canonização” deve compreendê-lo como construção histórica, desvelando operações mnemônicas e suas formas de enunciação. (BONAFÉ, 2008, p.17-18).

⁷ Neste texto, o conceito de *estratégia* será associado à reflexão proposta por Gramsci sobre a religião, em particular, sobre a igreja católica e o cristianismo. Dessa maneira, elabora-se que as estratégias do *partido jesuíta* requereram uma “técnica própria”: a *divulgação* (LACORTE, 2017, p. 215). Para Gramsci, a eficiência da divulgação como “técnica” estratégica estaria em sua capacidade de “saber traduzir corretamente o que é descoberto pelos ‘criadores’ das várias ciências, das filosofias, da poesia etc. [...] nas linguagens das situações concretas particulares”, ou seja, em saber “traduzir um mundo cultural na linguagem de outro mundo cultural [...] para que possa ser capaz de se adaptar qualquer conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais” (LACORTE, 2017, p. 216). Nesse sentido, o termo remete diretamente a um aspecto particular da questão política da hegemonia e da organização da cultura. Para o autor, a principal força do *partido jesuíta* reside em sua ação estratégica e prática – característica de um maquiavelismo religioso – para controlar a sociedade civil católica, por meio de organizações de massa e de missões e, principalmente, pela Ação Católica. Com efeito, na perspectiva adotada nesta pesquisa, notou-se que a divulgação “exagerada” da propaganda política do *partido jesuíta* assumiu uma importância vital para a elaboração de um modo homogêneo de pensar. Dessa forma, permitiu, por meio da publicidade realizada em jornais, revistas, periódicos de vários gêneros, instituições e círculos culturais, conferências e “debates verbais que se repetem infinitas vezes” – para usar a expressão de Gramsci – “suscitar novas intelectualidades” e “difundir uma nova cultura” (LACORTE, 2017, p. 215).

Reiteiramente, o problema surge da constatação de que há um longo processo de *remiticização* (GINZBURG, 2014) histórica da imagem da Companhia de Jesus, em sentido estrito, de José de Anchieta (1534-1597), tanto no âmbito da literatura como na área multifacetada da cultura, o qual justifica, sustenta e provoca comportamentos individuais e coletivos em cada momento histórico específico⁸. Constata-se, ainda, que, nesse processo a ideologia, a política e a espiritualidade se fundem na forma dramática de um “mito vivo”, isto é, na experiência e na produção filosófica da própria Ordem inaciana ao longo dos tempos, apresentadas não apenas como uma tradição aristotélico-tomista ou como um raciocínio doutrinário, mas como uma *concepção de mundo*⁹ católico-cristã (GRAMSCI, 1991) um universo simbólico cultural suficientemente hegemônico para atuar sobre a vontade coletiva, por meio, de um lado, da relação entre intelectuais e massas populares e, de outro, de uma “adesão orgânica na qual o sentimento paixão se torna compreensão”, isto é, um “saber” não mecânico, mas “vivo” (GRAMSCI, 1991, p.138-139).

É neste ponto, que, então, se elabora, tal como afiança Gramsci, uma relação real de representação e “se realiza a vida em conjunto, a única que é força social” (VOZA, 2017, p. 66). Cria-se, portanto, um *bloco* cimentado por fontes ideológicas *crísticas*, isto é, a mais “gigantesca metafísica” (GRAMSCI, 1991, p.115). O mito se torna, assim, expressão de um bloco ideológico, a tradução política da vontade coletiva na forma de um partido¹⁰.

Lembre-se, a propósito, que é no período do pontificado de Pio XI (1922- 1939), que a Igreja se percebe como *ator* no cenário político e intelectual e se vê instada a criar um “partido católico” (GRAMSCI, 2011, p.147). Esse é um período em que ocorre um movimento de

⁸ Marina Massimi (2001) em estudo sobre a *História das ideias psicológicas dos jesuítas*, entendida como parte da História Cultural, aponta que os pensadores da Companhia de Jesus, desde o século XVI, ao procurar realizar uma *síntese* entre a herança do catolicismo medieval e o novo espírito renascentista, “encarregam-se de ‘traduzir’ tais concepções num método de formação do homem, seja em um percurso evolutivo da infância até a maturidade pela educação, seja no que diz respeito à aculturação dos povos ameríndios, africanos e orientais, através do processo de cristianização” (MASSIMI, 2001, p.625).

⁹ A rigor, a expressão “mito vivo”, racionalmente predisposta, em relação aos termos *ideologia, política e filosofia* (como concepção de mundo) foi inspirada na reflexão gramsciana sobre o conceito do “moderno príncipe”, quando o autor, ao refletir sobre a obra de Maquiavel, reelabora e retraduz, sob uma perspectiva histórica e de reflexão teórico-política, a noção de *mito político* desenvolvido por George Sorel (1847 -1922). O mito, de acordo com a obra *Reflexions sur la violence*, publicada em meados de 1908, por Sorel, corresponde a um conjunto de imagens capazes de evocar em bloco e somente por intuição, antes de qualquer reflexão, uma massa de sentimentos que mobilizam e alimentam a capacidade de luta. Para Gramsci, tal definição é aproximado ao conceito de ideologia, redefinido como um “sistema de ideias não imediatamente político, mas como visão ou concepção do mundo concebida em um sentido amplo” (LIGUORI, 2017, p.401). Para Gramsci *O Príncipe* poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do mito de Sorel, visto que seu caráter fundamental é de “não ser um tratado sistemático, mas um livro vivo, no qual a ideologia e a ciência política fundem-se na forma dramática do mito” (LIGUORI, 2017, p.539). Ocorre que para Gramsci, Sorel, a partir da concepção de ideologia-mito, não alcançou a compreensão do partido político.

¹⁰ Conferir a relação entre mito político e bloco histórico em Voza (2017) e em Galastri (2007).

reorganização estratégica da Igreja, a qual, ao se ver deslocada do poder na esfera pública, busca conquistar o mercado cultural e participar das discussões políticas e econômicas. Para Gramsci, a Ação Católica promovida e reorganizada por Pio XI foi a “expressão mais clara do projeto de *neocristianismo* da Igreja no mundo” (SEMERARO, 2017, p.448). Dessa perspectiva, o autor enfatiza que a Igreja optou por priorizar e valorizar a política dos jesuítas, nomeadamente, o *jesuitismo* é a “face mais recente do cristianismo católico” (SEMERARO, 2017, p.448).

Assim, por meio de seu domínio político-religioso, do seu poder material e não apenas espiritual), a Igreja, escudada de forma concreta em um partido predominantemente jesuíta, posicionou-se como um *intelectual coletivo* militante (GRAMSCI, 2011, p.19), como forma de amplificar sua influência ideológica na sociedade, manifestando-se, neste transcorrer dos anos de 1930, prioritariamente na cultura e na educação.

É interessante notar que, para muitos católicos do período, o padre José de Anchieta é considerado uma figura destacada na história do Brasil, bem como na história da Companhia de Jesus. Juntamente com outros jesuítas, o *mestre*, o *professor*, foi, segundo os membros da ASB e da AAACJ, o responsável pela organização da primeira educação letrada e sistematizada na então colônia portuguesa. No século XVI, o *poeta*, *músico*, *apóstolo* e *abnegado* jesuíta escreveu cartas, poemas, peças de teatro e a gramática da língua tupi. Em função disso, foi apontado como um dos fundadores da literatura brasileira¹¹. Após sua morte, foi considerado *apóstolo* do Novo Mundo, e recebeu, conforme Flavio M.M. Ruckstadter e Cézár de Alencar A. de Toledo (2006), em seu artigo “Análise da construção histórica da figura “heroica” do padre José de Anchieta (XVI e XVII)”, vários títulos de grandeza, como por exemplo: santo, missionário, educador, curador de almas e corpos, entre tantos outros.

Além disso, retornando à perspectiva do presente tema, é notório e sabido que a edificação de uma imagem heroica de Anchieta não foi fruto dos escritos de uma única geração de escritores, isto é, várias foram, na verdade, as obras que contribuíram na elaboração desse processo, tais como as seguintes produções biográficas, citadas por Ruckstadter e Toledo (2006): *Breve relação da vida e morte do padre José de Anchieta*, escrita por Quirício Caxa, em 1597; *Vida do padre José de Anchieta*, de Pero Rodrigues, escrita entre os anos de 1605 e 1609; e *Vida do venerável padre José de Anchieta*, redigida por Simão de Vasconcelos em 1672. Segundo os autores, essas, que são as três primeiras biografias sobre o jesuíta escritas

¹¹ Do amplo conjunto de predicativos vinculados ao padre, o título de “fundador da literatura brasileira” pode ser evidenciado em diferentes fontes, entre elas: Vieira, C. (1930); Celso, A. (1933); Serrano (1934;1935); A Glorificação... (1934); Martins (1934); Fleiuss (1935); REVISTA do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937).

em língua portuguesa, cumpriram um importante papel para a elaboração da imagem ou descrição do padre como uma pessoa ou entidade superior, destacada das demais.

Autores como Barbosa (2006), Mindlin (1992;1993;1997;200), Vilar (2006) e Fleck (2009; 2010a; 2010 b; 2015) também defendem a tese de que foi a partir desses relatos biográficos inaugurais sobre o jesuíta que se iniciaram os esforços para a consagração da figura de Anchieta. Em um primeiro momento, escreve Eliane Cristina D. Fleck (2010 a, p.156): “o resgate da vida do jesuíta foi para que servisse de exemplo para outros membros da Companhia de Jesus”¹². Já as obras publicadas nos séculos seguintes, segundo a pesquisadora, evidenciaram outros objetivos, tais como: “o da divulgação de suas profecias e milagres, visando a sua beatificação e canonização, e o da construção e difusão de uma imagem heroica do missionário jesuíta” (FLECK, 2010, p.156).

Fleck (2010 a) ressalta, também, que foi na primeira metade do século XIX, sobretudo após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que passou a ser estimulada a produção de um determinado tipo de biografia, visando à celebração de ilustres personagens da história nacional. Segundo a autora, foi também nesse período que passaram a ser realizadas comemorações alusivas a eventos da nossa história política, bem como de “centenários de nascimento ou de morte de personagens que passaram a ser considerados como heróis nacionais” (FLECK, 2010, p.159-160). Dentre os temas que mereceram atenção dos membros do IHGB nas décadas que se seguiram à sua fundação, Fleck (2010 a) destaca:

a Companhia de Jesus e o “modelo catequético aplicado nos primeiros séculos da colonização”, tendo em vista as “discussões sobre o melhor método para a civilização dos indígenas, ou seja, a transformação dos nativos em cidadãos e mão-de-obra aproveitável para o país”. Sob situações históricas as mais diversas e sob motivações políticas ou religiosas, a Ordem inaciana jamais deixou de merecer a atenção dos ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constituindo-se em tema recorrente nas páginas de sua Revista. (FLECK, 2010a, p.160).

Convém mencionar que, em artigo publicado no *Jornal do Brasil* sob o título “Anchieta”, e que integra a coletânea de Max Fleiuss (1868-1943), Afonso Celso (1860-1938)¹³

¹² Um exemplo que podemos citar, em consonância com Fleck (2015), é a já referida obra de Caxa: *Breve relação da vida e morte do pe. José de Anchieta*, que foi escrita com a intenção de que Anchieta fosse visto como inspiração e exemplo para os padres e irmãos de Companhia. No penúltimo capítulo da obra, são destacadas as virtudes consideradas essenciais para um bom jesuíta, como se constata na seguinte passagem: “pois sabemos o caminho por onde foi e os meios de que usou para alcançar tanta virtude e perfeição, ponhamos os pés nas pegadas que ele nos deixou sinaladas, e procuremos ser fiéis a Deus e verdadeiros filhos da Companhia, que sem dúvida por aí iremos parar no lugar onde ele agora está, gozando d’aquela que tantas mercês lhe fez e com tantas bênçãos o proveu” (CAXA, 1988, p. 34).

¹³ Conferir dados biográficos dos intelectuais citados no *Banco de Dados* desta tese, disponível em: <https://intelectuais.com.br>.

afirma que desde muito tempo o IHGB vinha se ocupando de Anchieta e dos jesuítas. Nesse mesmo texto, o articulista ressalta, também, que no Primeiro Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto em 1914, foi aprovada por unanimidade uma proposta que consignava “um voto de contentamento” à Companhia, como forma de recordar “a illustre sociedade a que deve o Brasil tão denodados e efficazes obreiros da sua grandeza e da sua civilização”. Além disso, a menção consagrava aos religiosos a imagem de fundadores da “geographia, da historia e da ethnographia do Brasil” (ANCHIETA, 1933, p.5).

De acordo com Vilar (2006) e Fleck (2010a), no Congresso Internacional de História da América de 1922, que foi promovido pelo IHGB, as sessões destacaram temas relativos à Companhia de Jesus e à sua importância para a construção de uma identidade nacional fortemente assentada em valores religiosos e morais. A identificação de Anchieta com este propósito fica evidente no artigo de Afonso Celso (1860-1938):

Finalmente, no PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA DA AMERICA, effectuado tambem pelo Instituto em 1922, igualmente por unanimidade, adoptou-se esta moção:

[...] Considerando que, dentro os traços mais geraes que se observam na formação histórica do Novo Mundo, ao primeiro exame, e de maneira incontrastavel, se impõe, como predominante e bemfazejo, duradouro influxo, por todas ellas sem excepção e, desde os seus primórdios, recebido dos denodados evangelisadores christãos, que, do Canadá até Patagonia , a preço de suores e sangue, devassando o territorio e fundando cidades, educaram os colonos, amansaram os barbaros e difundiram por toda parte os germes da cultura intelectual , no desempenho de uma extraordinária missão humanitária, civil e politica, sem esquecerem jamais a preocupação scientifica, mercê da qual se tornaram eles proprios, com extremo labor, fundadores da geographia, da historia e da ethnographia americana; [...] Considerando que, por todos os titulos, devem ser taes vultos reputados como pertencentes ao escol da especie humana, dignos, portanto, de figurar como exemplo a gerações vindouras. Resolve, a exemplo do que fez em 1914, o Primeiro Congresso de Historia Nacional, recordar na acta da sua primeira sessão plena, entre innumerous outros, os nomes impereciveis de Manoel da Nobreza, Ascueta Navarro, **José de Anchieta**, Francisco Pinto e Antonio Vieira, no Brasil [...] para render a esses heroes um tributo da mais alta veneração e reconhecimento – e faz votos para que todos os povos do continente, cada vez mais unidos, se mantenham na defesa e accrescentamento do precioso legado de civilização, que receberam, e se pode synthetisar no inquebrantavel respeito à liberdade humana, ainda mesmo daquelles que, na apparencia, se diriam menos dignos della, no espirito de fraternidade, no espirito de abnegação e sacrificio, indispensavel à consecução dos grandes problemas, no culto desinteressado das sciencias, das terras e das artes. Sala das Sessões, 12 de Setembro de 1922. – Eugenio Vilhena de Moraes, Jonathas Serrano, Francisco de Avellar Figueira de Mello, Solidonio Leite, Max Fleiuss. (FLEIUSS, 1935, p. 8, grifo meu)¹⁴.

¹⁴ A transcrição também está presente em: Revista do Instituto. Vol. I, p.57-58, 1922. Tomo Especial Cong. de História da América.

No que se refere ao Ciclo de Conferências Anchiéticas, evento alusivo ao IV Centenário Anchiético, ocorrido entre 1933 e 1934 e também promovido pelo Instituto, Vilar (2006) e Fleck (2010a) salientam que o tom predominante nas exposições proferidas foi o de valorização de Anchieta como expoente no projeto de conversão e de civilização dos indígenas, na moralização dos costumes da sociedade colonial e como protagonista e estrategista militar na expulsão dos franceses. Um forte apelo à moral e à defesa do território, “próprios do projeto nacionalista do governo varguista” (FLECKa, 2010, p.167), também pode ser observado, segundo as autoras, nos discursos de abertura das conferências.

Por ocasião das comemorações dessa efeméride, já estavam, segundo Vilar (2006), “sedimentadas as imagens que o tornaram edifício de nossa nacionalidade”, sendo dessa época o lugar-comum, até hoje difundido, de que o inaciano, além de fundar São Paulo, contribuiu para a conquista do Rio de Janeiro, uma vez que sem o seu protagonismo, “Estácio de Sá não reuniria a armada de canoas, que bateu os tamoios” (VILAR, 2006, p.126). Entre as décadas de cinquenta a oitenta do século XX, a imagem múltipla e maleável de Anchieta também foi alvo de usos e apropriações por diversos historiadores, literatos e homens públicos.

Nos termos de Fleck (2010a, p.176), desde sua morte, em 1597, é possível aferir que sua imagem foi utilizada a “serviço de vários altares”. A instituição do *Dia de Anchieta*¹⁵, em 1965, foi, indiscutivelmente, segundo a autora, um desses momentos de apropriação e uso político do pensamento e da figura do missionário e, sobretudo, de renovação “das esperanças de religiosos e leigos católicos em ver retomado o processo de sua beatificação” (FLECK, 2010a, p.176).

Contudo e, como já dito anteriormente, esta tese não tem, a pretensão de ombrear com os trabalhos cujo propósito é examinar o surgimento de *representações* do missionário jesuíta ou de *invenções* em torno dele, como um número significativo de produções já demonstrou, mas sim de investigar as conexões, as mutações, os hiatos e as experiências trocadas entre os sujeitos envolvidos no grupo em estudo e, dessa forma, apreender como o cotidiano pode ter engendrado uma ambiência comportamental, consensual ou, talvez, difusa e conflituosa, frente à reabilitação da memória de Anchieta e de modo mais direto da própria Companhia de Jesus. Trata-se, nesse sentido, de reconstituir a cultura e o imaginário político do grupo católico formado por membros da ASB, da AAACJ e de seus colaboradores.

¹⁵ O *Dia de Anchieta* foi instituído pela Lei Federal nº 55.588, de 18 de janeiro de 1965, devendo ser oficialmente comemorado no dia 9 de junho, data da morte do missionário jesuíta (FLECK; KASPER, 2009, p.70).

Antes de prosseguir é mandatório fazer um breve parêntese para esclarecer que o interesse em investigar esse processo de reelaboração histórica, realizado por membros do referido grupo, em torno da imagem da Companhia de Jesus e de Anchieta, no sentido de identificá-los como arquétipos de *grandes educadores* e *mestres* da sociedade brasileira, foi proveniente de minha dissertação de mestrado, a qual expressou, no bojo de sua proposta, a trajetória política e intelectual da fundadora da ASB, Amélia de Rezende Martins (1870-1948)¹⁶, destacando sua atuação e pensamento educacional entre 1918 e 1932. A veiculação de uma cultura política associada à pregação da dimensão social da Igreja Católica, presente na Encíclica *Rerum Novarum* (1891), foi uma das principais questões a que Martins se dedicou nesse período, tendo, como escritora, publicado livros, folhetins e artigos sobre o tema na imprensa periódica. Para ela, a defesa da educação religiosa nas escolas oficiais tornava-se determinante para a reprodução das referências cristãs e para a formação de católicos, de modo a permitir-lhes adequada relação com a cultura da época.

As intenções que subsidiaram a pesquisa mencionada permeavam a discussão acerca das práticas de Martins e da sua participação e circulação nos seguintes eventos e instituições: Associação Brasileira de Educação (ABE); Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada em 1927, em Curitiba (PR); departamento de assistência social da Liga da Defesa Nacional (LDN); imprensa radiofônica e periódica; Associação dos Empregados do Comércio (AEC), Campanha Nacional Pró Edifício Anchieta, Quinzena Anchieta e Ação Social Brasileira (ASB), sociedade da qual era também presidente. Tomando-se por base a atuação nesses diferentes espaços institucionais, constatou-se que Martins inseriu-se em uma rede de relações ampla e duradoura, da qual faziam parte familiares e amigos, porque estava atada a ela pela ideologia e pela afetividade. Nesse sentido, destaca-se a presença de grupos familiares, organizados, tanto na ASB quanto na ABE carioca, principalmente em seus setores dirigentes.

Os dados encontrados nas fontes possibilitaram ainda trabalhar com a hipótese de que Amélia de Rezende Martins e alguns membros da ASB possuíam relações com o movimento político e cultural conhecido como Integralismo Lusitano¹⁷, sendo simpáticos a ele. Os sinais revelaram que o pensamento expresso por Martins e por alguns integrantes do grupo ASB, de modo análogo ao referido movimento, também passava pela defesa da tradição e da família, além de ter como referência o arquétipo monarquista, à retomada dos mitos e heróis portugueses e o arsenal moral e ideológico do catolicismo. No caso deste último aspecto, ele era traduzido

¹⁶ Amélia de Rezende Martins (1870-1948) foi militante católica, escritora, publicista, conferencista e fundadora da sociedade civil Ação Social Brasileira na cidade do Rio de Janeiro (HAYDN, 2017).

¹⁷ Sobre o Integralismo Lusitano, ver Gonçalves, M. (2016).

na valorização de uma tradição jesuítica na qual a própria nacionalidade se enraizava. Para esse grupo de intelectuais, os jesuítas ocupavam um lugar com especificidade própria: o de patriarcas da civilização, o ponto de partida da brasilidade.

Posteriormente, a pesquisa examinou o projeto da Ação Social Brasileira, que, em essência, constituiu-se em um planejamento para a fundação de uma instituição educacional e de assistência social – o Edifício Anchieta. Dentre os mais diversos alvitre, a associação empreenderia, a partir do ano de sua fundação, enaltecer a obra jesuítica na história nacional, assim como reafirmar os valores cristãos da sociedade brasileira, o que se realizaria a partir, especialmente, desse projeto. O interessante é que, para iniciar uma campanha nacional em prol da construção do edifício, Martins se junta a outros 126 personagens, os quais, em sua maioria, estavam filiados à Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE)¹⁸, exerciam cargos dirigentes na Associação Brasileira de Educação (ABE) e/ou eram fundadores de instituições culturais e educacionais, como a já citada Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ).

A existência de um grupo com características e objetivos comuns no âmbito educacional provocou curiosidade em compreender o que os levou a (re)elaborar ou (re)utilizar a imagem da Ordem e, mais especificamente a imagem de Anchieta. Seria uma resposta a tensões ou crises no interior da estrutura social? Tal processo de mitificação positiva (filojesuíta) estaria relacionado a fenômenos históricos opostos, em defesa ou em contraposição a um antijesuitismo, a um anticlericalismo ou, até mesmo, a um antirreligiosismo? Se tal procedimento teve funções políticas e sociais, até que ponto eram manipuláveis? Ou, formulando de outra maneira: a quem ou a que servia o *mito luminoso*¹⁹ da Companhia de Jesus e o símbolo do herói-professor jesuíta, e como se explicaria a sua “larga aceitação” nas associações ligadas à Confederação Católica Brasileira de Educação? Haveria divergências em relação às outras associações ou grupos católicos?

¹⁸ A CCBE foi fundada em 11 de maio de 1933, em São Paulo, e instalada em 7 de setembro desse mesmo ano. Segundo a Revista Brasileira de Pedagogia, a ideia de se fundar a CCBE foi lançada por d. Xavier de Mattos, OSB, após uma conferência sobre “o sindicalismo do professorado católico”, realizada por Everardo Backheuser, no Centro D. Vital, em São Paulo. Todavia, foi somente no dia 7 de setembro de 1933, no Congresso Eucarístico Nacional, realizado no estado da Bahia, que a instalação foi concretizada. A sede ficou localizada na cidade do Rio de Janeiro, “na rua Rodrigo Silva, 3”, sendo a comissão diretora inicial composta por: “padre Leonel Franca, SJ. - assistente eclesiástico; prof. dr. Everardo Backheuser - presidente; d. Xavier de Matos, O.S.B.; dr. Alceu Amoroso Lima; diretora d. Laura Lacombe; prof. d. Maria Luíza Lage; dr. Pedro F. Vianna da Silva – tesoureiro; prof. Altivo Cesar – secretário” (CONFEDERAÇÃO... 1934, p.58).

¹⁹ A expressão “mito luminoso da Companhia de Jesus” foi usada por José Eduardo Franco (2004, p. 413), para definir o processo positivo de elaboração ou fabricação histórica da imagem da Ordem pelo movimento filojesuítico.

Cumpra apontar que Sgarbi (2001), em sua tese de doutorado, sugere que havia dissensões entre as associações ligadas ao Centro D. Vital e as associações ligadas à CCBE quanto à elaboração do pensamento educacional. Segundo o autor, os indícios sinalizaram que a principal divergência residia na defesa da Escola Nova por parte da CCBE, principalmente em relação aos seus aspectos pedagógicos e psicológicos. Esse é um ponto que mereceu uma reflexão pormenorizada, visto que a hipótese que também permeou esse trabalho foi a de que, entre os objetivos dos grupos ASB, AAACJ (RJ) e de seus colaboradores, estava o desenvolvimento de um *método Anchieta* ou, conforme denominavam, de um *manual training* para o ensino primário e secundário, que tinha como base o arcabouço conceitual, filosófico e psicológico da Companhia de Jesus, quer dizer, o *Ratio Studiorum*, “o código de ensino jesuíta” (FRANCA, 2019, p.78).

De fato, tais questões iniciais levaram a pensar que essa (re) formulação simbólica em torno da figura de Anchieta, realizada pelo grupo referido, teve objetivos políticos e educacionais bem específicos. Assim, nesse processo de busca por *indícios* que respondessem a tais interrogações, foi possível analisar as publicações editadas tanto pela Comissão Anchieta da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (CAAPC) como pela Ação Social Brasileira. Desta última, foram observados os documentos relacionados à Campanha Inicial Pró Edifício Anchieta e, também os que compunham a Coleção de História Brasileira, publicados sob o título de *Conferências do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* e, que reuniam textos elaborados para as solenidades do IV Centenário, para a Quinzena Anchieta e para a imprensa radiofônica e periódica. Dentro, ainda, desse movimento de busca por fontes, foram identificadas, preliminarmente, a partir de pesquisa por palavras-chaves²⁰ realizada no *site* da Biblioteca Nacional Digital (BND), 429 ocorrências nos jornais para o período de 1930 a 1939.

O contato direto com essas fontes evidenciou a necessidade de um investimento mais detido em uma série de aspectos da trajetória política do grupo ASB, que não foi possível explorar nos limites de espaço e tempo da dissertação de mestrado. A presente proposta de pesquisa, portanto, é fruto de elaboração teórica fundamentada neste contato com as fontes.

Nesse sentido, se do ponto de vista desta tese, interessa, particularmente, reconstituir o modo como o grupo pensou, interpretou e deu significados ao mundo em que seus integrantes viveram e, além disso, se esta investigação busca identificar como esses personagens promoveram e construíram historicamente a imagem da Companhia de Jesus e a figura do

²⁰ Para um melhor detalhamento das ocorrências e das palavras-chaves utilizadas, ver: Quadro 2.

missionário jesuíta José de Anchieta, tais intenções trazem, como pressuposta, a necessidade de se dar um tratamento específico ao herói, ao mito e aos ritos relacionados a eles (inclusive os opostos), ou seja, o de que sejam abordados como objetos da História Política.

Nessa direção, infere-se que o tema desta tese também se insere no campo de estudos da História Política e, dessa forma, termos até aqui delineados, como *imaginário social*, *mito* e *política* também devem ser compreendidos enquanto dimensões ou segmentos do mundo do político, entendido como um constructo operado pela mobilização dos mecanismos simbólicos de representação (ROSANVALLON, 2010).

Para Pierre Rosanvallon, o *político* deve ser concebido ao mesmo tempo como campo e como trabalho. Assim, em sua perspectiva, *campo* designa o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres, aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações. A fim de esclarecer o significado do termo, o autor remete à existência de uma sociedade que, aos olhos de seus partícipes, aparece como um todo dotado de sentido.

Já na concepção como *trabalho*, o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano, que não passa de *mera população*, adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade, a qual se constitui graças ao processo sempre conflituoso de elaboração de regras explícitas ou implícitas acerca do participável e do compartilhável, as quais dão forma à vida da polis (ROSANVALLON, 2010). Nesses termos, ao falar substancialmente do *político*, Rosanvallon (2010) qualifica tanto uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política:

Referir-se ao político e não à política é falar do poder da lei, do Estado e da Nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade, em suma, de tudo aquilo que constitui a polis para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições. (ROSANVALLON, 2010, p.73).

Dessa forma, ao referir-se ao “político e não à política”, como sugere Rosanvallon, este estudo pretende, sob perspectiva mais abrangente, e tomando as palavras de Jorge Ferreira (2002, p.15), “deslocar o tradicional enfoque de descrever acontecimentos próprios da esfera de poder”. Sob essa perspectiva, objetiva, em linha com o mesmo autor, interpretar as realidades sociais e refletir sobre a “legitimidade do poder que as rege”, ou, então, “desqualificar esse mesmo poder” (FERREIRA, J. 2002, p.15). Não obstante, ainda é necessário explicitar, de maneira mais detalhada, o corpo teórico-metodológico deste trabalho, sinalizando as principais

referências que o orientaram e que substanciaram a narrativa histórica, principalmente, no que concerne à seleção, simplificação, organização e escolha dos instrumentais analíticos mais apropriados.

1.1 Nas teias imbricadas do político: o mito, a religião e os intelectuais

Em “Mitologia germânica e nazismo: sobre um velho livro de Georges Dumézil”, o historiador italiano Carlo Ginzburg, faz referência à função política do mito nas sociedades contemporâneas. Nesse estudo, o autor problematiza a obra *Mythes et dieux des Germains*, de Georges Dumézil, publicado em 1939²¹ e, sobretudo, uma resenha de Marc Bloch, presente no fascículo *Revue Historique*, datado em 1940, referente ao mesmo livro. Segundo Ginzburg (2014), o judeu e historiador Bloch contrariava a crítica de que a obra de Dumézil era uma prova “de simpatia pelo nazismo” (em vigor na época de lançamento do livro), assinalando que ela nada mais era que uma “contribuição crítica e esclarecedora sobre a Alemanha de Hitler” (GINZBURG, 2014, p.183). Diante desse dilema, Ginzburg, realiza um exame crítico dos textos.

O autor assinala que nas páginas finais de *Mythes et dieux des Germains*, Dumézil explora a relação entre mentalidade, mitologia e cultura e a forma como esses termos afetam a população e a política. Na conclusão do livro, escreve Ginzburg, Dumézil sugere que a “continuidade entre a mitologia germânica e as orientações políticas, militares e culturais do terceiro Reich eram um dos alicerces da propaganda nazista” (GINZBURG, 2014, p.187). Ainda segundo o autor:

Dessa continuidade constantemente alardeada o regime de Hitler retirava um poderoso elemento de legitimação ideológica. Pelo menos num caso, Dumézil chegava simplesmente a sugerir temas que se poderiam aproveitar em sentido propagandístico. (GINZBURG, 2014, p.187).

Para Dumézil, afirma Ginzburg (2014), a mitologia germânica continha um elemento evolutivo de *militarização* que a distinguia das outras mitologias do campo indo-europeu. E é essa evolução em sentido militar “já ocorrida em época pré-histórica que teria garantido o renascimento dos mitos germânicos no decorrer do século XIX”. Tal evolução encontrava-se em “conotações guerreiras, além das reais e sacerdotais, assumidas pela figura de Odin”

²¹ A primeira versão do livro *Mythes et dieux des Germains* foi publicada em 1939. Vinte anos depois, em 1959, Dumézil publica uma segunda versão, mais elaborada, com o título *Les dieux des Germains*. Cf: Ginzburg (2014, p.182).

(GINZBURG, 2014, p.184). Desse modo, Ginzburg estabelece uma relação interessante ao sinalizar, na obra de Dumézil, o reconhecimento de que os mitos políticos contemporâneos possuíam características dos grandes mitos sagrados tradicionais. Como fica mostrado no seguinte excerto:

as “belas lendas” dos germânicos foram não só repopularizadas mas também *remiticizadas*: elas se tornaram, em sentido estrito, mitos, já que justificam, sustentam, provocam comportamentos individuais e coletivos que têm todas as características do sagrado. (GINZBURG, 2014, p.184).

Sobre essa característica do sagrado presente nos mitos, vale ressaltar o estudo de Mircea Eliade (1972), publicado em sua obra *Mito e realidade*. Nela, o autor argumenta que o mito é uma história sagrada e, portanto, uma história verdadeira, pois se refere a realidades; trata-se do relato de um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do *princípio*. É sempre, portanto, a narrativa de uma criação, a qual relata de que modo algo no mundo foi produzido e começou a ser. Para o pesquisador, longe de ser uma fabulação vã, “o mito fala apenas do que realmente aconteceu”, é uma “realidade viva” (ELIADE, 1972, p.18).

Segundo o autor, a principal função do mito consiste em revelar os arquétipos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas. Todavia, Eliade ressalta que alguns “comportamentos míticos”, tal como eram “vividos ritualmente” pelas sociedades arcaicas, ainda sobrevivem sob as sociedades contemporâneas. Não se trata aqui da “sobrevivência” de mentalidade arcaica, mas de algumas características e funções do pensamento mítico que são “reiteradas” ou “constituintes do ser humano” (ELIADE, 1972, p.9-10). De acordo com ele, os mitos revelam, portanto,

sua atividade criadora e desvendam a sacralidade (ou simplesmente a “sobrenaturalidade”) de suas obras. Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado (ou do sobrenatural) no Mundo. É essa irrupção do sagrado que realmente fundamenta o mundo e o converte no que é hoje. E mais: é em razão das intervenções dos Entes Sobrenaturais que o homem é o que é hoje, um ser mortal, sexuado e cultural. (ELIADE, 1972, p. 11).

Eliade acrescenta que o indivíduo evoca a presença dos personagens dos mitos e torna-se contemporâneo deles. Dessa maneira, elabora-se que o sujeito “deixa de viver no tempo cronológico, passando a viver no Tempo primordial, no Tempo em que o evento teve lugar pela primeira vez” (ELIADE, 1972, p.18), o que deixa evidente a ideia de irrupção do tempo histórico. Uma característica que geralmente se faz presente, também, nos mitos políticos contemporâneos.

Embora não haja convergência direta entre o mito ao qual Eliade se refere (das sociedades primitivas, sobretudo aqueles existentes na relação entre sagrado e profano) e o mito político, a relevância em se utilizar o conceito do autor se deve ao fato de que ele contribui para uma compreensão não apenas do mito nas sociedades atuais, mas possibilita igualmente o entendimento do discurso político. Vale ressaltar que Eliade não aborda diretamente a questão do discurso político nessa obra, mas, ao pontuar que a partir de um certo momento “a origem não se encontra mais apenas no passado mítico, mas também num futuro fabuloso”: é a *mobilidade da origem* (ELIADE, 1972, p. 41), o autor nos oferece uma relevante alternativa de interpretação.

Essa ilação fazemos, também, com base na assertiva de que o discurso político geralmente expõe uma representação do futuro, tendo como referência principal o passado. Assim, ao conservar e renegar ações, ao propor a continuidade ou alterações de práticas e projetos sociais, ele projeta a imagem da sociedade que está por vir. Uma projeção por vezes fabulosa (BEZERRA e LIMA, 2009). Cumpre acrescentar que Raoul Girardet também apontou a marca da história em relação ao mito político contemporâneo, assinalando que o mito político jamais deixa de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica.

Certamente, a narrativa legendária constitui, em si mesma, por si mesma, o objeto de nossa tentativa de análise. Tratando-se, todavia, de pessoas humanas, muito concretamente e muito precisamente inseridas em um certo espaço geográfico e em uma certa fase do tempo, não é muito concebível que a narrativa em questão escape totalmente à marca da história, não testemunhe, de uma maneira ou de outra, a presença da história. Aos grandes heróis imaginários, protótipos eternos propostos ao sonho e à meditação de sucessivas gerações, Édipo, Fausto, Don Juan, a literatura como a pintura pode atribuir rostos os mais diversos. Eles não dependem de nenhuma cronologia, de nenhum contexto fático. Podem ser e foram incessantemente reinventados, reinterpretados; cada um de nós tem a liberdade de reconstruir à vontade seus personagens. Com toda evidência, tal não pode ser o caso de um ser de carne e osso, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são os de uma personalidade e de um destino. (GIRARDET, 1987, p.81).

Pressupõe-se, assim, que as considerações de Mircea Eliade e de Raoul Girardet são importantes para a presente análise, pois auxiliam a refletir sobre a relação e as experiências dos integrantes da ASB, da AAACJ e de seus colaboradores com o sagrado e sobre o prolongamento temporal desses processos no mundo contemporâneo. Importante aqui é analisar como o antigo *mito luminoso* da Companhia de Jesus e o mito do herói jesuíta e o seu oposto, o *mito negro*, caracterizado por um antijesuitismo estava presente entre estes católicos (FRANCO, 2004, p.413). Mas, principalmente, examinar como a figura real do jesuíta Anchieta

transmutou-se em um arquétipo de valores para o professorado católico, como foi reiterada, vivida e legitimada em seus discursos, oferecendo a eles expectativas e representações sociais.

Trata-se, nesse sentido, de investigar a função política do mito jesuíta, do herói Anchieta. Uma figura escolhida de um passado que foi, ao mesmo tempo, adequado ao contexto dos anos iniciais da década de 1930 e reiterado com intenções relativas a esse período. Nesse ponto percebe-se a relevância do estudo histórico da mitologia política: desnudar os objetivos implícitos no processo de *reiteração*. De acordo com Raoul Girardet (1987), o *mito político*, tal como se inscreve na história de nosso tempo, deve corresponder a uma perspectiva global que considere, – sem o risco de esgotar ou abarcar todo seu conteúdo – as três dimensões em que se desenvolve toda a mitologia política: a *fabulação*, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real, a *narrativa* e a *mobilização*.

O autor pressupõe, assim, que o *mito político* pode ser apreendido em duas perspectivas. De um lado, em sua função de narrativas que se referem ao passado (ao tempo fabuloso dos começos), mas que conservam, no presente, um valor eminentemente explicativo, em grande medida porque podem justificar “certas peripécias do destino do homem ou de certas formas de organização social” (GIRARDET, 1987, p.12-13). De outro lado, ainda para ele, o conceito pode ser tomado, também, em sua função de uma *animação criadora* ou de uma *mobilização*, na medida em que o mito é um apelo ao movimento, uma incitação à ação e “aparece em definitivo como um estimulador de energias de excepcional potência” (GIRARDET, 1987, p.13). Mas, também de acordo com o teórico, o mito político aparece também fundamentalmente polimorfo e com variadas significações, não apenas complementares, mas frequentemente opostas. Assim, segundo ele explica:

Nenhum dos exploradores do imaginário deixa de insistir nessa dialética dos contrários, que parece constituir uma outra de suas especificidades maiores: o polimorfo, o mito é igualmente polivalente [...]. As possibilidades de inversão do mito não fazem senão corresponder à constante reversibilidade das imagens, dos símbolos e das metáforas. O mito político não escapa a essa regra. O tema da própria conspiração não é necessariamente acompanhado de exclusivas conotações negativas: a imagem do complô demoníaco tem como contrapartida a da santa conjuração. [...] O duplo legendário que o imaginário secreta quase obrigatoriamente em torno da presença ou da memória do herói histórico testemunha um fenômeno semelhante. Lenda dourada ou lenda sombria, a veneração ou a execração alimentam-se dos mesmos fatos, desenvolvem-se a partir da mesma trama. (GIRARDET, 1987, p.15-16).

Dentre outros aspectos mencionados a respeito do mito político, fica evidente a importância de se pensar esse conceito em relação a outro: o de *ideologia*. Sob esse aspecto,

atenção especial deve ser dada às percepções do mito político enquanto imagem, seja porque esse conteúdo imagético é capaz de evocar sentimentos que podem incitar a luta política, seja porque ele é expressão de uma emoção. Assim, a manifestação de um sentimento não é o próprio sentimento, mas a emoção tornada imagem, compreensão a que Girardet (1987) se refere como uma *sintaxe de imagens*.

Partindo dessa orientação, é necessário primeiro definir o termo *ideologia* em consonância com outro autor que se dedicou a estudar sua história. Pierre Ansart, em *Ideologias, conflitos e poder* (1978), designa a noção de ideologia não como um sistema intelectual particular e isolado do seu contexto histórico, mas como o conjunto das linguagens políticas de uma sociedade, isto é, o conjunto das posições teóricas que se organizam numa formação histórica concreta em dado momento de sua história e que esboçam tanto a totalidade das possibilidades como sua finitude. No que se refere à ideologia política, tema também presente no trabalho, Ansart assevera que esse conceito se propõe a designar, em traços gerais, o verdadeiro sentido dos atos coletivos e, ainda, a traçar o modelo de sociedade legítima e de organização e a indicar, simultaneamente, os legítimos detentores da autoridade, os fins a que se deve propor a comunidade e os meios de alcançá-los. Nessa acepção, a ideologia política busca uma explicação sintética, em que o fato particular adquire sentido e em que os acontecimentos se coordenam numa unidade plenamente significativa.

É essa vasta empresa que realizam, de acordo com suas próprias modalidades, **os mitos** e as **religiões**, que indicavam as justas ações, os poderes legítimos e as identidades sociais. A ideologia encarrega-se dessa função social geral e universalizante, a de atribuir sentido à ação e, em primeiro lugar, aos projetos e aos empreendimentos políticos. Mas, se assim é, a ambição ideológica abre um novo campo de conflito referente aos limites de sua jurisdição. A religião esboçava uma solução do problema pela distinção entre o sagrado e o profano: especializando-se na manipulação dos bens da salvação, as autoridades religiosas reconheciam às autoridades políticas e civis o direito de legislar em seu próprio domínio. As lutas de influência entre o temporal e o espiritual não cessam, sem dúvida, de percorrer a história das Igrejas, mas a própria natureza do dogma proíbe ao poder político ou econômico decidir sobre a ortodoxia religiosa, assim como o sacerdote não pretende imiscuir-se nas técnicas do artesanato. (ANSART, 1978, p. 36, grifo meu).

Uma das teses centrais de Ansart está relacionada à necessidade de pensar o conceito de maneira historicizada, como processo e resultado de experiências humanas, de práticas sociais dialéticas não redutíveis unicamente aos seus elementos físicos e materiais. Por conseguinte, como se verifica na transcrição acima, tal perspectiva torna-se relevante para a presente pesquisa, pois permite pensar a imbricada relação entre *mito*, *ideologia* e *religião*. Nesse sentido, também é plausível a observação de Girardet (1987, p. 83), quando o autor destaca que

o mito pode ter uma função de *revelador ideológico* como “o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade”. Em sua observação sobre os grandes heróis imaginários e reais, o autor menciona os vários exemplos conhecidos da sociedade francesa, salientando que

é igualmente permitido pensar que, para toda sociedade, um estudo um pouco atento da imagem de seus heróis salvadores e de seu legendário histórico faria aparecer com evidente nitidez os “modelos de autoridade” inerentes a essa sociedade e característicos dela. (GIRARDET, 1987, p. 84).

É válido ressaltar que, consoante com Girardet (1987), os mitos são respostas a fenômenos de desequilíbrios sociais, crises ou tensões no interior das estruturas sociais, em relação aos quais o personagem herói aparece revestido exatamente dos elementos capazes de suprir os anseios tanto concretos como imaginários de seus seguidores:

Não há nenhum dos sistemas mitológicos de que tentamos definir as estruturas que não se ligue muito diretamente a fenômenos de crise: aceleração brutal do processo de evolução histórica, rupturas repentinas do meio cultural, ou social, desagregação dos mecanismos de solidariedade e de complementaridade que ordenam a vida coletiva. Nenhum que não se relacione a situações de vacuidade, de inquietação, de angústia, ou de contestação. De maneira constante, a análise tende a nos reconduzir à noção durkheimiana de anomia, ou mais geralmente talvez, à velha distinção, cara à escola sociológica francesa do século XIX, entre “períodos críticos” e “períodos orgânicos”: é nos períodos críticos que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração. (GIRARDET, 1987, p. 180).

Em face do exposto, depreende-se, então, que os aportes teóricos de Girardet (1987) e de Ansart (1978) coadunam com dois pontos específicos desta pesquisa. O primeiro refere-se à caracterização dos indivíduos como sujeitos ativos no processo histórico, construindo, selecionando, rejeitando, aceitando ou reformulando mitos, seja para reforçar objetivos ou para estabelecer uma relação de diálogo com os seus coetâneos, contrários ou não, aos seus propósitos políticos, ideológicos, sociais, religiosos ou culturais.

O segundo ponto diz respeito à mobilização ou engajamento desses sujeitos no processo de reelaboração heroica da figura selecionada. Aqui o espaço da cidade constitui-se como produto e produtor das ações de homens e mulheres. É sob a ótica do urbano que os indivíduos delimitam suas escolhas, significando-as pelas suas próprias experiências. Por isso, foi importante conhecer os lugares e o clima em que se movia e atuava o grupo ASB e AAACJ,

examinando quais eram suas referências intelectuais e seus principais interesses dentro da cidade do Rio de Janeiro, dentro do limite temporal delimitado pela pesquisa.

Nesses termos, trabalhar com a história dos intelectuais, mas especificamente com a noção de intelectual e com os instrumentos analíticos desenvolvidos por Sirinelli (2003), como geração, itinerário e redes de sociabilidade, também se fez importante para a presente análise.

Com a noção de *itinerário* objetivou-se como bem salienta Sirinelli (2003, p. 245), “permitir desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos” do engajamento desses intelectuais. Já o conceito de *estruturas de sociabilidade*, nas quais atuam esses personagens, auxiliou, em primeiro lugar, a apreender, as “sensibilidades ideológicas e culturais comuns e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p.248) e, em segundo lugar, contribuiu para que se percebesse as *redes* “que secretam [...] microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos” (SIRINELLI, 2003, p.252). Ainda conforme descreve o autor: “o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora” (2003, p.248).

Mas para compreendermos as ações dos intelectuais ou as experiências por eles vivenciadas como uma forma de compreensão da realidade, como sugere Sirinelli (2003), foi preciso primeiramente definir o grupo a ser estudado. Nesse sentido, o caminho metodológico escolhido, no caso desta pesquisa, foi selecionar os representantes desse grupo mais ativos na organização e realização desse movimento pró jesuíta e, a partir desses dados, construir uma *prosopografia* (SIRINELLI, 2003, p.238) que possibilitasse o estudo de suas características comuns.

O termo prosopografia, emprestado de Genet (1986), Millet (1996), Charle (1993; 2006a), Verboven, Calier & Dumolyn (2007) entre outros, é uma abordagem metodológica caracterizada por um conjunto de questões postas frente a um bom número de fenômenos da história social, política, econômica, institucional, cultural, administrativa etc. (SILVA, 2016). Para Bulst (1996; 2005), as prosopografias têm em comum o interesse pelo “fator humano” em todos os fenômenos constitutivos do objeto de uma pesquisa histórica. Para Le Goff, a prática relacionada à prosopografia se configura como uma forma “de continuar a fazer história por outros meios”, analisando os atores sociais, sejam eles célebres ou não, como personagens distintos e individuais, mas inseridos em um grupo que apresente um conjunto de questões uniformes, consideradas como reveladoras de uma época (LE GOFF, 1996, p.52).

De modo análogo, Lawrence Stone, em seu artigo “Prosopography”, originalmente publicado na revista *Daedalus*, em 1971, afirma que o conceito chamado de biografia coletiva (segundo os historiadores modernos), de análise de carreiras (segundo os cientistas sociais) ou de prosopografia (segundo os antigos historiadores) desenvolveu-se como uma das mais valiosas e familiares técnicas do pesquisador histórico. Segundo o autor, seu primeiro uso data de 1743, o que mostra que a biografia coletiva tem uma longa história. No entanto, foi somente nos últimos 40 anos que a prosopografia forneceu um termo preciso e acurado para um método histórico. Subjacente à ideia de Le Goff, verifica-se que, para Lawrence Stone, a prosopografia também pode ser caracterizada como uma investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. Nesses termos, o estudo empregado constitui-se em estabelecer

um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. (STONE, 2011, p.115).

Stone aponta, ainda, alguns principais problemas ou limitações encontrados no uso acrítico da prosopografia, tais como a deficiência dos dados e os erros e problemas de interpretação dos dados. Contudo, a identificação dessas dificuldades não visa negar a importância desse método, mas esclarecer quais os perigos que um uso descuidado dela pode acarretar. Nesta perspectiva, Stone, assegura que

a principal conclusão que emerge dessa pesquisa bibliográfica é que o método funciona melhor quando é aplicado para grupos facilmente definidos e razoavelmente pequenos, em um período limitado de não muito mais que 100 anos, quando os dados são obtidos de uma grande variedade de fontes que complementam e enriquecem umas às outras e quando a pesquisa é dirigida para solucionar um problema específico. (STONE, 2011, p. 131).

O importante dessa formulação é que a prosopografia pode ser usada como ferramenta com a qual podemos atacar dois dos problemas mais básicos da história: o primeiro refere-se às origens da ação política, ou seja, tanto ao desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política, quanto à análise das afiliações sociais e

econômicas. O segundo diz respeito à estrutura e à mobilidade sociais, o que está relacionado a três conjuntos de questões: uma que envolve a análise do papel da sociedade e as mudanças de grupos de status específicos que ocorrem ao longo do tempo; outra que abrange a determinação do grau de mobilidade social por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas); e um terceiro conjunto que lida com a “correlação de movimentos intelectuais ou religiosos com fatores sociais, geográficos, ocupacionais ou outros” (STONE, 2011, p.116). Assim, aos olhos de seus expoentes, o propósito da prosopografia é, dar sentido à ação política,

dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior. Inventada como um instrumento da história política, ela é agora crescentemente empregada pelos historiadores sociais. (STONE, 2011, p. 116).

Em suas considerações finais, Stone sinaliza que a prosopografia contém em seu interior a potencialidade para ajudar na recriação de um campo unificado, por se constituir em um meio de vinculação entre a história constitucional e institucional, por um lado, e a história biográfica, por outro. No contexto histórico mais geral

ela combinaria a habilidade humana na reconstrução histórica por meio da concentração meticulosa nos detalhes significativos e nos exemplos particulares com as preocupações estatísticas e teóricas; formaria o elo perdido entre a história social, que no presente são todas frequentemente tratadas em compartimentos amplamente impermeáveis, mesmo em diferentes monografias ou em diferentes capítulos de um mesmo volume. Ela ajudaria a reconciliar a História com a Sociologia e a Psicologia. E formaria um fio entre outros para ancorar os excitantes desenvolvimentos da História Intelectual e Cultural na sua fundação social, econômica e política. Se a prosopografia realizará ou não todas ou algumas dessas oportunidades dependerá do conhecimento teórico, da sofisticação e do bom senso da nova geração de historiadores. (STONE, 2011, p.133-134).

De fato, a verdadeira biografia é o ponto de imbricação entre um estudo mais geral, relativo ao contexto histórico, e outro monográfico, relacionado ao personagem propriamente dito. É o resultado do entrecruzamento da macro com a micro-história. O encontro do longo tempo geográfico e mental com o curto tempo dos eventos políticos e sociais, com o curtíssimo tempo biológico da vida humana (FRANCO JUNIOR, 1996). Conforme afirmou Jean Nagle (1986), citado por Silva (2016, p.117), a prosopografia se desenvolveu no movimento que conduziu a história social do econômico em direção ao político e mostrou ser, além disso, “um bom instrumento para o estudo das articulações entre o social, ou o sócio-econômico, o político,

o cultural e o religioso”. Assim, ela compreende tanto as biografias individuais como as amostras mais ampliadas de dimensões da sociedade.

Em face do exposto, faz-se oportuno robustecer a presente perspectiva norteadora com contribuições importantes e pontuais que abarcaram, em seus estudos, elementos para se pensar a aplicabilidade dessa técnica de pesquisa histórica e que auxiliaram a que a presente proposição encontrasse sua singularidade, ao mesmo tempo em que lhe mostraram caminhos para iniciar e sustentar um estudo prosopográfico. A seguir, alguns desses estudos são revisitados.

1.2 Por um estudo prosopográfico em História da Educação: estrutura e desenvolvimento

O primeiro trabalho tomado como referência para esta pesquisa é a tese de Carolina Mostaro Neves da Silva, intitulada “*Para os grandes males, os grandes remédios*”: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903), na qual a autora investiga as propostas educacionais apresentadas por 30 representantes das *classes produtoras*²² durante a organização e realização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903. Com o objetivo de identificar aspectos relevantes no que diz respeito à história do ensino profissional em Minas Gerais, o caminho metodológico escolhido pela autora foi selecionar os representantes mais ativos na organização e realização do evento mediante o cruzamento de dez listas nominativas e construir uma prosopografia por meio do levantamento de informações sobre suas atividades políticas, familiares e educacionais, a fim de trazer à análise os elementos extradiscursivos necessários à definição de seu posicionamento social.

Nessa direção, Silva (2016) ascendeu como imprescindível a consulta de um conjunto extenso e variado de fontes, como jornais, dicionários biográficos, textos memorialísticos e, quando foi possível, informações de descendentes familiares vivos. Para a autora, a potencialidade da prosopografia na investigação histórica está na possibilidade de se extrapolar a dimensão individual e discursiva, pressupondo que tão importantes quanto as manifestações de identidade presentes nos discursos, como as representações, autoimagens e tradições, por exemplo, vêm a ser as propriedades sociais do sujeito que as compõem. Nesse sentido, a abordagem prosopográfica pode trazer contribuições significativas à história da educação, especialmente, conforme explicitou:

²² Termo utilizado pela autora para identificar o grupo de representantes selecionados para o estudo, em substituição à categoria *elites produtoras*.

[...] sobretudo para as investigações que visem analisar objetos tais como os manifestos e seus signatários, cujos liames societários revelados podem reafirmar ou subverter a lógica dos posicionamentos individuais; os coletivos docentes, por exemplo, no que tange às trajetórias formativas e à distribuição institucional e regional, as histórias institucionais, notadamente na destinação social e política de egressos ou na movimentação interna dos quadros gerenciais e acadêmicos; as associações da sociedade civil em prol da educação, tais como sindicatos, sociedades humanitárias e entidades de categorias. (SILVA, 2016, p.229-230).

Alcança-se aqui, pois, uma pertinente sugestão de Silva (2016), a qual este estudo também tentará abarcar, referente a propor uma aproximação entre a metodologia das biografias coletivas e a pesquisa em História da Educação²³.

Outro trabalho importante, que destacou algumas etapas da pesquisa prosopográfica, em especial aquelas referentes à organização de informações, a partir de um problema, para pensar as regularidades e especificidades que há entre os indivíduos conforme o contexto histórico, foi o artigo de Ricardo F. de Castro intitulado “Prosopografia dos comunistas brasileiros (1922 - 1934)”, publicado na obra *Izquierdas, movimientos sociales y cultura política en América Latina*, organizada por Lazar Jeifets, Vítor Jeifets e Miguel A. Urrego, como resultado de uma seleção de artigos apresentados ao *Congreso Internacional de Americanistas*, promovido em Viena, em 2012.

Em linhas gerais, Castro (2016) elaborou um projeto prosopográfico dos militantes comunistas brasileiros entre os anos de 1922 e 1943²⁴. O recorte cronológico escolhido pelo autor compreendeu os dois primeiros períodos do Partido Comunista Brasileiro (PCB): o primeiro, correspondente à sua formação, em 1922, e o segundo, que compreende o seu crescimento orgânico, passando por sua crise e desmantelamento, até o início de sua reorganização, ocorrido em 1943. De maneira bastante esquemática, o autor, junto ao Fundo Dops do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, produziu e compilou 162 fichas biográficas por meio da ferramenta *softwareFilemaker Pro 11*²⁵.

²³ Sobre os usos da prosopografia para a história dos intelectuais da educação, ver: Bontempi Júnior (2019).

²⁴ A periodização adotada pelo autor no título do artigo é diferente da apontada no corpo do texto, possivelmente porque no ano em que foi apresentado ao *Congresso Internacional de Americanistas* (2012) tal projeto estava em fase de elaboração. Assim, a compilação das 162 fichas biográficas corresponde ao primeiro recorte cronológico proposto pelo autor: de 1922 até os primeiros anos da década de 1930 do século XX.

²⁵ A ferramenta *softwareFilemaker Pro 11* é um banco de dados que permite organizar, agrupar, pesquisar, atualizar e imprimir informações conforme a necessidade. Ver: Castro, R. (2016) e FILEMAKER Pro 14: user's guide, Filemaker.Inc.: Santa Clara, Califórnia, c 2007-2015 e *Filemaker Pro* 2013.

Sobre a abordagem metodológica, o autor optou por organizar o banco de dados, dividindo-o em duas tabelas. Uma delas, de caráter *biográfico* e individual, agrupava informações sobre a vida partidária e pública de cada um dos membros conhecidos (e descobertos pela pesquisa). Sua finalidade era a de procurar recriar - por meio do cruzamento de outras informações - as redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) existentes entre os militantes e destes com a sociedade. No caso da segunda tabela, intitulada *temática*, seu objetivo era armazenar as informações sobre eventos relativos à história do partido, tais como congressos, plenos partidários, jornais, revistas, e quaisquer outros eventos nos quais tivesse havido participação individual ou coletiva dos militantes do PCB.

Em termos práticos, para Castro (2016), a elaboração desse banco de dados prosopográfico possibilitou, entre outros resultados, a produção de instrumentos adequados (dicionários histórico-biográficos, estudos biográficos, cronologias, etc), que contribuíram para facilitar o trabalho de futuras pesquisas, inclusive aquelas que tinham uma perspectiva comparada entre os diversos casos nacionais. Mais ainda, como afiança o autor:

O projeto “Prosopografia dos comunistas brasileiros” pretende contribuir para suprir essa lacuna da historiografia brasileira e, inclusive, criar as bases para sua integração com a historiografia latino-americana do movimento comunista internacional. (CASTRO, R. 2016, p. 63-64).

Vale relembrar que a análise efetuada por Castro (2016) acerca de uma abordagem prosopográfica vai ao encontro de uma preocupação cara da presente pesquisa, ou seja, a de trazer à tona alguns objetivos do método, no sentido de mostrar que é possível mensurar as semelhanças externas e as diferenças entre os indivíduos de um mesmo grupo e, assim, entender melhor sua militância. Com relação ao alcance do enfoque, o autor enfatiza que

a “história política renovada” que privilegia a inter-relação entre as culturas políticas, os intelectuais, os militantes e as organizações e partidos políticos, pode encontrar na prosopografia (biografia coletiva) um interessante instrumento de pesquisa não apenas para o estudo das elites, mas também para o estudo dos grupos oriundos dos extratos médios e populares. Inclusive, a prosopografia já vem sendo utilizada por historiadores franceses e britânicos para estudar mais profundamente os partidos comunistas europeus. (CASTRO, R. 2016, p. 58).

É notório que a proposição de Castro (2016) distingue-se em relação ao tema deste estudo, visto que, no nosso caso, o objetivo é perscrutar o itinerário de militantes católicos, vereda não perseguida pelo autor, uma vez que ele privilegiou a análise acerca dos militantes comunistas brasileiros. Por outro lado, sopesando-se a elaboração da estrutura do banco de

dados que adotou, Castro (2016) trouxe elementos importantes tanto em relação aos objetivos, quanto no que diz respeito à apropriação e à organização do método prosopográfico por meio da ferramenta *softwareFilemaker*.

O último trabalho tomado, aqui, como referência, é o estudo de Andrius Estevam Noronha, “O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: um esboço metodológico (o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul)”, texto que compõe a obra *História Social de Elites*, organizada por Flávio M. Heinz, em 2011. A proposta do autor foi apresentar, tendo como fio condutor a prosopografia, um modelo metodológico que compreendesse o perfil e a dinâmica de alguns empresários na cidade de Santa Cruz do Sul (RS) entre os anos de 1905 e 1966. Segundo o autor, a justificativa para a periodização proposta ateuve-se à fase em que a Vila de Santa Cruz do Sul foi elevada à categoria de cidade, com a implantação do ramal ferroviário, e, também, ao fato de esse intervalo de tempo corresponder ao período estratégico de ascensão de uma *burguesia local*.

Em síntese, Noronha (2011) destaca as etapas da pesquisa prosopográfica que realizou, a qual foi efetivada em sua tese de doutorado²⁶, expondo, com objetivo de restringir o *corpus* da pesquisa, alguns elementos metodológicos, como a delimitação do grupo a ser estudado e o tratamento de sua diversidade geracional. Como aporte para esse procedimento, o autor realizou uma análise do processo de levantamento das fontes biográficas e de necrológicos²⁷, elaborou fichas prosopográficas, que têm como modelo os *tutorial works*²⁸, para a sistematização das informações, e seguiu uma questão central em estudos desse segmento, a saber: “Que pessoas atuaram como elites nesse espaço local?”.

Por sua importância para a presente pesquisa, é pertinente acrescentar que a apropriação do conceito de *elite(s)*²⁹, tanto pelo autor como por outros que contribuíram para uma

²⁶ Cf.: Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do Sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966).

²⁷ Esse recurso combina o resumo biográfico e a homenagem póstuma ao indivíduo. Sobre a utilidade dos mais variados tipos de fontes no estudo de biografias coletivas, tais como documentos privados, dicionários biográficos, necrológicos e anuários sociais tipo *Who's who*, ver: Heinz (1999; 2006; 2011).

²⁸ A respeito desse modelo, ver, as seguintes fontes indicadas pelo autor: a obra *A Short Manual to the Art of Prosopography* e o site britânico: <http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/index.htm>

²⁹ É de grande importância registrar que a apropriação do termo *elites* para o presente estudo foi, em princípio, *instrumental*. Afinal, a definição do grupo, e do modo como ele será tratado ao longo da investigação, é uma etapa decisiva no estudo das biografias coletivas e exige uma análise qualificada na seleção dos indivíduos. A decisão por adotar a noção de *elites*, por meio da categoria *elites católicas*, foi tomada somente após o processo de elaboração e análise qualitativa dos dados, considerando a heterogeneidade do grupo (natureza do objeto) e as fontes que compõem a investigação. Entre outras razões que nortearam essa opção está a de que, conforme a perspectiva de Heinz (2006), dos 127 indivíduos selecionados, todos ocuparam posições-chave na sociedade e desfrutaram de privilégios e poderes no período delimitado pela pesquisa.

revigoração dos estudos sobre elites políticas³⁰, implica a preocupação preliminar de dar conta, por meio de uma microanálise qualificada dos indivíduos localizados no topo da hierarquia social, da diversidade e complexidade das relações e das trajetórias sociais com o conjunto ou setores da sociedade. O enfoque metodológico preferencial dessa abordagem, que recolocou as elites novamente no centro de interesses dos historiadores é a prosopografia.

Nessa direção, autores como Noronha (2011), Mendes (1992) e Heinz (2006; 2011) expressam que, ser *elite* depende da posição geográfica, do contexto histórico e da rede social em que se insere determinado grupo social.

E, neste ponto, retornando ao estudo de Noronha (2011), é possível verificar que, antes de chegar ao grupo definitivo e de classificá-lo como *elite*, o autor analisou o desenvolvimento econômico e político da comunidade para ter clareza sobre o contexto que poderia delimitar um espaço de atuação homogêneo de famílias reconhecidas localmente como *tradicionais*, e, para tanto, selecionou os seus espaços de engajamento individual e de representação social, reconhecidos pelas pesquisas históricas, sociológicas e antropológicas, as quais, em seu escopo, envolviam elites econômicas das cidades pequenas. Todavia, a fonte fundamental para a delimitação do grupo acabou sendo a imprensa local, particularmente, o jornal *Gazeta de Santa Cruz*, que era identificado como o principal meio de comunicação da região e que era, também, dirigido por pessoas reconhecidas como lideranças tanto na política quanto na economia.

Em seguida, o procedimento adotado pelo autor foi reunir dados biográficos individualizados e dados de natureza coletiva, que, por meio da formulação e utilização de tabelas, fichas e gráficos socioestatísticos dos campos, elaborados nos programas *Excel*, *Access* e *SPSS*, explicitavam trajetórias e estratégias de grupo.

Levando em conta o raciocínio efetuado pelos autores revisitados, foi possível perceber que o método vinculado a eles pode ser deslocado para se pensar outro estudo, o qual abarque os militantes católicos e colaboradores do movimento anchietano, isto é, os membros da Ação Social Brasileira e da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus que promoveram o IV Centenário de nascimento de Anchieta, a Campanha Pró Edifício Anchieta, a Quinzena Anchieta e outros eventos inacianos, bem como aqueles que participaram deles, sejam conferencistas, padres, jornalistas, escritores, políticos, representantes de associações,

³⁰ De acordo com Cássio A. Albernaz (2011), essa revigoração seria resultado dos desdobramentos da recepção e, ao mesmo tempo, da assimilação da obra de alguns autores, dentre eles, Aron (1974), Bourdieu (1996), Burker (1981), Birnbaum (1985), Charle (1993; 2006 a; 2006 b), Miceli (2009), entre outros. No caso brasileiro, podemos citar Carvalho, J.M. (1980; 1990) e Heinz (1999; 2006; 2011).

professores, entre outros sujeitos, que, deliberadamente, investiram na consagração de Anchieta no âmbito educacional.

Contudo, cabe indagar, ainda, se esse interesse pela prosopografia como técnica para análise histórica responde melhor às problemáticas da presente pesquisa. A rigor, a adoção do quadro teórico-metodológico proposto não se deu por preferência, senão por efetividade. De fato, a prosopografia possibilita evitar alguns problemas, principalmente em relação ao estudo de trajetórias de personagens distintos e individuais, mesmo que eles estejam inseridos em um grupo. Além disso, é uma ferramenta que permite examinar, de maneira mais precisa, a circulação e a transmissão dos indivíduos, particularmente das suas produções impressas, de modo conjunto à realização de uma análise sistemática de suas histórias sociais.

Os trabalhos de Noronha (2011) e de Silva (2016), por exemplo, corroboram com tal perspectiva, visto que a fonte fundamental para delimitar o grupo em ambos trabalhos acabou sendo a imprensa local. Destarte, esta característica assinalada pelos autores, de selecionar o jornal como peça estratégica para uma abordagem da vida social de um segmento, pode viabilizar outras perspectivas, entre elas, a de relacionar, por meio do estudo prosopográfico, outras dimensões ou segmentos do mundo político, tais como os imaginários sociais e os mitos.

Nesse sentido, há aqui o esforço em considerar a relação intrínseca entre o mito e o contexto histórico em que ele surge e atua. Em concordância com Girardet (1987), os elementos míticos são, na sociedade contemporânea, veiculados nos discursos políticos, sejam eles verbais ou não verbais, e são publicizados por meio da imprensa, sendo necessário analisar o palco dessa atuação. A imprensa configura-se um cenário específico, propício ao surgimento e à performance de figuras e de discursos mitologizados, na forma do que conhecemos por espetáculo. Como descreve Raoul Girardet, há uma ligação entre o discurso mítico, aqueles que o assimilam e seu tempo:

Então é em toda sua autonomia que se impõe o mito, constituindo ele próprio um sistema de crença coerente e completo. Ele já não invoca, nessas condições, nenhuma outra legitimidade que não a de sua simples afirmação, nenhuma outra lógica que não a de seu livre desenvolvimento. E sem dúvida, qualquer que seja o caso, a experiência mostra que cada uma dessas “constelações” mitológicas pode surgir dos pontos mais opostos do horizonte político, pode ser classificada à “direita” e à “esquerda”, segundo a oportunidade do momento. (GIRARDET, 1987, p. 11-12).

Na congruência desses fatores, é verossímil dizer que a prosopografia, ao coincidir com a história política e com a história das elites, possibilitou, como ferramenta, entrelaçar ou relacionar quatro categorias indissociáveis para a presente pesquisa: a religião, o mito, a política

e os intelectuais. Entre os cuidados que se buscou tomar ao adotar essa metodologia para esta investigação, o mais importante foi o de evitar todo tipo de *coisificação*, para usar a expressão de Albernaz (2011), ou seja, de considerar os personagens da pesquisa como um grupo definido e homogêneo, generalizando as características de uns poucos indivíduos a todos do grupo. Dessa forma, mostrou-se o quanto foi necessário considerar a complexidade e o exame de forças internas organizadas e antagonistas, atuantes dentro da própria militância do grupo e da Igreja Católica³¹. Precisamente por isso, não foi admissível supor que todos os componentes (objetivos e subjetivos) dentre os militantes católicos reunidos frente ao *jesuitismo* e à reabilitação da memória de Anchieta, por exemplo, fossem similares e alcançassem uma mentalidade homogênea e unitária em suas trajetórias.

De qualquer maneira, a pesquisa procurou fontes que pudessem definir e identificar a coletividade a ser estudada, no que diz respeito à sua formação, mas também à sua dinâmica social, privada, pública ou, mesmo, cultural, ideológica e política, permitindo, conforme bem apontou Silva (2016, p.118), que o “leitor” soubesse “exatamente sobre quem se fala”.

Em face do exposto, foi realizada uma listagem prévia dos principais integrantes do movimento anchietano, promovido pelo grupo ASB, o que foi feito a partir da identificação de seus nomes, conforme apareciam citados nas seguintes obras: *Quinzena Anchieta*. A Acção Social Brasileira pela voz: Brasil a Anchieta (1534-1934); *Acção Social Brasileira: 4ª Conferência Nacional de Educação* [1931]; *Acção Social Brasileira: Edifício Anchieta* (1933); *Anchieta: conferências lidas no IHGB* (1933-1934); e, além disso, também em jornais e revistas da época e nas missivas da ASB e da APC do Distrito Federal destinadas à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro³². O número de indivíduos listados foi de 127 nomes³³.

Após concluir essa etapa, um levantamento de dados biográficos de cada um desses militantes foi realizado. Tal processo levou cerca de um ano e nove meses de investigação, visto que, para captar cada identidade dos sujeitos dessa rede, foi necessário examinar individualmente suas trajetórias, o que se procedeu, primeiramente, por meio da análise qualitativa das ocorrências (um total aproximado de 6.933) de seus nomes na imprensa

³¹ Sobre essa afirmação, é válida a assertiva de Gramsci (2011) quanto à complexa organização da Igreja e sua aparente homogeneidade ideológica. O autor enfatiza, por exemplo, que sempre existiu uma “luta viva” entre católicos integristas e modernistas contra os jesuítas. Para Gramsci, a força coesiva da Igreja é menor do que aparenta ser, não apenas em decorrência da crescente indiferença da massa dos fiéis por questões religiosas ou eclesiais, aspecto também apontado pelo autor, mas principalmente pelo fato mais grave de que “o centro eclesial é impotente para aniquilar as forças organizadas que lutam conscientemente no seio da Igreja”. (GRAMSCI, 2011, p. 155).

³² Ver Anexo A (1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6).

³³ Ver a relação dos intelectuais em Apêndice 1.

periódica, pesquisa que tomou como referência o período de 1920 a 1949³⁴, e que se baseou no acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Posteriormente tais informações foram cruzadas com outras fontes, como livros e artigos, folhetins, teses, dissertações, artigos acadêmicos, dicionários biobibliográficos, dicionários de mulheres, enciclopédias livres, como a *Wikipédia*, livros memorialísticos, anuários genealógicos brasileiros, em especial o de *Titulares do Império*, sob o período de 1940 a 1942.

Foram verificados, ainda, os verbetes biográficos disponíveis nos arquivos digitais da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do IHGB, da ABL, do CPDOC, da ABE, da ANM (Academia Nacional de Medicina) e do IBGE. Nesse processo, foram ainda consultadas as Bases de Dados Genealógicos *Myheritage*, *Geneanet*, *Prabook*, dentre outras. Por fim, para definir e identificar a coletividade, de modo a explicitar tanto os lugares que cada um desses personagens ocupou nas redes católicas e nas instituições que os qualificariam como partícipes do projeto político jesuíta, como suas parcerias (apoio pessoal, familiar e/ou político) e as funções que desempenharam no âmbito do movimento inaciano, tais informações foram também cruzadas com as obras mencionadas acima.

Quanto à escolha desses indivíduos, é importante mencionar que ela foi feita em função do recorte temporal desta pesquisa, a qual buscou, dentro da limitação das fontes, apreender quem foram os militantes católicos que participaram do movimento pró-jesuíta, em especial do IV Centenário do padre Anchieta, da Quinzena Anchieta, da Campanha Nacional Pró Edifício Anchieta e da Campanha Pró-Companhia de Jesus no Brasil, promovidas pelo grupo ASB, pela AACJ (RJ) e por seus colaboradores, entre os quais estavam os membros do CDV, da APC do Distrito Federal, da CCBE, da ABI, da ABE, da Pró- Arte, entre outras entidades culturais, no período compreendido entre 1930 e 1934.

³⁴ Com o objetivo de organizar os dados, foram criadas pastas de trabalho para armazenar as ocorrências em arquivos individuais, o que se realizou utilizando-se o sistema operacional *Windows*. A fim de disponibilizar arquivos de *backup*, lançou-se mão, também, da funcionalidade de sincronização automática, o que permitiu garantir a presença de uma cópia das informações em um repositório virtual. Além dos recursos digitais, foram utilizados, ainda, dois cadernos para registrar as informações mais relevantes. Tais anotações, que poderiam ser chamadas de “diário escrito” da pesquisa, possibilitaram tornar mais ágeis tanto a seleção como a organização e a avaliação qualitativa das ocorrências. A percepção de que o uso de notas manuais facilitaria o trabalho se deveu ao fato de que, no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, o carregamento das imagens pode ser demorado e, além disso, nesse serviço, nem todas as telas permitem o salvamento de arquivos em formato PDF, casos em que só é possível obter as informações capturando-as por partes, o que exige o uso de um aplicativo específico, como o *Lightshot*. Dessa forma, tendo em vista essas limitações, notou-se que o procedimento da escrita superava, em tempo, todo o encadeamento necessário para o armazenamento das informações.

O critério de escolha desses sujeitos também recaiu sobre a importância deles, tanto no quadro das discussões sobre os ideários católicos, quanto na relevância da sua inserção na imprensa periódica local (Rio de Janeiro) e em outras instituições nas quais participaram.

De modo correlato, afloraram, no transcorrer do ofício, outras questões, hipóteses e indícios no quadro deste estudo. Assim, por exemplo, ao procurar identificar, os pontos de articulação dos jornalistas católicos com as redes de circulação da ASB, no âmbito das solidariedades de um *partido jesuíta*, (visto que todos os intelectuais desfrutaram, pela sua ligação, de uma ou mais instituições que tinha foro próprio, decalcado do modelo eclesial, dos objetivos, privilégios, prerrogativas e obrigações da Ação Católica), percebeu-se a necessidade de incluir outros 25 nomes na lista³⁵, em especial, os dos jornalistas que atuavam diretamente na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e na AAACJ (RJ). Contudo, a apreciação sincrônica dos dados, a padronização e o cruzamento das biografias já estavam devidamente estruturados sob a referência dos “127” intelectuais selecionados e, dessa forma, qualquer acréscimo ou modificação nesse conjunto de informações comprometeria toda a base de dados e, conseqüentemente, seus respectivos resultados. Por outro lado, a eventual definição de percursos na imprensa, buscando-se analisar as relações entre os domínios jornalístico, político e intelectual, se fazia imprescindível.

Diante desse impasse, optou-se por dividir o estudo prosopográfico em duas partes, de modo que elas tivessem objetivos bem pontuais, mas, ao mesmo tempo, correlacionados. Assim, a primeira dessas partes, se ateve a elaborar um *esboço prosopográfico* preliminar dos jornalistas católicos que estivessem envolvidos no movimento político e cultural iniciano e, também, que tivessem relação direta com a ASB, procedimento que foi realizado a partir da análise do itinerário do então presidente da ABI, o então Herbert Moses (1884 -1972)³⁶, o qual envolvia os mais variados espaços de sociabilidade. Destes, porém, priorizou-se a sua atuação na imprensa.

O objetivo desse momento do estudo foi tentar chegar a um perfil, ou a alguns perfis, predominantes desses intelectuais católicos, uma vez que, além de atuarem como jornalistas,

³⁵ Ver Apêndice 2.

³⁶ Herbert Moses (27 jul. 1884–11 mai. 1972) foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre os anos de 1931 a 1965. Advogado e jornalista, atuou, paralelamente a essas atividades, como membro do conselho diretivo do Instituto da Ordem dos Advogados e dos Conselhos Consultivos do Instituto Previdência e do Distrito Federal. Além disso, foi diretor da Associação Comercial, do Automovel Club e do Jockey Club e diretor-secretário da Cia. Souza Cruz e da Lithographia Ferreira Pinto e Cia. Foi, também, diretor-tesoureiro do jornal *O Globo* e da *Revista Souza Cruz* e, ainda, líder da comunidade israelita e presidente do Instituto Cultural Brasil-Israel. Moses colaborou no movimento da Ação Católica Brasileira, em especial na Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta (1933–1935). Consultar: Ferreira, M. (2009) e Ficha Biográfica disponível em: <https://intelectuais.com.br>

eles também desempenharam papéis importantes no movimento católico da década de 1930. Dessa forma, tomando-os em conjunto, “como um grande retrato de indivíduos”, para usar a expressão de Vieira (2019, p. 28), como um *ator coletivo*, foi possível apreender os esforços encetados quanto ao controle, à organização e à disseminação dos valores apostólicos (políticos e religiosos), no âmbito dos registros impressos, em favor da efetivação de um *ethos* político-jesuítico.

A segunda parte do estudo prosopográfico, sem deixar de se correlacionar à primeira (de base preliminar), referiu-se ao “perfil do grupo” ASB e de seus colaboradores, os “Legionários de Anchieta”, isto é, estava relacionada aos personagens históricos que atuaram mais diretamente no âmbito educacional, mas que também eram membros da AAACJ (RJ) com o diferencial de, neste caso, termos sob análise a trajetória de muitas intelectuais femininas. Tal especificidade, de certa maneira, também foi decisiva para composição dessa abordagem realizada em duas fases.

Dessa forma e, em síntese, pode-se dizer que, dentro de um universo aproximado de 127 militantes católicos previamente selecionados do período, optou-se por recortar um subgrupo de 60 indivíduos³⁷, cuja característica principal era a atuação na imprensa, no sentido de, por meio do cruzamento de informações entre as biografias e, destas, com os dados obtidos alhures, recriar suas redes de sociabilidade. Configurou-se, dessa maneira, a possibilidade de revelar os verdadeiros objetivos por trás do fluxo da retórica política, uma vez que a pesquisa proporcionou a interpretação mais correta dos documentos que esses sujeitos produziram.

Além disso, tal como foi apresentado por Castro (2016) e Noronha (2011), verificou-se a necessidade de elaborar fichas temáticas, as quais deveriam ser correspondentes às fichas biográficas já produzidas, por meio da utilização dos campos *ID*³⁸ e *nome completo*. Esse procedimento mostrou-se necessário para organizar e, também, facilitar a busca de informações sobre os principais eventos, situações e locais que propiciavam a sociabilidade desse grupo específico, tais como congressos católicos de educação, inaugurações de bustos, de estátuas, de imagens e de instituições, além de cerimônias, missas campais, palestras, conferências, festividades anchietanas e, também, de jornais, revistas, salões, associações, *chás relatórios*³⁹

³⁷ Ver Quadro VII. Vale enfatizar que tal recorte é resultante da soma de 35 intelectuais (do Banco de Dados relativo aos 127), somado aos 25 intelectuais identificados posteriormente.

³⁸ O *ID* corresponde ao código de identificação numérica de cada intelectual, o qual é indicado nas fichas biográficas do banco de dados do programa *Access* e nas tabelas de sistematização de dados do programa *Excel*.

³⁹ *Chás relatórios* eram, conforme matéria publicada no jornal *Diário Carioca*, uma campanha para angariar fundos para diferentes associações beneficentes. Conferências também faziam parte do programa dos chás, entre os temas mais destacados, podemos citar os problemas sociais das mulheres e o ensino dos valores católicos. Ver: (PROBLEMA... 1936, p.2).

e beneficentes, entre outros. Portanto, o banco de dados da presente proposição foi dividido em pelo menos duas tabelas, o que não impossibilitou o processo de elaboração da sua estrutura ou a definição de outras. Assim, a arquitetura dessas grades de dados permitiu, por exemplo, a justaposição das informações mais significativas relacionadas ao problema da pesquisa, operação que é possível a partir da ferramenta “busca avançada”, uma funcionalidade subdividida em 11 seções interligadas e sincronizadas correspondentes ao campo de pesquisa “palavra-chave”.

Figura 1 - Ficha de *Busca Avançada* e respectivas subdivisões.

The image shows a screenshot of a web application titled 'buscaAvançada'. At the top, there is a search bar with 'Estruturas de Sociabilidade' selected in the dropdown and 'Ação Social Brasileira' entered in the text field. Below the search bar is a table with 6 columns: ID, Nome, Local de Nascimento, Local de Nascimento, Setor de Militância, and Estruturas de Sociabilidade. The table contains 19 rows of data. A dropdown menu is open from the 'Estruturas de Sociabilidade' column, showing a list of categories: ID, Nome, Local de Nascimento, Rede Familiar, Setor de Militância, Estruturas de Sociabilidade, Redes de Sociabilidade, Escolaridade, Profissão, Cargos Políticos, and Obras. A blue arrow points from the dropdown menu to a smaller version of the same interface shown below it, which is a simplified view of the search results.

ID	Nome	Local de Nascimento	Local de Nascimento	Setor de Militância	Estruturas de Sociabilidade
5	Afonso Penna	Local de Nascimento	dez 1879 - 12 abr 1968	Minas Gerais	Ação Social Católica
6	Alceu Amoroso	Rede Familiar	dez 1893 - 14 ago 1983	Rio de Janeiro	Em 1924, Alceu A. Lima, interrompe sua coluna de crític
9	Alfredo Gomes	Setor de Militância		São Paulo	Ação Social Católica
14	Amélia de Rezende	Estruturas de Sociabilidade	mar. 1877 - 3 fev. 1948	São Paulo	Ação Social Católica (ASC)
15	Ana Nabuco de	Redes de Sociabilidade	n. 1873 -	Rio de Janeiro	Ação Social Católica
18	Belisario August	Escolaridade	nov. 1868 - 4 nov. 1939	Minas Gerais	Ação Católica Brasileira
19	Branca Ribeiro Guile (Branca Coutinho)	Profissão	1884 - 1970 (Ver: MyHerit	Rio de Janeiro	Ação Social Católica
20	Carlos Américo Barbosa de Oliveira	Cargos Políticos	1 dez 1887 -	Rio de Janeiro	Ação Católica Brasileira
23	Celina Guinle de Paula Machado	Obras	21 ago 1887 - 30 jun. 1974	Rio de Janeiro	Ação Católica Feminina - Ação Social Católica
28	Condessa Amalia Matarazzo (Amalia Cin		1885 - 1958	São Paulo	Colaboradora da Ação Social Católica
32	Elisa de Rezende (Elisa de Souza Rezen		15 ago 1879 - 24 dez 1938	São Paulo	Ação Social Católica
41	Fernando Magalhães (Fernando August		18. fev. 1878 - 10 jan. 1944	Rio de Janeiro	Ação Católica Brasileira
43	Flavio Lyra da Silva		1880/1887 - 13 out 1975 (	Rio de Janeiro	Ação Social Católica
46	Francisco Tito de Souza Reis		20 jul 1882 - 8 jul. 1946 (v	Pernambuco	
47	Frei Pedro Sinzig		29 de janeiro de 1876 - 8	Austria	
51	Hortencia Goulart Weinschenck (Horter		1880 - 8 mar 1973*	Não identifica	

Esquemáticamente, para a elaboração das tabelas e posterior sistematização dos dados biográficos, a opção tomada foi pela utilização do programa *Microsoft Excel*⁴⁰ e, para a mineração dos dados e a criação dos relacionamentos com suas respectivas cardinalidades, a

⁴⁰ Ver exemplos de parte do processo de sistematização dos dados, realizado a partir da utilização do aplicativo *Microsoft Excel*, em Apêndice 3 (1, 2, 3).

escolha foi pelos softwares *PowerBI* e *Microsoft Access 2016*⁴¹. Assim, conforme o Quadro 1, abaixo, essas tabelas possuem, resumidamente, os seguintes campos:

Quadro I - Síntese dos campos

	Dados biográficos	Estruturas e espaços de sociabilidade (década de 1930)	Cruzamento de dados
1	Nome	Eventos	Estruturas e espaços de sociabilidade compartilhados Rede familiar comum Categorização
2	Pseudônimos	Conferências	
3	Sexo	Palestras	
4	Data de nascimento	Chás beneficentes – Relatórios	
5	Local de nascimento	Missas	
6	Escolaridade	Celebrações	
7	Setor de militância	Congressos	
8	Estruturas de sociabilidades às quais pertenceu	Clubes	
9	Cargos políticos (partidários – eletivos-administrativos)	Imprensa católica: jornais, revistas e rádios	
10	Profissão - Ocupação	Academias Culturais (ABL; ACE; ANM; AMB, etc.)	
11	Origem social (Família)	Instituições sociais (Filantrópicas e Caritativas)	
12	Obras	Academia do Comércio (AC)	
13	Fontes e Referências	ABI	
14		AAACJ	
		Cultura Artística do RJ: Pró-Arte	
		IHGB	
		ASB	
		ABE	
		LDN	
		CAAPC	
		APC e CCBE	
		AEC	

Fonte: Quadro elaborado com base nas fontes e nas informações contidas nas descrições conceituais de autores que abarcaram, em seus estudos, elementos para a aplicabilidade do método prosopográfico.

Abaixo, a representação dos *campos* na ferramenta Access, criada com o objetivo de automatizar a inserção e extração dos dados ou acrescentar registros e/ou atributos a tabelas já existentes:

⁴¹ Em relação ao tratamento de dados e à criação de painéis com a utilização do software *PowerBI*, ver: Serra (2019). Em relação ao programa *Microsoft Access 2016*, ver apostila (guia de informações) do Programa Educação Corporativa da Secretaria de Administração de Pernambuco, disponível em: http://www.cefospe.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=42653415&folderId=39769427&name=DLE-229001.pdf. Acesso em: 17 fev.2021.

Figura 2 - Ficha biográfica individual elaborada no programa *Microsoft Access*.

intelectuais: Banco de dados: D:\OneDrive - Fundação São Paulo\dfs_amanda\intelectuais.accdb (Formato de arquivo Access 2007 - 2016) - Access Gonzalez Fox

Página Inicial Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados Ajuda Diga-me o que você deseja fazer

Menu **intelectuais**

Nome	Amélia de Rezende Martins	Gênero	Feminino	14	
localNasc/Falec.	Campinas- São Paulo	Data Nasc/Fal.	23 mar. 1877 - 3 fev. 1948		
Escolaridade	Educação inicial por preceptoras que lhe ensinaram as primeiras letras, música, tarefa doméstica, religião, francês, alemão e inglês. Entre 1886 a 1889, estudou no Colégio Progresso (futuro Colégio Jacobina) no Rio de Janeiro. Retorna para Campinas e finaliza os estudos novamente com preceptoras até meados de 1894.	Profissão/ Ocupação	Escritora, publicista, conferencista, militante e codirigente do movimento católico brasileiro. Foi, entre 1905 e 1914, como presidente da Associação das Mães <i>Criadas</i> na cidade de Campinas, uma das mais notáveis.		
Sector de Militância	Ação Social Católica (ASC)				
Rede Familiar	Avós maternos: Isabel Augusta de Souza Queiroz (1829-1926) e Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira (1809-1889) (Primo de Ruy Barbosa). Avós Paternos: Estevão Ribeiro Rezende (1777-1856) (Marquês de Valença) e Ilídia Mafalda de Souza Queiroz (1805-1877) filha do Brigadeiro Luiz Antônio de Sousa Queiroz e de Genebra de Barros Leite. <i>Doi: Geraldo Ribeiro de Souza Rezende</i>				
Obras	MARTINS, Amélia de R. O meu Brasil (1930); Quadro Sinóptico e Sincronico de História do Brasil, 24 pontos de História do Brasil, Quadros sincrônicos de História Universal; Geografia Elemental; O livro de José Maria (1930); 40 pontos de Geografia; Pontos de História Universal: História antiga e Idade Média (1932); Curiosidades Musicais (1920); História da Música; As 9 sinfonias de Beethoven; Meu livrinho de Missa (1926); Reflexões sobre o momento social (1918); Complemento às reflexões sobre o momento social (1919); A moda (1920); Os problemas sociais e o Feminismo (1924); A mulher e a política (1932); Ação Social Brasileira - Edifício Anchieta (1933); Ação Social Brasileira - Cartas Conferências - Programas (s.d.); Grandes				
Cargos Políticos (partidários-eletivos)-					
Estruturas e Espaços de Sociabilidades	COLÉGIO PROGRESSO (1878 - 1911) AÇÃO SOCIAL BRASILEIRA (ASB) BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. "O problema brasileiro da escola secundária" (1930) LIGA DA DEFESA NACIONAL (LDN): Reunião da Comissão executiva (1932) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE): Conselho Diretor (1927-1928); Sócios (1928). Primeira Conferência Nacional de Educação (1927). Conferência "Jogos Educativos e Diversões para mocidade (1930). ABE: Terceira Semana de Educação (1930) ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES CATÓLICOS- APC (1932) ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO (AEC): Programa Festa das Noelistas (1924); Revista Noel (1922); Curso do Colégio Jacobina "Educação cívica através da história do Brasil" vinculado à ABE, no círculo católico da AEC (1928) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MÚSICA (ABM): Conferência (1931) PRÓ-ARTE. Jantar-reunião para o Trio Schneider (1933) SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA DO RIO DE JANEIRO (SCARJ) (1933) - Seção Artística da AÇÃO SOCIAL BRASILEIRA (ASB). AUTOMOVEL CLUB: 33º Aniversário do curso Jacobina (1935).				
Redes de sociabilidade estabelecida entre intelectuais	COLÉGIO PROGRESSO (1878 - 1911). Fundado por: Miss Eleanor Leslie Hentz (diretora). Cooperação do monsenhor Brito, mais tarde bispo (1901), reitor do Colégio Pedro II, em 1910, Arcebispo de Olinda e Recife. Em 1889, Colégio Progresso funda seu primeiro jornal estudantil, cuja redatora principal foi Ernestina de Freitas Coutinho. Professor Martins Teixeira, miss Evalice Leslie (mrs Harvey, irmã de Leslie). Outras diretoras: Isabel Jacobina Lacombe, Emilia Meira (fundadora do Colégio Progresso Campineiro (e do Araraquara), Isabella Robinson Andrews (fundadora do Colégio Andrews), Luitza Ribeiro Faro (Fundadora do Colégio Progresso para meninos- Formou: Octavio Rodrigues Lima, Alvaro Lyra da Silva, Fernando Lacombe, Olavo Guimarães), Delminda Socorro. Primeiros Colaboradores: Maria Gomes Santarém Leite, João Kopke, Heitor Lyra da Silva (1907), Everardo Backheuser (1909), Gaston de Wael (1907), Maroquinha Rabello (Maria de Oliveira Jacobina) professora de literatura, Maria Luisa Werneck (catequista), Mademoiselle Juliette Wencellius (professora de desenhos), maestro Nepomuceno, Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos (prof. Gramática), José Otílica (filologia, latim), Isabella Robinson Andrews (prof. inglês e matemática), Louise de Barbosa de Oliveira (prof. história, casada com o primo Carlos Barbosa de Oliveira), Felix Armando de Moraes Frazão (prof. História natural), Francisca Jacobina (antes Francisca Augusta Barbosa de Oliveira), Francisca de Oliveira Jacobina (Chiquita), Isabel Augusta de Souza Queiroz (depois Isabel Barbosa de Oliveira). ALUNAS DO COLÉGIO PROGRESSO: Adelaide Lemos Mendonça, Adalgiza Ferreira de Araújo, Albertina Lafayette Stockler, Alcida Magalhães Bevilacqua, Alice Bebião Rocha Vaz, Alice Carneiro, Alice Corrêa, Alice Nogueira, Alice Sayão Carvalho Araújo, Amélia de Rezende Martins, Angela Grün Moss, Anna Borges Barroso, Anna Saldanha, Antoninha Seabra, Antonieta Araripe, Beatriz Rocha, Beatriz Sá, Beatriz Rocha, Carlinda Cunha Mattos, Carmen Pacheco, Carolina Spinola, Cecília de Veiga Leitão, Clotilde Monteiro de Bastos, Elisa de Rezende, Eunice Seixas, Elisa Souto de Oliveira, Felisberta de Souza Spinola, Francisca Jacobina Lacombe, Francisca Leme, Elvira Silveira, Deolinda Vieira, Francisca Silveira Martins Ramos, Georgina Figueira de Melo Bueno de Miranda, Georgina d'Oliveira				
Fontes	Ocorrências em Jornais/Revistas (1920-1929): 264. Ocorrências (1930-1939): 582. Disponíveis em: HDBN- Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. https://bdn.digital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ . Acesso em: 9 mai 2020. ANUÁRIO GERAL DO BRASIL. 28. Porto: Titulano de Impeño, São Paulo, 1940, p. 2, p. 171				
Categorização					
Ano Nasc.	1877	Ano Falec.	1948	Local Nasc.	São Paulo
Ocupações	Escritora, diretora de Instituição Social		setorMilitanciaCat:	Colaborador da AC	
Rede Familiar Comum	Souza Queiroz, Barbosa de Oliveira, Ribeiro Rezende, Barros Leite, Ribeiro de Souza Rezende, Souza de Rezende, Lopes Martins, Jacobina Lacombe, Lessa, Lyra Silva, Magalhães Castro, Mesquita Pimentel, Coimbra de Magalhães Castro.				
Novo		Buscar			

1.3 O escrutinar dos indícios e a decifração analítica das fontes

Quanto à análise da documentação selecionada, Palmeira (2013), sugere que ao iniciarmos qualquer estudo histórico faz-se necessária, a um tempo, uma vigilância constante das questões que movem a pesquisa e a consideração da lógica social das fontes. Para o autor, a disposição das fontes representa algo que tanto vale como um dos elementos das condições sociais e epistemológicos em que se inscreve o historiador, como, também, representa algo que interfere no campo de possibilidades da elaboração de suas interpretações.

Para ele, o resultado esperado desse processo ligado o tratamento dos dados é a afirmação de uma conduta crítica que não torne fixos os marcos interpretativos (PALMEIRA, 2013). Dito de outro modo, é preciso fazer da *reflexividade* uma arma para que as representações de um autor ou de um ofício corporificado não sejam acriticamente incorporadas pelo historiador, visto que tais representações são, conforme ele ilustra, “um ponto de partida de quem investiga, não o de chegada” (PALMEIRA, 2013, p.98).

Em termos da relevância e da decifração analítica do contexto de produção das fontes, vale também considerar as contribuições de Bacellar (2014)⁴² e, para a análise dos indícios empíricos encontrados, faz-se oportuno usar como referência outras abordagens históricas, como os trabalhos de E. P. Thompson (1981) e de Ginzburg (1989), que propõem a superação de uma epistemologia positivista, empirista e materialista tanto nos cuidados como no tratamento das fontes⁴³. Nesse sentido, as fontes aqui disponíveis serão constantemente interrogadas, cotejadas e contextualizadas, não só visando problematizar a narrativa, mas também com o objetivo de identificar novas questões e estabelecer constâncias, mudanças ou permanências nas informações.

Postos, então, esses termos, serão utilizados três conjuntos documentais e, com relação a eles, formuladas as discussões teórico-metodológicas correspondentes. O primeiro tipo de fonte que pode ser utilizado na investigação aqui proposta e que traz vestígios de *jesuitismo*, incluindo-se aqui, o processo de mitificação positiva da Ordem como entidade educadora superior e a heroificação de Anchieta como herói católico da educação, nesses anos iniciais da

⁴² Nesse caso, um dos pontos cruciais no que se refere ao uso de fontes, para o autor, reside na necessidade de se entender o texto no contexto de sua época, levando em conta, inclusive, o significado de conceitos, termos, palavras e expressões. Assim, segundo ele dispõe: “o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu.[...]; Ao que acrescenta, ainda, que “o historiador não pode se submeter à sua fonte, julgar que o documento é a verdade [...]; antes de tudo, ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem as produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos. (BACELLAR, 2014, p.64).

⁴³ Cf.: Ginzburg (1989; 2014); Thompson (1981).

década de 1930, por membros da ASB e da AAACJ (RJ) são os periódicos e impressos em geral.

Tomando como referência as considerações de Gramsci (1991), Sirinelli (2003), Cruz e Peixoto (2007) e Luca (2014) pode-se afirmar que os jornais e revistas aqui selecionados não serão compreendidos como obras isoladas e solitárias, mas como empreendimentos coletivos, que aglutinam intelectuais de diferentes linhagens políticas e estéticas, os quais, por sua vez, compõem redes que secretam objetivos, projetos e valores em comum e que se utilizam da palavra escrita para difundir suas ideias. Trata-se, sobretudo, de compreender a imprensa como “linguagem constitutiva do social” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258), detentora de uma historicidade e de especificidades próprias, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais e generaliza posições e interpretações.

Nesta direção, ascende como imprescindível o entendimento da imprensa como uma “força ativa da vida moderna”, problematizando suas articulações a um movimento mais geral, com a história do capitalismo (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 253). Assim, ao ser trabalhada como prática constituinte da realidade social, tal compreensão possibilita desvendar as relações entre imprensa e sociedade a cada momento histórico, e, também, os movimentos de constituição e instituição do social que essa relação propõe. Em face do exposto, os jornais e revistas que serão utilizados na pesquisa – identificados por sua periodicidade, ocorrência e lugar de guarda – podem ser visualizados no Quadro II, abaixo:

Quadro II - Jornais e revistas

Jornais/Revistas		Ocorrências	Local de guarda
Periodização (1920-1930)			
Revista	A Ordem	8	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/
Jornais	A Cruz – (MT)	7	
	Correio Paulistano	6	
	A Cruz – (RJ)	5	
	O Lar Catholico	4	
	O Cruzeiro	3	
	A Batalha	2	
	O Paiz	2	
	Diario Nacional	2	
	Jornal do Commercio	2	
	A Federação – (RS)	1	
Revista	Revista da Semana	1	
Jornais/Revistas		Ocorrências	Local de guarda
Periodização (1930-1939)			
	Jornal do Brasil	78	

Jornais	Jornal do Commercio	72	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/
	A Cruz – (RJ)	60	
	Correio da Manhã – (RJ)	36	
	A Noite	16	
	Correio Paulistano	13	
	O Jornal	13	
	A Federação – (RS)	12	
	A Razão - (CE)	10	
	A Cruz – MT	10	
	Diario de Noticias	9	
Revista	A Ordem – (RJ)	9	
Jornais	O Paiz	8	
	Republica - (SC)	5	
Revista	O Lar Catholico	4	
Jornais	Diário da Noite	4	
	O Jornal - (PR)	4	
	O Cruzeiro	3	
Revista	Revista da Semana	3	
Jornais	A Manhã – (RJ)	3	
	Diario da Manhã – (ES)	3	
	Diario de Pernambuco	3	
Revista	A Ordem – (RN)	2	
Jornais	A Batalha	3	
	Correio de S.P	2	
	Gazeta de Noticias	2	
	A Nação – (RJ)	2	
	Diario Nacional	2	
Revista	Vida Domestica – (RJ)	2	
Revista	Revista Brasileira – (RJ)	1	
Jornal	Diario Carioca	1	
Revista	Fon-Fon	1	
Jornais	O Dia	1	
	Annaes da Assembléa Nacional Constituinte – (RJ)	1	
	A Noticia – (SC)	1	
Revista	Anchieta e o IV Centenário de Pinheiros	1	
Revista	Instituto Histórico e Geographico - 1934.	1	
Revista	Excelsior	Edições: 1928-1940	
Revista	Revista Brasileira de Pedagogia : órgão da CCBE.	Edições: 1934 - 1938	

Fonte: Elaborado com dados coletados dos bancos de dados da Biblioteca Nacional Digital. A busca foi realizada por ocorrências e palavras-chaves sob o período de 1920–1940.

Cabe, entretanto, registrar que os impressos expostos correspondem a uma seleção parcial de um total de 587 itens disponíveis na Biblioteca Nacional Digital (BND), os quais foram previamente categorizados, por meio de cruzamento e justaposição de informações e de

palavras-chaves⁴⁴, da seguinte forma, respectivamente: 43 para o período de 1920-1930; 429 para o período de 1930-1939; e 115 para os anos entre 1940-1949. Desse total, contudo, foram selecionadas 470 ocorrências⁴⁵, em especial, aquelas que:

- a) possuísem questões advindas do problema de pesquisa. Nesse sentido, foi necessário gerar polos específicos de interesse e interpretações possíveis para os dados, escolhendo aqueles de maior relevância para servirem de informação à problemática proposta.
- b) cobrissem o período delimitado para a pesquisa: de 1930 até 1934.

Na periodização relativa aos anos finais do decênio de 1920 e pós 1934 até os anos iniciais da década de 1940, foram classificadas as ocorrências de maior significado em seus conteúdos, no caso, aqui, aquelas que remetem diretamente às experiências iniciais e finais dos grupos ASB e AAACJ (RJ) no movimento iniciano.

O segundo conjunto de fontes a explorar, relacionado no Quadro III, a seguir, são os artigos, teses⁴⁶ e livros (memorialísticos, (auto) biográficos ou não)⁴⁷ escritos pelo grupo. Bontempi Junior (2001), propõe que ao examinarmos as obras ou livros memorialísticos escritos por intelectuais, faz-se necessário ir além da verificação de seus conteúdos. Ou seja, tanto quanto possível, é preciso identificar os *desvios* e *distorções* que esses escritos trazem, obtendo de seus conteúdos o “diálogo explícito ou não, que travam nos campos teórico e político” (BONTEMPI JUNIOR, 2001, p.22).

⁴⁴ O total de ocorrências foi conjugado a partir das palavras-chaves: “Anchietana”; “Quinzena Anchietana”, “Associação dos Professores Católicos-APC”, “Comissão Anchietana”, “Anchieta mestre educação”, sob o período de 1920-1940.

⁴⁵ As ocorrências selecionadas para a pesquisa são as seguintes: 43 para o período 1920-1930; 399 para o período 1930-1939; e 30 para o período 1940-1949.

⁴⁶ Os trabalhos apresentados pelos conferencistas são, no período, denominados simplesmente de *teses*. Ver, por exemplo, o Boletim da Associação Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, nº 12, ago.1928, p.2. Outro exemplo que ilustra a utilização do termo *tese* em relação direta aos trabalhos ou propostas apresentados por conferencistas no período, pode ser verificado na própria definição da Comissão Diretora do Congresso Católico (CDCC) da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), em artigo publicado no jornal *A Cruz*, em agosto de 1934. Segundo a CDCC, para que um trabalho fosse considerado uma tese, este deveria ter, “no máximo seis laudas de formato ofício quando datilografadas”; além disso, deveria ser, obrigatoriamente, finalizado com uma “conclusão justificada” e relacionado a um tema gerador. Nesses termos, os trabalhos eram subdivididos em: *Teses Práticas* (trabalhos relacionados com o método de ensino); *Teses Teóricas* (trabalhos relacionados à elucidação das características da filosofia educacional católica) e *Teses Especiais* (trabalhos com temas variados, entre os quais: “educação da mulher; escola paroquial; universidade popular; cinema, rádio e teatro como fatores educativos; educação e sindicatos, origens católicas do ensino no Brasil, bases católicas da psicologia educacional e o ‘manual training’ no ensino secundário” (CONFEDERAÇÃO Católica Brasileira de Educação. *A Cruz*, 19 ago.1934, p. 3).

⁴⁷ Sobre os termos *memorialístico*, *biografia* e *autobiografia* e suas respectivas definições em relação ao gênero e implicações teóricas, ver: Alves, J. (1997); Costa, J.C. (2007) e, especialmente, Levillan (2003) e Borges, V. (2014).

Quadro III - Livros

Nº	Livros	Referência	Local de guarda
1	MARTINS, Amélia de R. Meu Brasil: Feriados Nacionais e Pontos Importantes da História: para as crianças. São Paulo:Escolas do Lyceu Coração de Jesus, [1926?].	Livro	Arquivo Pessoal
2	MARTINS, Amélia de R. Meu Brasil.Rio de Janeiro:Officinas Graphicas. Emp.Almanak Laemmert Ltda, 1930.	Livro	
3	MARTINS, Amélia Rezende. Acção Social Brasileira. 4ª Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro, [1931?].		
4	MARTINS, Amélia de Rezende. Acção Social Brasileira. Rio de Janeiro, s.ed.1933.	Livro	
5	MARTINS, Amélia de R. Quinzena <i>Anchieta</i> . A Acção Social Brasileira pela voz do Brasil a Anchieta (1534-1934). Rio de Janeiro: Oficinas graphicas Almanak Laemmert, 1934.		
6	MARTINS, Amélia de Rezende. Compêndio de História do Brasil. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas. Emp.Almanak Laemmert Ltda ,1937.		
7	CABRAL, J. Ação Social da Igreja: fatos e documentos. Rio de Janeiro:Editora Vozes, [1934?]		
8	FRANCA, Leonel. O método pedagógico dos jesuítas. O Ratio Studiorum. 1ª edição [1952]. CEDET- Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico - Campinas: Kirion, 2019.		
9	VIEIRA, C. <i>Anchieta</i> . Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1930.	Livro	
10	SERRANO, Jonathas. Anchieta. Grande educador da sociedade brasileira. <i>Deus o Quer!</i> Rio de Janeiro: Ed. Livraria Católica, 1934.	Livro	
11	CALMON, Pedro. <i>Anchieta</i> : o santo do Brasil. [S.l.]: Editora Melhoramentos,1930.	Livro	
12	FLEIUSS, MAX. <i>Anchieta</i> . [S.l.]: Livraria o Globo,1935.	Livro	
13	FILHO, Virgílio C. <i>Como se fundou o Instituto Histórico</i> . [S.l.]: Editora IHGB, 1963.	Livro	
14	LIMA, José Augusto de. <i>Augusto de Lima</i> : seu tempo, seus ideais. [S.l.]: Editora MEC, 1959.	Livro	
15	CABRAL, Alfredo do Valle. Cartas avulsas:1550 -1568. Publicações da Academia Brasileira. Tomo II, História: Cartas Jesuíticas II, Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.		
16	PEIXOTO, Afrânio. Cartas, orações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J.(1554-1594).Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1933.	Livro	Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin Digital
17	VERITAT, Vox. <i>Anchieta</i> . O carrasco de Bolés. Luz da história pátria: compilação historica. São Paulo: [s.n.], 1896.	Livro	
18	SILVEIRA, América Xavier da. Pedagogia e Didática do Catequista. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1964.	Livro	Arquivo Pessoal
19	ANCHIETA, José de. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.	Livro	Biblioteca Nacional de Portugal CDU: 981.024(0:82-6) 869.0(81) – 6 Anchieta Cota do exemplar digitalizado: r-19794-v

Fonte: Elaborado com os dados presentes nas obras referidas⁴⁸.

⁴⁸ No caso da obra disponível na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin Digital, o acesso foi possível através do acervo presente no *site* <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1> . Ver: Universidade... [2021].

O terceiro conjunto de fontes é composto basicamente por documentos de correspondência (cartas e telegramas), dos membros da ASB, disponíveis nos arquivos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL) e da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Teresa Malatian (2009, p. 204-205) em “Narrador, registro e arquivo”, sugere que as cartas, como fonte ou objeto, devem ser sempre confrontadas com outros documentos. Para a autora, conhecer o contexto, “unir as duas pontas da correspondência – a passiva e a ativa- entre dois indivíduos”, comparar diversas correspondências de um mesmo sujeito, sua natureza e intensidade dos laços que manteve, associando tais procedimentos à “prática de prosopografias ou pequenas biografias em rede”, permite ao historiador construir um quadro analítico rico.

Para Malatian (2009) a correspondência oferece uma via de acesso específica à história política dos intelectuais, pois é a partir do conceito de *sociabilidade* proposto por Sirinelli (2003) que o historiador poderá analisar as correspondências.

Essa perspectiva de análise possibilita esclarecer a “difusão das ideias” entre os intelectuais, “a fixação de certas visões dominantes numa dada época e o seu poder de influir nos acontecimentos” (MALATIAN, 2009, p. 209). Assim, para a análise das correspondências selecionadas no Quadro IV, abaixo, utilizou-se das técnicas de Malatian (2009), como a contextualização; a confrontação e comparação com outros documentos; a consideração de que o material obtido nas cartas não constitui verdade bruta e inexplorada; e a adoção de uma perspectiva analítica que considere a correspondência como lugar de sociabilidade.

Quadro IV - Documentos de correspondência ativa e passiva⁴⁹

	Correspondências	Referências	Locais de Guarda
1	Telegrama para Roquette Pinto-Radio Sociedade -20 abri 1932	A.03-2307 Imagem:3648	FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz
2	Carta para Radio Sociedade: Solicita divulgação de nota em nome da ASB- 19 ago 1935	A.03-3117 Imagem 5051	
3	Carta para Radio Sociedade: Solicita divulgação de nota em nome da campanha inicial Pró-Edifício Anchieta – 22 ago de 1935	A.03-3124 Imagem 5046	
4	Carta para Radio Sociedade: Agradece divulgação de homenagem a José de Anchieta- Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal (APC)- 2 abri 1934	A.03-2672 Imagem:4350	
5	Dossiê Amélia de Rezende Martins	Nº de Chamada: CFBO CFBO SFGR DMARM 14-09-1910	Fundação Casa de Rui Barbosa- FCRB
6	Carta da Ação Social Brasileira (ASB) – Edifício Anchieta para Alceu Amoroso Lima- Parte 1, 2, 3 e 4.	CAALL/ATA/C /A5/42-45	Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade - CAALL
7	Carta da ASB para Henrique de Toledo-Prefeito do Distrito Federal		
8	Cópia do Telegrama da ASB para o Cardeal Dom Sebastião Leme		
9	Telegrama - Anchieta		

Fonte: Elaborado com base nos dados disponíveis nos arquivos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e do Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL).

Em suma, a presente tese compõe-se de seis seções, além da introdução. Na primeira delas, intitulada “O catolicismo se transformou em ‘jesuitismo’? A Companhia de Jesus no Brasil: entre a perseguição e a glorificação (1930-1932)”, discute-se, sob perspectiva histórica, alguns aspectos relacionados ao movimento católico brasileiro no início da década de 1930, principalmente no que se refere às suas características político-organizativas. O objetivo, nesse momento do texto, é ressaltar o que parece implícito, ou melhor, disperso e até mesmo opaco no quadro da historiografia católica brasileira em relação ao posicionamento da Igreja no período, sobretudo no que diz respeito às estratégias políticas de mobilização do laicato, constitutivas de um paradigma de intelectuais, de um *partido jesuíta*, na perspectiva proposta por Gramsci (2011), buscando uma reflexão sobre este esforço (nada unitário e muito menos homogêneo) em caracterizar o *jesuitismo* como referência para se criar uma ampla base popular para um movimento católico-democrático nacional e internacional.

⁴⁹ A expressão pertence à Malatian (2009, p. 204).

Na seção 2.2, “Horizontes da conspiração... Indesejáveis jesuítas espanhóis!”, busca-se demonstrar que o *jesuitismo*, entendido, como prática sociocultural e comportamental de base político-histórica, não estaria dissociado de sua antítese, o *antijesuitismo*. Este último, longe de ser um fenômeno de natureza exógena e homogênea, específico de um segmento ou tempo histórico, é intensificado, de um lado, nos anos 1930, com a crise religiosa espanhola, após a promulgação de sua nova Constituição, marcadamente anticlerical e, de outro, pela própria luta de forças endógenas da Igreja. Problematisa-se, então, de maneira geral, o impacto que este conflito político internacional teve nas páginas da imprensa escrita brasileira, demonstrando, em certa medida, que o *mito político* de um suposto *complô* jesuíta, como propõe Girardet (1987) ganha consistência quando passa do boato, da notícia oralizante, da calúnia para a forma sistematizada pela linguagem escrita, consignada na literatura *antijesuítica* e na ação mobilizadora e criativa dos intelectuais.

Na sequência, a seção 3, “Entre os domínios jornalístico, político e intelectual. O almirante que prefere combater pelo verbo: o *antijesuitismo* de Arthur Thompson (1875 - 1966)”, almeja-se realizar uma produção reflexiva sobre alguns aspectos da trajetória política e intelectual do principal antagonista dos grupos Ação Social Brasileira e Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, o almirante e anticlerical Arthur Thompson, então presidente da Coligação Nacional Pró Estado Leigo (CNPEL). Centra-se para isto, na elucidação de alguns objetivos políticos da entidade, assim como na análise de quatro obras publicadas entre os anos de 1931 e 1934: *O Espiritualismo* (1931;1932), *A Educação* (1932), *O despertar de uma Nação* (1934) e *Palestras Educacionais* (1934). Isso com o propósito de compreender o legado cultural e a atuação de Thompson, nos âmbitos intelectual e político, preferencialmente, na imprensa periódica literária e nas estruturas anticlericais. Assim, a partir dele e das noções de *itinerário*, *redes* de sociabilidade e *produção intelectual* propostas por J. F. Sirinelli, tenta-se captar o *clima*, as sensibilidades ideológicas e culturais comuns que radicalizavam-se em confrontos abertos e diretos contra a classe clerical na cidade do Rio de Janeiro, visto que, para o grupo católico esse personagem era, indubitavelmente, um dos maiores *conspiradores maçônicos* do período, responsável por circular na imprensa um suposto *mito do complô jesuíta*.

Ao mesmo tempo, sob o título “Um esboço prosopográfico das relações políticas e sociais na imprensa” o capítulo permite um desdobramento do próprio tema anterior, isto é, problematisa-se o impacto da produção política e das práticas letradas de Thompson sobre esse grupo de intelectuais *pró-jesuítas*, nominalmente, sobre aqueles que atuavam como jornalistas

filiados à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), mas que também desempenhavam funções na ASB e na AAACJ (RJ).

Partindo-se, a princípio, de uma análise sobre as relações entre os domínios jornalístico, político e intelectual e, portanto, da premissa de que as folhas impressas são fontes privilegiadas para apreensão do *imaginário* e da *cultura política* de um grupo específico, e, também da ideia de que o jornal, conforme esclarece Raquel Discini de Campos (2007, p. 29) “não é só um produto significativo da cultura na qual está inserido, mas também produtor dessa cultura, a que ele ajuda a dar sentido”, o capítulo se atém a elaborar um *esboço prosopográfico* de 60 jornalistas católicos envolvidos neste movimento político e cultural iniciano, o que é feito a partir da apreciação sincrônica dos dados e da padronização e cruzamento das biografias vinculadas ao itinerário do então presidente da ABI, Herbert Moses (1884 -1972), que, desempenhando diferentes atividades profissionais, circulava nos mais variados espaços de sociabilidade. Destes, porém, priorizou-se a sua atuação na imprensa. A análise empreendida busca, de certa maneira, explicitar as estratégias e os esforços encetados desse grupo católico, seja quanto ao controle, seja no que diz respeito à preservação de seus valores políticos e religiosos no âmbito dos registros escritos.

Na seção 4, sob o título “Uma defesa magistral dos ‘abnegados’ jesuítas espanhóis e a fundação da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro (AAACJ-RJ)”, são evidenciadas as tensões no campo do político. Assim, se por um lado, entre os anticlericais, verificou-se a (re) elaboração de um *complô jesuíta* por outro, no meio católico, se fará presente a revelação de outro complô: o do mito da *conspiração judaico-maçônica*. O texto desenvolve-se a partir da mesma matéria jornalística anteriormente priorizada na seção 2.2 deste trabalho, notadamente, o artigo de *A Cruz* que iniciou o debate em relação ao posicionamento anticlerical brasileiro. O objetivo é demonstrar que uma mesma série de imagens ou narrativas pode encontrar-se veiculadas por outras em diferentes momentos, com sincronicidade, interligação e continuidade. Assim, ao longo de todo capítulo, será perceptível a elaboração cuidadosa e planejada das “performances” de figuras e de discursos mitologizados, isto é, verdadeiras “constelações mitológicas” (GIRARDET, 1987, p.11-12) classificadas como defensivas ou ofensivas, segundo a oportunidade do momento, em especial, no jornal católico. Dessa forma, espera-se explicitar a relação que se estabelece entre essa “organização material cultural” da Igreja de “função ideológica” (GRAMSCI, 1991, p.170) e o desenvolvimento de sentimentos coletivos que levam às ações concretas no campo do político. Por fim, ainda nessa seção, será apresentado o contexto e as expectativas relativos à criação da Associação dos

Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ) na cidade do Rio de Janeiro, o que será feito a partir do perfil prosopográfico do grupo ASB e demais colaboradores do *partido jesuíta*. Centra-se, para isso, na elucidação do programa e nas principais metas da Associação. Dentre os objetivos da instituição, pretendeu-se propagar uma cultura teológica-política de matriz pedagógica jesuítica cujo objetivo era aperfeiçoar o laicato católico, isto é, transformá-lo em uma elite intelectual militante para atuar em defesa da Ordem em diversificadas instituições culturais, sociais, religiosas, políticas, educativas e militares. Da mesma forma, a AAACJ (RJ), empreenderia, no ano de sua fundação, reafirmar uma imagem positiva da Ordem às novas gerações de alunos católicos, o que se realizaria por meio da *fabricação* romantizada de um herói católico, capaz de servir tanto de arquétipo ideológico-político, de marco intelectual, moral e espiritual para o *partido* quanto de antítese às ideologias marxistas.

A seção 5 deste trabalho, “Um professor que virou santo! O mestre Anchieta como símbolo do partido jesuíta”, dá continuidade ao anterior, ou seja, visa apreender de que forma as apropriações e o uso político do pensamento e da imagem de Anchieta são materializados na educação. O capítulo revela-nos como a imagem de Anchieta transformou-se em um símbolo poderoso de virtude e saber, um mito sagrado e uma referência de apostolado educativo e intelectual da Igreja. Nessa ambiência, foca no aspecto educacional e no comportamento específico dos intelectuais católicos que atuam no âmbito da cultura, sublinhando as diferentes estratégias empreendidas por eles para tentar instituir no *bloco católico* (GRAMSCI, 2001) a figura do missionário jesuíta como *modelo exemplar* para a conduta dos cristãos (leigos e clérigos), dos intelectuais e dos professores católicos. Uma imagem, notoriamente, não compartilhada por todos os membros da Igreja. Nesse sentido, foca atenção, também, nas disputas e divergências internas que ocorrem no próprio grupo, marcadas, em grande medida, pelas tensões entre as três *tendências* endógenas do catolicismo, caracterizadas como quase que “distintas religiões” no interior da Igreja, isto é, *partidos* que também lutavam pelo domínio de seus materiais filosóficos na instituição.

E, para finalizar, a seção 6, intitulada “A personificação final: o mestre de Piratininga e o seu *manual training* catequético para educação”, examina a *lógica prática* adotada pelo grupo, tanto nas negociações como nos esforços empreendidos, para implantar e viabilizar, no sistema educacional, o ideal filosófico-tomista, político, psicológico e pedagógico da Companhia de Jesus, o que se efetivou por meio da aplicação “atualizada” de seu “plano de estudos” ou “código de ensino”, isto é, o *Ratio Studiorum*. Uma pedagogia que, segundo eles, seria mais combativa, prática e eficiente e, portanto, mais apta para a formação de uma plêiade

de intelectuais partidários do *jesuitismo*. Em suma, a seção revela-nos a luta incessante do grupo para fortalecer, defender e veicular um pensamento educacional católico único que garantisse a legitimidade dos jesuítas no âmbito educacional junto à base de professores, mas também em relação aos grupos escolanovistas e a outros partidos católicos antagonistas que disputavam a primazia no campo educacional no período histórico em estudo.

2 “O CATOLICISMO SE TRANSFORMOU EM ‘JESUITISMO’?” A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL: ENTRE A PERSEGUIÇÃO E A GLORIFICAÇÃO (1930-1932)

Esses católicos descobriram, com grande espanto e sentimento de escândalo, que catolicismo é igual a “papismo” (GRAMSCI, 2011, p.210).

Reconhece-se que, na perspectiva adotada neste estudo, as apropriações políticas e ideológicas em torno da imagem da Companhia de Jesus e em específico, de José de Anchieta, projetadas e promovidas para comemorar o seu quarto centenário natalício no início da década de 1930 do século XX, não foram um caso isolado ou esporádico de reunião de intelectuais católicos. Ao contrário, em princípio, tal mobilização coincidiu com um movimento internacional da Igreja, conhecido como Ação Católica, que, ao ser reorganizado por Pio XI (1922 - 1939)⁵⁰, teve importantes repercussões em nível nacional.

Contudo, sobre esse aspecto, é necessário evitar generalizações, uma vez que a Ação Católica implicou um longo período histórico e uma diversidade de experiências eclesiais, leigas e circunstanciais⁵¹. Pode-se aventar, assim, que apesar de os indivíduos ligados a esse

⁵⁰ De acordo com Paul Foulquié (1957), Ambrogio Damiano Achille Ratti, mais tarde papa Pio XI, nasceu em 31 de maio de 1857, em Desio, pequena cidade a uns quinze quilômetros de Milão, Itália. Era o penúltimo de sete irmãos. Seu pai dirigia uma fábrica na cidade e um tio, Damiano Ratti, era vigário de Asso. Ambrogio Damiano iniciou os estudos secundários, em 1867, no Seminário Menor de São Pedro Mártir, de Milão, foi, depois, para o Seminário de Monza, no qual ficou de 1872 a 1874, e, por fim, para o Colégio São Carlos, onde obteve o bacharelado em Filosofia. Lecionou matemática e latim aos seminaristas de São Pedro Mártir. Ordenou-se em 20 de dezembro de 1879, ingressando, em seguida, na Universidade Gregoriana, que cursou de 1879 a 1882. Em 1888, candidata-se ao posto de bibliotecário em Ambrosiana, biblioteca fundada pelo cardeal Frederico Borromeu, em 1603. Achille Ratti permanece no posto por trinta anos. Em 1912, é nomeado vice-presidente na biblioteca Vaticana. Em 1919, é nomeado núncio apostólico na Polônia e, em 28 de outubro de 1919, arcebispo de Lepanto. Com a morte de Bento XV, a 22 de janeiro de 1922, o cardeal Ratti parte para Roma e, no dia 6 de fevereiro, é proclamado papa, permanecendo por 17 anos, até sua morte, em 10 de fevereiro de 1939.

⁵¹ É importante sublinhar que o exame histórico crítico da origem e do movimento da Ação Católica é complexo. Nesse sentido, a pesquisa trabalha analiticamente em referência à perspectiva gramsciana, principalmente em relação à delimitação temporal da Ação Católica. Segundo Gramsci (2011), a Ação Católica nasceu originalmente “depois de 1848 (e em parte, também no período de incubação que vai de 1789 a 1848) quando surgem e se desenvolvem o fato e o conceito de nação e de pátria, que se tornam o elemento ordenador – intelectual e moralmente – das grandes massas populares, em concorrência vitoriosa com a Igreja e a religião católica” (GRAMSCI, 2011, p.147). Importante referendar que Gramsci (2011) realiza uma crítica aos “raciocínios feitos pelos historiadores católicos (e às afirmações apodíticas dos pontífices nas Encíclicas) para explicar o nascimento da Ação Católica e para vincular esta nova formação a movimentos e atividades que “sempre existiram desde Cristo” (GRAMSCI, 2011, p.147). Para o autor, tal raciocínio é “extremamente falacioso” (GRAMSCI, 2011, p.149). Ele argumenta que antes de 1848 formavam-se partidos mais ou menos efêmeros e personalidades individuais insurgiam-se contra o catolicismo; depois de 1848, o catolicismo e a Igreja “devem” ter um partido próprio para se defender e recuar o menos possível; não podem mais falar (extraoficialmente, já que a Igreja jamais confessará a irrevocabilidade de tal estado de coisas) como se acreditassem ser a premissa necessária e universal de todo modo de pensar e agir. Para Gramsci (2011), a posição da Ação Católica em 1848 era muito diferente da reorganizada por Pio XI, por exemplo. No Brasil, a Ação Católica foi “oficialmente” fundada em 1935, adotada por todo o país pelos setenta bispos e por volta de 1937, tinha, segundo Bruneau (1974), ultrapassado todos os outros movimentos leigos.

movimento objetivarem fortalecer tanto a sua própria identidade como tal quanto a de sua Igreja frente às várias outras religiões e correntes de pensamento dos séculos XIX e XX, esses intelectuais brasileiros, católicos apostólicos romanos, não eram “agentes de Roma”, para utilizar a expressão de Ítalo D. Santirocchi (2010, p.32), ou seja, simples executores de “ordens vindas de cima”, mas complexos personagens históricos que dialogaram constantemente com o centro da sua Igreja e, juntos, porém não isentos de divergências ou conflitos, implementaram um posicionamento frente a sociedade do seu tempo.

Concomitantemente, junte-se a esse quadro, a perspectiva de que, tanto a (re) elaboração do mito de Anchieta, como todas as outras manifestações jesuíticas no período, também foram resultado de um movimento surgido no interior da cidade do Rio de Janeiro, de exigências reais e palpáveis nascidas na administração local de seus prelados e leigos, os quais, naquele momento, desejavam implementar, fortalecer e ampliar a presença da Companhia de Jesus na sociedade. Propõe-se, nesse sentido, que tal particularidade, amparada na ideia de *engajamento na vida da cidade*, para usar a expressão de Sirinelli (2003), teve origem em um evento marcado por grandes comoções políticas na realidade espanhola, em meados de 1931, nominalmente, após a vitória das forças políticas republicanas no país, que culminaram com a expulsão e dissolução de diferentes ordens religiosas, em especial, a ordem jesuítica.

Esse quadro de efervescência política encontrava, além das páginas da imprensa escrita brasileira⁵², outros lugares privilegiados para a realização do debate e do embate, que incluíam a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Academia do Comércio (AC), a Coligação Nacional Pró Estado Leigo (CNPEL), o Centro Espírita Redentor (CER), e, também clubes sociais, academias e instituições culturais como a Ação Social Brasileira (ASB) e a Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ).

Além disso, nesse período edifica-se um mito negativo, monstruoso mesmo, baseado na avaliação do papel negativo de uma instituição em que o jesuitismo se tornou preponderante. Assim, dentro desse contexto, o capítulo também pretende demonstrar que o “*antijesuitismo* não conhece fronteiras”, como assevera Gatzhamer (1993, p. 16) citado por José Eduardo Franco (2000), pois além de remontar à gênese da própria Ordem inaciana (1540), como “um

⁵² Gerson Wasen Fraga (2004), em interessante estudo sobre a Guerra Civil Espanhola (1936 - 1939), demonstrou como a temática foi apresentada à sociedade brasileira pelo jornal *Correio do Povo*, à época, um dos periódicos de maior importância no Rio Grande do Sul. A leitura sobre os fatos ocorridos na Espanha, do período que antecede a guerra, em meados de 1930, até sua efetivação violenta, pós 1936, proporcionou ao pesquisador exemplificar a forma como as ideias de mudança social eram vistas por uma parcela da elite brasileira, bem como verificar o seu alinhamento com as diretrizes políticas oficiais daquele momento. Outro estudo importante sobre a existência de variados órgãos de imprensa brasileiros ligados a forças político-partidárias ou a categorias sociais específicas é a obra *História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré (1999).

sentimento tão velho como a Companhia de Jesus” - nas palavras de René Remond (1999, p.82), - ele acompanha fielmente a afirmação da Ordem nos diferentes espaços nacionais “suscitando tanto o filojesuitismo mais fiel, como o antijesuitismo mais hostil” (FRANCO, 2000, p.125).

Do exposto, decorre a seguinte proposição: tanto o mito político de narrativa legendária jesuítica como o seu antagonista formam-se, ambos, na relação intrínseca e dialética entre determinada ação político-ideológica e sua codificação prático-literária (GIRARDET, 1987; FRANCO, 2000). Por isso, as compreensões das causas que estão, seja na origem, seja na reelaboração dos mitos “pró” e “anti” jesuítas, no período dos anos 1930, devem levar em conta, as concepções políticas, culturais, filosófico-religiosas e até pedagógicas⁵³, as quais dão justificação teórica aos objetivos relacionados aos interesses de cada parte envolvida, tendo sempre em vista, que o mito político contemporâneo, tal como propôs Girardet (1987), jamais deixa de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica, aspecto, que também será discutido e observado no presente capítulo.

2.1 Apontamentos históricos do movimento católico brasileiro no início da década de 1930: sob a epifania de um *partido jesuíta*.

A Religião tem por base a Igreja, a Igreja possui por pedra angular o Papa, ao Papa a Companhia de Jesus vota uma obediência inquebrantável e estrita (Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, 5 abr. 1932, p.5).

O multifacetado e “pequeno mundo estreito” (SIRINELLI, 2003, p.248) do meio intelectual católico, vivenciou, na *Primeira República*, ambiências diversificadas. Estruturas de atuação e mobilização do laicato católico, organizadas desde as primeiras décadas do século XX, tais como: a Associação das Mães Cristãs (1905); o jornal *A Cruz* (1910) em Cuiabá; o Centro da Boa Imprensa no Rio de Janeiro (1910); a Associação Damas da Cruz Verde (1918); a Confederação Católica de Pernambuco (1918); a Associação das Senhoras Brasileiras (1920); a revista *A Ordem* (1921); a Confederação Católica Brasileira (1922); o Centro Dom Vital

⁵³ *Vontade pedagógica*, em primeiro lugar e, conforme as observações de Girardet (1987), que expende acerca da formulação de Collot d’Herbois, ao relacionar o termo “pedagógico” ao aparato religioso do catecismo (culto, rituais, liturgia e festas coletivas) como “ponto de reunião para exercício das virtudes sociais” e que ao impor “por seu ritual assim como por seu caráter repetitivo – hábitos morais”, rudimentos de disciplina coletiva”, consegue penetrar nos corações e na alma, apoderando-se da “totalidade da existência de cada um para levá-lo a perder-se na imensidão do fervor coletivo” (GIRARDET, 1987, p. 149).

(1922); a Liga das Senhoras Católicas (1923)⁵⁴; entre tantas outras, destacaram alguns associativismos religiosos de mulheres e homens laicos, que estabeleceram uma base sólida para um projeto reformador da Igreja Católica no Brasil⁵⁵. Tais organizações, como as acima citadas, representaram importantes espaços de sociabilidade e terminaram por tecer *redes* (SIRINELLI, 2003, p.248), que os conectaram com vários setores da sociedade, e que foram, igualmente, locais de ação para mulheres e homens combativos e dedicados à causa da Igreja.

É notório e sabido que d. Sebastião Leme (1882 - 1942) já vinha promovendo organizações leigas desde a segunda década do século XX. Tendo sido arcebispo de Olinda e Recife, cargo que ocupou de 1916 a 1921; coadjutor, no Rio de Janeiro, entre 1921 e 1930; e cardeal arcebispo, até 1942, esse antigo aluno da Companhia de Jesus⁵⁶, se sobressaiu na direção da instituição. Segundo Bruneau (1974), desde que começou a fazer parte da hierarquia, d. Leme organizou e mobilizou diferentes setores da Igreja com o objetivo de reconquistar uma posição legítima na vida pública. Para o autor, o arcebispo,

preocupava-se extremamente com a falta de influência da Igreja, e suas iniciativas para remediar a situação o colocaram na posição de inovador. O fato de ter usado meios políticos para conseguir a reconciliação da Igreja com o Estado é para mim tão significativo como o subsequente retorno do modelo de influência da Cristandade (BRUNEAU, 1974, p. 73).

⁵⁴ A história da Igreja e do pensamento católico vem sendo estudada por diversos autores. Para saber mais sobre as associações e espaços de sociabilidade acima citados, conferir: Villaça (1975), Azzi (1981; 2008), Beozzo (1980), Rodrigues (2007; 2011; 2013); Rodrigues e Paula (2012), D.Vieira (2007; 2016), Sgarbi (1997; 2001), Miceli (2009), Oliveira, A. (2016), dentre outros.

⁵⁵ A opção pelo termo *reforma*, em contraposição ao conceito *recristianização*, correntemente utilizado, deriva da convicção fundamental de que nenhuma das ações relativas ao movimento da Igreja e do catolicismo no Brasil do final do século XIX até meados de XX, pode ser simplesmente enclausurada em um paradigma unidimensional. Gramsci (2011) em seus estudos, convida-nos ao desafio de reconhecer os diferentes movimentos (rupturas e reformas) da Igreja como resultados de um complexo processo histórico-social, excessivamente carregado de interpretações e de abstrações, envolvendo diferentes níveis de relações e de posicionamentos ideológicos e políticos empenhados dinamicamente. Tal procedimento, portanto, significa não aceder às deformidades e ambiguidades, reais e conceituais, que tal termo carrega para designar um fenômeno extremamente complexo. A escolha opõe-se, nesse sentido, às afirmações apodíticas utilizadas pelos pontífices nas Encíclicas para explicar uma suposta capacidade natural - de virtude inesgotável - de adaptação da Igreja, como resultado de uma missão pastoral que sempre teria existido, desde Cristo. Significa, por exemplo, considerar, na análise, a função intelectual, política e ideológica da Igreja, com a admissão de que a Igreja, depois de 1848, teve que se constituir como um intelectual coletivo, como um Partido. Assim, quando se fala em reforma, está implícito o problema da relação contraditória entre comunidade de fiéis e organização clerical, entre massa e Igreja, que não pode ser eliminada sem uma “disciplina de ferro” (GRAMSCI, 2011, p. 19), que conserve o existente mas que retire algo que o descaracteriza, que lhe tire a eficiência. Assim, mais do que falar de um processo de *recristianização* do catolicismo brasileiro em meados do século XX, parece mais apropriado falar em um contexto de *reforma católica*. Sobre a utilização do termo *reforma* relacionado a outros movimentos do catolicismo, marcado por diferentes componentes, ver: Vale et. al., (2004), Dutra Neto (2006), Vieira, D. (2007) e Santirocchi (2010).

⁵⁶ Em artigo de *A Noite*, intitulado *Em prol do seu melhor ideal e dos seus mestres*, é possível notar a seguinte descrição: “[...] na Academia de Commercio, a segunda reunião dos antigos alunos dos jesuítas. Aberta a sessão pelo professor Candido Mendes de Almeida, presidente, este congratulou-se com a assembleia pelos aplausos e benção do cardeal d. Sebastião Leme, também antigo alumno dos jesuítas [...]. (EM prol...*A Noite*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1932, p.4).

Assim, no alvorecer da Era Vargas, a Igreja já havia conseguido obter notável desenvolvimento de suas ações, isso por que a Igreja, enquanto comunidade de fiéis e instituição eclesiástica, em suas diversas tentativas de reorganização e reestruturação para conquistar o domínio cultural e social perdido⁵⁷ - nesse período dos anos de 1930 - ela já tinha se constituído como *partido*, ou seja, como *intelectual coletivo*⁵⁸ (GRAMSCI, 2011, p.19), e, juntamente com outros aparelhos da sociedade civil, já havia sido capaz de elaborar uma identidade católica militante, quer dizer, havia logrado realizar uma ação firme e decisiva, tanto para que se difundisse uma visão de mundo favorável ao governo, quanto no sentido de que o Estado, tomasse medidas importantes em seu favor, de modo a concretizar o processo de reforma cristã.

Nesse sentido, foi nítida a percepção de Schwartzman (2000, p.62) quando afirmou que a Igreja “era melhor do que qualquer partido político, um aparelho com alcance nacional capaz de mobilizar a opinião pública em favor da Revolução”. Para o autor, o pressuposto fundamental que orientou o projeto de construção do Estado Nacional, e que foi percebido, notadamente, na análise de Francisco Campos (1891-1968), Ministro da Educação e Saúde, foi o de que vivíamos em uma sociedade de massas, e, conseqüentemente, a ação política deveria apelar para os recursos irracionais de mobilização como instrumento de integração política total.

⁵⁷ São vários os momentos em que a Igreja no Brasil reage estrategicamente para recuperar sua importância política. A título de exemplo, deve-se lembrar o seguinte: se, por um lado, o decreto provisório nº119-A, de janeiro de 1890, de autoria de Marechal Deodoro da Fonseca, que separou a Igreja do Estado, significou, para ela, a perda do status de religião oficial, assim como, deixou-a desprovida dos dividendos antes previstos no orçamento imperial, por outro, esse ato legislativo assegurou à Igreja católica “certa soma de liberdades como ela nunca logrou no tempo da monarquia” (FILHO apud BRUNEAU, 1974, p.67). Destaque para o empenho na criação de novas dioceses no período republicano, conforme apontou Sérgio Miceli em importante obra intitulada *A Elite Eclesiástica Brasileira (1830-1930)*. Se, em 1889, havia apenas onze dioceses e uma arquidiocese, nas quatro décadas que vão de 1890 até 1930 — “foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados aproximadamente 100 bispos” (MICELI, 2009, p.58).

⁵⁸ Esse argumento não é muito diferente das considerações de Bruneau (1974), Miceli (2009), Vieira (2016), dentre outros, quando ressaltam que, antes de 1930, a Igreja ainda lutava para fazer valer a sua importância política, sendo um dos motivos a sua exclusão da vida pública, em 1890, e a sua falta de impacto organizacional nas novas elites. Por volta de 1930, depois de quarenta anos de separação, verifica-se aquilo que Bruneau (1974, p.81) observou: “a Igreja tinha se transformado num Corpo grande e organizado, com o cardeal Leme à testa”. Num exercício sintético, pode-se aproveitar as análises de Sergio Miceli relativas ao primeiro período republicano (1889 - 1930), quando aborda o papel determinante da hierarquia eclesiástica e das elites intelectuais leigas no processo que designou como *construção institucional* da Igreja. Um outro trabalho importante que abarca a perspectiva norteadora desta pesquisa quanto à afirmação de que a Igreja já era um *intelectual coletivo* com um *partido* próprio em meados de 1930, é a análise efetuada por Christiane Jalles de Paula em *Intelectuais e militância católica no Brasil* (2012). Para a autora, a criação do Centro Dom Vital (1922) e da Ação Universitária Católica (1929) foram a resposta do clero brasileiro a problema idêntico ao da Igreja de Roma em meados de 1848, momento em relação ao qual Gramsci interpreta a criação da Ação Católica na Itália como o resultado da perda de hegemonia na esfera pública. Ver: Paula (2012).

Nesse diapasão, Schwartzman (2000) alude que, devidamente mobilizada, a Igreja proporcionou o conteúdo simbólico, o que fez por meio da exaltação e proclamação de mitos e rituais difundidos a partir da religiosidade latente da população brasileira. Marco simbólico dessa colaboração foi a declaração, por meio de um *Motu Proprio*⁵⁹, e a pedido do episcopado brasileiro, de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil, em 16 de julho de 1930. Outro símbolo dessa nova fase, foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor, em 12 de abril de 1931, movimento idealizado, desde 1921, por d. Leme (1882-1942) em conjunto com uma comissão de leigos - militantes do ramo feminino e masculino -, que organizaram uma grande coleta de donativos no meio do povo para custear o projeto. Oportunamente, vale mencionar o ciclo de comemorações inicianas e a apresentação de José de Anchieta como precursor da nacionalidade, guardião da moral e exemplo coletivo de condutas cívico-educacionais e laborais, consideradas fundamentais para a sociedade brasileira.

Dada a amplitude e a variedade de funções então desempenhadas pela Igreja, ela não se esqueceu, também, de reivindicar o fim do laicismo⁶⁰ no Brasil, destacando-se o decreto, de abril de 1931, que reintroduziu o ensino religioso⁶¹ na rede pública escolar do país. Outras importantes conquistas aconteceriam nos anos seguintes, mas tampouco faltaram as insídias laicistas (VIEIRA, 2016).

Para proceder à análise, cabe, aqui, uma intervenção: é de grande importância ressaltar o que parece específico, ou melhor, implícito, em relação ao posicionamento da Igreja nesse período, particularmente, no que se refere à sua estratégia política de mobilização do laicato, que poderia ser generalizada para diferentes setores da sociedade, tais como a educação, o trabalho e as comunicações, e, que, por ser assim, levou a massa da população a apoiar o novo governo. Nas suas grandes linhas, o diagnóstico de Gramsci (1991) prevalece para essa compreensão, sobretudo quando o autor evidencia um certo domínio jesuíta em tais ações, que estavam presentes não apenas aqui no Brasil, mas em diferentes regiões estratégicas da América do Sul, Estados Unidos, China, Espanha, Japão e França⁶².

⁵⁹ Normativa da Igreja Católica expedida diretamente por Pio XI (1857-1939).

⁶⁰ Sobre os conceitos “laico”, “laicismo”, “cultura laica” e “secularização”, ver: Ausilio (2017); De Lutiis (2017); Ranqueta Jr (2008) e Leite, F. (2011).

⁶¹ Sobre a inclusão do ensino religioso, como matéria de ensino nas escolas oficiais do país, vale conferir uma perspectiva católica sobre o tema. Nesse sentido, o artigo de Leonel Franca, SJ, publicado na Revista Brasileira de Pedagogia (RBP), em agosto de 1934, intitulado “O ensino religioso na nova Constituição”, pode ofertar ou complementar outros aspectos acerca da questão, ver: Franca (1934b, p.81-89).

⁶² Conferir, o verbete “Jesuítas”, presente na obra *Dicionário Gramsciano*, de autoria de Giovanni Semeraro (2017, p.447- 448).

Segundo o autor, a força da Igreja Católica é, notadamente, a capacidade organizativa da se manifestar na esfera da cultura⁶³. Para Gramsci, a Igreja sempre soube instaurar e manter uma relação de união doutrinal ideológica de toda a massa religiosa - *intelectuais e simplórios* -, condicionando fortemente a vida cultural, social e política dos povos e dos Estados. O marco fundamental, nesse sentido, é que essa posição católica não tem como objetivo conduzir os *simplórios* a uma condição de vida superior ou desenvolver um progresso intelectual e econômico, pelo contrário, a relação é abstrata e racionalizada, no sentido de mantê-los na sua “filosofia primitiva do senso comum” (GRAMSCI, 1991, p. 20). Assim, a ideologia da Igreja, como “concepção de mundo”, pode manifestar-se implicitamente na arte, na educação, na atividade econômica e em todas as expressões de vida individual e coletiva. (GRAMSCI, 1991, p.14). E mais, para Gramsci (1991, p. 20), a Companhia de Jesus, “de origem reacionária e autoritária”, foi um dos maiores artífices desse equilíbrio racional entre os intelectuais e a massa. Uma relação assegurada pela política, mas também, pelo manejo e filiação seletiva de sujeitos à Igreja, sobretudo, em momentos de crise, quando os membros da liderança passaram a conduzir suas admissões em termos de uma pauta de identidade que servisse à sustentação de interesses da instituição. Na ênfase do autor:

muitas das tentativas heréticas foram as manifestações de forças populares visando a reformar a Igreja e a aproximá-la do povo, elevando o povo. A Igreja reagiu frequentemente de uma maneira bastante violenta: criou a Companhia de Jesus, escudou-se nas decisões do Concílio de Trento, ainda que tenha organizado um maravilhoso mecanismo de seleção “democrática” de seus intelectuais, mas como indivíduos singulares, não como expressão representativa de grupos populares (GRAMSCI, 1991, p.108).

O que significa, por conseguinte, conforme apontou Leandro J. Lopes (2012), a presença dos leigos na Igreja não era somente quantitativa, mas também qualitativa, ou seja, uma força em potência elegida pela hierarquia eclesial em diferentes épocas históricas para

⁶³ Essa “capacidade organizativa” ou “poder mítico dos jesuítas como organização” nas palavras de Franco (2004, p.420), foi, também, caracterizada pela oposição como *maquiavelismo religioso* ou *maquiavelismo teológico-místico*. Para Eduardo Lourenço (1992, p.47), o “pragmatismo transcendente” próprio do comportamento inaciano, tornou-se fonte imaginativa de diversas suspeitas. A larga aposta dos inacianos na educação, seria, nessa acepção, o “meio” justificado para atingir um “fim”, nem sempre tão sublime. Para Franco (2004), por exemplo, angariação dos jesuítas, dos meios materiais suplementares de sustentação das estruturas e equipes de evangelização *ad extra* e de educação *ad intra* foi interpretada sob o signo da cupidez, dada como inaceitável, por seus adversários, pois inconciliável com a vida religiosa. Assim, a presença dos jesuítas entre as esferas de poder, seja como confessores, técnicos, intelectuais ou professores, foi lida, segundo a oposição, como “fruto de uma ambição sem limite” para se “conquistar a influência na sociedade” (FRANCO, 2004, p.412). Nessa esteira de discussão, Franco (2004, p.420-421) amplia o debate inferindo que o filósofo José Marinho, em correspondência com Adolfo Casai Monteiro, em 15 de dezembro de 1935, afirmou, que “só conhecia em Portugal uma verdadeira organização no excelente sentido da palavra: A Companhia de Jesus, que nem o Partido Comunista a igualava em coesão e capacidade organizativa”.

colaborar com sua missão pastoral. Assinala-se, então, que a relação entre a Igreja e a Sociedade sempre foi dialética, manifestada na convergência de dois fatores:

o predomínio de um paradigma teológico em detrimento de outros, e do contexto vital (*Sitz im Leben*) das diferentes épocas históricas, o qual com suas particularidades de natureza política, econômica, social e cultural plasma o *modus vivendi* de uma época. Desta forma, não se trata exclusivamente de uma questão teórica dogmática, mas também do contexto vital que possibilita e limita as condições para o exercício de competências oriundas do âmbito teológico-dogmático (LOPES, 2012, p.11)

Assim, de maneira geral, a história do laicato, com suas variações no que se refere à *noção de leigo*⁶⁴, situa-se mais em relação à forma e ao grau de envolvimento de cada um dos estados de vida eclesial (clérigos, religiosos e leigos), como também à efetivação dos objetivos políticos da Igreja, do que propriamente a seu núcleo teológico-dogmático. Essa, e outras problemáticas similares já foram decisivamente enfrentadas em outros estudos, Miceli (2009), por exemplo, preocupado em discernir o perfil social do episcopado brasileiro, observou que as instâncias e os quadros decisórios da Igreja se amoldavam, por ocasião da escolha de seus integrantes, às diversas conjunturas regionais. Para o autor, os condicionantes sociais que presidiam o processo de formação dos grupos dirigentes, associados às considerações caracteristicamente institucionais, interferiam de perto nos princípios de recrutamento para posições mais elevadas no interior da hierarquia.

Nesse compasso, pode-se também vislumbrar que a ênfase dada, num determinado momento histórico, à ordem jesuítica, tenha algo a ver com o planejamento qualitativo e político da instituição. Por exemplo, no tocante às relações entre a Igreja e as suas tendências doutrinárias (nada unitárias e muito menos homogêneas), particularmente, no período compreendido entre 1922 e 1939, Gramsci (2011) assevera que Pio XI limitou a importância de algumas forças organizativas internas da Igreja, por vezes, antagônicas à Companhia de Jesus, que lutavam conscientemente para disputar o poder. A esse respeito, o autor alude que, o papa centralizou toda sua política nos jesuítas restringindo a atuação de membros mais

⁶⁴ Dadas as devidas contextualizações, sócio-históricas e teológicas, diferentes em relação à concepção e à interpretação do termo *leigo*, opta-se, aqui, por uma definição que considere, em seu conteúdo, o diálogo constante entre o teórico e o político, entre o contexto histórico e o contexto teológico religioso. Nessa acepção, não há uma definição dogmática, rígida e axiomática para classificar o conjunto de cristãos leigos, visto que, sua conotação pode variar de acordo com as circunstâncias históricas, políticas, socioculturais e econômicas, possuindo, portanto, uma marca ou peso relativo no modo de atuação e reação dos fiéis não ordenados.

reacionários que não obedeciam a hierarquia e que “dificultavam a defesa da fé e da moral contra ateus ou pagãos confessos”, tais como os católicos *integristas*⁶⁵.

Na verdade, para Pio XI, a tarefa dos jesuítas, ou *guardiões da ortodoxia* (SEMERARO, 2017, p.447), era justamente servir de arquétipo para a elaboração de um partido democrático-popular, no sentido de organizar uma Ação Católica mais eficiente. Nessa acepção, os jesuítas representavam uma referência política e doutrinária mais maleável para concorrer com as tendências mais radicais que circulavam dentro e fora da Igreja, sem a necessidade, conforme assinalou Gramsci (2011, p. 158) de “atacá-las de frente”. Nesse tipo de prática, se sobressai a imposição de uma *disciplina militar* e de uma obediência *perinde ac cadáver* ao papa, corporificada na oportunidade política de se colocar, na luta pelo domínio e pelo poder, prevalentemente no campo intelectual, ideológico e cultural nos diferentes países em que atuavam, com um objetivo estratégico essencial voltado para a organização de “um império espiritual absoluto” (SEMERARO, 2017 p. 447-448). Para Gramsci, Pio XI, foi, indiscutivelmente, “o papa dos jesuítas” (GRAMSCI, 2011, p.158).

A disputa no campo ideológico, citada em precedência, pode ser exemplificada no esforço por caracterizar o *jesuitismo* como referência, a fim de se criar uma ampla base popular para um movimento católico-democrático. Não obstante, essa *ideologia política*, nos termos prescritos por Ansart (1978), também pode ser apreendida, de modo muito significativo, no conjunto das linguagens políticas que circundam a sociedade sob um determinado período histórico. Neste ponto, a impressão pública que se tem é de que houve uma articulação entre periódicos, opúsculos e livros e, deles, com um conjunto de *imagens políticas*, cujo propósito seria designar, como modelo legítimo de organização, a ordem inaciana, demonstrando-a como a única, autorizada e verdadeira para efetuar a direção dos atos coletivos da instituição. Nessa extensão, as *sintaxes de imagens* (GIRARDET, 1987), como formulações estrategicamente elaboradas, poderiam evocar sentimentos e incitar uma ação coordenada, aparentemente unitária e plenamente significativa, principalmente em ambientes que vivenciavam importantes

⁶⁵ No volume 4 dos *Cadernos do Cárcere*, por meio da rubrica “Católicos integristas, jesuítas, modernistas”, Gramsci (2011) define as três tendências orgânicas (ou três partidos) que disputam a hegemonia do catolicismo no século XX. Os *integralistas*, *integristas* ou *integrais* seriam aqueles que representariam a tendência mais europeia do catolicismo, de extrema direita, promotores de um fundamentalismo com base na *Syllabus Errorum*, anexo da encíclica *Quanta Cura* (1864) publicada por Pio IX (1846-1878). Tais católicos seriam mais fortes na Itália, França e Bélgica. Domenico Mezzina (2017, p. 425), ao propor uma reflexão a respeito dos integralistas, afirma que, para Gramsci, tais católicos estariam “estritamente ligados às classes mais reacionárias e, sobretudo, à nobreza rural e aos latifundiários em geral”. Na França, por exemplo, apoiavam o movimento da *Action Française*. Para Gramsci (2011, p.219), o nascimento do integrismo francês deve ser vinculado ao movimento *Ralliement* defendido por Leão XIII, sendo que, são considerados “integristas os que desobedecem a Leão XIII e sabotam sua iniciativa”. E, no que se refere às ordens religiosas que os caracterizavam, estavam, em sua maioria, a dos franciscanos e a dos dominicanos tradicionalmente antagonistas aos jesuítas.

mudanças estruturais e que eram marcados por diferentes disputas político-ideológicas, como o Brasil dos anos 1930. Nesse âmbito, o que se pretender afirmar é que não basta uma política cultural, mas é necessário dispor da técnica, isto é, dos meios materiais, para desenvolver uma ação cultural.

Efetivamente, alguns periódicos contribuíram com a referida assertiva. Foi possível verificar, por exemplo, a constante presença de predicativos à Companhia de Jesus, principalmente em relação à operosidade de seus membros em organizar instituições educacionais. Vejamos alguns trechos publicados na imprensa periódica em meados de 1930 que ilustram o exposto:

A Companhia de Jesus destaca-se entre todas as Ordens e Congregações religiosas pela operosidade dos seus membros, a cultura de todos eles, o arrojo nas concepções, a segurança na doutrina, o saberem os jesuítas lidar à perfeição com a sociedade mais culta. Portuguezes ao norte, italianos ao centro e alemães e brasileiros ao sul, constituem os jesuítas como que três departamentos dentro do nosso território, todos eles grandemente votados ao magistério. [...] Quase toda a alta sociedade carioca passou pelos bancos escolares do Santo Ignacio (Revista *Excelsior*, Rio de Janeiro, n.33, p.2, out. 1930).

Já em outro excerto de o *Jornal do Comercio*, de meados de 1932, pode-se observar a seguinte descrição:

Ah, senhores, a Companhia de Jesus esquadrão primacial do exercito da Igreja, sob as benções de Maria Santissima, Senhora das Victorias, segue sempre e em toda parte e caminho que lhe traçou aquelle santo, modelo de santidade e de apostolado que foi Santo Ignacio de Loyola. Os seus membros são desde a fundação até agora, em todos recantos do globo aquelles colossos de bronze [...]. Impetremos aliás, senhores, e desejamos vivamente vocações nas nossas famílias para estas legiões de sábios e santos, de modo que os jesuítas sejam sempre mais numerosos em nosso paiz para o bem e sua gloria, para sua civilização verdadeira e perfeição moral (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1932, p.5).

Essas transcrições, todavia, não dão conta do móvel central da discussão. Apenas esclarecem um pouco o grau de envolvimento político e ideológico dos membros da Companhia de Jesus em relação à sociedade brasileira em dado tempo histórico. Com efeito, é preciso analisar, também, no sentido de verificar o quanto essas ações estavam imbricadas, as relações entre o catolicismo e o propósito central dos jesuítas, o qual, por seu turno, estava identificado,

com uma incessante busca por domínio territorial e conquista do mercado cultural em âmbito internacional.

Indícios disponíveis nas fontes impressas sugerem que os jesuítas mantinham, na década de 1930, uma relação de coalizão com Roma, sob cuja direção permaneciam. Relação que era, de um lado, mais estreita do que parece, provavelmente de autonomia e com mais liberdade de manobra, e, de outro, mais estratégica em relação aos governos, notadamente de cooperação política, o que lhes proporcionava o efeito direto no controle de instituições centrais para Igreja.

No artigo do jornal *A Cruz*, datado de 10 de janeiro de 1932, sob o título *Uma defesa magistral*, os superiores dos padres jesuítas na Espanha definiam aquilo que, de certo modo, pode se considerar o núcleo central do perfil da Companhia de Jesus no período abordado. Assim, para eles, a congregação, como uma “corporação estendida por todo mundo”, era portadora de uma organização que se orientava segundo princípios altamente empreendedores, construtivos e potencialmente rentáveis de “obras de caráter religioso, cultural e social”. Nessa direção, os jesuítas identificavam-se na posição de “fundadores de instituições culturais” e eram, portanto, meritórios de “direitos legitimamente determinados” nas sociedades em que investiam seus trabalhos, particularmente, o direito de fazer o poder público respeitar as suas vontades. Nos termos do jornal assim aparece:

Acrescente-se que durante os últimos cinquenta anos se multiplicaram as nossas obras de caráter religioso, cultural e social, e com elas os nossos direitos e os nossos deveres dentro da sociedade espanhola [...]. Esses fundadores têm o direito a esperar do poder publico que respeite e faça respeitar a sua vontade e a que os bens de fundação continuem na fôrma por eles canônica e legitimamente determinada (UMA defesa ... 1932, p.4).

E, mais adiante:

Para Companhia, como para Igreja Católica, da qual a Companhia não é senão uma pequenina parte, as formas de governo são algo de indiferente e accidental. A todas elas se adapta igualmente a sua dutil atividade. Com tanta liberdade se move e com tanto entusiasmo trabalha na Inglaterra, Italia, Belgica e Holanda, que são países monárquicos, como na Austria, Alemanha e em todos os povos da America, que são republicanos. Precisamente na Republica mais poderosa e democrática do mundo, os Estados Unidos da America do Norte, é onde hoje a vida da Companhia de Jesus se desenvolveu com mais pujança e maior aceitação: Só em centros de estudo superiores e secundários, conta, ali, cinquenta e nove estabelecimentos e um total de mais de 60.000 alunos. (UMA defesa ... 1932, p.4).

Outro indício claro dessa característica empreendedora e expansionista da Companhia de Jesus, e que remete diretamente ao pressuposto acima, também pode ser verificado na obra de Paul Foulquié (1893-1983)⁶⁶ intitulada *A Igreja e a Educação* (1957). Nela, o autor realiza uma abordagem histórica e teológica demonstrando não só a presença, como também o apostolado educacional da Igreja realizado desde a proclamação da legislação eclesiástica consignada no *Codex Juris Canonici* até a efetivação das encíclicas *Syllabus* (1864), de Pio IX, *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII e *Divini Illius Magistri* (1929), de Pio XI.

O objetivo principal desse estudo é salientar o papel capital desempenhado pela Igreja no ensino e na salvaguarda da cultura antiga, assentando-se, essencialmente, na apologética cristã de que a “Igreja, como sociedade universal, suprema, sobrenatural e perfeita” (FOULQUIÉ, 1957, p.156-157), em sua função social e divina, possui o inviolável direito à liberdade do magistério. O próprio tema evidencia a necessidade de considerar os dois títulos propriamente ditos *naturais* da instituição: o primeiro, expresso na própria autoridade suprema que lhe foi dada pelo seu divino fundador, ao delegar que se “ensine todos os povos”, “batizando-os em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo”, e o segundo, porque a Igreja, como *esposa imaculada de Cristo*, tem o dever de nutrir, gerar, educar “almas na vida divina da graça com sacramentos e ensino” (FOULQUIÉ, 1957, p.156-157).

Em outras palavras, para Foulquié, a Igreja, tendo que cumprir sua missão pastoral, recebeu o poder da jurisdição, isto é, o poder de governar e administrar os fiéis, estabelecendo leis (função legislativa), aplicando-as aos casos particulares (função jurídica) e cuidando em que sejam observadas, quer mesmo pela imposição de sanções (função penal). Por isso,

em relação a qualquer outra disciplina e ensino humano, que considerando em si patrimônio de todos, indivíduos, e sociedades, a Igreja tem direito independente de usar dele, e sobretudo de julgar em que possa ser favorável ou contrário à educação cristã. E isso, já porque a Igreja, como sociedade perfeita, tem direito aos meios para o seu fim, já porque todo o ensino, como toda ação humana, tem necessária relação de dependência do fim último do homem (FOULQUIÉ, 1957, p.158).

É válido imiscuir que muitos outros trabalhos histórico-teológicos⁶⁷ se propuseram a dialogar teoricamente sobre a problemática questão: *a quem pertence a educação?*, o que foi

⁶⁶ De acordo com informações disponíveis no *Identifiants et Référentiels pour L'enseignement supérieur et la recherche* [2021], Paul Foulquié (1893 - 1983), foi um padre jesuíta, escritor e filósofo francês. A literatura do autor é conhecida por retratar temas sobre metafísica, existencialismo e psicologia. Teve muitas de suas obras traduzidas para diferentes idiomas, tais como: *L'existentialisme* (1947), *La psychologie contemporaine* (1951) e *La dialectique* (1953), dentre outras.

⁶⁷ Ver, por exemplo, Franca (1931) e Bazelaire (1960).

feito principalmente por meio do estudo e da interpretação da encíclica *Divini Illius Magistri* (1929). A referência a esse texto se deu por motivos diversos, mas, particularmente, como apontou Foulquié (1957, p.7), porque tal encíclica, constituiu-se como um “instrumento de trabalho para o uso daqueles que devem divulgar a doutrina de Pio XI e da Igreja sobre a educação”. Sob essa ótica, não se pode obliterar a função política do documento ou de tal primado da missão educadora da Igreja.

De maneira direta e sistemática, pode-se dizer que Foulquié (1957), no decorrer da composição, não consegue, por exemplo, ocultar a sua intenção de demonstrar, por meio de números fornecidos pela estatística relativa aos alunos que frequentavam as escolas da França, que o ensino particular apresentava superioridade qualitativa em relação aos serviços estatais. A prioridade em proteger a liberdade individual e as iniciativas particulares faz sentido quando se percebe que a Igreja, em especial, a Companhia de Jesus, era a maior detentora de tal monopólio educativo, como poderá ser constatado mais adiante.

A rigor, o conteúdo geral da obra pode levar a equívocos. Cumpre evitá-los. Mas há uma distinção substancial nas informações de Foulquié e, aqui, a possibilidade de *escrutinar* algumas *pistas* ou *sinais*, para usar a expressão de Ginzburg (2014), que identificam a conquista do mercado cultural por parte do catolicismo, um triunfo consubstanciado em ações táticas peculiares típicas dos jesuítas, que empregam, conforme pontou Gramsci (1991), *astúcia e diplomacia* para assegurar ao Vaticano aquele *poder indireto* sobre a sociedade e sobre o Estado em diferentes regiões do mundo.

Neste ponto, o mais curioso é observar que Foulquié (1957) aponta para um movimento do catolicismo francês, ocorrido a partir da proclamação da Lei Falloux⁶⁸ em 1850 à 1879, como um dos períodos mais prósperos para o ensino cristão, em especial para o ensino jesuíta, o qual, após 1850, expandiu territorialmente sua atuação por meio da abertura de inúmeros colégios, que abrigavam “cerca de 12.000 alunos” (FOULQUIÉ, 1957, p.74).

Com esse adendo, o autor estende a exemplaridade de apresentar as estatísticas em relação à obra educadora da Igreja na França, com base em um “julgamento equitativo entre as realizações da Igreja e a do Estado”, no que se refere à expansão do ensino no período compreendido entre 1843 até os anos de 1907. Na ênfase do autor,

⁶⁸ A Lei Falloux foi apresentada em 15 março de 1850 pelo conde e ministro da Instrução Pública do príncipe Luís Napoleão, Alfred Falloux (1811-1886). A lei reforçava o controle da Igreja sobre o sistema escolar e também estabelecia a liberdade de ensino tanto no nível do primário como no do secundário. Permitia, pois, a coexistência das escolas públicas e das escolas confessionais, geralmente congregacionista.

o efetivo da escola pública dobrou, em 50 anos, (1850 - 1901) registrando sensível aumento depois que apareceram as leis estabelecendo a obrigatoriedade e a gratuidade. Mas o progresso do ensino congregacionista é bem maior: em suas escolas, enquanto o governo levou em consideração o desejo das municipalidades, o número de alunos aumentava muito mais rapidamente do que a escola pública leiga. Mas foi nas escolas particulares, nas quais os padres e as freiras podiam organizar o ensino e a educação à sua vontade, que se verificou a mais acentuada progressão: embora mantidas exclusivamente pelos pais ou por benfeitores, quadruplicaram o seu efetivo em 40 anos (1850 - 1891), enquanto a escola laica levava 50 anos para dobrar o seu (1850 - 1901). (FOULQUIÉ, 1957, p. 90-91).

Ademais, é de fato interessante notar o quadro da divisão das escolas primárias livres, laicas e congregacionistas, composto, pelo autor, com base em dados da Imprensa Nacional referentes ao período de 1880 a 1909:

Tabela 1 - Divisão das escolas primárias livres em “escolas laicas” e “escolas congregacionistas” (de 1843 a 1907)

Anos	De 100 Escolas Livres	
	Eram Laicas	Eram Congregacionistas
1843	82,5	12,5
1850	77	23
1863	62,6	37,4
1872	55,2	46,8
1876	46,6	53,4
1882	35,4	64,6
1887	29,2	70,8
1892	22,6	77,4
1897	17,7	82,3
1902	14,8	85,2
Laicização (de 1901 a 1904)		
1907	88,6	11,4

Fonte: FOULQUIÉ (1957, p. 93).

Em face do exposto, faz-se oportuno robustecer a perspectiva de que tais afirmações não são apodíticas. Evidentemente, as premissas e proposições apresentadas por Foulquié podem ser refutadas. Assim, embora haja, em certos aspectos, uma aparência sistematizada em estatísticas, não se pode ignorar que tais números podem estar incompletos e que estejam sujeitos a restrições, omissões ou adequações, dado o longo período que abrangem e o (des) conhecimento de quais fatos históricos influenciaram tais elementos.

Além disso, um melhor exame das afirmações formuladas pelo autor se justifica, sobretudo, porque, ao analisar uma obra escrita por um intelectual, deve-se, como propôs Bontempi Junior (2001, p.22), averiguar a relação entre a rememoração das experiências do autor, que é um “ator do político”, e a expressão de um contexto sócio-histórico. Assim, Foulquié (1957) pode acrescentar elementos que legitimam suas afirmações como depoimentos de verdade, como faz, por exemplo, no trecho abaixo, ao induzir o leitor a acreditar que o aumento de escolas livres primárias foi simplesmente uma questão de “preferência dos pais pela educação cristã”:

Mas a falsidade da afirmativa que refutamos aparece de modo mais indiscutível na estatística que apresentamos. Nunca se alegou pressão clerical sobre o ensino secundário. Ora, foi justamente neste grau de ensino, que a Igreja registrou aumentos mais importantes. Portanto, não é à pressão que se deve atribuir o sucesso dos estabelecimentos livres, mas a uma preferência dos pais pela educação cristã. Esta progressão do ensino livre, apesar das condições criadas pela legislação escolar, é um plebiscito mais imparcial e mais significativo do que todas as considerações teóricas e todos os inquéritos. (FOULQUIÉ, 1957, p.100).

O autor, dessa forma, mostra não levar em conta a pressão de párocos, que chegavam a recusar a absolvição aos pais cujos filhos frequentavam a escola laica, e dos “coronéis”, que sob pena de expulsão, impunham aos colonos e trabalhadores a escola paroquial, afirmações estas repetidas regularmente nos Congressos do Sindicato Nacional de Professores no período estudado.

Todavia, num exercício sintético, o estudo de Foulquié (1957) propicia que se deslinde alguns aspectos referentes ao catolicismo no período, principalmente no que se refere às suas categorias organizativas - que muitas vezes aparecem de maneira dispersa -, as quais superpõem propriedades específicas e constitutivas de um paradigma de intelectuais, de um partido, e colocam sob forma estritamente religiosa problemas mundanos, ou seja, de domínio.

É curioso observar, nesse sentido, que o período tratado pelo autor corresponde aos papados de Pio IX (1846 -1878) e de Leão XIII (1878 -1903), e, coincide, também, com a definição gramsciana em relação ao nascimento da Ação Católica (1848), já mencionada em nota anteriormente. Segundo Gramsci (1991), com o advento do Liberalismo, este, entendido como concepção de mundo e não apenas como corrente política particular, sobre a concepção cosmopolita *papalina* do catolicismo, a Igreja já não pode falar extraoficialmente, de modo que ela perde sua concepção totalitária do mundo, torna-se parcial. É a partir dessa tácita admissão que Leão XIII tenta se organizar, se reestruturar, a fim de conquistar o domínio cultural e social e, para isso desce ao terreno do político. Um exemplo é a proclamação da encíclica *Aeterni Patris* (1879) que, elaborada em seu segundo ano de papado, representa uma filosofia, uma

expressão política da Igreja, em resposta a um anticlericalismo histórico, político, intelectual, ocorrido após 1848 em toda Europa.

Em 1879, por exemplo, Jules Ferry (1832 - 1893), então ministro da educação pública da França, apresentou, na Câmara daquele país, dois projetos de lei, ambos destinados a diminuir a influência da Igreja. O artigo 17 de um desses projetos visava afastar do ensino os jesuítas, que, depois da Lei Falloux (1850), tinham aberto inúmeras escolas. Como bem salientou Maria José Garcia Werebe, em seu artigo “A laicidade do ensino público na França” (2004):

A laicização do ensino foi mais uma etapa desse movimento de independência do poder público, e só ocorreu nos anos de 1880, quando Jules Ferry organizou a educação primária, tornando-a pública, gratuita e obrigatória. Os crucifixos foram retirados das salas de aula, os professores tornaram-se leigos (lei de 1886), assim como os programas [...]. Membros da Igreja católica acusaram Jules Ferry de anti-religioso, ao que ele respondeu: “Não sou contra a religião, mas contra os clérigos que procuram dominar o ensino”. (WEREBE, 2004, p.192).

Entre 1880 a 1901, os debates em torno do laicismo voltam a inflamar o parlamento. Primeiro, em 29 de março de 1880, dois decretos prescrevem a dissolução da Companhia de Jesus no país; depois, em 1º de julho de 1901, Pierre M. René Waldeck-Rousseau (1846 - 1904), então presidente do congresso, apresenta o projeto de lei sobre o *Contrato de Associação*, cujo artigo 14, estabelece que ninguém poderia, fosse diretamente, fosse por pessoa interposta, dirigir um estabelecimento de ensino, de qualquer espécie, se ele pertencesse a uma congregação religiosa.

Contudo, apesar de os jesuítas terem sido expulsos, Foulquié (1957) ressalta que, a partir de 1885, eles conseguiram se restabelecer, e que, entre 1905, logo após a separação entre a Igreja e o Estado, até os anos de 1937, o número de estabelecimentos de ensino jesuítas na França aumentou exponencialmente e com mais regularidade em países de missão em relação aos estabelecimentos laicos e públicos. Assim, entre 1931 e 1932, o número de estabelecimentos e de alunos (sem contar os seminários e as escolas catequéticas) apresentava-se, segundo o autor, da seguinte forma:

Tabela 2 – Número de estabelecimentos de ensino jesuítico na França.

Tipos de escolas	Nº de escolas	de alunos
Primárias elementares	26.937	1.468.139
Profissionais	827	29.813
Primárias Superiores	1.172	108.997
Normais	172	8.142
Secundárias	468	65.139
Universidades	11	11.759

Fonte: FOULQUIÉ (1957, p.102).

Dessa perspectiva, Foulquié (1957) assegura que a maior parte dessas escolas estava nas mãos de missionários franceses. E não só isto. Enfatiza que entre 1936 e 1937 só os jesuítas franceses tinham, nos colégios de suas missões, 16.479 alunos, ou seja, um quarto do efetivo total e um terço a mais do que nos seus colégios da metrópole.

Na coluna “Vida Missionaria”, sob o título “Estatística das Missões Católicas em 1927”, publicada pelo jornal *A Cruz*, o articulista transcreve um breve estudo estatístico das missões católicas pelo mundo publicado pela “Congregação da Propaganda Fide”, em obra intitulada “Missões Católicas”. Segundo a matéria, no mês de julho de 1927, o total de missionários e instituições católicas, apresentavam-se na seguinte proporção:

No mez de julho de 1927, o total do pessoal missionário, propriamente dito, subia a 46.174 pessoas, divididas entre 12.952 sacerdotes (entre seculares e regulares, indígenas e estrangeiros), 5.110 Irmãos e 28.112 Irmãs provenientes de 50 diferentes nações, distribuídas em 37 circunscrições eclesiásticas, situadas em 81 paizes diversos. Existiam nesses paizes 281 Bispos e 91 Prefeitos Apostolicos. Dos sacerdotes 8.038 eram missionários, 4.4045 eram sacerdotes indígenas. Dos irmãos, 3.222 eram estrangeiros, 1.314 indígenas e dos restantes 574 não constava a nacionalidade. Das irmãs, 13.929 eram estrangeiras, 11399 indígenas e 2.784 iam nas Missões, 51.507 catequistas de nacionalidade incerta. Além do pessoal propriamente religioso, trabalham 38.679 professores e 684 batisadores. Nem todos estes operários consagram exclusivamente às missões suas atividades, mas cuidam às vezes de seus próprios assuntos. Em quadros especiaes se enumeram as seis instituições especiaes destinadas à formação do pessoal missionário indígena, a saber, Seminarios Maiores, 103 com 2.496 seminaristas; Seminarios Menores 206 com 7.476 alunos. Com respeito aos noviciados não se obtiveram dados exatos. As **Escolas Catequistas**, de variados e diversos tipos são 648 com 14.896 estudantes, as **Normaes** são 156 com 8.632 cursantes. As **Escolas** em geral e de toda a categoria, desde as elementares até as universitárias, são, em conjunto 31.418 com 1.521.710 alunos. Os **hospitais** de todas as classes são 690 nos quaes durante o da publicação refugiaram 282.503 enfermos. As Farmacias que subministraram remédios a 11.066.749 doentes. Os **Orfanatos** tem 1.525 irmãs com 81.240 orfãos. Os **asilos** da velhice são 299 com 11.332 recolhidos. Os **Leprosarios** são 81 com 14.060 leprosos. Há ainda outros estabelecimentos de beneficência de diversa índole, cujo numero sobe a 2.173 com 126.564 socorridos. Os **diários e periódicos**, que se publicam nas

Missões são 164. Um interessante quadro publica o tanto por cem das entradas recebidas do estrangeiro como também as dos católicos indigenas, fundações pias e outras fontes. N.B.- Visto o extraordinário desenvolvimento da Ordem Missionaria durante os anos que seguiram ao de 1927, a próxima estatística dará dados e informações ainda mais consoladoras. Basta lembrar-se da indescritível atividade de **Pio XI, o Papa das Missões** (ESTATÍSTICA... 1931, p.3, grifos meus).

Por aqui se retoma a especificidade brasileira. Tendo essa premissa expansionista jesuítica como pano de fundo, convém ressaltar, a título de complementação, e, em consonância com Dilermando Vieira (2016, p. 213), que, na década de 1930, a Igreja no Brasil também já havia conseguido obter notável desenvolvimento no âmbito escolar, tanto assim que, em 1931, “mais de $\frac{3}{4}$ das 700 escolas secundárias do Brasil eram católicas”, muitas das quais, sob o direcionamento da Companhia de Jesus.

Outro elemento significativo que Vieira (2016) aponta, no que se refere à centralização da Igreja em ações jesuítas, é que o início dos anos 1930 presenciou um melhoramento do nível intelectual e moral do clero, aspecto, segundo o autor, que já tinha se iniciado na segunda metade do século XIX e que se desenvolvera no decorrer da República Velha. Sobre essas considerações, o autor ratifica que tomou corpo a proposta de superar a formação do clero secular no Pontifício Colégio Latino-americano⁶⁹, o que se deu por meio do estabelecimento de um colégio nacional de Roma.

A proposta havia sido declarada em 1929, durante a celebração do jubileu sacerdotal do então, *Papa dos Jesuítas*, Pio XI (GRAMSCI, 2011, p. 158), sendo o andamento da edificação colocado sob os cuidados da Companhia de Jesus. Vale mencionar que nesse período em que tramitava o estabelecimento do Pontifício Colégio Pio Brasileiro⁷⁰, d. Leme participou de um consistório secreto em Roma para a escolha de novos membros, sendo ele mesmo escolhido como tal. De acordo com matéria publicada em *O Jornal*, em 29 de junho de 1930, a cerimônia, presidida por Pio XI, ocorreu no Salão do Consistório, onde estavam reunidos todos os cardeais - ordinários e extraordinários – com o objetivo de dar assistência ao papa quanto à escolha dos novos integrantes, sendo escolhidos os seguintes cardeais:

monsenhor Sebastião Leme da Silveira Cintra, arcebispo do Rio de Janeiro, monsenhor Francisco Marchetti Selvaggiani, arcebispo titular de Seleucia e secretário da Propagação da Fé; monsenhor Raphael Carlos Rosei, arcebispo

⁶⁹ Com autorização do papa Pio IX, o Pontifício Colégio Latino-americano, foi fundado em 21 de novembro de 1858. Desde 1859, a administração do colégio esteve a cargo da Companhia de Jesus.

⁷⁰ O Pontifício Colégio Pio Brasileiro foi fundado a 3 de abril de 1934, por autorização do Papa Pio XI e do episcopado do Brasil. Desde a sua inauguração, a administração foi confiada à Companhia de Jesus, que já dirigia o Pontifício Colégio Latino-americano, do qual o Pio Brasileiro foi desmembrado.

titular de Thessalonica e assessor da Congregação Consistorial e monsenhor Julio Serafini, bispo titular de Lampsacus e secretário da Congregação do Conselho e monsenhor Achilles Lienari, bispo de Lihe, na França. (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1930, p.1).

Todas essas citações insistem naquilo que Gramsci denominou como “expressão mais clara do projeto de *neocristianismo* promovido pela Igreja no mundo inteiro” (SEMERARO, 2017, p.448). Além disso, na França, a Ação Católica dispunha de um pessoal muito mais selecionado e preparado do que nos outros países. Segundo Gramsci (2011, p.234), no país, os católicos exerciam “uma influência intelectual que não exerciam em outros locais”, uma “influência mais bem centralizada e organizada” caracterizada por uma forte concentração de *cultura laica*. De acordo com o autor, foi constituída, naquele país, a *Union Catholique d’Etudes Internationales*, entre cujas iniciativas, estava

a realização de uma especial Semana Católica Internacional. Enquanto se reúne a Assembleia anual da Sociedade das Nações, personalidades católicas de cada país se reúnem na França durante uma semana e discutem os problemas internacionais, contribuindo para criar uma unidade concreta de pensamento entre católicos de todo o mundo. Sob o véu da cultura, trata-se evidentemente de uma internacional laica católica, distinta do Vaticano e alinhada com a atividade política parlamentar dos partidos populares (GRAMSCI, 2011, p.235).

Tudo indica que essa “unidade concreta do pensamento católico” apresentava um quadro alargado de monopolização política racional das iniciativas jesuíticas em relação às outras ordens e congregações, principalmente no que se refere às missões em diferentes países, destacando-se a década de 1930 como um dos períodos mais promissores.

O cerne da questão é que muito provavelmente o *jesuitismo* foi revigorado por meio de uma conexão de redes formalizadas de intelectuais de existência *transnacional*⁷¹, por vezes difusa, mas conectada por suportes de cultura, instituições e periódicos. Em um artigo da revista *A Ordem* publicado em junho de 1932, por exemplo, o autor resenha o volume da chamada revista *La Civiltà Cattolica* que recolhe as conferências pronunciadas na Semana Católica Internacional ocorrida em Genebra, na Suíça:

Editado pela União Católica de Estudos Internacionais, temos em mão este livro que colige as conferências proferidas na Semana Católica Internacional de Genebra pelos representantes da França, Inglaterra, Países Escandinavos, Estados-Unidos, Alemanha, e Rússia Branca – nomes todos de grande expressão, uns demais conhecidos como Braudillard ou Sheed, para que vejamos logo o que significa este volume. Uma rápida leitura nos dá idéia do

⁷¹ Sobre o conceito ver: Clavin (2005) e Lowande (2018).

sensível movimento de renascença religiosa do mundo, determinado pela nova posição da inteligência que, em filosofia, volta às fontes eternas de Santo Tomaz, e daí se alarga para outras formas de renascimento cristão no campo da arte, da sociologia, da pedagogia. É grandemente vigoroso o quadro que assim se nos apresenta, dentro duma unidade organizada admirável que se conseguiu apesar da multiplicidade de oradores, orientada pelo mesmo pensamento, e pela mesma *realidade* inegável, deduzida claramente da argumentação positiva do *fato* e da força neutral estatística. É mais um documento de que a Igreja, pelas suas forças essenciais, é um laboratório de estudos, é a oficina da sociedade do futuro, vigilante, debruçada sobre a dor de seus filhos, como a Providencia mesma que a rege. L.A.A. (SEMANA... *A Ordem*, Rio de Janeiro, nº 28, jun. 1932, p. 479-480).

Dessa maneira, elabora-se que, mesmo quando não estão em contato direto, os intelectuais católicos, em especial os que atuavam na imprensa periódica, monitorizavam a cobertura dos acontecimentos internacionais e confiavam fortemente no trabalho desenvolvido por seus pares, como prática institucionalizada, para a confirmação de ideias e dos seus critérios noticiosos. Dessa forma, e, consoante informações presentes na *Revista Excelsior*, é possível notar que o conteúdo da *Civiltá* circulou na *Livraria da Boa Imprensa* por obra dos intelectuais J. J. Franco, Simão Pedro e Simão Mago, sendo que sua 3ª edição italiana foi traduzida por E. Vilhena Moraes, em meados de 1935⁷². A *Civiltá* também circulou no jornal *La Staffetta Riograndense - Settimanale Cattolico Della Colonia*, que tinha, no período de 1930, Julio Bampi como diretor responsável, José Lorenzi como gerente e, na redação e administração o pároco de Garibaldi.

Em relação a essa complexa relação de práticas, ideias e sujeitos que cruzam fronteiras nacionais, é importante referenciar aqui o projeto do padre jesuíta francês Paul Coulet SJ.

De acordo com matéria de *A Cruz*, escrita pela jornalista integralista Dagmar Cortines⁷³ em 2 de agosto de 1931, o padre convocou a comparecerem, no dia 11 de julho, no Colégio de Santo Inácio, representantes de diferentes associações católicas, tais como o Centro D. Vital, a Federação dos Escoteiros Católicos (FEC), a Associação das Senhoras Brasileiras (ASB), Associação das Bandeirantes (ABC), a Associação das Noelistas (ANC), entre outras, para trabalharem juntos em benefício da fundação *Le Comité Catholique des Amitiés françaises à Pétranger*, cujo fim era estabelecer e estreitar laços políticos e de amizade entre os católicos de diversos países, de modo a “tornar conhecida a verdadeira França, interessar os católicos franceses pela vida católica no estrangeiro” (CORTINES, 1931, p.6).

⁷² Sobre a circulação da *Civiltá* conferir: REVISTA *Excelsior*, Rio de Janeiro, nº 92, p.612, ago.1935.

⁷³ Dagmar Cortines foi chefe do departamento feminino da AIB na Bahia. Para Sandra M. Deutsch (1999, p. 267), a jornalista era uma extremista em defesa de “God, family and fatherland”.

Os meios de ação desse comitê, que era presidido pelo “assistente ao trono papal” e reitor da Universidade Católica em Paris, o então monsenhor e posteriormente arcebispo titular de Melitene (1935), Alfred-Henri-Marie Baudrillart (1859-1942), eram diversos. Entre eles estava o intercâmbio intelectual por meio de livros, jornais, revistas, como a *Les Amitiés françaises* e a *Almanach Catholique Française*, a primeira de publicação mensal e, a segunda, anual. Outra ação importante de Baudrillart, também conhecido, diga-se de passagem, como o “soldado de Cristo mais feroz no combate ao bolchevismo”⁷⁴, dizia a respeito ao intercâmbio de estudantes por meio de “bolsas” para trocar e partilhar conhecimentos técnicos específicos da Ação Católica Francesa. O excerto abaixo tem a propriedade de ilustrar o que foi escrito por Dagmar Cortines:

1º O intercambio intelectual: a) pela revista mensal “*Les Amitiés françaises*”, que publica as noticias enviadas do estrangeiro e espalhadas não só na França como em todos os países, que recebem esta revista e onde existem autênticos “comitês”. b) pelo “*Almanach Catholique Française*”, publicação anual. C) enviando para o estrangeiro e recebendo em França artigos prontos, precisando apenas serem traduzidos. Espalha noticias de interesse católico, que, geralmente, não são publicadas nos grandes jornais; assim, diz o padre Coulet, o recente Congresso Mariano realizado no Rio de Janeiro e a grandiosa procissão de N.ªS. da Aparecida não foram fora do Brasil.

2º O “Comité” divulga e facilita a remessa de livros e jornais, enviados a preço reduzido.

3º Acolhe em França os estudantes e outros (moças e rapazes) de diferentes países, guiando-os e apoiando-os e reciprocamente, os franceses que vão residir no estrangeiro.

4º Foram fundadas até “bolsas” para os estudantes de poucos meios, precisando aumentar os recursos para multiplicar o numero de “bolsas”. O “Comité des Amitiés Françaises à L'étranger”, fundado no Rio de Janeiro, tornará conhecido o Brasil católico na França e em outros países. No Rio de Janeiro ficará assim constituído o “Comité”: presidente de honra: mr. Charles Robillard de Marigny; presidente efetivo: dr. J. Peixoto Fortuna; encarregado do intercambio intelectual: Tristão de Ataíde; tesoureira: a Livraria Santa Cruz, que receberá os pedidos de assinaturas, encomendas de livros, revistas, etc. Pra ser sócio deste Comité basta assinar “*Les Amitiés Catholiques françaises*”, cujo preço é de 20 francos ou seja mais ou menos 11\$000 [...].

⁷⁴ Em relação ao uso da expressão, ver: Graham (1996, p.84). Sobre as considerações críticas feitas aos comunistas pelo monsenhor Baudrillart, vale transcrever alguns trechos da notícia “A psicologia do bolchevismo e os danos passados, presentes e futuros”, publicada na seção “Notas e notícias” da *Revista Brasileira de Pedagogia* (RBP). Nesta, é possível verificar que Baudrillart era presidente da Academia de Educação e Cooperação Social (AECS), com sede em Paris. De acordo ainda com a descrição, em julho de 1934, o padre organizou um concurso de “romance internacional” sobre o tema “a psicologia do bolchevismo e os danos passados, presentes e futuros”, onde autores de todos países poderiam tomar parte no concurso apresentando um texto em qualquer idioma, entretanto, o resumo deveria ser em francês, inglês, alemão ou italiano. Os “manuscritos” deveriam ser entregues “ao Sr. Belle, 31, rue de Bellechasse, Paris, VII, em 4 cópias dactilogradas”. Para esse concurso, foram instituídos três prêmios, presididos por Henry Bordeaux: “o primeiro de 50.000 francos, o segundo de 20.000 e o terceiro de 10.000”. Em relação ao Brasil, os interessados deveriam se dirigir ao “Comité Brasileiro das ‘Amitiés Catholiques Françaises’ localizada no Centro D. Vital, 101, praça 15 de Novembro, 2º andar.” (A PSICOLOGIA ... 1934, p. 384).

Acolhendo de boa vontade o pedido do padre Coulet, os católicos brasileiros terão duplo proveito: 1º Farão uma obra de patriotismo, tornando conhecido o Brasil católico no estrangeiro, encaminhando pelas mãos de Tristão de Ataíde [...] 2º Conhecerão melhor a França, tão caluniada entre nós, saberão quantos empreendimentos generosos e elevados poderemos imitar daquela terra, que sempre soube se manter na altura de seu título de “filha mais velha da Igreja”. Que a visita do padre Coulet, entre muitos frutos, tenha este de unir mais estritamente a alma católica do Brasil à de França! (CORTINES, 1931, p.6).

Em termos de relações, de interações e de circulação, o princípio ativo e dinâmico era, segundo os responsáveis pelo intercâmbio, “produzir um grupo diferenciado”, isto é, uma verdadeira *comunidade epistêmica*, para usar o conceito de Clavin (2005, p. 422), que desenvolvesse a “instrução dos intelectuais” e incitasse a formação de “sacerdotes intrépidos” para trabalhar cada dia mais no movimento católico de tendência filosófica e político-social tomista de Pio XI. As ações do Comitê, eram na verdade, a fase prefacial para a formação de uma confederação nacional de Ação Católica:

S. Em. referindo-se à conferência do Padre Coulet, no estádio do Fluminense, mesmo diante da exposição feita pelo erudito do movimento católico na Europa, considera muito mais intenso aquele que se vem fazendo entre nós. Assim enquanto na França, para a comunhão dos intelectuais promovida em todas as cidades onde existe um campanari e vivem alunos de escolas superiores, o convite tinha a assinatura de 14.000 nomes, que só no Rio 1.200 dos nossos intelectuais formaram a comissão para o mesmo fim. Com varias comparações análogas a esta, S. Em. mostra como só temos motivos para animarmos-nos cada dia mais no trabalho da ação católica. Não nos falta o sentimento católico, diz o sr. Cardeal: falta-nos a instrução e falta-nos sobretudo sacerdotes intrépidos em seu zelo que transformem as paróquias, como por exemplo cita S. Em. o que está realizando vertiginosamente na Gavea. D. Leme almeja ver em breve formada a confederação nacional de Ação católica, já iniciada com a agregação de 207 associações femininas de S. Paulo contando 1.500 membros e 210 associações masculinas com 1.200 associados. (CORTINES, 1931, p.6).

Pouco depois, ainda dentro dessa conjuntura, um evento merece ser destacado. Em 16 de outubro de 1931, o jornal *A Esquerda* publicou um texto com o curioso título “De esquerda. A Ordem na Hespanha”. Na matéria, o articulista descreve a situação política na Espanha após a renúncia de Niceto Alcalá-Zamora (1877 - 1949), primeiro presidente da Segunda República (1931- 1939), o qual foi substituído pelo ministro de guerra Manuel Azaña (1880 - 1940).

Aqui, é importante registrar que, Alcalá- Zamora, representou ao lado de Miguel Maura (1887 - 1971), então ministro do governo, um republicanismo mais conservador, resultado do anterior *Pacto de São Sebastião*, ocorrido em 17 de agosto de 1930, na cidade basca de São Sebastião, cujo objetivo foi impulsionar um movimento popular que derrotasse a monarquia de

Afonso XIII (1886 - 1941), da casa real de Bourbon, e instaurasse a República. Assim, em 14 de outubro de 1931, dois dias antes da referida matéria no jornal, Alcalá-Zamora abandona o cargo em protesto contra aos artigos 24 e 26 da nova constituição republicana, que separavam Igreja e Estado e aboliam privilégios do clero e da Igreja.

Segundo o articulista, a transição dos representantes no governo foi marcada por grandes agitações populares, as quais foram caracterizadas por “constantes greves proletárias, agravadas, com as agitações religiosas”. Finaliza o texto expondo que o parlamento estava dividido em duas correntes antagonistas, uma representada por jesuítas e a outra por socialistas, que transformaram o país “em um palco de lutas mais díspares”:

De um lado, estão os deputados catholicos que já iniciaram o protesto contra o artigo 24, cuja aprovação decretou a separação da igreja e do Estado. Do outro lado, os radicaes-socialistas, não satisfeitos ainda, exigem a expulsão de todas as ordens religiosas. Os jesuítas, radicados na região basca, estão dispostos a reagir contra o novo estado de coisas [...]. O sr. Azana promete, no entanto, restabelecer a tranquilidade, de qualquer forma, nem que seja pela violência. O destino da Republica depende, pois, das medidas que o novo governo espera pôr em pratica, para que o país entre no seu período de reconstrução social. (DE ESQUERDA...1931, p.2).

Uma tal visão, como a do fragmento citado, permite situar agora de forma satisfatória um dos objetivos do presente capítulo. Nota-se que a descrição foi feita em um momento em que a situação política da Espanha estava especialmente conturbada.

Segundo Gerson W. Fraga (2004) o país chegou a esse período em uma situação de grande polarização socioeconômica. Em Andaluzia ou Castela Nova, por exemplo, um proletariado camponês, que sobrevivia por meio de trabalhos sazonais mal remunerados, coexistia com grandes concentrações de terra nas mãos de poucos latifundiários, realidade constatada por Rizzoni (1975, p. 47), ao explicitar que no país, existiam “oito milhões de pobres, dois milhões de camponeses sem terra, enquanto apenas 20 mil pessoas” eram “proprietários de mais da metade da Espanha”.

Já nas cidades, a situação da classe trabalhadora submetida a baixos salários não era muito diferente da de algumas regiões agrárias. A resolução dos problemas sociais se constituiu em uma linha de frente de atuação desse grupo, nomeadamente por meio das organizações sindicais como a União Geral dos Trabalhadores (UGT) ou a Confederação Nacional do Trabalho (CNT). Ressalte-se, por oportuno, o numeroso clero espanhol, “cerca de vinte mil religiosos”, que se apresentavam como um grupo “apegado ao conservadorismo e extremamente cioso de seus valores” (FRAGA, 2004, p.8).

Somados os indícios, não se pode objetar, com uma certa razão, que o grupo mencionado pelo autor seja, em sua maioria, composto por descendentes de Loyola, radicados, conforme a referida matéria do jornal *A Esquerda*, na região Basca da Espanha. Evidente, os sinais, por outro lado, quando cruza-se tais informações com os estudos de Laura Risco García (2013), presentes em sua obra *Historia de España*, vê-se, segundo relata a autora, que no *Biênio Progresista* ou *Izquierdista*, que se estendeu desde o final de junho de 1931 até o final do ano de 1933, o grupo de Manuel Azaña aliou-se aos socialistas para colocar em prática um programa de reformas que pretendia desfazer toda a obra da monarquia e da ditadura, sendo uma de suas principais medidas a expulsão dos jesuítas do país.

Los principales medidas que adoptó éste gobierno fueron: Promulgación de la Constitución de 1931. Expulsión de los jesuítas: La República se caracterizó por una actitud anclerical y laica, lo que llevó a ciertas actuaciones del gobierno hacia la Iglesia que los sectores más conservadores consideraron humillantes, ya que estos sectores estaban muy vinculados a los intereses de la Iglesia y tenían profundas convicciones religiosas. Hay que tener en cuenta que la Iglesia hasta entonces tenía una gran influencia en la sociedad española. Algunos de estos actos fueron la decisión de expulsar a los jesuítas de España, la supresión de la enseñanza de la religión en las escuelas públicas y la eliminación de símbolos religiosos en las escuelas, como el crucifijo. Estas medidas del gobierno republicano tuvieron una muy mala repercusión en los grupos de la derecha. (GARCIA, 2013, p.99)

Nesse contexto geral, o que resulta de concreto é que tal acontecimento internacional encontrou repercussões na realidade brasileira, primordialmente, nas páginas da imprensa escrita, mas também em ações concretas, por meio da efetivação de vários projetos culturais pró-jesuíticos. Cabe afirmar que, para Fraga (2004), assim como, para Sodré (1999), a grande imprensa brasileira, marcada pela preponderância de uma lógica capitalista, atuou na década de 1930, como importante elemento de propagação de diversas correntes ideológicas, que não somente intentavam alcançar um maior grau de penetração junto à opinião pública, mas também buscavam legitimar seu ideário diante da sociedade, combatendo outras linhas de pensamento que lhes fossem adversas (FRAGA, 2004, p.11).

Nesse panorama, vale frisar os fundamentos dessa interpretação, cujas linhas de força remontam ao estudo das representações políticas por meio da imprensa. A análise da produção jornalística sobre o evento espanhol, a ser realizada na próxima seção, terá o objetivo de identificar os principais elementos constituidores desses textos, indicando, por um lado, o poder persuasivo do *Jornal Católico* “caracterizado como um grande centro e um grande movimento de ações de intelectuais” (GRAMSCI, 1991, p.164) e, por outro, mas de maneira mais

aprofundada, a força também persuasiva do *Jornal Partido*, “essencialmente político”, mas igualmente “cultural”, isto é, com “atividade política cultural”, de “técnica cultural” (GRAMSCI, 1991, p.166). No caso, aqui, tais contribuições representavam um grupo constituído para lutar contra o *clericalismo* ou, mais estritamente, o *jesuitismo*; uma instituição cultural de ações intelectuais que se planejava de todos os meios, os mais eficazes para extirpar o catolicismo das grandes massas.

Nesse ponto, será preciso insistir na *dialética dos contrários* (GIRARDET, 1987, p.15), no sentido de entender que uma série de imagens oníricas elaboradas pelo grupo católico também estavam vinculadas à outras imagens e posições significativamente opostas, ambivalentes e oscilantes, de repúdio formal ao catolicismo, em especial, ao *jesuitismo*.

2.2 Horizontes da conspiração... Indesejáveis jesuítas espanhóis!

Indesejável. Por que?
Indesejável o jesuíta, na Terra de Santa Cruz...
(COSTA, 1932, p.1).

É difícil, e o era muito mais naqueles tempos, perceber os diferentes sentidos da carga ideológica e expressiva do legado jesuíta, embaraço que, no entanto, tende a se desfazer, à medida que se considere o fato de que o Brasil apresentava seus conflitos de religião imbricados em questões políticas.

Destarte, é válido salientar que após a vitória da Revolução de 1930, o clima no país é marcado pela agitação ideológica internacional com as tendências políticas se polarizando⁷⁵. Na Europa, o contexto seguirá marcado pela crise do capitalismo (1929) e pela consequente implantação de ditaduras do tipo nazifascista que se contrapunham à ditadura comunista da União Soviética e às democracias burguesas⁷⁶. Vale lembrar ainda, em consonância com os autores (CERQUEIRA FILHO, 1982; MOTA; BRAICK, 1997; DOMINGUES; FIUSA, 2000; FAUSTO 1997, 2013; BARBOSA, F. 2011) que desde 1919, já se encontrava aberto o campo intelectual e literário para a expansão tanto das ideias das extremas-direitas europeias quanto

⁷⁵São fartas as referências bibliográficas sobre o contexto internacional e local (Brasil) no período que se estende do fim da Primeira Guerra Mundial (1918) até o início da Segunda Guerra (1939), assim como as discussões acerca das polarizações ideológicas e políticas que marcam a conjuntura nos diferentes países. A esse respeito, ver, por exemplo: Poulantzas (1971); Rémond (1982); Hobsbawm (1995); Mota e Braick (1997); Fausto (1997; 2013), dentre outros.

⁷⁶ Segundo Cerqueira Filho (1982, p.93), o conceito de *democracia burguesa* será “reinterpretado em face da desmoralização crescente do parlamentarismo/presidencialismo multipartidário tanto na Europa e EUA quanto nos países latino-americanos”.

das tendências esquerdistas em solo brasileiro, tendo sido importante o papel da circulação de impressos e o intercâmbio entre intelectuais brasileiros e europeus, sobretudo os ibéricos⁷⁷.

É neste mesmo lapso de tempo, no início dos anos 1930, que também se deu a (re) impressão e a difusão coletiva de imagens, mitos, textos, vozes, tensões e reclames relacionados à Companhia de Jesus, produzidos, não raro, em consonância com um duelo intelectual entre duas perspectivas filosóficas antagonistas, dois partidos, que, cada qual a seu denodo, procuraram tirar proveito da conturbada situação internacional, particularmente das perturbações políticas espanholas.

A luta entre as ideias que defendiam a supremacia da autoridade eclesiástica sobre a laica e as que sustentavam a independência recíproca dos dois poderes, considerados como duas emanções diretas da vontade divina, devia continuar, não somente no domínio dos fatos, mas mais ainda no das doutrinas, no conjunto de um sistema filosófico, religioso, econômico e social. Por isso, do ponto de vista da cultura e da vida política, a importância da palavra impressa nos periódicos estava sempre presente, uma vez que, neles, os discursos ofereciam múltiplas ressonâncias e adquiriam significados de muitas formas. A ênfase no tema, a linguagem e a natureza do conteúdo não estavam efetivamente dissociadas ao público que o jornal pretendia atingir.

Eis que a imprensa se configurou em um cenário específico, propício ao surgimento de propostas, ideologias e discursos *mitologizados* de diferentes classes, como bem declarou Girardet (1987) ao pontuar sobre a relação intrínseca entre os elementos míticos e o contexto histórico do mundo contemporâneo em que eles surgem e atuam, regularmente veiculados e publicizados pelos meios de comunicação em massa. A propósito de Faria Filho (2017), e a partir de farta bibliografia disponível (CAPELATO; PRADO, 1980; SODRÉ, 1999; FRAGA, 2004; LUCA, 2014), pode-se afirmar também que, a década de 1930 foi um momento profícuo na criação e consolidação de meios de expressão intelectuais, notadamente de editoras e periódicos.

⁷⁷Para Flávio A. Rodrigues Barbosa (2011), o conteúdo dessa inquietação já havia sido despertado por diferentes acontecimentos que emergiram em 1922, ano de centenário de Independência e da Revolução Estética promovida pela Semana de 1922, mas também da renovação espiritual e política pregada pela ACB, pelas insurreições tenentistas e pela fundação do Partido Comunista. Dessa forma, o autor salienta que era facilmente possível para o público brasileiro encontrar e adquirir “enorme literatura amigável” disponível sobre o fascismo italiano e o novo Estado português (BARBOSA, F. 2011, p. 194). Nesse contexto, também se tem a produção de uma série de livros e revistas publicados por movimentos da Igreja católica, de direitistas, de fascistas, de monarquistas e de corporativistas, cujo objetivo era analisar a situação política brasileira com argumentos antiliberais, católicos antiliberais e anticomunistas, buscando, de certa maneira, ingerir ideologicamente sobre o Governo Provisório.

Sob esse prisma, Miceli (2001), salienta que o período foi um momento de expansão do mercado editorial e de fortalecimento da profissionalização dos diversos sujeitos a ele relacionados, principalmente editores e escritores. Periódicos de caráter opinativo e de intervenção pública, dedicados aos mais variados temas, em especial, à política e à cultura em geral, também tiveram expansão acentuada (LUCA, 2014). Por meio deles, intelectuais de diferentes linhagens políticas e estéticas se congregavam para articular e difundir leituras sobre o país. Tais empreendimentos coletivos eram, antes de tudo, um lugar de “fermentação intelectual e de relação afetiva”, por isso, Sirinelli (2003, p. 249) os caracterizou como “viveiros e espaços de sociabilidade” unidos para efetivação de projetos comuns.

Nesse compasso e, ainda, na congruência desses fatores, atente-se para a primeira parte da matéria do jornal *A Cruz*, publicada em 28 de fevereiro de 1932, sob o título “Indesejáveis”. Nesse particular reside a oportunidade de demonstrar como esse grande órgão da imprensa escrita carioca, sob os auspícios da Confederação Católica do Rio de Janeiro (CCRJ), apresentou à sociedade brasileira os fatos ocorridos na Espanha, entre 1931 e 1932, após a proclamação da Segunda República naquele país. De forma análoga, alcança-se aqui, também, a possibilidade de destacar a estreita relação de tal posicionamento com outro movimento político-cultural, notadamente, de oposição à Igreja, marcado pela reação ao jesuitismo, ao papado e ao clericalismo.

Eis o teor da notícia, dada pelo jornalista defensor da Companhia de Jesus Adroaldo Mesquita da Costa (1894 - 1985)⁷⁸:

Ante-hontem deu-nos o telegrafo a sensacional noticia de que a novel Republica de Espanha havia dissolvido a benemérita Companhia de Jesus e lhe confiscado os bens e, hoje, outra noticia, não menos estrondosa, chega até nós, informando-nos de que o **vice-almirante Thompson**, da Marinha Brasileira, telegrafou ao chefe do governo espanhol, enviando-lhe entusiásticas felicitações, pela assinatura daquele ato, bem como ao sr. Getúlio Vargas, pedindo-lhe imediatas providencias, no sentido de evitar que os

⁷⁸ Adroaldo Mesquita da Costa (1894 - 1985) foi advogado, formado na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em 1917, e atuou, também, como professor, jornalista e político. Fez seus estudos no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, escola dos jesuítas localizada em São Leopoldo (RS). De acordo com o site *Wikipedia*, o intelectual lecionou, no início de 1918, português e história nos Colégios Anchieta e Júlio de Castilhos. Foi professor na Escola Superior de Comércio de Porto Alegre e participou da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual tornou-se mais tarde presidente perpétuo. Em 1933 e, posteriormente em 1945, foi deputado da Assembleia Nacional Constituinte. Ainda como deputado federal, foi nomeado, na década de 1940, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Mesquita da Costa também pertenceu à Sociedade Brasileira de Geografia, ao IHGB e à Academia Rio-Grandense de Letras. Foi, ainda “um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo sido catedrático de seu curso de Direito. Além disso, como jornalista, “foi um dos fundadores do *Diário de Notícias*, em Porto Alegre, e contribuiu no *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, tendo usado muitas vezes o pseudônimo de Rui Marça”. Vale apontar, também, que foi concedido à Mesquita da Costa o título de “conde” pelo papa Pio X (1903 - 1914). Conferir: Costa, A. ... [entre 2001 e 2021]; Barata, C. [s.d.].

jesuítas, expulsos de Espanha, desembarquem no Brasil, por serem “indesejáveis e virem provocar o desequilíbrio econômico do paiz”, visto não serem nem lavradores nem produtores. Custa-nos a crêr que um vice-almirante de nossa marinha de guerra tivesse usado do deprimente qualificativo de indesejáveis, ao referir-se aos ilustres filhos espirituais de Santo Inacio de Loiola. Que seu ódio setario e a sua apaixonada mentalidade estejam continuamente a distilar bÍlis contra os jesuítas, é de fácil compreensão, mas que no rico vocabulário da língua portuguesa fosse ele escolher esse termo, só utilizado para os criminosos e desprezíveis, afim de exprimir a sua repulsa ao roupeta ilustre, é que ninguém, medianamente instruído, poderá compreender. Indesejável. Por quê? Indesejável o jesuíta, na Terra de Santa Cruz [...]. (COSTA, 1932, p.1, grifo meu).

Como se vê, nesta primeira parte, as considerações do articulista apontam para uma tensão histórica no período, marcado por dilemas culturais e políticos. Do ponto de vista cronológico, a discussão em torno dos grupos laicos e abertamente hostis ao mundo clerical, já estava presente nos debates entre grupos católicos. Não é supérfluo acrescentar que muitos intelectuais anticlericais, como o mencionado escritor, jornalista, vice-almirante da Marinha e maçom, Arthur Thompson (1875 - 1966)⁷⁹, tenham sido alvos combatidos pelos padres e, sobretudo, pelos jesuítas.

Há, para isso, diversas razões; algumas temporais, não tem agido senão em certos momentos e em certos países; outras permanentes, tem agido em várias épocas e em quaisquer países, como bem observou Gramsci (2011) quando estudou a formação da organização clerical cristã italiana e seus processos de *ruptura* territoriais, sociais e ideológicas desde a Época Moderna (1453 - 1789). Nesse percurso histórico, a complexidade relacionada ao significado e ao uso corrente, em contextos mais gerais, do termo *anticlericalismo*, é evidente. Até porque, como mostra Raymond Williams (2007), deve-se compreender que os conceitos não só são dinâmicos e historicamente construídos, como carregam contradições e conflitos sociais e, na medida em que são “resultado da prevalência de uma ideologia em relação a outra”, não podem ser neutros.

Assim, enquanto *fruto maldito* do século XIX, com ênfase na sua versão mais radical, defendida pelos anarquistas, por exemplo, como enfatizou Antonio Cleber Rudy (2017) em tese intitulada, *O anticlericalismo sob o manto da República: tensões sociais e cultura libertária no Brasil (1901-1935)*, as oposições às interferências eclesiásticas na esfera civil e política foram caracterizadas pela defesa da razão, do materialismo e da liberdade, propugnaram o combate à Igreja, o fim das religiões e, até mesmo, a morte de Deus.

⁷⁹ Mais à frente, na terceira seção deste trabalho, serão abordados outros aspectos da trajetória política e intelectual de Arthur Thompson.

Todavia, longe de ser um fenômeno de natureza homogênea, específico de um segmento social, região ou temporalidade histórica, o autor assinala que o anticlericalismo foi, internacionalmente, uma “prática social difusa e uma mentalidade recorrente” (RUDY, 2017, p. 255) que gravitou diversas correntes científicas e filosóficas, identificadas com o naturalismo, o materialismo e o cientificismo, e que produziu numerosas experiências amparadas em proposições antirreligiosas e racionalistas, “cingidas por um conjunto de ideias que forjaram identidades, sociabilidades e práticas político-culturais de contestação à religião enquanto instituição social” (RUDY, 2017, p.8).

Compreende-se, ainda, que, ao contrário de outros movimentos político-filosóficos, a exemplo do liberalismo, do socialismo e do anarquismo, o anticlericalismo não estava vinculado a nenhum teórico específico ou obra literária matriz. Desse modo, valendo-se das observações do historiador francês René Rémond, em *L'Anticlericalisme em France* (1976), Rudy (2017) ratifica:

é interessante notar que, apesar de haver certos escritores ou filósofos que tenham contribuído para as batalhas travadas contra o poder e a intolerância das Igrejas, o anticlericalismo, em sua essência, jamais, explícita ou exclusivamente, reivindicou a paternidade de qualquer dos grandes nomes que dominaram a história das ideias políticas ou filosóficas. (RUDY, 2017, p.14-15)

Dessa forma, embora haja, em certos aspectos, uma aparência de aversão e de combate à influência política da Igreja no seio da liberdade civil - leia-se, ao clericalismo - por parte apenas de alguns grupos específicos, como os assumidamente antirreligiosos, ateus ou racionalistas, por exemplo, o autor adverte que o anticlericalismo, em sua essência, jamais foi exclusivo de tais segmentos sociais ou de qualquer filosofia política, sendo, até mesmo, factível, interpretá-lo no seio da perspectiva cristã. A propósito de Mourão (2002) e Rudy (2017), pode-se, inclusive falar de um *anticlericalismo cristão*, que se fez ativo em vários momentos da história eclesiástica da Igreja Católica Romana.

Entendimento, ressalve-se, bastante similar àquele manifestado por Gramsci, ao problematizar a Igreja, no contexto da dominação e da imperatividade, como um *intellectual coletivo* (LA ROCCA, 2017, p.402). Nesse sentido, a instituição seria representada pelas três tendências orgânicas ou partidos do catolicismo, isto é, por reações internas provocadas pela própria Igreja em diversos momentos de sua história eclesial, situação que reproduz, de certo modo, a polêmica contradição entre um suposto *imo antijesuitismo* de base político-histórica e um (anti) clericalismo reacionário de aparato repressivo e de ambição omni-controladora de práticas socioculturais e comportamentais endógenas. Tais tensionamentos seriam não só da

exigência de uma reforma interna na religião ou na instituição, mas também do “ódio, vingança, denúncia e insinuação pérfida” de grupos dentro da Igreja, forças antagônicas e, mais precisamente clandestinas, que disputavam e atuavam “contra os jesuítas e seu superpoder” (GRAMSCI, 2011, p. 155). Nessa esteira de discussão, vale relembrar a análise efetuada por Franco (2006) acerca da gênese do antijesuitismo. Para o autor, o antijesuitismo foi uma expressão psicológica à formação de um movimento autenticamente ideológico com caráter histórico, político, social, religioso e, em última análise, com sedimentação cultural e mental, cuja origem decorreu de um trabalho concertado entre eclesiásticos e políticos no seio da própria sociedade católica, isto é, foi engendrado por católicos, no contexto do clima concorrencial entre as diferentes ordens, com especial destaque aos Dominicanos e aos Franciscanos. Nas palavras do autor:

A Companhia de Jesus, efetivamente, teve o ensejo de suscitar os ódios mais viscerais e as admirações mais abnegadas. Mais interessante na perscrutação das origens do antijesuitismo é a observação do seu controverso nascimento no seio da própria Igreja. A crítica aos Jesuítas vai constituir uma corrente de opinião que nasceu nos meios eclesiásticos, ora da parte da Inquisição, ora da parte das outras ordens religiosas mais antigas, com especial destaque para os Dominicanos e Franciscanos, ora ainda da parte da burocracia eclesiástica romana e do seu clero secular, este último incomodado com as críticas austeras da pregação e do exemplo de vida do grupo de Inácio de Loyola (FRANCO, 2006, p. 305).

Veja-se o efeito que, no equilíbrio das forças católicas, teve a crise religiosa na Espanha, por exemplo. Como visto anteriormente, a luta anticlerical espanhola teve como alvo principal os jesuítas, mas parece que, para Gramsci (2011), tal situação complicou-se pelo fato de que os integristas (por representarem a força católica mais forte no país), sentiram-se ofendidos com a tentativa de acordo entre o Vaticano e Alcalá Zamora - impedido pela Constituinte de 1931 - que deveria valorizar a política dos jesuítas, excluindo os integristas. Em contraposição, os integristas organizaram-se ainda com mais intensidade contra a Companhia de Jesus.

Junte-se a isso, o fato de que os jesuítas desempenhavam significativa atividade capitalista: “eles dominavam algumas importantes empresas de transporte urbano e de outro tipo [...]. Na Espanha, os jesuítas tinham uma tradição particular, ou seja, a luta que travaram contra a Inquisição e os dominicanos” (GRAMSCI, 2011, p. 212).

É preciso acrescentar, também que, para o autor, tal *anticlericalismo cristão*, não estaria completamente dissociado do conjunto de representações, complexas e heterogêneas de determinados grupos de “anticlericais desvairados, rústicos e grosseiros” que começaram a operar na modernidade entre a esfera espiritual e a esfera secular temporal (SEMERARO, 2017,

p.52), a exemplo do “anticlericalismo vulgar, racionalista e maçônico” – identificado entre 1870 e 1900 - (LIGUORI, 2011, p. 497), e da Igreja positivista, “que são as ideologias e as religiões laicas da pequena burguesia urbana”, às quais adere em grande parte “o sindicalismo anarquista, que faz do cientificismo anticlerical seu alimento intelectual” (GRAMSCI, 2011, p.178).

Destarte, é válido salientar que esses meros, diversificados e históricos “a” e “anti” clericalismos ou teísmos, não deixaram de ter consequências práticas, de ensinamento político aos adversários. É o caso, por exemplo, quando o autor corrobora a ideia de que os jesuítas também sistematizaram uma organização não oficial, ou mesmo clandestina, para a qual deveriam contribuir os chamados *jesuítas laicos*. Segundo ele, essa “curiosa instituição talvez copiada dos terciários franciscanos” parecia “representar numericamente cerca ¼ de todas as forças jesuítas” (GRAMSCI, 2011, p.155).

A partir da análise retrospectiva até aqui apresentada, pode-se dizer, que, no transcurso do final do século XIX até meados da década de 1930, esse rastro singular de oposição ao clericalismo também encontrou particularidades em territórios brasileiros. Assim, ora como pensamento, ora como ação política, tal anticlericalismo foi, no Brasil, segundo Rudy (2017), uma espécie difusa de *verniz europeu*, sobretudo português, que empregou em seu vocabulário, mediante diálogo cultural entre agremiações anticlericais do Brasil no cenário internacional e vigorosa circulação na imprensa e na literatura, um conteúdo depreciativo relacionado à Companhia de Jesus⁸⁰.

Detenhamo-nos alguns instantes sobre essa particularidade lusitana que é importante e, se examinada às pressas, pode prestar a interpretações menos justas. Na esteira do que perscrutou José Eduardo Franco (2006), ao propor uma análise hermenêutica, perspectivada na longa duração, da ação e do papel dos jesuítas nos diferentes âmbitos da história de Portugal, nota-se que a Companhia de Jesus ganhou uma imagem mitificante e negativa, notadamente a partir do ministério político do Primeiro Ministro de D. José (1750-1777), quando Sebastião José de Carvalho Melo, o então Marquês de Pombal, decide iniciar uma campanha sistemática, anticlerical e antijesuítica por meio de uma estratégica propaganda direcionada aos centros de cultura e do poder do seu tempo. Foi em Portugal, “país que muito deu e que muito recebeu da Companhia de Jesus”⁸¹, que se engendrou, mormente por meio da ação promotora da política

⁸⁰ Sobre o anticlericalismo brasileiro conferir: Santos (2013).

⁸¹ A leitura da ação histórica da Sociedade de Jesus em Portugal é sustentada e caracterizada com pareceres dicotômicos e paradoxais. Para Franco (2000), foi em Lisboa, na capital de uma vasta rede marítimo-mercantil do país, em uma fase importante para expansão no Oriente e no Ocidente, que o rei d. João III possibilitou aos jesuítas

pombalina, uma cultura e uma mentalidade antijesuítica que perdurou no tempo, “recriando-se e potencializando-se pelos seus mais inesperados herdeiros, as elites liberais, maçônicas, republicanas, socialistas, positivistas e livre pensadoras dos séculos XIX e XX” (FRANCO, 2006, p. 306). Nessa linha, Pombal é apontado por Franco (2000) como o intelectual fundador do “mito negro da Companhia de Jesus” e um dos maiores reemitizadores do antijesuitismo na Europa. Sobre essas considerações, o referido autor declara que Pombal

escreve, promove, supervisiona e patrocina a produção de obras, de panfletos, de libelos e leis contra os jesuítas, as quais se podem denominar de forma mais geral de literatura antijesuítica pombalina. É esta que estabelece o mito nos seus contornos essenciais e globais. Forma também o protótipo do mito do *complot jesuítico* que vai inspirar toda posteridade antijesuítica portuguesa de forma indelével. Nesse processo literário, registra-se uma inter-influência de dados, de opiniões, de pareceres, de livros, de histórias, de casos proporcionada pela história escrita do antijesuitismo internacional. Traduz-se obras para português a fim de dar razão e apoiar o programa de escrita antijesuítica pombalina. Mas mais do que isso Sebastião José de Carvalho e Melo tem a preocupação de investir grandemente na internacionalização da imagiologia que ele mesmo constrói em Portugal dos Jesuítas e da avaliação da sua ação histórico-cultural, política, educativa, religiosa, etc. [...] promove uma campanha europeia de tradução das obras, leis, libelos, cartas pastorais, pareceres escritos em Portugal contra os Jesuítas. (FRANCO, 2000, p. 125).

Evidentemente, tal antijesuitismo, como um “vetor ideológico-político do mito”, conforme as prerrogativas de Franco (2004, p. 122), com “motivações pessoais, políticas, religiosas, sociais, culturais e mentais”, vai muito aquém e muito além dos seus momentos fundantes e irá desenhar-se e (re)configurar-se no decurso da substituição progressiva de paradigmas de visão do cosmos, do indivíduo, da sociedade e de Deus, erguendo-se, indubitavelmente, na disputa entre poderes hegemônicos num dado tempo histórico, isto é, na “confrontação ideológico-programática de percepções divergentes do exercício do poder” (FRANCO, 2004, p. 415).

Assim, pode-se inferir que a criação dessa mentalidade antijesuítica deixou marcas culturais e mentais por um longo tempo devido ao intenso processo de mitificação política sistematizado por Pombal. Constata-se, ainda, que tais marcas não serão totalmente apagadas,

o exercício de sua expansão missionária. A Companhia e a sua ampliação e fortalecimento muito devem à Coroa Portuguesa, que os acolheu no mesmo ano de aprovação oficial da nova ordem pela Santa Sé, a 27 de setembro de 1540. Não obstante, é nesse mesmo país que se fundou uma das campanhas anticlericais e antijesuíticas mais ferozes da Europa àquela época, promovida e incentivada pelo “conde de Oeiras” (1699-1782), entre os anos de 1750 a 1777 (FRANCO, 2000). Vale lembrar que o Marquês de Pombal obteve das mãos do rei de Portugal a lei de expulsão da Companhia, no ano de 1759, e, “pelos esforços de pressão diplomática e de formação de uma opinião pública internacional antipatizante dos jesuítas, conseguiu ver publicado o breve de extinção da Companhia em 1773 pelo papa Clemente XIV” (FRANCO, 2000, p. 136).

pelo contrário, instigarão os intelectuais vindouros a combater a Companhia, por meio da “relação intrínseca entre uma determinada ação política e a sua codificação literária” (FRANCO, 2000, p. 123), seguindo, nesses termos, o histórico “bom exemplo português”.

Nessa direção, o autor enfatiza que, embora haja, em certos aspectos, uma aparência positiva dos jesuítas no Estado Novo Português (1933-1974), devido ao abandono do Estado às formulações antijesuíticas, que retirou, por exemplo, as leis anticongregacionistas, consagrando, na Constituição de 1933 e, mais tarde, em 12 de maio de 1941, a situação jurídica da Companhia, reconhecendo-a como uma corporação missionária com liberdade para prosseguir seus objetivos a serviço da civilização, o autor assegura que as desconfianças em relação à instituição ainda se faziam presentes.

Segundo Franco, o próprio “homem forte e símbolo do regime ditatorial”, António Oliveira Salazar (1889-1970), “formado num dos bastiões antijesuíticos que era a Universidade de Coimbra, não deixava de transbordar, por vezes, essa imagem desfavorável à Companhia” (FRANCO, 2004, p. 417). À vista do exposto, também convém recordar que a instauração da estátua do Marquês de Pombal, em Lisboa, em 1934, não deixou de ser um sinal de que a memória do antijesuitismo continuava viva. Representava, segundo Franco (2004):

[...] um velho projeto do movimento laicista e representava uma pequena, mas significativa vitória do movimento antijesuítico republicano e maçom na primeira década do Estado Novo, que edificou pro memoria o símbolo mais relevante do antijesuitismo português (FRANCO, 2004, p.420).

Portanto e em síntese, observa-se que resquícios e imagens da ordem inaciana como uma perigosa organização, sem escrúpulos, que empregava quaisquer que fossem os meios - perversão, hipocrisia, fanatismo, obscurantismo ou intolerância – para dominar o mundo (por meio do monopólio do mercado cultural), tal como foram propagadas e difundidas na literatura em Portugal e em toda Europa ao longo do tempo, foram marcantes nos discursos e círculos anticlericais brasileiros, sobretudo entre os anos 1930 e 1934, período em que se intensificaram as lutas político-sociais entre clérigos e anticlericais.

Nesse cenário de posições mais radicais, como antítese à intransigência e domínio clerical, à união dos poderes Temporal e Espiritual e ao ensino religioso nas escolas oficiais, o anticlericalismo ganha novo impulso, conquistando adeptos e exercendo uma posição de influência no desenvolvimento de uma força coletiva (RUDY, 2017).

Inegavelmente, em meio a isso, as agitações políticas na Espanha, com a expulsão da ordem jesuítica e a possibilidade de o Brasil “servir de asilo” para organização, fizeram tremular

ainda mais a bandeira do anticlericalismo e forneceram um novo impulso à causa anticlerical, inclusive resultando no surgimento de novas associações. Acerca do período, o trecho de um artigo de *Diario da Noite*, publicado sob o título “Os jesuítas”, de autoria do jornalista católico Belarmino Maria Austregésilo A. de Athayde (1898 - 1993), então diretor do jornal, parece sugestivo para orientar a discussão sobre a questão. Deve-se destacar que o referido artigo também foi publicado em *A Cruz* e que ele, assim como o artigo “Indesejáveis” anteriormente citado, suscitou questões sobre a natureza das tensões e dos desafios experimentados pela Companhia de Jesus no espaço internacional, a qual, naquele momento, despontava como principal agente causador da crescente articulação de “indivíduos contrários à doutrina cristã”:

Uma **associação anti-clerical**, dessas que levam por ahi existencia apagada e inutil e só aparecem, de quando em vez, para satisfazer o cabotinismo dos seus diretores, enviou ao presidente da Republica um telegrama, advertindo-o contra a possibilidade da vinda dos Jesuitas, expulsos da Hespanha, para o nosso paiz. Tambem mandou ao presidente Zanora, em pessimo hespanhol, calorosos aplausos pela monstruosa medida, que o chefe de Estado foi forçado a decretar. Com esse ultimo telegrama pouco temos que vêr. Não fora a “gaffe” de cumprimentar um cidadão, cujos sentimentos católicos ele se orgulha em proclamar, por haver desferido um golpe contra sacerdotes da sua religião e ainda a tolice de escrever em rui castellano o texto dos cumprimentos e eu não me ocuparia das ideas desses patrícios anti-clericalistas. Mas a parte que se refere ao fechamento dos portos brasileiros aos Jesuitas, pela pretensão que envolve, merece rapidas observações. O Brasil é um paiz leigo. A Igreja e o Estado vivem separados, embora em completa harmonia. O fato de ser alguém sacerdote desta ou daquela religião, nunca foi impedimento para a entrada nos portos da Republica, pelos quaes ingressam indivíduos de toda a especie, inclusive ladrões, mutilados e “caftens”. Onde, portanto, poderia o snr. Getulio Vargas encontrar fundamento logico para negar acolhida aos padres infelizes que o sectarismo hespanhol expulsou da terra natal? [...] Assim que se anunciou a assinatura do decreto iniquo do governo republicano hespanhol, inumeros telegramas foram despachados dos Estados Unidos para Roma, pedindo a transferência dos padres perseguidos para o território da livre America. Os jesuítas são famosos no mundo inteiro pelo esplendor da sua cultura cientifica, pelas universidades e collegios que administram, pela dedicação ao ensino da mocidade. São elementos de primeira ordem. Longe de impugnar a sua entrada no Brasil, o sr. Vargas deveria ter se apressado a convida-los a se instalarem entre nós, dando-lhes ainda por cima vantagens, afim de garantir a preferencia. Os meus pontos de vista estão fora de qualquer crença religiosa. Atingi no assunto à frieza dos desertos polares. Mas há que distinguir outros interesses Moraes, tão grandes e férteis em resultados para o Brasil, que não é justo preteri-los para contentar as paixões setarias dos inimigos dos padres (ATHAYDE, 1932, p.2, grifo meu).

Em princípio, tal avaliação, ao exprimir a concepção da Igreja, marcada, no período, pelo incentivo e acolhida aos “padres infelizes que o sectarismo espanhol expulsou”, em

oposição à crescente articulação dos “patrícios anticlericais”, que exigiam o “fechamento dos portos brasileiros aos jesuítas”, delimita a imprensa como importante espaço de luta social e política, uma vez que revela uma postura representativa das posições da imprensa católica sobre a imprensa anarquista-libertária. Sem demora o problema da acolhida aos “indesejáveis jesuítas espanhóis” serviu de incremento a uma gama de posições clericais e anticlericais que, por intermédio da imprensa, lançaram suas ofensivas.

Um exemplo disso foram as afirmações do articulista Luiz Rogerio, de *A Lanterna*⁸², para quem os jesuítas representavam um “sinistro exército de corvos negros” de “histriões abatinados”, que tinham, entre os seus mais terríveis planos, “a dominação universal das mentes”, por meio de uma rigorosa “campanha energética de saneamento” das liberdades individuais (ROGERIO, 1933, p.1).

Para além da denúncia escrita, o espaço jornalístico da capa de *A Lanterna*, nessa edição de número 355, de 20 de julho de 1933, na qual escreve Luiz Rogerio, é preenchido com uma estrutura monotemática (um elemento visual e um verbal)⁸³, que proporcionava, em um ritmo acelerado de leitura combativa, a ideia da “dessacralização do clero”, no sentido de alertar o público de que o padre, o bispo e o papa não eram “santos” e “puros”, mas seres políticos, que, na sociedade, estavam a serviço do “poder”.

A expressão que antecede o título, para, indicando o assunto, conduzir a leitura da chamada, trazia a seguinte mensagem: “Quando os povos civilizados limpam a sua casa, atiram o lixo para o Brasil”, acompanhada de uma gravura satírica com a legenda “Terra! Terra! O pão de Assucar! O Brasil! Eis-nos em nosso Paraíso!”, em referência ao posicionamento do governo brasileiro em relação a entrada de jesuítas espanhóis no país.

Em segundo destaque, além desse, a capa traz, na tarja diagonal, no seu canto superior esquerdo, um segundo texto, intitulado “A questão clerical e “A Lanterna”, no qual buscava alertar seus leitores dos privilégios, mentiras e embustes divulgados pela Companhia de Jesus

⁸² *A Lanterna* foi periódico paulistano de combate ao clericalismo de grande circulação entre 1901 e 1935, período de sua publicação. Foi fundado pelo então, advogado, maçom e anarquista Benjamin Motta (1870- 1940) e pelo livre-pensador espanhol, Everardo Dias (1883-1966) e, dirigido pelo tipógrafo, jornalista e anarquista Edgard Leuenroth (1881-1968), primeiro entre os anos de 1909 a 1911, e, posteriormente, entre 1933 a 1935. Ver: Rudy (2017) e Dantas [2021]. Sobre o jornal, ver: Freitas (1915).

⁸³ É sabido que o periódico *A Lanterna* (como visão de coletivo), trazia em seu interior o recurso às ilustrações. Para Santos (2013), Valcanti (2011) e Gawryszewski (2018), a utilização de imagens, na dinamicidade crescente do texto verbo-visual, era uma ferramenta, uma obra imagética criativa (libertária) que ajudava a compor o ideário anarquista, revelando-se, um instrumento de educação política e crítica aos principais fundamentos dogmáticos e práticos da Igreja. Para Rudy (2017, p. 140), a iconografia, com emprego de charges, gravuras e imagens sátiras (xilografadas em preto e branco) foi corrente nos jornais anticlericais. Em *A Lanterna* isso se deu a partir da sua 2ª fase. O objetivo, segundo o autor, era de certa forma, “atrair o público iletrado, uma vez que, diante de uma operação irônica, [...] o choque é ao mesmo tempo de linguagem e ótico. O visual, fonte de uma maior emoção, supostamente nos sensibiliza para um outro aspecto, de ordem cognitiva” (RUDY, 2017, p. 140).

e por seus colaboradores, que, nesse início dos anos trinta, tinham intensificado suas ações no país. “Nunca se delineou mais intensamente, com cores mais vivas e fortes do que agora, o perigo clerical”, escreveu L. Rogerio. “Nem há trinta anos atrás, quando a padralhada expulsa de outros países vinha em demanda de nossas plagas, o elemento mais temível do que neste momento da nossa historia”, enfatizou.

Para o jornalista, era necessário combater a campanha jesuítica “surto ultramontano”⁸⁴, que circulava nas rodas clericais, pelos seus órgãos de imprensa, visto que, “a Igreja não muda e hoje como ontem acalenta as mesmas ideias de domínio universal”.

Figura 3 - Primeira página de A Lanterna



Fonte: ROGERIO, L. *A Lanterna*, São Paulo, ano11, n.355, 20 jul. 1933, p.1.

Nesse processo de disputa em torno da “mentalidade dos homens”⁸⁵, as linguagens visuais de *A Lanterna* também mostravam padres de vestimenta negra seduzindo mulheres casadas no confessionário. A partir de um programa baseado na crítica, o jornal afirmava que a

⁸⁴ Sobre o conceito ver: Marchi (2013).

⁸⁵ É factível que a interpretação da realidade evidenciada no documento coaduna com um conceito caro aqui, que é o de “imaginário social”, pois, ao conceder uma identidade, a coletividade distribui os papeis e as posições sociais, fortalece crenças comuns e constrói códigos de comportamento entre seus membros, para poder fixar uma imagem boa de si e má do inimigo (BACZO, 1985, p.309).

Igreja fazia das mulheres instrumentos passivos, exclusivos e perfeitos para defender seus interesses, por meio da pregação e da educação de seus filhos.

A confissão, por exemplo, foi caracterizada como “investigações policiais” ou “delatórias”, capazes de dominar toda a família, com afirmações, diga-se, bem similares ao que propôs Michelet e Quinet em sua obra *Des jésuites* (1843)⁸⁶. A imoralidade, a hipocrisia e os reais objetivos da Igreja eram, por vezes, revelados na representação da República na forma de uma mulher sendo corrompida pelos “negregados propósitos dos jesuítas”, tais como: “açambarcar as escolas, apoderar-se do elemento feminino sobre o pretexto ilusório do voto, embrutecer as massas populares e explorar o pauperismo e as classes operárias”.

Figura 4 - Representação gráfica da República (mulher), mostrando o padre jesuíta assediando-a. Com essa ilustração, pretendia-se produzir a elaboração da imagem da mulher como “presa fácil”, caracterizando uma das principais estratégias utilizadas pelos jesuítas, identificadas com a prática de “seduzir e levar à devassidão”. O estereótipo gordo com vestes negras, tinha provavelmente, a intenção de fortalecer a imagem sinistra e parasitária (improdutiva) dos membros da Companhia de Jesus, que engordavam (lucravam) à custa das classes produtoras. Mais ainda, nota-se, na figura, uma sexualidade exacerbada (gestos libidinosos) complementada com a fala maliciosa do personagem clerical: “- É excusado tentar escapar, pois será minha, como a ‘velha’ o foi”.⁸⁷



Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, ano11, n.355, 20 jul. 1933, p.1.

⁸⁶ Assim Michelet citado por Girardet (1987, p. 37), descrevia a Companhia de Jesus, “essa milícia negra e muda que a um sinal se dispersa na superfície do globo”, a serviço de seu objetivos de dominar territorialmente os espaços culturais, “faz voto de obediência para reinar”, insinuam-se suavemente no lar pela confissão da mulher e pela educação dos filhos, nos interesses das famílias pelas confidências agonizantes”. É pelo “espírito de polícia e delação” que repousa o temível poder da Companhia.

⁸⁷ Panofsky, citado por Rodrigo P. de Sá Motta (1998, p. 101) destaca a importância de se interpretar as imagens, e não apenas descrevê-las. “A esta tentativa de incursionar em profundidade no sentido das representações imagéticas ele chama *interpretação iconológica*”.

Figura 5 - Representação zoomórfica em alusão às características não-humanas atribuídas aos jesuítas. Padre-porco está sempre com o focinho na podridão.



Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, ano 11, n.355, 20 jul. 1933, p.1.

Figura 6 - Representação da hipocrisia. O materialismo clerical e os escândalos, abusos e crimes, sobretudo sexuais, praticados por padres romanos.



Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, ano11, n.355, 20 jul. 1933, p.1.

Sem dúvida, a elaboração de imagens, como essas, relacionadas à Companhia e aos seus desígnios de dominação do mundo, de edificação de um império universal unificado sob uma única autoridade – o papa, não era nova. Como referido anteriormente, o antijesuítismo encerra em si uma longa tradição de debate que remonta ao início da fundação da própria Ordem e segue até a sua reelaboração estrutural e global no período pombalino. Contudo, sabe-se como, e com que força, o espectro de uma suposta *conspiração jesuítica* circulou, em sua fase mais violenta, segundo Girardet (1987, p.50), desde os anos 1820, sob a Restauração, isto é, “no momento em que a oposição liberal inicia um combate particularmente áspero contra o ministério Vilèle”, até os anos 1840, sob a monarquia de Julho, ou seja, “no momento em que se trava em torno do problema universitário uma confrontação excepcionalmente apaixonada”⁸⁸. Tal trama teria se dado por parte daqueles que, inseparáveis de seu engajamento militante,

⁸⁸ Ver, também, o processo de mitificação política e ideológica elaborado em Portugal, presente no período intermédio entre 1833 e 1834, no âmbito do processo de destituição do regime neoabsolutista de d. Miguel I e da reinstauração da monarquia representativa de inspiração liberal. Cf: Franco (2000; 2004; 2006).

traziam o debate em torno do princípio da liberdade de ensino. Esse período, como visto, também foi, segundo Foulquié (1957), caracterizado como um dos mais prósperos do ensino jesuíta, principalmente após a implantação da Lei Falloux (1848), quando a Companhia expande consideravelmente seu monopólio educacional internacional.

Observações necessárias, sem dúvida, e às quais não se pode recusar atenção. Não é à toa que se pode constatar um ambiente propício para a elaboração de narrativas conspirativas.

Para Girardet, essas circunstâncias históricas, associadas a uma prodigiosa produção literária, a exemplo dos folhetins, com a publicação seriada de romances - o romance folhetim⁸⁹ - tal como foi concebido e praticado desde o século XIX, “como espaço jornalístico”, constituiu-se em um repertório privilegiado de temas, imagens e referências, sobretudo para a elaboração de *constelações mitológicas* opostas, que poderiam ser classificadas à “direita e à esquerda”, segundo a oportunidade, a arquitetura política e a inspiração ideológica do momento. Para o autor, o romance-folhetim, pertencendo a um mesmo gênero literário, contribuiu, legitimamente, para obsedar o imaginário político do século XX e daquele que o precedeu. Nesse processo literário, vale ressaltar novamente a interinfluência de dados, de opiniões, de pareceres, de livros, de histórias, de casos, de traduções, proporcionada pela histórica escrita do antijesuitismo internacional pombalino. Entre a vasta literatura antijesuítica vinda a lume sob o patrocínio de Pombal, ergue-se, por exemplo, a obra de Joseph de Seabra da Sylva (1732-1813), intitulada “Dedução Chronologica e Analytica (1768)”⁹⁰, distribuída em dois volumes, na qual o autor faz uma análise da ação nefasta da Ordem no plano do político, isto é, no quadro das instituições político-sociais do estado Português.

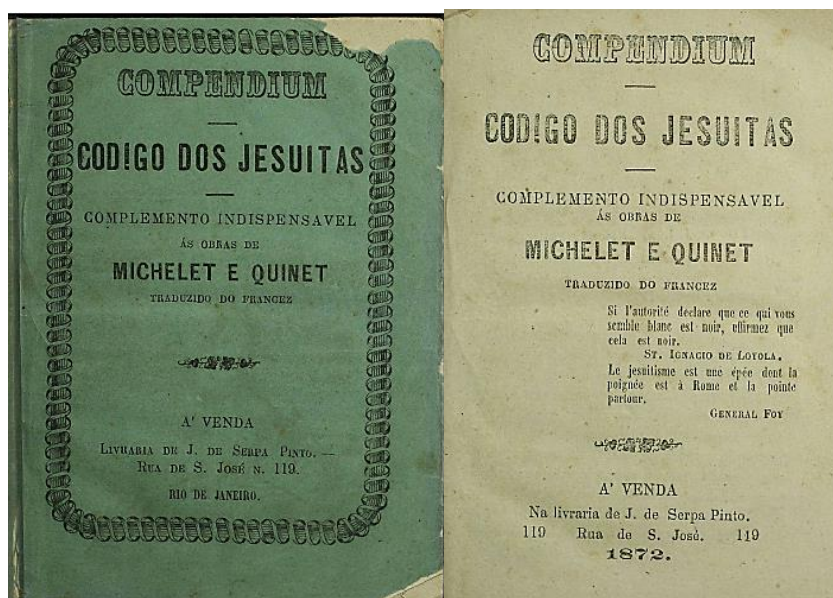
As obras, *Des jésuites*, escrita, em 1843, pelos historiadores Jules Michelet (1798-1874) e Edgar Quinet (1803-1875), *Le Prêtre, la femme et la famille* (1844) e *Les Gens* (1845) de Jules

⁸⁹ De início, o folhetim foi, segundo Mollier (2018, p.18), uma “casa textual”, antes de se transformar em um gênero literário. A mutação - a passagem do folhetim-romance ao romance-folhetim - deu-se de maneira processual, afirma o autor. Para ele: “o que antes era apenas uma seção dedicada à crítica teatral, musical ou científica, ou ainda à crítica dos ‘romances de novidade’, o folhetim vai transformar totalmente os hábitos dos franceses e impor novas maneiras de ler, além de contribuir a um só tempo para o declínio dos gabinetes de leitura e o florescimento das livrarias-editoras”.

⁹⁰ Para Franco (2000), a obra *Dedução Chronologica e Analytica* é arquetípica de uma doutrina antijesuítica, visto que ela consegue estabelecer objetivamente a “lenda negra dos jesuítas portugueses” como síntese global de toda literatura antijesuítica pombalina, sendo, portanto, considerada a “*opus monumentale*”, a obra porventura a mais importante de quantas se tem publicado contra os jesuítas” (FRANCO, 2000, p. 127-128). Sem dúvida, a obra insere-se claramente na lógica e na morfologia do mito do *complot*: “Todos os atos religiosos jesuítas são vistos como uma participação perfeitamente concertada no grande plano secreto de conspiração não só nacional, mas, mais do que isso, também de uma fabulosa conspiração internacional. A Companhia de Jesus, os seus membros e a sua ação são qualificados pelo recurso aos adjetivos que expressam o lado mais negro e perigoso da realidade: o nefasto, o pérfido, o doentio, o contagioso, o conspirador, o cobiçoso, o intriguista, o hipócrita, o sedicioso, o simulador, o maquinador, etc”. (FRANCO, 2000, p. 132).

Michelet, *Monita Secreta* (cuja autoria ora é atribuída a Inácio de Loyola e Diego Laínez, ora a Cláudio Acquaviva) e *La Morale des Jésuites*, de Paul Bert, são também exemplos clássicos dessa narrativa anticlerical (antijesuítica) que circularam por todo o globo⁹¹.

Figura 7 - Capa e folha de rosto da 5ª edição do Código dos Jesuítas



Fonte: Compendium (1872)

Em todos esses escritos há um sentimento de antisacerdotalismo, o qual é apoiado pelos argumentos mais excêntricos, relacionados à denúncia da traição da Igreja Romana frente ao povo. Segundo Rudy (2017), muitos intelectuais brasileiros foram influenciados por tais romances-folhetins, que circulavam no país em edições portuguesas, espanholas, alemãs, italianas e francesas⁹².

⁹¹ Interessante é a catalogação de Franco (2006, p. 310), referente a um conjunto variado de documentação que, ao seu ver, constitui o universo heteróclito de literatura antijesuítica. Para o autor, o conceito de “literatura antijesuítica” tem um sentido mais lato, englobando: “tratados históricos, romances, pareceres governamentais, relatórios, narrações de viagens, leis dos Estados, representações dos povos, tratados apologéticos, textos de controvérsia, compilações e recompilações de sábios, catecismos, tratados teológicos, sátiras, poesias, tratados jurídicos, teses acadêmicas, editais, pastorais, sermões, programas partidários, folhetos de propaganda eleitoral, conferências, comícios, iconografia, caricaturas, crônicas jornalísticas, peças teatrais, cantigas, anedotários, breves pontifícios, orações, mandamentos, credos, gravuras, pinturas, caricaturas, receitas gastronômicas...”. Isto é, toda documentação diversa elaborada em ordem a atacar a Companhia de Jesus e tendo, como tal, contribuído para consignar e propagar a imagem deformada dessa instituição e dos seus membros.

⁹² Para José Eduardo Franco (2006), praticamente em todos os países onde os jesuítas tiveram presença significativa, conhece-se a existência de uma tradição antijesuítica consubstanciada literariamente. Esse é o caso, por exemplo, da Finlândia, citada pelo autor, em que se encontra a obra de Zacharias Topelius (1818-1898), intitulada *Fältskärens berättelser* (1854-1867). Na Finlândia, assevera Franco (2006, p. 309), o antijesuitismo aparece ligado à “lenda negra anticatólica tecida pelo protestantismo, na sequência da Contrarreforma e com especial ênfase depois das guerras religiosas do século XVII, a chamada Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que marcou naquele país a configuração da imagem da Igreja Católica, em geral, e dos Jesuítas, em particular, até os

Figura 8 – Obra “Histoire des sociétés secrètes, politiques et religieuses”. Elementos de ordem gráfica e material da obra de Pierre Zaccone (1818-1895) dão indícios dos símbolos míticos de sociedades secretas.



Fonte: Bibliothèque... [2021].

A partir de *indícios* disponíveis nas produções literárias de intelectuais anticlericais no período em estudo⁹³, e, de maneira privilegiada, nos periódicos, a presente pesquisa mesmo que, de forma sumária, também se propôs a tecer, pontualmente, um exame prosopográfico de algumas obras antijesuíticas que circularam no Brasil, particularmente, entre os anos de 1801 a 1934. O objetivo aqui foi apenas elucidar aspectos concernentes à circulação desse tipo específico de documentação que amiúde foi encontrado e, de maneira mais ampla, confirmar os já citados *sinais* e evidências que apontavam para a relação intrínseca e parasitária entre um determinado tipo de mito político e a ficção literária⁹⁴.

dias de hoje. Uma das ideias marcantes que ficou sedimentada na cultura finlandesa foi a imagem dos Jesuítas como demônios, como guerreiros fantasmagóricos que assassinavam impiedosamente os seus inimigos, apunhalando as suas vítimas pelas costas”. As obras do poeta romancista escandinavo, em especial, os seus contos infantis, também fizeram parte do círculo literário brasileiro, ver, por exemplo, a tradução de Luís de Góngora, sob o título “A pérola de Adalmina”, disponível na Revista *Tico-Tico* (A PÉROLA..., 1934, p. 11). Vale ressaltar que, em 1933, o padre jesuíta Ignacio Arbide, SJ. publica *Los Manantiales de la difamación antijesuítica*, que, apesar de expor uma certa tradição antijesuítica internacional de base, principalmente espanhola, também traz indícios do volume de produção discursiva, de documentos diversos dirigidos contra a Companhia de Jesus. Tal obra também circulou aqui no Brasil na década de 1930.

⁹³ Foram consultadas, em síncrono, o quadro de referências citadas por Thompson (1931;1932;1934;1936) e demais intelectuais partícipes da CNPEL, tais como: Edgard Sussekind de Mendonça (1896- 1958), Heitor Ferreira Lima (1905-1989), Américo Silvado (1832-?), Leoncio Correa, Julio de Azambuja, Augusto Ximeno de Villeroy (1862-1942), José de Souza Marques (1894-1974), Jacy do Rêgo Barros (1900 -?) e, Ilka Labarthe Hidal.

⁹⁴ Sobre a relação entre mito jesuítico e literatura, ver: Leroy (1999).

Quadro V – Obras anticlericais e antijesuíticas que circularam no Brasil entre os anos de 1801 e 1934.

Nº	Autores	Livros	Países
1	Claudio Fleury	Crítica de la Historia Eclesiastica y los discursos del senhor Abad Claudio Fleury. Editora Kessinger Publishing 2010. [1ª edição 1801].	Espanha Brasil
2	Archimínia de Meirelles Barreto (1845 – 1930)	Mythologia dupla. Typografia Mendonça, 1912.	Brasil
3	Miguel Augusto Bombarda (1851-1910)	A sciencia e o jesuitismo: replica a um padre sábio. Livraria Castro e Silva, Portugal, 1900. A Consciência e o Livre Arbítrio, 1896.	Portugal Brasil
4	Emilio Bossi (1870 -1920)	A Igreja e a Liberdade. Livraria Internacional, s.d Jesus Cristo nunca existiu (1900) Os clericais e a liberdade (1909)	Alemanha Suíça Brasil
5	José Ernesto de Sousa Caldas (1842-1932)	Os jesuítas e a sua influencia na actual sociedade Portuguesa. Livraria Chardron, Portugal, 1901.	Portugal Brasil Espanha
6	Enrichetta Caracciolo (1821-1901)	Los misterios del convento napolitano	Espanha Brasil
7	Camilo Castello Branco (1825 - 1890)	A freira no subterrâneo. Editora Lello & Irmão, 1875.	Portugal Brasil
8	Carlos P. Chiniquy (1809-1899)	O padre, a mulher e o confessorário. Lisboa: Livraria Triunfo, 1935. (Tradução pela Editora: Federação Espírita, 1937).	Estados Unidos Canadá Brasil
9	Guilherme Dias	Echos de Roma. Editora Typographia Universal de Laemmert, 1925.	Brasil
10	Johann Joseph Ignaz Von Dollinger (Janus) (1799-1890)	O papa e o Concílio: a questão religiosa (tradução de Ruy Barbosa). Editora: Livraria Academica Saraiva, 1930. De acordo com o periódico <i>O Apostolo</i> , a obra circulou desde 1870. (Ver: <i>O Apostolo</i> , Rio de Janeiro, n.10, p.74, 1870)	Alemanha Brasil
11	John William Draper (1811 -1882)	Historia del desarrollo intelectual de Europa. Madrid: Imprenta Española, 1915. History of the Conflict Between Religion and Science. New York: D. Appleton, 1875.	Inglaterra Brasil Estados Unidos/ Espanha
12	Edith Ó' Gormann	O Convento Desmascarado. Escândalos da Vida Conventual. Lisboa: Livraria Triunfo; s/d, 303 p.	Portugal Brasil
13	Joaquim Alfredo Gallis (1859 - 1910)	A amante de Jesus. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1927. [4.ª edição.]. Tuberculose social. Vol.X. A Sacristia. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1903.	Portugal Brasil
14	Alexandre Herculano (1810-1877)	"História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal. Lisboa: José Bastos & Cia (sucessor da casa Bertrand), 1907. [1ªed. 1854/1859].	Portugal Brasil
15	Karl von Koseritz (1830-1890)	Roma perante o século. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Comércio, 1871. (Transcrição in: Gertz, René (org.). <i>Karl von Koseritz. Seleção de textos</i> . Porto Alegre: EDIPURS, 1999, p. 147-167).	Brasil Alemanha
16	Mauricio Lachâtre (1814-1900)	<i>História dos papas</i> . Mistérios e Iniquidades da Corte de Roma. Crimes dos Reis, Rainhas e Imperadores através dos séculos. (Tradução de Augusto José Vieira). Empresa Editora do Mestre Popular. Director: Joaquim Gonçalves Pereira. Lisboa. (1893-1896).	Portugal Brasil França
17	José Martins	Historia das riquezas do clero, catholico e protestante. Em todos os paizes desde os primeiros seculos da Éra Christã até nossos dias. Primeira e segunda partes (303 -1820). Tomo I. Editora do autor SP, 1924.	Brasil

18	Luiz José de Mattos Chaves Lavrador (1860 -1926)	Cartas ao cardeal Arcoverde. Editora Centro Redemptor, 4 ^a Edição 1957. Circulou em 1916	Brasil
19	Luiz Pedro Osório Filho (1883-1948)	Mentiras Religiosas, 1920	Brasil
20	Nicolás Diaz y Perez (1841-1902)	El poder temporal de los papas en el siglo XIX. Madrid, 1885.	Espanha
21	Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895)	A Igreja e o Estado. Rio de Janeiro: Editora Perseverança, 1874. Os atos do papado (1874) Decadência do papado (1874) Propaganda episcopal (1874) O assalto de Macapá e o ultramontanismo (1874) O governo e os bispos (1874) O confessionalismo (1874) O arcebispo da Bahia (1874) Julgamento do bispo de Pernambuco (1874) A execução da sentença do bispo de Olinda (1874) A questão religiosa no Brasil, discurso na Câmara dos Deputados (1880)	Brasil
22	Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1834- 1900)	O catholicismo Romano ou a Velha e Fatal ilusão da sociedade. Editora Brasileira, 1932.	Brasil
23	Jean-Marie Ragon (1781-1862)	La Messe et ses mystères comparés aux mystères anciens, ou Complément de la science initiatique, 1844. La misa y sus misterios comparados con los misterios antiguos. Barcelona: Editorial R. Maynadé, 1930.	França Portugal Brasil
24	José Toribio Medina (1852 -1930)	Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición de Lima (1569-1820). 2 vols. Santiago: Imprenta Gutenberg, 1887. Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en México. México: Cien de México, 2010 (1 ^o edição de 1905) Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición de Cartagena de Indias. Santiago (Chile): Imprenta Elzeviriana, 1899.	México Chile Peru Brasil
25	Pierre Zaccane (1817-1895)	Historia dos Jesuitas por [...] ampliada por Escriitores portugueses e brasileiros. Lisboa: Empreza Liberal, 1901. Histoire des Sociétés Secrètes Politiques et Religieuses depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours. Editora Arthème Fayard, 1879.	Portugal França Brasil

Fontes: Elaborado com dados coletados dos bancos de dados da Biblioteca Nacional Digital (BND).

Figura 9 – Exemplos de obras antijesuíticas que circularam no Brasil na década de 1930.

A primeira figura corresponde à obra de Carlos P. Chiniquy publicada em 1935, traduzida pela Federação Espírita, em 1937. A segunda, intitulada “O Convento Desmascarado. Escândalos da vida conventual”, foi publicada em Lisboa, pela escritora Edith O’ Gorman.



Fonte: Arquivo Pessoal

A coluna, “Meu folhetim”, do referido jornal *A Lanterna*, comumente redigida por sua equipe editorial, foi um desses espaços estreitos em que circularam produções literárias específicas, com o objetivo mais explícito de incitar a luta política em torno dos imaginários sociais. Desmitificar a atuação perniciosa da Igreja sobre a consciência dos trabalhadores, em especial da imprensa católica -“dessa opinião pública que uma parte se perde ao serviço dos corrilhos políticos e de outra aos interesses organizado de diretores espirituais” -, por meio da veiculação de uma narrativa já elaborada de um *complô jesuítico*, era tido como um momento importante da militância revolucionária. Abaixo, vê-se a coluna em que foi publicado um trecho da obra *O Jesuíta: o Papa Negro* escrito pelo italiano por Ernesto Mezzabota (1852 - 1901).

Para o articulista, a obra era uma “verdade psicológica” que proporcionaria ao leitor a oportunidade de conhecer a verdade da “casta daninha, perversa e hipócrita” dos “verdadeiros inimigos da humanidade, da liberdade e do progresso humano – os jesuítas – seita destestável e horrorosa”. Para o autor, era imprescindível ler o romance para conhecer a astúcia “desses escuros roupetas”, os seus “recursos [...], habilidades, manejos e infâmias que empregavam para atingir seus inconfessáveis fins”.

Figura 10 - Coluna “O nosso Folhetim”

20-7-933 — PAG. 3

O NOSSO FOLHETIM

O Jesuíta -- O Papa Negro

Este encantador romance de Mezzabota, esta obra empolgante de verdade psicológica e de situações dramáticas as mais realçantes e inesperadas que aparecem ao leitor num crescendo de interesse e de expectativa, vamos publicá-lo em folhetim, proporcionando aos nossos leitores uma oportunidade única para conhecerem tão maravilhoso livro.

Em volta duns amores entretrecidos entre Francisco I e a alma dos jesuítas, Diana de Poitiers, o autor desdobra a trama fatídica dessa casta daninha, perversa e hipócrita, desses verdadeiros inimigos da humanidade, da liberdade e do progresso humano — os jesuítas, — seita detestável e horrorosa.

Ninguém deixe de ler tão magnífico romance. Quem quiser conhecer a astúcia desses escuros roupetas, desses histriões abatinados, os recursos com que contam, as habilidades, manejos e infâmias que empregam para atingirem seus inconfessáveis fins, não deixe de ler este livro.

Inácio de Loyola ferido e desfigurado na guerra, perdendo com isso o agrado das damas, como o diabo, fez-se frade depois de caduco, separando-se da Ordem dos Templários com mais alguns sequazes para fundar esse terrível exercito de corvos negros, sinistros e embruteceadores do jesuitismo.



AS FOGUEIRAS DA INQUISIÇÃO
Uma das ilustrações do nosso próximo folhetim

Fonte: O NOSSO... *A Lanterna*, São Paulo, ano11, n.355, 20 jul. 1933, p.1.

Também, como amostra desse retrato negativo feito acerca dos jesuítas, é elucidativo retornar o caso do almirante Arthur Thompson (1875 - 1966), citado anteriormente na matéria do jornal *A Cruz*. Em virtude da importância do argumento, vale a pena procurar o sentido preciso que o autor católico quis dar ao explicitar o nome do intelectual anticlerical em sua narrativa na matéria intitulada “Indesejáveis”.

Destacar a presença dessa personalidade tão inamistosamente referenciada por seus coetâneos católicos é, sem dúvida, importante para a apreensão da intensidade desse *clima*, mais ou menos pesado e variável, em que se moviam e atuavam esses intelectuais na cidade carioca. Além disso, voltar a atenção para esse personagem possibilitará compreender a chave identitária do grupo liderado por ele e, também, das suas sensibilidades ideológicas e culturais comuns que radicalizavam-se em confrontos abertos e diretos contra a classe clerical. Assim, é pertinente a observação de Sirinelli (2003) sobre o fator “localização e deslocamento” dos intelectuais, para compreendermos “como as ideias vêm” a eles (SIRINELLI, 2003, p.256).

O autor menciona Jacques Julliard, assinalando que ele tinha razão em afirmar que “as ideias não passeiam nuas pelas ruas; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais” (SIRINELLI, 2003, p.258). Situar Thompson nesse ambiente cotidiano dentro da cidade permite-nos perceber que ele não era, uma pessoa isolada e que, além disso, suas ideias foram, de certa forma, para utilizar novamente a expressão de J.F.

Sirinelli (2003) “aclimatadas no meio intelectual em que circulava”, no tempo em que viveu. Ideias que, no entanto, também foram severamente combatidas e odiadas.

Nessa perspectiva, o próximo capítulo examina as principais características do pensamento anticlerical de Arthur Thompson. Interessa, mais de perto, acompanhar a ação mediadora do intelectual na apreensão e propagação de uma cultura política anticlerical, sobretudo em sua *versão antijesuítica*, produzida com afincamento na cidade do Rio de Janeiro e efetivamente associada às diversas campanhas anticlericais, maçônicas e anarquistas internacionais que ocorriam no momento, de modo particular em países com forte influência católica, a exemplo da Espanha, da França e da Itália, entre outras.

Propõe-se, ainda, analisar brevemente o contexto histórico nacional do início dos anos de 1930, especialmente em relação àquilo que os intelectuais anticlericais denominavam como “questão clerical”, tema intimamente correlacionado ao da “questão social”, o que se buscará realizar com a finalidade de compreender as motivações políticas, sociais e intelectuais que levaram Thompson a projetar possíveis soluções para os problemas do país. Nesse sentido, serão identificadas as ideias que ele defendeu, de modo a tentar evidenciar os traços de analogia ou de divergência entre elas e os demais projetos, em circulação no período.

Nesse panorama, levando em conta a experiência do anticlericalismo antijesuíta, em vigor na época, o qual era fruto de um processo e, ao mesmo tempo, resultado de experiências humanas e de práticas sociais dialéticas de dimensões históricas maiores, ou seja, de embates fundadores, o capítulo se aterá em verificar como Thompson conseguiu estabelecer um projeto político cultural de organização social para cidade do Rio de Janeiro e para o Brasil em contraposição à veiculação de uma cultura política associada ao projeto de um *partido jesuíta*.

3 ENTRE OS DOMÍNIOS JORNALÍSTICO, POLÍTICO E INTELECTUAL. O ALMIRANTE QUE PREFERE COMBATER PELO VERBO: O ANTIJESUITISMO DE ARTHUR THOMPSON (1875- 1966)

“Alguns anticlericais dizem desaforos”
(*O Apostolo*, Florianópolis, p.3, 30 jun. 1934).

Consoante com espírito político, objetivo e crítico que se impunha de modo irrevogável aos jesuítas no início dos anos de 1930, e mediante as aproximações e articulações entre Estado e Igreja, ocorridas no primeiro governo Vargas (1930-1945), é evidente que não foram raros os pensadores, escritores e jornalistas que, tendo se interessado por essas questões, se posicionaram criticamente em relação à Igreja.

Como visto anteriormente, o jornal *A Lanterna*, foi por meio de seus produtores, uma das instituições responsáveis por investir na difusão de uma propaganda anticlerical ao longo dessa trama cingida pelo *antijesuitismo*. Contudo, muito para além dos jornais, tais intelectuais, em sintonia com o movimento anticlerical, tanto brasileiro como internacional, também atuavam em associações, da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro (LARJ), que teve suas atividades retomadas em 1929 e da Coligação Nacional Pró Estado Leigo (CNPEL), fundada em 1931. Enquanto iniciativa de militantes anticlericais, tais associações possuíam, em sua maioria, na base da sua constituição, a convergência de distintas correntes políticas, entre as quais a maçonaria, que desenvolveu, nesse meio, um papel estritamente significativo.

Arthur Thompson, cujo nome não merece esquecimento⁹⁵, foi um desses intelectuais que militou fervorosamente contra a Igreja, em especial contra o *jesuitismo* e suas ingerências na esfera político-social e cultural no período, sendo apontado como o principal articulador e fundador da CNPEL e o maior contendedor da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro.

De acordo com o Acervo Arquivístico da Marinha do Brasil (AAMB), o “almirante-de-esquadra” Arthur Thompson nasceu em 21 de outubro de 1875. Aos 13 anos de idade,

⁹⁵ A extensa produção de A. Thompson no âmbito da cultura escrita, bem como os aspectos de sua atuação política e de sua trajetória de vida, foi poucas vezes alvo de uma reflexão historiográfica aprofundada. No caso desta investigação, o que se encontrou, ao longo de seu percurso, foram apenas informações, descrições ou citações espargidas e complementares a outros temas. Talvez Rudy (2017) tenha razão ao afirmar que, por uma “questão de conveniência historiográfica”, no Brasil, o anticlericalismo (incluindo-se aqui os intelectuais que o praticaram e os que partilharam dessa mentalidade) tenha sido considerado um fenômeno social opaco, “isento de grandes fatos e eventos”, e que dada essa suposta inexpressividade, dispensou ser “lembrado ou problematizado”. Além disso, no caso de Thompson, como se poderá verificar mais adiante, o véu de invisibilidade que o encobriu (e ainda o encobre) existe, sem dúvida, porque a essência contestatória de suas obras políticas feria (e ainda fere), para emprestar a expressão de Rudy (2017, p.12), “certos credos arraigados desde tempos remotos na cultura brasileira”, ou noutras palavras, “aqueles mais devotos”.

incentivado pelo pai (o então capitão-de-fragata Arthur Azevedo Thompson), decide ingressar na Marinha como aspirante a “Guarda-Marinha em 16 de novembro de 1888”. Dentre as funções, ocupações e atividades que exerceu, o arquivo biográfico destaca:

Guarda-Marinha em 23 de novembro de 1891; Segundo-Tenente em 23 novembro de 1892; Primeiro-Tenente em 31 de dezembro de 1898; Capitão-Tenente em 09 de janeiro de 1906; Capitão-de-Corveta em 7 de outubro de 1909; Capitão-de-Fragata em 25 de março de 1914; Capitão-de-Mar-e-Guerra em 16 de abril de 1918; Contra -Almirante(graduado) em 9 de fevereiro de 1923; Contra-Almirante (efetivado) em 11 de maio de 1923; Vice-Almirante em 19 de janeiro de 1931; Reformado no posto de Almirante-de-Esquadra em 11 de novembro de 1953 (ACERVO..., [2015]).

A respeito da importância de sua atuação no âmbito da cultura, a obra *Calendário Cultural do Brasil* 76 afirma que Thompson foi polígrafo, “deixando numerosa obra”, pois se dedicou a vastos campos da produção intelectual: foi historiador, jornalista, educador, conferencista e diretor da Biblioteca da Marinha, do Museu e Arquivo Nacional do Arsenal da Marinha e da Revista Marítima. Já o site oficial da Diretoria de Hidrografia e Navegação, em seu tópico “Ex-diretores”, salienta que o intelectual foi diretor da Repartição Hidrográfica entre 10 outubro de 1925 e 5 setembro de 1927⁹⁶. Índícios sugerem ainda um possível itinerário na maçonaria, sendo Thompson frequentemente designado por seus coetâneos como “líder maçom” ou “famoso anticlerical maçom”⁹⁷.

Cumprе apontar que os traços biográficos de Arthur Thompson foram elaborados conforme estudo em documentos que, ainda que estivessem, disponíveis, se encontravam, em sua maioria, fragmentados. Além disso, com objetivo de evitar equívocos, uma advertência merece ser explicitada. Um óbice à pesquisa sobre a trajetória do intelectual referiu-se ao enleio nominal que existe entre as biografias e obras cuja temática envolve suas ações, tanto no âmbito político, como intelectual e profissional (principalmente como oficial da marinha). Ocorreu que, em alguns textos examinados, tais registros relacionavam-se ambigualmente, a ele e aos seus parentes mais próximos, como se fossem uma mesma pessoa - uma geração de “Arthurs Thompsons”-, o que não condescendeu, no entanto, o processo de investigação preliminar.

⁹⁶ Ver: Brasil [2021].

⁹⁷ Ver: Ver: Rudy (2017, p. 232). Outro sinal que sugere um possível itinerário na maçonaria, e que pode ser associado neste quadro biográfico, é o de que, em 2011, foi fundada uma loja no Rio de Janeiro com a seguinte titulação: Grão-Mestre Almirante Arthur Thompson -196. Ver: M33, [2021].

Uma das alternativas para a identificação dessas *fontes nominativas*, levando em conta que elas se prestavam a cruzamentos entre si, foi tentar reunir e analisar alguns dados geracionais, como propôs Sirinelli (2003), cruzando-os com outras fontes de informação, tais como o citado calendário, os periódicos, as teses ou dissertações, o site oficial da Diretoria de Hidrografia e Navegação e a potência e localização de lojas maçônicas cadastradas.

Nesse processo, a intenção foi a de, tomando como referência a década de 1930, entender e examinar um pouco da trajetória e protagonismo deste intelectual, enquanto expressão (individual e coletiva) de mundividências nos âmbitos social, cultural e político, sobretudo a sua atuação como presidente e fundador da Coligação Nacional Pró Estado Leigo (1931).

Além de que, analisar aspectos da trajetória desse intelectual também corresponde a um exercício sintético de interpretação do catolicismo no período, principalmente em relação ao uso do termo *jesuitismo*. Talvez, na verdade, a principal razão para estudar esse personagem seja essa. O pesquisador da História do Político logo descobre que precisa estabelecer uma certa lógica narrativa entre os contrários, pois um tema aparentemente oposto pode contribuir para complementar outro, não necessariamente acompanhado de exclusivas conotações negativas.

Para além das variantes, das diversidades possíveis de formulação e, até, das contradições aparentes, é possível montar um quadro geral das linhas de convergência, estabelecer o inventário dos pontos de encontro e dos fatores de similitude. Perceber, por exemplo, que, tal como Gramsci (2011) definiu a Igreja, em meados de 1930, como um “partido jesuíta”, Thompson (1934, p.155) também, na posição de “intérprete coetâneo” do catolicismo, afirmou que a “religião emprestou toda sua força ao *jesuitismo* a fim de erigir o *papismo* em estatua de cimento armado” e, além disso, salientou que o período correspondia à última fase política organizada pelos jesuítas, favorecida por relações de poder e de barbárie e apoiada por um “imperialismo religioso no mundo” sob comando do “monarca universal – o Papa, o Deus em pessoa” (THOMPSON, 1934, p.155).

Em suma, ao se considerar na análise, os movimentos anticlericais, pode-se apreender, também, elementos importantes da cultura política da Igreja no período. Afinal, como sinalizou Girardet (1987, p.16-17) as “referências temáticas são as mesmas, mas suas tonalidades afetivas e morais acham-se subitamente invertidas” (GIRARDET, 1987, p.16-17). São detalhes, construídos a partir dos mesmos esquemas condutores ou problematizações, porém, imprescindíveis à significação narrativa da presente pesquisa.

3.1 Herói ou conspirador...

Custa-nos a crêr que um vice-almirante de nossa marinha de guerra tivesse usado do deprimente qualificativo de indesejáveis, ao referir-se aos ilustres filhos espirituais de Santo Inacio de Loiola. Que seu ódio setario e a sua apaixonada mentalidade estejam continuamente a distilar bÍlis contra os jesuÍtas, é de fácil compreensão, mas que no rico vocabulário da língua portuguesa fosse ele escolher esse termo, só utilizado para os criminosos e desprezÍveis, a fim de exprimir a sua repulsa ao roupeta ilustre, é que ninguém, medianamente instruído, poderá compreender (*A Cruz*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1932, p.1)

Movido por esse impulso de altruÍsmo e sentimento estÁ tambem o sr. Almirante Arthur Thompson, que não tem poupado sacrifÍcios e sofrimentos, para, pela palavra e pela penna, dar combate ao separatismo, ao materialismo ferrenho clerical, anarchico ou soviético, pois ele é dos que pensam que só ha uma maneira de civilizar e unificar os povos, e essa consiste na instrucção, racional e scientifica, no trabalho obrigatório e na pratica da Justiça e da Verdade [...] Não se trata, pois, de um escritor inexperiente ou apaixonado. – Não. Elle chegou à Verdade pelo mesmo princípio com que soube conquistar o mais alto posto na Armada Brasileira! Estudou e estudou muito, mas, apesar disso, é dos que julgam a vida um estudo continuo, estando sempre agarrado aos livros para cada vez mais enthesourar conhecimentos, desdobra-los e depois reparti-los paternalmente pelos seus semelhantes, com os de bôa vontade, como dizia Luiz de Mattos (THOMPSON, 1932, p.10-11).

Uma das causas de, segundo as epÍgrafes acima, o articulista de *A Cruz* ter mencionado o almirante Arthur Thompson (1875-1966) como se fosse um “criminoso”, por ter utilizado o qualificativo “indesejável” ao referir-se aos jesuÍtas, e de o prefaciador da obra *O espiritualismo* (1932), publicada pelo Centro EspÍrita Redentor (CER), “exaltá-lo” por sua coragem em fazê-lo, é, sem dúvida, porque o intelectual, ao longo da década de 1930, havia procurado demonstrar que a soberania temporal do papa tinha sido sempre um obstáculo à formação de um poderoso Estado brasileiro. Não há que se pensar, no entanto, que Thompson estivesse sozinho nesse modo de pensar. Ao contrário, junto a ele estavam diferentes outros personagens, com os colaboradores de *A Lanterna* e outros intelectuais, tanto laicos, como anarquistas e socialistas, ou, simplesmente, *republicanos*⁹⁸, como se autointitulavam, além de outros diversos atores sociais, entre os quais figuravam maçons, espÍritas, evangélicos, positivistas e livres-pensadores.

⁹⁸ A título de exemplo, ver matéria publicada no periódico *Diario de Noticias*, em 21 de fevereiro de 1934, sob o eloquente título “Aos republicanos históricos e aos constituintes de 1891”. (AOS REPUBLICANOS..., 1934, p.4). Na sequência deste texto, reproduzimos um trecho do artigo.

Aqui, é conveniente lembrar, em consonância com Rudy (2017), que, nos primeiros meses do ano de 1931, diversas entidades ganharam forma e se mobilizaram contra a aliança entre o Estado e a Igreja, principalmente em oposição ao decreto de nº 19.941, já explicitado no início deste trabalho, que, sob o comando do então ministro da Educação Francisco Campos, reintroduziu, em caráter facultativo, o ensino religioso nas escolas públicas. Para o autor, não foram poucas as vozes que, contrárias à influência econômica, política e moral, em particular, da Igreja Católica, organizaram-se para defender a liberdade de pensamento e de religião, a exemplo:

“da Liga Brasileira de Livre Pensamento (São Paulo); da Associação de Propaganda Liberal (São Paulo); da Liga Espírita do Brasil (Rio de Janeiro); da Liga Presbiteriana Pró-Liberdade de Consciência (Rio de Janeiro); da Legião Cívica 5 de Julho (Rio de Janeiro); e do Ateneu de Cultura Libertária (São Paulo). A propósito, em janeiro de 1931, a Liga Brasileira de Livre Pensamento já havia apelado “para o sr. Getúlio Vargas contra a adoção do ensino religioso nas escolas, ameaçando seus membros retirar os filhos das escolas” (RUDY, 2017, p.232-233).

Com relação à Liga Brasileira de Livre Pensamento (LBLEP), ainda segundo o autor, ela já havia apelado, em janeiro de 1931, “para o sr. Getúlio Vargas contra a adoção do ensino religioso nas escolas, ameaçando seus membros retirar os filhos das escolas” (RUDY, 2017, p. 232-233).

Foi nessas circunstâncias que também surgiu, em 17 de maio de 1931, no Rio de Janeiro, em um pequeno sobrado localizado à Rua Conceição, na região central de Niterói, a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo (CNPEL), entidade de vínculo ativo com a Liga Anticlerical do Rio de Janeiro (reativada em 1929), de cuja primeira diretoria, fazia parte, como presidente efetivo, *ninguém menos* do que o então “famoso anticlerical” Arthur Thompson. No conselho diretor também estavam Demétrio Nunes Ribeiro (presidente de honra) e dr. Arthur Lins de Vasconcellos Lopes (1º secretário), que também era membro da Liga Espírita do Brasil.

A Coligação tinha por objetivo defender o princípio da absoluta separação entre os poderes temporal e espiritual, garantido pelas disposições contidas no artigo 72 da Constituição de 1891. Segundo esse texto legislativo, o Estado não reconhecia quaisquer práticas religiosas, mantendo-se, assim, separados a Igreja e os poderes públicos. Basta explicitar, a esse propósito, um trecho da campanha promovida pela CNPEL, que foi veiculada em todos os pontos do país, e que tinha como objetivo a conservação da laicidade do Estado, em período anterior à efetivação da Constituição de 1934. A matéria foi publicada no *Diário de Notícias*, em 21 de fevereiro de 1934, sob o chamativo título “Aos republicanos históricos e aos constituintes de 1891”, e assim dispõe:

Tendo a Colligação Nacional Pro-Estado Leigo, por seu Conselho Diretor deliberado promover, em todo paiz, uma homenagem aos republicanos historicos e aos Constituintes de 1891, pelo muito que fizeram em seu tempo, visando realizar a felicidade da Patria Brasileira, foi escolhido o dia 24 de fevereiro próximo. É esse gesto cívico que interessa profundamente à colletividade nacional e um movimento de gratidão do povo brasileiro aos que souberam dignificar o Brasil,dando-lhe uma Carta Magna que, à parte os pontos que as relacionam com a evolução economica e a segurança dos povos, é irrevogavel no que concerne à liberdade de consciencia, à igualdade das igrejas, credos e cultos, ao direito de reunião e associação, à liberdade de pensamento, ao habeas-corpus, à laicidade absoluta do Estado, em materia de fé, etc. Será esse ato mais um dos muitos estímulos aos concidadãos da Assembleia Constituinte para legarem ao Brasil uma carta republicana que, consagrando as conquistas do passado, seja engrandecida com o que o progresso tem feito surgir, nestes ultimos 40 annos, como imperativos sociaes e economicos , aqui e em outros povos. Para esse fim será promovida uma série de conferencias versando sobre matéria de interesse para a futura Magna Carta, que deverá substituir a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 (AOS REPUBLICANOS...,1934, p.4).

De acordo com as informações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e do artigo publicado em o *Correio da Manhã*, em 30 de novembro de 1932, intitulado “Reunião do Partido Democrático Socialista”, a Coligação possuía, em alguns estados, núcleos com a denominação de Liga Pró-Estado Leigo (LPEL), como no Rio Grande do Sul e em São Paulo. O grupo mantinha, também, relações estreitas com o Partido Democrático Socialista (PDS) e, ainda, com a Liga Antifascista, com a Liga Anticlerical e com as Lojas União Escocesa e Fratellanza Italiana. Thompson, por sua vez, também estava, desde 1901, ligado ao jornal *A Lanterna*, provavelmente quando o órgão nutria relações próximas com a Liga Anticlerical de São Paulo e com grupos da maçonaria. Constatase, além disso, que logo após sua criação, a CNPEL já contava com uma numerosa legião de filiados pelo Brasil, estrategicamente contabilizadas, em um total de

604 igrejas protestantes, 487 associações espíritas, 306 lojas maçônicas, 166 corporações operárias, socialistas, anticlericais, 130 entidades positivistas, livres-pensadores e 9 associações teosóficas, esotéricas e filosóficas, totalizando 1.702 grupos (RUDY, 2017, p.232).

A análise dos indícios materiais encontrados demonstra a participação relativamente constante de diversos personagens como colaboradores da CNPEL, entre os quais: o professor da Escola Normal e fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Edgard Sussekind de

Mendonça (1896- 1958)⁹⁹; o sindicalista filiado ao PCB, jornalista e colunista de *O Correio da Manhã* e crítico contundente da militante católica Bertha Luz, Heitor Ferreira Lima (1905-1989)¹⁰⁰; o almirante oficial da Marinha Américo Silvado (1832-¹⁰¹?); Leoncio Correa; o jornalista Julio de Azambuja¹⁰²; o general e primeiro governador republicano do Amazonas, Augusto Ximeno de Villeroy (1862-1942), intelectual cuja história pessoal está intimamente vinculada ao alto comando militar-positivista¹⁰³; o professor, teólogo evangélico, bacharel em direito, neto de escravos, presidente do Supremo Tribunal de Justiça Maçonica, redator dos jornais *O Batista Federal* e *Nova Era* e diretor do Colégio Batista do Rio de Janeiro, José de Souza Marques (1894-1974); o sociólogo, historiador, ensaísta, jornalista e escritor de *A cultura negra* (1939), Jacy do Rêgo Barros (1900 -?)¹⁰⁴, intelectual que se propôs a estudar o folclore e a influência africana nos costumes nacionais, que chegou a afirmar a existência de

⁹⁹ Edgard Sussekind de Mendonça nasceu em 25 de agosto de 1896. Sendo educador, foi professor da Escola Normal, da Escola Superior de Agronomia e Veterinária e Diretor das escolas Souza Aguiar e Álvaro Batista. Junto com Roquete Pinto, fundou, em 1933, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Dedicou-se, também, ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, onde desempenhou a função de Chefe do Serviço de Orientação Educacional. Faleceu em 24 de fevereiro de 1958. Ver: Souza (2011).

¹⁰⁰ Ver: Heitor Ferreira Lima, [2020]; O ultrafeminismo... (c2021). Museu Bertha Luz. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?p=1723> . Acesso em: 20 nov. 2020.

¹⁰¹ Américo Brasílio Silvado, nascido em 2 outubro. Ver: *A Noite*, Rio de Janeiro, 2 out. 1942, p.4.

¹⁰² Ver: *O imparcial*, Rio de Janeiro, 6 set. 1939, p.12.

¹⁰³ Ver: Minas Gerais, [2021].

¹⁰⁴ Os dados biográficos do jornalista Jacy do Rego Barros podem ser consultados no Projeto nº 3788-b/53, de 5 de outubro de 1956. Trata-se de um documento da Câmara dos Deputados referente à concessão de uma pensão de 3.000,00 cruzeiros mensais à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, que foi destinada ao jornalista por ele ser portador de um processo de neuro-retinite pigmentar, enfermidade que reduziu sua visão praticamente ao nível zero, tornando-a recortada por faixas luminosas. Nessa fonte é possível encontrar o seu registro no Ministério do Trabalho, no Sindicato dos Jornalistas, sob a carteira profissional nº 16.638, série 130, registro n. 1.643 (8 abril 1941) e Carteira nº 6.661, série 32 (26/6/1939), além de demais informações sobre sua trajetória profissional. Ao cruzar tal documento com outras fontes, têm-se que Jacy do Rêgo Barros, que também assinava Jacy Sebastião do Rêgo Barros, era filho de família paraibana, tendo nascido no Rio de Janeiro, a 19 de janeiro de 1900. Seus pais foram o General José Joaquim do Rêgo Barros, falecido em 1921 e Da. Rosa Cândida do Rêgo Barros. Com relação às atividades que desempenhou, Rêgo Barros exerceu a profissão de jornalista desde 1922, iniciando-a no jornal *A Província*, de Pernambuco. Depois de trabalhar longo tempo nesse estado, deslocou-se para a Capital Federal, onde atua nos mais diversos periódicos, tais como *A Pátria*, *A Vanguarda*, *A Noite* e *O Jornal*, e colabora, também, em revistas, como *O Malho*, *A Revista da Semana*, *Vamos Lêr*, *Carioca*, *A Noite Ilustrada*, *Revista Naval*, *Revista do Ipase* e algumas outras. Por quatro anos atuou, na classe de colaborador, na Agência Nacional, não sendo, no entanto, incluído, quando da reorganização dos quadros, como redator efetivo, o que se deu por objeção do DASP. Encontrava-se com frequência no Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, setor de alfabetização de adultos, também na situação de colaborador e redator, porquanto redaciona o que se reporta às relações daquele setor com o público. Em vários períodos atuou como tradutor, tendo sido, também, responsável pelas edições históricas e literárias da Editora Zélio Valverde. Durante toda existência do ciclo de Educação Sexual, presidido pelo dr. Jose de Albuquerque, foi responsável pela redação do Boletim de Educação sexual, órgão jornalístico quinzenal, de tiragem superior a 200.000 exemplares. Foi, ainda, escritor e especializou-se em história, educação, sociologia e sexologia. Escreveu *Do baronato à Democracia brasileira*, *Senzala e Macumba*, *Folclore e Cintilações de Sal*, *O violão através dos tempos*, entre outras obras. Outras referências foram consultadas para compor a descrição acima: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1963, p.10; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1966, p.6; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1963, p. 3; *O Jornal feminino*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1963, p.15; *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 2 out. 1945; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1962, p.2; *O Jornal Feminino*, Rio de Janeiro, 30 set. 1962, p.14; *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1960, p.7.

uma cultura negra e de uma *mestiçagem cultural* de fundamental importância para se entender o Brasil e que acusou, por exemplo, o cristianismo de se apropriar de culturas outras para erigir as suas crenças; e a escritora, feminista laica, locutora de *A Hora Feminina* Ilka Labarthe Hidal¹⁰⁵, chefe da Secção de Rádio do Departamento de Propaganda do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, principal antagonista das partidárias católicas chefiadas por intelectuais como Bertha Lutz (1894-1976)¹⁰⁶, Jeronyma de Mesquita (1880-1972)¹⁰⁷, Stella de Faro (1888-1972)¹⁰⁸, Amélia de Rezende, Martins, entre outras.

Por certo, esses intelectuais, cada um à sua maneira, e em conjunto com outros que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, não deixaram de tirar proveito da questão jesuítica na Espanha, o que tinham condições de fazer por intermédio de uma rede de organizações espalhada pelo país e emoldurada, notadamente, por uma carga doutrinal e ideológica mais radical, como a CNPEL. Dessa forma, esses sujeitos contribuíam para que fossem incorporados, no discurso anticlerical brasileiro, artifícios retóricos acerca de uma suposta *conspiração jesuíta*¹⁰⁹. Entre todas as ideias preconcebidas por Thompson e por seu grupo ao longo da década de 1930, as quais eram, também, redigidas por eles, estava sempre presente, como

¹⁰⁵ Alguns dos indícios biográficos citados podem ser consultados em: *Correio Braziliense*, Brasília, 16 mai. 1975, p.2 e *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1975, p.30. Sobre a atuação de Ilka como chefe da Secção de Rádio do Departamento de Propaganda do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ver, por exemplo, o artigo de Tereza Cristina Tesser, intitulado “Mulheres e crianças ganham programação exclusiva nos vinte primeiros anos do Rádio” (TESSER, 2002). E, também: Fundação Oswaldo Cruz (c2004).

¹⁰⁶ Sobre Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976), ver: (COSTA; SOIHET, 2013).

¹⁰⁷ Jeronyma Mesquita foi filha da militante católica Maria José da Siqueira, a baronesa de Bonfim. As duas eram colaboradoras da ASB e da Campanha Pró-Edifício Anchieta. Jeronyma foi escritora, conferencista e sócia-fundadora e diretora de diferentes instituições sociais. Entre 1920 e 1940 é possível notar Mesquita em diferentes estruturas de sociabilidades, igrejas, associações caritativas, escolas, conselhos e jornais. Ela participou, também, de diferentes comemorações cívicas religiosas, assim como proferiu conferências nacionais e internacionais. No que se refere à sua participação em instituições e em associações, Mesquita foi membro da Associação de Imprensa Brasileira, em 1930, e da Associação de Senhoras Brasileiras, além de vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sócia fundadora da Federação das Bandeirantes do Brasil e membro diretor da Sociedade de Assistência aos Lázarus contra a Lepra, atividade que exerceu nos anos 1935, 1937, 1938, 1939 e 1941. Fez parte, também, da comissão patrocinadora da Sociedade de Cultura Artística, em 1933, da comissão executiva do Conselho de Assistência e Proteção aos menores, no mesmo ano, e foi membro do Conselho de Serviço Social, em 1938, e do Serviço de Obras Sociais, entre 1938 e 1939. Ver: <https://intelectuais.com.br>.

¹⁰⁸ Stella de Faro foi escritora, secretária da Confederação Católica Feminina do Rio de Janeiro, presidente da Associação das Senhoras Brasileiras e presidente da Comissão de Obras Sociais da Confederação Católica do Rio de Janeiro. A intelectual foi, também, diretora da revista feminina *O Apostolado das Filhas de Maria*. Para mais referências sobre a intelectual, consultar: <https://intelectuais.com.br>.

¹⁰⁹ O tema da *conspiração jesuíta* pode ser verificado nas seguintes obras de A. Thompson: *A verdade sobre Jesus: a religião de nossos pais; a religião de nossos filhos* (1930), publicada pelo Centro Espirita Redemptor. Em especial, no título *Cartas ao cardeal Arcoverde*. Consultar também: *A educação*: série de conferências sobre o Materialismo (1931); *Para que os brasileiros leiam e raciocinem* (1931); *O despertar de uma Nação* (1934); *O espiritismo* (1932); *Guerra Civil do Brasil 1893-1895* (1934); *Discurso o Divórcio Civil – Maçonaria -4782* (1926); *A Razão das coisas: “o racionalismo”* (1933); *A Educação – o Espiritismo – Palestras Educacionais* (s/d.); *Na pesquisa da verdade* (1933); *A vida: “ princípios”: vibrações e fluidos* (1940); *O Brasil moderno Série de Conferências contra o materialismo* (s/d), dentre outras obras do autor.

diziam, “a sua fé anticlerical”, ou, ainda, a esperança de que o Estado pudesse renascer um dia, “se chegasse a expulsar o partido dos estrangeiros jesuítas¹¹⁰”.

Em meio a esse espírito, servindo-se do microfone da Sociedade Radio Philips do Brasil¹¹¹, em março de 1933, Thompson declarou:

É preciso que toda a nossa gente saiba que, da Europa, têm vindo, em grande numero, corridos, principalmente pela Espanha, padres de toda especie. O nosso paiz, como sempre, na sua imprevidencia de futuro, esquecendo-se do que se passou no Mexico e na milenária Espanha Catholica, tem aberto as suas portas a esse enxame padresco, sem mesmo considerar que esses estrangeiros vem tomar o lugar dos padres nacionais que, bem ou mal pensado, receberam ordem e compõem o sacerdócio brasileiro. O ensino religioso é, pois, medida que se impõe para não agravar os cofres da Curia Romana na generosa terra de Santa Cruz [...]. Não ha quem, em bôa razão, possa aceitar essa tirada dos ardorosos defensores de D. Sebastião Leme. (THOMPSON, 1934, p.8).

Dessa maneira, elabora-se que, tanto a luta pelo ensino religioso nas escolas quanto o tema do “divórcio”, não eram, para Igreja, questões referentes à indissolubilidade do sacramento religioso, mas uma questão de “somas de dinheiro para os cofres vaticanicos”. Para Thompson, o “clero romano, de mãos dadas com a elite sceptica e elegante”, tinha apenas um objetivo: garantir o mercado cultural e econômico aos jesuítas espanhóis¹¹² e, por isso, deu “franca expansão aos desejos de arregimentar os grupos catholicos bairristas para as próximas eleições” (THOMPSON, 1934, p. 8).

Entre os anos de 1931 e 1932, a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo realizou diversas conferências públicas sobre o tema em diferentes locais do Brasil. A conferência realizada no

¹¹⁰ Assim, complementa o autor, em nota de rodapé de nº 142, presente na obra *O despertar de uma Nação*: “Se em 1870 já se invocava que o Vaticano era um Estado livre pela ocupação da capital do catholicismo pela Italia unificada, com mais forte razão hoje que é um estado completamente livre e independente” (THOMPSON, 1934, p. 196).

¹¹¹ De acordo com informação presente em site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Rádio Clube do Brasil, a SQIB, fundada em 1º de junho de 1924 pelo diretor-técnico da Rádio Sociedade, Elba Dias, foi a segunda emissora carioca. Dias entendia que, além de cultural, o rádio deveria ser também comercial e, nesse sentido, solicitou e autorizou a veiculação de propaganda das firmas que colaboravam nas realizações dos programas. Durante os dias da semana, foi acordado que haveria um revezamento entre as Rádios Sociedade e Clube nas transmissões, não funcionando aos domingos. Ver: Ribeiro (2003) e Siqueira [2021].

¹¹² Em interessante matéria de *O Apostolo*, órgão da Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro de Florianópolis, sob direção de José da Rocha, Heitor Dutra (secretário) e Francisco Miguel da Silva (gerente), é possível verificar alguns indícios dessa atividade cultural jesuítica espanhola. Com o título “Socialistas na Hespanha”, o articulista afirma que foram dinamitadas e incendiadas 55 igrejas no ano de 1931 e “em 1932 mais 51, em 1933 mais 50”. Na única casa dos jesuítas em Madrid, o artigo afirma que foram queimados “cerca de 100000 livros, em parte livros de altíssimo valor histórico, além de pinturas e esculturas preciosas”. Para o articulista, tal feito era “um vandalismo digno da Russia” que acarretou uma grande perda histórico-cultural para o país (SOCIALISTAS... *O Apostolo*, Florianópolis, 30 jun. 1934, p. 3).

Teatro João Caetano, por Belén de Sárraga (1874-1951)¹¹³, ativista feminista espanhola, integrante da maçonaria com grande atuação no periodismo, é um exemplo.

Entre os temas estava, segundo matéria do *Diario da Noite*, publicada em 7 de julho de 1931, a crítica ao catolicismo, desde suas origens, “para mostrar que ele sempre foi um movimento político e não, como em geral se apresenta, puramente religioso”. Nesse ensejo, a autora percorre toda a Idade Média, referindo-se meramente ao caráter político das cruzadas, que não visavam, no seu entender, “conquistar um túmulo vazio, mas conquistar terras, submeter novas raças”. Na sequência, Sárraga finaliza sua exposição examinando a política reformista do Concílio de Trento (1545-1563), relacionada diretamente aos tribunais da Inquisição e à criação do *Index Librorum Prohibitorum* (1559), com o destaque para a criação da Companhia de Jesus - expressão política da Igreja, prosseguindo com a crítica da autoridade política papal, de modo a mostrar que o mundo moderno não poderia mais suportá-la.

Há que se referendar que Sárraga foi convidada pelo próprio Arthur Thompson para representar a ala feminina do livre-pensamento, visto que, em 1930, a oradora já era reconhecida por sua atuação próxima ao anarquismo e ao movimento operário, inclusive já tinha fundado a *Asociación de Damas Liberales* (Uruguai) e a *Federación Anticlerical Femenina* (Equador). Em 1931, depois da proclamação da II República Espanhola, a intelectual regressa à Espanha, encabeçando um grande movimento anticlerical.

Para Thompson, trazer a presença de Sárraga era, como dizia, “um ato político importante para Coligação”, pois, possibilitava, sem delongas, por meio do “exemplo internacional”, alertar a população sobre os inconvenientes de o Brasil “atrair os forasteiros espanhóis”, membros do “partido clerical papista”. Na opinião dele, esses religiosos teriam, entre suas pretensões mais simples, como a obtenção do ensino religioso nas escolas e a obstrução do divórcio civil, o “sonho vaticanico da Monarchia Universal”, um desejo que não se dissipava nem mesmo com o “tresmalhar da rede jesuítica – de Portugal, Bolívia, México e Espanha”. “Enfeixar em suas mãos - a mulher, a criança, o soldado” era o objetivo desse grande

¹¹³ Belén de Sárraga Hernández, feminista, livre-pensadora, nasceu em 10 de julho de 1873, em Valladolid, na Espanha, e se nacionalizou mexicana em 1926. Por diversas vezes atuou próxima ao anarquismo e ao movimento operário. Ainda na Espanha, militou no Partido Republicano Federal Español – fundado por Francisco Pi y Margall, o principal divulgador da obra de Proudhon em território espanhol. Aliás, possivelmente por intermédio de Pi y Margall – que foi seu professor na Universidade de Barcelona –, Sárraga tomou contato com a obra de Proudhon, seguido de Bakunin e Kropotkin. Ligada à maçonaria, Sárraga foi iniciada, em 1896, na Loja Severidad nº 88, localizada em Valência, adotando o nome simbólico de *Justicia*. Belén de Sárraga mantinha vínculos com as lojas Electra e Ordem e Luz, ambas de Porto Alegre, sendo “membra” honorária do Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Ver: Rudy (2017) e Campos, M. [s.d.].

“Exército Negro”, afirmava. E nesse momento particular em que eles haviam sido expulsos da Espanha, o Brasil poderia se tornar “boa prêsa” para os seus manejos políticos¹¹⁴.

Mais tarde, em 1933, a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo organizou outro ciclo de conferências nacionais, o que se deu como forma de reação a duas movimentações dos fiéis católicos: de um lado, os interesses da Liga Eleitoral Católica (LEC) de aprovar, junto à Assembleia Constituinte, uma série de reivindicações relacionadas às suas pautas; de outro lado, a promoção do evento se deu, também, em contraposição a uma força militante “relativamente nova” que, em decorrência dos acontecimentos ocorridos na Espanha e da necessidade de acolher os padres no país, estava se articulando, de modo mais exclusivo, em defesa da Companhia de Jesus.

Assim, a terceira conferência pública, realizou-se, no Rio de Janeiro, no salão da Rua Conceição, nº 13, um sobrado, cedido pelo Partido Democrático Socialista. A abertura foi presidida pelos intelectuais Rachel Prado (1891-1943), escritora, jornalista e vice-presidente da Coligação e Arthur Lins de Vasconcelos Lopes (1891-1952), empresário, engenheiro, membro da Federação Espírita e, posteriormente presidente da CNPEL.

Em síntese, o congresso almejava “alertar sobre os perigos da aliança dos poderes Temporal e Espiritual”, mostrando que o Estado, com representação do conjunto social, não poderia de modo algum estabelecer quaisquer relações com igrejas ou cultos. Em discurso, Lins de Vasconcelos também fez referência às tendências clericalistas na sociedade moderna, caracterizada por uma espécie de “jesuitismo partidário”. Sua fala remonta, também, ao passado e apresenta os efeitos que resultam da intromissão de qualquer clero em assuntos privativos do Estado:

“Refere-se ao Mexico, a Portugal, a Espanha, à Boemia, e outros paizes. Lamenta que o Brasil tenha recebido em seu solo quase todas as congregações que tais paizes expulsaram , e declara que ou o povo brasileiro se apercebe do perigo clerical que o ameaça, ou verá aumentar a confusão promovida pela Sociedade dos Jesuítas, interessada em fraccionar o Brasil, desde que seja impossível dominar o todo. Afirmo que os únicos que sabem o que estão fazendo, no seio da confusão nacional, são os jesuítas dirigentes da Companhia; os proprios bispos só dizem que eles ordenam; a direção de tudo está na mãos deles. O orador amplia suas considerações e termina a conferencia com um apelo a todos para que se orientem num sentido comum de defesa das nossas instituições. (A *Lanterna*, São Paulo, 20 jul. 1933, p.4).

¹¹⁴ Ideia semelhante pode ser verificada em *O catholicismo romano ou Velha e fatal Ilusão da Sociedade*, de Santos Saraiva e em *Cartas ao Cardeal Arcoverde*, de Luiz de Mattos.

Nessa luta contra a ação clerical na vida política e social, a Coligação fez-se presente em diferentes regiões do país. No Maranhão, por exemplo, a organização uniu-se em campanha aos protestos dos estudantes liberais da Faculdade de Direito do Maranhão (FDM):

A brilhante mocidade de São Luiz do Maranhão, em vigorosos manifestos, protestou, no mez de abril aproximadamente passado, contra a ação do Clero Romano na vida política e social da Nação. Ella denunciou a Liga Eleitoral Catholica que, prevalecendo-se de uma propaganda para eleições, excedeu-se de modo tal que lhe obrigou a insurgir-se contra essa acção clerical. De resto, essa acção fez-se sentir, com maior ou menor exhuberancia, em todos os Estados brasileiros, apesar de recomendações feitas pelo Cardeal e alguns bispos. “Estamos em face de uma campanha”, diz a estudante maranhense, “em que forças reaccionárias se arregimentam, num surto inesperado, para tentar restabelecer, na terra brasileira, o domínio intolerante do dogma. Cumpre à nós, mocidade da Faculdade de Direito do Maranhão, legatarios de todas as conquistas liberaes dos nossos gloriosos antepassados, que, abriram, a golpes de talento e audácia o caminho claro do livre pensamento porque nos vimos orientando até aqui, defender pela palavra e pela acção, pregando ou combatendo, esse patrimônio que devera passar aos nossos vindouros, accrescidos de outras tantas liberdades, com a extinção de outros tantos preconceitos”. Nos jornaes de lá transparece a indignação dos académicos (THOMPSON, 1934, p.73-74).

Evidentemente, nessa senda, o campo editorial não ficou de fora. Se a grande batalha moderna estava sendo travada no *campo das ideias*¹¹⁵ e, portanto, no *campo do político*, este, qualificado “tanto como uma modalidade de existência de vida comum” - que dá forma à vida da polis (cultura)-, quanto uma “forma de ação coletiva que se distingue do exercício da política” (ROSANVALLON, 2010, p.73); lutar contra o monopólio infernal político-jesuítico por meio, desse particular esforço dos impressos era imprescindível.

De distintas maneiras, as manifestações de aversão ao clero eram propagadas como parte dinâmica da propaganda anticlerical, o que ocorria tanto por meio da imprensa como de outras publicações (opúsculos, panfletos, livros e periódicos), as quais se preocupavam em elencavam seus vilões. Para esse grupo de intelectuais da CNPEL, os jesuítas ocupavam um lugar com especificidade própria: a mais abominável personificação do mal, da hipocrisia e da mentira religiosa, que conduz ao idiotismo os cérebros humanos. Uma seita que procurava de todas as formas bestializar o povo.

Aqui, a posição de Arthur Thompson era, obviamente, ímpar. Como líder e principal porta-voz da Coligação, o intelectual soube aproveitar, satisfatoriamente, a questão jesuítica

¹¹⁵ Di Stefano (2010) e Rudy (2017), salientam que a expressão *jesuitismo* configurava-se, para os anticlericais, em uma “cosmovisão” ou “atitude ideológica” que poderia ser usada, na maioria das vezes, como adjetivação para clérigos de outras ordens eclesiásticas compromissadas com o projeto ultramontano.

espanhola, centralizando-a como elemento fundamental para o embate político e ideológico. Afinal, como meio eficaz de luta, a temática espanhola trazia à tona a possibilidade de instruir, congregar e alistar o povo para o programa político-cultural da CNPEL, uma movimentação que ocorria, também, em contraposição à de outro grupo, seu principal antagonista, que, contemporaneamente e motivado pela mesma questão, organizava-se, reunindo egressos dos colégios jesuítas do país todo, por meio de sua sede regional, localizada no Rio de Janeiro. Trata-se, aqui, da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus, mais conhecida por sua sigla, AAACJ, modificada, mais tarde, para ASIA, do latim *Antiqui Societatis Iesu Alumni*. Mais adiante, retornaremos à formação dessa associação, para aprofundar o tema.

No que diz respeito à atuação de Thompson nesse momento, era preciso, portanto, enfrentar essa “nova-velha” forma do catolicismo que se manifestava no país em “pról da Companhia de Jesus”, a qual se reunia sob a liderança de d. Leme e de um grupo de “colaboradores dos jesuítas” que atuavam como “soldados de imprensa”. Afinal, por séculos, os jesuítas, através de sua política, estendiam seus tentáculos pelo globo. “É a ação do jesuitismo que ameaça tudo invadir”. É com “a escola que a Igreja amolda as almas dos meninos sobre o typo da obediência servil”. E, como “erva daninha”, submeteu os povos à escravidão, pelo “predomínio do poder eclesiástico ao poder civil” (THOMPSON, 1931, p. 150-151).

Assim, dentre um conjunto de obras que figuravam pretensões anticlericais e/ou antirreligiosas, a expansiva produção literária do presidente da CNPEL, Arthur Thompson, incluía, em especial, os livros: *Discurso o Divórcio Civil – Maçonaria -4782* (1926) ; *A verdade sobre Jesus: a religião de nossos paes; a religião de nossos filhos* (1930); *Para que os brasileiros leiam e... raciocinem* (1931) ; *Na pesquisa da verdade* (1933) e *O despertar de uma Nação* (1934); associadas à série *Conferências contra o Materialismo: a Educação e Palestras Educacionais*, editadas pelo Centro Espírita Redemptor, entre os anos 1931 a 1934, essas são, indubitavelmente, as publicações que mais suscitaram respostas imediatas do grupo católico, em especial, daqueles partidários em defesa da Companhia de Jesus, como a ASB.

Além disso, tais obras são, a muitos títulos, significativas da atividade mental de Thompson e, por consequência da CNPEL, seja pela complexa associação que estabelece entre anticlericalismo e antijesuitismo, seja pelo modo como sublinha a especificidade de suas práticas para a questão social brasileira.

Com respeito ao tema do antijesuitismo, em *O despertar de uma Nação*¹¹⁶, por exemplo, a crítica é explícita e vai ao ponto de classificar a ordem jesuítica como uma máquina infernal montada para o mal da humanidade. Além disso, nesse mesmo texto, Thompson descreve Inácio de Loyola, que diz ser um “antigo militar e coxo por ferimento no cerco de Pamplona”, e seus cooperadores “Lainez e Lefèvre”, como figuras emblemáticas da hipocrisia e da maldade humana. O argumento é embasado na obra *Monita Secreta*, especificamente, em exemplar impresso do manuscrito latino dos sucessores do Padre Brothier. Nas palavras de Thompson:

De toda essa machina infernal montada para o mal da Humanidade tendes idéa perfeita lendo “Monita secreta ou Instrucções reservadas da Sociedade de Jesus”, da qual possuímos um exemplar impresso do manuscrito latino dos sucessores do Padre Brothier, ultimo bibliotecário dos jesuítas de Paris, antes da Revolução Francesa (1789), conforme edição de Paterborn de 1661 e com o manuscrito perfeitamente authenticico que se encontra nos archivos do Reino da belgica, no Palacio da Justiça, em Bruxellas. Na biblioteca do Rio de Janeiro existe outro exemplar. Tem-se por ahi idéa exacta da astucia e da infâmia da maior de todas as pragas que cahio sobre o mundo – o jesuíta. (THOMPSON, 1934, p.150).

“Que são os jesuítas?” prossegue o autor, este “corpo monstruoso, anti-legal e mesmo anti-canônico?”. “De Roma adquiriram elles as maiores imunidades e prerrogativas, um poder infinitamente superior no episcopado”. Para Thompson, ainda, o código moral jesuítico de Antonio de Escobar e Mendonza (1589 - 1669) poderia ser comparado ao Apocalipse, no qual “as 4 bestas deste são os 4 inquisidores Suarez, Vasque, Molina e Valencia” (THOMPSON, 1934, p.150). É no escopo da obra *Código dos Jesuítas*: complemento indispensável às obras de Michelet e Quinet, traduzida do francês em 1872, publicada pela Tipografia de J. Lobo Vianna, na antiga Rua D’Ajuda, nº 79, Rio de Janeiro; que Thompson exemplifica a doutrina *jesuítica do regicídio*¹¹⁷ nesta primeira parte do texto. Tal regra foi pregada durante séculos, desde o papa Paulo III (1468 - 1534), que qualificou a Companhia de Jesus de – “regimento da igreja militante”, – e quando Francisco Suarez (1548 - 1617), dizia “as nossas casas são

¹¹⁶ A obra, de “teor altamente formativo, político-literário”, é dividida em três partes, respectivamente sob os títulos: “Questão política”, “Questão Religiosa” e “Questão Social”. Foi impressa em 1934 pela Typographia Baptista de Souza, então localizada na Rua da Misericórdia, 51, no Rio de Janeiro. (REVISTA ALMANAK LAEMMERT, 1934, p. 283).

¹¹⁷ Thompson refere-se, provavelmente, ao item IX da obra, intitulado “Do Regicídio, Código dos Jesuítas”, do qual é possível extrair uma prévia conceitualização daquilo que, comumente denominou-se “conspiração jesuítica”. Documentos como o do português Manuel de Sá, por exemplo, que trazia em seu bojo, a seguinte afirmação: “O papa pôde matar com uma unica palavra (*potest verbum corporal evitam auferre*); porque quando recebeu o direito de fazer apascentar as ovelhas, não receberia também o de massacrar os lobos - *potestatem lupos interficiendi*?” (COMPENDIUM, 1872, p. 32-33).

acampamentos” que a religião católica, estrategicamente trocou a “razão pela obediência cega ao papa negro” (THOMPSON, 1934, p. 151).

Nesta nova “versão do catolicismo - o *papismo*”, os “jesuítas de balandrão, de roupeta ou de batina” juntos com “os de casaca e as mulheres da melhor esfera social”, empregaram todos e quaisquer meios, como assassinatos de reis, consortes, príncipes e governantes¹¹⁸, extermínios de povos, invasão de territórios, entre outras estratégias hediondas, repudiando todos os escrúpulos, para atingirem seu maior objetivo: a conquista do mercado cultural para o grande Império do Vaticano.

Figura 11 - Capa de *O despertar de uma Nação*

Para o anticlerical Thompson, a mulher, educada em “princípios racionais e científicos”, era conforme dizia “símbolo da liberdade”, pois “livre dos dogmas, dos convencionalismos e preconceitos sociais”. É pela ação da mulher esclarecida que “cumprir educar as novas gerações de homens, aptos para a luta e com capacidade de competir” que se pode esperar a “regeneração da humanidade”, uma “*Pátria Livre*”, o “despertar de uma Nação !”¹¹⁹



Fonte: Thompson (1934)

¹¹⁸ O compendio *Codigo dos Jesuitas*, sob o título *Do Regicídio*, pontua os principais jesuítas que escreveram sobre o regicídio desde 1541. Em seu item I, por exemplo, o autor afirma que “Pedro Barriere, soldado famoso pelo projecto de assassinar Henrique IV [...], tendo sido condemnado a ser esquartejado vivo a 26 de agosto de 1595, declarou no seu testamento que tinha sido aconselhado e incitado ao regicídio pelo padre Varade, reitor dos jesuítas em Paris” (COMPENDIUM, 1872, p. 28).

¹¹⁹ Thompson (1934, p. 234-235).

No segundo título da obra, *Questão Religiosa*, Thompson traz à baila a defesa da liberdade de consciência e da liberdade religiosa, o que faz amparado na ideia de que as religiões eram uma questão de foro íntimo. Ainda que de maneira indeterminada, a tônica da discussão também passava pelo fato de que, no Brasil, eram professadas outras religiões além do catolicismo, assim como havia indivíduos que sequer professavam religião.

Ao propor essa discussão, o autor contestava a emenda nº 10 “da Revisão Constitucional”, presente no volume II da sessão de 30 de setembro de 1925, tanto com relação ao “oculto monopólio disfarçado do ensino catholico”, como quanto à afirmação de que “a religião catholica é da Maioria da Nação”. Para dar maior legitimidade a seus argumentos, Thompson transcreve as palavras de Getúlio Vargas (1882–1954) que figuravam em artigo publicado em *O Paiz*, em 29 de agosto de 1925, quando o político era deputado pelo Rio Grande do Sul, entre 1924 e 1926:

“Quanto à emenda n.º10, estipulando que a Igreja Catholica é da quasi totalidade do povo brasileiro, acho, em primeiro lugar, essa afirmação muito contestavel. Para que uma pessoa se diga catholica é preciso que conheça a doutrina, aceite todos os seus dogmas e a pratique. Nessas condições, há apenas uma elite, uma minoria selecionada. A alta sociedade adopta um catholicismo um tanto sceptico e elegante. E a grande massa ignara está na phase fetichista da adoração de santos com varias especialidades milagreiras” (THOMPSON, 1934, p.200).

Na ênfase do autor, a clerezia também era a principal responsável por fazer da religião *ópio do povo*¹²⁰, definição, por sinal, bem próxima à concepção marxista sobre o fenômeno religioso, em especial, no sentido atribuído por Moses Hess (1812-1875), discípulo de Espinoza¹²¹, em seu ensaio publicado na Suíça, em 1843, no qual toma uma postura mais crítica (mas ainda ambígua) em relação à temática: “A religião pode tornar suportável [...] a infeliz consciência de servidão [...] de igual forma o ópio é de boa ajuda em angustiosas

¹²⁰ Segundo Michael Löwi (2007, p.2), a conhecida expressão “a religião é o ópio do povo” pode ser encontrada, em diversos contextos, nos escritos de Immanuel Kant, J. G. Herder, Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer, Moses Hess e Heinrich Heine. Por exemplo, em seu ensaio sobre Ludwig Börne, Löwi afirma que Heine, em 1840, já a usava, “de uma maneira positiva (embora irônica): ‘Bem-vinda seja uma religião que derrama no amargo cálice da sofredora espécie humana algumas doces, soníferas gotas de ópio espiritual, algumas gotas de amor, esperança e crença’”. A expressão apareceu, também, pouco depois, no artigo de Marx “Sobre a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (1844). De acordo com Löwi (2007, p.3), na ocasião dessa elaboração, Marx declamou “uma análise pré-marxista, a-histórica, e sem referência a classes”. Apenas posteriormente, em *A Ideologia Alemã*, de 1846, é que deu início o estudo marxista da religião como uma realidade social e histórica. Ver: Löwy (2007).

¹²¹ Uma leitura atenta da obra de Arthur Thompson intitulada *O Espiritualismo* (1932) revela claramente que o ponto de vista do autor está referenciado a Espinoza. Ver: (THOMPSON, 1932, p.25).

doenças” (apud LÖWY, 2007, p. 2). Na acepção de Thompson, um fruto direto de “uma indústria inventada por inteligentes para exploração dos imbecis”:

O progresso material veio à revelia da Igreja e do Papa: ambos condenavam-no. O Catholicismo não aceita discussões e polemicas. Os que não pensam com a clerezia estão agindo a *mando de Satanaz*. Os absurdos da Igreja, (reconhecidos, aliás, pelas menores inteligências, desde que sejam dotadas de boa vontade) são mysterios e mysterio não se discute. E só assim é que se mantem o erro. E quem formula as conclusões de qualquer parecer sobre questões espiritualistas e metaphysicas são homens inteiramente fallíveis. E esses homens fizeram da religião o opio do povo, no dizer de Lénine, e uma industria inventada por inteligentes para a exploração dos imbecis, como diz alta pessoa de Thibet. A celebre “fé” é um pretexto para não se raciocinar. (THOMPSON, 1934, p.184-185).

Não havia dúvidas, portanto. Para o autor, a implantação pura e simples deste “regime monárquico clerical”, de partido único, capaz de levar a bom termo a empreitada de se extirpar a heresia, o livre-pensamento, a liberdade de imprensa, o direito de pensar, de agir, de escrever, de falar, de raciocinar, a não ser em conformidade com a mentalidade dogmática da “Santa Madre Igreja e dos seus reverendos, mui mestres, mui gananciosos e mui inúteis ministros”, era resultado da atuação estratégica de um “partido clerical imperialista”, de um “Exército Negro”, que transformou o catolicismo em uma “instituição nefasta – o jesuitismo”:

No sentido ultramontano Deus é a Igreja e a Igreja é o Papa, logo Deus é o Papa. Foi esse o trabalho de tantos os seculos: Imperialismo Religioso no Mundo, com o Monarcha Universal – o Papa, o Deus em pessoa. Nas linhas atraz vimos todo o trabalho de sapa do Exercito Negro. Absorvido o *christianismo* pelo *catholicismo*, seguiu-se o *romanismo* para absorver todas as outras igrejas, passando-se depois para o *ultramontanismo* a que emprestou toda a sua força o *jesuitismo* afim de erigir o papismo em estatua de cimento armado. É o papismo, a ultima phase dessa religião que só vive da politica e para a politica e por ella ha de chegar ao termo de *sua missão na Terra...*(THOMPSON, 1934, p.155-156).

Note-se, que, para Thompson (1934, p.171), é a partir do papado de Pio IX que se inicia toda uma obra imperialista de cunho religioso, político e social, mormente após a publicação do apêndice da encíclica *Quanta Cura*, promulgada em 1864. O texto, intitulado *Syllabus Errorum* e conhecido como a “Carta Magna da Igreja Romana”, inaugura a “máxima aspiração do ultramontanismo”¹²², o dogma da Infallibilidade do Papa” (1870), e serviu, segundo o autor, de pretexto e de força aos jesuítas para a formação de um partido papista.

¹²² Thompson refere-se à doutrina e atitude do catolicismo que surgiu particularmente com mais força na França, na primeira metade do século XIX. O termo *ultramontanismo* é usado em referência à política de Pio IX (1846-

O “Syllabus” de Pio IX é a Carta Magna da Igreja Romana. Ahi estão condensadas nas 80 proposições a sua filosofia, a sua teologia e a sua politica orthodoxa. A Sociedade moderna é fulminada por Pio IX ao abrir em 1870 o concilio Vaticano; a Revolução Franceza dada como a “conspiração dos ímpios”. A cólera da S. Santidade se projecta sobre o Estado leigo. A Igreja não comprehende lei alguma nos paizes que possa fazer perigar sua conservação e prepara-se para uma luta de morte contra a sociedade civil moderna. Ao passo que as demais religiões positivas conformam-se à tolerância, à liberdade, à secularização das instituições civis, o catholicismo romano e papalino nega o direito de existencia a quaisquer doutrinas, idéas e fórmulas politicas, regimen social e administrativo que não seja passado pelo crivo ultramontano. Os resultados praticos, as consequencias sociaes dessas pretenções ultramontanas que Pio IX condenou no “Syllabus”, são a subversão fundamental da família na ordem civil e politica em todas as nações. Perante as leis implacáveis da Igreja Romana os sentimentos mais indestructiveis da alma, os mais imprescriptiveis direitos do individuo não tem legitimidade, existencia, razão jurídica, senão enquanto amolgados à pressão férrea da intolerância clerical. Tão clamorosa é aos olhos de Roma, a blasphemia da liberdade religiosa que, por si só mereceu preencher no “Syllabus” trez artigos distinctos, em cada um dos quaes se fulmina por palavras diversas, o mesmo principio. Num condemna-se a formula de Montalembert e de Cavour- a Igreja no Estado livre-; noutro excommungam-se os que denegam à igreja Catholica o monopolio de religião do Estado; no terceiro denunciam-se os governos que aos immigrants toleram o exercício publico de seus respectivos cultos. O Estado moderno não póde deixar de fiscalisar a Igreja Romana, porque o “Syllabus” do Pio IX é sempre uma espada de Damocles sobre a tranquillidade social. A questão religiosa de 1873 no Brazil deu-nos um panno de amostra da acção clerical na Sociedade Civil apoiada pelo Syllabus, de que tratamos. “O espirito ultramontano provocou-a, levantando o poder ecclesiastico (espiritual) contra o poder civil (temporal)”. (THOMPSON, 1934, p.177-178).

Para Thompson, a religião católica que estabeleceu no Brasil o fez, pelos seus missionários, os jesuítas, com uma “audácia criminal do clero”, pois eles educaram moralmente o povo, formaram o “jeca tatu” do sertão e a classe “baixa fetichista que vive nas cidades” e contribuíram para o distanciamento da educação da massa.

1878), a qual é defendida mais explicitamente no documento pontifício mencionado, em que se destacava o poder centralizador e as prerrogativas do papa em relação às Igrejas locais. Dessa forma, nesse texto, retrata-se uma pretensão de “universalidade” do catolicismo diante da conjuntura de crise que se apresentava desde o final do século XVIII e, pelo menos, até 1870. Pode-se dizer que Pio IX apresentava uma postura mais intransigente relacionada às ideias e práticas das políticas modernas. De acordo com Santirocchi (2010, p. 24), o conceito pode ser reduzido, no século XIX, nos seguintes pontos: “a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos ‘perigos’ que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais) culminando na condenação destes por meio da Encíclica Quanta cura e do ‘Sílabo dos Erros’”. Vale ressaltar que a bibliografia sobre o tema do *Syllabus* é ampla e sua produção inicia-se praticamente no tempo de sua publicação. Uma ideia dessa amplitude pode ser verificada nos estudos de Elisa Cárdenas Ayala, em especial o título “El fin de una era: Pío IX y el Syllabus” (AYALA, 2015).

Exceptuadas: a “elite sceptica e elegante” com que de modo perfeito define o Dr. Getulio Vargas, chefe ainda do Governo Provisorio, cuja definição corresponde a de Anatole France, no seu paiz “ser o catholicismo a fôrma mais elegante da indiferença religiosa”, - e- a classe baixa fetichista que vive nas cidades, o que resta no interior e no sertão? O JECA TATU – bravo sim, mas doentio, descrente, supersticioso e fanatico. Esse é o produto do índio, maltratado e escravizado; do negro, o escravo titular, embrutecido pelos máos tratos; do branco, a escoria enviada da metrópole. Contra factos não ha argumentos (THOMPSON, 1934, p.183).

E, mais adiante

Vinte seculos são passados e a Humanidade soffreu durante elles crueis matanças, rapinagem humilhação e maldades de todo genero. As guerras pouco interregno davam para o desaforo dessa Humanidade. Perguntariamos aos mais fanaticos pela Igreja Romana, em momento que queiram ser justos: A SOMMA DE BENEFICIOS FEITOS ÀS SOCIEDADES, AOS ESTADOS, A HUMANIDADE (que os há, que os póde haver, segundo o prisma em que se collocam os seus adeptos e porque é mais que provavel que tenham havido nella homens sinceros, como dizem haver sido Leão XIII, e muitos outros menores e humildes que façam e tenham feito o bem) PÓDE RESGATAR TODA ESSA SOMA DE MORTES, DE TORPEZAS, DE MALDADES, DE INFAMIAS, DE ASSALTOS À FORTUNA E BOLSA ALHEIAS, DE FALSIDADES, E MAIS QUE TUDO DOS MALES PELA SEMENTE DA CORRUPÇÃO, DA DELACÇÃO E DA PROSTITUIÇÃO LANÇADAS AO MUNDO? (THOMPSON, 1934, p.183-184).

Em “Questão Social”, terceira e última parte do livro, Thompson incita os leitores para a luta contra a Liga Eleitoral Católica (LEC) e, mais diretamente, contra a rede jesuítica organizada por d. Leme, que, por ocasião dos acontecimentos políticos espanhóis, havia decidido organizar a Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus, com objetivo de acolher os sacerdotes espanhóis e, nas palavras de Thompson, “garantir seu mercado cultural”. Com respeito a esse grupo, o autor se referiu a ele como “associação mais nefasta de todos os tempos”. E, mais adiante, salienta que

em 1930 aproveitáram-se da arrancada de 3 outubro (Vide o manifesto da Colligação Naciona Pró Estado Leigo no “Brazil Moderno”, 1932) para activar as suas manobras, que renováram com mais vigor em 1932 com a revolta de São Paulo; ahi se collocáram de tal maneira que ganhariam na certa, como ganháram e por fim grande foi a atividade por ocasião das eleições de 3 de maio de 1933. Os partidos e circulos catholicos que a complacência do governo e a displicencia do povo deixam medrar nesta terra, concentram suas forças para occasião oportuna. Caveant Conules! Se a Igreja não fôr ligada ao Estado como pretendem – nesse retrogreir de 44 anos em que foram alcançadas nossas maiores victorias liberaes , as suas minimas (sic) pretenções são da obtenção do ensino religioso nas escolas dos sacerdotes nas casernas e navios de guerra e a obstrução do divorcio civil colocando o casamento

indissolúvel. Querem assim enfeixar em suas mãos – a mulher, a criança, o soldado. Desse modo se acorrenta o futuro do Brasil para os seus manejos políticos, com os elementos da nova geração. É preciso que se diga aos ingênuos (não nos dirigimos aos espertalhões) que o sonho Vaticano da Monarchia Universal não se dissipa nem mesmo com o tresmalhar da rêde jesuítica – de Portugal, Bolívia, México e Espanha; volvem-se os sitiante do Exercito Negro para nós. O Brasil é bôa presa. (THOMPSON, 1934, p.201)

Em linhas gerais, pode-se dizer que, neste “retrogerir de 44 anos em que foram alcançadas as maiores vitórias liberais”, e que, diante do cenário em que se configurava a vitoriosa influência da Igreja sobre a elaboração da legislação de 1934, talhada conforme as necessidades, prioridades e exigências da LEC¹²³, Thompson não poupou esforços no sentido de “instruir” as pessoas sobre esse “manejo político da rêde jesuítica” (THOMPSON, 1934, p. 201). Como era de se esperar, era necessário “despertar a Nação” sobre os perigos da aproximação entre o poder temporal e poder eclesiástico que ocorria no Brasil nesse início dos anos de 1930.

A “questão clerical no Brasil”, como dizia, era uma “questão de vida e morte”, que, tal qual uma catástrofe natural, exigia o empenho, com ardor, contra todo o modo de pensar e agir que se assemelhasse ao cosmopolitismo e ao *papismo* - corrente política particular que se apresentava cada vez mais forte no período – do catolicismo. Tal tendência, para ele, era responsável por “todo retrocesso social do país”, por todos os “falsos ensinamentos” e por toda a “degeneração e escravidão das consciências”, sobretudo das populações mais simples e *ignaras*, na medida em que, a Igreja, como “organização política” que “movimenta o mundo ideológico desde 1846, quando subiu ao papado o novo brinquedo dos jesuítas, o conde Mastai Ferretti, sob o nome de Pio IX”, utilizou-se, desde aquele tempo, “do pretexto da fê para usurpar-lhes rios de dinheiros e causar toda sorte de desgraças” (THOMPSON, 1934, p.170).

Assim, engrossando o debate no Brasil, de modo a aliar “o embate à ação didática” como dizia, com o objetivo de “formar mentalidades humanistas”, e amparado, para tal feito, nas ideias por intermédio das quais, divulgava, entre os anos de 1933 a 1934, o programa político-cultural da CNPEL, Thompson inicia uma série de palestras educacionais semanais, sendo a primeira delas divulgada na Sociedade Radio Philips do Brasil. Posteriormente, o

¹²³ Em resposta ao padre Assis Moreira e aos seus argumentos em relação aos objetivos da LEC, publicados no *Jornal do Brasil*, em 29 de março de 1933, Thompson, assim, questiona: “Diz a Liga Eleitoral Catholica que a Igreja é a protectora do operariado? Como? Perguntamos nós. O operário aqui vegeta e não vemos uma só medida da Igreja para lhes dar lar e pão, trabalho e educação. Os igrejeiros constroem novas igrejas e consomem somas fabulosas no Christo do Corcovado e as igrejeiras procuram seguir as instrucções do cléro, fazendo a caridade (belm long daquela pregada por Christo), com um exhibicionismo proprio da Vaidade em acção [...]. É essa a ‘élite sceptica e elegante’, com que nosso Chefe do Governo Provisorio classificou o catholicismo no Brazil” (THOMPSON, 1934, p.28-29).

intelectual aproveitaria a presença de seu amigo Renato de Araújo, então diretor da Sociedade Radio Educadora do Brasil, para publicar, por meio de seus microfones, outras 24 palestras (da sexta até a vigésima) sobre a temática anticlerical.

Da mesma forma, a convite de Arthur Lins de Vasconcelos Lopes (1891 - 1952), também realizou diversas conferências na Casa dos Espíritos, à rua do Ouvidor, nº15¹²⁴, e no Centro Espírita Redemptor (CER), situado no bairro de Villa Isabel, à Rua Jorge Rudge, nº 121, Rio de Janeiro.

O quadro abaixo busca ilustrar a abrangência da ação de tal programa, apresentando o investimento de Thompson e de seu grupo de colaboradores para que tais temas pudessem, verdadeiramente, ser acessíveis à cultura popular:

Quadro VI - Conferências realizadas entre março e setembro de 1933.

Palestras (Temas)		Locais
1 ^a	Sobre o ensino religioso e o divórcio	Radio Philips do Brasil
2 ^a	Sobre o casamento religioso na lei civil	
3 ^a	Respondendo ao padre Assis Memoria	
4 ^a	O Brasil não é Católico	
5 ^a	Acerca dum discurso do ministro Salazar	
6 ^a	Cruzada contra o analfabetismo	
7 ^a	Respondendo ao monsenhor Gaston da Veiga ¹²⁵	
8 ^a	O Congresso Sindicalista Nacional Proletário	Palácio Tiradentes
9 ^a	Acerca da atitude da mocidade de S. Luiz (Maranhão)	Sociedade Radio Educadora do Brasil
10 ^a	Apreciação sobre os atuais dirigentes de povos	
11 ^a	Tudo pelo lado mais difícil	
12 ^a	O ensino Universal da filosofia do espiritualismo moderno	
13 ^a	A Conferência do sr. Sussekind de Mendonça sobre o Estado Leigo	
14 ^a	O Brasil não é um deserto de Homens	
15 ^a	O que é a oração como se eleva o pensamento	
16 ^a	A educação pelo Teatro	
17 ^a	Educação física e o esporte	
18 ^a	As transformações sociais no mundo	
19 ^a	Sobre a ciência, religião e política	
20 ^a	O povo da Índia guiado por Gandhi	
21 ^a	O Estado Educacional Racional dos Povos	Centro Espírita Redemptor
22 ^a	A traição na Guerra, na Política e na diplomacia	
23 ^a	Hitler e a Ditadura	
24 ^a	Somente pela dor se regenera	

Fonte: Thompson (1934, p.193 -194).

¹²⁴ Ver: *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1931, p.4; *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1931, p.5.

¹²⁵ Monsenhor Pedro Gaston Ribeiro da Veiga foi um padre da ordem III dos Mínimos de S. Francisco de Paula. Ver: Veiga (1945).

De acordo com Thompson, os temas de tais palestras educacionais, enquanto “frutos de uma época que justificava a razão de ser,” foram organizados com o objetivo de instruir gratuitamente os cidadãos sobre os perigos presentes nos argumentos “político-religiosos dominantes” que, em sentido estrito, circulavam nos principais “Jornais de informação e Opinião”, como o “O Jornal do Brasil” (THOMPSON, 1934, p.10). Responder de maneira crítica, por meio das conferências, aos “diretores espirituais” da opinião pública, partidários diretos do jesuitismo ou colaboradores da Igreja que, se utilizavam da palavra escrita para publicar suas ideias, era segundo o intelectual, uma possibilidade para se elaborar um “trabalho educativo-formativo” que contribuiria para a elevação de uma consciência coletiva mais crítica. Afinal, como dizia:

“Quem conhece esgrima, sabe que há um termo - fintar - que é para o jogo da espada o que é o “despistar” (guardadas as distancias) - termo da moda e genuinamente - 1930 - para os negócios da actualidade politica” (THOMPSON, 1934, p.16)

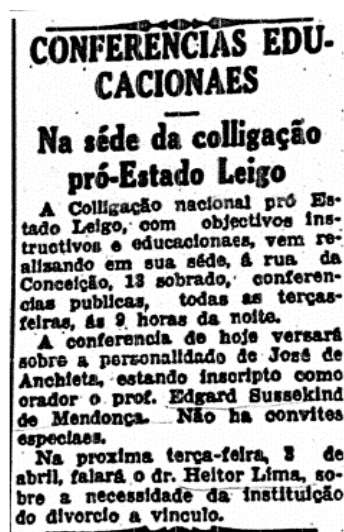
De fato, Thompson e, por conseguinte, a CNPEL, estava convencido de que as palestras eram uma das melhores formas para se ministrar instrução ao povo. À luz dessas considerações, pode-se ler o seguinte comentário no prefácio da obra “A Educação: série de conferências contra o Materialismo”, publicada pelo Centro Espírita Redemptor, em 1 de setembro de 1931. Nela, o editor assim escreveu:

O presente trabalho da lavra do Exmo. Sr. Vice-Almirante Arthur Thompson, o qual devia ter sido lido ao publico no theatro Municipal desta Capital em 26 de Julho do corrente anno, não foi por ter o Exmo. Sr. Ministro da Marinha Contra-Almirante Protogenes Guimarães, do actual Governo Provisorio, prohibido conferencias publicas por parte de officiaes da Armada “no momento actual”... As conferencias do Sr. Almirante Thompson que sempre foram muito apreciadas e tanto quanto as que possam mais ser, pois os theatros em que ellas foram feitas (Lyrico e João Caetano) ficavam sempre à cunha, tiveram que ser interrompidas com desgosto dos amigos e admiradores do prestigiado almirante. É indubitável que esse brilhante conferencista presta um relevante serviço à Patria e à Sociedade e quiçá ao proprio Governo, auxiliando-o no seu desejo de reconstrução do paiz. Uma conferencia é uma das melhores fórmias de ministrar instrucção ao povo, de ensinar às massas, de modificar errôneas idéas; nem todos dispõem de tempo para aprender, os livros são caros e quem quizer saber a fundo assumptos importantes tem que folhear muitas obras, procurando a resultante das que argumentam os assumptos differentemente. Estudando, comparando, analysando e raciocinando é o trabalho que empolga o escritor em uma argumentação reflectida, onde a logica vae buscar no bom senso a sua linha directriz. Estaria ao alcance dos intellectuais que tivessem paciencia e methodo, mas que sobretudo fossem esclarecidos pela luz da verdade. [...] No momento actual está o público privado das valorosas licções de moral, de sciencia, de administração, de filosofia e de disciplina do digno official - general da nossa

Armada, grande patriota que só visa a grandeza do seu Brasil, a ordem nos negocios nacionais e a paz de espirito de uma humanidade generosa, educada e trabalhadora. O que seria escutado como tem sido por trez mil pêssoas, será agora lido por dez mil. O discurso oral é a manifestação da idéa, como o é o discurso escripto. Não se deve suprimir o orador, como não se pôde eliminar o escritor (THOMPSON, 1931, p.9).

É ainda conveniente acentuar que, no período compreendido entre 1931 e 1934, todas as conferências educacionais ministradas por Thompson, foram, posteriormente publicadas em forma de livro pelo Centro Espírita Redemptor¹²⁶. Tal intenção, que se tornou um verdadeiro projeto, desenvolveu-se ao longo de sua trajetória intelectual, materializando-se, particularmente, em alguns volumes compilados, como a série intitulada *Palestras Educacionais*, responsável por reunir o conjunto de conferências proferidas no ano de 1933.

Figura 12 - Propaganda da CNPEL em o *Correio da Manhã*, intitulada “Conferências Educacionais”. A chamada é para uma conferência pública “sobre a personalidade de José de Anchieta” proferida pelo orador Edgard Sussekind de Mendonça.



(CONFERÊNCIAS...1934, p.3)

¹²⁶ A “casa mater do Racionalismo Cristão no Brasil”, como assevera Marcos Moreira Marques, em artigo intitulado “A fragmentação do espiritismo no Rio de Janeiro das Primeiras décadas do século XX (1900-1934)”, foi fundada em 1912, no Rio de Janeiro, por um rico comerciante português radicado no Brasil desde 1874, chamado Luiz José de Moraes Mattos Chaves Lavrador, ou, simplesmente, Luiz de Mattos. Este, segundo o autor, “descontente com a religiosidade e o misticismo que encontrou nas casas espíritas por ele visitadas, fundou, em 26 de janeiro de 1910, em Santos, juntamente com Luiz Alves Thomaz, outro comerciante português, a primeira casa racionalista no Brasil, o Centro Espírita Amor e Caridade. O desagrado de Luiz de Mattos ao funcionamento das Casas Espíritas de formação kardecista extrapolava a constituição das sessões e enveredava pela crítica ao ganho financeiro. Nas palavras do pesquisador, para Luiz Matos, o espiritismo fora “desviado do seu verdadeiro fim, do seu único objetivo que é o progresso moral dos seres, para transformar-se em instrumento da vida material, servindo as ambições dos perversos” (MARQUES, 2019, p. 1). Sobre a instituição, ver, também: Pereira Neto e Amaro (2012).

Como característica desse projeto, pode-se apontar o vínculo entre a Maçonaria e o Espiritismo, que são fortes e evidentes, não podendo, portanto, serem minimizados. Uma das explicações possíveis para tal *peculiaridade*¹²⁷ dessa associação entre maçons e espíritas é que, diferentemente das outras instituições espíritas que figuravam no cenário carioca, principalmente as vinculadas à Federação Espírita Brasileira, “que privilegiavam o espiritismo teórico” (PEREIRA NETO; AMARO, 2012, p.493), o CER, enfatizava a dimensão experimental da doutrina espírita brasileira, mais vinculada ao espiritismo racional e científico cristão¹²⁸. O que explica, de certa maneira, o posicionamento de Thompson em favor da “liberdade religiosa” como pauta da luta anticlerical no Brasil, expressa como se viu acima, em *O despertar de uma Nação*.

Thompson acreditava que o desenvolvimento de uma espiritualidade racional e científica - ênfase recebida pela doutrina organizada pelo “Astral Superior que dirige o Centro Espírita Redemptor” (THOMPSON, 1932, p.11), - seria uma forma de as classes populares conhecerem a verdade, não apenas no âmbito religioso, mas no político.

Em seu trabalho, *O Espiritualismo*, publicado, em 1931, e, posteriormente, em sua 2ª edição argumentada, em 1932, também impresso pelo CER, o autor sublinha a singularidade cultural e histórica das ideias e práticas concebidas pela doutrina, que priorizavam, com pretensão de universalidade, experiências de cunho científico. Por essa razão, no seu entender, o espiritismo à brasileira, em especial, a corrente firmada nos princípios básicos do racionalismo científico cristão, seria uma versão original e não um produto subtraído ou adulterado daquele apresentado por Kardec.

Nessa perspectiva, Thompson estava convencido de que o CER, era um centro intelectual e cultural organizado materialmente para defender e desenvolver uma frente teórica ou filosófica que, ao lado do aspecto moral religioso, propiciasse o *elo verdadeiro* entre a razão (raciocínio esclarecido) e a ciência. A fundação dessa “Doutrina da Verdade” a serviço da obra encetada por Jesus, o “Christo, o maior dos Revolucionários, moral e espiritualmente falando”, estava predestinada ao Brasil, particularmente na ação “benéfica das Forças Superiores” que se

¹²⁷ O termo *peculiaridade* segue, aqui, a mesma perspectiva visada pelo autor E. P. Thompson em sua obra intitulada *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Dessa forma, pressupõe-se, com o autor, a importância em se compreender a realidade histórica como processo, a *categoria experiência* como relação entre ser social e consciência social e a lógica histórica como defesa da necessidade do diálogo permanente entre teoria e evidências no processo de construção do conhecimento científico. Nesse compasso, é válido acrescentar que, nessa obra, Thompson, nega fortemente as filosofias da história ou as visões teleológicas. Ver: Thompson (1998).

¹²⁸ O espiritismo racional e científico cristão foi uma vertente doutrinária espírita da doutrina kardecista criada por um comerciante de café chamado Luiz de Mattos (1860- 1926). Ver: Marques (2019).

faziam sentir de “fórmula extraordinária aqui no Rio de Janeiro” na “Rua Jorge Rudge n.121, Villa Isabel”, no Centro Espírita Redemptor:

E é, dizemos nós, no perquirir da Sciencia , e é no auscultar o Espiritismo, e é no interpretar da verdadeira Sciencia Christan- o Racionalismo, que as partículas em depuração são attrahidas ou repellidas pelo potente iman do Destino na sua Evolução, através da Grande Lei do Amôr e do Progresso! A acção benéfica das Forças Superiores faz-se sentir actualmente de fórmula extraordinária aqui no Rio de Janeiro (Rua Jorge Rudge n.121, Villa Isabel). A instituição humanitária onde Christo fundou a sua Doutrina da Verdade, tem por fim levantar as almas do lodaçal da imoralidade terrena, amparal-as, benefical-as para que possam na estrada real da Vida (THOMPSON,1932, p.133).

Com efeito, essa interpretação peculiar do que viria a ser o anticlericalismo maçônico-espírita, tal como é vivido imediatamente por Thompson e por outros membros da CNPEL, angariou adeptos e promoveu uma ampla reflexão entre estudiosos. Contudo, é verossímil dizer que, antes de elaborarem a sua teoria, esses adeptos encontraram, na vinculação antitética entre o sujeito (opositivo à concepção cosmopolita e papalina) e outrem (postura de apoio à concepção clerical), quer seja no singular ou no plural (entre grupos), uma relação – e, em certo sentido, com justa razão – projetada na superfície das paixões que os habitavam. Nessa premissa já estavam contidas e desenvolvidas as condições materiais necessárias para esse impulso coletivo, isto é, “um certo nível de cultura”, como diria Gramsci (2011, p. 122), um certo complexo de sentimentos imperiosos que, mesmo diante do risco e da rivalidade, teve força para induzir uma ação “a todo custo”.

Nessa operação antitética, os oponentes do catolicismo organizaram um projeto político anticlerical, de dimensões históricas maiores, que serviu, visivelmente para (re) elaboração de um certo *antijesuitismo estruturador*¹²⁹. Ora, na medida em que, tal como existe o antijesuitismo como eixo de um projeto de sociedade, também o legado da Companhia de Jesus apresentava a existência de um recorrente e sempre vivo projeto de organização social, o que se dava por meio do desenvolvimento de um império espiritual absoluto, fruto de um debate

¹²⁹A inspiração teórica que melhor explica o uso da expressão vem do trabalho de Edgard Leite, em seu estudo *Antijesuitismo no Brasil*. Nele, o autor expõe a relação dialética entre antijesuitismo e jesuitismo como elemento estruturante da sociedade brasileira. A esse respeito, Leite, E. (2015, p.58) considera que “assim como o antijesuitismo é estruturador do país tal como ele existe, também o legado da Companhia “apresenta a existência de um recorrente e sempre vivo projeto, voltado para o estabelecimento de uma grande comunhão em prol de objetivos comuns espiritualmente elevados que envolvem a todos - e não apenas a alguns”. Ainda para o autor, “nesse sentido, podemos dizer que o espírito de um debate secular continua ainda presente entre nós, e que não apenas o antijesuitismo, mas também a obra inaciana, constituem fundamentos de nossa identidade nacional”.

secular, especificamente presente desde o papado de Pio IX (1846-1878), quando nasce, especificamente, a Ação Católica.

Nesse exame histórico crítico do movimento do catolicismo no Brasil na década de 1930, o que parece marcar o pensamento de Thompson e de alguns intelectuais anticlericais do período, em especial, aqueles que partilhavam das diretrizes políticas da CNPEL e do Centro Espirita Redemptor, é a maneira de tratar o processo histórico da representação do cristianismo católico como um *jesuitismo*, cujo “culto ao papa – o papismo” se constituiria na fase mais recente do catolicismo. Nessa perspectiva, compreender a filosofia ou política da Igreja, no sentido histórico concreto, pressupunha analisar criticamente todo o passado cultural da instituição (verdades já descobertas), a fim de colocar à consciência coletiva (socializar), de forma eficiente e ativa, repertórios para uma outra ideologia, uma outra cultura. Para Thompson, elevar a consciência das massas significava formar novas mentes esclarecidas no Espiritismo Racional e Cristão e, além disso, criar intelectuais “tolerantes entre si”, onde todos, “vencidos, humildes, burgueses, plebeus e proletariado, o povo em suma” pudessem desfrutar dos conhecimentos da ciência, da liberdade, da fé e da razão, em uma “aliança benéfica e salvadora”. Dizia ele:

“Quem não trabalha não tem direito à vida; “Quem não raciocina não apreende a verdadeira concepção da vida” ; “ Quem não pensa não assimila a verdade e a justiça”; - e- “ Conforme pensardes, assim sereis”, são aforismos que deviam ser gravados em todas escolas, em todas as repartições públicas, em todas agremiações. Imaginae, por um momento, o que seria o nosso Planeta-Terra com Humanidade solidaria nos princípios da Moral e nas conquistas da Sciencia, vivendo na Paz de Espirito sob o sol da Liberdade que nascendo para todos lançasse os raios da Verdade e da Justiça, através do arco-iris da Bondade, da Belleza e do Trabalho! (THOMPSON, 1932, p.139 - 140).

O progresso em busca da consciência coletiva só era possível com a educação cultural do povo:

A evolução lenta dos costumes e o aperfeiçoamento constante das normas políticas, só podem ser feitas com a educação cultural de seus filhos e a organização do trabalho, sob seus aspectos sociais (THOMPSON, 1934, p.170).

Em sua 18ª palestra, intitulada “Relativamente às transformações sociais no mundo”, o intelectual salienta ainda que as grandes transformações sociais eram feitas à revelia dos conservadores, visto que essa “classe que nada produz”, acostumada a viver uma “vida faustosa e artificial” e de “luxo e conforto”, isto é, com “boas roupas, compostas de medalhões que adquiriram fama”, essa “élite sceptica e elegante” de senhoras que vivem no “*dolce-far-niente* que para grangear notoriedade, são sacerdotisas de uma caridade espalhafatosa e rumorosa”,

algumas, verdadeiras “réclames das academias de beleza, outras, confundindo santidade com hipocrisia”, não se importavam com “o resto da humanidade, com os que morriam de fome”. Para o Thompson, tais elites sócio-intelectuais-conservadoras, aliadas ao que chamava de classe parasitária do Clero Romano, aos “pseudo vigários de Christo, numa associação constante de favores mútuos”, formavam uma verdadeira barreira para o progresso mundial:

Infelizmente com essas classes a dos conservadores, propriamente dita, e a dos parasitas, se junta a elite intelectual. Quando nós falamos da elite intellectual, e que melhor seria dito elite social, que é uma daquellas duas, não nos referimos àquelles que, por sua sadia intelligencia, pelo esclarecimento de suas idéas e pelo culto da Liberdade, da Verdade e da Justiça, engendram por sua acção activa em palavras e obras, o advento de um Brazil melhor. (THOMPSON, 1934, p.145 - 146).

E mais, para Thompson, tais elites, ancoradas sobre laços de sociabilidade, por vezes familiares, acabavam por sobrepor seus interesses privados “o fermento das oligarchias” às demandas da sociedade. Neste ponto, cabe interromper a descrição e tentar interpretar tal afirmação. Fazendo-se uma abstração dos escritos do autor, parece haver uma crítica bem direta e fundamentada aos seguidores da doutrina política de Vilfredo Pareto (1848 - 1923) que, então, circulava, em especial, entre alguns membros da AAACJ e da ASB, entre os quais a jornalista Lina Hirsh (1868 - ?), e outros personagens, como Belisário A. de Oliveira Penna (1869 - 1939), Lúcio José dos Santos (1875 - 1944), Amélia de Rezende Martins, os quais eram simpatizantes da teoria do liberal fascista, que alguns chamavam de “o Karl Marx da burguesia”.

Em síntese, para Pareto, todas as formas de governo conduziam, em definitivo, à oligarquia. Na opinião dele, a estrutura política mais desejável parecia ser, conforme sinalizaram Mosca e Bouthoul (1968), em seu texto *As doutrinas fascistas e totalitárias*, aquela na qual “a fim de evitar a esclerose da classe dirigente”, fosse “possível a ascensão social aos indivíduos mais bem dotados”, isto é, apenas à “elite seleta”, compreensão que se identifica com uma “sociologia edificada com base na teoria darwinista de Gustave Le Bon e de Le Dantec” (MOSCA; BOUTHOU, 1968, p.384). E como qualquer oligarquia, essa classe tenderia a “transmitir seus poderes e prerrogativas a seus apaniguados; a *circulação de elites* (fórmula criada por Pareto) não poderia resultar senão da importância da “natalidade” para essa classe, como meio de instituir uma forte hierarquia” e de assegurar a seus descendentes “os lugares mais vantajosos, de posição ou agradáveis, contra a competição das classes populares e a ampliação de suas reivindicações” (MOSCA; BOUTHOU, 1968, p. 385).

De volta à perspectiva de Thompson, pode-se dizer que ele resume bem a atitude política oligárquica em relação à sua circulação e modo de vida na *polis, dans la ville et dans le monde*:

São esses todos que nada querem porque elles têm tudo, são esses que pretendem que o Brazil é deles, são esses que, numa minoria notória, querem ser os únicos representantes duma patria de mais de 40 milhões de habitantes. São esses que criam “o estado sou eu” (L’Etat c’est moi).[...] Dessas belas classes sociaes que as há em toda parte, as nações nada tem a esperar. Vivem **remplis d’eux-mêmes**, com tempo escasso para o mundanismo, nada produzindo por consequencia. Cultivam a futilidade e a frivolidade e por tal, bem felizes são os burguezes e os plebeus quando não são victimas Aliados ao Clero Romano numa associação constante de favores mutuos formam uma verdadeira barreira para o progresso mundial. Derrubassem os Mussolinis e os Hitlers, essas barreira e teriam prestado o maior serviço à Humanidade. Só quem não conhecer a Historia Universal, a Evolução Social e as deduções que esses estudos nos oferecem, é que dirá as nossas palavras não são expressão fiel da psychologia dessa gente que brilha, com as almas enclausuladas entre dois pequenos mundos: *le monde où l’on s’amuse e le monde où l’on s’ennuie*. (THOMPSON, 1934, p.147-148).

A perspectiva final, que acreditava ser a verdadeira causa das desgraças, das misérias e da dor da população, aquilo que batia às portas das Nações para “atordoarem os ares” e impregnarem um sentimento nefasto, orgulhoso e anti-patriótico - o *materialismo clerical jesuíta* – merecia um comentário amargo:

Há dias soubemos que um digno representante da Roma Papal, um padre de uma igreja parochial, tinha corrido com todos os pobres que se achavam na porta da igreja, sob o pretexto de que tiravam com essas esmolas, o beneficio da igreja. Pois bem, se nossos patrícios tirassem os obulos e esportulas da Igreja Catholica? Os pobres não poderiam ser mais beneficiados com isto? Deixemos de lado os idolos de barro, de gesso, de madeira e de ouro , e os sagrados corações que por ahi andam sangrando as bolsas para aumento das rendas de um Estado estrangeiro , como é o Vaticano. Digamos mais uma vez: Se os poderosos dos paizes da Terra abrissem mão do seu orgulho e das suas onnipotência e omniscencia; se os vencidos, os humildes, os burgueses, os plebeus, o proletariado, o povo, em summa, fizesse o mesmo de sua inveja, de seu despeito, de seu espirito de rebelião sempre latente, e todos procurassem mais amar à Patria – tolerantes entre si – e esclarecidos pelas luzes do espiritualismo, onde a Razão e a Sciencia fossem os dois braços da cruz de Christo – o redentor, teríamos a aliança benéfica e salvadora dos governos e governados, paes e filhos, chefes e subordinados, altos e baixos, mestres e discípulos, homens e mulheres, amos e servos, patrões e operários. Vinde ver e estudar as grandes massas proletárias (THOMPSON, 1934, p.150-151).

Neste ponto, fazendo um balanço parcelar, coloca-se o problema fundamental presente no discurso de Thompson. O entendimento de que o cristianismo jesuitizado, transformado em simples ópio para o povo, manifestado explicitamente nas atividades político-culturais, como

resultado de uma atividade prática e de uma vontade, na qual estava contida, uma filosofia enraizada na superstição, não permitia às massas progredirem politicamente.

Na interpretação do próprio autor, era necessário combater, reverter ou destruir essa ideologia ou doutrina, o que se deveria fazer por meio da demonstração da insuficiência teórica de seus defensores. O que é mais específico, nesse caso, é que Thompson enfrentou diretamente os produtores do mundo intelectual católico, nomeadamente homens e mulheres da produção de conhecimentos e da comunicação de ideias, nos âmbitos filosófico, teológico, histórico, jornalístico, literário, científico e educacional, vinculados, direta ou indiretamente, à intervenção político-social. Particularmente aqueles que assumiam a filiação religiosa como aspecto importante de sua identidade intelectual convertendo o catolicismo no princípio gerador de seus trabalhos no âmbito educacional.

Thompson atacava diretamente os defensores do mercado cultural jesuíta. Para ele a defesa dos “sentimentos cívicos, democráticos e espirituais do Brasil” também passava pela repulsa frontal e direta aos associados dos jesuítas, em especial, àqueles filiados à “Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus”.

Acontecia frequentemente que, por esta intrépida conduta, Thompson, foi altamente criticado, vigiado e censurado por uma *elite católica de produtores culturais*¹³⁰ particularmente de uma milícia inaciana formada pelo grupo ASB e antigos alunos e amigos da Companhia de Jesus. A prevalência desta oposição ficará mais clara ao se investigar, no próximo capítulo, esse grupo católico, em especial os que atuavam diretamente como jornalistas filiados à ABI, pois interpretar tal grupo inclui compreender suas redes de sociabilidade, o seu tipo de inserção tanto nas estruturas burocráticas do Estado brasileiro dos anos 1930, como no mercado editorial e no rol de instituições que financiavam as empresas jornalísticas.

Dessa forma, problematiza-se, de maneira geral, como o organismo católico organizou-se para, em decorrência do temor que a Igreja tinha à difusão do comunismo ateu e à propagação de outras religiões e ideologias, como a maçonaria, o espiritismo e o protestantismo, defender-se dos ataques do intelectual e dos demais membros da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo (CNPEL). A imprensa católica, nesse sentido, foi um instrumento fundamental que a Igreja disponibilizou para esse embate e, por isso, o capítulo se aterá em investigar mais detalhadamente os principais representantes desse processo, suas redes e a natureza e

¹³⁰ A categoria segue a mesma conotação de Vieira (2019). Nesta acepção, “produtores” pode designar um grupo formado por dirigentes, diretores e fundadores de instituições culturais, incluindo-se, periódicos.

intensidade dos seus laços socioprofissionais e afetivos, o que será realizado associando tal procedimento à prática das biografias coletivas.

É a partir desta apreensão analítica que será possível verificar a dinâmica ideológica e os verdadeiros objetivos por trás do fluxo da retórica política, assim como os esforços encetados do grupo quanto a execução do projeto inaciano de *neocristianização* da Igreja no Brasil.

4 UM ESBOÇO PROSOPOGRÁFICO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NA IMPRENSA.

4.1 As “vestes negras” da censura católica.

No *momento actual* está o publico privado das valorosas licções de moral, de sciencia, de administração, de philosophia e de disciplina do digno official – general da nossa Armada, grande patriota que só visa a grandeza do seu Brazil, a ordem nos negócios nacionais e a paz de espirito de uma humanidade generosa, educada e trabalhadora. O que seria escutado como tem sido por trez mil pessoas, será agora lido por dez mil. O discurso oral é a manifestação da idéa, como o é o discurso escripto. Não se deve suprimir o orador, como não se póde eliminar o escritor. O Editor. Rio, 1º de Setembro de 1931. (THOMPSON, 1931, p.9).

É evidente que uma atuação política dessa espécie, como a experienciada por Thompson, não ficou despercebida ao clero e ao laicato, que, advertidamente, passaram a acompanhar os passos do intelectual e de outros membros da CNPEL em seus ciclos de palestras pelo país. A prevalência relativa dessas oposições fica muito clara, entre outros, no seguinte excerto, intitulado “Assim fazem os mineiros”, de *O Apóstolo*¹³¹, órgão da congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro¹³², editado em Florianópolis (SC), sob direção de Heitor Dutra (secretário), José da Rocha Ferreira Bastos (diretor) e Francisco Miguel da Silva (gerente). Ao ler a matéria, é possível perceber a satisfação do articulista ao descrever o modo como os mineiros reagiram às conferências de Arthur Thompson proferidas no teatro Municipal da Capital de Minas Gerais em meados de 1934:

O famoso anticlerical, almirante Artur Thompson; anunciou conferencias religiosas no teatro municipal da Capital de Minas. Logo na primeira atacou a religião católica. Enérgico protesto de uns tantos homens e moços no auditório. Alguns anticlericais dizem desaforos. Os católicos, quase todo o auditório, levantam-se ameaçadores, declarando que decididamente não admitem ataques contra aquilo que lhes é o mais caro. Pegam no almirante e levam-no para fora. A polícia lhe proíbe de reiniciar suas conferencias - Os mineiros têm brios. Si todos os católicos fossem assim! (ASSIM ... 1934, p.3).

¹³¹ O periódico *O Apóstolo* circulou, com regularidade, entre 1929 e 1959. Segundo Dandara de Oliveira (2020, p.8), “sua produção, em um primeiro momento, era de responsabilidade do Apostolado de Oração da Catedral Metropolitana, mas a partir de março de 1931 passou a ser editado pela Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro, grupo de católicos leigos formado por homens membros da elite urbana da cidade”.

¹³² De acordo com Oliveira, D. (2020), a Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro foi fundada em 1918, com congregados provenientes da elite urbana, geralmente profissionais liberais. Em maio de 1933, a Congregação contava com 70 membros.

Longe de ser a única objeção católica no período¹³³, a transcrição acima apenas exemplifica a posição de alvo prioritário desse “famoso anticlerical” presidente da CNPEL. A censura foi outro meio usado pelos católicos, em especial por um grupo de intelectuais *pró-jesuítas* que atuavam como jornalistas filiados à Associação Brasileira de Imprensa (ABI)¹³⁴, alguns deles vinculados diretamente (por relações de parentesco e/ou de amizade) às empresas que “ocupavam lugar de destaque no elenco dos principais anunciantes de jornais ou no rol de instituições que concediam ‘facilidades’ a empresas jornalísticas” (ABREU, J. 2000, p.39), tais como: a Companhia Siderúrgica Nacional, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, as Docas e os Correios e Telégrafos¹³⁵.

Em alguns momentos da narrativa de *A verdade sobre Jesus: a religião de nossos pais; a religião de nossos filhos*, opúsculo publicado pelo Centro Espírita Redemptor (CER) em 1936, o prefaciador tece uma visão bastante peculiar sobre essa relação entre publicidade oficial e geração de receitas dos jornais, evidenciando que os artigos escritos em *A Patria* e *Tribuna de Petropolis*, em dezembro de 1929 e abril de 1930, por Thompson, sob o pseudônimo *Racionalista Cristão*, foram duramente censurados e os periódicos ameaçados por “colaboradores dos jesuítas”¹³⁶, que pressionavam, “por detrás das cortinas”, em favor dos cortes de suas receitas:

a pesar de pretender se ocultar por detrás das cortinas do “Diário de Petropolis”, estas deixaram, sob o reflexo da luz, transparecer as **vestes negras** com fachas pretas e roxas, bem como as meias roxas e os sapatos de entrada baixa, além dos mantos de Saragoça, cordões de lã sustento crucifixos,

¹³³ Em matéria publicada em 18 de março de 1934, no jornal *A Cruz*, é possível ver a pressão exercida ao *Jornal do Brasil* quando este “órgão conservador, orientador moderado da opinião pública”, “manifestamente simpatizante com a Religião Católica”, magoou a “delicadeza dos sentimentos religiosos de uma boa parte de seus leitores com a facultação das suas colunas a sementeiras ímpias ou heterodoxas” para intelectuais doutrinados pelo espiritismo racionalista. “As suas páginas veem inserindo reportagens de mal disfarçado espiritismo [...]. Não somos ingênuos em atribuir ao ‘Jornal do Brasil’ o pensamento de estar contribuindo para desvendar fenômenos de valor científico... O espiritismo é a mais nefasta praga mental, social e pseudo-religiosa, que infesta o nosso povo. Todas as grandes autoridades psiquiatras o afirmam. Entretanto o ‘Jornal do Brasil’, amigo do povo, defensor do povo, cuidadoso dos interesses do povo, propina o veneno do espiritismo ao povo! O contradição! (PRÓS e CONTRA, 1934, p.1).

¹³⁴ De acordo com informações do verbete “Associação Brasileira de Imprensa”, disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, “a ABI foi fundada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 7 de abril de 1908, com o nome de Associação de Imprensa. Recebeu a denominação atual, em 1913, “sob a liderança do repórter catarinense Gustavo de Lacerda e um grupo de nove jornalistas, como Herbert Moses, Danton Jobim, Prudente de Moraes Neto, Barbosa Lima Sobrinho e tantos outros. A atual sede da ABI foi inaugurada em 10 de setembro de 1938. Em relação aos seus primeiros tempos, estatuto, membros e gestores desde o ato de fundação até meados de 1999, com o relatório do último período de atividades, sob a direção do então presidente Barbosa Lima Sobrinho, ver: Morel e Lopes (2009.).

¹³⁵ Conferir a relação entre tais empresas e a imprensa em: Abreu, J. (2000) e Lacerda (2007).

¹³⁶ Provavelmente o prefaciador referiu-se a um dos redatores de *A Patria*, o militante católico Everardo Backheuser e a seus colaboradores: Amorim Neto e Domingos Robim. Em relação à *Tribuna de Petropolis*, é interessante observar a colaboração de Afonso Celso, Cândido Mendes e Belizario de Souza. Os dois primeiros, fundadores do *Jornal do Brasil*. Todos membros da Associação Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ). Ver a relação de jornalistas católicos no Quadro VII deste capítulo.

os pés sem meias nas sandálias; e não podendo ele aparecer abertamente nas janelas, ficou nos bastidores a animar os seus fracos defensores, pobre gente de inteligência medíocre, verdadeiros ignorantes da historia dos povos e das religiões, desconhecendo-se a eles proprios como espirito e corpo, vivendo debaixo da pressão do “CRÊ OU MORRE”, verdadeiramente apavorados com o “INFERNO” e o “PURGATÓRIO”, criações grotesca dos mentores religiosos, para proveito das suas requintadas panças e das suas almas cheia de ociosidade e de malícia, visto não ocuparem o tempo com o trabalho honesto, como é obrigação de todos os sêres humanos. Mas como era de esperar, ficaram depressa exaustos; não tendo argumentos sólidos para destruir a Verdade, fizeram umas arremetidas acaninadas, não contra o autor das duras verdades, mas contra a “Tribuna de Petropolis”, como se ela tivesse alguma culpa no caso, pois, sendo uma casa de negocio, em parte, como é o “Diario de Petropolis”, nada tem que vêr com aquilo que sêres de verdadeira idoneidade moral e material, assinam e pagam para publicar nas suas colunas (THOMPSON, 1936, p.5-6, grifo meu).

Aqui há um ponto que não se pode negligenciar. Vale lembrar, em consonância com Smith (1997), Sodré (1999) e Lacerda (2007), que a receita de muitos jornais na década de 1930 provinha mais da publicidade privada ou do Estado do que das vendas dos jornais. Como assevera Lacerda (2007, p.18), “essa relação financeira deixou a imprensa bastante vulnerável, porque, em parte, sua sobrevivência dependia dela”. As ameaças de cortar a publicidade eram tão significativas para alguns jornais quanto a censura imposta. “Ambas limitavam a liberdade de atuação”.

Em uma reunião no salão dos despachos do Palácio do Catete, em janeiro de 1936, pode-se constatar a preocupação expressa por Getúlio Vargas (1882–1954) com relação à “comunicação dos fatos políticos” no país, tema a respeito do qual destacou a forma “vigorosa, brilhante, sincera e altamente patriótica” com que a imprensa brasileira, representada pela pessoa de Herbert Moses (1884–1972), presidente da ABI, “colaborou no trabalho de repressão do comunismo”. No discurso, Vargas enfatizava a necessidade de se manter tal compromisso, destacando que se tornaria proibido qualquer notícia que viesse a “perturbar” o governo. Dessa ação da imprensa, salientava não só o aspecto colaborativo repressivo, mas a necessidade de manter o espírito público num ambiente de grande receptividade, “a fim de que se conservasse sempre desperto também o sentimento de reação contra o comunismo e o desejo de colaborar com o governo, nas medidas de repressão” (A Cruz, Rio de Janeiro, 12 jan. 1936, p.1-2).

Para finalizar, e como forma de alertar aos jornalistas, Vargas, então, nomeou uma comissão encarregada de investigar e organizar uma lista de “todos elementos comunistas” que exerciam função pública ou nos estabelecimentos de crédito, ou em instituições particulares ligadas ao governo para que pudesse “tomar as medidas necessárias”. A Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC) foi composta pelo deputado ruralista Adalberto Correia

(1888-1954) (presidente), que, no exercício de suas funções, “propôs e fez aprovar uma requisição afirmando que as medidas de repressão ao comunismo não podiam ficar sujeitas à morosidade dos processos judiciais”¹³⁷. Vale lembrar o fatídico episódio do pedido do presidente da CNRC para a imediata prisão de Anísio Teixeira, ex-secretário de Educação do Distrito Federal. Faziam parte também da CNRC “o general católico” José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959)¹³⁸ e o contra-almirante Dário Paes Leme de Castro (1878-1961).

Após o discurso de Vargas, Herbert Moses, em nome dos jornalistas presentes, entre os quais um dos redatores de *A Cruz*, introduzido pelo comandante Ernani Amaral Peixoto (1904-1989), então oficial de dia, futuro genro de Vargas¹³⁹ e filho da militante católica Alice do Amaral Peixoto (1873-1954)¹⁴⁰ respondeu:

“Sr. Presidente – A diretoria da Associação Brasileira de Imprensa, reunida hoje, com a presença do representante da Associação Pulista de Imprensa, resolveu consignar na ata da sessão de hoje, a magnífica impressão causada pelo gesto de V. Ex. congregando aqui, nesta tarde, os jornalistas. Sr. Presidente, as palavras que V. Ex. nos disse, foram para nós muito confortadoras e apenas confirmaram aquilo de que já tínhamos ciência: que nós jornalistas quando fazemos campanha dessa ordem, realizamo-la espontaneamente e movidos apenas por princípios de alto patriotismo. E ficou provado mais uma vez que o jornalismo e o governo podem se encontrar perfeitamente, quando se trata de uma campanha pelo Brasil, como a atual. Não sei se algum colega desejará falar. Não quero monopolizar para mim a palavra. Quero agradecer em nome da Associação Brasileira de Imprensa a recepção que V.Ex. nos dá e fazer votos para que esse início de contato entre jornalistas e o Presidente da República se repita muitas vezes, porque sou também de opinião que o conhecimento dos homens e da sua íntima aproximação, somente pode haver vantagem recíproca para o governo de V. Ex. e para nós, jornalistas.” (*A Cruz*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1936, p.1-2).

¹³⁷ Essa informação pode ser visualizada também em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC; FGV (2009).

¹³⁸ Um indício sobre a filiação de José Pessoa ao catolicismo pode ser verificado na página do *Museu Virtual Brasília*, disponível em: <http://www.museuvirtualbrasil.org.br/PT/personalidades.php?ator=marechal>. Acesso em: 29 jan. 2021.

¹³⁹ Casou-se com Alzira Vargas, filha do presidente G. Vargas, em julho de 1939. Conferir verbete biográfico de Ernani A. Peixoto em Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC; FGV (2009). Ver, também: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

¹⁴⁰ A evidência mais clara do convite ter se estendido ao Jornal *A Cruz* é expressa na rede católica à qual Herbert Moses estava inserido. Vale lembrar que Alice do Amaral Peixoto (1873-1954) – progenitora de Ernani – foi sócia-fundadora da Federação das Bandeirantes do Brasil. Participou de diversas campanhas beneficentes ao lado de diversas intelectuais católicas, como a Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta e a campanha social para angariar donativos para o Preventório, ocorrida em 1938, no Club de Regatas de Icarahy e promovida pela Sociedade de Assistência aos Lázaros, da qual assumiu a direção. Alice também fez parte da Associação das Senhoras Brasileiras e foi presidente da Associação das Violetas de São Vicente, na década de 1940. Ver: Garden Party (1935, p.7); Associação das Senhoras Brasileiras (1935, p.8); Federação das Bandeirantes (1936, p. 1); Sociedade de Assistência aos Lázaros (1938, p.1) e Fundação Oswaldo Cruz (1935).

Revelar aqui a identidade cristã dos presentes na reunião não é casual. Em matéria de tomada de decisão política, é bastante reveladora a relação de interdependência desse grupo com o universo religioso, particularmente o cristianismo católico. Note-se que, no cruzamento entre o âmbito religioso e o político, encontra-se o *comunismo*¹⁴¹ como temática principal. É sabido que o comunismo foi o principal pólo repulsivo e destrutivo daquilo que os católicos mais respeitavam no período, enfaticamente a “concepção de família, o trabalho e a tradição”¹⁴² (COUTROT, 2003, p.337). Sua negação constituiu-se em base identitária para o fortalecimento da concepção de mundo compartilhada entre os católicos; afinal, não se pode separar do estudo a relação das forças religiosas, das quais o comunismo é, de certo modo, o reverso.

Em matéria do jornal *A Cruz*, datada de 2 de agosto de 1931, por exemplo, o jornalista afirma ser o comunismo soviético “em toda extensão da palavra, o inimigo declarado de Deus e do gênero humano”, visto que “se opunha diretamente a cada princípio divino e humano”. Nessa acepção, enquanto o cristianismo era responsável por sustentar os direitos de Deus e do homem, o comunismo era essencialmente anticristão:

Enquanto o cristianismo é o sustentador dos direitos de Deus e do homem, o comunismo soviético é essencialmente anti-cristão; assim, moralmente falando, é, na sua expressão social, como também na sua preparação, o proprio anticristo. Por isso a Igreja Catolica que é o verdadeiro e genuíno cristianismo, elevou a voz, pela boca de seu Augusto Chefe, o Papa, contra este inimigo de Deus e dos homens; voz de encorajamento aos povos, vóz de exhortação para orações a todos cristãos, também aos dissidentes, mas principalmene aos seus filhos, os católicos, dispersos por todo o mundo. Como é sabido, o Santo Padre

¹⁴¹ Difícil conceitualizar o termo *comunismo* na atmosfera histórica que cerca a *América Latina*, visto que o conceito sofreu deturpações graves, sendo generalizado a ponto de tornar-se sinônimo de qualquer movimento de esquerda ou protesto sócio-político, conforme apontou Jean Carillo de Souza Silva (2015). Nessa perspectiva, também coaduno com Chauí (2014), quando afirma que, no Brasil, o termo “comunismo” é ambíguo e não tem um sentido preciso, mas, sim, “um amplo espectro de significações”. Contudo, entre todas as acepções, o aspecto comum é o de que todos convergem “para imagem de subversão e destruição da ordem vigente por agitadores que usam as insatisfações dos pobres para levá-los à revolta” (CHAUI, 2014, p.77). Outra consideração importante, seguindo a mesma linha analítica de Pedro F. Barros de Oliveira (2019), é que o discurso anticomunista produzido pelos intelectuais católicos deve ser analisado a partir de uma lógica não homogênea e de um discurso não monolítico, ou seja, tal discurso é parte de uma dialética voltada contra a modernidade, o socialismo, a maçonaria, o anticlericalismo, entre outras, ideologias cujo sentido se detém, conforme apontou Peixoto (2016) citado por Oliveira, P.(2019, p. 29), “numa temporalidade restrita”. Sobre o conceito, ver, também, o *Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 1988). A edição aqui referenciada faz parte de um dossiê a respeito do documento, publicado em um número da *Revista de Estudos Avançados*, da Universidade de São Paulo, na ocasião dos seus 150 anos. Cf., ainda, *Intelectuais e Comunismo no Brasil: 1920 – 1950* de RODRIGUES, C. (2011).

¹⁴² Como assevera Coutrot (2003), era um “sistema destrutivo” de um modelo de sistema de valores que privilegiava “enfaticamente a família, da qual a pessoa é indissociável, o trabalho e a tradição”. Para o catolicismo existe “uma ordem natural que compreende inevitável desigualdades, e governar é, antes de tudo, gerir essa ordem natural”. É certo que um sistema como esse, para se tornar um fator sócio-histórico real, deveria ser recebido e adotado por indivíduos concretos que se constituem como tais em ambientes de socialização caracterizados por subculturas específicas. Contudo, para a autora, ele é bastante revelador de uma concepção de mundo amplamente compartilhada pelos católicos e que os orienta para as forças de conservação (COUTROT, 2003, p.337).

Pio XI, na Carta ao Cardeal Vigário de 2 de fevereiro de 1930, referiu-se a um dia de expiação pela Rússia, celebrada em 19 de março do mesmo ano, e na alocução ao consistório secreto de 30 de junho, depois de ter deplorado a perseguição religiosa na Rússia, estabeleceu que “as preces que o nosso antecessor de f.m. Leão XIII, ordenou fossem recitadas depois da missa pelos sacerdotes e pelos fieis, sejam ditas por esta particular intenção, isto é, pela Rússia” (*A Cruz*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1931, p.1).

Para o articulista, estava provado, naquele momento, que foi a doutrina bolchevista russa que conduziu a China e a Espanha a se tornarem adeptas à revolução soviética, levando tais países à ruína espiritual.

O intuito de uma revolução universal está também manifesto no título que lhe foi dada: “União das Republicas Socialistas Soviéticas” (URSS), onde, anulada qualquer referência à nação russa, permanece unicamente o nome genérico dado a todas as outras republicas socialistas soviéticas, que queiram surgir em todas as outras nações com revolução comunista, para se unirem ao único tiranismo soviético. E está provado por fatos que em todas as nações o comunismo soviético preparou e conduziu sedições comunistas, posteriormente na China e recentissimamente na Espanha, onde sua obra prossegue sorrateiramente para obter um completo sucesso (*A Cruz*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1931, p.1).

O artigo é finalizado na edição de nº 32, em 9 de agosto de 1931, sob o título “Abolição da Igreja e da Família”:

Os dois grandes inimigos deste sistema são a Igreja e a Família; por isso, devem ser destruídas. Isto é demasiado conhecido por todos, e não é necessário entrar em minúcias. Deve, porém, ser evidenciado o máximo esforço anti-religioso do bolchevismo aplicado a juventude. É considerado um delito contra a revolução ensinar a religião às crianças e adolescentes, ao contrário, é obrigatório aos mestres ensinarem o ateísmo em todas escolas. Segundo o novo código de 1926, os países não podem legalmente determinar a religião de seus filhos (art.37), mas uma criança de 5 anos pode se declarar atéia! Com este sistema, numa ou em duas gerações, os comunistas esperam destruir a civilização cristã em uma nação de 180 milhões de homens, assim tornados ateus persuadidos de serem apóstolos do novo evangelho a todo mundo é por eles efetuada. (ABOLIÇÃO... 1931, p.1).

É verdade que o comunismo provocou alguns dos debates mais turbulentos de nossas crônicas políticas, inclusive na década de 1930, quando o sentimento anticlerical intensificava-se com os acontecimentos políticos espanhóis. Além disso, também os ataques diretos à CNPEL estavam embasados nessa “associação explícita” do comunismo judaico bolchevista como

conspiração maléfica e anticristã¹⁴³. A própria CNPEL era, na verdade, considerada pelos católicos do período como “cria da maçonaria internacional e do bolchevismo judeu soviético”¹⁴⁴. Contudo não se pode evitar aqui uma pergunta preliminar: como ou até que ponto a filiação a uma Igreja modelou as atitudes políticas desses jornalistas reunidos no Palácio do Catete? Ou, para usar a formulação de Aline Coutrot (2003, p.335), em “Religião e política”, “por quais vias as forças religiosas intervêm no domínio do político a ponto de constituir uma dimensão deste?”

Para a autora, frequentemente as decisões políticas, ou a maneira como são tratados alguns problemas da sociedade nacional e internacional, relativos à ética e à cultura, são subtendidas por um sistema de valores cristãos. Isso não é tudo: a imprensa “como agente de modernização política” constitui-se em verdadeiros órgãos militantes, movimentos e redes de difusores de ideologias. A influência da mensagem cristã é tanto maior na medida em que os responsáveis pela difusão são, em geral, os fiéis que mantêm estreitas relações com movimentos confessionais no seio de uma comunidade. Geralmente socializados por práticas coletivas, consensuais e afetivas, tais sujeitos adquirem, por meio das experiências vividas nas paróquias, na missa semanal, no cerimonial, nos ritos repetitivos, “um sistema de valores muito profundamente interiorizado que subentende suas atitudes políticas” (COUTROT, 2003, p.336).

Sob esse prisma, alguém poderia espantar-se com a quantidade daqueles que se declaravam espontaneamente como “militantes e católicos” ou “católicos praticantes”¹⁴⁵ nos círculos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Os indícios documentais sugerem que a presença de Herbert Moses (1884-1972) na presidência da ABI foi muito importante para atuação política desse grupo.

¹⁴³ Nos ateremos, exclusivamente, ao *mito da conspiração judaico-comunista* e às suas manifestações anti-semitas mais adiante, ao analisarmos alguns discursos que circularam nos jornais católicos no período de 1930. Por ora, pode-se adiantar, como bem afirmou Rodrigo Patto Sá Motta, que tal “período correspondeu ao mais crítico e mais violento de toda campanha anti-semita”, portanto, “anticomunista bolchevista”, visto que os dois são fenômenos profundamente ligados aos desdobramentos do mundo contemporâneo (MOTTA, 1998, p.1).

¹⁴⁴ Ver: *A Cruz*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1932, p.1.

¹⁴⁵ Os termos “militante” e “católico” aparecem sempre em referência à atuação no apostolado organizado da Ação Católica. Conferir, por exemplo: *A entrevista... A Nação*, Rio de Janeiro, 21 mar.1933, p.3; *A intrepidez de Pio XI. A Ordem*, Rio de Janeiro, 18 set. 1937, p.2; *A intrepidez... A Cruz*, Cuiabá, 1 jan.1938, p.1; *Jornal do Commercio*, 4 ago.1937, p.9. A expressão “católico praticante” é mais frequente e se relaciona diretamente ao “ato de praticar a fé católica”. Assim como a militância, ele exigiria muito mais do que o comparecimento às missas ou ser batizado, por exemplo, mas implicaria a experiência da conversão, que, grosso modo, seria, conforme assinalou Hervieu-Léger (2008), uma espécie de reordenação psíquica criativa dos hábitos de vida, realizada por meio de um vasto repertório cultural traduzido em uma leitura do catolicismo. Essa designação identitária aparece em muitas ocorrências nos jornais. Só para o período em estudo (1929-1939) são aproximadamente 455 sinalizações.

Edmar Morel e Maria Ester Lopes (2009), asseveram que o intelectual foi sufragado a presidente em 23 de maio de 1931, sendo sucessivamente reeleito ao longo de 33 anos. Uma das grandes preocupações de Herbert Moses, segundo os autores, era a construção da sede própria da ABI. Com a doação do terreno, Moses elaborou um plano para construir um edifício de 13 andares. Contudo, faltou dinheiro para a finalização da obra e “o ministro Osvaldo Aranha, grande amigo de Herbert Moses, conseguiu do governo federal uma valiosa doação”.

A observação e o cotejo do itinerário de Moses, com finalidades *prosopográficas*, permite afirmar que essa relação entre o intelectual (representando a imprensa) e o Estado, marcada por tal concessão financeira ou “troca de favor”, não foi a única. Os empréstimos também vieram de outras fontes, particularmente, católicas¹⁴⁶.

Como se verá mais à frente, Moses estava conectado a uma rede com aproximadamente de 127 intelectuais católicos que militavam fervorosamente na campanha “Pró Companhia de Jesus no Brasil”, principalmente após a repercussão dos acontecimentos políticos espanhóis, onde organizaram-se mais intensamente em defesa da Ordem. O próprio Moses inseriu-se ativamente em uma dessas manifestações, especificamente na Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta, promovida entre os anos 1933 a 1935 pelo organismo Ação Social Brasileira (ASB), em parceria com alguns membros da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (APCDF)¹⁴⁷ e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)¹⁴⁸.

Em estudo anterior (HAYDN, 2017), foi possível analisar esse projeto político da ASB, que, em essência, constituiu-se em um planejamento para a fundação de uma instituição educacional e de assistência social: o Edifício Anchieta. Em linhas gerais, o plano tinha dois

¹⁴⁶ Não se pode ignorar a rede católica pela qual estava inserido o ministro do governo getulista Osvaldo Euclides de Sousa Aranha (1894-1960). O mais curioso é vê-lo grassando espaços, como o Jockey Club do Brasil, junto com o seu presidente Lineu de Paula Machado (1880-1942) e sua esposa Celina Guinle de P. Machado (1887-1974), então membros da sociedade civil católica Ação Social Brasileira. Aranha era membro da Federação Carioca de Hipismo (FCH) e da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos de Corrida (ABCCC), cujo fundador era o militante católico Ricardo Xavier da Silveira (1869-1915), também colaborador da ASB e da Campanha Pró-Edifício Anchieta (1933-1935). Vale mencionar que Aranha foi presidente do evento comemorativo em homenagem a d. Sebastião Leme, promovido pela junta arquidiocesana de Ação Católica em meados de 1938. Sua esposa era membro da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPPF), ao lado de outras lideranças católicas, como: Jeronyma de Mesquita (1880-1972), América Xavier da Silveira (1892-?), Alice Carvalho de Mendonça (1873-1954), Alice Amaral Peixoto (1881- 1951), Amélia de Rezende Martins (1877-1948), Baronesa de Bonfim (1862-1953), dentre outras. Ver: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1930, p.6; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1930, p.10; *A Noite*, Rio de Janeiro, 27 out. 1938, p.2; *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 set. 1938, p.2; e Lopes, L. (2012).

¹⁴⁷ Sobre a APC do Distrito Federal ver: Sgarbi (1997; 2001).

¹⁴⁸ Sobre o do IHGB, ver: Guimarães (1988); Pillar (2001); Gomes, A. (2009). Uma outra referência interessante sobre o IHGB é a separata da Revista do Instituto escrita por Virgílio Corrêa Filho, sob o título *Como se fundou o Instituto* (CORREIA FILHO, 1962). Nela, o autor tece toda a trajetória histórica do IHGB, desde os seus fundadores, membros e colaboradores, assim como suas principais iniciativas, programas e objetivos até meados da década de 1960.

objetivos bem específicos, que variavam conforme o seu público alvo: uma proposta de “defesa nacional”, de crescimento industrial por meio da formação das *Vilas operárias* e da implantação dos *Recreatórios para o povo*, e uma proposta de valorização e de modernização agrícola, com a implantação dos *Patronatos* ou *Núcleos*¹⁴⁹.

Nesse programa, a preocupação estava em tornar o homem nacional um trabalhador adaptado à nova realidade urbano-industrial, por meio do desenvolvimento de uma *ética* do trabalho que contivesse o potencial criminoso que acreditavam existir nas camadas populares. Um processo de formação disciplinar e de arregimentação de trabalhadores via, principalmente, mulheres e crianças desvalidas, que organizaria as atividades profissionais nacionais. Aqui, não há um objetivo de emancipação popular pela educação, visto que, para o “povo”, “as crianças, que andam soltas pelas ruas”, para os “vagabundos”, não era necessária - segundo a presidente da ASB - “uma formação instructiva”, pois a “alfabetização sem uma direção segura que encaminhe para o bem” é uma “praga”. E como “cada paiz está sujeito aos seus problemas peculiares”, o que precisamos em “primeira mão são *homens de bem*. O homem rustico, forte e educado, embora sem instrução”, este é o principal “fator de prosperidade para Patria” (MARTINS, [1931?], p.81).

Por outro lado, e como segundo objetivo, a ASB energizava a possibilidade, ou a aspiração, de constituir-se em um empreendimento que, a partir do ano de sua fundação, dedicar-se-ia à formação de uma *elite católica* e à produção de uma versão católica tomista-leonina¹⁵⁰ da história nacional, o que realizaria por meio da veiculação de uma cultura política associada à pregação da dimensão social da Igreja, presente na encíclica *Rerum Novarum* (1891), e defendida e validada, por Pio XI, na encíclica *Quadragesimo Anno* (1931). Com vistas ao sucesso de seus planos e expectativas, a ASB confiaria na ação do apostolado educacional e social, que a instituição continuaria a exercer por todo país. Numa tentativa de

¹⁴⁹ O projeto político cultural e de organização social denominado *Núcleos* foi publicado preliminarmente na obra *Estudos sobre os problemas sociais e o feminismo* (1924), pela militante e colaboradora do movimento católico social brasileiro, Amélia de Rezende Martins (1877-1948) no início dos anos 1920. Mais especificamente, trata de um projeto de ruralização do ensino e do trabalho feminino, que teve como objetivo a racionalização e distribuição das mulheres pelas atividades rurais e urbanas. O projeto é incorporado posteriormente no plano geral da ASB como uma das estratégias para se integrar a classe trabalhadora em um programa de adestramento profissional, de educação moral e de higiene coletiva. Uma proposta política, agrária e sanitária, mas também católico-educadora, que tinha como fito conter os fluxos migratórios para as cidades, vitalizar a produção rural e fortalecer a família pela propriedade do lar e pela educação salutar, moral e cristã.

¹⁵⁰ A defesa das teses filosóficas tomistas, no seio da cultura católica, também pode ser verificada na publicação da encíclica *Aeterni Patris*, de Leão XIII (4 de agosto de 1879). Pio XI valida a doutrina de santo Tomás de Aquino nas encíclicas *Doctor Angelici* (1914), *Studiorum ducem* (1925), *Divini illius magistri* (1929) e *Quadragesimo Anno* (1931).

ler a realidade educacional do Brasil à luz de Tomás de Aquino (1224/5-1274)¹⁵¹, o grupo pretendia demonstrar que a filosofia neotomista não foi, de todo, fechada ao diálogo com o mundo moderno¹⁵².

A sociedade civil ASB, objeto de nosso estudo, era composta por 30 intelectuais católicos leigos, sendo a sua diretoria formada por cinco mulheres: Amélia de Rezende Martins (1877-1948), presidenta; Anna Nabuco de Abreu (1873-?), 1ª vice-presidenta; Zelia Jacy de Oliveira Braune (1883-?), 2ª vice-presidenta; Maria Junqueira Schmidt (1901-?), secretaria; Maria Eugenia Barbosa de Oliveira (1904-?), tesoureira. No Conselho Consultivo estavam presentes 8 conselheiras e 17 conselheiros¹⁵³:

Conselheiras: Condessa Amalia Matarazzo, Marietta Penna, Branca Ribeiro Guinle, Hortencia Weinschenck, Olga Burnier de Assis, Celina Guinle de Paula Machado, Isabel Jacobina Lacombe e Elisa Rezende. Conselheiros: João de Assis Lopes Martins, Flavio Lyra da Silva, Fernando Magalhães, Raul Leitão da Cunha, Affonso Penna Junior, Alfredo Gomes, Oscar Weinschenck, C.A. Barbosa de Oliveira, José Piragibe, Lucio José dos Santos, F.T. de Souza Reis, Octavio Pinto, Linneu de Paula Machado, Alceu Amoroso Lima e Belisario Penna. Consultor jurídico: Levi Carneiro. Colaboração: Jonathas Serrano¹⁵⁴ (*A Noite*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1931, p.2).

¹⁵¹ Uma perspectiva mais abrangente para a empreitada teológico-filosófica de Tomás de Aquino ao longo de sua trajetória intelectual pode ser verificada na obra *Tomás de Aquino*, organizada pelos autores Norman Kretzmann e Eleonore Stump e publicada, em sua primeira versão, em 1993. Nela, os autores ampliam a visão restrita de alguns estudiosos que, “simpáticos ao cristianismo intelectual de Tomás”, insistem em “vê-lo apenas como teólogo, em vez de filósofo” (KRETZMANN; STUMP, 2019, p.19). Em síntese, pode-se dizer que o objetivo dessa coletânea é mostrar um conhecimento mais amplo e uma avaliação mais profunda da filosofia de Aquino, fornecida em conexão com os desenvolvimentos intelectuais mais importantes do período em que viveu, como a ascensão da universidade, a recepção de Aristóteles e o conflito de faculdades, considerando, na análise, as circunstâncias sociais, históricas e culturais de seu pensamento. Uma importante referência para a compreensão do que viria a ser a substância medular ortodoxa da filosofia cristã.

¹⁵² Ivaldo Oliveira dos Santos (2010), ao propor uma reflexão a respeito do *neotomismo*, considerando Hirschberger (1963) e Campos (1989), afirma ser possível dividir a sua história em quatro fases, sendo elas: “1) Fase preliminar (1736-1879). Trata-se dos antecedentes e de todo o movimento filosófico que culminou com o surgimento do neotomismo. Esse movimento teve sua inauguração oficial com a publicação da encíclica *Aeterni Patris* do Papa Leão XIII [...]. 2) Fase Tradicional (1879-1918). Essa fase é marcada por um grande esforço em comentar a obra de Tomás de Aquino, especialmente a *Suma teológica*, e de rejeitar a filosofia moderna. 3) Fase de Transição (1918-1945). Trata-se de uma fase dentro do neotomismo que coincidiu com grandes e delicados problemas vividos pelo Ocidente no século XX. Entre esses problemas, cita-se: a grande depressão econômica da década de 1930, os regimes totalitaristas implantados em países como Alemanha, Itália e Rússia e a segunda guerra mundial (1939-1945). Essa fase é marcada por uma postura tradicional, ou seja, um prudente zelo em torno da obra de Tomás de Aquino. Essa prudência manifestava-se por meio dos comentários à obra do Aquinate. Todavia, nessa fase, já se encontra um diálogo do neotomismo com o pensamento filosófico moderno e contemporâneo. 4) Fase contemporânea ou progressista (1945 até os dias atuais). Nessa fase, continua a existir a prudência em torno da obra do Aquinate. Uma grande preocupação do neotomismo é a real interpretação do pensamento de Tomás de Aquino. Todavia, nesta fase também há uma abertura para o pensamento filosófico moderno e contemporâneo. Procurando, com isso, integrar o tomismo dentro dos debates filosóficos atuais. É preciso esclarecer que essa integração não representa uma negação das teses centrais do tomismo. Pelo contrário, mantendo sua identidade filosófica, o neotomismo procurou dialogar e até mesmo criticar as correntes filosóficas contemporâneas” (SANTOS, 2010, p. 49).

¹⁵³ Ver dados biográficos individuais de cada membro da ASB em: <https://intelectuais.com.br>

¹⁵⁴ A adesão de Jonathas Serrano ocorre em janeiro de 1932. Ver: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1932, p.7.

Grande parte desses intelectuais integrava o círculo de amizades de Herbert Moses. Foi a partir da dupla dimensão (profissional-afetiva), cultivada “estrategicamente”, que o grupo ASB conseguiu veicular e promover seus projetos pela imprensa. Moses, além de fraternalmente ligado à presidenta da instituição, por aquilo que o padre A.D. Sertillanges (2016) denominou de “unanimidade útil que as relações cristãs congregam”¹⁵⁵, também foi responsável direto pelo patrocínio da campanha em favor da construção do Edifício Anchieta.

A assertiva se coloca em um quadro de evidências já analisadas no referido estudo. Cumpre destacar, aqui, apenas o conteúdo de duas missivas transcritas na obra *Acção Social Brasileira- IV Conferência Nacional de Educação*, na seção “Associação Brasileira de Imprensa e a Acção Social Brasileira”, nas quais nota-se um pedido de Amélia de R. Martins para que Moses patrocinasse o projeto da ASB:

Nunca se negou o nosso jornalismo a apoiar as obras boas em nossa terra; de ha muito venho acompanhando a generosidade com que se tem havido a nossa Imprensa e em particular a A. B. I. em relação às obras sociaes, e chegou a vez da —Acção Social Brasileira também lhe bater à porta para contrahir uma grande divida de gratidão. Esta obra Dr. Herbert Moses, mais cedo ou mais tarde tem que se levantar, para auxiliar outras...Patrocine-a a nossa generosa Imprensa que será isso uma condição de victoria...mas também, na Acção Social brasileira terão os nossos jornalistas apoio para seus ideaes, do Retiro dos Jornalistas, instituição para qual ha alguns anos, minha filha pianista, Maria Amelia de Rezende Martins oferecem o produto do seu primeiro recital aqui no Rio de Janeiro. E será tão justo que a Acção Social Brasileira tenha como uma de suas obras de predilecção, essa, que por sua pena a terá auxiliado nestas primeiras horas que são as mais difíceis. Todas as classes se unem, Dr. Herbert Moses, só a Família não tem prudência de pensar no futuro! [...] Empenhe-se pela obra, illustre patrício- diga-me de que maneira poderei interessar nessa idéa todos os jornaes da nossa terra como uma só voz, com um só coração e o seu nome será abençoado por todos quantos beneficiarem, hoje e sempre, da Acção Social Brasileira. Deixe a nossa Prefeitura com o seu DD. Interventor e seu benemérito Conselho Consultivo o presente da Acção Social Brasileira, como um marco deslumbrante do progresso, neste momento em que o Governo Provisório, num valoroso sentimento de idealismo cuida do reerguimento material e moral da nossa Patria. Espero uma palavra sua, e que seja uma palavra de adesão enthusiasica e envio-lhe, Dr. Herbert Moses, minhas expressões de admiração e sympathia.- Amelia de Rezende Martins (MARTINS, [1930?], p.93-95).

Em seguida, Martins transcreve a resposta de Moses:

Exma. Sra. D. Amelia de Rezende Martins- Prezadissima Sra. pelos termos atenciosos da sua carta, venho dizer-lhe que a nossa classe e a nossa

¹⁵⁵ Um “relacionamento intelectual cooperativo” cuja união se deu “no interior de um grupo que se esforça, onde estiver, de tal maneira para que uma tarefa, um princípio de vida ou qualquer atividade cristã e cumpra” (SERTILLANGES, 2016, p.58).

Associação de jornalistas, que no momento tenho a honra de presidir, não poderiam regatear aplausos ou deixar de conjugar esforços com os que realizam obras elevadas, como essa que a Acção Social Brasileira vem realizando. Conte V. Excia., pois, com a nossa inteira solidariedade. E, receba os sinceros agradecimentos, com que termina protestando a V. Excia. a maior veneração, o seu attento servidor. - Herbert Moses, Presidente da A.B.I. (MARTINS, [1930?], p.93-95).

É, pois, indiscutível a importância dessa relação entre Moses e esse grupo católico. Nesse sentido, é importante revelar e caracterizar um pouco melhor o grupo prosopográfico previamente selecionado para o presente estudo. A biografia coletiva dos 127 intelectuais permitiu a análise mais organizada e sistemática de um grande emaranhado de informações, que vale a pena explicitar. Além disto, deve-se reparar que, a construção desse grupo se deu a partir da observação comparada de uma série de documentos históricos relativos à trajetória política e intelectual da presidente do grupo ASB para o período de 1930 - 1935.

Os dados encontrados nas fontes indicam que os intelectuais que participaram das comemorações anchietanas, como o 4º Centenário de Anchieta, as conferências no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Quinzena Anchieta, e de outras festividades, como a “missa campal na praia do Russel e a inauguração do busto de Anchieta na Escola Normal – no Instituto da Educação”¹⁵⁶, também desempenharam funções na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na Ação Social Brasileira (ASB), na Associação Brasileira de Educação (ABE), na Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) e/ou na Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (APC)¹⁵⁷.

Indícios documentais apontam, ainda, que muitas das festividades anchietanas ocorridas na década de 1930 foram organizadas por uma *Comissão Anchieta* da APC, sob a presidência

¹⁵⁶ Em 20 de março de 1934, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria sobre o 4º Centenário. De acordo com o texto, o evento tratou dos seguintes assuntos: “A solenidade do Convento de Santo Antônio; A missa Campal; A inauguração do busto do Apostolo na Escola Normal e a conferência do Padre Franca no Instituto Histórico”. Em linhas posteriores, a notícia trazia a seguinte informação: “A diretoria do Instituto de Educação, em homenagem ao grande educador e evangelizador dos primeiros brasileiros, que foi o Padre Anchieta, mandou erguer-lhe um busto de bronze, sob uma das sacadas do corredor que circunda o palco central. A cerimônia da inauguração realizou-se às 17 horas, com a presença dos representantes do Sr. Interventor e de ordens religiosas e dos professores Anísio Teixeira, diretor da Instrução; Raja Gabaglia, diretor do Pedro II, Lourenço Filho, diretor do Instituto da Educação, Mario Brito, diretor da Escola Secundária, professores, alunos e famílias” (O 4º CENTENÁRIO..., 1934, p.9).

¹⁵⁷ A respeito desse aspecto, o periódico *A Cruz*, em 26 de agosto de 1934, traz uma nota sobre a organização do Primeiro Congresso Católico de Educação, que ocorreria entre os dias de 20 a 27 de setembro, na qual é possível identificar a participação desses intelectuais. Assim aparece no jornal: “A Comissão Organizadora é constituída pelos Snr. Pe. Leonel Franca, S.J., D. Xavier de Mattos O.S.B., Dr. Everardo Backeuser, Dr. Alceu Amoroso Lima, Dr. P. F. Vianna da Silva, Prof. Laura Jacobina Lacombe e Prof. D. Maria Luiza Lage. A Comissão Executiva sob a presidência de Dr. C. A. Barbosa de Oliveira é formada por D. Cassilda Martins, Benevenuta Ribeiro, Amelia de Rezende Martins, Dr. J.F. Lima Mindelo e Prof. D. Maria Regina da Cruz Rangel” (CABRAL, J. 1934, p. 1). No que se refere às instituições citadas, ver: Azzi (1981; 2008); Carvalho (1989; 1998); Sgarbi (1997) e Gonçalves (2018).

de Cassilda Enéas Martins, com participação dos padres Frota Gentil, SJ., Pedro Sinzig (1876-1952) e Bazilio, além de Leoni Anglada, Eugênio Vilhena de Moraes (1887-1981), Everardo Backheuser (1879-1951) e sua esposa, Alcina Backheuser. Faziam também parte da *Comissão Central* colaboradores e integrantes da Quinzena e da Ação Social Brasileira, como Amélia de Rezende Martins (1877- 1948), Jonathas Serrano (1885-1944), Alceu Amoroso Lima (1893-1983), Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947)¹⁵⁸, entre outros. Tais evidências podem ser consultadas cruzando as informações presentes nos periódicos do período¹⁵⁹ com os documentos textuais de arquivo da Radio Sociedade, disponíveis no Acervo da Fundação Oswaldo Cruz.

O *Jornal do Brasil*, por exemplo, publicou duas notas, nas edições dos dias 18 de fevereiro e 20 de março de 1934, detalhando que as comemorações do 4º Centenário do Padre José de Anchieta tinham sido promovidas pela Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal, a cargo de uma Comissão composta por “representantes do mundo oficial, de intelectuais, de figuras do magistério, do clero e de nomes destacados da sociedade brasileira”. A nota do dia 18 de fevereiro destaca, ainda, que “várias associações culturais deram já a A.P.C do Distrito Federal seu apoio e colaboração”. Observe-se uma parte do texto, onde as indicações acima são explicitadas:

A Comissão Anchieta da Associação de Professores Catholicos do Distrito Federal vem em reuniões sucessivas elaborando um amplo programa de festejos para o dia 19 de março, data em que se comemora o IV centenário do natalício, do grande apóstolo do Brasil. Solenidades de caráter cívico e religioso estão sendo organizadas no propósito de emprestar maior realce às homenagens à Anchieta. Varias associações culturais deram já a A.P.C do Distrito Federal, nesse sentido, seu apoio e sua colaboração. De alguns Estados tem essa associação recebido também adesões valiosas e até contribuições documentárias da vida e trabalho daquele infatigável batalhador da nossa formação histórica. Tudo faz crer pois que as festas de Anchieta cerram com brilho que é de esperar de patriotismo e da gratidão dos brasileiros. (*Jornal do Brasil*, 18 fev. 1934, p.31).

Já em duas missivas destinadas à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (RSRJ), datadas, respectivamente, de 1934 e 1935, a APC do Distrito Federal agradece ao diretor Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) pela divulgação das homenagens a José de Anchieta por ocasião do IV centenário e da “Campanha Inicial pró Edifício Anchieta”. Vale notar que o círculo de amizade e de colaboração de Roquette-Pinto com esses intelectuais católicos, em especial com

¹⁵⁸ Conferir fichas biográficas dos respectivos intelectuais citados em: <https://intelectuais.com.br>

¹⁵⁹ Entre eles: Confederação... (1934, p. 7)

Jonathas Serrano e Afrânio Peixoto, remonta, como bem afirmou Giovane José da Silva (2016, p.296), “às origens do Grêmio Euclides da Cunha, em 1913, e às redes de sociabilidade tecidas na Livraria Científica”.

Para o autor, trata-se de um “fenômeno de geração” e não seria equivocado encarar esses “intelectuais cariocas euclidianos” como pioneiros da radiodifusão e da cinematografia educativa do Distrito Federal”. Outros partícipes da *Campanha* transitaram ao lado deles na Confederação Brasileira de Rádio (CBR), no Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), no Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e nas Rádios Phillips e Club do Brasil. Esta última proporcionou a divulgação de várias conferências Anchietanas, como a Quinzena Anchietana, ciclo de palestras organizados por intelectuais da ASB, em 1934, por ocasião do centenário de seu nascimento, como se verá posteriormente.

No que se refere à primeira carta direcionada à RSRJ, a peculiaridade está nas assinaturas de Everardo Backheuser, Amélia de Rezende Martins, Cassilda Martins e Alcina Backheuser¹⁶⁰ como representantes da Comissão Anchietana. Na segunda, dessas missivas, datada de 22 de agosto de 1935, pode-se observar a subscrição de 40 indivíduos:

Edifício Anchieta – Campanha Inicial

Comissão Central

Pres. de Honra – Sra. Celina Guinle de Paula Machado
Pres. de Honra – Sra. Jeronyma Mesquita
Presidente – Ministro Sebastião Sampaio
Vice-presidente – Sra. Guiomar Novaes Pinto
Vice-Presidente – Senador Medeiros Netto
Vice-Presidente – Senador Jeronymo Monteiro Filho
Vice-Presidente – Dr. Leão de Aquino
Thesoureiro – Dr. Flavio de Lyra da Silva
Sec. Geral – Sr. Ricardo Xavier da Silveira
Secretaria – Sra. Maria Luiza Camargo Azevedo
Secretaria – Sra. M. Cecilia de Rezende Martins
Secretaria – Sr. José Gomes de Mattos
Dr. A. Porto da Silveira e Sra. **(Terezita Moraes Porto da Silveira)**
Dr. Fernando de Castro Rebello
Sra. Alice Amaral Peixoto
Sra. Alice Carvalho de Mendonça
Sra. Alfredo Machado Guimarães **(Olga de Pinto Lima)**
Sra. Comte Alfredo Rebello
Sra. Flavio Lyra da Silva **(Carlota Barbosa de Oliveira)**
Sra. Cassilda Martins

¹⁶⁰ Ver dados biográficos em: <https://intelectuais.com.br>

Snr. Christiano Hamann e Snra (**Eugenia Hamann**).
 Snta. Elisa de Rezende
 Snra. Ernesto G. Fontes (**Maria Cecília de Oliveira Roxo**)
 Snra. Flavio da Silveira (**Léa Azeredo da Silveira**)
 Snra. Francisco de Magalhães Castro (**Nair de Magalhães Castro**)
 Deputado Francisco Negrão de Lima e Snra (**Emma Negrão de Lima**)
 Dr. João de Assis Lopes Martins e Snra (D. Amélia de Rezende Martins)
 Prof. Lourenço Filho
 Snta. Maria Eugenia Barbosa de Oliveira
 Snta. Maria Junqueira Schmidt
 Dr. Mario Augusto Teixeira de Freitas
 Snta. Nanoca Dionisio Cerqueira
 Deputado Vicente de Paula Galliez
 Snra. Placido Sá Carvalho (**Maria Moura Pinto Lima de Sá Carvalho**)
 Snta. Stella de Faro
 Snra. Lovell Parker (**Zilma Lovell Parker**)
 Fonte: (FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz, 1935)¹⁶¹

Neste recorte católico, a esses intelectuais, acima mencionados, pode-se juntar, com certeza, a participação de mais 47 atores que se articularam a esse ativo movimento de criação e de legitimação institucional conhecido como *Edifício Anchieta*:

Quadro VII - Demais colaboradores da *Campanha Pró Edifício Anchieta* – ASB.

Nº	Nomes
1	Max Fleiuss
2	Adelaide Lucinda de Moraes
3	Adherbal de Miranda Pougy
4	Alcina Backheuser (Alcina Moreira de Souza)
5	Alfredina Mourão de Araujo
6	Ana Nabuco de Abreu (Anna Nabuco de Gouvêa)
7	Branca Ribeiro Guinle (Branca Coutinho Ribeiro)

¹⁶¹ Os nomes em destaque são acréscimos colocados na fonte. O objetivo foi explicitar as personagens históricas que estavam obliteradas. Ocorre que essas mulheres tiveram seus nomes ocultados, preservados e/ou substituídos por outros nomes, fictícios, do cônjuge, e/ou acrescidos de títulos, como embaixatriz e condessa, o que, no entanto, não impediu o processo de investigação preliminar. Nesta pesquisa há a preocupação de “reavivar”, sempre que possível, no corpo do texto, a memória das mulheres, o que se busca fazer não apenas analisando-as em funções secundárias, mas observando-as dentro do seu papel social, como lembra Michelle Perrot (1989; 2006), ou seja, levando em conta a sua ação na história, no espaço político, no espaço de “poder”, no espaço citadino, etc. Cabe ressaltar que, dentre os diversos motivos, a imposição contra a identidade da mulher (como a de ser reconhecida pelo sobrenome do marido), do ponto de vista jurídico-histórico, possuía um forte apelo econômico, simbólico, cultural e patriarcal. Para Renata B. Giacometti (2020), eram sintomas de uma cultura em que se via a mulher como “propriedade do marido”, algo que se dava em estrita relação com as bases econômicas e com o modelo de produção da sociedade capitalista, “reforçando a situação do patriarcado existente”. Em 1916, a autora salienta que passaram a existir regras mais específicas sobre esse “tipo de propriedade”. E as mulheres, após o matrimônio, “passavam” a ser conhecida como senhora “fulana de tal” (sobrenome do marido). Refere-se mais especificamente ao artigo 240 do Código Civil de 1916, o qual preconizava que “quando da ocorrência do casamento, a mulher deveria passar a utilizar o sobrenome (apelido) do marido”. Já os artigos 242 a 248 do mesmo Código “demonstravam que a mulher era totalmente submissa ao homem, perceptível através da noção de posse e poder patriarcal.” (GIACOMETTI, 2020, p. 133). Em relação à referência dos nomes, ver: Fundação Oswaldo Cruz (1935).

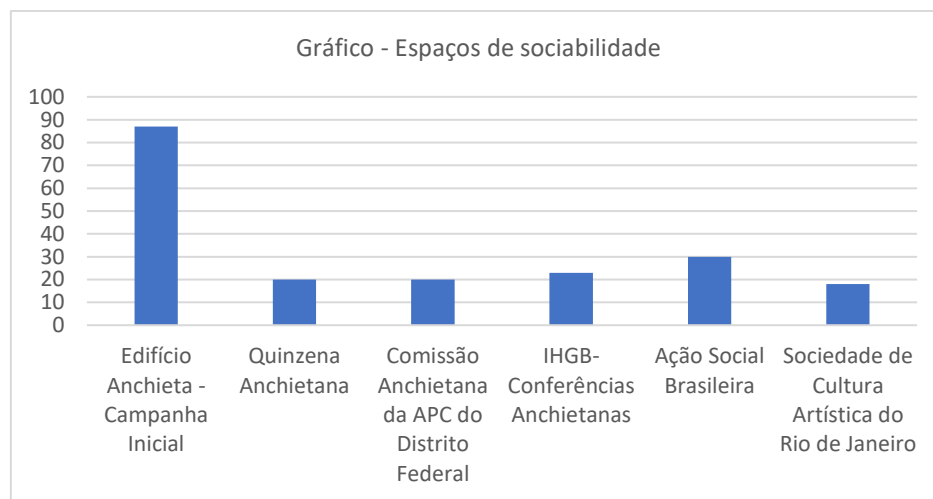
8	Carlota Pereira de Queiroz
9	Pedro Benjamim Cerqueira de Lima
10	Dinamar Leite
11	Embaixatriz Antonio Feitosa (Laura Chirveches de Arrozpide Rospighiosi/ Rospilloi). Laura Nascimento Feitosa
12	Ernesto G. Fontes (Ernesto Garside Fontes)
13	Carlota Barbosa de Oliveira (Lotita). Carlota Lyra da Silva
14	Everardo Backheuser
15	Fernando Magalhães (Fernando Augusto Ribeiro Magalhães)
16	Flavio da Silveira
17	Francisco de Magalhães Castro (Francisco de Assis de Magalhães Castro)
18	Hortencia Goulart Weinschenck (Hortencia Veiga Weinschenck)
19	Isabel Jacobina Lacombe
20	Júlio Afranio Peixoto
21	Levi Fernandes Carneiro
22	Malvina Dolabella Portela
23	Maria Olympia Bello
24	Marietta Penna Affonso (Marietta Germano Moreira Penna)
25	Lina Hirsch
26	Juan Oscar Griot
27	Oscar Weinschenck
28	Padre José Maria Natuzzi
29	Rosetta Costa Pinto
30	Lourdes Sales Pinto
31	Theodor Heuberger
32	Vicente de Paula Galliez
33	Zelia Jacy de Oliveira Braune
34	America Xavier da Silveira
35	Maria Amélia de Rezende Martins
36	America Lessa (America Barbosa de Oliveira Lessa)
37	Francisca Barroso de Mello Mattos (Chiquita Mello Mattos)
38	Marietta de Rezende (Marieta de Souza Rezende)
39	Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça
40	Alba Rangel Gomes Josetti (Alba Josetti)
41	Sylvia Shalders (Sylvia Paiva de Azevedo)
42	Margarida Anysio de Sá (e Albuquerque)
43	Ana Maria Coelho Magalhães
44	Belizario de Souza
45	Eduardo de Gomensoro
46	Cid Braune
47	Godofredo Vidal

Fonte: Conferir referências em nota¹⁶²

Em síntese, os dados precedentes apontam na direção da presença e da expressão política e social partilhada de 127 intelectuais católicos. O gráfico abaixo (Figura 13) possibilita identificar numericamente, por meio da seleção dos sujeitos e de suas participações síncronas em determinados espaços, a construção da população prosopográfica:

¹⁶² Para captar as identidades dos demais colaboradores dessa rede, foi necessário examinar individualmente as trajetórias dos 40 intelectuais subscritos na referida carta direcionada à Radio Sociedade do Rio de Janeiro, o que foi realizado por meio da análise qualitativa das ocorrências individuais na imprensa periódica, sob o período de 1920 a 1949, disponíveis no acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, para posteriormente cruzar tais informações com outras fontes. As referências nominais citadas no Quadro VII também podem ser visualizadas em: Uma iniciativa... (1933, p. 9); Dirigentes... (1935, p. 5); Campanha... (1935, p. 12); Edifício... (1935, p. 10); Confederação... (1934, p. 7); Silveira, A. X. (1935) e Martins (1934).

Figura 13 - Espaços de sociabilidade



Fonte: Gráfico elaborado com base nas informações da análise prosopográfica.

Até o final do trabalho se falará um pouco mais sobre a dimensão total desse grupo e de sua importância no movimento organizado em favor da efetivação de um *ethos* político-jesuítico, particularmente no contexto educacional. Por ora, é importante centralizar a análise em Herbert Moses. A relevância de visibilizar sua trajetória como “produtor e mediador cultural” (GOMES e HANSEN, 2016, p.9) contribui para se pensar mais sobre a relação dessas três categorias – “imprensa, política e catolicismo” – no período histórico demarcado. De um certo modo, pode-se dizer que a investigação se revela um dispositivo privilegiado para se refletir sobre a importância das suas ações como reveladoras de uma vasta rede de sociabilidade tecida na imprensa, até porque, a partir dele, será possível depreender os esforços encetados por parte desse grupo católico quanto ao controle, à organização, à preservação e à perpetuação dos valores apostólicos (políticos e religiosos) existentes e pretendidos, notadamente no âmbito dos registros impressos.

Ao menos para esse núcleo central, nesse *pequeno mundo estreito* que cerca o itinerário do intelectual na imprensa, sem considerar o número total dos intelectuais envolvidos nas campanhas pró-jesuítas acima referenciados, mas apenas aqueles relacionados diretamente à sua trajetória e que atuavam de maneira mais doutrinária na imprensa escrita como jornalistas¹⁶³; observa-se que os *laços se atam* (SIRINELLI, 2003, p.248) em espaços de

¹⁶³ É certo que o conceito não é rígido. Os intelectuais analisados na pesquisa, de um modo geral, estavam presentes em diferentes instituições científicas, institutos e academias letradas. Desempenhavam ao mesmo tempo

sociabilidade variados, tendo, em sua companhia, a presença constante de 60 intelectuais, que além de atuarem como jornalistas, associados diretos à ABI, também desempenhavam papéis de organizadores, presidentes, associados, diretores, financiadores ou colaboradores em projetos de organização sócio-político-econômico-culturais da Igreja.

Faziam parte ainda desse meio, oito intelectuais relacionados ao corpo diretivo de entidades financiadoras da empresa jornalística, tais como: a Companhia Siderúrgica Nacional, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e as Docas. Dentre os intelectuais, podem ser destacados: o consultor jurídico do Banco do Brasil, Afonso Augusto Moreira Penna Júnior (1879-1968), o qual também era membro do conselho consultivo da ASB, junto com sua esposa, Marieta Penna (1883-?); Alfredo Machado Guimarães (1902-1955), advogado do Banco do Brasil, procurador da República no Distrito Federal e membro do Tribunal Superior Eleitoral, e Eduardo de Gomensoro (?-1974), alto funcionário do Banco do Brasil, chefe da Câmara de Compensação e diretor do Instituto de Aposentadorias dos Funcionários do Banco do Brasil, além de presidente do Departamento Social da Associação Atlética Banco do Brasil (1939).

Da mesma forma, na direção da *Caixa Econômica Federal*, estava um dos patrocinadores do *Dia do Papa*, festival músico-literário em homenagem a Pio XI, ocorrido de forma sequencial entre os anos de 1928 a 1933 no Instituto Nacional de Música (INM), o então militante católico Francisco Solano Carneiro da Cunha (1887-1963). Esse intelectual, também sócio-fundador da Liga da Defesa Nacional (LDN), diretor do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais entre os anos de 1934, 1935, 1936 e 1940, e, posteriormente, entre 1948

diferentes ocupações sociais (como jornalistas, administradores, advogados, médicos, escritores, deputados, professores, entre outros) e, do ponto de vista dos gêneros textuais praticados, eram, como observa Angela Castro Gomes (2009, p. 25), *polígrafos*, ou seja, ensaístas, poetas, críticos e cronistas. Outro ponto importante, salientado por Bárbara F. Fernandes e Daniela de M. dos Santos (2013, p.7) em seu esboço prosopográfico relacionado aos colaboradores da revista *Ilustração Brasileira*, sob o período de 1935 a 1945, é que a categoria *jornalista* não pode estar dissociada da carreira de escritor ou da trajetória política, intelectual e social dos atores que viveram nesse período, visto que “a presença desses homens nos jornais se devia ao fato de que esses locais eram um grande meio de difusão de ideias, constituindo uma importante forma de ascensão social e proporcionando uma respeitável fonte de renda”. No que se refere à presente pesquisa, dos 154 intelectuais pesquisados para este estudo, quase todos participaram de periódicos. Contudo, para a análise, foram classificados como jornalistas aqueles que apresentassem pelo menos uma das seguintes características: 1) eram reconhecidos como tal, pela própria comunidade intelectual do período; 2) eram filiados à ABI ou com atuação quase diária no periodismo; 3) eram fundadores, diretores ou redatores de jornais e revistas. Tal categorização foi feita de acordo com os indícios documentais coletados para a realização da prosopografia. Sendo assim, mesmo uma intelectual como Amélia de Rezende Martins, cuja produção escrita na imprensa periódica é relativamente notável, não foi entendida, aqui, como jornalista, já que ela não se definia dessa forma, não era associada à ABI e nem era reconhecida como tal. No caso dela, em um total de 846 ocorrências qualificadas para o período compreendido entre 1929 a 1939 e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), a intelectual é sempre referenciada como: “escritora, publicista, conferencista, militante e codirigente do movimento católico social brasileiro”.

e 1954, teve um engajamento político marcante nas querelas pela reconquista de espaço da Igreja na sociedade. Carneiro da Cunha pode ser visto colaborando em diversas campanhas Pró-Jesuítas na década de 1930, particularmente na militância urdida pela Ação Social Brasileira.

Nessa mesma militância, encontrava-se Levi Fernandes Carneiro (1882-1971), então diretor e vice-presidente do Conselho da Caixa Econômica do RJ, que dentre, suas diferentes funções, foi consultor jurídico da Confederação Católica do Rio de Janeiro, da Ação Social Brasileira e um dos patrocinadores de sua seção artística a futura Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro. Foi também membro, ao lado de Jonathas Serrano (1885-1944), Frei Pedro Sinzig (1876- 1952), Maria Eugenia Celso (1886-1963), Pedro Calmon (1902-1985), Afonso Celso (1860-1938)¹⁶⁴, dentre outros intelectuais católicos da Associação Pro Luce (1932)¹⁶⁵, cooperativa cuja função era fiscalizar, censurar e selecionar livros dos mais variados assuntos, com o fito de impedir a entrada nos lares, nas associações e instituições religiosas (que possuíam bibliotecas), nas escolas católicas e demais centros culturais sócios da cooperativa, de obras cuja nomenclatura ofendesse a moral e a fé católicas.

Na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encontram-se os intelectuais Elba Dias e o engenheiro, oficial da Aviação Militar Brasileira e jornalista Godofredo Vidal (1895-1958). O primeiro foi funcionário da empresa, em 1924, posteriormente nomeado para o cargo de diretor, em 1941. Elba Dias foi, ainda, engenheiro, escritor e diretor técnico da Radio Club do Brasil, da qual foi também fundador em 1º de junho de 1924, e, além disso, foi secretário da Confederação Brasileira de Radiodifusão (CBR). Em 1932, foi designado para ser chefe do serviço de "Escuta-Radio". Era amigo pessoal de Herbert Moses, de Pedro Benjamin Cerqueira de Lima (1875-1948), José Gomes de Mattos (1881-?), Alfredo de Sá Rabello (?-1971) e de

¹⁶⁴ Ver, dados biográficos dos intelectuais citados em: <https://intelectuais.com.br>

¹⁶⁵ De acordo com matéria de *A Cruz*, publicada em 16 de abril de 1933 pelo padre Mario Couto, a Cooperativa Pro Luce, localizada na Avenida Rio Branco, nº 118 e 120, no Rio de Janeiro, surgiu em 1931. A empresa estava empenhada, dentre outros objetivos, em “fornecer livros sérios, instrutivos, amenos, recreativos, dos mais variados assuntos, com o fito de impedir a entrada da asquerosa literatura nas famílias ou o seu curso nas mãos da mocidade incauta”, em especial a literatura “desabusada”, “maldita”, “arauto das doutrinas anti-sociais e anti-cristãs” que circulavam nos jornais e nos livros. Os sócios recebiam um catálogo de obras de escritores católicos nacionais e internacionais, ou de autores que não ofendiam a moral cristã, para direcionarem suas leituras. A Pro Luce também editava obras por sua conta, como *Malê: a Insurreição das Senzalas*, publicada em 1932, de autoria de Pedro Calmon, ou *Montanha Acima*, de Maria Desideria, dentre outras. Assim expôs Mario Couto: “Num tempo em que se coluiam as forças satânicas do mal para conquista das multidões pelo jornal e pelo livro, em que se abre caminho, se rasgam sulcos terríveis na alma das gentes, especialmente por meio de uma desabusada literatura, que nada mais respeita, num tempo em que a sagacidade dos arautos das doutrinas anti-sociais e anti-cristãs intensamente semeia, primeiro, a revolta nos espíritos, em preparação ao seu fim imediato, a revolta social, haver quem se oponha, no mesmo campo, a esse maldito trabalho de sápa com livros limpos, moraes, interessantes, perfeitos, verdadeiros e humanos oh! Reconheçamos, é coisa santa e nobilíssima, é trabalho de apóstolos e de lutadores, é missão augusta e patriótica, a que não podemos ficar indiferentes” (COUTO, 1933, p.1).

Francisco Negrão de Lima (1901-1981), todos católicos partícipes da Campanha Pró-Edifício Anchieta e membros da diretoria do Touring Club do Brasil.

Como representante do meio católico na Companhia Siderúrgica Nacional e das Docas de Santos (SP), temos o engenheiro civil Oscar Weinschenck (1880-1949). Em 1921, Weinschenck tornou-se diretor das Docas, exercendo o cargo até 1931. Logo após a Revolução de 1930, integrou a comissão de inquérito do Banco do Brasil. Em abril do ano seguinte tornou-se diretor do Departamento de Portos e Navegação, no Rio de Janeiro, e membro da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros, criada no mesmo ano. Integrou, posteriormente, em 1940, a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. O intelectual, ao lado de sua esposa Hortência Weinschenck, participou em diferentes instituições católicas, fazendo parte, por exemplo, da direção da Ação Social Brasileira (ASB), da Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro (SCARJ), da Associação Protetora do Recolhimento de Desvalidos de Petrópolis (APRDP) e da Associação Lar Proletário (ALP).

O que explica, de certa maneira, a estrutura tentacular que permeava os “bastidores da censura”, alicerces político e de poder do grupo católico, que Thompson e os demais membros da CNPEL tiveram que enfrentar. Mas, não termina aqui a elucidação. É interessante observar a relação de jornalistas católicos que atuaram junto a Moses em instituições e/ou projetos culturais *Pró-Jesuítas*, particularmente nas Campanhas em prol do Edifício Anchieta e da Associação Antigos Alunos da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro no período compreendido entre 1929 a 1939, conforme aponta o quadro abaixo:

Quadro VIII - Jornalistas católicos mobilizados em campanhas *Pró-Jesuítas* que tiveram suas trajetórias cruzadas com Herbert Moses (1929 a 1930)

Nº	Nome	<i>Indícios de participações na Imprensa (1891-1960)</i>
1	Alberto Porto da Silveira (1892-1952)	Filiado à ABI e ao <i>Jornal do Brasil</i> , entre outros. Fez parte, em 1932, do Comitê de Imprensa do Automóvel Club.
2	Afonso Celso de Assis Figueiredo Jr (1860-1938)	Filiado à ABI. Um dos fundadores do <i>Jornal do Brasil</i> , em 1891. Colaborou em: <i>A Tribuna Liberal</i> ; <i>A Semana</i> ; <i>Renascença</i> ; <i>Correio da Manhã</i> ; <i>Almanaque Garnier</i> ; <i>Jornal do Commercio</i> , entre 1890 e 1915; <i>Commercio de Portugal</i> , entre outros.
3	Alceu Amoroso Lima (1893-1983)	Filiado à ABI. Colaborou em: <i>O Jornal</i> , em 1919; <i>Jornal do Brasil</i> ; <i>Folha de S. Paulo</i> , em 1958; <i>Revista A Ordem</i> ; e <i>Revista Atlantida</i> , entre 1915 e 1920. Participou da fundação da <i>Revista Hierarchia</i> , em 1931, fez parte da diretoria da Associação dos Jornalistas Católicos, entre outros.
4	Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça (1896-1971)	Filiada à ABI. Dirigiu, no jornal <i>Diário de Notícias</i> , em 1930, as seções de "Suplementos" e "Páginas Infantil, de Cinema e Feminina". Colaboradora do <i>Jornal do Brasil</i> e, na década de 1960, da revista <i>O Cruzeiro</i> e do jornal <i>O Globo</i> , entre outros.
5	Anna de Rezende (?- 1947)	Filiada à ABI. Colaboradora de <i>A Cruz</i> .

6	Antônio Augusto de Lima (1859-1934)	Filiado à ABI. Colaborador do <i>Correio da Manhã</i> , entre outros.
7	Antônio Castilho de Alcântara Machado de Oliveira (1901-1935)	Fundador da <i>Revista Antropofagia</i> e diretor da <i>Revista Nova</i> e do <i>Diário da Noite</i> , entre outros.
8	Antonio Garcia de Medeiros Netto (1887-1948)	Redator do <i>Diário da Bahia</i> , entre outros.
9	Belizario de Souza (1886- 1946)	Filiado à ABI. Redator de <i>O Paiz</i> e colaborador de <i>A Tribuna</i> , de <i>A Noite</i> e do <i>Jornal do Brasil</i> , entre outros.
10	Everardo Backheuser (1879- 1951)	Fundou <i>O Brasileiro</i> . Foi redator de outros periódicos, como <i>O Nacional</i> (diário) e <i>A Pátria</i> . Entre 1901 e 1930, colaborou com vários jornais: <i>O Fluminense</i> , <i>A Capital</i> , <i>O Estado</i> , <i>Jornal do Brasil</i> , <i>Correio da Manhã</i> e <i>A Cruz</i> . Teve uma trajetória marcante nos periódicos: <i>Revista Didática</i> , da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde atuou em 1898, 1911 e 1925; <i>Revista de Ensino</i> de SP, em 1923; <i>A Escola Nova</i> , entre 1929 e 1930; <i>Boletim dos Professores Católicos</i> , entre 1932 e 1933; <i>Revista Brasileira de Pedagogia</i> , entre 1934 e 1936; revista <i>A Ordem</i> , entre outros. Foi membro da Confederação de Imprensa Católica e filiado na Associação dos Jornalistas Católicos, de 1942 e 1943.
11	Eduardo de Gomensoro (? - 1974)	Filiado à ABI.
12	Fernando de Castro Rebello (191 -1986)	Filiado à ABI. Redator de <i>A Ordem</i> , em 1930, em sua seção de escotismo, e de <i>A Nação</i> ; diretor da <i>Revista Olympia</i> , em 1932, e da <i>Gazeta dos Tribunaes</i> , entre outros. Membro do Comitê de Imprensa do Touring Club do Brasil, em 1934.
13	Flavio da Silveira (1885 - 1961)	Colaborador da revista <i>Fon-Fon</i> , entre outros.
14	Francisco Solano Carneiro da Cunha (1887-1963)	Colaborou em: <i>A Província</i> ; <i>Revista Pernambucana</i> e outros.
15	Frei Pedro Sinzig (1876-1952)	Filiado à ABI. Colaborador do <i>Jornal do Brasil</i> ¹⁶⁶ . Fundador de <i>Cruzeiro do Sul</i> , em 1902; do Centro da Boa Imprensa, em 1910; Diretor da Editora Vozes, de 1908 a 1913; redigiu a revista <i>Vozes de Petrópolis</i> , de 1908 a 1920; participou no <i>Diário Católico</i> , em <i>A Cruz</i> , na revista <i>A Ordem</i> , em <i>Excelsior</i> , entre outros.
16	Godofredo Vidal (1895-1958)	Diretor da Revista Azas e redator, em 1933, da “Seção aeronáutica” da revista <i>Vida Domestica</i> .
17	Herbert Moses (1884-1972)	Presidente da ABI, do Comitê de Imprensa do Touring Club do Brasil e do Automóvel Club. Dirigiu a <i>Revista Moderna</i> e o jornal <i>A Noite</i> . Foi fundador de <i>O Globo</i> , em 1925.
18	Jeronyma Mesquita (1880-1972)	Filiada à ABI.
19	Jonathas A. da Silveira Serrano (1885-1944)	Colaborou em: <i>Revista Social</i> , entre 1908 e 1928; revista <i>Excelsior</i> ; revista <i>A Ordem</i> ; revista <i>Ilustração Fluminense</i> ; jornal <i>A Cruz</i> ; <i>Jornal do Brasil</i> , entre outros. Membro da Comissão de Imprensa da AAACJ, da Confederação de Imprensa Católica e da Comissão Imprensa do 8º Congresso de Crédito Popular e Agrícola do Brasil.
20	Leontina Licinio Cardoso (1890-1970)	Colaborou em: <i>A Batalha</i> , em 1932; <i>O Jornal</i> , em 1934; <i>Diário de Noticias</i> , em 1933 e 1934; <i>Jornal do Brasil</i> , em 1934; <i>A Ordem</i> , em 1935; <i>A Cruz</i> , em 1936; entre outros.
21	Levi Fernandes Carneiro (1882-1971)	Diretor do periódico estudantil <i>Revista Jurídica</i> (publicada pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro).
22	Lucio José dos Santos (1875-1944)	Colaborou em: <i>Revista luso-brasileira Atlantida</i> , entre 1915 e 1920; <i>Revista A Ordem</i> , entre 1930 e 1940 e <i>A Cruz</i> , em 1930. Dirigiu o jornal <i>Horizonte</i> , da diocese de Belo Horizonte, entre outros.
23	Lina Hirsch (1868 -?)	Colaborou em: <i>Jornal do Commercio</i> , em 1930; <i>Boletim de Ariel</i> , em 1932; <i>Correio da Manhã</i> , em 1932; <i>A Noite</i> , em

¹⁶⁶ Sobre a colaboração de Sinzig no *Jornal do Brasil*, ver: Na edição... (1930, p.1).

		1932; revista <i>Excelsior</i> , em 1933; <i>Revista Fru-Fru</i> , em 1933; <i>Revista Walkyrias</i> , em 1934; <i>Revista do IHGB</i> , em 1939; <i>Diário de Notícias</i> , em 1934; <i>A Notícia</i> , em 1935; <i>Correio do Povo</i> , em 1934; entre outros.
24	Max Fleiuss (1868-1943)	Diretor da Revista do IHGB, de 1928 e 1946. Colaborou em: <i>Comércio de São Paulo</i> ; foi diretor da <i>Revista Semana</i> , de 1893 a 1895, da <i>Revista do Século XX</i> e <i>Revista Renascença</i> , em 1904, entre outras.
25	Maria Eugenia de Assis Figueiredo Carneiro de Mendonça (1886-1963)	Filiada à ABI. Colaborou em: <i>A Época</i> ; <i>Diário Carioca</i> ; <i>Correio da Manhã</i> ; <i>O Malho</i> ; <i>Para Todos</i> ; <i>Revista do Brasil</i> ; <i>O Cruzeiro</i> ; <i>Boletim Ariel</i> ; <i>Revue de L'Amérique Latine</i> ; <i>Revue de Gêneve</i> ; <i>Jornal do Brasil</i> , entre outros.
26	Malvina Dolabela Portela (1887-?)	Filiada à ABI. Colaborou em: <i>Diário Carioca</i> , em 1932; <i>A Cruz</i> , em 1930 e 1955, entre outros.
27	Margarida Anysio de Sá (1891-1964)	Diretora da revista infantil <i>Anjos de Caridade</i> .
28	Nanoca Dionysio Cerqueira	Filiada à ABI.
29	Rodrigo Octavio Filho (1892-1969)	Fundou a <i>Revista Jurídica</i> , da qual foi redator-secretário. Colaborou em: revista <i>Fon-Fon</i> ; <i>Correio da Manhã</i> , entre outros.
30	Sebastião Sampaio (1884 -1963)	Filiado à ABI. Foi secretário-chefe de redação do <i>Jornal do Commercio</i> , diretor-fundador e redator-chefe da revista mensal, em inglês, <i>Brazil</i> , editada em Nova York, e redator de outros diários da Capital Federal
31	Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)	Colaborou em: <i>Jornal do Commercio</i> ; <i>Revista Brasileira de Geografia</i> ; <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> , entre outros.
32	Antônio Augusto de Lima (1859-1934)	Filiado ABI. Colaborou no <i>Correio da Manhã</i> .
33	Berilo Neves (1899-1974)	Filiado à ABI. Diretor do Comitê de Imprensa do Departamento de Publicidade do Touring Club do Brasil e do Automóvel Club. Colaborou no <i>Jornal do Commercio</i> e no <i>O Malho</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
34	Chermont de Brito (1903-1995)	Filiado à ABI. Fez parte da Comissão de Imprensa do Departamento de Publicidade do Touring Club do Brasil e do Comitê de Imprensa do Automóvel Club, em 1932. Colaborou no <i>Jornal do Brasil</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
35	Manuel Paulo Filho (1890 -1969)	Filiado à ABI. Colaborou no <i>Correio da Manhã</i> Presidiu a ABI de 1928 a 1929. Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
36	Hugo Auler (1908-1980)	Filiado à ABI. Diretor e colaborador do <i>Diário de Notícias</i> do Rio de Janeiro, em 1930. Colunista de crítica de arte do <i>Correio Braziliense</i> e do <i>Jornal de Brasília</i> . Coordenador do “Caderno Cultural” do jornal <i>Correio Braziliense</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ e, em 1932, do Comitê de Imprensa do Automóvel Club.
37	Heitor de Melo (7 jan.-?)	Filiado à ABI, na qual colaborou desde a fundação. Redator-secretário de <i>Correio da Manhã</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
38	Jorge Dutra da Fonseca (1892-1933)	Colaborou em <i>A Cruz</i> e na direção da <i>Vida Catholica</i> e do <i>Jornal do Commercio</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa e Radio da AAACJ.
39	Alfredo Baltazar da Silveira (1888-1966)	Filiado à ABI. Colaborou em: <i>Jornal do Commercio</i> ; na Coluna da Mocidade de <i>A Cruz</i> ; no <i>Correio da Manhã</i> ; no <i>Jornal do Brasil</i> ; na <i>Gazeta de Notícias</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa e Radio da AAACJ, da Comissão de Imprensa do 8º Congresso de Crédito Popular e Agrícola do Brasil e da diretoria da Associação dos Jornalistas Católicos.
40	Heitor Silva Costa (1873-1947)	Engenheiro autor do monumento Cristo Redentor. Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa e Radio da AAACJ.

41	Antonio Cícero (13 jun.?)	Filiado à ABI. Colaborou em: <i>Jornal do Commercio</i> ; <i>O Jornal e Jornal do Brasil</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ e foi presidente da comissão de imprensa dos congressos de crédito popular e agrícola.
42	J. Guimarães	Filiado à ABI. Colaborou no <i>Jornal do Brasil</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
43	Antonio Pinto Nogueira Acioli Neto	Filiado à ABI. Colaborou em <i>O Jornal</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
44	João de Lourenço	Filiado à ABI. Colaborou em <i>Diário de Notícias</i> e foi redator-chefe de <i>O Paiz</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ e, em 1933, da Comissão de Imprensa do Congresso Paroquial da Lagoa.
45	Amorim Netto (6 ago.? -1987)	Filiado à ABI. Diretor do <i>Diário Carioca</i> . Colaborou em <i>A Patria</i> . Foi redator da sucursal do <i>Correio Paulistano</i> e do <i>O Imparcial</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ, do Comitê de Imprensa do Touring Club do Brasil e do Automóvel Club.
46	Austregesilo de Ataíde (1898-1990)	Filiado à ABI e Conselheiro do órgão. Colaborou em <i>Diário da Noite</i> e <i>A Cruz</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
47	Bernardo Mascarenhas	Filiado à ABI. Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ e foi seu procurador.
48	Domingos Robim	Filiado à ABI. Colaborou em: <i>Diário da Noite</i> ; <i>A Patria e A Cruz</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ, da Comissão de Imprensa Semana Mariana Parochial (de 17 a 24 mai) e da Comissão de Imprensa do 8º Congresso de Crédito Popular e Agrícola do Brasil.
49	Osorio Lopes (? - 1947)	Filiado à ABI. Presidente da Associação dos Jornalistas Católicos (AJC). Membro da Comissão Imprensa do 8º Congresso de Crédito Popular e Agrícola do Brasil. Colaborou em: <i>O Jornal</i> ; <i>A Ordem</i> , <i>A Cruz</i> , entre outros. Foi diretor de <i>A União</i> . Participou da fundação da revista <i>Hierarchia</i> , em 1931, e fez parte de sua diretoria. Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ. Diretor de <i>A União</i> e colaborador da Rádio Philips e Educadora. Participou da Comissão de Imprensa do 8º e do 9º Congressos de Crédito Popular e Agrícola do Brasil.
50	Jerônimo Sodré Viana	Filiado à ABI. Colaborou em <i>O Globo</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
51	Antônio Passos de Miranda Filho (1868- 1942)	Filiado à ABI. Redator da Revista <i>Reação</i> , em 1921. Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
52	Sergio Diogo Teixeira de Macedo (?-1987)	Colaborador da coluna “Commentario” do jornal <i>Gazeta de Notícias</i> . Coordenador do projeto “Mesa Redonda e Subprefeituras” do <i>Diário de Notícias</i> . Colaborou, em 1931, na Rádio do Rio de Janeiro a serviço do Cristo Redentor. Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ e da direção da Comissão de Imprensa Histórica da Cia. de Jesus.
53	Alberto de Brito Pereira.	Filiado à ABI. Redator-Diretor da Revista Universitária <i>Vida</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
54	Artur Gaspar Viana	Filiado à ABI, ao Centro da Boa Imprensa e à Associação dos Jornalistas Católicos. Colaborou em <i>A União</i> e em <i>A Cruz</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
55	Rodolpho de Sá Earp (? – 1970)	Filiado à ABI. Colaborou em <i>A Noite</i> e em <i>A Cruz</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ e da diretoria da Associação dos Jornalistas Católicos.
56	Vitoriano Augusto Borges (?- 1968)	Filiado à ABI. Diretor da Rádio Philips do Brasil, em 1930, e da Confederação Brasileira de Radiodifusão. Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.
57	José Joaquim Ferreira da Costa Piragibe (1877 -1940)	Filiado à ABI. Colaborou, em 1931, na Rádio do Rio de Janeiro a serviço do Cristo Redentor. Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ.

58	Cândido Mendes de Almeida Filho (1866-1939)	Filiado à ABI. Fundador do <i>Jornal do Brasil</i> . Fez parte da Comissão de Propaganda e Imprensa da AAACJ. Diretor da revista <i>Reação</i> , em 1921 e colaborador da revista <i>Excelsior</i> em 1930.
59	Ricardo Xavier da Silveira (1869-1915)	Filiado à ABI. Integrava a Casa dos Jornalistas. Membro da Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta.
60	Ernesto Pereira Carneiro (1877-1954)	Filiado à ABI. Presidente do <i>Jornal do Brasil</i> .

Fonte: Quadro elaborado com base nas informações da análise prosopográfica¹⁶⁷

Deve-se destacar que o conteúdo do Quadro VIII tem suas limitações, visto que sua composição esbarra na dificuldade de acesso e, consecutivamente, na inviabilização de certas fontes primárias, uma vez que, devido a ausência, obliteração ou dispersão de dados relacionados ao perfil de cada um dos atores históricos que compõem a biografia coletiva, não permitiram elucidar “todos” os aspectos relativos às trajetórias dos indivíduos no âmbito da imprensa, isto é, à citação integral de suas colaborações e participações em periódicos. Essa defasagem está ligada especialmente à natureza do próprio campo estudado, o meio intelectual. Afinal, como dizia Sirinelli (p.247), “os itinerários desde já apresentam, com bastante frequência, sérios problemas de reconstituição”. Outro aspecto refere-se ao objetivo deste estudo e à própria abordagem *prosopográfica*, que busca extrapolar essa dimensão individual (monográfica) para enfatizar o coletivo, pressupondo que tão importantes quanto as manifestações de identidade presentes nos itinerários socioculturais individuais, vêm a ser as propriedades e mobilidades sociais dos sujeitos.

Assim, é mais pertinente para o desenvolvimento desta narrativa, a fim de não se incorrer no erro de afirmar sobre algo aquilo que aparenta ser – apontar apenas os *indícios*, os *rastros*, os *vestígios deixados* (GINZBURG, 2014) que sinalizam as respectivas participações de tais intelectuais na imprensa. Nesse percurso, produzido a partir de um “paradigma heurístico centrado em dados marginais” (CERQUEIRA FILHO; NEDER, 1997, p.21), podem ser localizadas - pois não é contraditório - as correlações internas, os “campos magnéticos” (SIRINELLI, 2003, p.247), os pontos em comum (cumplicidades) dessa relação entre Moses e esse grupo católico que atuava na imprensa, no sentido de traçar um balanço que possibilite revelar aspectos de uma trajetória coletiva.

¹⁶⁷ Sobre os dados biográficos e as respectivas fontes utilizadas para composição do Quadro VIII, sob ordem numérica de 1 a 32, ver: <https://intelectuais.com.br>. Em relação às fontes consultadas e aos demais registros biográficos, relativos aos números 33 a 60, consultar: Apêndice 4.

Quando muito, pode-se captar aquilo que Boto chamou de “atmosfera cultural de um tempo e de um objeto” (BOTO, p.507), traduzida, aqui, até certo ponto, na ação política desses intelectuais envolvidos em “empresas jornalísticas” (SODRÉ, 1999, p.315).

Faz-se oportuno a esta altura, explicar que não se trata aqui do resultado final do estudo *prosopográfico* ao qual este trabalho se propôs, mas, sim, de parte de sua análise, que foi utilizada para uma finalidade bem pontual, surgida no próprio exercício que ronda o ofício do historiador, isto é, em seu transcorrer reflexivo, que remete diretamente ao questionamento das fontes. Em certa ocasião, Ginzburg (2004, p.11) destacou: “há sempre um achado proveniente das margens de investigações inteiramente diversas”.

Deveras, como explicar a censura, os rechaços, os hiatos, as lutas enfrentadas por ambos os grupos (anticlericais e clericais), priorizando, na narrativa, apenas a perspectiva macro da história, no contexto da atuação da imprensa brasileira durante o governo getulista, sobretudo no que se refere aos métodos usados pelo Estado para controlá-la? Como fazer isso sem considerar a complexidade e o exame de forças internas criativas e organizadas dentro desse grande empreendimento coletivo de ações intelectuais, que foi a empresa jornalística?

Assim, outra característica desse grupo que pode ser explicitada é o seu pertencimento a *espaços de sociabilidade* que reforçavam uma certa forma de *solidariedade horizontal*, permeada não só por vínculos profissionais, mas também familiares, de amizade, de dependência e de cooperação; locais que lhes possibilitavam energizar, integrar ou desenvolver diversos projetos de maneira incrivelmente “linear” nos âmbitos políticos, cultural e educacional. Dessa forma, com toda a probabilidade e a partir das informações obtidas das fontes selecionadas, a ação político-religiosa em favor da Companhia de Jesus e de um certo *ethos jesuítico* era constantemente confirmada e reafirmada por meio de laços compartilhados nas seguintes estruturas assinaladas:

Tabela 3 - Locais de sociabilidade compartilhados entre os jornalistas católicos do Quadro VIII e Herbert Moses

Locais de sociabilidade (1929-1939)	Quantitativo aprox.
Associação Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ)	60
Associação Brasileira de Imprensa (ABI)	43
Academia do Comércio	30
Automóvel Club	13
Jockey Club	12
Rotary Club	11
Touring Club	8
Radio Club do Brasil, Radio Philips e Sociedade Vera Cruz	7
Academia Brasileira de Letras (ABL)	7
Instituto Nacional de Música (INM)	7
Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro (SCARJ)	6
Pró-Arte (Ação Social Brasileira)	5
Associação dos Anjos de Caridade (AAC)	4
Ação Social Brasileira (ASB)	4
Casa do Jornalista	4
Palace Hotel	4
Comissões, Comemorações e/ou Eventos¹⁶⁸ (1929-1939)	
Comissão de Imprensa e Propaganda da Associação Antigos Alunos da Companhia de Jesus (CIPAAACJ)	27
Campanha Inicial Pró Edifício Anchieta	18
VIII Congresso de Crédito Popular e Agrícola (1930)	14
Missa Matriz Candelária (1930-1937)	13
O dia do Papa (1928, 1929, 1932, 1937)	7
ASB. Quinzena Anchieta (1934)	6
Comissão Executiva do Pavilhão Argentino	5
Homenagem de despedida ao embaixador de Portugal - Nobre de Mello (1935)	4
Festa de Natal da ASB em prol do Edifício Anchieta (1933)	4
Festa em benefício da Associação dos Anjos de Caridade no Banaclub ¹⁶⁹ .	4
Homenagem da obra "Um idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende" (1935).	4
Missa na Igreja São Francisco de Paula para Octavio da Silva Costa (1930)	3
Missa para Felipe de Oliveira (1933)	3
Homenagem d. Augusto Alvaro da Silva, arcebispo da Baía (1941)	3
Confeitaria Paschoal. Almoço dos amigos de Odylo C. Filho (1934)	3
Falecimento de Mayrink Veiga-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (abril de 1928)	2
Campanha da Solidariedade no Palace Hotel (1935)	2

¹⁶⁸ A categoria *eventos* refere-se a acontecimentos (conferências, festas, espetáculos, missas, funerais, entre outros) organizados por um grupo específico de atores com objetivos institucionais, comunitários, políticos, sociais, promocionais e ou religiosos em comum.

¹⁶⁹ O *Banaclub* não foi considerado, no cruzamento dos dados, como “local de sociabilidade partilhado”, dentro da categoria “clubes” porque a população estudada usou (dentro dos limites da periodização definida), apenas uma vez o local, não sendo encontrado nenhum registro relativo às suas adesões como membros e/ou colaboradores. Vale assinalar apenas que o *Banaclub* foi fundado pela Sociedade Anonyma Fabrica Docevitá, fabricantes de doces à base de bananas. De acordo com seu estatuto publicado em *Tico-Tico* de 13 de março de 1935 e com informações disponíveis no *Correio da Manhã*, em artigo publicado em 1935, o *Banaclub* era “um club para meninas e meninos até 15 annos. Destinava-se, conforme apontou o articulista, a “aproximar a meninada brasileira, de Norte e Sul, despertando um espirito associativo de grande utilidade na vida pratica e futura” visando o “desenvolvimento physico, moral e intelectual”. A sede comercial ficava localizada na rua Buenos Aires, nº 87. Ver: Uma vasta... (1935, p. 3).

Recepção de Juvenal Murtinho Nobre em sua casa (1936)	2
Semana da Criança (1937)	2
Conferência de Marcondes Filho no Palácio Tiradentes (1939)	2

Fonte: Quadro elaborado com base no cruzamento de dados respectivos à análise *prosopográfica*.

Percebe-se, a partir de uma rápida leitura dessa listagem, excetuando-se provisoriamente a Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ) e o local utilizado para sua idealização (Academia do Comércio), visto que tais locais rendem uma multiplicidade de desdobramentos e alguns serão melhor explorados mais à frente, mas também porque quase toda população listada marca presença na entidade, caracterizando-a como um verdadeiro “viveiro de práticas sociais” de intelectuais católicos (SIRINELLI, 2003, p. 249), mais especificamente, de *práticas políticas jesuíticas*.

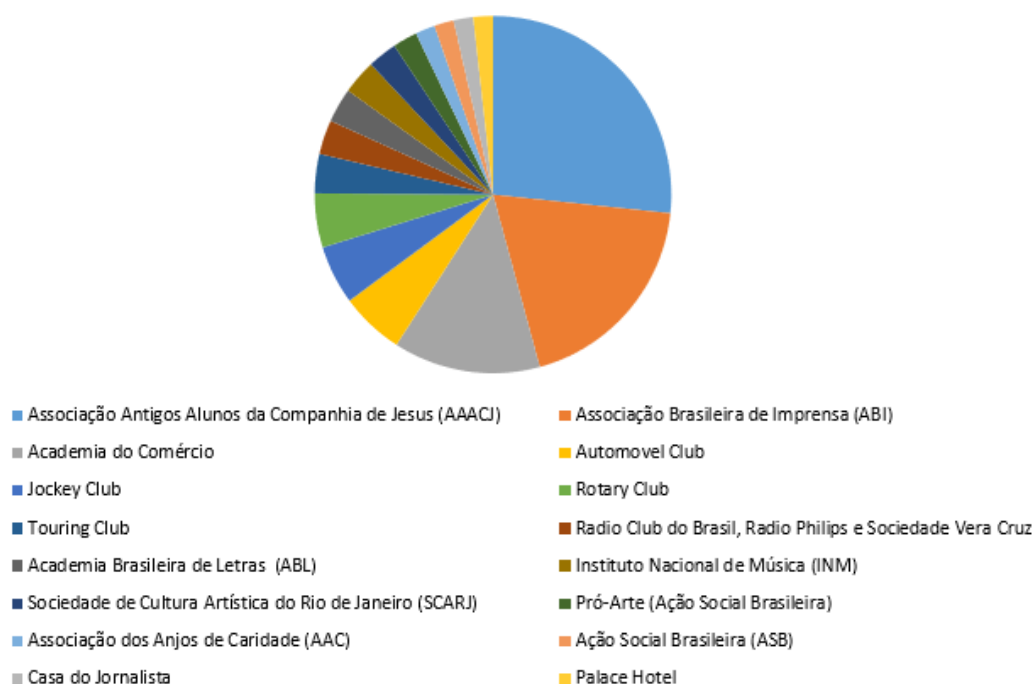
E, como diz Renè Rêmond citado por Coutrot (2003, p.357) “a política é uma modalidade da prática social”. Nada ilustra melhor essa proposição do que fatores e circunstâncias, os quais, no caso desta pesquisa, podem ser representados pelos percentuais dos atores envolvidos nos movimentos confessionais católicos, nomeadamente, as já citadas campanhas inacianas encetadas no Brasil após a expulsão dos jesuítas espanhóis. Dessa forma, tomando o evento promovido pela comissão de imprensa e propaganda da AAACJ, o envolvimento dos integrantes da ASB foi de 45%, no caso da Quinzena Anchieta, foi de 6,6% e, com relação à Campanha para a construção do Edifício Anchieta, de 30%. Associados à percentagem total, relativa à presença desse grupo atuando no diferentes espaços de socialização, têm-se: na ABI, 71,6%; nos clubes sociais, 73,7 % ; na Academia do Comércio, 50 %; nas rádios, 11,6 %; e, em institutos culturais e Academias, 55%¹⁷⁰. Tais números permitem confirmar os estudos que levam em consideração as forças religiosas como um fator de explicação política em numerosos domínios, relativizando a intransigência das explicações baseadas apenas em fatores socioeconômicos.

E mais, como assevera Coutrot, ao se considerar, na análise, os movimentos confessionais católicos pode-se apreender também “elementos importantes da cultura política na longa duração, clericalismo, anticlericalismo; mesmo a laicidade nas suas manifestações concretas em relação ao cristianismo” (COUTROT, 2003, p.357). Sem dúvida, esse movimento jesuíta nacional e internacional em fase de desenvolvimento desde o início do papado de Pio XI (1922-1939), fortalecido nos anos iniciais da década de 1930 em decorrência da expulsão

¹⁷⁰ Soma relativa às seguintes estruturas: ABL (11,6 %), INM (11,6%), Pró-Arte (8,33%), ASB (6,6%), SCARJ (10,3 %) e Casa do Jornalista (6,6%).

dos jesuítas espanhóis, foi um lugar de socialização política que reuniu grandes efetivos. O gráfico abaixo ilustra o resultado sistematizado dos principais locais de sociabilidade partilhados:

Figura 14. Gráfico dos principais espaços de sociabilidade dos jornalistas católicos¹⁷¹



Pelo gráfico acima, pode-se, de certa maneira, apreender um comportamento coletivo mobilizado para exprimir, no plano político, como grupo de pressão, suas reivindicações confessionais no âmbito da imprensa, visto que há uma parcela relativamente grande na fração que corresponde à atuação na ABI. Mas o que chama a atenção na configuração desse grupo de jornalistas que cercam a trajetória de Moses é o predomínio e a tendência de sua inserção associativa em clubes de sociabilidade.

Vale ressaltar que muitos clubes, conforme apontou Sanglard (2010, p.132), “egressos do Império e com forte influência de experiência inglesa, traduziam a hierarquia social existente naquela época”. Ao lado dos tradicionais Cassino Fluminense (1845), que, em 1924 se funde ao Automóvel Club do Brasil (1903), outros foram surgindo, como o Jockey Club do Rio de

¹⁷¹ O gráfico da Figura 14 ilustra apenas a proporção numérica de indivíduos distribuídos nos diferentes espaços de sociabilidade.

Janeiro (1868), o Fluminense Futebol Clube (1903), o Rotary Club do Brasil (1921)¹⁷² e o Touring Club do Brasil (1923). É certo que Herbert Moses participou da direção e/ou da fundação de quase todas essas estruturas, excetuando-se o Cassino Fluminense (1845) e o Fluminense Futebol Clube (1903). Pertencer a esses espaços, sem dúvida reforçava o lugar social do indivíduo. Localizados, em sua maioria, no centro da cidade carioca, eles tornaram-se lugares de “distinção social”. Tomando como referência a quantidade de personagens que frequentavam cada um desses locais, de acordo com a Tabela 3, o percentual total é de aproximadamente 73,72% de participações nos clubes (21,6 % no Automóvel Club, 20% no Jockey Club; 18,33% no Rotary Club; e 13,79% no Touring Club). Esses dados fornecem indícios que permitem confirmar o fenômeno já observado em outros estudos, realizados em nível nacional e internacional, acerca da existência de uma certa correlação entre *elites*¹⁷³ e *clubes sociais*¹⁷⁴. Afinal, existe uma espécie de acordo de autores que trabalham com o tema

¹⁷² De acordo com o verbete “Rotary Club”, escrito por Dereck Boothman, disponível no *Dicionário Gramsciano*, a entidade surgiu “nos Estados Unidos por obra dos industriais que pressionavam para a adoção de sistemas sindicais. Segundo G., trata-se de ‘um saint-simonismo de direita moderno’ [...]. Os Rotary Club constituem uma espécie de religião laica, não universal, mas própria ‘de uma aristocracia eleita’: a doutrina da graça do calvinismo se dissolve e é convertida ‘em motivo de energia industrial’. No código moral rotariano existe a obrigação de ‘servir ao próximo’, entendida como modo de conciliar o interesse em geral e o interesse próprio, também por meio da tentativa de resolver ‘problemas econômicos e industriais comuns’, com a superação do ‘capitalismo selvagem’” (BOOTHMAN, 2017, p. 713). É importante comentar ainda, com base nas informações disponíveis no site *Rotary Club de São Paulo*, que foi Herbert Coates, embaixador dos Estados Unidos em Montevidéu, no Uruguai, e Recorde Monnsen, seu colega no Rio de Janeiro, que trouxeram, em 1916, de Chicago, a atribuição de fundarem o Rotary Clubs nas sedes das suas embaixadas. “Coates o conseguiu, em 1918 e, em 1922, veio ao Rio de Janeiro como representante do Rotary International e, apoiado por alguns integrantes das duas tentativas anteriormente malogradas, conseguiu fundar o Rotary Club do Rio de Janeiro, sob a presidência de João Thomé Saboya e Silva, filiado em Rotary International a 28 de fevereiro de 1923”. Um ponto interessante é que somente Herbert Moses, dentre os anteriormente interessados, participou entre os fundadores, e Recorde Monnsen, responsável pela fundação em 1916, só ingressou no clube em novembro de 1923”. Ver: ROTARY CLUB DE SÃO PAULO, 2020. Seria profícuo pesquisar a relação entre Herbert Moses, o catolicismo e o americanismo, contudo não há espaço aqui para desenvolver tal proposição. O que interessa para a presente pesquisa é que os Rotary Club foram, segundo Gramsci (2017) “alvo de ataques, em particular por parte dos jesuítas”, que suspeitavam que a associação fosse um instrumento para a formação de uma “mentalidade anticatólica (BOOTHMAN, 2017, p. 713), o que explica de certa maneira, a baixa adesão desse grupo em circular projetos e em elaborar eventos ou comemorações dentro da entidade, um valor aproximado à 14 %, isso se consideramos o total de intelectuais católicos selecionados para a elaboração das duas *prosopografias* propostas (a primeira relacionada à trajetória de H. Moses e a outra que se tratará posteriormente, relacionada aos *legionários de Anchieta* e demais colaboradores da ASB) ou seja, aproximadamente 154 sujeitos.

¹⁷³ Há vários significados para o termo. Entre os mais abrangentes, considerando os estudos de Heinz (2006), em conjunto com as considerações feitas por Ramos (2000, p.3), *Elite* “seria um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, com referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade’ ou de distribuição de recursos”. Entender-se-ia por essa palavra, diz Flavio Heinz, citando Scott, os “dirigentes”, as pessoas ‘influentes’ os “abastados” ou “privilegiados”; e isso, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o “poder” da elite impõe-se por si próprio e prescinde de maiores explicações. Para dar conta do termo, porém, é necessário ter presente que as elites ocupam diferentes lugares ao mesmo tempo. Para Flávio M. Heinz, o que vai ajudar a definir as elites é “o exercício concomitante de múltiplas atividades e, por conseguinte, a ocupação de espaços diversos de poder econômico e social” (HEINZ, 1999 b, p.43).

¹⁷⁴ De acordo com Podestá, os clubes sociais, desde sua origem na Inglaterra do século XVIII, são espaços fechados, exclusivos e excludentes. “Un club es, según la definición dada por el Pequeño Larousse Ilustrado: ‘Una

dos *clubes de elite*, pontual ou tangencialmente, como Gramsci (2011)¹⁷⁵, Bourdieu (2007), Ramos (2000), Podestá (2009) e Sanglard (2010), que consideram tais espaços como representativos de um grupo “seleto” que “exclui” e “diferencia” os que consideram “de fora”. Para Diego P. Podestá (2009), os clubes de elite:

Son instituciones donde “lo más selecto de la sociedad” se une y asocia voluntariamente para compartir parte de su tiempo libre en actividades de ocio y recreación. Esta unión voluntaria tiene como fin, a veces, alguna actividad deportiva, actividades filantrópicas, políticas, o bien todas estas actividades en su conjunto. La singularidad de este tipo de espacios está dada porque son instituciones muy cerradas, que marcan una fuerte frontera entre el adentro y el afuera, posibilitando a los de adentro, compartir este mundo exclusivo, junto a personas “iguales” que tienen un importante capital económico, social, cultural, y político. Esto permite un acceso de privilegio a otras esferas de la sociedad, mediante el reforzamiento de estos círculos de sociabilidad (PODESTÁ, 2009, p.1).

Mais adiante,

Podríamos entonces acordar que un club de elite es: Todo club con lógica excluyente, es decir, que no es accesible a cualquier persona con el solo pago de una cuota o inscripción, sino que además exige a sus asociados una recomendación o “ser hijo o familiar de...”. Y que por esta lógica excluyente termina por nuclear a “lo mas selecto” definido como aquellas personas que en una sociedad dada, poseen un cúmulo importante de capital social, cultural y económico (PODESTÁ, 2009, p.1).

Como diz Ramos (2000), as propostas de entretenimento e lazer desses locais atendem aos anseios de uma camada social “detentora do capital econômico e/ou do capital cultural ou, ainda, do capital simbólico” que não apenas quer ser “vista”, como “ato de exibição, isto é, como teatro, mas também como a forma pela qual algo que está presente ao espírito se faz ‘ver’, ou ainda como uma prática que perpassa a ação política” (RAMOS, 2000, p.9). A proposição da autora muito se aproxima daquilo que Chartier (1990, p. 20) caracterizou como “exibição de uma presença” diante de seus pares:

forma de asociación voluntaria en la cual los miembros están organizados en torno a ciertos objetivos específicos comunes de carácter recreativo o cultural: club literario, club artístico’. Por otro lado la palabra elite, refiere en su acepción más clásica a “lo más selecto, lo mejor”. El elitismo es un “sistema que favorece a los mejores individuos de un grupo em perjuicio del estado llano”. En términos operativos, nos es útil adoptar la definición de elite de Busino utilizada por Gayol (2008): ‘quienes ocupaban una posición superior en el espacio político o se encaminaban hacia ese espacio, a quienes tenían fortuna y a quienes gozaban de influencia social’ (PODESTÁ, 2009, p. 1)

¹⁷⁵ Ver, por exemplo, em *Americanismo e Fordismo* a relação que Gramsci realiza entre os Rotary Club, o Y.M.C.A e os grupos de elite. De qualquer modo, pode-se também consultar o verbete de Dereck Boothman, intitulado *Rotary Club* presente no *Dicionário Gramsciano*. Segundo o autor, Gramsci classifica os Rotary como um *saint-simonismo de direita moderno*, uma espécie de “religião laica, não universal, mas própria de uma aristocracia eleita” (BOOTHMAN, 2017, p.713).

Nesse sentido, diz Chartier, a representação faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória. Falo, portanto, da relação entre a imagem presente e o objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme [...]. Eram espaços de elaboração de memória, de reflexão, de recordações, de resistência(s) às mudanças/influências. Falo aqui, portanto, de lugares da memória, isto é, lugares de representações de um modo de vida, uma cultura, uma mundividência (RAMOS, 2000, 240).

Nesse contexto, para a autora, a política é também uma forma de representação, dito de outra maneira, “política e representação se interpenetram” (RAMOS, 2000, p.9). De modo geral, o papel dos sócios não era só usufruir da sociabilidade com seus pares, mas educar a todos pelo exemplo de sua prática social. E se os clubes não eram um espaço político, serviam a uma finalidade política, pois que, tanto o clube cultural, quanto o de esportes, o automobilístico ou o que detém a propriedade do hipódromo, por exemplo, abrigaram, em seu interior, atores imbuídos de ideais políticos, religiosos, sociais. Durante seus eventos e reuniões, os associados trocam ideias, fazem planos e fortalecem seus vínculos políticos, de amizade e parceria. Nas palavras de Ramos, os clubes são verdadeiros *teatros de sociabilidade*, “espaços de representação da trama e da urdidura social na qual se inclui a política” (RAMOS, 2000, p.15).

Pode-se dizer o mesmo das Associações. A presença de tais atores nessas entidades civis, seja na esfera social, filantrópica, comercial, profissional, cultural, política ou religiosa, irá refletir, de certo modo, os projetos nos quais cada um dos membros, individualmente e em grupo, está envolvido. Quanto à distinção entre elas, o que pode diferenciar essas instituições são os propósitos de cada uma, visto que todas elas possuem, como palco de suas ações, a cidade, ou seja, o mesmo espaço “geográfico” ou “ecossistema” (GOMES, 1999, p. 20), são representações no cenário sociopolítico local ou regional.

É o caso da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACDRJ), entidades das quais Moses era presidente. As duas funcionavam como agentes interlocutores entre os indivíduos e os governos municipal, estadual e federal. A primeira, conforme apontou Sodré (1999), constituiu-se em um grande centro político-cultural de irradiação nacional. A segunda, por sua vez, tinha como fito principal identificar e divulgar oportunidades de negócios e potenciais econômicos e turísticos, em uma relação direta entre “empresários” e “industriais”. Nesse sentido, é plausível a observação de que, no grupo pesquisado, aproximadamente 10 personagens exerciam concomitantemente tais funções, como, por exemplo, o jornalista Belizário de Souza, expoente da agroindústria brasileira. O intelectual também foi membro da Sociedade de Comércio, Indústria e Profissões (SCIP) e da

Sociedade de Financiamento Técnico R.I.O.S. LTDA¹⁷⁶. Vale citar, ainda, a acionista da Companhia Indústrias Portella S.A, Malvina Dolabela Portela, e o industrial Jorge Dutra Fonseca. Nesse enleio, encontram-se, também, alguns proprietários agrícolas, como o industrial de tecidos e fundador do Banco de Crédito Real Agrícola em Minas Gerais, Bernardo Mascarenhas; Antônio de Garcia Medeiros Neto, que após o golpe de Estado de 1937, recolheu-se às atividades particulares, entre as quais contavam-se propriedades fundiárias em Alcobaça e Itaberaba (BA); e o fundador da cooperativa de crédito Bancos Rurais do Rio Grande do Sul, conde Pereira Carneiro, dentre outros.

Igualmente, encontra-se, entre os dados, o engajamento de mais 14 intelectuais na comissão de organização do VIII Congresso de Crédito Popular e Agrícola, ocorrido em 1930, como Jonathas Serrano, Osorio Lopes, Antônio Cícero, J.J. Guimarães, Arthur Gaspar Viana, Heitor de Melo, João de Lourenço, A. Porto da Silveira, Augusto de Lima Domingos Robim, Alfredo Balthazar da Silveira, Luiz Melo e os já citados Jorge Dutra Fonseca e Pereira Carneiro, totalizando 23,3 % do corpus pesquisado.

Ressalte-se, por oportuno, um elemento importante, que é a composição social desse VIII Congresso de crédito popular e agrícola, quanto à sua direção eleita, aos seus oradores e aos membros da sua comissão de imprensa, em relação à composição social do movimento católico em seu conjunto.

O evento foi constituído por membros do conselho deliberativo da Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil. Grosso modo, o objetivo era incentivar o crédito agrícola, por meio do *cooperativismo*¹⁷⁷, e a montagem de novos bancos populares nas cidades. Segundo matéria publicada no *Jornal do Commercio* em 30 de julho de 1930, tais intelectuais acreditavam que a segurança do crédito agrícola estaria em ser organizado pela iniciativa particular em forma mutualista, tendo, por princípio, a previdência e, por base, a fraternidade. Assim, os favores concedidos pelos governos poderiam ser passados a esses institutos de crédito

¹⁷⁶ Ver: Revista Almanak... (1930, p. 585). Em relação à Sociedade de Financiamento Técnico R.I.O.S. LTDA, conferir a edição de *A Noite* de 12 de abril de 1934, na qual é possível ver o nome de Belizario de Souza, na seção Especial de reajustamento econômico, como diretor (*A Noite*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1934, p.5).

¹⁷⁷ De acordo com Femenick (2021), o cooperativismo no Brasil caminhava muito lentamente no período anterior a 1930. Para o autor, foi somente após a crise econômica provocada pelo colapso da Bolsa de Nova Iorque, de 1929, e o governo instalado pela revolução de 1930, que o estímulo para a implantação de cooperativas se intensificou no país. Segundo Femenick (2021), “até o princípio do século XX, a legislação brasileira – e o próprio Código de Comércio de 1850 – era omissa quanto às sociedades cooperativas. A primeira regulação legal deu-se pelo Decreto nº 1637, de 05.01.1907, que disciplinou a criação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Todavia, foi com o Decreto nº 22.239, de 19.12.1932, que o cooperativismo foi se consolidando no Brasil”.

agrícola, ou seja, a parte substantiva dos investimentos ficaria sob os auspícios dos 14 bancos populares existentes no Estado¹⁷⁸.

Na presidência, estava o antigo aluno da Companhia de Jesus, Plácido de Mello, então fundador de várias cooperativas de crédito rural, como a cooperativa da Paraíba, do Banco Agrícola de Cascavel (SP) e do Banco Popular de Passo Fundo (RS). Entre os 50 presidentes de honra estavam 9 arcebispos e bispos, 13 governadores do Estado e vários senadores, deputados e sacerdotes. Entre os secretários e membros das Comissões de Bancos Populares, Caixas Rurais e de Imprensa, estava, sob direção, uma mesa composta pelos ex-alunos da Ordem inaciana: Antonio Cícero, J. Guimarães, Heitor de Mello e João de Lourenço. Faziam-se presentes, também, os padres J. Cabral de *A Cruz*, Mario Couto, de *A União*, e Adhemar Jobim, do *Congregado Mariano*. Enfim, encontravam-se nas mesas todos os jornalistas católicos acima referenciados.

Na comissão intitulada, *caixas rurais*, estavam como presidente, o monsenhor Honório da Silveira (1879-1966), também delegado das *Caixas Rurais do Rio Grande do Norte*; como vice-presidente, o cônego Alcidino Pereira (1894-1932), também assistente eclesiástico da *Caixa Rural e Operária da Lagoa* (Distrito Federal) e, como secretários, Manoel Tavares Cavalcanti, delegado das *Caixas Rurais de Paraíba do Norte*, Albano Walmer, gerente da Federação *Raiffeiseana*¹⁷⁹ de Porto Alegre (Rio Grande do Sul)¹⁸⁰ e os padres Artur Costa (1900-1958) e João Raeder. O primeiro deles, jornalista e diretor de *A Imprensa*, órgão arquidiocesano, lente do Seminário, do Colégio Pio X e do Liceu Paraibano e colaborador de *A União*, *Correio da Manhã* e *Era Nova* da capital paraibana; o segundo, vigário paroquial de Barreto, em Niterói (RJ).

Efetivamente, poder-se-ia citar outras referências católicas, afinal o congresso estava sob “o patrocínio de Santa Teresa do Menino Jesus, padroeira das obras dos Congressos de Crédito”, abençoado pelo então arcebispo de Fortaleza (CE) e presidente de honra, d. Manoel

¹⁷⁸ Ver: 8º Congresso... (1930, p. 4).

¹⁷⁹ Em síntese, o nome faz referência a Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818–1888), um dos primeiros fundadores da cooperativa de crédito rural na Alemanha em meados de 1862. Em 1846, segundo informações do *Portal Cooperativismo Financeiro*, Raiffeisen fundou a *Weyerbrusch Consumer Society*, uma cooperativa para abastecimento de cereais e pão. Em 1849, criou a associação *Flammersfeld Aid Society for Impecunious Farmers*, uma sociedade de crédito para agricultores, administrando 33 municípios. Entre os princípios da cooperativa estavam: a responsabilidade ilimitada dos membros, a direção voluntária, a área geográfica limitada e a alocação de excedentes para uma reserva de indivisível. No ano de 1902, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, sob orientação do padre Theodor Amstad, foi constituída a cooperativa de crédito da América Latina, a *Sicredi Pioneira RS*, inspirada no modelo Raiffeisen. Ver: Portal do Cooperativismo Financeiro (2012).

¹⁸⁰ Ver: 8º Congresso... (1930, p. 4).

da Silva Gomes (1874-1950), que assim proferiu em uma das sessões plenárias no Club de Engenharia do Rio de Janeiro¹⁸¹:

De todo o coração abençoo ao Congresso que se vae realizar e procurarei representar-me nelle. Felicito a Federação pelo esforço que emprega para que o cooperativismo, em nossa Patria, seja animado do espirito christão, que o eleva e o faz realmente obra de progresso. (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 set. 1930, p.4).

Considerando o argumento do prelado em seu conjunto e, diante da ênfase concedida ao *jesuitismo*, é forçoso mencionar que, dentre as realizações e iniciativas promovidas por d. Manoel da Silva, o apoio às obras inacianas é, sem dúvida, uma das mais importantes. Foi d. Manoel que se dedicou a trazer os institutos religiosos jesuítas para o Ceará, assim como chamou os Irmãos Maristas (outro apêndice jesuíta)¹⁸² para dirigirem o primeiro colégio particular no estado. O prelado também fundou o jornal *O Nordeste* e auxiliou na criação do Banco Popular de Fortaleza.

É particularmente impressionante, nessa distribuição de funções ou composição social, do congresso, certa proliferação de “agiotas da classe clerical”, fundadores de bancos agrícolas e populares, que, “desprovidos de uma função produtiva”, como bem sublinhou Gramsci (2011, p. 187) ao relacionar as categorias *intelectuais, clero e propriedade fundiária*, acreditavam ser indispensáveis (como força social e política) para a elaboração de um projeto de recuperação econômica marcado pelo protecionismo do Estado.

Com base nessa constatação, não se deve minimizar o depoimento convincente de um representante do congresso ao *Jornal do Commercio*, em matéria publicada em 30 de julho de 1930, sobre a profícua trajetória econômica do Banco Popular e Agrícola de Monte Mór, localizado na região metropolitana de Campinas (SP), em cuja presidência estava Ataliba Moura:

¹⁸¹ O Clube de Engenharia do Rio de Janeiro foi fundado em 24 de dezembro de 1880. De acordo com os autores Baracho *et al*, em artigo intitulado “Henrique de Novaes: um interlocutor de ideias no Clube de Engenharia”, a associação “consolidou-se como importante divulgador da engenharia brasileira, de modo especial com a criação da *Revista do Clube de Engenharia*, cuja circulação teve início em janeiro de 1887 e se mantém reformulada até os dias atuais.

¹⁸² De acordo com informações disponíveis no site do Colégio Marista Arquidiocesano, foram os jesuítas que dirigiam o colégio até 1902 e, só posteriormente, iniciou-se um processo de transferência para os irmãos maristas. “Os irmãos Maristas franceses foram convidados, com o apoio do bispado gaúcho, a trabalharem na obra educativa. Cumprido o acordo em 1903, chegavam os três primeiros Maristas, sendo João Domingos (nomeado o primeiro diretor da Comunidade dos Irmãos em Santa Cruz do Sul), Ângelo Casimiro e Luís Emanuel. Em 1904, vieram os Irmãos Tarcísio e Desiré Teodósio. No ano de 1908, a direção da Comunidade passou para Irmão Laurentino. O ensino estava a cargo dos Maristas, mas a direção-geral, a disciplina e o internato continuavam com os Jesuítas. Só em 1913 o colégio passa efetivamente para as mãos dos Maristas” (COLÉGIO MARISTA SÃO LUIS, c2018).

[...] com vitais interesses em nossa indústria rural, não tenho o menor receio em afirmar, traduzindo o sentir unanime de classe que, há muito, se collocaram na vanguarda para o progresso local, o trabalho assíduo e profícuo e a assistência permanente e benemerita do Banco Popular Agrícola de Monte Mór, nos treze anos de sua trajetória admiravel. Caracterizado por actos de optima finalidade e consolidado em realizações grandiosas, esse estabelecimento bancário é a fonte de engrandecimento e da organização, em que nos encontramos, em todas as atividades, notadamente mas que dizem respeito à agricultura (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1930, p.4).

De fato, por um ponto de vista, uma política que favorece créditos em bancos populares para setores estratégicos acaba fazendo com que o dinheiro vá para aqueles que se colocam “na vanguarda do progresso local”. Dada, ainda, a substancial munição entregue a outra “classe”, em especial, aqui, à clerical, não se pode esquecer que a propriedade, particularmente, a fundiária, foi definida pelo código social da Igreja e do *Sylabus* como “natural e inviolável”. Além disso, esse período em que ocorreu o congresso, coincidiu com a publicação da já referida encíclica do *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI. Num contexto social diferente, caracterizado pela crise do sistema capitalista, Pio XI defendia a validade intemporal dos princípios Leoninos, elucidando e, até mesmo, aprofundando a doutrina social do predecessor. E, entre os princípios que Pio XI considerava como fundamentais, estavam: o cooperativismo, a subsidiariedade ou função supletiva dos grupos, a harmonia e a cooperação entre as classes, a propriedade privada, o papel do Estado na sociedade “para que as leis e instituições sejam tais que, da própria organização do Estado, emane espontaneamente a prosperidade da nação e dos indivíduos” (PIO XI apud DE SANCTIS, 1972, p.58).

Como reafirma Gramsci, o conceito de “direito natural é essencial e integrante da doutrina social e política católica” (GRAMSCI, 2011, p. 205). Mas, ainda para além do que já foi dito, tais medidas de ordem geral, de reconstrução econômica associada ao cooperativismo, dependeriam fortemente, da difusão e valorização de certa instrução profissional, de certa organização do trabalho nacional. Cumpriria, portanto, aos “radicais jesuítas” e aos seus colaboradores, promoverem todos os meios, para que impregnar as ideias e as instituições sociais e políticas do espírito da doutrina da Igreja. Bem mais do que isso, o pensamento social dos católicos, tal como alude Gramsci, era um verdadeiro “oportunismo político”:

o “pensamento social” católico tem um puro valor acadêmico: é preciso estudá-lo e analisá-lo como elemento de ópio ideológico, tendente a conservar certos estados de espírito de expectativa passiva de tipo religioso, mas não como elemento diretamente ativo de vida política e histórica. Decerto, ele é um elemento político e histórico, mas de caráter absolutamente particular: é um elemento *reserva*, não de primeira linha, e por isso pode ser a qualquer

momento “esquecido” na prática “silenciado”, mesmo sem que a ele se renuncie completamente, já que pode se representar a ocasião para voltar a usá-lo. Os católicos são muito astutos, mas me parece que, neste caso, sejam astutos demais. (GRAMSCI, 2011, p.193-194).

Esse *elemento de reserva* do pensamento social católico será melhor analisado posteriormente, ao contemplarmos, neste estudo prosopográfico, o acréscimo considerável de intelectuais que atuavam na Ação Social Católica (ASC), nomeadamente inseridos em instituições sociais, culturais, filantrópicas e/ou caritativas.

Destarte, o fato de serem associações civis sem fins lucrativos, com o possível benefício da isenção, ou imunidade, no tocante a alguns impostos, por exemplo, não significava, necessariamente, na concepção de tais intelectuais, que elas não poderiam auferir lucros, ponto que fica bem claro nos estatutos da ASB¹⁸³, entre outros documentos. De acordo com o regimento do grupo, a distribuição sob princípios cooperativistas deveria seguir as “distinções de classe”, visto que a “distribuição da riqueza”, era, como diziam, “disposições de Deus” (MARTINS, [1931?], p.41). Nesse caso relaciona-se ao objeto social a aplicação dos recursos: o que é vedado é a distribuição dos lucros “as classes pobres”, não a aplicação de recursos na própria atividade.

Em síntese, a discussão, reside apenas na controvérsia em torno dos termos “fins econômicos sociais” e “fins lucrativos”. A situação se mostra mais grave quando, em um exercício meramente teórico, tenta-se conceitualizar “atividade bancária”, ou simplesmente o termo “banco”, em proximidade aos termos “catolicismo” e “cooperativismo”, que, em essência e princípio, não deveriam ter finalidade lucrativa¹⁸⁴. A pergunta que fica é: Do ponto de vista econômico, e até mesmo jurídico-constitucional, onde se enquadraria um banco de crédito popular e agrícola de base católico-cooperativista como o proposto por d. Manoel da Silva Gomes?

E a conclusão que se extrai, embora controversa, é a de que há, de fato, sempre a possibilidade de pessoas acortinadas por essas instituições auferirem vantagens particulares em

¹⁸³ Ver: Haydn (2017).

¹⁸⁴ Sobre esse aspecto há um interessante estudo desenvolvido por George Alberto de Freitas (2013). Em síntese, para o autor, os bancos são instituições comerciais (empresas) que fazem a intermediação entre os agentes superavitários e os deficitários da economia. O primeiro grupo é constituído pelo conjunto de pessoas que possui ativos aplicados naquelas instituições em troca de segurança e rendimentos, enquanto que o segundo é formado por aquelas que necessitam financiar seus empreendimentos ou simplesmente realizar seus desejos consumeristas. Assim, o conceito “banco” tem, como finalidade precípua, o lucro. Nesse caso, o autor problematiza qual seria a finalidade, do ponto de vista jurídico-constitucional, de um “banco” privado sem fins lucrativos, organizado sob princípios cooperativistas, e mais, onde tais associações se enquadrariam? Conclui que, em sendo uma “associação civil sem fins lucrativos”, não poderia um “banco popular” atuar como se fosse “banco”, mas, por outro lado, se cumpridos os requisitos legais, “admite-se o gozo de privilégios tributários” (FREITAS, G. 2013, p.6).

detrimento dos supostos beneficiários. Ora, embora não haja distribuição de lucros (o que, no entanto, talvez ocorresse de maneira disfarçada) entre os associados e, em regra, os bancos populares não cobrem juros ou taxas, nada impediria que juros e taxas pudessem ser cobrados. Talvez a “astúcia” “oportunista” esteja aí. Essa preocupação é relevante e, porém, como já fora mencionado, busca-se-á a interpretação do fenômeno analisando-o em face de outros indícios mais adiante.

Em relação à ABI e, retornando à questão dos espaços de representação social e política do grupo em estudo, percebe-se, na entidade, um percentual coletivo de participações de aproximadamente de 71,6 % os jornalistas pesquisados, isso se considerarmos na análise apenas as fontes nas quais foi possível encontrar registros efetivos, o que não impossibilita, por sua vez, pensar a hipótese de que todos os jornalistas selecionados foram, de fato, associados à ABI. A veracidade da assertiva apoia-se nas trajetórias individuais e sociais, e na notável colaboração de cada um deles em diferentes periódicos; e, finalmente, o que talvez supra a lacuna deixada pela ausência de informações e comprove a licitude do fato, é o importante papel que todos atribuíam à associação no cenário político-institucional do país, como espaço de difusão de ideias, de ascensão e/ou de distinção social.¹⁸⁵

É verdade que a associação tinha, entre seus objetivos, assegurar à classe jornalística direitos trabalhistas assistenciais, pleiteando, assim, melhores condições de vida para os profissionais do setor, o que resultou, em alguns casos, “em distorções e privilégios injustificáveis numa sociedade em que a maioria dos trabalhadores tinha dificuldade em obter garantias trabalhistas essenciais” (MOREIRA; MARTINS, 2016, p.28). Dentre essas distorções, os autores Moreira e Martins (2016, p. 28), destacam as mais flagrantes, por exemplo, as leis que concediam aos “jornalistas profissionais descontos (e em alguns casos a gratuidade) em transportes públicos e a isenção fiscal (prevista na Constituição de 1946) que os excluía do pagamento do imposto de renda e de outros tributos, como impostos prediais e de transmissão de bens”.

Inobstante, a instituição não estava restrita apenas a essa funcionalidade. De acordo com Sodré (1999), a ABI teve o seu patrimônio enriquecido, tornando-se uma entidade poderosa justamente na fase ditatorial (1937-1945). Como já foi mencionado, ainda em 1934, a

¹⁸⁵ Em relação à construção de uma identidade profissional e social “distinta”, Moreira e Martins (2016), salientam que tanto os associados da ABI, como os primeiros jornalistas brasileiros, se enquadravam quase sem exceção, no perfil de bacharéis “inseridos num ambiente intelectual construído com base nas tradições mercantilistas e absolutistas portuguesas”. Consideravam-se, majoritariamente “intelectuais”, “letrados num mar de analfabetos”, fruto de uma percepção ideológica herdada desde o período colonial, desde o predomínio absoluto de Coimbra como principal centro formador do país (MOREIRA; MARTINS, 2016, p.29).

expectativa era de que a ABI se transformasse “num centro de estudos e de cultura, numa oficina de trabalho em proveito da comunhão nacional” (SODRÉ, 1999, p.309). Lá realizaram-se vários encontros, entre festas, cursos, apresentações e conferências, cujo cerne era a circulação de propostas e de projetos com características socioculturais e políticas que visassem tanto à proposição de uma identidade nacional (inclusive católica)¹⁸⁶, como contribuir para a elaboração da identidade profissional dos jornalistas brasileiros, “partilhando uma interpretação comum sobre o mundo, de um sentido geral, que permearia suas diferentes ações e comportamentos” (MOREIRA; MARTINS, 2016, p.27).

É importante sublinhar que será na ABI e na Academia do Comércio¹⁸⁷ que intelectuais católicos irão se reunir para organizar o ciclo de conferências e de homenagens públicas à

¹⁸⁶ Interessante notar que a relação entre a ABI e a Igreja é contígua, estendendo-se, com certa intensidade, até a fase ditatorial (1937-1945). Em relação à utilização dos espaços da ABI por intelectuais católicos para tratar de diferentes assuntos ligados à Igreja nesse período, inclusive no que se referia às temáticas da chamada “missão apostólica da imprensa”, que viria a constituir e influenciar a identidade de alguns quadros da associação, em especial, diretores e redatores, encontram-se, entre tantos outros exemplos, os seguintes indícios:

1 – A homenagem para Osório Lopes, presidida por H. Moses e pelo padre Alfredo Arruda Câmara (1905–1970), realizada na sede da ABI. Na matéria desenvolvida pelo jornalista de *A Cruz*, é possível perceber a ligação do presidente Moses à atividade religiosa do jornalista católico. Nesse texto, o articulista assim expõe: “Depois de exaltar o poder divino da imprensa a sua força apostolar, refere-se o orador ao jornalista católico Osório Lopes o qual, tendo batalhado toda a vida pela vitória dos ideais da Igreja em nossa terra, morreu tragicamente na mais honrada pobreza”. No final, Moses reafirma a colaboração entre a imprensa e a Igreja. (HOMENAGEM..., 1947, p. 3); 2 – Em uma nota de *A Cruz*, publicada em 17 de março 1946, é possível verificar que o Partido Democrata Cristão (PDC) reuniu-se várias vezes no salão nobre da ABI, sendo que muitos desses encontros foram presididos pelo padre de formação jesuítica Alfredo de Arruda Camara (1905–1970), então parlamentar e constituinte. O interessante é a conclusão do artigo, ao relatar que o padre “abriu fogo” contra a minoria Comunista que ali estava presente na ABI. Ver: Uma sessão...(1946, p.1); 3 – As homenagens, comemorações e conferências eram frequentes. Everardo Backheuser, por exemplo, comemorou o 50º aniversário de seu magistério no salão nobre da associação (PROFESSOR..., 1944, p. 2). As festas em benefício de entidades beneficentes promovidas pela Ação Social Católica Feminina (ASF) também aconteceram por lá (*A Cruz*, Rio de Janeiro, 24 out. 1943, p.1). Entre as diversas conferências promovidas no salão nobre ou na biblioteca da ABI, sinalizo, aqui, uma destinada a homenagear a figura de d. Gannon, bispo de Erie, Pensilvânia. O título era *Religião e Panamericanismo*. Na conferência o bispo, cuja atuação política fora destinada à imprensa católica, falou da necessidade e responsabilidade de se desenvolver uma “imprensa católica militante, vigorosa e inteligente, capaz de eficientemente atuar nas consciências dos indivíduos e no sentido da política nacional e internacional”. A “solenidade”, além do mais, valeu como uma lição para que, no setor religioso, os dois países, “Estados Unidos da América e os Estados Unidos do Brasil”, se responsabilizassem pelo fortalecimento dos quadros da Ação Católica, dos mestres católicos e dos jornalistas que militavam no jornalismo de apostolado, visto que a todos incumbiria o dever de “batalharem nesse terreno a prol de uma América pacificada, esclarecida, justa e católica”. (RELIGIÃO..., 1942, p. 1.).

¹⁸⁷ Em 1902, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro foi extinto e foi criada a Academia de Comércio do Rio de Janeiro (ACRJ) sob a superintendência da recém-criada Sociedade Brasileira de Instrução. Por meio do Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905, a ACRJ foi declarada Instituição pública, possuindo, segundo Marroni (2003, p. 6), dois cursos: “Formação geral: Habilitando para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos de fazenda. Nível superior: Habilitando para os cargos de agentes consulares, funcionários do ministério das relações exteriores, atuários de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas comerciais”. De acordo, ainda, com Maria de Fátima Paula (2008), o objetivo da Academia era instaurar cursos que proporcionassem aos jovens uma cultura comercial sólida. Em 1919, o diretor da Academia de Comércio, Conde Cândido Mendes de Almeida, “baseado no 1º Congresso Americano de Expansão Econômica e Ensino Comercial, transformou o curso superior de economia em Faculdade de Ciências Econômicas. Nesse mesmo ano, assiste-se à fundação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, a

Companhia de Jesus, ocorridas em todo o ano de 1934. E será nesses locais, também, que irão se reunir (não somente os jornalistas, mas os 127 intelectuais selecionados) para planejar a instalação da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus, entidade leiga de irradiação cultural por toda América do Sul, como se verá mais adiante. Tais espaços, são, portanto, o *locus* privilegiado de representação desse grupo de elite católica carioca.

Por fim, mais especificamente, no tocante aos *produtores de periódicos*, categoria utilizada aqui para designar um grupo formado por fundadores, diretores, redatores e/ou editores das folhas seriadas conforme propôs Vieira (2019), chega-se à dimensão de 23 atores (39%) em relação ao total dos 60 sistematizados acima, que exerciam tais funções. Esse dado possibilita compreender, de certa maneira, aspectos estruturais ou elementares dessa rede de jornalistas católicos. Foi, provavelmente, por meio de amizades (relação afetiva) e de possíveis fidelidades aos objetivos políticos que os subtendiam, que tais intelectuais organizaram-se para trabalhar em conjunto e ao mesmo tempo em diferentes empresas jornalísticas.

Pela tabela abaixo pode-se também observar o quantitativo aproximado de sujeitos que atuaram coletivamente nos seguintes jornais:

Tabela 4 - Relação cruzada de participações em jornais

Jornais	Quantitativo aprox.
Jornal do Brasil	16
A Cruz	14
Correio da Manhã	10
Jornal do Commercio	8
Revista A Ordem	7
O Jornal	5
A Noite	4
Diario de Noticias	4
Diario da Noite	3
A Patria	3
O Globo	3
O Paiz	2
A Tribuna	2

Fonte: Gráfico elaborado com base na análise prosopográfica.

Percebe-se que a forma de participação desses jornalistas católicos é a mais variada possível, contudo é significativa a atuação em *O Jornal do Brasil*, *A Cruz*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*. Note-se, que tais periódicos eram, conforme definiu Sodré (1999), *empresas jornalísticas*. Alguns deles eram “sisudos e conservadores”, como *A Cruz*, o *Jornal*

primeira escola superior de Economia do Brasil. Nos anos 1950, a Academia, que continuava a manter economicamente a Faculdade, transforma-se na atual Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, dedicada exclusivamente ao ensino médio” (PAULA, M. 2008, p. 70-71).

do Brasil e o *Jornal do Commercio*, sendo que este último, cuja fundação, dada em 1827, remonta ao período imperial, era lido particularmente “pelos homens de classe, pelos políticos e pelos funcionários graduados” (SODRÉ, 1999, p. 283).

Uma “empresa sólida e prestigiosa”, o *Jornal do Commercio* assumiu como redator-chefe, durante os anos de 1920, o advogado, crítico literário e jornalista Antônio Castilho de Alcântara Machado de Oliveira (1901 -1935), grande amigo de Amélia de Rezende Martins e colaborador dos projetos da ASB. Entre os anos de 1930 a 1935, o jornal era de propriedade da empresa Rodrigues & Comp., sendo que os sócios, Felix Pacheco (1879-1935) e Oscar Rodrigues da Costa, eram também os diretores principais. Na redação estava o sociólogo e economista Victor Viana. Com o falecimento de Felix Pacheco, em 1935, assume, provisoriamente, como diretor-gerente, o engenheiro e antigo assistente técnico do Departamento Nacional de Indústrias, cargo que ocupou de 1931 a 1934, José Cândido de Lima, para, posteriormente, entre 1936 a 1939, integrar a diretoria Elmano Cardim (1891-1979)¹⁸⁸, função que exerceu ao lado da viúva de Pacheco, Dóra Rodrigues Pacheco, então única sócia solidária da empresa¹⁸⁹.

Não foi possível encontrar muitas referências em relação à adesão ou militância desse grupo de produtores em atividades diretas da Igreja, mas é possível ver alguns intelectuais, como Cândido de Lima e Dóra Rodrigues, grassando pela catedral metropolitana nas missas de ação de graças, ao lado de filiados em organismos da Ação Católica, como Afonso Celso, Maria Eugenia Celso, Herbert Moses, Conde Pereira Carneiro, Max Fleiuss, Geraldo Rezende Martins, João de Assis Lopes Martins, Amélia de Rezende Martins, Augusto de Lima, Sebastião Sampaio, entre outros¹⁹⁰. Dóra também frequentava a Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada no Leme, e a Igreja da Paz, em Ipanema. Vale mencionar que o batizado de sua neta, Maria Inez, foi efetuado nesta última, sendo a própria avó a madrinha¹⁹¹.

¹⁸⁸ Segundo informações disponíveis no Núcleo virtual da Rede de Memória do IBGE: Elmano Cardim “iniciou suas atividades jornalísticas em 1908, como repórter do jornal “O Século”. Também foi revisor do jornal “Diário do Comércio” e chefe de revisão do “Diário de Notícias”. Em 1909, ingressou como revisor no “Jornal do Commercio”, onde, por sua destacada atuação, não demorou a passar a redator e, posteriormente, diretor, até tornar-se, em 1941, coproprietário do órgão da imprensa nacional. [...] Elmano Cardim teve outras significativas atuações: [...] integrou, em 1940, a Comissão Censitária Nacional que realizou o Recenseamento Geral do país [...]. Em maio de 1950, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras [...] e em 1958 presidiu a Academia. Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1937, e um dos fundadores, em 1938, do Instituto Histórico de Petrópolis [...]. Presidente do IBGE no período de 27 de setembro de 1954 a 17 de novembro de 1955”. Ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2020?].

¹⁸⁹ De acordo com o decreto 3.708, de 10 de janeiro de 1919, referente ao Código Comercial, em seu artigo 9º, a categoria de *sócio solidário* corresponde ao indivíduo que responde pessoal e ilimitadamente pelas obrigações sociais da empresa. Ver: Brasil (1919).

¹⁹⁰ Ver: O incêndio... (1932, p.3).

¹⁹¹ Ver: Casamentos (1937, p.2); Batizados (1938, p.4).

Outro aspecto interessante encontrado foi a visita do cardeal d. Sebastião Leme à residência de Pacheco, em decorrência de sua morte. Segundo matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em 7 de dezembro de 1935, o cardeal dirigiu-se imediatamente à casa do diretor após receber a comunicação de sua morte. Ali chegando, “foi ao leito em que jazia o morto e ajoelhado orou por algum tempo. A seguir, retirou-se” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 dez 1935, p.6).

Vale ressaltar que muitos outros militantes católicos colaboraram com o jornal, como já mencionado. Entre eles: Afonso Celso, e sua filha, Maria Eugenia de Assis Figueiredo Carneiro de Mendonça (1886-1963); a escritora e jornalista Lina Hirsh (1868-?); o então secretário-chefe de redação Sebastião Sampaio; o redator e também colunista da seção “Vida Católica”, Jorge Dutra da Fonseca (1892-1933); o jornalista Antônio Cícero (auxiliou na redação) e, até mesmo, o vice-presidente da Associação dos Professores Católicos, Alfredo Baltazar da Silveira (1888-1966).

Já o jornal *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt (1866-1943), ex-aluno do curso de Direito, cujo professor fora o comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa¹⁹², Cândido Mendes Almeida (1818 -1881), desde logo se caracterizou como “jornal de oposição”, o que, segundo Sodré, “lhe valeu grande prestígio nas camadas populares”. Contudo, por se tratar de uma *empresa*, de forma alguma neutra, principalmente no que se refere à sua finalidade política, o jornal também se constituiu como “veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes” (SODRÉ, 1999, p. 287). Nessa empresa, é possível identificar os mesmos colaboradores do *Jornal do Commercio* acima mencionados, com o acréscimo das participações de: Everardo Backheuser (1879-1951), Manuel Paulo Filho (1890-1969), João de Lourenço, Heitor Melo e o Antônio Augusto de Lima, todos membros da Comissão de Imprensa e Propaganda da AAACJ.

Com esse adendo, é interessante notar a relação entre as categorias *produtores de periódicos* e *elite*. Entre os produtores listados, havia uma presença significativa de uma elite oriunda do império, perfazendo cerca 45 % do total. Ao centralizar-se a análise no *Jornal do Brasil*, a característica que representa o conceito pode novamente ser ratificada.

¹⁹² Segundo informações do site *Wikipédia*, “a ordem foi instituída pelo rei D. João VI de Portugal em 6 de fevereiro de 1818 [...]. O objetivo do rei, grão-mestre da nova Ordem Militar Leiga, era homenagear a padroeira Nossa Senhora da Conceição (designada por alvará de 1646) pelo motivo de Portugal ter sobrevivido, como país independente, às guerras napoleônicas que tinham assolado o país e a Europa. Em outubro de 1910, extinguiu-se como ordem militar, embora o rei D. Manuel II no exílio e os pretendentes a Duques de Bragança que lhe sucederam tenham continuado a utilizar as insígnias desta ordem”. Ver: Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (2021).

Cabe registrar, de acordo com Sodré (1999, p. 284), que o *Jornal do Brasil* foi um “ninho de coronéis da Guarda Nacional” sob a direção de dois católicos e antigos alunos da Companhia de Jesus, os condes Fernando Mendes (1845-1921) e Cândido Mendes de Almeida Filho (1866-1939), “com o clássico português como secretário, no caso Artur Costa”; na redação, destacavam-se (novamente) o conde de Afonso Celso (1860- 1938), Andrade Silva e Joaquim Osório Duque-Estrada (1870-1927).

Entre os anos de 1930 a 1934, a propriedade da Sociedade Anonyma “Jornal do Brasil”, então localizada na Avenida Central (atual Av. Rio Branco), tinha, na direção e presidência o *conde papal* Ernesto Pereira Carneiro (1877- 1954)¹⁹³, além de João Luiz dos Santos (diretor), A.G. da Rocha Fragoso (diretor-tesoureiro) e J. P. Brito Filho (diretor-secretário). Entre os redatores principais estava Barbosa Lima Sobrinho. Na época, o jornal expedía exemplares para todo o país e para o exterior, atingindo uma tiragem média diária de 60 mil exemplares.

Quadro IX - Relação de produtores no *Jornal do Brasil* (1930-1939)

Ano	Edições consultadas	Diretoria
1930 - 1933	Nº 1 a 309 (ano XL) Nº 1 a 312 (ano XLI) Nº 1 a 312 (ano XLII)	(Presidente) Ernesto Pereira Carneiro (Diretor) João Luiz dos Santos (Diretor-Tesoureiro) A. G. da Rocha Fragoso (Diretor Secretário) J. P. Brito Filho
1934 - 1938	Nº 1 a 312 (anos XLIV- XLV) Nº 1 a 312 (anos XLIV - XLV) Nº 1 a 311 (anos XLV - XLVI) Nº 1 a 306 (anos XLVI - XLVII) Nº 1 a 308 (anos XLVII- XLVIII)	(Presidente) Ernesto Pereira Carneiro (Diretor) José Pires do Rio (Diretor-Tesoureiro) A. G. da Rocha Fragoso (Redator Principal) Barbosa Lima Sobrinho (Gerente) A. Brusati
1939	Nº 1 a 309 (anos XLVIII - XLIX)	(Presidente) Ernesto Pereira Carneiro (Diretor-Tesoureiro) J. Pires do Rio (Diretor-Secretário) Anibal Freire da Fonseca

Fonte: Elaborado com dados coletados nos Arquivos da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2021).

Há registros de que os *laços* que prendiam Barbosa Lima Sobrinho e Rocha Fragoso no jornal também se atavam em torno do catolicismo, afinal os dois estavam presentes em quase todas as comemorações realizadas em homenagem ao *Dia do Papa* entre os anos de 1928 a 1932, ou seja, esses produtores não se colocavam numa posição ideológica oposta à Igreja. Entre os seus secretários, encontra-se J. Guimarães, antigo aluno da Companhia de Jesus e membro da comissão de imprensa da AAACJ.

¹⁹³ Ernesto Pereira Carneiro recebeu o título de conde papal, dado pela Santa Sé, em 1919, pelo então papa Bento XV (1914–1922), em decorrência de ter ajudado (por meio de subsídios econômicos) o estado do Rio de Janeiro a enfrentar a chamada gripe espanhola, em 1918.

Contudo, a *face jesuítica* mais evidente desse periódico é, sem dúvida, o seu próprio presidente. Ernesto Carneiro era o principal acionista do jornal e desde 1919 cuidava essencialmente do seu setor comercial e financeiro. O *conde papal*, amigo, dentre tantos católicos, de Afonso Celso, Porto da Silveira, Fernando Magalhães e do próprio d. Sebastião Leme, esteve presente em diferentes projetos culturais da Igreja. Há indícios de que esse personagem fez parte da comissão executiva da Junta Arquidiocesana de Ação Católica em meados de 1938, junto com Francisco Negrão de Lima, Oswaldo Aranha, Artur de Souza Costa, Francisco Campos, Adalberto de Souza Braga Mello, Fernando Magalhães e Alberto Porto da Silveira¹⁹⁴.

O intelectual foi também sócio fundador da rádio católica Vera Cruz e da Sociedade Católica Vila Universitária (SCVU) ao lado de Francisco Campos, Amoroso Lima, Jonathas Serrano, Pio Ottoni e Everardo Backheuser¹⁹⁵, assim como integrou a comissão de imprensa e propaganda da AAACJ. Além disso, esteve presente, dentre tantas outras comissões, naquela que organizou a missa receptiva em homenagem a d. Leme no *Transatlântico Dullio*, em meados de 1930, em decorrência de seu retorno da viagem à Santa Sé, e na encarregada de planejar o referido *Dia do Papa*¹⁹⁶.

Outro dado importante da trajetória do *conde papal* é que ele foi deputado constituinte em 1933, sendo reeleito, em 1935, pelo Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF). Na sessão preparatória da Assembleia Nacional Constituinte, ocorrida em 1933, é possível ver o intelectual ao lado de outros “colaboradores jesuítas” de nossa lista, tais como: Carneiro Leão, Francisco Solano Carneiro da Cunha, padre Alfredo de Arruda Câmara, Henrique Toledo Dodsworth, Augusto do Amaral Peixoto Jr, Raul Leitão da Cunha, Oscar Weinschenck, Antonio Augusto de Lima, Francisco Negrão de Lima, José de Alcantara Machado de Oliveira, Carlota Perreira de Queiroz, entre outros¹⁹⁷.

Há aí, pensando bem, outra característica que marca esse grupo de 60 jornalistas católicos que cerca o itinerário de Herbert Moses, qual seja, a sua atuação direta em cargos políticos (eletivos ou por concurso público/ nomeação). Ao se observar de perto, de fato, encontra-se um percentual de aproximadamente de 31,6 % eles nessas funções, como se vê no Quadro IX, abaixo:

¹⁹⁴ Ver: *A Noite*, Rio de Janeiro, 27 out. 1938, p.2.

¹⁹⁵ Ver: *A Cruz*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1934, p.4.

¹⁹⁶ Ver: *O dia...* (1932, p.6); *Missa...* (1930, p.3) e *Sociedade católica...* (1936, p.9).

¹⁹⁷ Ver: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1933, p.10.

Quadro X – Alguns personagens que desempenharam funções político-administrativas e/ou foram filiados a partidos políticos

Nome	Ocupação
Afonso Celso de A. Figueiredo Jr.	Deputado (MG)
Antônio C. de Alcântara Machado de Oliveira	Secretário da bancada paulista na Assembléia Constituinte, em 1933. Deputado Federal pelo Partido Constitucionalista de São Paulo.
Antônio de Garcia Medeiros Neto	Fundador do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia. Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 1933. Senador Federal pela Bahia, de 1935 a 1937. Fundador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1945.
Ana Amelia de Q. C. de Mendonça	Membro do Tribunal Eleitoral, fazendo parte da mesa apuradora nas eleições de 1934 e, durante três anos, delegada do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres, em Washington, Estados Unidos. Em 1935, foi nomeada delegada oficial do Brasil para um congresso de mulheres em Istambul, Turquia.
Alberto Porto da Silveira	Delegado geral do Estado do Rio de Janeiro nomeado pela seção de Serviços Econômicos do Ministério das Relações Exteriores.
Antônio Augusto de Lima	Governador de Minas Gerais, em 1891. Deputado federal pelo Distrito Federal, em 1906. Participação no Governo Provisório, em 1930.
Belizario de Souza	Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, em 1916 e Deputado Federal pelo mesmo estado em 1928.
Antônio Augusto de Lima	Governador de Minas Gerais, em 1891. Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, em 1906.
Everardo Backheuser	Filiado ao Partido Republicano Conservador (PRC). Deputado da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 1910 e 1915. Compôs a Comissão de Instrução, Saúde e Obras Públicas.
Flavio da Silveira	Deputado pelo Distrito Federal, em 1930.
Francisco Solano Carneiro da Cunha	Deputado Federal pelo estado de Pernambuco, em 1924 e 1927, Participou da Aliança Liberal Nacional. Deputado por Pernambuco à Constituinte, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), em 1933. Representante do estado de Pernambuco na Comissão Constitucional Carta, de 1934
Levi Fernandes Carneiro	Funcionário do Departamento de Contas do Ministério da Marinha. Presidente do Comitê Legislativo, de 1931 e 1933. Presidente do Comitê de Revisão de Contratos do Ministério dos Transportes, de 1931 a 1932. Delegado profissional na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, em 1933.
Malvina Dolabella Portela	Membro do Partido Republicano Universitário (PRU), em 1931.
Rodrigo Octavio Filho	Membro da Comissão Legislativa do Governo Provisório. Delegado brasileiro no Conselho Interamericano das Câmaras de Comércio e Produção, realizado, em Chicago, em 1948 e, em Santos, em 1950.
Manuel Paulo Filho	Deputado da Bahia à Assembleia Constituinte, em 1933.
Alfredo Baltazar da Silveira	Oficial de Gabinete do presidente constitucional do Paraná Afonso Camargo
Sergio Diogo Teixeira	Secretário Geral do Partido Diretório Regional (PDR) e candidato a vereador.
Cândido Mendes de Almeida	Membro do Ministério Público do Distrito Federal, em 1934. Nomeado presidente do Conselho Penitenciário e do Patronato Jurídico dos Condenados
Ernesto Pereira Carneiro	Deputado constituinte, em 1933 e 1935, pelo Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF).

Fonte: Quadro elaborado com base nas informações da análise prosopográfica.

De forma geral, perpassando todos os casos até aqui, pode-se presumir que o perfil encontrado é o de uma *elite de produtores intelectuais católicos* reconhecidos como lideranças,

tanto na política como na economia. Não obstante, a fim de que essa característica possa prevalecer, é preciso, ter em mente que esse grupo é bem heterogêneo, sendo muito difícil afirmar com exatidão quais laços os mantinham coesos. Certamente não foi apenas o “credo em comum”. Amizades, interesses políticos, econômicos e profissionais, são alguns dos fatores sinalizados que poderiam ter unido esse grupo. Mas não se deve esquecer que, ser “unido por interesses comuns”, não significa em hipótese alguma, “ser um grupo homogêneo”.

No que se refere a esta pesquisa, o interesse na trajetória de Herbert Moses foi a espinha dorsal, na medida em que esse personagem articulava as categorias imprensa, catolicismo e lideranças políticas e empresariais, produzindo a identidade de um grupo de *elite* que utilizava, como principal meio de comunicação e expressão, os periódicos impressos de caráter opinativo.

Pode-se conjecturar, ainda, que todos são advindos de famílias situadas em um estado de intermediário a alto, ou que têm foros da nobreza civil; além disso, que são intelectuais, “bacharéis”, ou seja, de formação acadêmica propícia a alçarem postos de elite dirigente, quer do poder central, quer dos estados. Com base nos dados coletados, verificou-se que pelo menos 39% eram formados em curso de Direito, por exemplo. E mais, os meios mensurados (industrial-comercial-rural), associados ao desempenho de funções exercidas, tanto na burocracia do império¹⁹⁸ como na participação política republicana, e correlacionados às trajetórias sociais nos clubes, academias e associações, provariam, também, esse pertencimento do grupo a estamentos sociais mais altos.

Sem dúvida, o poder econômico e político desses intelectuais foi mais um fator que contribuiu para a elaboração de uma ideologia cultural, ou ético-política-jesuítica, em escala local e nacional, visto que o segmento conseguiu montar estratégias diversificadas (em redes de colaboração) para legitimar e manter seu posicionamento de prestígio junto aos governos municipal, estadual e federal em parceria com entidades e com intelectuais da classe empresarial e industrial.

Por fim, e por sua importância para a presente pesquisa, é pertinente finalizar esta seção salientando que a análise referente ao jornal católico *A Cruz* será melhor aclarada no próximo capítulo, ao se examinar a defesa que o periódico ofertou aos jesuítas espanhóis em suas páginas.

¹⁹⁸ Vale apontar, aqui, a divisão geracional da população de jornalistas selecionados. Assim, temos dois subgrupos: os nascidos no período imperial (1840–1889), correspondendo a 45%, e os nascidos no período republicano (1890 - 1920), sob o total de 25%. Há, porém, o percentual de 30% cuja data de nascimento não é estimada. Como já exposto, havia uma presença significativa de uma elite oriunda do império.

Afinal, a sistematização dos dados revela que muitos colaboraram com o periódico, em especial essa classe dos produtores (fundadores, diretores, redatores), que, juntos com os demais membros do corpo militante da Igreja, contribuiu para incitar uma *massa de sentimentos* favoráveis à *mobilização* coletiva, a que referiu-se Girardet (1987) ao descrever sobre as múltiplas ressonâncias e significações que os discursos políticos podem conter quando publicizados por meio da imprensa. Ainda para o autor, na medida em que eles apelam ao movimento, à ação organizada, podem encontrar, além das páginas da imprensa escrita, outros locais privilegiados para a realização do debate, entre eles, a já referenciada Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ), ponto central do nosso próximo assunto.

5 UMA DEFESA MAGISTRAL DOS “ABNEGADOS” JESUÍTAS ESPANHÓIS E A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA COMPANHIA DE JESUS NO RIO DE JANEIRO (AAACJ - RJ)

Existe hoje felizmente entre os catholicos a convicção de que a mais urgente necessidade é a “organização das forças catholicas em todos os terrenos”. Esta organização é impossível sem associações. (DESCHAND, 1910, p.291).

Em uma reunião na Academia do Comércio, em agosto de 1931, d. Leme, junto com o diretor de *A Cruz*, padre J. Cabral (1891-1954) e com alguns *produtores de periódicos*, como Afonso Celso, Cândido Mendes de Almeida e Ernesto Pereira Carneiro, solicitaram aos colaboradores da imprensa brasileira, em especial a Herbert Moses, que “não deixasse arrefecer a propaganda jesuítica nos jornais”, solicitando que os esforços contra a investida de intelectuais não simpatizantes com a religião católica “os chamados anticlericais”, fossem revigorados pela energia (ação). A fim de atingir esse fim, d. Leme aproveita a ocasião para apresentar “um velho herói da imprensa católica” (CONFEDERAÇÃO, 1931, p.6), o então cônego efetivo do Cabido Metropolitano da Catedral e capelão do Recolhimento de Nossa Senhora Auxiliadora, Alfredo Soares e Silva¹⁹⁹, a fim de auxiliar na campanha de *A Cruz* e de iniciar uma nova cruzada de gratidão, justiça e engrandecimento dos heróis jesuítas espanhóis.

Segundo o leigo Soares d’Azevedo, em artigo intitulado “Duas forças ao serviço de um ideal”, publicado em 27 de setembro de 1936, padre Soares era um dos “heróis” que ajudaria a imprensa católica a se organizar mais ativamente, “nos moldes dos primeiros apóstolos”, ou seja, com a “disciplina, abnegação e trabalho ordenado” característicos da Companhia de Jesus.

¹⁹⁹ Em relação à atuação do padre A. Soares, encontra-se, entre as fontes, que o cônego fundou, manteve e dirigiu, durante anos, a revista *Brasil Social*, órgão católico-social aplicado em todo o país. Padre Soares foi também vigário da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Prazeres (Caucaia), em 1912. A instituição, fundada pelos jesuítas em meados de 1871, ficava localizada na região metropolitana de Fortaleza (CE). Entre os indícios, pode-se também verificar o padre dirigindo o Centro Operário da Lagoa; sendo vice-presidente do patronato das Crianças Pobres, da paróquia São João Baptista, cujos presidentes de honra eram: Conego Alcidino Pereira, J. Cabral, Plácido de Mello, Balthazar da Silveira, Alceu Amoroso Lima, Jorge Dutra da Fonseca, entre outros. Foi associado na ABI, tirando sua carteira de jornalista em 1930. Participou da organização e da comissão de imprensa do IX Congresso de Crédito Popular e Agrícola (1931) e, o mais interessante é que, em muitos eventos, comemorações e organizações da Confederação Católica Brasileira, padre Soares sempre ficava responsável pelas Ordens Terceiras. Há registros de que ele nasceu dia 15 de abril, porém não foi possível encontrar os anos de nascimento e falecimento. Ver: *A Cruz*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1930, p.2; *A Noite*, 28 mar. 1930, p.2; *A Cruz*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1931, p.2; *A Cruz*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1931, p.5; *Jornal do Commercio*, 26 mai. 1932, p.11; *A Cruz*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1933, p.2; *A Cruz*, Rio de Janeiro, 5 nov. 1939, p.1.

Afinal, para o padre, escreve o articulista, “a Igreja no Brasil estava aparelhada para destinos grandiosos”, consequência da “boa vontade dos governos” e da “índole mansa do povo”. Reconhecendo, embora, que essa consideração correspondia à verdade até certo ponto, Soares d’ Azevedo explica que tal mansidão política também estaria ao “alcance dos espanhóis anticristãos” e, nesse caso, não valeria “dormitar à sombra dos louros”; era premente colaborar com o padre Soares e, principalmente, “ampliar os meios” para a efetivação de um verdadeiro apostolado cristão na imprensa, nem que, para isso, fosse necessário “arrancar”, “do nosso generoso, do nosso admirável povo brasileiro”, o seu dinheiro:

O inimigo é astuto e não tem coração. Organizam-se as forças secretas e procura-se enfraquecer a resistência moral do nosso povo. Não confiemos demais. Não assistamos de braços cruzados ao desmoronar do telhado da casa do vizinho. Percebendo um futuro tempestuoso para a nossa Pátria, surge agora um homem, surge um padre brasileiro, de alma e músculos erijados no sertão nordestino para o qual desejo eu chamar atenção de quem me lê. Esse padre brasileiro eu conheço nas suas atividades apostólicas, no seu edificante espírito de fé, no seu acendrado amor a Deus, a sua e nossa Igreja e nossa terra. É um padre em que podemos confiar, porque não o movem interesses terrenos nem as vãs glórias deste mundo [...]. Projecta a entrega, à Igreja e ao Brasil, de duas instituições que ele há de fundar, que ‘ele fundará’, porque tem uma vontade de aço, um espírito de decisão quase raros nos tempos que correm. Padre Alfredo Soares quer preparar um diário católico e um rádio católico, e entrega-los depois à discrição das autoridades eclesiásticas. Mas, eu o conheço, a esse bravo e imperterrito Padre Alfredo Soares. Eu o conheço para afirmar que esses três mil contos para o diário católico e esses dois mil contos para o rádio católico, ele os arrancará do nosso bom, do nosso generoso, do nosso admirável povo brasileiro. [...] E nós outros, leigos? A nós compete – cuidado!- servir, servir, servir, servir, servir, sem reticências, com coração, abolidas reservas e murmurações. Servir de coração largo, dóceis, obedientes, tendo olhos bem postos no ideal que vai ganhando forma. Ajudemos o Padre Soares a carregar pedras para o edifício. (SOARES, 1936, p.1).

Vale ressaltar que, do ponto de vista do grupo de jornalistas católicos reunidos na Academia do Comércio e, principalmente, para o padre Soares, não bastava apenas estabelecer a parceria com a ABI ou com a política anticomunista proposta pela CNRC no governo getulista, visto que tais ações, apesar de necessárias, eram, de certa maneira, “complementares”, uma “atitude político-defensiva” que se apresentava na forma de resposta (por vezes, reflexiva) aos ataques anticlericais nas páginas dos jornais. Era necessário apelar, também, para a questão

dos *imaginários sociais*, empregando esforços para *cristianizar a imprensa*, infiltrando-se cada vez mais na imprensa diária tradicional, nas diferentes edições de jornais do país²⁰⁰.

A essa ideia ligava-se outra, sugerida em uma das conferências preparatórias para o quarto centenário natalício do missionário Anchieta, ocorrida no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Para o conferencista Celso Vieira (1878 - 1954)²⁰¹, em discurso intitulado “O misticismo de Anchieta”, proferido em 28 de novembro de 1933, o então “momento de confusão imprecisa e tumultuária” que se passava no relevo político espanhol, se mostrava como o momento perfeito para transformar, com “energia heróica”, a realidade. Esse era, em seu ponto de vista, a oportunidade de desenvolver o poder das “forças místicas” por meio de um referencial, “já previamente trabalhado pela Igreja”, capaz de servir tanto de arquétipo ideológico-político, de marco intelectual, moral e espiritual, quanto de antítese à ideologia marxista. Fascinado pela filosofia do francês Henri-Louis Bergson (1859-1941), ele propôs, então, que fosse aplicada a tese *bergsoniana* do *misticismo dinâmico*²⁰² na esfera da atuação da Igreja²⁰³.

Na *tradução* católica de Vieira, o denominado “misticismo completo” era, conforme dizia, uma “ação” (um ato criativo divino) e não uma “contemplação”, por vezes, poderia ser a própria “transfiguração da inteligência e da cultura”²⁰⁴:

²⁰⁰ De acordo com matéria publicada em 21 de junho de 1942, de *A Cruz*, intitulada “Reflexões à beira de dois túmulos”, empregar-se ao apostolado da imprensa cristã era, de fato, seguir o princípio idealista de “cristianizar a imprensa”. Os padres jornalistas Jacome Vicenzi, Nascimento Castro e Alfredo Soares, por exemplo, foram representativos de tal atuação. O primeiro, fundador da revista ilustrada *O Albor*, fora, segundo o articulista, aquele que “quis cristianizar a imprensa, começando por se infiltrar numa edição vespertina do antigo *Jornal do Brasil*; o segundo, redator de *O Lábaro*, de Taubaté, também consagrou-se ao apostolado; e, o terceiro, padre Soares, “que costuma dirigir ‘*A Cruz*’ nas ausências rápidas do diretor efetivo”, foi “outra admirável figura da boa imprensa em nossa terra” (REFLEXÕES... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1942, p.3).

²⁰¹ Celso Vieira de Mattos Mello Pereira foi advogado, biógrafo, historiador e ensaísta. Esteve presente no período dos anos 1930, junto com outros intelectuais católicos, nas seguintes estruturas de sociabilidade: Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (AAAT); Academia Brasileira de Letras; Biblioteca Circulante Franco-Brasileira; Quinzena Anchieta e IV Centenário de Anchieta, promovido pela AAACJ, em parceria com a ASB, a APC e o IHGB, entre outros. Ver, dados biográficos do intelectual em: <https://intelectuais.com.br>

²⁰² Para Bergson, em consonância com Lucas de Moura Lima, em interessante estudo intitulado *Portas para o Infinito: metafísica e misticismo em Bergson*, “o impulso místico injetaria movimento e devir nas estruturas sociais, alinhando-se, dessa forma, com o absoluto, que é pura duração, ou seja, continuidade que não se segmenta fixamente, dentro do espectro meramente quantitativo, mas em uma multiplicidade apreensível apenas pela intuição” (LIMA, 2018, p.13).

²⁰³ A motivação pela teoria de Bergson também vinha de outras fontes. O já citado monsenhor francês Baudrillart, que organizou o intercâmbio cultural e educacional entre os intelectuais brasileiros e franceses para organizar a Ação Católica, frequentou a *École Normale Supérieure*, de 1878 a 1888, e, entre seus colegas de classe, estava o então estudante Henri Bergson. Baudrillart foi sem dúvidas, um dos intelectuais responsáveis por trazer (e adaptar) a filosofia bergsoniana ao Brasil.

²⁰⁴ De acordo com Lima (2018), Bergson demonstrou ser possível uma associação do misticismo ao rigor e à metodologia das ciências e da filosofia, sendo, contudo, nesse caso, separar o misticismo da religião, pois apesar de habitualmente próximos, na visão do autor, tinham apenas um vínculo casual e/ou contingente. Já num sentido aproximativo, provavelmente a referência utilizada no processo de tradutibilidade católica, “a experiência mística

Não o consideramos aqui, entretanto, sob o aspecto contemplativo ou meditativo, o aspecto formidável da teologia de S. Bernardo. O nosso alvo é o misticismo dinâmico-atuante e realizador – como foi estudado por Henri Delacroix (*Etudes d’histoire et de psychologie du mysticisme*), por Evelyn Underhill (*The mysticism and the mystic way*), finalmente por Bergson (*Les deux sources de la morale et de la religion*). (VIEIRA, 1935, p.127).

E mais adiante,

Misticismo completo é ação, já disse Bergson. Elucidemos: ação religiosa e educadora, política e fraternal, desvelada e exemplaríssima, no caso do missionário Anchieta. O cristianismo dos grandes místicos não se reabsolve estaticamente no Todo, à maneira do bramanismo difuso e contemplativo: expande-se pelo amor, pela criação ininterrupta, pelo ensino atualizado como evidência moral e social. É o predomínio do sentimento, orientando a alma para Deus, mas através de realizações humanas com que a inteligência e a vontade se fazem organizadoras do mundo e benfeitoras da espécie. (VIEIRA, 1935, p.131).

Nota-se no fragmento citado que essa filosofia só seria boa se empregada na prática. Isso implicaria adentrar um percurso que envolvesse o objetivo de “desenvolver na psiquê das massas inertes a germinação criativa” (analítica, estética e religiosa) dos atributos imperativos do cristianismo: a fé, a mística, a causa fenomenal da existência, a ilusão e a construção (ação). Na produção desse *misticismo completo* e na “tentativa de elevar o cristianismo em consonância entre amor infinito e a vontade criadora”, como expressão do pensamento *bergsoniano*, estaria, segundo Vieira, o modelo perfeito, aquele que de fato aproximaria os dois vocábulos *misticismo* e *dinamismo*: “os evangelizadores da Companhia de Jesus”²⁰⁵.

Na esfera da ação prodigiosa de um S. Paulo, um S. Francisco de Assis, uma S. Tereza, uma Santa Catarina de Sienna, inteligências e atividades excepcionais, em contacto familiar não somente com a divindade, mas também com a sociedade redimindo e remodelando, a expressão do pensamento bergsoniano é insubstituível: “Concentrando-se para um esforço

é uma experiência metafísica potencializada, em que a intuição intensa do filósofo cede lugar a uma intuição mais aguda ainda, com grande motivação espiritual, seguida de uma ação carregada de poder transformador. O místico seria a sentinela avançada da humanidade, desbravador a carregar o *élan vital* para as novas fronteiras, penetrando e criando realidades. Seu ideal é o amor não por um grupo de homens, mas por todos os homens: um amor de Deus, incondicional”. (LIMA, 2018, p.15).

²⁰⁵ Para Celso Vieira, e também para muitos católicos envolvidos no movimento inaciono, a filosofia de Bergson era, como diziam, “a expressão do pensamento Tomista Medieval”. Tal concepção, contudo, não foi homogênea no todo da Igreja, principalmente para aqueles que se identificavam com Jacques Maritain (1882–1973) ou com a corrente progressista da *neoescolástica*, na qual pode-se encontrar como representantes, por exemplo, o padre A. Sertillanges e o cardeal Désidère Felicien-François. É sabido que J. Maritain fez um curso com Bergson, porém, se afasta dele quando encontra o *tomismo*. Para Maritain, Bergson era um veneno incompatível com o catolicismo, tal afirmação pode ser verificada em *La Philosophie bergsonienne*, escrita em 1914 pelo autor. Em 1922, ao publicar *Antimoderne*, Maritain termina por rejeitar as teorias modernistas, defendendo, inclusive, o movimento conservador da *Action Française*.

inteiramente novo – diz o filósofo-, a alma rompeu o dique; foi empolgada por uma correnteza imensa da vida; e a transbordante vitalidade irradiou energia, audácia, poder de concepção e realizações extraordinárias”. Nenhuma outra fórmula traduziria melhor o dinamismo espiritual de Anchieta, escravo da Ordem [...]. (VIEIRA, 1935, p. 129).

Naturalmente, nessa proposição, era preciso, para produzir a “ação”, despertar, primeiro, o “sentimento adormecido”, o qual deveria estar, necessariamente, em harmonia com o grau de maturidade intelectual e moral, tanto do povo como da época em que ela seria adotada. Consequentemente, “o sentimento” (que também faz parte do campo do político) deveria corresponder a uma concepção de mundo que fosse, num dado momento, a do povo considerado, necessitando-se, ao mesmo tempo, constituir o vínculo moral entre todos os indivíduos que fazem parte daquele povo. Dessa forma, quase como uma “fórmula política”, a antítese *reflexão* versus *ação* é expressa no próprio papel desempenhado pela Igreja. Neste sentido, entre todas as ideias preconcebidas pelo autor, a melhor seria a de coordenar uma ação que incitasse a antítese entre as *mitologias políticas*²⁰⁶:

Novas correntes de misticismo atravessam, eletrizam neste momento a civilização. Por um lado, a catástrofe marxista, descristianizando milhões de almas, a indisciplina das massas, o furioso anseio de nivelamento no caos, a preponderância multiforme da técnica, a idolatria bárbara da força e a revivescência ditatorial do absolutismo sem Deus tornaram o século XX ainda mais perigoso que o século XVI à cristandade: vários problemas sociais - temerosas procelas - desencadeiam as energias militantes da Igreja Romana, impelem o cristianismo, em defesa da civilização, ameaçada pela violência. Por outro lado, o encontro da sabedoria antiga e da mentalidade ocidental procura elaborar com os tesofistas outra síntese religiosa, descobrir o fio de pérolas ideado por Vivekananda, ora impassível como aliança eclesíastica, mas inegável como doutrina dos magos orientais de Raja-Yoga e dos seus curiosos discípulos anglosaxônios. Quiméricamente, a ciência psíquica tateia o ignoto, não obstante os desenganos próprios e as mistificações alheias. Teóricamente a alma criadora da espécie um corpo gigantesco e de aço sobre a matéria cósmica e rebelde [...]. Orientado por diretrizes peculiares, sobre os quais triunfa a religião dinâmica de Anchieta, o espírito brasileiro saturou-se de outro misticismo, em que se unificam as variantes modernas do culto anchietano como expressões do saber, da arte, da crença, da moral, da liberdade pacífica, do grande amor à pátria indivisível. Todos os fundamentos que veio lançando a catequese, desde o colégio da Baía ao Rio de Janeiro ou desde as missões do extremo sul às do extremo norte, em prodigiosa investida, são atos heróicos, e gestos unitários da Igreja Primitiva, cuja influência tutelar

²⁰⁶ Não por acaso os juízos sobre Bergson se inserem frequentemente nas discussões de Gramsci. Para o autor, trechos de Bergson oferecem sugestões de reflexões sobre a “intuição política”, porém, num contexto mais inspirado em Maquiavel. Ainda segundo ele, “seria preciso estudar especialmente a filosofia de Bergson e o pragmatismo para ver quanto de suas posições seriam inconcebíveis sem o elo histórico do marxismo” (DE LUTTIS, 2011, p.64).

e onímoda se fez a benção dos lares, o verbo das escolas, o trabalho nos campos e das oficinas. (VIEIRA, 1935, p. 136).

No fundo, é preciso entender o mito político como fundamentalmente polimorfo, se por um lado, entre os anticlericais, verificou-se a (re) elaboração de um *complô jesuíta*, por outro lado, no meio católico, se fará presente a revelação de outro complô: o mito da *conspiração judaico-maçônica* de base marxista (GIRARDET, 1987). Premissa necessária para desenvolver aquele “sentimento imperioso” que impulsiona coletivamente uma ação concreta. Afinal, em uma luta política, como diz Gramsci (1999, p.396) “os golpes não são dados de comum acordo” e toda antítese coloca-se, necessariamente, como antagonista radical da tese, “tendo mesmo o objetivo de destruí-la e substituí-la completamente”.

A política, mais uma vez, viria acompanhada da fé. Por isso, o afloramento de uma visão muito próxima ao objeto de sua própria crítica, o artigo de *A Cruz* transcrito na seção 2.2 deste trabalho, precedente e alusivo aos *Indesejáveis*, por exemplo, não deixou de mencionar, seu posicionamento político em defesa aos jesuítas. Nessa direção, ascende como imprescindível retornar à referida matéria anteriormente priorizada para examinar aspectos dessa interpretação e de sua influência no imaginário social, no domínio da doutrina cristã, particularmente no período em que os grupos anticlericais, como o da CNPEL, discutiam, aqui no Brasil, a questão política espanhola.

É com base nesse contexto que será possível verificar como, por que, a quem ou a que servia, particularmente nos âmbitos político, cultural e educacional, o mito religioso inaciano, o qual para ser (re)elaborado, necessitava, impreterivelmente, que se apelasse para novos termos, seguindo a mesma e essencial fluidez de seu mito conspirativo adversário.

Nesse panorama, o capítulo se atém em verificar de que modo se estabeleceu a relação entre, de um lado, esse *evento fundador* (SIRINELLI, 2003), de origem espanhola e, de outro, a elaboração do movimento político, cultural e religioso da Igreja, representado pelo corpo militante de jornalistas que temos tematizado, mas também por outra “milícia inexpugnável”, a qual autointitulava-se como: *legionários de Anchieta*²⁰⁷.

²⁰⁷ Ver: *A Noite*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1932, p.4.

5.1 O Evento Fundador (1931 -1933): Incitar o complô judaico-maçonico para remiticizar o herói jesuíta!

Indesejável o jesuíta, na Terra de Santa Cruz... “Ele e ele só que nesta terra, e durante quasi dois seculos se bateu intemerato, em pugnas violentas e disputadas palmo a palmo, pela liberdade dos indios, ao mesmo passo que tomando, com o instrumento da cruz, as alturas de todas as montanhas e a direção de todos os vales levava às solidões selvagens e viatico augusto da civilização cristã. Ele, e quasi que só ele, que arrastando os seus catecúmenos às improvisadas fileiras dos combates, onde se jogava a posse de tantos apetecida, firmou o predomínio das quinas? [...]”.

Indesejável o jesuíta no Brasil quando ele, o fator maximo da unidade nacional na abalisada opinião de Joaquim Nabuco, quando assim se expressa: “Não, o catolicismo no Brasil foi por muito tempo, no periodo da formação, a sociedade de Jesus, e não só o catolicismo; o descobrimento, a exploração, a posse dos territórios na época da apropriação do Novo Mundo. Sem larga passada do jesuíta, Portugal não se teria antecipado assim em tão extensos domínios e sem ele não teria mantido sua posse. É de todo duvidoso que existisse a unidade brasileira sem a unidade da Companhia a probabilidade é que não haveria Brasil, se em vida de Loiola Portugal não tivesse sido feito Provincia da Companhia” (Conferencia no Centenario do Veneravel José de Anchieta, pg. 327). Não, **sr. vice-almirante**. O jesuíta jamais foi indesejável no Brasil. Estude melhor a nossa historia; contenha o seu odio a essa falange aguerrida da Igreja e modifique a sua linguagem, que é incompatível com a dignidade da farda que enverga. (COSTA, 1932, p.1, grifo meu).

Deve-se notar, nesta segunda parte da matéria de *A Cruz*, sob o título “Indesejáveis”, que mais do que exaltar a figura do jesuíta, por meio de uma fastidiosa repetição, o articulista Adroaldo Mesquita da Costa (1894-1985) insiste em demonstrar o “papel essencial” da Companhia de Jesus para a história da humanidade e para a civilização dos povos, desde os tempos primórdios da reforma protestante.

Apesar da ambivalência e da fluidez, vale destacar a forma lógica inerente ao discurso mítico elaborado pelo autor, que faz aparecerem certas associações de elementos e de imagens, que se repetem constantemente ao longo de sua exposição em uma forma específica de ordenação ou de combinação orgânica. A ideia do *herói salvador* (GIRARDET, 1987), no caso aqui, os “apóstolos heroicos” e, mais do que “estoicos”, os jesuítas, é perpassada por episódios emblemáticos e espetaculares que compõem sua narrativa, no sentido de dialogar com o imaginário social preexistente:

Indesejável o jesuíta, na patria de Castro Alves que assim o cantou, no seu estro pujante e inspirado: Grandes homens! Apostolos heroicos. Eles diziam mais do que estoicos! “Dôr, tu és um prazer! Grelha, és um leito! Braza, és uma gema! “Cravo, és um esceptro! Chama – um diadema! (COSTA, 1932, p.1).

Ao pontuar o tema da sociedade brasileira, pretendia-se produzir, veicular, sistematizar e inculcar, sob um veio profundamente religioso, alguns relatos sobre a vida e a história nacional. Descrevia-se que os “indesejáveis jesuítas” tinham sido os responsáveis pela formação da nacionalidade e que qualquer tentativa de escrever a História do Brasil sem considerar tal feito seria um ato de presunção, uma vez que teriam sido eles “os primeiros escritores a elaborar os estudos da geografia, da história e da etnografia do Brasil”. Ademais, desejava-se contar, que sem o cristianismo, em sua expressão católica e jesuítica, a nação estaria fadada a não existir. A opinião do autor era de que, nas letras iniciais das palavras *Societas Jesu*, ou *Societate Jesu*, estariam gravadas o frontispício de nossa história, como da história de todo o continente americano.

Indesejável o jesuíta, na terra em que repousam os restos mortaes do venerável Anchieta, quando o primeiro Congresso Nacional de Historia, reunido no Rio de Janeiro, em 1914, na ata de sua ultima sessão lhe votou, unanimamente, a moção seguinte:

1º - considerando que o nome da Companhia de Jesus se acha indissolúvelmente ligado à Historia do Brasil, e de modo tão estreito que relembrar os seus fatos é assinalar ao mesmo os extraordinarios serviços na tríplice missão humanitária, politica e social, prestaram os jesuítas ao Brasil, durante mais de dois seculos evangelizando as tribos selvagens, salvaguardando o principio da moralidade, em face da corrupção e execrável cubiça dos colonos alimentando a chama do patriotismo que repeliu, as invasões estrangeiras, concorrendo eficazmente para a conservação da unidade e integridade da nação, e difundindo por toda parte a cultura intelectual que preparou o surto brilhante da nossa literatura. (COSTA, 1932, p.1).

Por fim, não mediu palavras para inserir o discurso no bojo de um movimento coletivo que possibilitasse resolver “solene e juridicamente” a defesa da Companhia de Jesus, “sociedade a quem devia o Brasil, de tão denodados e eficazes obreiros da sua grandeza e da sua civilização”. Acrescenta ainda, a necessidade de conseguir com que alguns padres expulsos da Espanha pudessem se instalar aqui no Brasil como manifestação de justiça e dever patriótico.

Mesquita da Costa objetivou desenvolver uma linha expositiva que despertasse o leitor, conduzindo-o para a sensibilização à causa. Por isso, a narrativa é direcionada a seu desfecho de modo a se contrapor às ideias de publicidade (vinculadas ao exercício da função de presidente da CNPEL) do vice-almirante Thompson.

Para o articulista e outros intelectuais no período, principalmente aqueles, que facilmente poderiam ser categorizados por *jesuítas leigos*, conforme descrição na época²⁰⁸ poder-se-ia abrir, no país, um “quartel do heráldico escudo inaciano com a gravação de um símbolo que o representa”, como exteriorização de repúdio contra os “atos do governo espanhol que toda cidade do Rio de Janeiro presenciou”. Tal realização seria, nessa acepção, um dever cívico que a cidade carioca teria que colocar, por extensão, para todos os cantos do Brasil.

O artigo de Ernani Tito de Figueiredo, intitulado, “Pelos Padres Jesuitas”, publicado em 22 de fevereiro de 1932, no jornal *A Cruz*, é mais um exemplo dessa narrativa utilizada para incitar, no ledor, a mobilização contra os ataques clericais. O jornalista sugere a ideia de um movimento, perante o Governo Provisório, de um “programa de manifestações” de apreço à Companhia de Jesus e José de Anchieta, “patenteado ante protesto” e realizado de “modo eficiente”, por meio de uma associação de antigos alunos da Companhia. Tal proposta, segundo Tito, deveria obedecer a um programa que fosse submetido “à apreciação de S. Em. Cardial D. Leme”, no intuito de se “abrir as portas” brasileiras, mais especificamente do “mercado cultural brasileiro”, àqueles que “tão injustamente foram expulsos do seu paiz”, confiando-lhes a “direção da Faculdade de Educação, Ciências e Letras”. Nas palavras de Tito:

Cogita-se de um programa para manifestação, perante o governo da Espanha, do protesto que faz a intelectualidade brasileira, especialmente do Rio de Janeiro, contra o decreto exorbitante e monstruoso que expulsou daquele paiz o RR. PP. Jesuitas. Trata-se não mais que de uma prova de reconhecimento que quer de um todo povo brasileiro, representado pelos intelectuaes de todos os Estados e, de preferencia, aqueles que foram alunos dos filhos incansáveis de Loiola, reconhecimento que vem do fato de dever o Brasil tudo o que tem de nobre, útil e honroso “aqueles abnegados Padres”. Uns exaltam a Companhia e dessa gravam-na em José de Anchieta, missionário do Brasil; outros sugerem porem a ideia de se patentear ante protesto, de modo eficiente, obedecendo a um programa que submetido à apreciação de S. Em. D. Cardial Leme. Pois bem, desejando ardentemente cooperar com aquela comissão, atrevo-me a sugerir a ideia de se provocar um movimento perante o Governo Provisorio, no intuito de abrir as portas aqueles amigos do Brasil, que tão injustamente foram expulsos do paiz, berço de tão prestimosa instituição, confiando-lhes (e que teboridade não desceria sobre a família brasileira) a formação dos professores do ensino secundário, dando-lhes a direção da Faculdade de Educação, Ciencias e Letras, que, ao meu ver, só assim, estejamos certos, poderia produzir os frutos que a formação de nossa nacionalidade espera há muito, a reclamar (FIGUEIREDO, 1932, p.4).

²⁰⁸ Ver, a título de exemplo, a matéria de primeira página do *Correio Paulistano*, intitulada “A Conferencia do sr. Cesar Salgado sobre o poeta paulista Paulo Eiró”, apresentada no dia 6 de novembro de 1936. Nela, é possível notar o uso do termo *jesuíta leigo*, referindo-se não apenas ao sacerdote que abandona os votos, ou que desliga-se deles, mediante licença do então geral da Companhia de Jesus, mas também àquele cristão leigo não ordenado, que atua em concordância a um *ethos* político-jesuítico, quer dizer, em anuência a um conjunto de costumes e hábitos fundamentais em âmbito comportamental, cultural (valores, crenças, ideologia) e político desenvolvido e propagado em concordância aos preceitos, metas e doutrina da *Societas Iesu*, S.J. Ver: A conferência... (1936, p.1).

É nesse contexto de *animação criadora* (Girardet, 1987) que o discurso do publicista expõe uma representação do futuro. Assim, como asseveram Bezerra e Lima (2010, p. 17), “ao conservar ou renegar ações, ao propor a continuidade ou alterações práticas e projetos sociais”, o discurso político “projeta a imagem que está por vir. Uma projeção por vezes fabulosa”.

Nas linhas essenciais do conteúdo das matérias, o que torna igualmente relevante, num *futuro fabuloso*, para os autores, era a possibilidade de se efetivar uma associação inaciana militante em contraposição à insidiosa e hostil propaganda *antijesuítica* que circulava então no período. Esquemáticamente, aqui se poderia dizer em consonância com Girardet (1987, p.62), que o político e o sagrado se unem e, em certa medida, se confundem. Além disso, que revelam, no final das contas, a “visão de uma ordem no sentido religioso do termo, unitária e conquistadora, instrumento necessário ao êxito de um grande empreendimento”.

Esse aspecto pode ser mais bem esclarecido em um outro artigo de *A Cruz*, datado em 21 de fevereiro de 1932, sob o título “Perseguidos e Glorificados”. Nele, o jornalista católico, José do Rego Lemos²⁰⁹, expõe sua completa indignação em relação aos acontecimentos político-sociais espanhóis. Diante desse drama, que teria sido promovido “por ódio insopitável e vingança”, pelos dirigentes da velha nação ibérica, expulsando do seio da pátria a falange dos filhos de Inácio de Loyola, o autor ressalta a necessidade de o Brasil tornar-se um país hospitaleiro e generoso para os exilados, acolhendo de braços abertos os “perseguidos glorificados jesuítas”, a exemplo de outras nações, como os Estados Unidos, a Bélgica, a França e Portugal. Isso correspondia ao mínimo que o governo poderia fazer para testemunhar sua gratidão e para saldar a dívida com a Companhia de Jesus, da qual fizeram parte “os maiores pioneiros do nosso progresso” e, também, porque “foram eles que real e positivamente lançaram o alicerce da civilização no solo brasileiro”.

²⁰⁹ José do Rego Lemos foi colunista de opinião nos anos 1930, com participações pontuais em alguns jornais católicos, como o já mencionado *A Cruz*. Pelo que a pesquisa conseguiu apurar, no período compreendido entre 1930 e 1939 é possível detectar apenas duas ocorrências de textos assinados por ele, para um total de 32 gerais, disponíveis na Biblioteca Nacional Digital (BND). São, especificamente, os artigos “A falta de moral cristã” e “Perseguidos e Glorificados”, publicados em *A Cruz*, nos dias 7 e 21 de fevereiro de 1932, respectivamente. Cabe, entretanto, registrar que tais informações, sendo produto de uma pesquisa realizada em um banco de dados, por meio de seleção por palavras-chaves, cuja operação contabiliza e organiza os dados de forma a criar algum sentido ou informação, pode ter ocasionado, em seu processo, a exclusão ou obliteração de outros artigos rubricados pelo autor. Portanto, reconhece-se que tal resultado não inviabiliza a hipótese de uma participação mais ativa por parte do jornalista nesse e em outros organismos culturais. Como assevera Raquel Discini de Campos (2007, p. 14), “os jornais - ou qualquer outro tipo de fonte - são documentos parciais”, assim como o próprio “ofício do historiador é repleto de falhas”. Nesse sentido, apesar do esforço em buscar aspectos da trajetória desse intelectual, não foi possível suprir todas as lacunas de seu itinerário. Por outro lado, em perspectiva mais otimista, aqui se delineia a sugestão de que se realize outra pesquisa: a de se adentrar, por meio do cruzamento de novas fontes, em um percurso analítico que envolva entender a produção intelectual e a atuação política desse personagem em diferentes espaços de circulação e de produção cultural.

Rego Lemos sustentava, também, que ao receber os jesuítas exilados, era uma maneira de se lutar contra os ímpios e a ferocidade materialista socialista:

Obstinados na empáfia materialista, os governantes hespanhóes julgam, na arrogancia de seu poderio efemero, arrancar pela violência os sentimentos religiosos daquele povo, que embora privado da assistência de seus grandes bemfeitores, os jesuítas, não se deixará vencer pela vontade de seus algozes. Deseja Asana que a Hespanha retroceda ao paganismo e para consecução dessa triste finalidade procura destruir pela força do poder o maior baluarte da ordem social em quase todos os paizes do mundo, que é a Companhia de Jesus. Executada a vingança contra os jesuítas, nada mais resta de esperanças em melhores dias para a Hespanha, porque os seus dirigentes já estão com a razão obliterada e, desta fórma, todos os crimes e atentados que se praticarem não poderão ser punidos, visto serem os governantes hespanhóes os maiores estimuladores da desordem. Inutil será toda e qualquer perseguição contra os servos de Jesus, porque eles escudados na Fé, trarão sempre em seus corações as palavras de Sto. Inacio de Loiola [...]. Exilados da patria, os jesuítas sentirão com isso aumentar em suas almas a chama sagrada da Fé, e continuarão em paizes estranhos, continuarão a obra prodigiosa de santidade, levando aos filhos de outras nacionalidades os ensinamentos da Verdade sublime do cristianismo! Que o Brasil, hospitaleiro e generoso, acompanhe o exemplo dignificante dos Estados Unidos, Belgida, França e Portugal, acolhendo de braços abertos os perseguidos glorificados. A nossa patria deve incalculáveis benefícios à Compahia de Jesus, da qual fizeram parte os maiores pioneiros do nosso progresso e foram eles que real e positivamente lançaram o alicerce da civilização no solo brasileiro. Vinde, heroicos evangelizadores, porque o povo brasileiro tem uma grande divida a saldar com a Companhia de Jesus e será esta a ocasião propicia de testemunhar os seus sentimentos de gratidão, recebendo em seu seio as vitimas da ferocidade materialista, mas entretanto, glorificados por Deus e pelos corações bem formados, pelos muitos benefícios que hão espalhados por todos os recantos da terra. (LEMOS, 1932, p.5).

A discussão sobre as disputas político-ideológicas que ocorriam no cenário internacional representa um ponto que convém aclarar mais profundamente. Embates, como o propagado no discurso de Rego Lemos, acima, também encontravam repercussões no Brasil, tanto entre socialistas como no meio jesuíta. A importância do elemento político aparece de maneira sensivelmente mais convincente quando, nesse mesmo mês de fevereiro de 1932, o periódico *A Cruz* organiza, em sua sexta edição – Ano XIV –, os assuntos relacionados à perseguição jesuítica na Espanha.

Na publicação, contendo aproximadamente seis páginas, as matérias foram imbuídas de uma carga opinativa forte, expressa na indicação de valores, no apontamento de paradigmas e na determinação em influenciar, ou em agarrar, de modo decisivo, um grupo que pudesse ser estreitamente unido e conduzido por um ideal, por uma Igreja, por um exército inaciano, e que, ao lado do governo, se organizasse, preventivamente, contra o crescimento de ideologias

identificadas como *vermelhas* e *exóticas*, rivais dos ideários cristãos, tais como o socialismo, o comunismo e o anarquismo.

Nesse caso, reconhecer o papel frequentemente primordial ocupado pela temática de um *complô judeu e maçônico*, no sentido mais preciso da terminologia de Girardet (1987), contra a Companhia de Jesus, algo presente na crônica de algumas das principais confrontações vividas há dois séculos pelas sociedades do Ocidente contemporâneo, constituía-se como uma função essencialmente tática, inseparável de todo o engajamento militante.

Para Rodrigo Patto Sá Motta (1998), a posição mais adequada para entender o mito da conspiração judaico-maçônica, notadamente após a Revolução de 1917 e, também, no período mais crítico compreendido pelas décadas de 1920 e 1930, é compreendê-lo como um ponto de intersecção entre antissemitismo e anticomunismo, dois fenômenos profundamente ligados aos desdobramentos do mundo contemporâneo e ao seu processo correlato de “desencantamento do mundo”. Em consonância com a assertiva de Motta (1998), e sob a perspectiva de Girardet (1987), pode-se depreender que os exemplares mais clássicos da mitologia conspirativa – e de mais fértil disseminação ao longo dos séculos XIX e XX – são as conspirações *maçônica*, *jesuítica* e *judaica*. Nos três casos, o enredo é basicamente o mesmo. Embora mudem as personagens e o cenário, tratar-se-ia

de conspirações secretas, conduzidas por um grupo reduzido de pessoas misteriosas e assustadoras, inspiradas por maus desígnios. Ora maçons, ora jesuítas, ora os judeus, dependendo da versão, era atribuída a responsabilidade pela condução dos destinos do homem moderno, encarado como mera vítima frente à atuação de formidáveis forças secretas e sinistras. Os conspiradores, agindo nas sombras e lançando mão de artifícios camuflados, seriam os verdadeiros culpados pelos diversos males vividos no mundo moderno. Obviamente, o entendimento acerca do mal poderia variar, dependendo do ponto de vista dos grupos sociais “emissores” ou receptores” das mitologias, se é que se pode estabelecer tal distinção. (MOTTA, 1998, p. 94 - 95).

Em matéria publicada em 31 de janeiro de 1932, sob o título “Consumação dos odios da maçonaria na Hespanha pela dissolução da Companhia de Jesus”, o articulista de *A Cruz*, afirma que o motivo fundamental da expulsão da Ordem e do confisco dos seus bens pelas Cortes Constituintes espanholas, em especial das suas obras culturais como as “universidades, observatórios astronômicos e revistas científicas”, e o fruto de seu trabalho, “o patrimônio cultural da nação”, representado pelos “colégios de ensino secundário e escolas primárias”, era consequência de uma “conspiração judaico-maçônica”, de ódio de “seitas antinacionais e antipatrióticas” internacionais contra a “sentinela avançada da Igreja Universal e exército disciplinado de Jesus Cristo na mais perfeita obediência ao Papa”: a Companhia de Jesus.

Ao estúpido e selvagem rancor, sem nenhuma espécie de justificação, antes manifesto atentado contra o patrimônio cultural da nação, contra os seus mais insígnies mestres e bemfeitores, contra os seus mais renomados sábios, os esteios de tantas universidades, observatórios astronômicos e revistas científicas não se articulam provas, não se aduziram fatos, não se apresentaram testemunhos, mas operou-se em nome do odio de seitas antinacionais e antipatrióticas, desmascaradas em sua conjuntura internacional. Um motivo fundamental move a negregada **conspiração judaico-maçônica** no seu persistente odio à Companhia de Jesus: o sabê-la sentinela avançada da Igreja Universal e exercito disciplinado de Jesus Cristo na mais perfeita obediência ao Papa. Iludem-se os lobos famintos com o seu abominável rancor, sua malvada tirania, seu desprezo pela causa sagrada da educação e instrução do povo, sua mistificadora hipocrisia, seu liberalismo de caverna e sua cúpida voracidade da propriedade alheia. Pouco tempo lhes durará a venenosa vingança. Os povos mais cultos do mundo, a quase unanimidade das nações europeias e americanas abrem a generosa galhardia e genuíno espirito de liberdade suas portas aos grandes filhos de Santo Ignacio. E a mesma Hespanha, agora apunhalada de surpresa, os convidará a voltar à sua pátria e aos seus labores aos seus filhos mais diletos e prestimosos. Vamos, comei, avança, aproveita a bôda, senhores verdugos da Hespanha. As vítimas não vos amaldiçoarão, antes resarão por aqueles que os infamam e perseguem. (CONSUMAÇÃO ... 1932, p.2, grifo meu).

Seguindo, não por acaso, essa mesma linha de análise, será apresentado, na sequência, o discurso de Jonathas Serrano (1885–1944)²¹⁰, que, além de professor, foi um dos líderes da Comissão de Imprensa da Campanha Pró-Companhia de Jesus (CIPCJ) da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro (AAACJ-RJ) e membro da Ação Social Brasileira (ASB). O texto foi externado, também, em um artigo da edição número seis de *A Cruz*, intitulado “S.J. Especial para A Cruz”. Nele, pode-se perceber a permanência de um pensamento ou atmosfera maniqueísta arcaica, o que se evidencia pela necessidade de disseminar uma compreensão de que a realidade espanhola, “de ódio aos jesuítas”, era justificável em um contexto em que circulavam “mesquinhos panfletos” conspiratórios contra esses religiosos, os quais eram, para o autor, obra das forças maléficas de uma “Associação Pró-Estado Leigo” (instituição da qual Thompson era presidente), que, na sua luta para conquista do poder e para destruição das boas tradições, dos bons valores e da boa sociedade cristã, atacava a ordem inaciana como se os seus membros fossem os articuladores e verdadeiros culpados pelos males vividos no mundo moderno.

²¹⁰ Ver: Serrano (1932, p.2).

Para essa associação laica, a conspiração era jesuítica, de uma “Internacional Negra”, cuja ação clandestina e cujos planos eram estrategicamente estabelecidos no “Quartel General do Vaticano”:

O odio ao Jesuita, de Pombal até hoje, é pertinaz e logico. Jesuita, vocábulo de etumo adorável, tornou-se, na pena e na boca dos adversários do Catolicismo, epíteto pejorativo. Numa sinonímia, nascida do odio e da ignorância, jesuíta é tomado qual perfeito equivalente de padre, ou até de simples filho obediente da Igreja. E ainda agora mesmo eu lia, comiserado, a inépcia de um ataque ao “jesuitismo”, autor da “Internacional Negra”, cujos planos são estabelecidos no “Quartel General do Vaticano”. Mesquinho panfleto, aliás, o que insere a injúria; capaz, todavia, de encontrar leitores crédulos que justifiquem ainda uma vez o famoso verso de Boileau. Pertinaz e logico, este odio à Companhia. Compreendem bem os que assim a têm atacado o valor excecional da milícia inaciana. Tão natural e logico é procurarem as faíscas, em horas de borrasca, os mais altas para-raios. Pertinaz, logico, mas impotente. De Pombal a Bismarck. De Bismarck até nossos dias. Supõem acaso os perseguidores do século XX que serão mais felizes que os do século XIX ou XVIII? É questão de tempo. [...]. Com razão extranhava um dos nossos diários que a noticia da expulsão dos jesuítas espanhoes tivesse provocado um telegrama de felicitações de uma associação pró-Estado Leigo. E perguntava o articulista: “Que é estado leigo? Estado leigo quer dizer um estado que se mostra indiferente à religião e dá assim a todos os seus subordinados o direito de pensar como entenderem em matéria religiosa.” Na pratica sabemos bem que não é assim. E o exemplo de Espanha confirma precedentes. Liberdade para todos, desde que pensem de acordo com os detentores do poder. No caso contrario... Não importa, entretanto, a violência, a injustiça, a ingratidão, a hipocrisia com que se mascara a verdadeira causa de tal odio. A palavra confortadora do Sumo Pontífice já se fez ouvir. A serena resposta do provincial da Companhia aos jornalistas curiosos revela a inabalável tranquilidade dos soldados afeitos às maiores pugnas. E o sr. Alcalá Zamora não se iluda: é de boa prudência ter as malas sempre bem à mão. Às vezes (quando as consequências não são mais graves) é necessário deixar a cadeira com certa urgência. (A Cruz, Rio de Janeiro, 7 fev. 1932, p.1).

Em virtude da importância do argumento, vale a pena procurar o sentido preciso que o autor quis dar à afirmação “E ainda agora mesmo eu lia, comiserado, a inépcia de um ataque ao *jesuitismo*, autor da *Internacional Negra* [...]. Mesquinho panfleto, aliás, o que insere a injúria; capaz, todavia, de encontrar leitores crédulos que justifiquem ainda uma vez o famoso verso de Boileau”.

O “mesquinho panfleto” ao qual Serrano refere-se no texto corresponde à obra *A Internacional Negra*, publicada pela Liga Anticlerical do Rio de Janeiro em meados de 1919. Desnecessário é comentar a evidente relação com o presidente da CNPEL. Apenas vale frisar que parte do conteúdo desse folheto é expresso no opúsculo de A. Thompson, de meados de 1930, denominado, “Para que os brasileiros leiam e... raciocinem”. Neste, o autor classifica,

criticamente, os jesuítas, sua disciplina, seu voto, como um “partido clerical” de “hipocrisia moral inimitável” sob o comando de um papa negro”.

Como já exposto, para o autor, o cristianismo teria sido absorvido pelo catolicismo, seguido do romanismo, que absorveu as outras igrejas, passando depois para o ultramontanismo, a que o jesuitismo emprestou toda a sua força o jesuitismo, a fim de erigir o “papismo” “em estatua de cimento armado”. E o papismo seria a última fase do cristianismo, uma “machina infernal montada para o mal da Humanidade”, que “só vive da política e para a política e por ella” (THOMPSON, 1934, p.150), afirmações que poderiam ser facilmente extraídas lendo, seja o capítulo de “A Internacional Negra” intitulado “O Clero e a Questão Social”, de autoria de Fábio Lopes do Santos Luz (1864-1938)²¹², por exemplo, seja a já mencionada *Monita Secreta*, ou Instruções reservadas da Sociedade de Jesus, da qual, segundo Thompson, tanto a biblioteca do Rio de Janeiro quanto a Coligação Pró-Estado Leigo do Rio de Janeiro, possuíam exemplares.

Por outro lado, é nítida a percepção de que, para Serrano, a forte influência de tais obras de “ódio ao Jesuíta, de Pombal até hoje”, era, como dizia, “pertinaz e lógica”, isto é, não ocultava a perspectiva de que, desde o século XVIII, de maneira evidente e elaborada, (apesar de impotente), propugnava uma visão nada intelectualista “de leitores crédulos”, de um grupo de conspiradores e perseguidores da Igreja católica. Para Serrano, muito provavelmente, o que estava se apresentando era uma *reatualização* histórica de uma suposta *conspiração maçônica* internacional de “adversários do Catolicismo”, que fora reavivada em decorrência dos acontecimentos políticos espanhóis.

Do que foi até aqui exposto, espera-se ter evidenciado que a emergência dos mitos conspirativos (maçônico, jesuítico e judaico) em questão, está, de fato, como propôs Motta (1998), diretamente associada às tensões provocadas pelo advento da modernidade, não de maneira isolada, mas fortalecido por questões circunstanciais, como a ocorrida no cenário espanhol, evento que reverberou aqui no Brasil e que foi apreendido, por vezes, como derivação de um ideário igualmente produzido pelo pensamento conservador cristão.

A acusação de um complô contra a Companhia de Jesus, feita por parte de seus defensores, não cessou de ser utilizada para que a instituição se livrasse de seus suspeitos e opositores, o que foi realizado tanto com a finalidade de legitimar atos expansionistas hegemônicos e territoriais no âmbito da cultura, repetindo, infatigavelmente, a sua apologética

²¹² Ver, a seu respeito: Campos, A. (2007).

e lutando, sempre e em cada momento, contra argumentações contrárias, como com o objetivo de camuflar suas próprias falhas e seus próprios fracassos. Derradeiramente, tais fatos não podem ser negligenciados, seja pela qualidade, seja pela quantidade que atribuem a cada uma das temáticas nesta e em outras edições de *A Cruz*.

Tanto os artigos cujos conteúdos expressavam a opinião institucional e apócrifa, quanto aqueles em que os autores se posicionavam, procuraram explicar as transformações vividas na modernidade e, conseqüentemente, na realidade espanhola, como tendo sido provocadas por uma conspiração *judaico-comunista-maçônica*, síntese de uma clara operação mistificadora da realidade. Dessa forma, esses textos propunham o combate sem tréguas a comunistas e a socialistas, visando neutralizar a ação maléfica dos supostos conspiradores.

Convém mencionar que os títulos dessa unidade editorial, bem como sua caracterização preliminar, são ilustrativos de um território de atitudes de distinção, com formulações articuladas de aversão e de desqualificação aos seus antagonistas – os ditadores bolchevistas e a diabólica maçonaria, com seu *Inno a Satana*.

Nesse tipo de disputa, o que é percebido como importante é a imposição do valor da Companhia de Jesus como grupo mais relevante na história das sociedades e, ao mesmo tempo, na história do cristianismo. É assim que podemos notar, nos títulos das publicações, a ocorrência, bastante previsível, de um quase padrão de abordagens, de temas sequenciais e sistematizados, tais como: *A maçonaria e a Igreja*; *Doumer e a Maçonaria*; *Duchas de Agua Fria: a dissolução da Companhia de Jesus na Espanha*; *As Benemerencias da Companhia de Jesus no Brasil*; na coluna Pró e Contra: “Em que moeda sublime pagaram os jesuítas ao Marquês de Pombal”; “Os eternos perseguidos”, escrito por Peixoto Fortuna; “S.J. Especial para a Cruz”, de Jonathas Serrano; Manoel Azaña, continuador de Afonso Costa e de Plutarco Calles”, escrito por Padre Mario Couto; “Pelo exercito de Santo Inacio de Loiola”, por Coronel Benjamin Fonseca; e “Os Jesuítas”, grafado pelo redator-chefe de *O Jornal* e, também, colaborador de *A tribuna* e do *Correio da Manhã*, Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde (1898–1993). e na coluna da mocidade, Alfredo Balthazar da Silveira.

Ressalte-se, por oportuno, que as análises realizadas nos artigos de *A cruz* eram feitas segundo os pressupostos político-religiosos, tanto da linha editorial do periódico quanto dos próprios colaboradores e, dessa forma, imprimiam uma interpretação imanente dos conteúdos e revelavam uma tendência em evidenciar, axiomáticamente, a função organizativa dos jesuítas no direcionamento tanto dos estabelecimentos de educação como das congregações marianas. Com isso, incitavam os leitores a breicar ou, pelo menos, afrontar, o “vento de insensatez” que

soprava das terras espanholas, por meio de uma “indispensável colaboração militante” que possibilitasse aos jesuítas “prosseguirem na sua grandiosa obra de educadores exímios” aqui, e em outros países do mundo.

Nesse sentido, cabe destacar a presença da opinião do veículo, expressa, na primeira página, por meio da transcrição de uma alocução de Pio XI sobre o decreto que dissolvera e prescrevera da Espanha a Companhia de Jesus, que tinha tido, também, os confiscados. Sob o impactante título “O Vigário de Cristo conforta as vítimas da desumana perseguição dos energúmenos mandatários da maçonaria internacional”, a direção do jornal, seguramente, determinou a política, ou a lógica, pela qual a empresa jornalística deveria enxergar tais fatos ocorridos naquele país.

A descrição de Pio XI é enfática, sugerindo que, apesar de estar estabelecido um complô pesado contra a Companhia de Jesus, com toda a evidência e densidade histórica que fizeram os jesuítas “perseguidos e injustiçados” desde meados do século XIX, os católicos não precisariam se abalar com tais circunstâncias, pois, nelas, haveria possibilidades táticas de reverter a situação. A verdade, acrescentou, Pio XI,

é que na própria tristeza das circunstancias há alguma coisa de soberanamente belo e glorioso para nós e os nossos bons filhos da Companhia, aquela mesma cousa que enchia de júbilo os Apostolos, quando saíam pelo mundo pregando em nome de Jesus. É por isso que são expulsos e é por isso que sofrem, o que para eles é uma exultação e uma glória. Eles sabem que é, para nós também uma glória e um consolo possuir tais filhos e tais defensores. É com profunda satisfação que cumprimos o dever de proclamar o nosso paternal reconhecimento à Companhia de Jesus diante de vós que representais aqui o mundo inteiro. Os perseguidos sabem que o nome pelo qual sofrem, encerra toda a força e toda a confiança, assim como a inabalável fé no futuro, seja este qual for, porque é no nome de Cristo que se encontra a salvação (O Vigário...1932, p.1).

Tal narrativa, exposta pela linha editorial de *A Cruz*, seria um sopro de ar fresco numa cultura política dominada por um apelo profético e por uma visão messiânica. Como pontuou Girardet (1987), a respeito dessa característica peculiar do discurso político *maquinateiro*, a mensagem a ser transmitida por ele, tanto em sua forma e estrutura, como em seu conteúdo, deveria, para se ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito no imaginário social. Além disso, como alertou Hanna Arendt (2013, p.351), “o que convence as massas não são fatos, nem mesmo fatos inventados”, mas a repetição e consistência do sistema do qual supostamente fazem parte.

O que significa, entre outras coisas, que, para Pio XI, assim como para a comunidade leiga e eclesial, era necessário não apenas repopularizar a Companhia, mas também, *remiticizá-la*²¹³, glorificá-la. Impunha-se um esforço de ressignificação dos mitos inacianos em outros termos, que deveriam ser necessariamente reiterados na década de 1930, e mais amplamente difundidos. Parafraseando Girardet (1987) era necessário, nesse momento de crise, a elaboração de um mito político, em sua narrativa legendária e explicativa, que pudesse se desdobrar em um papel para a mobilização e a luta política.

Tais artigos expressos em *A Cruz* constituem, com efeito, o *clima* no qual foram elaboradas algumas das interpretações da Igreja em relação aos acontecimentos históricos do período, as quais, no entanto, na sua justa medida e respectivas consequências, não são o reflexo homogêneo ou a tradução do todo da Instituição. Entretanto, com proveito, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, que, sem implicar a interposição de qualquer limite ao uso dos jornais e revistas, “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma forma determinada, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2014, p.139).

Convém lembrar, a esse respeito, a importância de se analisar o impresso com vagar, como propôs Tania Regina de Luca (2014), no sentido de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial e os seus cooperadores mais assíduos, e, também, de inquirir sobre suas ligações sociais, intelectuais e políticas, atentando-se para suas temáticas, de modo a buscar pistas a respeito de suas intenções e expectativas.

Vale mencionar, preliminarmente, que o referido texto de *A Cruz*, “O Vigário de Cristo conforta as vítimas da desumana perseguição dos energúmenos mandatários da maçonaria internacional”, como tanto outros semelhantes publicados nos jornais, não contém registro de sua autoria, porém, não deixa de externar o peso dos jornalistas, editores, colaboradores e dirigentes do *Centro da Boa Imprensa*²¹⁴, órgão em que o jornal estava vinculado e cujo fundador, o então frade franciscano, Pedro Sinzig (1876 – 1952), expressava efetiva apologia aos jesuítas.

Dentre outros aspectos, vale destacar que Sinzig também fundou o *Cruzeiro do Sul*, em Lages, Santa Catarina, em abril de 1902, redigiu a revista *Vozes de Petrópolis* por 12 anos, de 1908 a 1920, e organizou o 1º Congresso Nacional dos Jornalistas Católicos, ocorrido em 1910.

²¹³ Expressão emprestada de Ginzburg (2014, p.184), significando tornar, em sentido estrito, um *mito*.

²¹⁴ De acordo com Oliveira (2016), o Centro da Boa Imprensa foi fundado em 29 de janeiro de 1910 pelo jornalista e escritor Pedro Sinzig (1876-1952), franciscano da Ordem dos Frades Menores (OFM). Segundo o autor, o jornal *A Cruz* estava vinculado ao Centro da Boa Imprensa, ou seja, vários artigos enviados de Petrópolis eram publicados no jornal.

Foi nesse Congresso que ele lançou as bases do *Diário Católico* e, também, da criação da Liga da Boa Imprensa, órgão que seria responsável por manter o Centro da Boa Imprensa. Para maior e melhor organização desse futuro diário, Sinzig seguiu para a Europa, em 1910, fazendo diversas conferências em que apresentava o Brasil como um grande país de possibilidades espirituais e artísticas. Lá angariou recursos e adquiriu uma rotativa para a impressão do futuro jornal.

Em meados de 1930, o intelectual participou de várias campanhas pró-jesuíticas²¹⁵, como as reuniões de aprovação para as comemorações do IV Centenário de Anchieta, estabelecidas pela Confederação Católica do Rio de Janeiro (CCRJ) em parceria com a Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ); e a Campanha Pró-Edifício Anchieta, promovida pela Ação Social Brasileira (ASB) e pela Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (APCDF), sendo também um dos responsáveis pela publicação de diferentes artigos sobre a vida e a obra de Anchieta, a exemplo nas páginas da revista mensal e ilustrada *Excelsior*²¹⁶, órgão do qual também foi sócio-fundador e que circulou entre os anos de 1928 a 1945.

Verifica-se, além disso, que Sinzig foi um dos fundadores da seção artística da Ação Social Brasileira (ASB), também denominada Cultura Artística e, posteriormente Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro (SCARJ), ao lado de Amélia de Rezende Martins (1877-1948), Rodolpho Josetti (1888-1946), Luiz Gonzaga Botelho, Theodor Heuberger (1898-1987), Maria Amelia de Rezende Martins (1895-1968), Véra Janacopulos (1892-1955), Paulina d'Ambrosio (1890 – 1976), Guilherme Halfaeld Fontainha (1887 -1970) e Alfredo Gomes²¹⁷.

²¹⁵ Sobre os aspectos relativos à trajetória de Pedro Sinzig, foram consultadas um total 963 ocorrências em jornais e revistas para o período de 1930 a 1939, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Desse total, tem-se 43 ocorrências relativas à participação de Sinzig em campanhas pró-jesuíticas. Tais indícios também foram cruzados com os estudos de Cruz (2019) e com as informações biográficas disponíveis nos sites da Academia Brasileira de Música (ABM), da Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil (PFICB) e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Ver: <https://intelectuais.com.br>

²¹⁶ Sobre a revista *Excelsior*, falaremos mais adiante.

²¹⁷ Sobre Rodolpho Josetti (1888–1946), Luiz Gonzaga Botelho, Theodor Heuberger (1898–1987), Maria Amelia de Rezende Martins (1895–1968) e Alfredo Gomes, consultar prosopografia em: <https://intelectuais.com.br>. Quanto aos outros intelectuais, constata-se que: Paulina d'Ambrosio (1890–1976) foi musicista, violinista e professora da Escola Nacional de Música por 42 anos (FRESCA, 2009). Guilherme Halfaeld Fontainha (1887–1970) foi musicista, professor e diretor do Instituto Nacional de Música, de 1931 a 1934. Escreveu diferentes artigos e livros didáticos sobre música e foi, também, fundador da Revista Brasileira de Música, em 1934. (LUCAS, 2005). Vera Janacópulos (1886–1892) foi musicista, soprano e professora de canto na Escola de Arte Dramática. Atuou também como programadora da Rádio Gazeta por oito anos (VERA..., 2020).

Dessa forma, é possível perceber que, tanto Sinzig quanto outras personalidades católicas, leigas e eclesiais, tendo nas mãos o controle de organismos, de uma editora e de periódicos fortíssimos, como o jornal *A Cruz*, atuaram de forma a distribuir no mercado linguístico um discurso destinado a grupos específicos, buscando consolidar um determinado projeto de *Neocristandade*.

Pode-se, assim, inferir, em consonância com Oliveira (2019), que os jornais católicos na década de 1930, exteriorizavam a ideia de um combate constante a toda e qualquer doutrina de cunho liberal, cientificista, maçônico, protestante e socialista. A força retórica que se percebe, na maioria deles, é a de que tinham, entre seus objetivos, destinar aos leitores um conteúdo persuasivo que defendesse as ações episcopais, mas, também, formativo, por apresentarem as diretrizes de uma reforma política. Esta, no entanto, nada pacífica, pois sempre estava inserida na dimensão do conflito, convivendo, simultaneamente, com outras circulações de ideias. Nessa esteira de discussão, destaca-se, aqui, no período estudado, o posicionamento do que viria a ser um *jornal católico*, como propôs Gramsci (1991, p.187), em especial o periódico *A Cruz*, no que se refere à sua função social e à maneira como seus conteúdos deveriam ser abordados e propagados:

Porque será - pergunta o grande orgam da Cidade do Vaticano – que os jornaes adversos ou neutros se difundem largamente, enquanto os catholicos a custo conseguem manter-se? Affirma em seguida: o jornal catholico, por isso que o é, não poderia ser nunca o que se chama um jornal de penetração, que oculte ou disfarce as suas ideas. Jesus Cristo não se escondia para pregar... Depois, o jornal catholico, não pode ser puramente noticioso, lavando as mãos, pusilanime, quando se lhe impõe o julgamento dos factos. Preocupando-se de tudo quando se passa, não renuncia a comentar, a refletir, a servir de guia. Refletindo uma doutrina e devendo ser instrumento de educação e salvaguarda, não pode converter-se numa simples chapa [...]. Não basta ter idéas sãs. É necessário estampa-las, e esta parte tambem custa... Um jornal de pensamento, o jornal-apostolo, o jornal batalha, o jornal catholico, não póde separar a sua fortuna econômica do seu êxito ideal. (*A Cruz*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1930, p.7).

Tais informações são apenas exemplos dessa vertente de produção. Interessa, no momento, acentuar em consonância com Shoenenkorb (2017) que, na maioria das vezes, os defensores dos jesuítas (ocupando cargos de jornalistas ou não) também apareciam ligados a esferas conservadoras da sociedade brasileira. É o caso por exemplo, dos padres José Pereira dos Passos Cabral (1891-1954) e Armando Guerrazi (1891-1947), respectivamente, diretor-

redator e jornalista de *A Cruz* entre os anos de 1930 a 1935²¹⁸, período em que a matéria sob o título “Indesejáveis”, anteriormente citada, foi publicada. Segundo Pedro Filipe Barros Oliveira (2019), o padre J. Cabral destacou-se como um escritor ligado ao reacionarismo católico, publicando artigos que possuíam traços fortemente conservadores e defensores dos princípios da família católica, foi responsável também por produzir, por exemplo, as obras *Conceitos e Factos* e *A Miragem Soviética*, no sentido de construir um discurso altamente anticomunista.

Padre Cabral era, também, redator responsável por toda a correspondência de *A Cruz*, escrevia regularmente na coluna “Livros Novos”, e frequentemente é citado na coluna “Pelas Paróquias”, em que é possível verificar a circulação do prelado em diferentes delas, entre as quais as mais frequentes eram a Santa Terezinha da Matriz da Lago, a Matriz São João Batista e a Matriz Anchieta²¹⁹. Nas reuniões e cerimônias de que participava, estavam, também, geralmente presentes: o mencionado sacerdote escritor e publicista Guerrazi; o padre João Baptista Cavalcante, diretor da paróquia Anchieta; o monsenhor Rosalvo Costa Rego (1891-1954)²²⁰, então vigário capitular do Rio de Janeiro, mais tarde bispo-auxiliar, responsável pelo

²¹⁸ Em 1919 a redação de *A Cruz* localizava-se na paróquia de São João Batista, sendo a própria matriz a proprietária. Em 1930, a redação foi transferida para rua Real Grandeza, 174. Em relação aos grupos produtores, temos na administração de 1930, especificamente, até a edição de nº4, Odilon Dantas Barreto. Nas edições de nº 5 a 52, a administração e gerência ficou a cargo de Luiz de Mello. Entre 1931 e 1935, já sob propriedade da Confederação Católica a redação fica a cargo de Padre José Cabral, porém, ainda com Luiz de Mello como gerente. Armando Guerrazi atuou como jornalista nos anos 1930, seus artigos estão, na maioria das vezes, disponíveis em colunas fixas e assinadas. Os temas de Guerrazi possuem um teor político explícito, de posicionamento crítico e de fortalecimento da função social do jornal, ver, por exemplo, *A Cruz*, 5 jan.1930, p.3. Entre 1935 a 1937, o gerente é Luiz Soares Arruda e o redator é C. José de Lima Ferreira. Entre 1938 e 1939, a redação fica a cargo de Lima Ferreira, a administração é realizada por Manoel G. de Souza e o fundador é d. André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, então bispo de Taubaté (SP) e responsável por elevar o jornal aos auspícios da Confederação Católica do Rio de Janeiro.

²¹⁹ Pode-se verificar os partícipes desta circulação entre paróquias, por exemplo, em *A Cruz*, 9 mar. 1930, p.7 e *A Cruz*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1930, p.2.

²²⁰ De acordo com biografia disponível em *A Cruz*, publicada em 7 de fevereiro de 1954, em homenagem à memória de d. Rosalvo da Costa Rego, o prelado nasceu em Alagoas, no dia 18 de agosto de 1891, filho de Pedro Costa Rego e de Roma de Oliveira Costa Rego. Ainda criança, veio para a cidade do Rio de Janeiro. Os seus primeiros estudos foram no Colégio São Bento e, depois, no Seminário do Rio Comprido. Terminando os preparatórios em 1908, foi para Roma estudar no Colégio Pio Latino Americano. Em novembro desse mesmo ano, matriculou-se na Universidade Gregoriana e inscreveu-se na Faculdade de Filosofia. Em 11 de março de 1911, na Basílica de São João de Latrão, recebeu a tonsura, em junho, doutorava-se em filosofia e, em novembro, matriculava-se na Faculdade de Teologia, cuja láurea conseguiu em 1915. Antes, em 14 de outubro de 1914, recebera das mãos do cardeal Pompili, vigário do papa Pio XI, a sagrada ordem do presbiterato. Em 1915, padre Rosalvo retorna ao Brasil, ficando na Arquidiocese do Rio de Janeiro, porém d. Duarte Leopoldo e Silva o convida, com autorização do Cardeal Arcoverde, para que o sacerdote fosse tomar conta, no Seminário Maior de São Paulo, das cadeiras de Filosofia e Teologia. Em 1921, retorna ao Rio de Janeiro, sendo nomeado vigário da Paróquia de São João Batista. Ali, construiu a Casa Paroquial e a Congregação Mariana e deu impulso ao Patronato e às outras obras sociais da paróquia, além de vitalizar as associações Pias. Escolhido vigário geral da Arquidiocese e sendo amigo dedicato de d. Leme, realizou arrojadas iniciativas, como o Cristo Redentor, a Universidade Católica e os anais do Concílio Plenário Brasileiro. Com a morte de cardeal Leme, mons. Rosalvo assumiu, na qualidade de vigário capitular, a direção espiritual do Rio de Janeiro e, nessa função, foi incentivador e dirigente da Confederação Católica Arquidiocesana. Com a eleição de d. Jaime Câmara para a Arquidiocese, mons. Rosalvo volta às funções de vigário geral. É eleito bispo titular de Mariana e auxiliar do Rio de Janeiro, pelas Bulas de Pio

direcionamento geral, espiritual e administrativo de *A Cruz*²²¹; o cônego Alcidino Pereira (1894-1932), responsável pela coluna “Escoteira” de *A Cruz*²²², pró-pároco de São João Baptista; o padre Alfredo Soares, também diretor da revista *Brasil Social*; o padre Marcel Renaud S.J. (1870-1955), superior da Ordem dos Jesuítas no Brasil, reitor²²³ e diretor do Colégio Pio Brasileiro em Roma; o padre José Maria Natuzzi (1863 -1943), professor enciclopédico e reitor dos colégios São Luiz, em 1903, e Santo Ignácio do Rio de Janeiro; e o padre Cesar Denaise, S.J. (1894-1986), professor de Filosofia e reitor do Colégio Anchieta de Nova Friburgo, também diretor da Confederação das Congregações Marianas²²⁴.

Quanto ao capelão do cardeal Joaquim Arcoverde (1850- 1930)²²⁵, padre Guerrazi (1891-1947), as fontes sinalizam um engajamento na construção de um discurso político coerente com os princípios da doutrina de Pio XI. Esse poeta, filólogo, escritor e professor de português e latim do Ginásio do Estado, em Sorocaba (SP), escreveu diversos artigos, não somente em *A Cruz*, mas também em *A Vanguarda*, *Jornal do Brasil* e *O Momento*, e nas revistas *Ilustração Brasileira*, *Vida Doméstica*, *Excelsior*, *A Ordem*, entre tantas outras. Pode-se admitir, à luz do percurso temático de Guerrazzi, que seus textos possuem um teor político explícito, de posicionamento crítico e fortalecimento da função social do jornal católico como um *jornal de batalha*.

A existência objetiva de tais premissas permite pensar a finalidade imaginável e concreta elaborada pela atividade publicístico-editorial (jornalística) do periódico católico. Se o catolicismo, tal como afiança Gramsci, é um centro cultural (partido) e um movimento (ação), que mesmo “apresentando uma diretiva única e centralizada, apresenta grandes diferenças (e

XII, a 30 de junho seguinte pelo Cardeal D. Jaime Câmara. A 1º de março de 1952, o pontífice o promove a arcebispo titular de Jerápolis. Ver: *A Cruz*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1954, p.1; 14 fev. 1954, p.1; 21 fev. de 1954, p.7.

²²¹ Ver: ROSALVO... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1954, p.1; *A Cruz*, Rio de Janeiro, 25 set. 1960, p.1.

²²² Alcidino foi pró-pároco por dois anos na Igreja São João Batista. Representava a “Coluna Escoteira” de *A Cruz* e o escoteirismo católico nacional. Alcidino nasceu em Paranaguá, em 27 de julho de 1894, e faleceu em 17 de janeiro de 1932. Filho de Alcides Augusto Pereira e de dona Aurora Pereira, de família de Paranaguá. Foi doutor em filosofia, doutor, na Igreja Católica, em Teologia e em Direito. Ordenou-se em Roma em 1918. Foi Bispo em Guaxupé (MG) e, na política, foi deputado no Paraná em 1923. Ver: *A Cruz*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1932, p.4.

²²³ O Reitor é a figura central do colégio jesuíta. De acordo com Franca (2019), o reitor é responsável, dentre suas várias funções, por distribuir os ofícios, convocar e dirigir as reuniões de professores e presidir solenidades escolares. Exerce, em seu colégio, segundo o autor, a “autoridade mais alta, subordinada, porém, na província, à do Provincial e, fora dela, à do Geral, por quem é nomeado.” (FRANCA, 2019, p.45- 46). Sobre o funcionamento administrativo da Ordem e de seus colégios, convém observar o manual prático que preconiza o método de ensino dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*, em especial as regras do Provincial, do Reitor, do Prefeito de estudos superiores e as normas comuns a todos os professores, incluindo-se aqui, os “professores das faculdades superiores e inferiores” (FRANCA, 2019, p. 45- 46).

²²⁴ Conferir traços biográficos de Marcel Renaud, S.J., José Maria Natuzzi e Cesar Denaise, S.J. (1894–1986) em: <https://intelectuais.com.br>.

²²⁵ Sobre a trajetória política e intelectual do cardeal Arcoverde conferir o interessante estudo de Marjone S.F de Vasconcelos Leite (2004), intitulado *Dom Arcoverde: o Cardeal dos Sertões* (1870-1922).

mesmo contrastes) de atitudes regionais nas diversas épocas e de acordo com os problemas particulares que enfrenta” (GRAMSCI, 1991, p. 170) como a questão jesuíta espanhola, por exemplo, é verossímil dizer que o jornal de opinião, em sentido estrito, o *jornal católico*, faz parte de uma organização material voltada para defender e desenvolver uma frente teórica ou ideológica a ser realizada de maneira realista; na acepção gramsciana, esse tipo de publicação faz parte de uma “estrutura ideológica” que tem como finalidade direta “um eficaz apostolado social cristão, a serviço da Igreja e em ajuda da Ação Católica” (GRAMSCI, 1991, p.188).

É verdade que a própria imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura, porém ela não é a única a influir na opinião pública direta. Fazem parte, também, desse processo: os círculos católicos, os clubes, as instituições educacionais religiosas e culturais, como a ASB e a ABI e, até, os institutos comerciais de cunho formativo e profissional, como a Academia do Comércio.

Considerando a amplitude de tal assertiva, é válido salientar que a próxima seção deste capítulo, buscará demonstrar como, por meio da articulação política do diretor da Academia do Comércio, o então conde Cândido Mendes de Almeida, decide dar início a um grupo para defender os interesses da Companhia de Jesus no Brasil. O projeto, encetado ao lado de outros intelectuais, entre os quais figuravam arcebispos, bispos, párocos, representantes da imprensa e de instituições culturais, educativas e sociais, comandantes, militares, políticos e literatos, muitos dos quais antigos alunos dos padres jesuítas, havia sido sugerido por d. Leme e fora motivado, ainda, pelas manifestações de apoio publicadas na imprensa aos “insopitáveis, caluniados e justíssimos padres da Companhia de Jesus”, não só em “desagravo dos ultrages e iniquidades sofridas na Espanha” e em contraposição à “perigosa associação cria da maçonaria internacional” que circulava no país, conhecida como CNPEL, mas também “como preito de gratidão nacional pelos relevantes serviços, prestados no Brasil pelos apostólicos evangelizadores e educadores emeritos” (*A Cruz*, Rio de Janeiro, 28 fev.1932, p.2).

5.2 O contexto e as expectativas na criação da Associação e da Federação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro a partir do perfil prosopográfico do grupo ASB e colaboradores (1932).

Exmo. Sr. Nuncio Apostolico. Meus caros mestres da Companhia de Jesus. Exmos. Srs. Bispos. Exmas. Senhoras. Meus senhores.

Vibra hoje, em todos os principaes centros populosos do Brasil, a grande maioria dos seus habitantes ligados pela Fé Catholica. E essa vibração, nascida da revolta das consciencias contra o reflexo de injustas perseguições, periodicamente renovadas, transformou-se em preito de gratidão sincera e profunda, cujas manifestações a oportunidade actual tornou excepcionalmente triumphaes [...] Em São Paulo, sob presidencia de Altino Arantes, congregaram-se mais de mil e duzentos alumnos que fundaram uma sociedade permanente, e realizaram hoje a romaria à historica cidade de Itú, onde foram rever o edificio do grande collegio e mata saudades dos tempos escolares, quando se achavam sob a direção dos RR.PP. da Companhia de Jesus. De todas as dioceses profusão de telegramas e cartas das autoridades episcopais e de antigos alumnos esparsos por todos os recantos da Patria concorreu, trazendo protestos contra as perseguições, louvores aos perseguidos e aplausos aos mestres queridos. Positivamente então os propósitos da união de todos os antigos alumnos para maior efficiencia pratica ficou resolvido a criação na Capital do Brasil da Associação dos Antigos Alumnos da Companhia de Jesus e da Federação de associações análogas em todo Brasil com objetivos harmônicos e coordenados. Neste momento historico, em que tanto parecem abalados os alicerces da sociedade e do proprio lar; em que pouco a pouco se amesquinha o nível de cultura scientifica, principalmente das humanidades e dos estudos clássicos; em que a moral christã se vê cercada dos maiores perigos, com detrimento da tranquillidade das consciencias, - surge a solidariedade activa e energia dos antigos alumnos dos RR.PP. da Companhia de Jesus (ALMEIDA, 1932, p.5).

Com essas palavras Cândido Mendes de Almeida inaugurou, na cidade do Rio de Janeiro, a entidade civil ASIA, cujas iniciais vinham do latim, *Antiqui Societatis Iesu Alumni*, e que correspondia à Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (AAACJ). No excerto, é patente o entusiasmo do autor com a possibilidade encetada de se coordenar uma defesa nacional da Ordem inaciana nesse início de 1932. Na perspectiva de Almeida, que seria escolhido presidente da organização, e de boa parte dos intelectuais seus contemporâneos, a dispersão injusta dos jesuítas espanhóis e a possibilidade de que o movimento anticlerical se estendesse ainda mais pelo país poderiam ser superados por meio da fundação de uma federação das associações jesuíticas análogas em todo Brasil. O intuito era construir uma milícia em

defesa da ação apostólica inaciana, em especial, de seu apostolado educativo e intelectual²²⁶, atividade então prioritária da Companhia de Jesus, diga-se de passagem, desde os primeiros cem anos de seu regresso ao Brasil, até meados do século XX²²⁷. Em síntese, e de acordo com as assertivas do presidente da AAACJ do Rio de Janeiro, o objetivo era

constituir uma milícia cívica em defesa da Cruz, da Sciencia e da Patria para maior gloria do Deus. Queremos seguindo as aspirações de Santo Ignacio de Loyola manifestadas no alto de Montmartre aos seus primeiros colaboradores, aos primeiros jesuítas, trabalhar para o levantamento da cultura literária e científica sobre a base moral do Evangelho e em outros termos queremos a pratica e o culto das verdades christãs. Queremos propulsionar a frequencia dos sacramentos e a collaboração popular nos actos culturaes. Queremos que o mundo saiba que quando os Jesuitas são perseguidos, porque se batem pela Fé Catholica, o Brasil, culto, o Brasil gratos lhe levanta estatua [...] Jesuitas... santos e heroes, sabios e justos. [...] Elles não foram expulsos da Hespanha porque a Hespanha os tem dentro do seu coração e nas páginas de sua historia, assim como Pombal não poudé apagal-os do coração e da historia de Portugal e do Brasil. Salve, grandes beneméritos e grandes calumniados, grandes apóstolos e grandes perseguidos! (ALMEIDA, 1932, p.5).

²²⁶ É mais do que acertado asseverar que a bula papal *Sollicitudo omnium ecclesiarum*, assinada por Pio VII em 31 de julho de 1814, que restaurou universalmente a Companhia de Jesus, já orientava os jesuítas a trabalharem a ideia da unidade cultural como ponto de partida para o desenvolvimento de um espírito comunitário associativo. A especificidade estaria no poder da educação enquanto fomentadora da cultura, como força empreendedora para a partilha da fé. Vale relembra ainda, como já mencionado na primeira seção deste trabalho, que os jesuítas, em geral, foram encarregados da promoção e orientação das escolas católicas, dedicando-se diretamente à educação moral e religiosa da juventude em seus numerosos colégios, o que fizeram dando formação ao clero, prestando assessoria às autoridades eclesiásticas e dirigindo instituições, como vinham fazendo, no caso do colégio Pio Latino-Americano, desde 1859 e, no caso do colégio Pio Brasileiro, desde 1934. Além disso, e em correspondência aos estudos de Bresciani (1999), os jesuítas foram normalmente encarregados, nos diversos lugares onde residiam, da direção espiritual dos seminaristas e dos retiros para sacerdotes, bem como para religiosos e religiosas. Para esse autor, foi por meio dessa ação apostólica educativa, que exerceu influência no clero e nos religiosos, e das associações religiosas de caráter inaciano, como o Apostolado da Oração e as Congregações Marianas, presentes em muitas paróquias e colégios católicos, que os jesuítas difundiram sua espiritualidade e visão de mundo por todo o país. O pesquisador salienta, ainda, que o “Apostolado da Oração chegou a contar com mais de um milhão de associados”, estendendo sua atuação, por meio da “Cruzada Eucarística”, também às crianças e adolescentes, e utilizando, para a formação dos seus membros, diversas publicações, como o “Mensageiro do Coração de Jesus”, as “Cruzadas da Eucaristia” e os “Bilhetes Mensais” (BRESCIANI; RODRIGUES; POLANCO; MACDOWELL 1999, p. 229). Na opinião do cardeal Leme, devia-se em grande parte a essas duas associações (a Congregação Mariana e o Apostolado da Oração) a renovação do catolicismo brasileiro ao longo dos cem anos. Significativa também foi a presença dos jesuítas no campo do apostolado intelectual, que se deu por meio de suas produções científicas e do seu diálogo com a cultura do tempo.

²²⁷ Sobre o retorno dos primeiros jesuítas ao Brasil, ocorrido em 1844, e seu estabelecimento inicial na antiga Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, ver: Diel (2017). Todavia, à luz das considerações de Carlos Bresciani (1999), é importante ressaltar também que “foram os padres italianos os responsáveis pelo desenvolvimento das novas missões na região centro-leste do país, criando o colégio ‘Anchieta’ (1886), internato, na pequena cidade serrana de Nova Friburgo, perto do Rio de Janeiro, e o ‘Santo Inácio’ (1903), externato, na então capital do país”. Ainda segundo o autor, “paralelamente surgiram residências pastorais no Estado de São Paulo, em Itu, Santos e na própria capital. O noviciado foi inaugurado em Campanha e daí transferido para São Paulo e, finalmente, para Nova Friburgo (1923)”. O pesquisador explica, também, que “essa decisão fazia parte da reorganização da missão, obra do visitador, Pe. Marcelo Renaud. Preocupado com o peso das obras apostólicas e o número limitado de vocações, ele fechou os dois internatos de Itu e Nova Friburgo, trazendo para esta cidade a escola apostólica e o noviciado e organizando no mesmo lugar um juniorado e filosofado” (BRESCIANI, 1999, p.230).

Num exercício sintético, combinando-se as informações obtidas anteriormente com o conteúdo do discurso transcrito acima, é possível confirmar que, para esse grupo católico, conter o chamado “triângulo comunista” era uma questão prioritária. A expressão é de um artigo com o mesmo nome, publicado em *A Cruz*, de acordo com o qual era sobre essa aliança, formada por “Rússia, Espanha e México”, que “giravam a atividade e a propaganda irradiante da ideologia marxista”. Ainda segundo o artigo, era preciso frear o “liberalismo burguez pela sua concepção materialista da vida”, por sua contínua “apologia das ideias libertarias, filhas da revolução enciclopedista, a maior culpa da devastação que vem operando o comunismo” (O TRIÂNGULO...1932, p.1-2) comunista. O temor era de que o Brasil cambaleasse na decisão política de acolher os padres espanhóis, como ocorrera em meados de 1910, quando os jesuítas foram expulsos de Portugal. Além disso, havia, sobretudo, o receio inerente de uma possibilidade extrema: o risco de se perder todo o mercado cultural conquistado por esses padres aqui no Brasil, levando-se em conta que eles haviam assumido, a partir de 1911, a responsabilidade de uma nova missão²²⁸.

Segundo a leitura do jornalista e ex-discípulo dos jesuítas Adroaldo Mesquita da Costa, em matéria publicada em 6 de março de 1932, foi graças à “deleteria influência da maçonaria” que ocorreu a “expulsão da Companhia de Portugal e seus domínios”. Assim, “duma hora para outra, centenas de jesuítas”, aproximadamente “3646 homens da Ordem de Loiola”, foram privados dos seus livros e das suas próprias roupas de uso e levados à cadeia, “como criminosos vulgares para ali aguardarem os navios que deviam levar a terras mais hospitaleiras e generosas” (COSTA, A. 1932, p. 4-5).

Mesquita recorda que, apesar de vigorar o artigo 72, parágrafo 10, da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, que dispunha que “em tempo de paz, qualquer pessoa pode entrar no território nacional ou dele sair, com a sua fortuna e bens, quando e como lhe convier, independentemente de passaporte” (BRASIL, 1891), Nilo Peçanha (1867–1924), “o grão-mestre da maçonaria brasileira”, então como vice-presidente da república que assumiria a

²²⁸ Não podemos esquecer, em consonância com Bresciani (1999), que a partir de 1911 os jesuítas portugueses, expulsos de sua pátria, vieram reforçar a presença da Companhia de Jesus no Brasil, assumindo a responsabilidade de uma nova missão no Norte e no Nordeste do país. O autor destaca que esses religiosos, “inicialmente dispersos em vários lugares dos Estados de São Paulo (São Carlos do Pinhal e Sorocaba) e de Minas Gerais (Campanha), fundaram logo em Salvador da Bahia o colégio Antônio Vieira (1911), seguido pelo instituto São Luís (1912-1926) de Caetité, também na Bahia, e pelo colégio Nóbrega (1917) em Recife”. Além disso, ainda segundo o autor: “sua ação pastoral estendeu-se aos Estados mais ao norte, por meio das residências de Belém do Pará, Fortaleza e São Luís do Maranhão. Bem mais tarde, começou a funcionar um colégio também em Fortaleza com o nome de Sto. Inácio. Para a formação de novos jesuítas abriram desde 1927 uma escola apostólica em Baturité, Ceará, onde desde 1932 funcionou também o noviciado e logo depois o juniorado” (BRESCIANI, 1999, p. 229).

presidência em virtude da morte de Afonso Pena (1847–1909), vetou o desembarque dos jesuítas ao país.

Para Mesquita da Costa, nessa época, se Borges de Medeiros (1863–1961)²²⁹ não tivesse “lembrado ao supremo chefe da Nação, os dispositivos legais e o compromisso que havia prestado ao empossar-se do cargo, de manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal”, o Brasil teria, por certo, “dado ao mundo inteiro o mais triste testemunho de quanto valia a nossa Magna Carta nas mãos de um chefe de Estado que acima da lei punha a sua própria vontade” (COSTA, 1932, p. 4-5).

E complementa que, quando a Santa Sé teve conhecimento dessas dificuldades brasileiras em aplicar literalmente o que dispunha a Lei Federal, foi sugerido solicitar ajuda à América do Norte, especificamente ao vigésimo sétimo presidente da República (1909–1913), também presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos (1921–1930), William Howard Taft (1857–1930)²³⁰, que, naquele momento, não fazia objeções aos exilados jesuítas:

Quando o Geral da Ordem teve conhecimento em Roma das dificuldades que o chefe do Poder Executivo do Brasil, contra a literal disposição da Constituição Federal, havia creado ao desembarque, em terras brasileiras, dos gloriosos perseguidos por fidelidade e amor à Cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo, dirigiu-se a **Howard Taft**, que honrava a presidência dos Estados Unidos da América do Norte, dele indagando se poderiam para ali seguir os jesuítas expulsos de Portugal. A resposta não se fez retardada e outra não foi senão a que se devia esperar do chefe de uma República onde as leis foram feitas para serem obedecidas. (COSTA, A. 1932, p.4).

É certo que já vinha vigorando no país a expansão do catolicismo e, possivelmente, o governo representado por W. Taft já tinha considerado os efeitos, ou a “pressão exercida” por lideranças católicas locais para que o Estado interviesse positivamente a favor da Companhia de Jesus. Vale ressaltar que desde a “política externa”, conforme a denomina Eugênio Russomanno (2017), desenvolvida por Leão XIII, foram fundadas, no que o autor chama de “terras de missão”, 248 sedes episcopais, 48 vicariatos ou prefeituras e dois patriarcados. Ainda de acordo com ele, nos Estados Unidos, em particular, foram instituídas 28 novas dioceses e, para esse país, foi nomeado, em 1892, o primeiro delegado apostólico (RUSSOMANNO, 2017). Leão XIII foi um grande incentivador das missões estadunidenses.

²²⁹ Sobre a trajetória política e social de Antônio Augusto Borges de Medeiros, consultar o verbete “Borges de Medeiros” na página do CPDOC. Ver: Medeiros, A. [2021].

²³⁰ Aspectos biográficos de W. Taft podem ser consultados em interessante matéria do jornal *Correio da Manhã*, intitulada “William Taft: faleceu homem o ex-presidente norte-americano”, publicada em 9 de março de 1930 (WILLIAM Taft ...1930, p.1). Outra referência pode ser consultada em: CARTA de New York. *O Rebate*, Acre, 26 ago. 1911, p. 2.

A respeito disso, podemos citar a marcante presença dos fundadores do Instituto das Irmãs Missionárias do Sagrado Coração de Jesus e o trabalho desempenhado pela madre superiora italiana Francisca Xavier Cabrini (1850–1917), enviada por Leão XIII, em meados de 1889, para fundar diversas instituições socioculturais no país. Assim, Madre Cabrini foi responsável, nos Estados Unidos, pela criação de mais de 67 instituições educativas, localizadas em Nova Iorque, Chicago, Seattle, Nova Orleans, Denver e Los Angeles, além de ter atuado em outros países, tanto da América do Sul (incluindo-se o Brasil) como da Europa.

Nesse período, o país norte-americano também contou com Charles A. Finn (1877–1982), padre da arquidiocese de Boston, que igualmente marcou presença no processo expansionista político de Leão XIII. Na carta encíclica *Sertum Laetitiae*, escrita por Pio XII em homenagem ao 150º aniversário da constituição da hierarquia eclesiástica nos Estados Unidos da América, na seção “Atividades Florescentes”, Pio XII rememora, por meio da carta *Longínqua Oceani*, a política de Leão XIII e a trajetória percorrida pela Igreja em suas missões.

No texto, ele ressalta que, no atual momento, isto é, em 1 de novembro de 1939, data de publicação do documento pontifício, os Estados Unidos, tinham “19 províncias eclesiásticas, 115 dioceses, quase 200 seminários, inúmeras Igrejas, escolas primárias, institutos superiores, colégios, hospitais, asilos para os pobres, mosteiros” (PIO XII, [2021]), o que, de certa maneira, amplia a percepção a respeito do que motivou o ato em tom impressionista, a favor da Companhia, pronunciado por W. Taft, ao dizer: “Jesuitas, mande-os, quantos tiver” (COSTA, A. 1932, p. 4-5).

O discurso de Adroaldo Mesquita da Costa é finalizado com o posicionamento a respeito do que era, a seu ver, uma das “forças políticas” frente às quais a Igreja e a Companhia de Jesus se encontrava: “a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo”, que, naquele momento, como sabemos, já tinha se organizado como federação, fundado um jornal e, também, Comitês Centrais, localizados em diferentes cidades: Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Saltos (SP), Curitiba (PR) e Pelotas (RS), com adesão, de acordo com matéria do jornal *A Batalha*, de “católicos liberais e socialistas, protestantes, espíritas e maçons”. Segundo a mesma publicação, o comitê Central do Estado de São Paulo já tinha adesão de “102 associações espíritas e mais de 200 lojas maçônicas” (COMBATENDO o ensino... 1931, p. 3)²³¹. Em 1932, a CNPEL já contava com “1702 grupos filiados” (RUDY, 2017, p. 232) e, como já mencionado, Thompson, na direção da CNPEL, não poupou esforços no sentido de “instruir” as pessoas sobre os perigos

²³¹ É desse mesmo texto a informação de que o jornal fundado pela Coligação Pró-Estado Leigo, mencionado acima, intitular-se-ia *O Facho*.

da aproximação entre o poder temporal e o poder eclesiástico, principalmente em relação à “defesa do ensino religioso nas escolas”, feita pela Igreja, o que, para ele, não passava de um “manejo político da rede jesuítica” (THOMPSON, 1934, p. 201) cujo objetivo principal era garantir o mercado cultural e econômico aos jesuítas, em especial, aos exilados jesuítas espanhóis.

Dizia Adroaldo Mesquita:

Hoje, são expulsos os jesuítas de Espanha. A irreligiosidade impenitente bate palmas de contentamento. Para onde irão aqueles 3646 homens que a Ordem de Loiola agregou na sua patria, em redor daquele lábaro invencível em que ele gravou a sua divisa: “Ad majorem Dei gloriam?” “para o Brasil, nunca”, é o que pede o **vice-almirante Thompson**, chefe da **Liga-Mãe pró Estado leigo**, com sede na capital da republica. E ainda há quem acredite piamente que esse amalgama de quantos crédos religiosos por aí proliferam se bate de verdade, pela mais ampla liberdade de consciência, quando nem a de locomoção querem conceder aos jesuítas expulsos de Espanha. E o interessante é a razão que o **vice-almirante Thompson**, para justificar a proibição do desembarque, em nosso paiz daqueles impertérritos religiosos. Depois de os minorar com o epíteto de “indesejáveis”, menciona, a seguir, o grande motivo que a visão de estadista lobrigou: “A entrada dos jesuítas, expulsos de Espanha, no Brasil, neste momento, acarretaria um enorme desequilíbrio econômico, por não serem eles nem plantadores nem produtores”. E dizer-se que este argumento é creado e apresentado ao publico por uma alta patente da nossa Marinha de guerra. [...] **Sr. Vice almirante**. Há muita cousa, em nossa patria, mais importante e mais nefasta que a entrada dos jesuítas expulsos de Espanha, a contribuir para a crise economica que nos asfixia. A maior delas, talvez, seja a da intervenção indébita de muitos pretensos estadistas na direção dos negócios da Republica e na orientação que pretendem impor ao Governo Provisorio. Estude, medite e verá. Ao cabo de sua meditação, há de eixar em paz os jesuítas (COSTA, 1932, p.4-5, grifos meus).

Além disso, é importante sublinhar que esse clima internacional espanhol também despertou outra preocupação para o grupo católico pró-jesuítas: a questão do “liberalismo católico”²³², tão “pernicioso como o liberalismo absoluto”²³³, um “lobo sorrateiro vestido com pele de mansa ovelhinha”, que, junto com os “socialistas, os catalães, os radicais-socialistas (comunistas), federais e Ação Republicana, cujas tendências de esquerda são conhecidas, empolgaram as Côrtes, impondo a sua vontade” (*Diario de Pernambuco*, p. 2, 17 out. 1931). Para o padre

²³² Sobre o “liberalismo católico” e “católicos socialistas” ver, também, um interessante artigo de Alceu Amoroso Lima, intitulado “Do individualismo ao Totalitarismo: a realeza de Cristo ou as realezas do comunismo, do nazismo ou da democracia”, publicado em *A Ordem* (LIMA, A.1941, p.1).

²³³ Sobre o conceito, conferir o interessante volume intitulado *Liberalismo e Antiliberalismo*, organizado por Ernesto C. Leal, que reúne textos inseridos no tema do *IV Seminário de História e Cultura Política*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em março de 2012. Ver, também, os verbetes “Liberação/Libertação” e “Liberal”, de Williams (2007, p. 249-254).

Donato Rodrigues, OSA, presente em uma das seções da AAACJ (RJ), esse era o “passo mais grave” dado pela República espanhola “no sentido de precipitar no paiz o domínio do socialismo radical”, abrindo, segundo ele, a “fase da luta religiosa que desenrola para a Espanha as mais turvas perspectivas” (*A Cruz*, Rio de Janeiro, p.1, 8 ago.1932)²³⁴.

Tomando ainda com base, a matéria intitulada “O liberalismo Católico”, escrita pelo padre Donato Rodrigues, OSA, como expressão do pensamento dominante que circulava entre os membros da AAACJ, propomos verificar como esse conceito de liberalismo é encarado e analisado. O ponto de partida é compreender que esse é um dos posicionamentos, ou uma das reações internas, tomados por alguns participantes da Igreja que disputavam a hegemonia doutrinária e política da instituição. Esse grupo em específico, além de alguns “integristas” (GRAMSCI, 2011, p. 153) adeptos da política de Pio IX, cuja encíclica promulgada em 1864, intitulada *Syllabus*, condenava o liberalismo, incluía, também, alguns jesuítas, maristas, agostinianos, salesianos, dentre outros adeptos das encíclicas *Humanum Genus* (1884), *Libertas Paestantissima* (1888) e *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII e *Mortalium Animos* (1928), de Pio XI, não menos célebres na temática antiliberal, mas que se colocavam também contra o “liberalismo religioso”.

Para todos eles, esse ideário era, conforme diziam, um “atentado à dignidade humana”. O liberalismo católico, na concepção de Donato Rodrigues, poderia denominar-se “liberalismo prático”, visto que, em teoria, admitia a dependência do Estado à Igreja, mas, na prática, preferia a separação com independência mútua entre esses dois poderes. O lema era, segundo o padre agostiniano, “a igreja livre dentro do Estado livre”. Contudo, para ele, a “Igreja era intolerante e ciosa de si mesma”, não podendo combinar de forma nenhuma, pois tal proposta era contrária aos ensinamentos mortais da Igreja:

Primeiramente, a subordinação da ordem natural à ordem sobrenatural, do Estado à Igreja, do corpo à alma. [...] Em segundo lugar, é necessário respeitar em tudo a ordem segundo a sentença profundíssima de Santo Agostinho: serva ordinem. [...] Finalmente, nem para o Estado e nem para Igreja é vantajosa essa tão apregoada separação. [...] A igreja, ao condenar e combater com todas as forças o liberalismo, seja ele absoluto, moderado ou aparentemente católico, converte-se na maior benfeitora da humanidade. (RODRIGUES, 1932, p.1).

²³⁴ Interessante observar que, no discurso de padre Cabral, há uma tentativa de se “amenizar” ou, quem sabe, “obliterar”, uma suposta existência dos chamados “jesuítas comunistas” dentro da própria Ordem. De acordo com o jesuíta Carrillo de Albonóz referenciado por padre Cabral, alguns padres foram acusados de serem “comunistas” ou “jesuítas comunistas”, como padre Laburu, “unicamente porque pregava, nos templos, a doutrina social”. Mais adiante, afirma que o “governo proibiu o trabalho dos jesuítas Ayala e Abreu, que haviam iniciado a organização cristã das classes trabalhistas” (CABRAL, [1932?], p.151-152).

Para Rodrigues, o liberalismo católico tinha dado a origem de uma moral muito cômoda: “a do homem duplo”. Não era verdadeiramente um católico ou cristão, mas apenas quando era conveniente. Tais indivíduos não lutavam e nem militavam pela igreja, não usavam de suas ocupações, atos e palavras para expandir a fé católica, estavam em contradição com a doutrina de Pio IX, Leão XII e Pio XI. (RODRIGUES, 1932, p.1). Já para Everardo Backheuser, em artigo publicado em *A Cruz* em 12 de março de 1933, o liberalismo era a “guarda avançada do bolchevismo” que procurava “arrancar a humanidade da influencia bôa e benéfica e bemfazeja da Igreja Catolica”. Liberalismo, para o intelectual, era sinônimo de “materialismo”, e o “materialismo em suas consequências econômicas e sociais é comunismo com todos os horrores de amor livre e outras ‘utopias’ selvagens”. Esse liberalismo, “o legítimo soviétismo”, não poderia estar, em hipótese alguma, associado ao catolicismo (BACKHEUSER, 1933, p.1).

Na opinião do padre J. Cabral, também membro da AAACJ do Rio de Janeiro, em sua obra *Ação social da Igreja: fatos e documentos*, a atitude da Igreja em face do comunismo era assaz conhecida, desde que Pio IX, em 1846, o havia condenado como “nefanda doutrina [...] sumamente contrária ao mesmo direito natural da propriedade particular”, condenação logo depois confirmada pela *Syllabus*, passando também por Leão XIII, “na encíclica *Quod Apostolici muneris*” e, posteriormente, reafirmada por Pio XI, na “encíclica *Divini Redemptoris*”, o qual indicava três exemplos de países onde o comunismo poderia firmar-se e dominar: “a Rússia, o México e a Espanha” (CABRAL, [1932?], p.98). Assim descreveu, Cabral:

Vejamos o que se encontra no supra mencionado documento pontifício: “Onde o comunismo pôde firmar-se e dominar – e aqui Nós pensamos com singular afeto paterno nos povos da Rússia e do México – alí se esforçou por todos os meios para destruir (e o proclama abertamente) por completo a civilização e religião cristã, extinguindo no coração dos homens, especialmente da juventude, toda a sua recordação. São perseguidos os bispos e sacerdotes, condenados a trabalhos forçados, fuzilados ou assassinados de forma inhumana; simples leigos, por terem difundido a religião, foram ultrajados, maltratados, perseguidos, encarcerados e sentenciados”. A história do domínio comunista na Espanha está cheia de crimes horrorosos contra o catolicismo e contra a civilização cristã. O curto período de governo marxista tornou-se um longo martírio de doloroso Calvário para os católicos daquela infeliz nação (CABRAL, [1932?], p. 98-99).

Além das medidas preventivas contra a ameaça de uma suposta conspiração “judeu-bolchevique”, passava a ser legítimo, no discurso desses intelectuais reunidos na AAACJ (RJ), o ataque à Rússia (URSS), país então considerado “escravizado pelo judaísmo desde a Revolução de 1917” e um “pólo opositivo de Roma”. As expressões são do intelectual Everardo Backheuser, publicadas no artigo intitulado “Os dois polos da Terra: ensaio anti-

bolchevista”²³⁵. Na opinião dele, como na de outros intelectuais, a URSS, governada por um regime unipartidário altamente centralizado, comandado pelo Partido Comunista, tinha na sua capital, a cidade de Moscou, a responsável pela “total eliminação da Ordem Social baseada no sagrado instituto da Família”. Ainda para ele, o “Codigo da família soviética” e o “regime soviético” faziam das mães “assassinas de seus próprios filhos”. Acusava ser “Moscou” a maior responsável pela destruição do mundo tradicional, dos “nobres alicerces em que foi edificado o catholicismo”. Dizia ele:

O que é afinal Moscou?

Moscou não é apenas a luta do proletariado contra o capitalismo, como pode parecer ao observador superficial, nem é apenas a ânsia dos novos **sans culotes** arrebentando as ultimas fronteiras para construir uma patria universal. Moscou não é apenas a Terra negra e acre do **tcheerneboom** emergindo nas camadas governamentais para substituir revolucionariamente princípios econômicos consagrados pela Sciencia. Moscou não é apenas a vasa do **judaísmo** empolgando em um lance dramático as rédeas da administração russa para se atirar com todos os seus ódios seculares e todo o seu dinheiro acumulado, contra a Christandade. Moscou é mais do que tudo isto, porque Moscou é a total eliminação da Ordem Social baseada no sagrado instituto da Família, fundamento de toda moral catholica. É por isso que Moscou se oppõe a Roma. É por isso que Roma está no polo antípoda a Moscou. Roma é família. [...] Moscou é indivíduo. [...] Eis a diferença intrinseca que torna irreconciliáveis a moral da Cidade Eterna e a moral da Revolução Russa. Todos os oportunistas se poderão reconciliar com Moscou. Roma, não. São dois polos oppostos. São dois princípios contradictorios. Não há ponte de passagem de um para o outro (BACKHEUSER, 1931, p.218, grifo do autor).

Em síntese, é interessante notar que a base do discurso desses intelectuais era, estrategicamente, associar o comunismo à desagregação social e à suposta continuidade do liberalismo capitalista internacional, concepção essa, diga-se de passagem, bem semelhante à estudada por Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (2011) quando analisou o anticomunismo como instrumento antisemita no discurso de Gustavo Barroso. A ideia de que, na concepção de alguns desses membros da AAACJ (RJ), era “impossível” a relação entre comunismo e capitalismo se baseava no chamado “internacionalismo judaico-maçônico”, isto é, a visão deturpada de que a passagem de um capitalismo internacional para o comunismo só seria possível graças ao elemento judeu, à ação judaica, que seria responsável por iniciativas sociais antinômicas de solapar a nação, a família e a fé cristã no sentido de derrocar, segundo tais

²³⁵ O texto foi resultado de uma conferência realizada por Backheuser no Club Central de Niterói, em 18 de setembro de 1930. A publicação, na revista *A Ordem*, se deu posteriormente, em 1931.

intelectuais, “o único baluarte que se lhes opõe à marcha, a Igreja Católica” (O TRIÂNGULO... 1932, p.1-2).

Outro importante fator que contribuiu para esse posicionamento “histórico anticomunista” (DOMINGUES; FIUZA, 2000, p. 256), que podemos acrescentar aqui, foi o temor dessa elite em relação às lutas proletárias socialistas. Essas lutas ganharam vigor com o exemplo da Revolução Russa, em 1917, e com o crescimento das forças e manifestações operárias ocorridas na Europa e nos Estados Unidos durante os três primeiros decênios do século XX. Em 1920, por exemplo, o Partido Socialista chegou a ter “216 mil membros” (MOTA; BRAICK, 1998, p.485). Assim, para se proteger dos movimentos socialistas e “impor disciplina social para recompor a ordem capitalista” (COTRIM, 2005, p. 437), grande parcela das elites apoiou a ascensão de regimes totalitários, entre os exemplos mais significativos, que desenrolaram na Europa entre os anos 1919 e 1945, estavam o fascismo, na Itália, o nazismo, na Alemanha, o salazarismo, em Portugal, e o franquismo, na Espanha²³⁶.

Como vimos em outro trecho deste trabalho, é sabido que a América Latina não ficou à margem desse novo quadro político europeu. Sentimentos nacionalistas e ultranacionalistas também cresceram na região. Alguns líderes populares, metamorfoseados em reformadores sociais, tais como López Contreras (Venezuela), Lázaro Cárdenas (México), Isidoro Ayora (Equador) e Getúlio Vargas (Brasil), dentre outros, mostraram-se sensíveis e simpatizantes a tais concepções autoritárias e com tais reformas sociais e econômicas. Vale ressaltar ainda que o antissemitismo, com ênfase na culpa de um povo, de um complô judaico²³⁷, nunca foi só alemão, como bem afirmou, Eric Hobsbawm (1995),

o que os líderes latino-americanos tomaram do fascismo europeu foi sua deificação de líderes populistas com fama de agir. Mas as massas que eles queriam mobilizar, e se viram mobilizando, não eram as que temiam pelo que poderiam perder, mas sim as que nada tinham a perder. E os inimigos contra os quais eles as mobilizavam não eram estrangeiros e grupos de fora (embora seja inegável o conteúdo anti-semita no peronismo e outras políticas argentinas), mas a “oligarquia”, os ricos, a classe dominante local [...] (HOBSBAWM, 1995, p.137).

²³⁶ São fartas as referências bibliográficas sobre o contexto internacional e local (Brasil) no período que se estende do fim da Primeira Guerra Mundial (1918) até o início da Segunda Guerra (1939), assim como as discussões acerca das polarizações ideológicas e políticas que marcaram a conjuntura nos diferentes países. A esse respeito, ver, por exemplo: Poulantzas (1971); Rémond (1982); Abreu (1992); Hobsbawm (1995); Mota e Braick (1997); Fausto (1997; 2013), Domingues e Fiusa (2000), dentre outros.

²³⁷ Vale citar novamente Girardet (1987) e Motta (1998), quando afirmam que desde o século XIX, os círculos reacionários já denunciavam os judeus como instigadores de perturbações sociais e de revoluções. Todavia a questão comunista não estava de alguma forma muito clara. Foi, segundo Motta (1998, p.94), “somente no século XX, notadamente após a eclosão da Revolução de 1917 e dos movimentos fascistas, que se caracterizou efetivamente a junção entre comunismo e judaísmo a nível do discurso conservador, passando a ser disseminado em larga escala o mito da conspiração judaico-comunista”.

Vale lembrar também que, após a Primeira Guerra Mundial, eram muitos os problemas socioeconômicos que, em proporções diferentes, atingiam o governo e a sociedade dos países que se haviam envolvido no embate. A crise de 1929 contribuiu ainda para agravar os conflitos entre as classes sociais, tornando-os mais profundos e explosivos. No Brasil, a chamada “questão social”²³⁸ esteve presente nas preocupações e discussões políticas no país. Afinal, desde a primeira década do século XX já estava em crescimento uma considerável camada proletária, principalmente no eixo Rio-São Paulo.

O trabalhador urbano, distribuído em indústrias, vivia em péssimas condições de trabalho e habitação. Não havia legislação trabalhista que garantisse seus direitos, mesmo os mais elementares, como descanso semanal, férias ou licenças remuneradas. A mão-de-obra reunia mulheres e crianças, duas categorias “lucrativas”, que não raro recebiam salários mais baixos para as tarefas similares àquelas exercidas pelos homens adultos.

Assim, enquanto a burguesia consolidava sua posição no poder político, as condições de vida dos nascentes trabalhadores urbanos se deterioravam, e estes não acompanhavam as vantagens que o progresso técnico trazia para os potentados do capital. Estimulados politicamente pelos socialistas, pelos anarcossindicalistas ou pelos comunistas, os operários brasileiros denunciaram as injustiças do sistema capitalista e, entre suas diversas formas de manifestações, de denúncia e de reivindicações, as mais amplas e significativas foram as greves (DOMINGUES; FIUSA, 2000, p. 235).

De acordo com Boris Fausto (2013), entre 1917 e 1920 o número de greves chegou à casa dos cem em São Paulo e atingiu mais de sessenta no Rio de Janeiro. Para o autor, na raiz desse ciclo de greves de grandes proporções estavam dois fatores:

Primeiro, o agravamento da carestia, em consequência das perturbações causadas pela Primeira Guerra Mundial e pela especulação com gêneros alimentícios; segundo, a existência de uma vaga revolucionária na Europa, aberta com a revolução de 1917, seguida da Revolução de Outubro do mesmo ano, na Rússia czarista (FAUSTO, 2013, p. 256-257).

A emergência de uma nova conjuntura se torna clara por várias constatações. Além do número de greves, a sindicalização ganhou enorme ímpeto. Um exemplo de alta taxa de

²³⁸ Por “questão social”, no sentido atribuído por Cerqueira Filho (1982, p. 21), compreende-se “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista”. Nesse diapasão, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho. Para uma melhor apreensão da temática no pensamento político brasileiro entre os anos de 1889 a 1930, correspondentes à Primeira República, e, posteriormente, na década de 1930, consultar os capítulos II e III da referida obra do autor, intitulada *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*.

sindicalização, segundo Fausto (2013), é o da “União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, que, em 1918, afirmava ter 19 mil filiados” (FAUSTO, 2013, p. 257).

E como, nesse período, a questão social estava atrelada principalmente ao mundo do trabalho, os temas relacionados às condições dos operários recebiam bastante ênfase. As denúncias sobre o abandono dos trabalhadores à sua própria sorte eram constantes nas pautas dos redatores nos jornais e isso passou a preocupar a elite dirigente (FAUSTO, 2013, p. 257).

Segundo Cerqueira Filho (1982), após 1930, no chamado período constitucional (1934 a 1937), Vargas aprofundará e pré-configurará o tratamento dado à “questão social”, o que fará com que ela receba um tratamento novo na ótica dos grupos dominantes, sendo finalmente “reconhecida como legítima” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.75). De fato, após essa data, a intervenção do governo nas questões trabalhistas crescerá continuamente, visando a desmobilização e a despolitização da classe operária e culminando, posteriormente, em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para o autor, a nova sistematização sindical, montada na direção da “desprivatização do movimento sindical”, também evidencia que “a questão social havia se transformado em questão eminentemente política” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 75).

De toda essa particularidade descrita, situando a “questão social” num contexto de crise, de debates políticos ambíguos e de ansiedades, voltemos a outra característica do período getulista, já mencionada anteriormente, isto é, o recuo das democracias liberais, política que abriu espaço para a deificação de Getúlio como líder populista e para o estabelecimento de um sentimento fascista e antissemita (CARNEIRO, 1995). Lembremos que o momento foi marcado, por um lado, pelo aparecimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL)²³⁹, de tendência esquerdizante, e, por outro, da Ação Integralista Brasileira (AIB)²⁴⁰, de conotação fascista, sendo inegável o seu conteúdo antissemita²⁴¹, principalmente por parte de alguns de seus membros. Entre os mais destacados, o já citado advogado e ex-deputado Gustavo Barroso. Segundo Motta (1998, p. 99), este “grande admirador de Hitler” investiu na estratégica “operação de associar comunismo e judaísmo, apresentando ambos como duas facetas do mal e, portanto, alvos a serem combatidos

²³⁹ Sobre a ANL, ver: Ferreira (2002) e Almeida, M. (2003; 2005).

²⁴⁰ Em relação aos estudos que tratam sobre a AIB, ver: Carneiro (1995); Cavalett (1998); Nobrega de Jesus (2011); Rodrigues e Barbosa (2011); Gonçalves (2012), Chaui (2014) e Bertonha; Caldeira Neto (2016).

²⁴¹ O tema era controverso no interior da AIB. Segundo Carneiro (1995), alguns setores não concordavam em assumir o programa antissemita.

vigorosamente”. Vale ressaltar que a versão brasileira do texto antissemita *Les protocoles des sages de Sion* foi editado e traduzido pelo intelectual em meados de 1934²⁴².

É certo também que as afinidades ideológicas da AIB com o antissemitismo já foram amplamente estudadas por autores como Carneiro (1995), Rodrigues e Barbosa (2011) e Bertonha e Caldeira Neto (2016). Contudo, o estudo prosopográfico das 127 personagens históricas também sinalizou alguns posicionamentos análogos, que associavam o comunismo como etapa final da dominação judaica²⁴³. Tais posturas foram explicitadas, tanto na imprensa, por meio de artigos dos intelectuais, nos quais era evidenciada certa proximidade ao integralismo, ao antissemitismo e/ou aos movimentos ou regimes autoritários, como a partir das próprias adesões desses indivíduos, seja à AIB, seja a outras estruturas simpatizantes, como a Sociedade dos Amigos do Alberto Torres (SAAT)²⁴⁴, ligada ao integralismo, ou à revista mensal e ilustrada *Excelsior*²⁴⁵ e à Sociedade Pró-Arte²⁴⁶, a qual mantinha a publicação da

²⁴² *Les Protocoles des Sages de Sion*, na tradução, *Protocolos dos sábios de Sião*, foi, segundo Girardet, uma “falsificação fabricada”, nos últimos anos do século XIX, por diversos serviços da polícia czarista, cujo objetivo era basicamente descrever o projeto de conspiração, por parte de judeus e maçons, para domínio do mundo. Para Girardet (1987, p. 32) o texto, publicado no gênero literário romance folhetim, conheceu, antes da Primeira Guerra Mundial e sobretudo entre as duas guerras, uma prodigiosa difusão, alcançando em certos momentos tiragens que parecem ter igualado as da própria Bíblia. Em relação à “questão comunista”, pode-se dizer que ela não está colocada de maneira sistemática no texto. Contudo, é possível notar a acusação explícita de serem os judeus “responsáveis pelo ódio entre as classes, pelo estímulo às utopias e por defenderem o coletivismo” (MOTTA, 1998, p. 97). Entre os princípios presentes no *Protocolo*, em relação à conspiração judaica, é fascinante a importância atribuída aos meios de comunicação e à suposta e insistente necessidade de garantir seu controle por parte dos judeus. Girardet aponta que, de acordo com os *Protocolos*, o objetivo dos “homens da seita é se apoderarem progressivamente do conjunto dos órgãos de imprensa” e que, segundo seu 12º princípio, “A literatura e o jornalismo são duas forças educadoras mais importantes” (GIRARDET, 1987, p. 39). A tradução de Barroso de *Les Protocoles* foi reimpressa em 1936, pela Editora São Paulo, e está disponível, em versão PDF, no acervo da Biblioteca Nacional Digital. Cf.: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or645275/or645275.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

²⁴³ Ver, no “Apêndice 5”, a relação de artigos e/ou indícios de representantes do grupo em estudo que sinalizam, no nível do discurso léxico-político de um complô judaico-maçônico, essa suposta junção entre comunismo e judaísmo.

²⁴⁴ Segundo a descrição do CPDOC, a lista de fundadores da sociedade contava com cerca de 50 assinaturas. Em seu processo de expansão, a entidade chegou a criar núcleos regionais em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Goiás e São Paulo. Vale ressaltar que, dentre suas atividades, estava a promoção de estudos socioeconômicos com temáticas que tratavam sobre a educação rural, a imigração e o aproveitamento dos recursos naturais como fontes de energia. Apesar dos esforços do presidente Rafael Xavier em aproximar a entidade ao movimento integralista, a sociedade rejeitou um compromisso oficial. Ela foi dissolvida, provavelmente, em 1945. Cf. SOCIEDADE DOS AMIGOS DO ALBERTO TORRES, 2009.

²⁴⁵ Ver, no “Apêndice 6”, o quadro de indícios com temática referente à aproximação e à valorização explícita aos governos nazifascistas e/ou de valorização à cultura germânica ou, ainda, de aproximação ao discurso político de um suposto complô judaico-maçônico internacional.

²⁴⁶ A Sociedade Pró-Arte, fundada no Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1933, corresponde à seção artística do plano da Ação Social Brasileira idealizado pela presidente Amélia de R. Martins em colaboração com outros intelectuais. É importante dizer que o plano, ASB-Edifício Anchieta, estava dividido em quatro seções: Escolar, Social, Artística e Popular. Conforme já publicado em estudo anterior (HAYDN, 2017), elas cumpriram a função de atender a todo o vasto e complexo problema social por meio de um rol “profilático” de medidas, que variavam conforme os objetivos e o público-alvo de cada repartição. Posição semelhante encontrava-se também na proposta da Pró-Arte, a qual visava, principalmente, a formação de uma intelectualidade artística, realizada por meio de um

revista bilíngue *Intercâmbio*²⁴⁷, com características marcadamente autoritárias, ligadas ao nazifascismo.

A fim de justificar o que se segue, vale destacar um pouco mais a relação desses intelectuais com tais estruturas. A entidade civil SAAT, fundada em 1932, no Rio de Janeiro, teve como principal objetivo a discussão dos problemas nacionais à luz do pensamento de Alberto Torres (1865–1917)²⁴⁸, assim como a promoção de estudos socioeconômicos com foco na educação rural e na imigração. No período entre 1935 a 1936, sob a presidência do ruralista católico Rafael Xavier²⁴⁹, a SAAT teve um processo de aproximação com o movimento integralista,

“complexo aparato material e técnico”, que incluía desde cursos de “musica sacra, coraes e licções” até grandiosos salões acústicos para “musica de camera” e exposições. Já para “o povo simples, que não póde frequentar o Municipal”, a Pró-Arte, como seção da ASB, organizaria o “plano de Concertos populares, educativos”, com músicas, principalmente de igrejas (MARTINS, [1931?], p. 68). A Pró-Arte também tinha o objetivo de promover o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Alemanha. Nas palavras de Amélia de Rezende Martins, a sociedade, também, era, “uma oportunidade [...] o inalienável dever e urgencia de organização ideológica efficiente” que ampararia e “elevaria o nível cultural artístico da nação” (MARTINS, 1933, p.56). Sobre os aspectos históricos da instituição, ver, também, Couto [2021?].

²⁴⁷ De acordo com nota publicitária de *O Jornal*, a *Intercâmbio* era uma revista de difusão cultural germano-brasileira, distribuída no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Campos, Vitoria, Bahia e Recife. Era redigida em alemão e português, com abundante matéria fotográfica que documentava e realçava os vários aspectos artísticos característicos do modernismo brasileiro, mas mostrava, também, as tendências nos meios artísticos germânicos, de caráter expressionista (NOTA... *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 set. 1935, p.6). De acordo com Couto [2021?], a revista circulou de 1933 a 1942, sendo interrompida no mesmo momento em que a Pró-Arte, entidade à qual era ligada, foi fechada, voltando apenas em 1947 e perdurando até a década de 1980 (COUTO, [2021?]).

²⁴⁸ Alberto de Seixas Martins Torres (1897–1900) foi um político, jornalista e bacharel em Direito. Torres era preocupado com questões da unidade e da organização nacional. De um modo geral, pode-se dizer que suas obras refutavam tanto o socialismo como o liberalismo, considerados por ele como instrumentos ideológicos que eram usados pelas nações europeias no processo de conquista política e econômica pelo mundo. Compreender e conhecer a sociedade brasileira, tendo como base um Estado forte e autoritário, era a mudança pragmática e a solução encontrada para as transformações necessárias no país. Em síntese, o agrarismo era a pedra angular de seu pensamento e de seu projeto de nação. Como assevera Ricardo Luiz de Souza (2005) o “conservadorismo, agrarismo e nacionalismo caminham juntos em sua obra: são indissociáveis. Assim como seu nacionalismo, o agrarismo de Torres é essencialmente anticapitalista. Sua sociedade ideal – utópica, diria Lamounier – é “uma sociedade concorrencial fechada na qual a existência da pequena empresa é assegurada, e estimulada a competição entre os produtores” (SOUZA, R., 2005, p. 319). Vale dizer, em consonância com Marcos Jorge, que a leitura da “questão social” por parte de Torres também levava em consideração o papel da educação nacional, tema que, contudo, não foi prioritário para o intelectual. Para ele, de acordo com Jorge (1997), a educação é “concebida, em algumas de suas reflexões políticas, como fator de instabilidade social, quando a ela associa a ideia de fomentadora das ambições individuais” (JORGE, 1997, p. 74). O grande problema social que Torres vislumbrava, assim como seus seguidores, era o crescimento dos grandes centros urbanos, marca típica dos “desdobramentos econômicos que se operavam”, e que era “alimentado pelas massas subinstituídas do campo. Daí que, no trato dos nossos problemas, “incluía sempre a problemática educacional” (JORGE, 1997, p. 87).

²⁴⁹ Segundo Marco A. Martins Santos (2008), Rafael Xavier (1894–1982) formou-se como bacharel de Direito em Recife, tendo, posteriormente, se especializado em Ciências Estatísticas e Administração. “De 1926 a 1931 exerceu o cargo de diretor do Departamento Estadual de Estatística do Estado de Pernambuco. Em 1933, foi nomeado diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, onde permaneceria até 1937 [...]”. Em 1938, foi designado “chefe da Divisão de Material do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, onde fica até 1942”. Ainda em 1942, Xavier torna-se diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE e do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura. De 1947 a 1949 volta a ser diretor do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura. Além disso, Santos (2008) ratifica que “com o afastamento de Teixeira de Freitas da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística e do IBGE, em 1948,

estando presentes, como membros, cerca de 10 integrantes do grupo em estudo, tais como: Belisário Augusto de Oliveira Penna, Celso Vieira de Mattos Mello Pereira, Everardo Backheuser, Leontina Licinio Cardoso, Mario Augusto Teixeira de Freitas, Lina Hirsh, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça e os familiares de Torres, como o casal Ricardo Xavier da Silveira e Amélia Xavier da Silveira²⁵⁰.

Já na Pró-Arte, antiga seção artística do projeto da Ação Social Brasileira (ASB), rebatizada, posteriormente, em 1935, como Sociedade Pró-Artes de Artes, Ciências e Letras (SPAACL), estavam presentes como membros, nos três primeiros anos da instituição, a partir de 23 de setembro de 1933, cerca de 12 dos intelectuais, entre eles: Amélia de Rezende Martins, Rodolpho Josetti (1888–1946) (presidente), frei Sinzig (secretário), Luiz Gonzaga Botelho (tesoureiro) e Theodor Heuberger (1898–1987) (diretor). No Conselho Musical, estavam Vera Janacopulos, Paulina d'Ambrosio, Aloysio de Castro, Guilherme Fontainha, Alfredo Gomes e Maria Amélia de Rezende Martins (1895–1968). Em 1935, a entidade foi presidida por Max Fleiuss (1868–1943), intelectual ligado ao IHGB e à direção artística da Sociedade.

Segundo palavras de André Luiz Faria Couto [2021?], a Pró-Arte nasceu fortemente identificada com as tendências estéticas modernistas, que então procuravam se afirmar no cenário cultural brasileiro. Além de exposições de artes plásticas, a entidade desenvolveu, em sua primeira fase, várias atividades, como concertos musicais, conferências, festas, cursos de música, canto, inglês e alemão²⁵¹, tendo atuado, igualmente, na criação do Conservatório do Rio de Janeiro, em 1935. A instituição abriu, ainda, filiais em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Segundo o autor, esse também era o perfil inicialmente assumido pela

Rafael assumiu este cargo, conservando-se nele até 1951. No ano seguinte, ocupou a chefia de gabinete do Ministério da Agricultura, acumulando com a direção-executiva da Fundação Getúlio Vargas. Desde março de 1959 era membro do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria”. Em 1960, foi diretor “da Sociedade Nacional de Agricultura”. Em 1961, foi nomeado presidente do IBGE pelo então presidente Jânio Quadros. “Na área da estatística, foi membro do Instituto Interamericano de Estatística – IASI, do Instituto Internacional de Estatística – ISI e do Comitê do Censo das Américas”. Rafael Xavier, nas considerações de Santos (2008), “foi um dos maiores líderes do municipalismo no Brasil”. De acordo com o autor, Xavier acreditava que a “República deveria ser dos municípios”, inclusive foi um dos fundadores da “Associação Brasileira Municipalista” em meados de 1946 (SANTOS, M. 2008, p. 15-17). Vale ressaltar, ainda, que o intelectual também foi presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Centro Dom Vital, da Ação Social Arquidiocesana (ASA) e da Liga de Defesa Nacional (LDN).

²⁵⁰ Alberto Torres possuía parentesco com a família “Xavier Silveira” por parte de sua esposa, Maria José Xavier da Silveira (1868–1949). Maria José era irmã de Joaquim Xavier da Silveira (colega de faculdade de Alberto Torres), filha do poeta e orador Joaquim Xavier da Silveira e de Emilia Balbiana Carneiro de Mendonça, descendente de Manuel da Silveira. Ver: CASA DE CULTURA HELOÍSA ALBERTO TORRES (2009).

²⁵¹ De acordo com a matéria de *O Jornal* de 7 de novembro de 1937, a Pró-Arte ministrava cursos de “alemão e inglês para brasileiros e português para estrangeiros”. O objetivo da entidade era, segundo o articulista, “realizar o intercâmbio intelectual entre a Alemanha e o Brasil” (PRÓ-Arte...*O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1937, p.4).

revista da sociedade, intitulada *Intercâmbio*²⁵², em cujas páginas eram reproduzidas obras de arte de caráter modernista e publicados textos de escritores brasileiros envolvidos com os esforços de renovação da literatura nacional, como Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Contudo, o autor relata que a revista recebia apoio financeiro da embaixada alemã no Brasil e, com a consolidação do nazismo na Alemanha, começaram a surgir pressões para que ela se distanciasse dos valores estéticos modernistas. Assim, no decorrer da década de 1930, segundo assevera Couto [2021?], a Pró-Arte e a sua revista tiveram que equilibrar a sua posição para garantir a sua viabilidade econômica. Mas parece que os compromissos com as agências oficiais do governo alemão tornaram-se mais fortes. Ainda de acordo com o autor, tornaram-se cada vez mais frequentes, nas páginas da revista, as matérias de exaltação do regime nazista, sendo ela, inclusive, foi acusada de ser uma “célula nazista no Brasil” pelo jornal *Diario de Noticias*:

E, em 1942, quando ganhava força no Brasil a pressão para que o governo rompesse com as potências do Eixo e se alinhasse aos Aliados na II Guerra, o jornal carioca *Diario de Noticias* publicou uma reportagem acusando a Pró-Arte de ser uma célula nazista no Brasil, financiada pela embaixada alemã, cujo objetivo seria desnacionalizar a nossa cultura. A precipitação dos acontecimentos levaria ao fechamento da entidade. A Pró-Arte ressurgiria em 1947 [...] (COUTO, [2021?]).

Em relação à revista *Excelsior*²⁵³, tratava-se de um impresso especializado, de artigos diversificados, porém com características marcadamente autoritárias, de aproximação à

²⁵² De acordo com nota publicitária de *O Jornal*, a *Intercâmbio* era uma revista de difusão cultural germano-brasileira, distribuída no Rio de Janeiro em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Campos, Vitoria, Bahia e Recife. Era redigida em alemão e português, com abundante matéria fotográfica que documentava e realçava os vários aspectos artísticos característicos do modernismo brasileiro, mas também, mostrava as tendências nos meios artísticos germânicos, de caráter expressionista (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 set. 1935, p.6). De acordo com Couto (2021?), a revista circulou de 1933 a 1942, sendo interrompida no mesmo momento em que a Pró-Arte foi fechada, entidade na qual era ligada, voltando apenas em 1947, perdurando até a década de 1980. COUTO [2021?].

²⁵³ A revista foi fundada em fevereiro de 1928. A redação, em um primeiro momento, ficava localizada na Rua do Ouvidor, nº 11, e, posteriormente, em 1934, passou a se localizar na Avenida Rio Branco, nº 118, ambas no Rio de Janeiro. Vale dizer que as gravuras impressas da revista eram feitas na Casa Vianna, antiga casa Brun, de Antonio Sepulveda, localizada na Rua Ledo, nº 30. A revista tinha, inicialmente, em torno de 100 a 150 páginas impressas em papel *couché*, “custando cerca de 36 000 a assinatura”. Trazia, segundo matéria publicada em *A Cruz*, em 13 de dezembro de 1931, “artigos, resenhas, poesias, ações de medicina, culinária, modas e bordados, bibliografia, filologia, literatura, teatro e cinema, agricultura, comercio, indústria, campo, finança e religião” (*A Cruz*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 dez. 1931). Já em outro artigo do mesmo jornal, publicado em 7 de fevereiro de 1932, o articulista assim define a revista: “revista literária e artística [...] um repositório fino, elegante, ótimo, pela forma sempre correta, pela variedade de assuntos e pela abundancia de ilustrações, variadas e formosas. Realiza bem a aspiração do emérito jornalista e erudito publicista, dr. Soares de Azevedo, que a idealizou como magazine de tudo quanto é mister conhecer-se no meio social moderno, tão avido de instrução quão desleixado na escolha e apressado na leitura. [...] *Excelsior* [...] se impõe a todos os respeitos, mormente pela sua orientação moral, que a torna digna de entrar em todos os lares, em todos os institutos de educação, nos meios mais exigentes. Recomendamo-la com imenso prazer aos leitores d’ ‘A Cruz’ (*A Cruz*, Rio de Janeiro, p. 4, 7 fev. 1932).

filosofia política nazifascista, o qual abriu espaço para a exposição das ideias tanto de pensadores de formação autoritária como de alguns de pensamento um pouco mais liberal. A revista foi editada no Rio de Janeiro, entre os anos de 1928 e 1945²⁵⁴, e teve a participação de cerca de 12% do grupo em estudo. Entre os idealizadores e colaboradores estavam: Amélia de R. Martins, frei Sinzig, padre José Maria Nattuzzi, SJ, Jonathas Serrano, José Piragibe, Tristão de Athayde, Afonso Celso, Everardo Backheuser, Lina Hirsh, Plácido de Mello e Afranio Peixoto. Em sua direção inicial, especificamente entre os anos de 1928 a 1933, estavam Soares d'Azevedo (diretor) e João Stramandinoli (gerente) e, na redação, Perillo Gomes, Adalberto Coelho e Carlos Leopoldo. Em 1934, a direção da revista passa para Candido Mendes de Almeida Jr (diretor), tendo Adroaldo Mesquita da Costa como administrador, Plínio Correia de Oliveira como redator e secretário e João Jacobi como gerente.

Apesar de o impresso compor, pelo teor de suas matérias e segundo seus idealizadores, o gênero “literário artístico”, pode-se supor que a revista, visando a atrair um público mais elitizado e, principalmente, católico, assumia, na maioria das vezes, um caráter quase doutrinário²⁵⁵, sendo nítida a presença de artigos de padres, como Leonel Franca, SJ, João Baptista Lehamann, Coulet, SJ, José Maria Penido, Huberto Rohden, J. de Castro, Serafim Leite, SJ, Bernardo Wienold e d. Manuel Nunes Coelho (bispo do Aterrado/MG). Textos de Ribeiro Lessa, Escragnolle Doria, José Dias Gollcher (membro do Congresso Mariano), Alberto Torres (*in memoriam*), Eduardo Prado, Pandiá Calogeras, Monteiro Lobato e Viriato Correa (membro da AAACJ) também se faziam presentes nas edições examinadas²⁵⁶.

É importante sublinhar que havia entre esses intelectuais reunidos na AAACJ (RJ) uma variedade de inclinações ideológicas, que iam do monarquismo, ou da social-democracia, ao nazifascismo, porém, analisar a configuração e os interesses de alguns intelectuais dessa rede, específica e nada homogênea, pode nos dar mais uma dimensão de seu perfil, no sentido de tentar compreender as motivações que os levaram a adotar certo comportamento político, elegendo como objeto, ou tema identitário fundador, a construção de uma associação católica-jesuíta nacional.

²⁵⁴ De acordo com as informações do acervo da Biblioteca Nacional Digital (BND), a revista *Excelsior* circulou, em sua primeira edição, em 1928, com um total de 94 páginas. Os sinais apontam o ano de 1945 como possível ano de finalização da revista. Nesse período, referente ao ano de 1945, circularam as edições de número 205 a 216. Nas últimas edições, a revista apresentava uma média de 50 páginas.

²⁵⁵ De acordo com artigo da revista *Excelsior* publicado em julho de 1934, o padre João B. Lehmann, SVD, afirma que a revista é “de orientação católica, afinada com o diapasão religioso e mundano, porém apresenta assuntos diversos, com orientação em conformidade com a moral católica”. (LEHMANN, 1932, p.1).

²⁵⁶ Foram examinadas apenas algumas edições da revista *Excelsior*, especificamente as edições de n. 1 (jan. 1928), n. 11 (dez. 1928), n. 12 (jan. 1929), n. 22 (nov. 1929), n. 24 (jan. 1930), n. 36 (jan. 1931), n. 47 (dez. 1931), n. 48 (jan. 1932), n. 72 (dez. 1933), n. 79 (jan. 1934) e n. 96 (dez. 1935).

Noutros termos, é preciso também considerar “que o cultural prepara o terreno do político” (BERSTEIN, 1998, p. 357), ou seja, é preciso considerar que a *cultura política*²⁵⁷, apropriada, elaborada e difundida por esses intelectuais, à escala do “fenômeno das gerações”, como propôs Pécaut (1990) e, mais precisamente, Berstein (1998), é um “corpo vivo” que se enriquece com outras contribuições de outras culturas políticas, principalmente quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento.

Sem dúvida, as circunstâncias históricas, políticas, socioculturais e econômicas possuíram um “peso” relativo no modo de atuação e de reação dos intelectuais. Dito de outra maneira, pode-se afirmar que distintos grupos de intelectuais, quando inseridos em “uma realidade multiforme” e “não homogênea” (CHARLE, 2000, p. 5) possuíam numerosas possibilidades de atuação e de reação (individual ou coletiva) dentro de um horizonte histórico. Então, é verossímil dizer que a força e a motivação desse ato fundador, ou seja, a inauguração da AAACJ (RJ), também resultou de uma lenta e complexa elaboração de experiências adquiridas no decurso das suas formações e socializações. Nesse sentido, como afirmou Berstein (1998):

[...] é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma ideia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos” (BERSTEIN, 1998, p. 356).

Observando, por exemplo, o conjunto identificado de datas natalícias dos integrantes do grupo ASB e de seus colaboradores, sob o total de 127 intelectuais, membros da AAACJ do Rio de Janeiro, o resultado a que se pode chegar é de que havia uma divisão geracional correspondente a dois subgrupos: o primeiro deles era composto por aqueles que fizeram parte de uma geração nascida no período do Império (1840 – 1889), descendentes de uma elite política imperial “bastante homogênea” (FAUSTO, 2013, p. 158) formada por gente de educação e profissão comum²⁵⁸ que tinha como parte de suas vivências enfrentar com êxito a

²⁵⁷ Para uma análise detalhada do conceito, sob perspectiva histórica, ver: Berstein (1998).

²⁵⁸ Fausto (2013), ao caracterizar a elite imperial, cita a obra de José Murilo de Carvalho, intitulada *A construção da Ordem*, na qual se propõe uma explicação sobre a “natureza da elite política imperial”, que teria, segundo Fausto (2013, p. 158), “tido melhores condições de enfrentar com êxito a tarefa de construir o Estado nacional, por ser bastante homogênea”. Essa homogeneidade resultaria, principalmente, da educação e da profissão comuns. Segundo os autores, a maioria dos membros da elite tinha educação de nível superior com maior concentração na área jurídica. Esse fato, associado a uma realidade na qual eram poucos os instruídos constituía, na opinião deles, um elemento poderoso de unificação ideológica. Vale lembrar que a formação superior em Direito se resumiam, até a Independência, aos cursos da Universidade de Coimbra e, depois, às Faculdades de São Paulo e de Olinda/Recife. Assim, “a concentração geográfica e a identidade de formação intelectual promoviam contatos pessoais entre estudantes de várias capitanias e províncias. Incutia neles uma ideologia comum, dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos, tanto de Portugal como do Brasil”

tarefa de construir o Estado nacional. Uma geração, diga-se também de passagem, cujos componentes mais velhos (com 60 anos de idade ou mais) vivenciaram, na década de 1870, um ambiente em que as relações entre Estado e a Igreja se tornaram mais tensas²⁵⁹.

Significativamente, deve-se também levar em conta o fato de os já mencionados *Protocolos dos sábios de Sião*, que se constituíram num dos principais veículos divulgadores do mito da conspiração judaico-maçônica, serem uma falsificação, uma adaptação de um livro do francês Maurice Joly escrito na década de 1860 (MOTTA, 1998). É no século XIX que se pode perceber a elaboração de um pensamento maniqueísta arcaico no interior da sociedade moderna, que mais à frente será elemento de referência explícita ou implícita no meio intelectual. Dissemina-se, por exemplo, a compreensão de que a existência de uma realidade ruim, má, só poderia ser obra de forças maléficas, personalizadas em determinados grupos humanos concretos, decorrência das tensões provocadas pelo advento da modernidade, mais precisamente, no período contemporâneo. No entanto, tal pensamento só ganhará notoriedade, segundo Motta (1998, p. 96), “no interior do Império Czarista, após a ocorrência da Revolução de 1905 e, em âmbito mundial, na sequência da I Guerra e da Revolução Bolchevique”.

Por certo, o “efeito geracional” do meio intelectual, compreendido à definição proposta por Sirinelli (2003, p.255) como um “estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma”, em relação àqueles que vivenciaram o período pós-1870 como uma memória coletiva, pode, em determinados casos, ter intermediado, por referência ativa (não inerte), explícita ou implícita, a narrativa e visão de mundo dos mais jovens, empurrando-os a (re) inventar e consolidar, nos círculos alternativos, nas casas editoriais, nas associações e nas academias, certo discurso político mistificador da realidade, que, ao propor o combate sem tréguas à maçonaria e ao comunismo, possibilitava aquela “engrenagem determinante do funcionamento do meio”, como bem afirmou Sirinelli (2003, p.255), a qual podia assumir variados formatos demarcados pelas próprias características da proposta cultural que então se pretendia defender, empurrando-os, a uma ação coletiva.

(FAUSTO, 2013, p. 159). Ainda segundo José Murilo, citado por Fausto (2013), deve-se acrescentar a isso “o fato de que uma parte significativa da elite política era constituída por magistrados. Desse modo, a profissão contribuiu para aumentar os índices de homogeneidade da elite política, em termos de visão de mundo, interesses e objetivos a serem alcançados” (FAUSTO, 2013, p.158-159).

²⁵⁹ A questão religiosa, vale lembrar, teve origem nas novas diretrizes do Vaticano, implementadas a partir de 1848, no pontificado de Pio IX. Segundo Fausto (2013) o pontífice condenou “as liberdades modernas” e tratou de afirmar o predomínio espiritual da Igreja no mundo. Em 1870, o poder do papa foi reforçado quando um Concílio Vaticano proclamou o dogma de sua infalibilidade, incentivando uma atitude mais rígida dos padres em matéria de disciplina religiosa e uma reivindicação de autonomia perante o Estado. O conflito nasceu quando o bispo de Olinda, d. Vital, em obediência à determinação do papa, decidiu proibir o ingresso de maçons nas irmandades religiosas. O problema era que a maçonaria tinha influências nos círculos dirigentes e o conflito acabou se tornando uma grave questão de Estado.

Tomando essas reflexões como ponto de partida, também foi possível identificar, agora com relação ao segundo subgrupo dessa divisão geracional, que ele corresponde aos intelectuais que fizeram parte de uma geração nascida no Período Republicano (1890–1920) e que estava ambientada intelectualmente no “período de redescobrimento do Brasil” dos anos 1920, o qual, como assevera Sérgio de Sousa Montalvão (2017, p. 28-29), era “marcado tanto pela renovação estética do modernismo, quanto pela difusão das ideologias científicas de salvação nacional, por meio de projetos e aspirações de reformas educacionais e higiênico-sanitárias”. Vale lembrar que, da “geração de 1893”, se originaram, segundo observa Azzi, diversos fundadores do Centro D. Vital, nascidos na última década do século XIX. As décadas finais do século XIX e iniciais do século XX também foram os anos de contestação ao republicanismo oligárquico, dada pelas vias comunista e liberal. Um período em que passam a ser disseminados, em larga escala, os já mencionados mitos conspirativos modernos, em especial, a conspiração maçônica, a jesuítica e a judaica, característica que também acirrará os ânimos dos intelectuais, marcando posicionamentos críticos de diversos autores no período.

Partindo do intervalo entre 1840-1920, o Quadro XI, abaixo, apresenta a amostragem geracional dos 127 intelectuais, membros da ASB e da AAACJ (RJ), dividindo-os em seis décadas nas quais foram encontrados registros de nascimento.

Quadro XI – Dados do grupo ASB e colaboradores – nascidos entre 1840 e 1920

Geração	Total
Período do Império (1840-1889)	67
Período Republicano (1890-1920)	39
Não identificados	21
Década de Nascimento	Total
1850	2
1860	7
1870	21
1880	37
1890	27
1900	12

Fonte: Quadro elaborado com base nas informações da análise prosopográfica.

Os dados levantados apontaram maior concentração de nascidos nas décadas de 1880 e 1890, levando a perceber que a maioria do grupo tinha, em 1930, entre 40 e 50 anos de idade, o que indica que já gozavam de maturidade política, intelectual e reconhecimento público. Os mais novos, nascidos na década de 1900, que contavam, em 1930, com aproximadamente 20 e

30 anos de idade, somam um total de 12 indivíduos. Logo, é preciso reconhecer, de acordo com Sirinelli (2003) e Gomes (1999), que não é apenas o fator cronológico que define o conceito de geração, afinal indivíduos de uma mesma faixa etária, que viveram numa mesma conjuntura, podem ter vivenciado fatos marcantes diferentes.

O importante, no que diz respeito a esse conceito, é o que o grupo experimentou em certo tempo, fazendo com que um determinado “evento fundador” fosse reconhecido e ratificado. Nesse sentido, a noção de geração encontra-se na “junção de memória e história” (GOMES, 1999, p. 40), levando em conta a memória comum a um coletivo de indivíduos com idades diversas, os quais, porém, estão unidos por vínculos pessoais, sejam de amizade, de *parentesco*²⁶⁰, de cumplicidade, ou, ainda, por laços profissionais, afetivos, religiosos ou políticos, que apontam “na memória acontecimentos marcantes em comum” (GOMES, 1999, p. 40).

Os apontamentos precedentes parecem ser suficientes para justificar quais seriam os objetivos do grupo ao fundar a AAACJ no Rio de Janeiro, no sentido de identificar qual foi o consenso, nessa rede de sociabilidade, que envolveu a organização da associação. Dessa forma, dois elementos, unidos entre si, permitem-nos inferir qual era “o lugar” que o catolicismo ocupava no “espaço de experiências e no horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2016) desses intelectuais: de um lado, a composição de um grupo que reunia as frações dirigentes da ASB e da AAACJ (RJ), o qual circulava paralelamente em outros espaços institucionais, e, de outro, mas associado ao anterior, os “efeitos geracionais”.

A seguir, a partir da realização da análise dos objetivos formulados pelo grupo, será possível perceber o quanto esses indivíduos estavam dispostos a conformar suas ações de acordo com a perspectiva da Ação Católica. Sem dúvida, esses intelectuais faziam parte de um grupo de confiança da hierarquia católica e, na medida que desempenhavam suas funções e utilizavam as orientações da doutrina, tornavam-se aptos a representar a obra restauradora da Igreja.

Todavia, a ação coletiva e militante, própria de um *catolicismo social* sob perspectiva pastoral, não impossibilitava a perspectiva de um interesse particular, sobretudo e principalmente, quando se percebe que os processos de formação do poder desse grupo católico estavam ancorados em laços familiares, afetivos e profissionais, que acabavam por sobrepor

²⁶⁰ A análise prosopográfica conseguiu, a partir do cruzamento dos dados, identificar algumas “redes familiares comuns”, isto é, indivíduos que possuíam algum tipo ou grau de parentesco natural, civil ou transversal. Assim, dos 127 intelectuais analisados, encontramos 25 indivíduos que pertenciam a uma mesma rede familiar. Nas outras redes, essa quantidade variou em 6, 5, 4 e 2 indivíduos, chegando a 17 em uma delas”. Ver: Apêndice 8.

seus interesses privados ou seus “particularismos domésticos”²⁶¹ às demandas da sociedade. Por fim, e a título de reflexão, cabe indagar se o “ato fundador” também representava uma demonstração de força da Igreja, de um modelo de poder verificado na legitimidade de um *partido jesuíta* e na própria função da Igreja Cristã na sociedade civil.

De certo, é incontestável que, sob determinados aspectos, tais intelectuais, assim como a Igreja, estavam preocupados em reforçar algumas de suas organizações, tanto no sentido de torná-las mais concentradas e estreitas, como no de procurar fixar melhor determinados princípios e certas diretrizes. Mas isso também significou, precisamente, como pontuou Gramsci (2011, p. 234), “uma menor influência na sociedade e, portanto, a necessidade da luta e de uma mais intensa militância”.

Vale esclarecer, com relação a isso, se a busca por firmar melhor a legitimidade da Igreja foi uma vantagem para o governo e, no caso de tal premissa ser verdadeira, se Vargas compreendeu bem isso, “uma vez que fez tudo para ganhar a aprovação da instituição religiosa”, conforme afirmou Bruneau (1974, p. 78), a compreensão que resulta da cooperação Vargas-Leme é a de que tal relação pode, de fato, ter facilitado muito o governo de Vargas, e certamente pode ter ajudado a “Igreja a reformular a sua abordagem da influência”. Contudo, também é verdade que o próprio Vargas era um “agnóstico confesso”, sem “nenhum interesse na religião, como o eram todos os que faziam parte da sua ‘entourage’ imediata” (BRUNEAU, 1974, p. 80), e, nesse sentido, era preciso, sempre que possível, “tornar claro” para o dirigente que o apoio da Igreja era necessário.

No fundo, tanto a emergência de um impulso religioso cada vez maior, evidenciado por imponentes demonstrações públicas de fé, como a existência de um forte acicate para a elaboração intelectual, realizado com base no vasto material filosófico-político tomista característico de um jesuitismo, e, além disso, o impulso promovido pela Ação Católica, de modo a fortalecer a autoridade da Igreja nas atividades sociais e culturais, podem, do ponto de vista da análise gramsciana, corroborar a tese de que a Igreja não tinha tanta “influência” assim no domínio público. Na verdade, tais fenômenos poderiam, ao contrário, demonstrar o sentimento, sempre presente, de que havia a probabilidade de se “perder o terreno” a qualquer momento, principalmente se o Estado tivesse a intenção de, para usar as palavras do ex-

²⁶¹ A expressão é fruto da reflexão que Miceli (2009, p. 167) desenvolve a respeito do comportamento social e político das diferentes frações da elite brasileira, em especial do momento em que o autor tão bem expressa tal comportamento, utilizando-se de designações como “panelas”, “anéis”, “corriolas” e toda “uma etimologia que remonta aos imperativos dos interesses familiares e privados”. Tais termos evidenciam o modo como esse grupos buscavam se sobrepôr tanto às demandas de setores socioprofissionais como às de outras modalidades de articulação de interesses.

discípulo dos jesuítas Adroaldo de Mesquita, realizar as intervenções “indébitas e anticlericais” de “muitos pretensos estadistas na direção dos negócios da Republica e na orientação que pretendem impor ao Governo Provisorio”. Nesse sentido, ao fortalecer grupos católicos então em ataque, como os jesuítas, a Igreja conseguia impor maior resistência, parecendo, assim, como afirmou Gramsci (2011, p. 234), “relativamente mais forte”.

5.3. Em defesa de um apostolado educativo jesuíta! A Companhia de Jesus no Rio de Janeiro: o programa, os objetivos e as metas.

Disse alguém que, na Igreja Romana, a Companhia de Jesus semelha um anel, cuja pedra preciosa é Anchieta. Mais, porém, o que um anel, ornato de mão, símbolo aliás da atividade, pode ser comparada a um diadema que cinge a fronte, sede do pensamento (CELSO, A.1935, p.245).

Em matéria de *O Jornal*, publicada em 30 de março de 1932, Alceu Amoroso Lima recorda que, em uma das assembleias preparatórias para a instalação da AAACJ no Rio de Janeiro, o Centro D. Vital, a União Católica, o Círculo Católico, a Sociedade Ivo e São Lucas, a Ação Social Brasileira, a Liga das Senhoras Católicas (LSC), a Associação dos Professores Católicos (APCs) e a Associação dos Escoteiros Católicos (AEC), dentre outras instituições, “imediatamente, após a expulsão dos jesuítas da Hespanha, apresentaram o seu protesto ao provincial da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro” (LIMA, A. 1932, p.5). A realização de tal feito, para além do caráter de objeção, tinha, segundo Amoroso Lima, o objetivo de incentivar a “união jurídica de todas as associações catholicas dos ex-discípulos dos jesuítas de diferentes Estados”, além de buscar, ainda, a adesão de grupos internacionais, como “os collegios dos jesuitas da Inglaterra, da Italia, da França e de Portugal”. A reunião das entidades seria, dessa forma, como a então “projectada Universidade Catholica”, o expoente, em caráter civil, da cultura religiosa, científica e literária de toda América do Sul (LIMA, 1932, p.5).

Para Amoroso Lima, a tradição educativa da Companhia de Jesus poderia se constituir em uma das maiores redes de educação do mundo. A promessa era de que, após a inauguração da associação no Rio de Janeiro, uma federação fosse formada, para que, ao lado de outras instituições católicas, ela rompesse barreiras geográficas e se multiplicasse por todos territórios, em uma espécie de “solidariedade activa” de todos antigos alunos dos jesuítas. O objetivo era, como sinalizou Norberto Dallabrina (2008), criar uma associação que, estrategicamente, revigorasse e atualizasse “o capital social de um grupo social seletivo, que geralmente era oriundo

das classes abastadas” e tinha um passado comum em colégios jesuíticos (DALLABRIDA, 2008, p. 159).

A análise, efetuada pelo autor, das estratégias elaboradas pelo Ginásio Catarinense, localizado em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, e dirigido pelos padres jesuítas nas décadas de 1940 e 1950, confirma a assertiva acima, visto que a direção desse colégio tinha como primado organizar os seus “ex-alunos célebres” filiando-os à Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas em Florianópolis, entidade então ligada à Federação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus, procedimento que poderia colocar em relevo “a força da tradição” da educação jesuíta (DALLABRIDA, 2008, p. 158).

Esse processo, quase disciplinar, de reformulação da imagem da Companhia por meio da associação de ex-alunos em uma instituição estava diretamente relacionado com a formação de um sentimento de pertencimento a um grupo aristocrático, com seus símbolos e cerimônias próprios, passando, com isso, estrategicamente, à reconstrução de uma imagem positiva da Ordem às novas gerações de alunos católicos. Para realizar esse intento, uma das principais atividades desenvolvidas pela direção do colégio, segundo Dallabrida (2008, p. 145), foi dar “visibilidade aos alunos egressos”, especialmente àqueles que ocupavam lugar de destaque em instituições sociais, isto é, investindo na elaboração de uma “tradição de excelência”, tanto no Estado de Santa Catarina como em nível nacional, procurando distinguir-se de outros estabelecimentos de ensino secundário, os quais, naquele momento, cresciam e diversificavam-se, abrindo-se a uma maior concorrência.

Ademais, além de dar destaque à fundação, aos objetivos e à incrementação da ASIA de Florianópolis, o autor, sob perspectiva histórica, e a partir dos referenciais teórico-analíticos utilizados e elaborados por Bourdieu, como o conceito de *capital social*, observa outro aspecto relevante, não tão explícito em seu trabalho, porém objeto específico do presente estudo, qual seja, o fato de a ASIA do Rio de Janeiro, no ato de sua fundação, em meados de 1932, também ter como um de seus objetivos a organização de uma elite intelectual católica militante para atuar em defesa da Ordem em diversificadas instituições culturais, sociais-religiosas, administrativas, políticas e militares. Verifica-se, assim, a conformação de uma milícia inaciana dúctil e moldável, dotada de propriedades comuns “passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos”, mas unida por “ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1998, p.67). Um exército de legionários inseridos em uma rede nacional e internacional, cuja origem ou “fato fundador” se deu a partir da expulsão dos jesuítas da Espanha:

Deve-se considerar que, quando a A.S.I.A. de Florianópolis foi criada, já havia uma rede de associações de ex-alunos dos padres jesuítas no território brasileiro. O fato fundador da associação dos ex-alunos da Companhia de Jesus no Brasil foram as manifestações de desagravo, realizadas no dia 3 de abril de 1932, pela expulsão dos jesuítas da Espanha. Os alunos egressos de colégios jesuíticos realizaram o que ficou registrado como “o dia da gratidão nacional à Companhia de Jesus”, que teve repercussão em vários lugares. Na capital da República, houve missa campal, na praia do Russel, celebrada por D. Sebastião Leme, cardeal do Rio de Janeiro e ex-aluno dos jesuítas, e sessão solene no Colégio Santo Inácio. Dez dias depois era empossada a primeira Diretoria da Associação dos Antigos Alunos do Rio de Janeiro, tendo como presidente o conde Candido Mendes de Almeida, um defensor fervoroso da tradição jesuítica no Brasil. Em São Paulo, no dia 3 de abril de 1932, ex-alunos dos padres jesuítas realizaram uma romaria ao antigo colégio da cidade de Itu e também fundaram uma associação de antigos alunos. (DALLABRIDA, 2008, p.154).

Essa rede durável de “relações mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 1998, p. 67), dos antigos alunos dos jesuítas do Rio de Janeiro, à qual Dallabrida faz referência, foi composta inicialmente, em sua comissão executiva, segundo matéria de *O Jornal* de 30 março de 1932, pelos ex-discípulos: Cândido Mendes de Almeida (presidente), Jeronymo de Souza Monteiro e Francisco Avelar Figueira de Mello (vice-presidentes)²⁶², capitão-tenente Armando de Saint-Brisson Pereira (1891–1972) (secretário geral)²⁶³, Euclides Bentes e Paulo de Sá (secretários), Plácido de Mello (tesoureiro), Manoel Cardoso Fontes²⁶⁴; Victoriano Borges, Anibal Porto, Augusto Saboia da Silva Lima (1894–1963[66?]) e Francisco de Paula Rocha Lagoa (1895–1975)²⁶⁵ (juízes) e Antonio Amaral Nogueira e Bernardo Mascarenhas (procuradores). No “Grande Conselho” faziam parte:

²⁶² Aspectos biográficos de Figueira de Melo podem ser consultados no *Banco de Dados* desta tese, disponível em: <https://intelectuais.com.br>.

²⁶³ Armando de Saint Brisson Cardoso Pereira (1891–1972) foi capitão de corveta e pertenceu à Diretoria do Armamento da Marinha. O intelectual também destacou-se como escritor, sendo autor das seguintes obras: *A imaculada Conceição*: o sacramento do amor, a grande promessa (1954); *Fátima e você* (1960) e *Esplendor de Maria* (1969). Na obra *Fátima e você*, publicada pela editora Gráfica Comércio e Indústria, Brisson traz algumas temáticas que expõem seu posicionamento anticomunista e antissocialista, presente até os anos de 1960. Entre os títulos de capítulos encontram-se: “Fátima e os não católicos”, “Os russos e os católicos da Europa Ocidental”, “Nossa senhora e a Rússia”, “Estatutos do exército azul de N. S. de Fátima”, “A Igreja oriental: apelo às nações”, entre outros.

²⁶⁴ Segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, Manoel Cardoso Fontes fez parte da diretoria da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 1903, 1915 e 1916. Ver: Fontes ([2021]).

²⁶⁵ De acordo com as informações do site *Wikipédia*, Francisco de Paula Rocha Lagoa (1895–1975) foi bacharel em Ciência Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1915. Segundo a mesma fonte, “após o término dos estudos na faculdade de direito, Lagoa ocupou os cargos de delegado de polícia e deputado estadual de Minas Gerais na legislatura de 1919-1922 e reelegeu-se para a legislatura seguinte, porém renunciou ao cargo posteriormente” (FRANCISCO DE PAULA ROCHA LAGOA, 2021). Ainda de acordo com o portal, entre 1924 e 1931, ao mudar-se para o Rio de Janeiro, Lagoa ocupou cargos na promotoria, “nas varas de acidente de trabalho, criminal e de órfãos e ausentes”.

Alcides Franca Velloso, Antonio Passos de Miranda, Cardozo Fonte, almirante Bento Machado da Silva, Eugenio Vilhena de Moraes, Hannibal Porto, Henrique Carneiro Leão Teixeira, J. E. Peixoto Fortuna, José de Barros Ramalho Ortigão, Orlando Guerreiro de Castro e Pio Ottoni²⁶⁶.

Já na quinta sessão preparatória para a composição da instituição carioca, transcrita em *A Noite*, em 11 de março de 1932, é possível verificar a adesão de outros membros do corpo eclesial e do laicato nacional, como se pode observar no excerto abaixo:

D. Guilherme Muller, bispo de Barra do Pirahy; D. Alberto Gonçalves, bispo de Ribeirão Preto; D. João Ferrão, bispo de Campanha; Dr. Altino Arantes, ex-presidente de São Paulo, em nome da Associação dos Antigos Alunos desse Estado, com 1.200 associados; comandante Nogueira Gama, Dr. Armando Dias Azevedo, advogado, pelos antigos alunos de Porto Alegre; capitão Dr. Camara Leal, Drs. Porphyrio Almeida Machado, Braz Bicudo, João de Lima, Gabriel Osorio Franco e Francisco Marcondes, pelos antigos alunos actualmente em Araxá, doutor Frederico Mac Dowell, Dr. Augusto Lima Junior, por si e pelos antigos alumnos salesianos; Dr. Cassiano Tavares Bastos, do Conselho Nacional do Trabalho; Dr. Oliveira Coutinho, presidente do Club dos Advogados; Drs. Octavio Ferreira de Mello, José Geraldo Bezerra de Menezes, Leandro Bezerra Monteiro, delegado de Policia em Caçapava, São Paulo; coronel James Andrew Junior e Dr. Francisco de Paula Rocha Lagoa, juiz da 1ª Vara Criminal [...], conde Jeronymo Monteiro [...], conego Leovegildo Franca, vigario da parochia do Sagrado Coração de Jesus [...]. A comissão, composta dos Drs. J. E. Peixoto Fontoura, Amaral Nogueira e Orlando Guerreira, secretario da embaixada, está encarregada, com a coadjuvação dos escoteiros catholicos e pessoas gradas [...]. (*A Noite*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1932, p.4).

De passagem, é importante registrar, que em sua rápida popularização, a lista de colaboradores da AAACJ (RJ), aumentou significativamente após 1932, com adesões de muitos colégios jesuítas, inclusive os internacionais. Contudo, antes de prosseguir com a composição dessa rede, será necessário insistir mais uma vez, com brevidade, a respeito do seu principal campo de atração e aplicação: a educação.

A posição assumida implica, é claro, admitir que esses, ex-alunos, além de fraternalmente ligados e unidos por um traço comum de afinidade cultural, esses ex-discípulos, partilhavam uma experiência coletiva por excelência: as expectativas de um *bloco* internacional cimentado por fontes ideológicas crísticas, uma corporação, que colocava sob base política a educação como estratégia principal de expansão e domínio em diferentes territórios.

²⁶⁶ Sobre a composição da “comissão executiva” e do “grande conselho”, conferir: *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 5, 30 mar. de 1932.

A educação, aqui admitida como um “campo privilegiado de lutas sociais e políticas” (SASS, 2011, p. 141), não passaria incólume a esse partido, sob cuja égide foram edificadas diversas escolas, sendo inclusive uma de suas principais instituições.

Da mesma forma, não é casual que a educação, em geral, a educação escolar, se configurasse efetivamente em uma área necessária e imprescindível para a formação e a concentração de uma certa cultura católica, representada principalmente por *laicos*, isto é, “personalidades católicas não clericais”, ex-alunos, professores universitários, altos funcionários, etc., que pudessem auxiliar a “Igreja na expansão hegemônica dentro do Estado” (DE LUTTIS, 2017, p.458).

Nessa medida, e completando o raciocínio precedente, as fontes sinalizam que a proposta da AAACJ (RJ), era também a de “promover encontros formativos na Academia do Comércio”, propiciando estudos coletivos e cursos de filosofia, de latim, de grego e de hebraico. Constatase, ainda, segundo matéria publicada em abril de 1932, pelo periódico *A Noite*, sob o título, “A jornada nacional de oferta e gratidão à Companhia de Jesus”, que o “fim pedagógico” desse programa teológico-político, era o de proporcionar o aperfeiçoamento do laicato católico, na apreensão e veiculação de uma cultura política associada à pregação da dimensão social da Igreja Católica presente na Encíclica *Rerum Novarum* (1891) (A JORNADA... 1932, p.5). A transcrição desses “altos objetivos” da AAACJ-RJ, como bem definiu o articulista, se apresentava da seguinte forma:

O presidente, a seguir, comunica que as sessões dessa Associação serão dedicadas à Companhia de Jesus, à Igreja Católica e ao Sumo Pontífice, devendo ser a associação leiga de maior irradiação cultural da América do Sul, promovendo até os estudos das matérias mais difíceis e complexas, entre as quais a filosofia, o latim, o grego, o hebraico; procurando solucionar praticamente os problemas sociais, entre eles o da catechese dos indígenas e também o das relações entre o capital e o trabalho segundo os ensinamentos da encíclica “*Rerum Novarum*”, de Leão XIII. Mostra o presidente a relevância da colaboração das senhoras, entre elas D. Stella Faro, D. Iza de Queiroz Santos, condessa Mendes de Almeida, D. Celeste Miranda, D. Marietta Lopes de Souza, D. Amelia de Rezende Martins, D. Zulmira de Almeida Fialho e D. Herminia Gomes nos trabalhos gerais, comunicando que uma comissão fora ao Catete, onde deixou um convite ao chefe da Nação, Dr. Getúlio Vargas, e ao governo da República. (A JORNADA ... 1932, p.5).

Com base nesse excerto, não admira que considerassem “relevante”, para “fazer frutificar os esforços”, como diziam, a participação das “senhoras católicas” na comissão organizativa da associação. Intelectuais como Amélia de Rezende, Stela de Faro, Zulmira de Almeida Fialho, dentre tantas outras senhoras, que integravam a grande burguesia paulista e carioca desde

meados do século anterior, já tinham sido convidadas pela hierarquia eclesiástica para colaborar na área de beneficência em grupos como o das Damas da Caridade, por exemplo.

Mas, lembremos, em consonância com Azzi (2008), que na década de 1920 o suporte mais expressivo de atuação católica feminina deu-se, também, na área social e educacional²⁶⁷. Segundo o autor, nesse período, surgiram novas agremiações femininas: no Rio de Janeiro fundou-se a Associação das Senhoras Brasileiras e, em São Paulo, no ano de 1923, a Liga das Senhoras Católicas. Segundo Raul de Carvalho, citado por Azzi (2008), as novas obras por elas iniciadas apresentam uma diferenciação face às atividades tradicionais de caridade pois elas conseguiam muitos contatos em nível de Estado e um aporte potencial de recursos que lhes possibilitava o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica.

Para os autores, eram raras as instituições cujas sedes e obras não se assentavam em terrenos doados pelo Estado, sendo que diversas recebiam subvenções governamentais praticamente desde a fundação. Uma outra característica apontada pelo autor é a de que essas novas associações tinham em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social e educacional, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se referia a menores e a mulheres.

Vale lembrar que os estatutos da Liga das Senhoras Católicas foram registrados em 1923 e reformulados em 1936. A finalidade da liga era, conforme descreveu Azzi (2008), “desenvolver a Ação Social Católica” com base na encíclica *Rerum Novarum*, desdobrando-se em “várias atividades de natureza educacional e assistencial”. Havia, ainda, uma seção do apostolado para “difundir os princípios básicos da religião católica” (AZZI, 2008, p. 31).

²⁶⁷ Se faz importante referenciar que Pio XI (1922–1939), em muitos momentos de seu pontificado, indicou o desenvolvimento das obras sociais e cívicas para as mulheres cristãs. Em 1925, por exemplo, o Cardeal Gasparri escrevia, em nome de Papa Pio XI, para esclarecer o alcance dos apelos do cristianismo às mulheres: “Não podemos deixar de aplaudir esse movimento tão generoso, cujas organizadoras estão conscientes das necessidades espirituais de grande parte da sociedade feminina contemporânea. Não se trata, e certamente já o havias compreendido, de lançar as mulheres na refrega dos partidos políticos, mas sim de aproveitá-las na ação social mais precisa, mais específica para o Apostolado” (VALENSIN, 1927, p. 163-164 apud BAZELAIRE, 1960, p. 87). Outro sinal expressivo de que o apostolado feminino no período se fez com a ação social é a carta de Pio XI dirigida à Presidente da União Internacional das Associações Femininas Católicas, em 30 de julho de 1928: “Congratula-se com essa União que compreendeu perfeitamente e realizou a verdadeira Ação Católica, tal como a desejamos e como a definimos, por diversas vezes: participação dos leigos católicos no apostolado hierárquico, para defesa dos princípios morais e religiosos, o desenvolvimento de uma sã e benfazeja ação social, sob orientação da hierarquia eclesiástica, fora e acima de todos os partidos políticos, a fim de instaurar a vida católica na família e na sociedade” (BAZELAIRE, 1960, p. 126).

Conforme pesquisa anterior (HAYDN, 2017), foi possível observar que a Associação das Senhoras Brasileiras, fundada em 1918²⁶⁸, no Rio de Janeiro, tinha finalidades análogas, tendo como presidente Stela de Faro. Em 1922, o arcebispo-coadjutor nomeou Stela de Faro como secretária-geral do ramo feminino da Conferência Católica, organismo coordenador de todas as atividades religiosas e sociais da arquidiocese. Ressalte-se que Amélia de Rezende Martins era uma colaboradora dos serviços humanitários de Stela de Faro e, nessa condição, doou quantias em dinheiro para as instituições beneficentes dirigidas por Faro²⁶⁹ e participou de vários chás-relatórios e conferências promovidas pela Associação. Constatou-se, ainda, que Faro participou ativamente da campanha promovida por Martins e pelo grupo ASB para a construção do edifício cultural e educacional Anchieta.

A par destas prestações, é razoável admitir que a análise prosopográfica também possibilitou verificar a presença de muitos sócios (homens e mulheres) da AAACJ-RJ em diferentes instituições sociais (filantrópicas e caritativas)²⁷⁰, sendo a participação a mais variada possível: fundadores, membros de conselho ou diretoria, doadores e captadores de doações, beneméritos e, mesmo, profissionais. No caso do grupo aqui selecionado, eles se reuniam e participavam (às vezes em mais de uma instituição) nos seguintes espaços assinalados do Quadro XII.

Quadro XII - Instituições sociais (filantrópicas e caritativas)

Instituição	Total
Ação Social Brasileira	30
Associação das Senhoras Brasileira	14
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra	11
Associação Brasileira de Assistência Social	10
Conselho de Assistência e Proteção dos Menores	9
Patronato Operário da Gávea	7
Serviço de Obras Sociais	7
Conselho de Serviço Social	6
Associação dos Anjos de Caridade	5

²⁶⁸ Haydn (2017, p. 158) aponta que, de acordo com o periódico *Diário Carioca*, a Associação das Senhoras Católicas foi fundada em 1918. Todavia, para Azzi (2008, p. 31) a Associação fundou-se em 1920. Ver: *Diário Carioca*, 17 mai. 1936, p. 2.

²⁶⁹ Segundo o periódico *A União*, Martins teria doado para “Escola Commercial”, instituição beneficente dirigida pela Associação das Senhoras Brasileiras, uma quantia significativa de dinheiro. Ao ser interrogada sobre a situação da escola pelo jornalista, Stella Faro afirmou que a entidade “ia bem, muito bem até” visto que, “o movimento econômico e financeiro vai em franca prosperidade, sendo o saldo do ultimo anno 57:511\$, que eleva o patrimonio a 150:000\$000, graças a valiosos donativos das senhoras D. Guilhermina Guinle, D. Theodosia de Castro Maya, D. Zulmira Marcondes, D. Amélia de Rezende Martins, D. Carmelita Bandeira e outras” (*A União*, 21 mai. 1925, p.2).

²⁷⁰ A utilização dos conceitos de “filantropia” e “caridade”, neste trabalho, segue a mesma adoção desenvolvida por Gisele Sanglard (2010, p. 128).

Comitê de Socorro às vítimas da guerra da Polônia	5
Cruz Vermelha Brasileira	5
Associação Cristã Feminina	4
Associação Protetora do Recolhimento de Desvalidos de Petrópolis	4
Associação Sociedade Santo Ivo	4
Associação Damas da Cruz Verde	3
Associação Lar Proletário	3
Liga Brasileira contra Tuberculose	3
Liga Brasileira de Higiene Mental	3
Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo	2
Associação Protetora das Crianças indígenas do Rio Negro	2
Associação Tutelar dos Menores	2
Casa Santa Ignez	2
Centro Social Feminino	2
Charitas Social	2
Associação Christã de Moços	1
Associação das Violetas de São Vicente	1
Associação Protetora do Asilo Bom Pastor	1
Associação Santa Clara	1
Casa da Criança	1
Departamento de Assistência aos Feridos	1
Liga de Proteção de Cegos do Brasil	1
Pró-Matre	1
Sociedade Maternidade e Infância	1

Fonte: Quadro elaborado com base nas informações da análise prosopográfica.

Ressalte-se, em consonância com Sanglard (2010, p. 133), que a presença em mais de uma instituição social e/ou filantrópica reflete mais “os projetos nos quais cada um deles, individualmente e em grupo, estavam envolvidos, e menos os propósitos de cada uma das instituições”. Assim, o mais importante é reconhecer que esses indivíduos participavam de um mesmo movimento de expressão e de identidade, isto é, a “Ação Social Católica”, à qual eles se remetem diretamente e que era considerada, por dom Leme, “como um importante instrumento para restabelecer a presença cristã na sociedade” (AZZI, 2008, p. 153). A partir da análise documental, percebeu-se, em relação ao setor de militância, que 62 das 127 personagens estudadas atuavam diretamente na ação social. Outra característica é que tais personagens tinham a cidade, a filantropia e a educação como palco e síntese de suas ações, em especial as mulheres, cujo percentual corresponde a um total de 44% dos indivíduos pesquisados.

Outra característica que pode ser percebida a partir das *ocupações*²⁷¹ desse grupo, conforme indicado no Quadro XIII, é que muitos deles atuavam como professores, diretores e/ou reitores de escolas e universidades.

Quadro XIII - Intelectuais por ocupações

Ocupações	Total de intelectuais
Professores	44
Membros (sócios, fundadores, diretores, colaboradores) de instituições sociais educativas, filantrópicas, caritativas e religiosas	43
Escritores, poetas	32
Advogados	29
Jornalistas	26
Políticos (senadores, deputados, intendentess)	24
Engenheiros	11
Médicos	11
Diretores (reitores) de escolas ou universidades	10
Músicos	10
Historiadores/geógrafos	9
Industriais	7
Eclesiásticos	5
Comendadores, embaixadores, diplomatas, conselheiros	2
Militares	2
Funcionários de bancos	2
Secretários da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas	2
Pintores	1
Enfermeiros	1

Fonte: Quadro elaborado com base nas informações da análise prosopográfica

É ainda conveniente acentuar que o exame acurado dos espaços educacionais partilhados, também demonstrou a participação e o desempenho de intelectuais atuando em funções simultâneas. Tais estruturas podem ser vistas no Quadro XIV, abaixo.

Quadro XIV - Principais espaços compartilhados

Espaços compartilhados	Total
Comissão Anchietana de Professores Católicos do Distrito Federal	87
Associação Brasileira de Educação (ABE)	22
Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE)	22

²⁷¹ É evidente que a categoria intitulada “ocupação” não é rígida. Por exemplo: muitos advogados são também políticos ou professores. Para fins de análise, quando havia mais de uma classificação pertinente a o mesmo indivíduo, visto que não foi possível indicar, com precisão, a ocupação principal de todos, optou-se por classificá-los conforme a formação escolar e a representatividade de seus papéis sociais.

APC do Distrito Federal (conselho superior e diretor)	21
Departamento de Educação do Distrito Federal	11
Academia de Ciências de Educação (ACE)	8
Instituto Livre de Ensino Normal (Ilen)	8
Casa do Estudante	8
Escola Politécnica	7
Universidade do Brasil (UB)	7
Ministério da Educação	6
Colégio Progresso	6
Escola de Serviço e Obras Sociais	4
Escola Técnica de Serviço Social	4
Universidade do Distrito Federal (UDF)	3
Sociedade Católica da Vila Universitária (SCVU)	3
Comissão Rádio Educadora (CRE)	3
Escola do Comércio Amaro Cavalcanti	3
Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)	3
Círculo de pais e professores	3
Comissão Nacional de Ensino Primário (CNEP)	2
Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE)	2
Escola Wenceslau Braz	1
Federação Nacional das Sociedades de Educação (FNSE)	1
Escola de Aplicação	1
Escola Agrícola Luiz de Queiroz	1
Diretoria de Educação de Adultos e Difusão Cultural	1
Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro	1

Fonte: Quadro elaborado com base nas informações da análise prosopográfica

É, por isso, interessante reter a especificidade que esse agrupamento de intelectuais dava à sua atuação na AAACJ (RJ). Principalmente no que se refere à participação desse grupo no âmbito da cultura, visto que muitos deles, conforme demonstram os quadros precedentes, participaram diretamente como membros, diretores, sócios-fundadores e profissionais em diversas instituições sociais e educacionais, mas, também, em relação à sua insistente defesa, interventiva e militante, em torno da filosofia neoescolástica e a favor de uma educação essencialmente religiosa.

Dessa forma, tanto a educação, admitida como área de conhecimento religioso²⁷², como a escola, entendida como uma das mais importantes instituições da modernidade para a formação cristã do indivíduo, configuraram-se em elementos importantes, práticos e estratégicos, fosse para a criação de um “exército de reserva católico” (GRAMSCI, 2011, p. 224), fosse para o desenvolvimento e fortalecimento das propostas e do projeto político dos jesuítas e de seus discípulos. Isso ficará mais evidente quando se demonstrar as subdivisões das comissões da AAACJ no Rio de Janeiro, em especial aquelas destinadas especificamente a organizar as comemorações em defesa da “tradição educativa” da Ordem, ocorridas em 1932, e o Ciclo de conferências do IHGB, da Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e da Quinzena Anchietana, organizados pelo grupo ASB e colaboradores, em 1934, em virtude do IV Centenário de José de Anchieta.

Para o que aqui interessa, é dispensável, no momento, ampliar tais evidências. Contudo, é necessário, também, explicitar outro documento importante, o qual abarca elementos para compreendermos um pouco mais a silhueta, ou perspectiva educativo-religiosa, sob a qual se apresentou a AAACJ (RJ) nesse período de sua fundação: a carta encíclica *Quadragesimo Anno*, de 15 de maio de 1931, que tratava sobre a restauração e o aperfeiçoamento da ordem social e que foi escrita em comemoração ao 40º aniversário da encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum* (1891). Nessa carta, Pio XI mantém tanto a definição como o resultado esperado da Ação Católica e solicita o envolvimento de seculares no apostolado hierárquico, sugerindo que estes, no “desempenho de ofícios”, utilizassem, “como convém”, “da força da educação cristã, ensinando os jovens, fundando associações católicas, criando círculos, onde se cultive o estudo segundo os princípios da fé” para trazer de novo os povos descristianizados às suas remotas tradições cristãs (PIO XI, 1931, n.142).

Numa visão mais geral, a encíclica reafirma a doutrina social da Igreja Católica como uma terceira via para o tratamento da questão social e econômica. São objetivos da *Quadragesimo Anno*: recordar os frutos que a *Rerum Novarum* produziu; esclarecer certas dúvidas que surgiram em sua interpretação; analisar a economia contemporânea e o Socialismo para descobrir as raízes da desordem social e propor “a única via de restauração salutar, que é a reforma dos costumes” (PIO XI, 1972, n.15). As observações que expende Pio XI acerca do documento mostram a perspectiva de que ainda era possível a instauração (ou restauração), de

²⁷² A respeito dessa definição de educação é imprescindível esclarecer que, para os católicos do período, a educação e a religião eram indissociáveis, ou seja, a educação era essencialmente religiosa e, nessa perspectiva, tornava-se determinante para a preparação do movimento católico, enquanto instrumento de restauração cristã da sociedade. Ver: Franca (1931).

um Estado católico, o que se realizaria por meio de um incentivo ao impulso missionário, à devoção ao Sagrado Coração e à realeza de Cristo.

No trecho selecionado abaixo, pode-se perceber o apelo constante ao caráter apostólico ou ativista dos cristãos para que se dedicassem “à solução das questões sociais”, utilizando-se de diferentes instituições, aprovadas pela Igreja ou fora delas (nas terras de missões entre infiéis), para trabalhar como “bons soldados” de Cristo:

A vós o merecido louvor e comvosco a todos esses valorosos colaboradores na mesma grande empresa, clérigos ou leigos, aos Nossos amados Filhos da Acção Católica, que nós com tanto prazer vemos dedicarem-se generosamente conosco à solução dos problemas sociais, na persuasão de que a Igreja por força da sua divina instituição tem o direito e o dever de se ocupar d'eles. A todos estes instantemente exortamos no Senhor, que não se poupem a nenhum trabalho, não se deixem vencer das dificuldades, mas cada vez cobrem maior ânimo e sejam fortes. É árdua efectivamente a empresa que lhes propomos: conhecemos muito bem, que de ambas as partes surgem inúmeros obstáculos, quer das classes superiores, quer das inferiores da sociedade. Não desanimem porém; a vida do cristão é uma contínua milícia; mas assinalar-se em empresas difíceis é próprio dos que, como bons soldados, mais de perto seguem a Cristo. (PIO XI, 1931, n.137).

Em artigo publicado na revista *A Ordem* em 1932, sob o título “Sobre o ressurgimento da escolástica”, o professor, escritor, fundador da Ação Universitária Católica (AUC) e também membro da AAACJ (RJ), José Pedro Galvão de Souza (1912–1992), ressalta a importância de se retornar à política de Leão XIII nos círculos formativos católicos. Para ele, foi o movimento de Leão XIII, por meio das encíclicas *Aeterni Patris* (1879) e *Rerum Novarum* (1891) que retomou o fio partido do “systema de Aristoteles e São Thomás para que afinal o mundo catholico tivesse por directriz uma philosophia [...] guardada e recomendada pela Igreja” (SOUZA, J. 1932, p.101).

Segundo o autor, a Universidade Gregoriana²⁷³, em Roma, e a de Louvain, já estariam espalhando “pelos quatro cantos da terra” os ensinamentos do legado da antiguidade e da Idade Média, isto é, a filosofia escolástica, cuja vitalidade cada vez mais se afirmava no combate à “falsa sciencia e às errôneas doutrinas philosophicas dos nossos tempos”.

²⁷³ Vale ressaltar que, para o padre Leonel Franca, SJ, a Universidade Gregoriana era considerada um “grande centro de estudos da Companhia de Jesus”. Segundo o autor, a Universidade, contava, entre os anos de 1938 a 1939, com “8 faculdades, de teologia, filosofia, direito canônico, história eclesiástica, missiologia, Sagrada Escritura, Oriente Antigo, Oriente Moderno e um Instituto de Cultura Superior Religiosa para os leigos”. Já na linha de suas tradições pedagógicas, a instituição tinha, em seu corpo docente, “mais de 100 professores”, recrutados entre “mais de 20 nações”. Além disso, os seus alunos, à proporção de “2367 no mesmo ano”, pertenciam “a 50 nações” e representavam mais de “500 dioceses e 67 ordens e congregações religiosas”. Ainda de acordo com Franca, “dos seus bancos saíram 13 papas e centenas e centenas de cardeais, bispos, superiores de ordens religiosas, etc” (FRANCA, 2019, p. 16).

Para Galvão de Souza (1932), esclarecendo melhor a respeito da “verdade” apodítica da escolástica medieval, e seguindo “à risca” o princípio leonino de que o “antigo deve ser expandido para completar” e “não refutar”, os preceitos tanto do padre Antonin-Gilbert Sertillanges, em sua obra *Saint Thomas d’Aquin*, volume II, como de Henri Bergson, com *Introduction à la métaphysique* (1903) e *Les deux sources de la morale et de la religion* (1932), poderiam ser aplicáveis aos tempos atuais, principalmente para deles tirar aplicações práticas e conselhos destinados aos que governam e administram os grupos e movimentos da Igreja. Por último, Souza demonstra ter fé nesse destino tutelado pela Igreja, nessa possibilidade “irreformada” da filosofia tomista:

A verdade é mesmo filha da eternidade! Sobrevive em pleno século XX, irreformada em seus fundamentos, a philosophia thomista. Sobrevive, seguindo à risca o preceito de Leão XIII – “vetera novis augere et perficere”. Sobrevive, assimilando “toda a substancia nutritiva que os seculos elaboraram” depois de sua constituição pelo Doutor Angelico. E sobreviverá sempre, pois sua existencia liga-se à da Igreja, que viverá até o consumir dos seculos, e ella não é só perene, como o notou o protestante Leibniz, mas é ainda a “metaphysica natural do espirito humano”, como a chamou Bergson (SOUZA, J. 1932, p.101)

Trata-se, portanto, de uma luta em torno da filosofia neoescolástica, travada com interesses puramente práticos, na qual pode-se articular, de forma quase passiva e oportunista, o “pensamento social católico”, uma espécie de “ópio ideológico”, como diz Gramsci (2011, p. 193), com força política (não obrigatória) e que serve de substrato de *reserva*, não de primeira linha, mas complementar (de ocasião), para se conquistar e defender certas particularidades e liberdades corporativas (de Igreja como Igreja, organização eclesiástica).

Para tal defesa e conquista, é sabido que a Igreja não exclui nenhum meio, ao contrário, pode, inclusive, incentivar a articulação de projetos particulares, de iniciativas de congregações ou de sociedades civis locais, isto é, de caráter nacional. Um exemplo desse tipo de apoio foi o que ocorreu no caso da tentativa de se federar as ASIAS, proposta que contou com a ajuda de várias associações católicas (não necessariamente sob direção inaciana), com a condição de que estivessem ligadas ao projeto político de Pio XI e, principalmente, de que não tocassem nos privilégios ou no território subjetivado conquistado pelos jesuítas²⁷⁴.

É conveniente acentuar que a adesão e apoio da sociedade civil ASB ao programa político da AAACJ (RJ) coincidiu diretamente com a possibilidade de se angariar votos de apoio mútuo

²⁷⁴ Embora a AAACJ do Rio de Janeiro fosse, segundo seus estatutos, uma organização de caráter civil e beneficente, ela estava diretamente submetida ao “placet do provincial da Companhia de Jesus”. (MAIS uma..., 1932, p.5).

para o desenvolvimento de seu projeto particular, o “Edifício Anchieta”, tal como é possível inferir no trecho a seguir, extraído da matéria do periódico *A Noite*, intitulada “Em pról da Companhia de Jesus e da Igreja Catholica: A quinta sessão preparatoria dos antigos alumnos dos jesuítas”:

A assembléa resolveu expedir convites aos arcebispos, bispos, parochos, autoridades, imprensa, associações e pessoas gradas, para comparecerem às festas de 3 de abril p.v. D. Amelia de Rezende Martins manifestou desejo de que sua adesão coincida com a resolução de ser feito já o levantamento do edificio Anchieta, futuro museu dos trabalhos dos jesuítas, segundo sugestão do Dr. Jonathas Serrano. [...] Deverão figurar no programa litero-musical da sessão solenne, especialmente convidadas, as Sras. Condessa Candido Mendes de Almeida, Iza de Queiroz, D. Amelia de Rezende Martins e Stella Faro (EM PRÓL..., 1932, p.4).

Pode-se dizer, com base na transcrição acima, que dentro da AAACJ do Rio de Janeiro e, posteriormente, após a fundação da Federação dos antigos alunos, havia numerosos objetivos, entre os quais é explícita a relação entre o “ato de federar-se” e a consecução de algum propósito particular por parte de alguma associação.

Esse aspecto fica mais evidente quando se observa que entre as aspirações coletivas que permeavam a AAACJ do Rio de Janeiro, uma era a de que, por meio da glorificação de José de Anchieta, diversas instituições, “cada qual a seu denodo”, poderiam operar a imagem do padre, isto é, “glorificá-lo”, conforme suas motivações políticas, econômicas e sociais. Nesse contexto, Anchieta surge como mito religioso e político, na definição de Girardet (1987), sugerido pelo próprio grupo, para dar impulso e nova potência à Igreja Católica e, conseqüentemente à Ordem, visto que a imagem do inaciano era suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e numerosas significações. A esse respeito, Placido de Mello, secretário da AAACJ, em uma das sessões cívicas realizadas na Academia do Comércio, nos fornece indícios de como essas associações poderiam interferir no trabalho de glorificação:

Senhores! [...] Aqui estamos para uma glorificação, uma iniciativa cuja elevação moral e patriótica não precisa de encarecimento (assim nos animou Affonso Celso), iniciativa que se propõe dar à maior figura moral da nossa Historia o lugar que lhe compete no calendario das festas nacionais! São justificadamente merecidas – escreveu em documento publico o Chefe do Governo Provisorio – “todas as homenagens prestadas pela Nação ao grande Missionario, a quem deve o Brasil o seu primeiro e mais forte impulso civilizador. Semeando a fé, Anchieta e seus heróis companheiros (os jesuítas) foram, ao mesmo tempo, os criadores dos primeiros núcleos de ensino, de onde se irradiou a nossa cultura e a fé comum. A sua obra de instrução e catequese teve notável influencia na formação da Nacionalidade”. Justificadas igualmente são por conseguinte, Senhores, as proposições da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus, em cujo nome eu falo e vos saúdo.

[...] A Segunda República precisa instituir, quanto antes, o dia de Anchieta! O 9 de junho ha de ser no consorcio entre Governo e o Povo, uma data nacional! Quem mais do que José de Anchieta, pergunta o Sr. Alcantara Machado, tem direito a figurar no agiologico civico do Brasil? Porfiam já varias associações de carater moral e religioso, científico e patriótico em glorificar, cada qual com mais repercussão e denodo, o Primeiro Mestre do Brasil em Piratininga, o suavissimo poeta das glorias de Maria em Yperoig, o fundador de cidades, matrizes e colégios e constructor de estradas, pontes e canais, o prodigioso evangelista de selvas e malocas, o arbitro da paz entre os possuidores da terra e os invasores da Metropole. O **Instituto Histórico** e a **Confederação Católica de Educação** acabam de glorifica-lo com uma serie de conferencias memoraveis, com as solenidades oficiais e populares do 4 ° Centenario, com a visitação à catedral do Convento de Santo Antonio e a inauguração de um busto em bronze na antiga Escola Normal. Propõe-se a **Ação Social Brasileira** construir na Esplanada do Castelo, em cujos cimos ora arrazados se alevantava outrora o famoso Colegio dos Jesuítas, o Edificio Anchieta, a contrapor-se peito a peito, braço a braço, à insidiosa propaganda protestante da Associação Cristã de Moços! Consagra-se à proteção do Apostolo, cuja catequese pretende renovar para os pagãos do Seculo Vinte, o radio católico, que D. Leme abençoou assim: ‘A cooperação generosa e dedicada dos catolicos brasileiros e ao povo, em geral, com muito empenho recomendamos a **Radio Sociedade de Vera Cruz**, cujos fundadores têm em mira uma obra de mais alta expressão religiosa, social e patriotica!’. (MELLO, 1934, p.3, grifos meus).

A partir desse momento, Plácido de Mello aproveita para dizer que o objeto de sua explanação também diz respeito à importância de se criar, por meio da reelaboração estratégica de um símbolo nacional e patriótico, que se concretizaria no caráter exaltador de José de Anchieta²⁷⁵, uma “opinião pública ativa” em favor da imagem da Companhia, plano que evidencia uma tática para legitimar o poder indireto da Igreja sobre a soberania civil, invertendo a opinião pública negativa e anticlerical, ou, pelo menos, cética, passiva e indiferente em relação aos feitos históricos da Companhia de Jesus no país. Outra conclusão a que se pode chegar, com base na referida alocução, é a de que a glorificação e, por conseguinte, santificação de Anchieta, representava o fortalecimento de um partido jesuíta no Brasil e, ao que tudo indica, constituiu-se, também, em essência, em um dos principais objetivos da AAACJ (RJ) no período abordado:

A todas estas glorificações, não podemos nem devemos negar o nosso apoio! Mas, de todas elas a maior, aquela para a qual eu vos concito, é a de vermos, muito breve, entre luzes, cânticos e flores, o nosso Padre Anchieta nos Altares!

²⁷⁵ Segundo Girardet (1987, p. 82), todo processo de heroificação implica uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em dado momento de sua história. Para o autor, “o mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência. A imagem do Salvador varia conforme ele é chamado a enfrentar um perigo externo, a conjurar uma crise econômica ou a prevenir os riscos de uma guerra civil”.

Nesse intuito, se torna indispensável um movimento nacional de comunhões e preces! Decretou a Autoridade Ecclesiastica para o ano corrente, ano de redenção para o Brasil. [...] Para essa glorificação, que não terá fim porque a queremos sempre mais luminosa e mais alta, ousou lembrar uma cruzada, que arregimente as energias da Religião e do Patriotismo no Brasil e as discipline em setores com um só objetivo, uma grande associação nova, em que haja espaço para todos os brasileiros de boa vontade! Os catolicos americanos fundaram uma milicia, a dos cavaleiros de Colombo. Por que não havemos de fundar outra, semelhante, senão maior e melhor, a dos **legionarios de Anchieta**? Colombo descobriu a America para o mundo, Anchieta conquistou o Brasil para a Igreja! A infantaria, cuja improvisação eu lembro, voará nas pegadas do Evangelizador a todos os recantos da Patria, ao serviço da maior gloria de Deus e salvação das Almas! Era o lema de Anchieta. Ha de ser de seus legionários! (MELLO, 1934, p.3, grifo meu).

Nota-se, ainda, no referido periódico, que, entre as formulações sobre a figura de Anchieta, há um desdobramento para um dos principais aspectos do mito político, na definição de Raul Girardet: *a mobilização*. Parafraseando Girardet (1987), o mito político, em sua narrativa legendária e explicativa se desdobra em um papel de mobilização: “por tudo que o veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções”. Para o autor, a função explicativa do mito político fornece um certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo “uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos” (GIRARDET, 1987, p. 13). No trecho acima, fica evidente que, para Placido de Mello, a glorificação de Anchieta poderia fornecer uma oportunidade para a mobilização dos intelectuais, além de que, forneceria parâmetros para a conduta dos católicos, conferindo-lhes significação e valor a seus objetivos e à sua vida. O resultado prático dessa perspectiva foi a realização daquilo que os alunos egressos de colégios jesuíticos chamaram de “o dia da gratidão nacional à Companhia de Jesus” (DALLABRIDA, 2008, p. 154), isto é, uma série de homenagens prestadas à Companhia de Jesus e a José de Anchieta, ocorridas entre os dias 3 e 5 de abril de 1932. Nessa mesma data, ocorreu, também, a posse da administração da ASIA do Rio de Janeiro, a qual se deu sob a presidência do conde Candido Mendes de Almeida e a

direção do Provincial²⁷⁶ da Ordem dos Jesuítas do Brasil e do México, o então reitor²⁷⁷ e diretor do Colégio de Granada, localizado na Nicarágua, e do Colégio Pio Brasileiro, de Roma, o jesuíta francês Marcel Renaud (1870–1955)²⁷⁸.

Figura 15 - Leme celebrando a missa campal e a bênção da pedra fundamental do monumento aos missionários jesuítas. Nota-se que é em torno e a propósito do tema da “unidade”, de uma jornada nacional de gratidão (com comunhão mística dos espíritos e da alma), que se vê a transferência do plano metafísico para o plano das cidades e para o campo do político. Bem evidentemente, a observação de Girardet (1987, p. 165) não pode deixar de conduzir a reflexão: “É na mística que se vê desembocar a política, ou, se preferir, é a mística que se vê invadir a política”.



Fonte: A JORNADA Nacional... (1932, p.3).

Para dar maior eficácia à execução do programa da AAACJ (RJ), incluindo-se, aqui, seu estatuto, metas e organização, outros eventos também foram organizados. Assim, ocorreram, particularmente durante o ano de 1932, cerimônias festivas em homenagem à Ordem e a Anchieta, que tiveram repercussão em vários lugares, como a missa campal, celebrada às 9 horas do dia 3 de abril desse ano, na esplanada do Russel (Figura 12), a qual contou com a bênção da pedra angular do monumento dos jesuítas, localizada no “fronteiro ao santuário de

²⁷⁶ De acordo com pe. Leonel Franca, SJ (2019, p. 45), a Companhia de Jesus é, administrativamente, dividida em “províncias e circunscrições territoriais, que compreendem várias casas e colégios da Ordem e coincidem com o território de uma nação ou parte dele. À frente de cada província acha-se um Provincial”. Suas funções, no que se refere aos estudos e, de acordo com as normativas preconizadas pelo *Ratio Studiorum*, resumem-se em nomear “o Prefeito de estudos e de disciplina, em zelar pela formação de bons professores, em promover os estudos na sua província, exercer uma alta vigilância sobre a observância exata das normas traçadas pelo Ratio e propor ao Geral as modificações sugeridas pelas circunstâncias de tempo e lugar, peculiares à província”.

²⁷⁷ O Reitor é a figura central do colégio jesuíta. De acordo com Franca (2019), o reitor é responsável por distribuir os ofícios, convocar e dirigir as reuniões de professores e presidir solenidades escolares. Exerce, em seu colégio, a “autoridade mais alta, subordinada, porém, na província, à do Provincial e, fora dela, à do Geral, por quem é nomeado.” (FRANCA, 2019, p. 45-46). Sobre o funcionamento administrativo da Ordem e de seus colégios, convém observar o manual prático que preconiza o método de ensino dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*, em especial as regras do Provincial, do Reitor, do Prefeito de estudos superiores e as normas comuns a todos os professores, incluindo-se aqui os “professores das faculdades superiores e inferiores”.

²⁷⁸ Aspectos biográficos do padre Renaud podem ser consultados no *Banco de Dados* desta tese, disponível em: <https://intelectuais.com.br>.

Nossa Senhora da Glória do Outeiro, em frente à baía de Guanabara” (*Jornal do Commercio*, 4 e 5 abr. 1932, p. 5), Além disso, foram realizadas, ainda, a sessão pública da incorporação de acólitos que haviam sido antigos alunos dos jesuítas e a visita, com manifestações de apreço, aos padres jesuítas no Colégio Santo Inácio. Por fim, foram criadas, também, aproximadamente catorze comissões, conforme elencadas no Quadro XV, a seguir.

Quadro XV – Comissões da AAACJ (RJ) criadas, com seus objetivos e organizadores.

	Comissões da AAACJ (RJ)	Objetivos	Principais organizadores e membros (período de 1932 a 1934)
1	Comissão Central e Executiva	- Desenvolver um movimento uniforme e coordenado, de ação política e cultural expansionista, visando o fortalecimento da Ordem Inaciana em todo Brasil e em outros países da América do Sul.	Cândido Mendes (presidente) Jeronymo de Souza Monteiro e F. A. Figueira de Mello (vice-presidentes) Armando de Saint-Brisson Pereira (secretário geral) Euclides Bentes e Paulo de Sá (secretários) Plácido de Mello (tesoureiro) Manoel Cardoso Fontes; Victoriano Borges; Anibal Porto; Augusto Saboia da Silva Lima e Francisco de Paula Rocha Lagoa (juizes) Antonio Amaral Nogueira e Bernardo Mascarenhas (procuradores).
2	Comissão de Conselheiros	- Auxiliar a Associação; - desempenhar a função de comissão central.	Alcides Franca Velloso, Antonio Passos de Miranda, Cardozo Fonte, A. de Saboia Lima, Bento Machado da Silva, Eugenio Vilhena de Moraes, Hannibal Porto, Henrique Carneiro Leão Teixeira, J. E. Peixoto Fortuna, José de Barros Ramalho Ortigão, Orlando Guerreiro de Castro e Pio Ottoni.
3	Comissão de Imprensa e Divulgação	- Expandir a lista de colaboradores na imprensa periódica e radiofônica visando incentivar a propaganda pró-Companhia de Jesus; - Preparar, difundir e defender a <i>boa imprensa</i> como meio eficaz de apostolado e como função principal da Ação Católica, sendo fiel intérprete do pensamento e das normas da hierarquia eclesiástica; - Afixar 100 cartazes sobre o evento nas linhas principais da Light; - Irradiar as conferências do IV Centenário da Quinzena Anchieta (1934) da ASB e do IHGB nas rádios católicas; - Incentivar a Campanha Pró-Edifício Anchieta (1933-1935); - Colocar à disposição da AAACJ o produto líquido de todos os espetáculos promovidos pelos cinemas de propriedade do coronel Severino Saldanha, localizados no Rio de Janeiro e nos Estados do	C.A. Kegel (gerente da Companhia dos Anúncios em Bondes) Todos os jornalistas presentes no <i>Quadro VII</i> .

	Norte. Tal montante deveria reverberar para o caixa do monumento do padre Anchieta.	
4	Comissão Feminina - Atuar no desenvolvimento da Ação Social Católica com base na encíclica <i>Rerum Novarum</i>, desdobrando-se em várias atividades de natureza educacional e assistencial; - Realizar conferências e sessões públicas sobre “a gratidão da mulher à Companhia de Jesus”; - Organizar em Petrópolis uma comissão de senhoras para convidar a esposa do chefe da nação e outras lideranças femininas, afim de assistir, também, as solenidades do 4º Centenário de Anchieta; - Organizar as catequistas e a metodologia do ensino; - Organizar a semana da catequese, a iniciar-se em 19 de março de 1932, data do nascimento de Anchieta, de modo a constituir a referência intelectual dos festejos.	Presidente: Cecy Saldanha. Membros: Stella de Faro, Amelia de Rezende Martins, Isa de Queiroz, condessa Mendes de Almeida, Celeste Miranda, Marieta Lopes de Souza, Zulmira de Almeida Fialho, Herminia Gomes, Placidina Lessa Carneiro da Cunha, Julieta Leão Teixeira, Maria Leal da Silva, Nair Vidal Pederneiras, Zilda Vidal Leitão da Cunha, Zuleide Nolasco Bulcão, Joana Monteiro Barros, Laura Soares Oliveira Castro, Maria José Macieira, Cecilia Paula e Silva Miller, Cinira Muniz Freire Bastos d’Avila, Carmen Leal Vieira de Castro, Evangelina Ramos de Castro, Anna Machado Mello, Maria José Frota, entre outras.
5	Comissão de Sacerdotes - Auxiliar na execução total do projeto da AAACJ do Rio de Janeiro; - Deliberar sobre a maneira e sobre os motivos pelos quais se deve glorificar a Companhia de Jesus no país, promovendo a causa de beatificação de José de Anchieta; - Promover e facilitar a adesão nacional e internacional dos colégios jesuítas, das escolas católicas, das comunidades religiosas, associações, paróquias, agremiações, congregações, arquidioceses, dioceses e paróquias; - Promover a “Cruzada de Orações” em favor da beatificação e da canonização de Anchieta e a “Cruzada Patriótica” em prol do monumento; - Aperfeiçoar a metodologia dos “retiros espirituais” por meio da utilização de uma “psicologia filosófica de matriz aristotélico-tomista”²⁷⁹ no âmbito da	Direção: padres Marcel Renaud S.J., Manoel Crespo S.J., Leonel Franca S.J., Dainese S.J., José Maria Natuzzi, S.J., Louis Riou S.J., Manoel Gabinio de Carvalho S.J., Edmundo Mousaert S.J., Augusto Magne S.J., Amando Adriano Lochu S.J., entre outros. Vigários e sacerdotes: frei Pedro Sinzig, João Baptista Smith (diretor das Ligas Católicas), Mario Couto, Luiz Riou S.J. (diretor da Federação das Congregações Marianas), Rosalvo da Costa Rego (vigário Geral); Gonzaga, Mac Dowell, Mello e Souza, Leovigildo Franca, Sola Dantas, Manoel de Macedo, Augusto Vasconcelos e Luiz Cavalcanti e José Rusato. Bispos: d. Sebastião Leme, d. Octavio Chagas de Miranda (bispo de Pouso Alegre), d. Octaviano de Albuquerque (bispo do Maranhão); bispo de Uruguayana, Guaxupé e Uberaba, d. João de Almeida Ferrão (bispo de Campanha-MG), d. José bispo de Sobral, d. Helvecio,

²⁷⁹Segundo Massimi (2001, p. 628) a “psicologia” jesuítica possui uma dimensão filosófica, relativa ao ensino e à produção intelectual da Companhia, juntamente a uma dimensão prática (exercícios espirituais), fundada na tradição aristotélico-tomista e na antiga tradição da *Medicina do ânimo*. Baseada numa analogia entre alma e corpo, a denominada *Medicina da alma ou do Animo* (na terminologia da filosofia estóica), pressupõe, segundo a autora “a existência das enfermidades da alma, ou seja, a especificidade da patologia psicológica”, a qual remete à longa tradição iniciada por Platão, Demócrito, Hipócrates, Cícero, Sêneca e Galeno, que consolidou-se ao longo da Idade Média, sendo retomada no Humanismo e na Renascença.

		Companhia de Jesus e no processo de formação de jovens jesuítas; - Promover e facilitar intercâmbios de estudantes por meio de bolsas de estudo para trocar e partilhar conhecimentos técnicos específicos da Ação Católica.	bispo da cidade espírito-santense, entre outros.
6	Comissão Artística e Litero Musical	- Criar distintivos para os associados; -Elaborar e promover folhetos e catálogos oficiais tanto para os processos de beatificação e de canonização de Anchieta como para os eventos comemorativos do IV Centenário; - Desenvolver o projeto artístico de selo ²⁸⁰ e da moeda divisionária, a serem emitidos pelo governo e, após isso, realizar uma exposição na Sociedade Philatellica Paulista; - Compor um hino apropriado aos festejos inicianos. - Promover excursões-romarias, conferências e celebrações à cidade de Anchieta com parceria do Touring Club do Brasil e do Rotary Club.	Stella Faro, Zulmira Fialho, Isa de Queiroz Santos, Orlando Guerreiro de Castro, Leopoldo Campos, Mario Doglio, Mansueto Bernardi, Humberto Cerrutti, Mario de Sanctis, Plinio Olinto, entre outros.
7	Comissão de Trabalhos Gerais	Realizar a mediação entre a AAACJ(RJ) e lideranças políticas oficiais, no âmbito Federal, Estadual e Municipal; - Solicitar a criação, no calendário cívico, pela Constituinte, do dia da Catequese, a 9 de junho, então data de morte de Anchieta.	Antonio Amaral Nogueira, Bernardo Mascarenhas, entre outros.
8	Comissão Anchieta de Professores Católicos do Distrito Federal	- Homenagear a memória de Anchieta como o primeiro educador brasileiro, o “Santo protetor do magistério cristão”; - Propagar a “pedagogia científica jesuítica”; - Fundar a associação “Legião de São Sebastião”, obra que se destina ao preparo pedagógico-religioso do magistério católico. - Promover um concurso para catequistas, com um prêmio de “um conto e quatrocentos mil réis” para o melhor trabalho que esclarecesse, de modo teórico e prático, a metodologia do catecismo e da doutrina cristã para crianças entre 7 e 12 anos; - Integrar, no círculo de propostas do Centro D. Vital, da ABE, da CCBE,	Assistentes eclesiásticos: mons. Rosalvo Costa Rego, mons. Armando Lacerda, padre Gabriel Mousinho, padre Mathieu Roccati, padre Joaquim Lucas, padre Mariano da Rocha, frei Pedro Sinzig, padre Cesar Dainese, mons. Gonçalves de Rezende, mons. Henrique de Magalhães, mons. Leovigildo Franca, padre Frota Gentil SJ, mons. Aloise Masella, d. Joaquim Mamede da Silva Leite, mons. Du Drèneuf, SJ, d. Helvecio Gomes de Oliveira, d. Manoel, mons. Armando Lacerda, mons. Gastão Liberal Pinto, padre Santos Armelia, SJ, padre Castro Nery, padre Irineu Cursino de Moura, padre Leonel Franca, SJ, padre Baunnevar, d. Xavier de Mattos, OSB, entre outros. Colaboradores:

²⁸⁰ Ver selo comemorativo em Anexo B.

		e nas diversas APCs dos Estados, um “voto de louvor e defesa da sua pedagogia seguida pelos jesuítas”; - Organizar a catequese e a metodologia do ensino religioso do Brasil; - Colaborar com o programa da Quinzena Anchieta (1934); - Promover conferências Anchieta na ABE por ocasião do IV Centenário de Anchieta e da Fundação da Companhia de Jesus²⁸¹. - Promover o ciclo de conferências do padre Leonel Franca, SJ, no IHGB. - Realizar, junto com os alunos, após a missa campal e a inauguração do Santuário, uma parada escolar; - Incentivar a proposta de abertura de novos colégios jesuítas em todo país, em especial no Estado de Minas Gerais, para abrigar os padres expulsos da Espanha; - Ajudar na organização e ornamentação da Missa Campal na Praia do Russel; - Realizar conferências ao professorado em peregrinações, em especial na “Romaria ao Convento Santo Antônio”; - Passar um filme biográfico do padre Anchieta junto à inauguração do busto no Instituto de Educação. - Organizar o “Fogo do Conselho de Escoteiros” na Esplanada do Castelo.	Julio Afranio Peixoto, Jonathas Serrano, Amélia de Rezende Martins, Levy Carneiro, Fernando Magalhães, Everardo Backheuser, Cassilda Martins, Alcina Backheuser, Alceu Amoroso Lima, Laura Jacobina Lacombe, Carlos Américo Barbosa de Oliveira, Eugenio Vilhena de Moraes, Zelia Jacy de Oliveira Braune, Jeronymo Monteiro Filho, Ana de Rezende, Francisca Barroso de Mello Mattos, Arthur Gaspar Vianna, Maria Aurelio Lavor, Leonie Anglada, Benevenuta Ribeiro, Alba C. Nascimento, Decio Lyra da Silva, Isa Queiroz dos Santos, Heitor Silva Costa, Pedro Vianna da Silva, Alfredo Balthazar da Silveira, Stella de Faro, Cordelina de Alencastro, Maria Luiza Lage, Joaquim Moreira da Fonseca, Clovis Monteiro, Mario Penna da Rocha, Alfredo Cesario Alvim, Clarice Penna da Rocha, Celina Guinle de Paula Machado, José Piragibe, Manuel Marinho, Maria Junqueira Smith, Orlando Gaudio, Orminda Isabel Marques, Augusto Paulino, Hamilton Nogueira, Francisco Magalhães de Castro, Heitor Silva Costa, Alfredo de Almeida Russel, Alcebiades Delamare, Ernestina Almeida, Manoel Marinho, Paulo Sá, Cesario Alvim, Emilia Penido, Francisco Avelar Figueira de Mello, entre outros.
9	Comissão Edifício Anchieta - Campanha Inicial	- Construir, na esplanada do Castelo, a instituição social e educacional proposta no projeto da ASB, o Edifício Anchieta; - Colaborar com o programa da Quinzena Anchieta.	Conferir <i>Apêndice 7</i> .
10	Comissão Monumento	Elaborar o projeto do busto de bronze de Anchieta a ser erguido no Instituto de Educação.	Direção: Ludovico Berna
11	Comissão Livro Comemorativo	Promover o “livro de ouro” de subscrição nacional.	Lucas Boiteux, Celso Vieira, Afonso Celso, Candido Mendes, Figueira de Mello, Passos de Miranda, Leão Teixeira, Amaral Nogueira, Bernardo Mascarenhas, Guerreiro de Castro, Walmor Ribeiro, Euclides Bentes, Jorge Dutra, Ramalho Ortigão, Hanibal Porto, Saboia Lima, Almeida Magalhães, entre outros.
12	Comissão de coadjuvação Escoteiros	Auxiliar e coordenar a ação dos escoteiros católicos no trabalho de	J. E. Peixoto Fontoura, Amaral Nogueira, Orlando Guerreira, entre outros.

²⁸¹ Jonathas Serrano transcreve a conferência realizada na ABE, por ocasião do IV Centenário de Anchieta, na revista *Educação*, ver: (SERRANO, 1943, p.47-49).

ornamentação das festividades Anchiéticas			
13	Comissão de Conferências Públicas	Organizar várias conferências públicas em diferentes estruturas, tais como: IHGB, Instituto Nacional de Música, Teatro Municipal, Centro D. Vital, APCs, ASB, ABE, CCBE, Academia de Letras, Centro Mineiro, Centro Rio Grandense, Centro Cearense, Rádio Philips do Brasil, Rádio Club e Rádio Sociedade, entre outras.	Jonathas Serrano, Alceu Amoroso Lima, Soares d' Azevedo, Pedro Calmon, Wanderley Pinho, Augusto de Lima, Max Fleiuss, Jorge de Lima, Virgílio Correia Filho, Maria Eugênia Celso, Amélia de Rezende Martins, pe. Leonel Franca S.J., Afranio Peixoto, Marques Pinheiro, José Piragibe, Leontina Licínio Cardoso, Fernando Magalhães, Antonio de Alcantara Machado, Hildebrando Gomes Barreto, Afonso Celso, dentre outros.
14	Comissão de Acólitos	Auxiliar d. Sebastião Leme no desenvolvimento da Missa Campal	Conde Mendes de Almeida, Plácido de Mello, Rocha Lagoa, J. B. Ramalho Ortigão, Alcides Franca Velloso, Saboia Lima, Saint Brisson Pereira, Luiz Ottoni, Cardoso Fonte, Paulo Sá, Pio Ottoni, José Faustino da Silva, Virgílio d'Almeida Magalhães, Jerônimo Monteiro e Luiz Pinheiro.

Fonte: Elaborado com dados coletados dos bancos de dados da BND. A busca foi realizada por ocorrências e palavras-chaves sob o período de 1930–1935.

O quadro acima, elaborado a partir da análise do periodismo impresso, define, de forma sintética, as respectivas comissões que integraram o projeto da sociedade civil AAACJ (RJ), seus objetivos mais gerais e seus principais organizadores. Não se trata, aqui, de uma exposição linear retirada do “Estatuto da Associação”, visto que este não foi possível localizar. Trata-se de vestígios de artigos, notícias, palestras e conferências que foram publicadas na imprensa periódica sobre o tema. Ao serem cruzados e interpretados em conjunto, eles contribuíram para fomentar um “esboço” do que veio a ser o plano da ASIA do Rio de Janeiro, assim como, possibilitaram identificar e classificar alguns objetivos (os mais explícitos) em relação à organização das comissões.

Vale dizer que, dez dias depois de a primeira Diretoria da Associação dos Antigos Alunos do Rio de Janeiro tomar posse, o que se deu em 1932, para o período de cinco anos, foi decidido que, até o ano de 1934, data dos dois centenários – o da fundação da Ordem e o do nascimento do padre Anchieta (Figura 13) –, as comissões e seus respectivos membros deveriam continuar a se reunir em determinados dias da semana, preferencialmente na Academia do Comercio, para organizar e planejar as outras comemorações.

Figura 16 – 4º Centenário de Anchieta. Parte do público que assistia à Missa Campal celebrada pelo então cardeal-legado Eugenio Pacelli (1876–1958), em março de 1934. É na organização de um calendário regular de celebrações, cerimônias e comemorações coletivas que a Igreja encontrará um dos meios mais eficazes de manter a coesão e de salvaguardar a identidade da Ordem inaciana. A vontade de vivificar e de estimular o sentimento de gratidão aos missionários confunde-se com o próprio ritmo de juntar-se à sua defesa, mas, também, com o ensejo de assegurar, para sempre, a vitória das forças centrífugas sobre os fatores de divergência e, também, de prevenir e de rechaçar as ameaças sempre presentes de ruptura e de discórdia. As festas e os ritos de glorificação da Companhia e de seu símbolo nacional, Anchieta, tratam-se muito mais do que de um apelo inicial das massas, tratam-se de uma indispensável integração (ou reintegração) entre o religioso e o político, isto é, do sagrado na organização das cidades.



Fonte: Revista *Excelsior*, Rio de Janeiro, n. 83, nov.1934, p .846.

Depreende-se, então, que a associação dos ex-alunos era “vívida” entre os adeptos não apenas como uma organização civil e beneficente, mas, sobretudo, como uma entidade mítica, hierofânica e política. No rastro desse movimento de defesa da integridade dos jesuítas espanhóis e, sobretudo da Companhia de Jesus, existiu a tentativa de entronizar Anchieta como herói máximo da nação.

A história do missionário inaciano passará a ocupar um espaço maior na imprensa, sobretudo no momento de celebração do aniversário natalício do herói, a 19 de março. Desde então, artigos, reportagens, ensaios, poemas, biografias, obras didáticas e outras modalidades de textos serão prodigamente publicadas pelos colaboradores da AAACJ e, mais ainda, com a instalação e propagação de encontros formativos nos círculos católicos e em outras associações, de cerimônias, de chás relatórios, de congressos eucarísticos, de missas campais e procissões, de palestras e conferências, e, especialmente por meio da realização, em 1934, do evento para

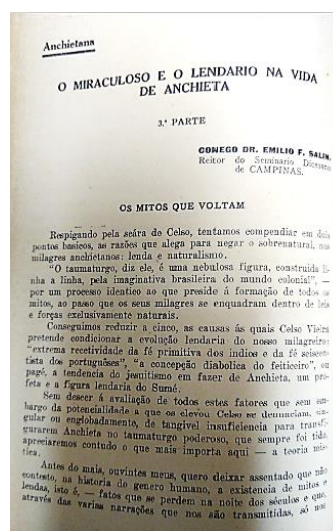
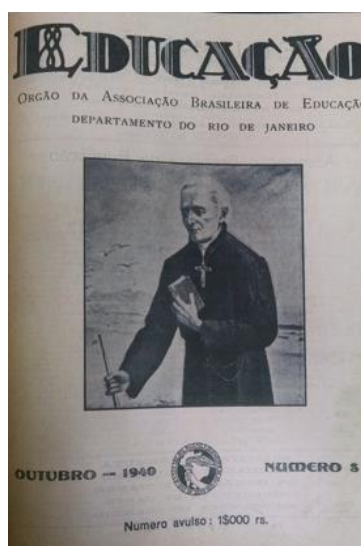
comemoração do IV Centenário, todos, de certa forma, meticulosamente preparados em termos imagéticos, irão amealhar poder por meio da propaganda e da manipulação das multidões e das imagens.

Afinal, já é notório e sabido que a imagem integra a essência do catolicismo. A manipulação de imagens é uma sabedoria católica que tem mais de dois mil anos, e no campo político, se relaciona conforme assevera Dias (1996) “as falas edificadas sobre termos amplamente grandiosos que rompem com as regras de um discurso decoroso, que articula imagem, conceito e realidade” (DIAS, 1996, p.45). No obstante, é importante mencionar que a “elaboração de imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão” (BACZO, 1985, p.313).

Dentro deste contexto, é estimulante pensar, por exemplo, que as revistas *Excelsior*, *A Ordem*, *Educação*²⁸² (órgão da ABE), *Revista Brasileira de Educação* (órgão oficial da CCBE) e *Revista Anchieta* (órgão da Liga do Professorado Católico de São Paulo) e, em diversos jornais como *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *A Cruz*, *Jornal do Commercio*, dentre tanto outros, *Anchieta* passará por um processo de “montagem”, de “fabricação” (BACZKO, 1985, p.130) de um perfil favorável à todos professores católicos.

²⁸² A *Revista Educação*, traz a imagem de José de Anchieta na capa, com a seguinte descrição: “A nossa capa (título) Como homenagem do grande apóstolo do Brasil, cujo papel como educador foi, com grande traçado pelo Prof. Jonathas Serrano, na sessão solenne realizada na A.B.E., no mês de setembro (p.8)”. Na mesma edição há uma matéria intitulada “Quarto Centenário da Fundação da Companhia de Jesus – Sessão solene na sede da A.B.E.”. A comemoração aconteceu em 2 de setembro de 1940, sob presidência de Odilon Braga que concedeu a palavra para Jonathas Serrano que proferiu uma palestra sobre a vida de Anchieta, focalizando a “extraordinária figura do grande apóstolo, como historiador, escritor, poeta, teatrólogo, missionário e, especialmente, como pedagogo e educador”. (REVISTA Educação: órgão da Associação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.8, p.1, out. 1940). Após a conferência do prof. Serrano, o padre Paulo Bannwarth, SJ. Em nome do provincial e no de toda a Ordem dos Jesuítas, agradeceu a atenciosa homenagem da ABE e o valioso trabalho do conferencista. O trabalho apresentado pelo prof. Serrano sobre – Anchieta educador – obedeceu ao seguinte programa: “Complexidade e riqueza da personalidade de Anchieta. Poeta, gramático, autor teatral, diplomata entre selvagens, psicólogo precursor da moderna pedagogia, educador integral de palavra e de exemplo, missionário e apóstolo [...] Análise de sua personalidade e da sua obra [...] O alvorecer da modernidade- Renascença e descobrimentos - O novo Mundo- Luthero e Santo Ignacio - A Companhia de Jesus- A contra Reforma e o concílio de Trento - O humanismo cristão e o poema de Anchieta [...] O teatro jesuítico e as peças Anchiéticas- A pedagogia científica nas florestas virgens da America - O mestre de Piratininga – O armistício de Iperog e a pacificação pelas forças do espirito- As cartas e observações científicas de Anchieta - Opinião de Saint Hilaire-missionário e o taumaturgo na imaginação popular- A canonização leiga e as exigências inflexíveis da Igreja-Entusiasmo e restrições-Anchieta e Nobrega- O educador do Brasil e a sobrevivência de sua obra educativa – [...] O quarto Centenario da fundação da Companhia de Jesus e a excursão à cidade de Anchieta- A antiga Reritiba- A grande lição anchietana”. Vale lembrar que faziam parte do corpo diretivo da Revista Educação, os seguintes colaboradores dos jesuítas: Ana Amelia Queiroz Carneiro de Mendonça, Mello Leitão, Lourenço Filho, Odilon Braga, Pedro Gouveia Filho, Pedro Calmon, A. Carneiro Leão, Afranio Peixoto, A. R. Cerqueira de Lima, Jeronyma Mesquita, Jonathas Serrano, Medeiros Netto, Virgilio Correia Filho e Odilon Braga (presidente da ABE).

Figura 17 - Na primeira imagem, a revista *Educação* traz Anchieta na capa. A descrição sobre a temática aparece na página de número 8, sob o título “A nossa capa”, resumida da seguinte maneira: “Como homenagem ao grande apóstolo do Brasil, cujo papel como educador foi, com grande traçado pelo Prof. Jonathas Serrano, na sessão solenne realizada na A.B.E., no mês de setembro”. Já a segunda imagem, refere-se a um artigo publicado na seção “Anchietana” da *Revista Brasileira de Pedagogia* (RBP) pelo cónego Emilio F. Salim, em agosto de 1934.



Fontes: [Capa...] (1940, p.1); Salim (1934c, p.190).

Figura 18 - Na primeira imagem, capa da revista *Excelsior* com a foto da estátua de Anchieta localizada na Praça Floriano. Na segunda imagem, capa de *A Noite Ilustrada*.



Fontes: [Capa da Revista Excelsior] (1932, p.1) e [Capa de A Noite] (1932, p.1)

Em certos momentos, as referências a José de Anchieta, bem como seus princípios filosóficos, principalmente no que tange ao *Ratio Studiorum* dos jesuítas e às propostas de disciplinamento dos educandos por meio da educação, eram apresentados como superiores à Escola Nova. Em outros, Anchieta facilmente poderia ser identificado como precursor desse movimento, visto que, para os católicos, mesmo uma “análise mais detida dos pensadores modernos”, como Dewey, Decroly, Kerchensteiner²⁸³, Krieck, Ferrière, era capaz de indicar que seus princípios continham alguma inovação em sua base filosófica educacional, pois, para eles, conceitos como os de “liberdade, de vida do ensino, de alegria, sem a perspectiva compulsória da escola racionalista”²⁸⁴, apregoados nas “novas descobertas científicas da pedagogia”, já haviam sido realizadas há tempos pela Igreja²⁸⁵.

Esquemáticamente e nessa esteira de discussão, se poderia dizer que Julio Barata, então articulista de *A Batalha* e colaborador da AAACJ, resume o pensamento e as aspirações que permeavam o grupo em estudo. Por essa razão, detenhamo-nos um instante sobre um trecho da matéria publicada em 13 de outubro de 1939, intitulada “O Ratio Studiorum e a pedagogia moderna – O Humanismo como disciplina da educação”, nela, pode-se dizer que o intelectual soube se apropriar dos mesmos mecanismos que envolviam os discursos católicos nos círculos jesuítas para estabelecer a sua ótica de “concepção de progresso pedagógico”, uma especificidade que colocava a Igreja, ou melhor, a Companhia de Jesus, em um lugar privilegiado. Para ele, o *Ratio Studiorum* era precursor da pedagogia científica e moderna. A Igreja Católica, que era a “dona desta filosofia da educação”, e exercia um “serviço de ordem temporal”, prestado à sociedade, viria ao encontro da própria psicologia contemporânea, como “inspiração” e como “ninfá Egéria”²⁸⁶ aos pedagogos contemporâneos. Disserta, ainda, que o

²⁸³ Sobre essa “análise mais detida” dos pensadores modernos, ver, por exemplo, o artigo de Paulo Maranhão, inspetor escolar do Distrito Federal, em artigo intitulado “Prática da escola activa”, presente na *Revista Educação*. Nele, o autor salienta que “no curso de conferências pedagógicas organizado pela Diretoria de Instrução Pública foi apresentado o quadro geral do método Decroly e o seu fundamento psicológico. Assim como de todos outros pensadores modernos (PRÁTICA..., 1928, p. 46-47).

²⁸⁴ Para Athayde, por exemplo, a Escola Nova, “no que ela tem de inteligente e bom, que é a alegria, a liberdade, a vida do ensino, sem a natureza compulsória da escola capitalista”, deve-se ao protagonismo de Anchieta e da Companhia de Jesus. Afinal, “Anchieta ensinava pelos cantos e pelas danças, pelos autos físicos e pelas aulas ao ar livre. E não precisou do filósofo Dewey ou do pedagogo Ferrière para descobrir o que lhe ensinava seu coração de homem e sua vida de santo, em comunhão última com a natureza inanimada e com a alma dos seus discípulos do novo mundo, filhos de Cristo” (ATHAYDE, 1934, p. 262).

²⁸⁵ Sobre as ideias apresentadas pelo escolanovismo sob o “rótulo de modernas”, no sentido propagado por intelectuais católicos, isto é, de já terem sido realizadas pela Igreja, em especial pelos jesuítas, Cunha e Costa (2002) trazem, em artigo intitulado “John Dewey, um comunista na Escola Nova brasileira: a versão dos católicos na década de 1930”, importantes referências. Cf.: Cunha e Costa (2002).

²⁸⁶ De acordo com as informações do site *Wikipédia*, a ninfa de Egéria ou mito de Egéria, teve um papel na história de Roma como divina esposa e conselheira de Numa Pompílio, o segundo rei de Roma Sabino, com quem partilhou as leis e os ritos da religião antiga de Roma. O nome Egéria também sugere várias interpretações, entre elas, estaria a sua função de profetisa e de autora de livros sagrados.

Ratio “brilhava pela coragem de se implantar uma unidade”, que começava pelas letras latinas e terminava pela filosofia. Para Barata o código jesuíta era a “expressão máxima do humanismo cristão [...] em sua forma rigorosa e ortodoxa”, o “exemplo da pedagogia moderna, que conseguiu formar os maiores luminares das letras, das artes e das ciências de inúmeros países” e, por isso, era “imensamente oportuno” adequá-lo ao contexto atual, defendendo-o como “filosofia da educação” e “como um dos serviços de ordem temporal, prestados [...] à sociedade”. Nas palavras de Julio:

O exemplo dessa pedagogia, que conseguiu formar os maiores luminares das letras, das artes e das ciências de inúmeros países, é imensamente oportuno. Mas não é desse ângulo que o “Ratio”, ao passo que cristianizou o humanismo, por ser, como já veremos, uma pedagogia tipicamente moral, preparou a aceitação de uma série de ensinamentos modernos, hoje universalmente aceitos. No próprio estudo do latim, os jesuítas praticaram o método direto, ensinando-o como uma língua viva, com gramáticas de latim em latim habituando o aluno, desde cedo, ao manejo de todas as formas gramaticais na conversação quotidiana. Foram também eles, no “Ratio”, **precursores** de uma teoria, hoje incorporada, com a **escola ativa**, à pedagogia dos nossos tempos. [...] As classes devem ser do mesmo grau: essa recomendação é rigorosa na regra 11 do “Ratio”, onde se manda que o mestre “unumquemque in ea classe et cum eo proceptore collocet qui ipsi conveniat”. Aerodito, porém, que o mais curioso paralelo, até hoje por fazer, entre o “Ratio Studiorum”, como padrão de humanismo cristão, e os **preceitos das modernas filosofias da educação**, esteja na questão dos centros de interesse, que os jesuítas criaram também, embora num sentido um tanto diverso do atual, que é, como sabeis, legítimo rebento da filosofia pragmática de William James.[...]Mas algumas idéias claras já é possível deduzir da nossa exposição, cuja honestidade reivindicamos, para protestar contra a deturpação, que sempre praticam os adversários sistemáticos da Companhia de Jesus, quando entram a analisar esse código de pedagogia. Pelo menos, é nele que deparamos o **humanismo cristão** em sua forma rigorosa e, digamos assim, **ortodoxa** [...]Não é assim, pelo ensino intensivo e gradual, pelo “non multa, sed multum” que se valoriza a cultura, como movimento intelectual no sentido da profundidade, e se dá o verdadeiro papel ao erudicionismo, que é um movimento, muito mais fácil, no sentido da superfície? Em que e por que um humanismo cristão deste tipo seria refugado, como disciplina da educação, pelo mundo de hoje? Só a incompreensão e a má fé poderiam ter para com ele atitude de repulsa. Nesse caso, nós desejamos tão somente, para finalizar a nossa argumentação, talvez já um pouco extensa, mostrar como a Igreja Católica, que é a dona desta filosofia da educação e tem procurado defendê-la como uma das suas glórias e como um dos serviços de ordem temporal, prestados por ela à sociedade, vem ao encontro da própria psicologia contemporânea, na qual, os pedagogos foram buscar a ninfa Egéria das suas inspirações. (BARATA, J. 1939, p.2, grifos meus).

A vista do exposto, na próxima e última seção deste trabalho, sob condições bem pontuais, será possível verificar que a criação do símbolo da Ordem e, sobretudo, de seu mártir, com a exaltação, no caso aqui de nosso estudo, de seu apostolado educativo, não foi arbitrária, pelo

contrário, foi estrategicamente planejada por esse grupo, que se autoinvestia como “elite pensante”, cujas características e objetivos comuns circulavam dentro do âmbito educacional. Será limiar desse panteão, erguido em bronze pelo nacionalismo, que o reconhecimento das três figuras simbólicas – o herói, o professor, o santo – se constituirá em uma possibilidade para se elaborar um “preclaro Modelo” aos docentes católicos, representativo dos interesses da Igreja, mas, principalmente, significativo para a educação das crianças, uma imagem necessária tanto para propagar o “método de cristianização”, a que Jorge de Lima denominou de “processos quase *montessorianos* de catequese” (CELSO, M. 1935, p.217), ou, mais especificamente, o “método pedagógico dos jesuítas”, como enfatizou o padre Leonel Franca, SJ, quanto necessária, para afastar o professorado católico das concepções laicas da educação, recontextualizando a relação desses com o ideário da Escola Nova.

Sob essas condições, e para dar continuidade à discussão proposta por esta seção, o próximo capítulo procurará analisar de que forma as apropriações e o uso político do pensamento e da imagem de Anchieta são materializados na educação, o que será feito por meio da análise de ocorrências qualitativas presentes em jornais e revistas. A observação das informações coletadas nos periódicos será realizada em relação a diferentes parâmetros, os quais serão representados pela atuação dos intelectuais em determinados eventos, associada à problematização de obras publicadas no período e ao contexto histórico geral.

6 UM PROFESSOR QUE VIROU SANTO! O MESTRE ANCHIETA COMO SÍMBOLO DO *PARTIDO JESUÍTA* NA EDUCAÇÃO

O **santo** não é apenas uma rara energia psycha que anima de exquisitas bellezas a virtude catholica. Mais do que isso, é uma força creadora, expressiva e multimoda (CALMON, 1930, p. 8-9, grifo meu).

Na introdução do presente trabalho procurou-se demonstrar, de maneira breve, que a imagem de Anchieta, desde sua morte, em 1597, foi utilizada a “serviço de vários altares” (FLECK, 2010a, p. 176). Além disso, buscou-se evidenciar que o uso do pensamento e da figura poliédrica do missionário foi, indiscutivelmente, ao longo dos anos, sob perspectiva histórico-crítica, um instrumento eficaz para legitimar um *partido nacional jesuíta*.

Trabalhando com bens simbólicos uniformes, os meios de comunicação católicos utilizados pelos intelectuais pesquisados disseminavam uma linguagem política comum. Os elementos que compõem as representações predominantes do catolicismo, ou melhor, do jesuitismo, exigiam construir um herói mais adaptável. Afinal, como diz José M. de Carvalho (2014, p. 55), “herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação”, deve “refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”. Nesse sentido, a criação e o enraizamento de mitos, como é o caso de Anchieta, representam processos que não podiam deixar de depender das circunstâncias historicamente delimitadas nas quais foram elaborados. O mito tende, assim, tal como enuncia Girardet, a definir-se em relação à “função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência” (GIRARDET, 1987, p. 82). A “imagem do Salvador”, como afiança o autor, varia conforme ele é chamado para enfrentar um perigo externo, para conjurar uma crise ou para prevenir riscos.

Com base no exposto, é conveniente ressaltar a justificativa introdutória do discurso do diretor da comissão de sacerdotes da AACJ-RJ, padre Leonel Franca, SJ, sobre a necessidade de se iniciar um processo de heroificação e beatificação do missionário jesuíta, como suporte a uma determinada construção historiográfica e a projetos políticos, mas, também, como síntese de ideias, tradições e valores culturais que poderiam ser utilizados para transformar o presente.

Assim, nas palavras do sacerdote:

No berço das nacionalidades costuma a Providência suscitar a grandeza de um vulto que emerge na confusão imprecisa e tumultuária do ambiente, com a nitidez bem vincada de um relevo singular. Nessas épocas difíceis de tudo o que começa, quando se lançam os primeiros fundamentos de uma grandiosa

estrutura política e se caldeiam os elementos informes de que sairá a unidade homogênea da alma de um povo, esta personalidade privilegiada encarna em si as mais puras aspirações da pátria que nasce, e contribue, com a energia heróica do seu esforço, para transformá-las numa realidade duradoura. [...] É centro de coordenação em torno do qual cristalizam os elementos vivos e assimiláveis, dispersos na massa amorfa e centro de irradiação do qual partem, em ondulações crescentes, vibrações contínuas de calor e de luz; é um fundador e um organizador: um princípio de ordem e uma fonte de entusiasmo; suscita e orienta energias; e, com o volver dos séculos, transfigura-se no símbolo de uma nacionalidade, na síntese de suas tradições, alvo da gratidão e do amor dos seus filhos: numa palavra, o pai imortal de um grande povo. (FRANCA, 1935, p. 229).

Agregue-se, também, no que se refere ao grupo católico em estudo, que desempenhava funções na Ação Social Brasileira (ASB) em paralelo a outras instituições, como: a ABE (Figura 19), a CCBE, a APC do Distrito Federal, o IHGB, a Escola Normal, o Instituto da Educação, o Centro Dom Vital (CDV), a AAACJ do Rio de Janeiro e a Legião de São Sebastião (LSS)²⁸⁷, entre outras entidades culturais e educativas, algumas delas já citadas no Quadro XIII, Anchieta poderia, de fato, de modo análogo, se constituir em uma grande figura tutelar do então tempo presente, sendo uma questão de dever glorificá-lo e exaltá-lo por todas as formas. Além disso, nessa construção do estereótipo do jesuíta, era necessário (re)forjar sua imagem como o “mestre por excelência, o educador completo, no mais impressionante exemplo de anticitação de processos psicopedagógicos” (BARBOSA, 2011, p. 75).

²⁸⁷ Por iniciativa da APC do Distrito Federal, a Legião de São Sebastião foi fundada em maio de 1934. A sociedade, segundo a Revista Brasileira de Pedagogia, destinava-se à formação pedagógico-religiosa do magistério católico. Em junho do referido ano, essa agremiação inaugurou um “Curso Normal de Religião”, com sede central na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O curso compreendia duas matérias principais: “Religião (doutrina cristã, história sagrada e apologética) e Pedagogia do catecismo”. No item da matéria, intitulado “Disposições Gerais”, é possível verificar que o curso de catequistas, em 1934, tinha a duração de seis meses (junho a novembro), funcionando com aulas semanais de uma hora e trinta minutos. O curso, em princípio gratuito, destinava-se à formação de professores e a admissão dependeria da recomendação dos vigários, ou seria feita a critério da direção. Foram constituídas duas turmas, nos horários diurno e vespertino. A diretoria era composta por: “Presidente de honra (Mons. Rosalvo Costa Rego); Assistente eclesiástico (Leonel Franca SJ); Assistente auxiliar (Conego Leovigildo Franca); Presidente (Everardo Backheuser); Secretário geral (Cordelina de Alencastro); Tesoureira (Zuleika da Graça Autran); Conselheira Geral (Zelia de Oliveira Braune). Corpo docente: curso da zona sul (mons. Armando Lacerda e cônego Leovigildo Franca; curso da zona norte (cônego Gabriel Mousinho e padre Mathieu Roccati); curso da zona suburbana (padre Joaquim Lucas e padre Mariano Rocha); curso da zona rural (padres missionários dos Dois Corações)” (LEGIÃO...1934, p. 304-306).

Figura 19 - Foto do grupo tirada na ABE no dia da conferência de Jonathas Serrano sobre “Anchieta educador” em ocorrência do IV Centenário.



Fonte: [Foto...] (1940, p.3)

Para a presidente da ASB e demais colaboradores das comissões da AAACJ (RJ), em especial da “Comissão Anchieta da APC do Distrito Federal e [da] Comissão Edifício Anchieta – Campanha Inicial”, o padre Anchieta poderia ser configurado em um símbolo, um herói nacional de referência católica que demonstraria o passado glorioso do Brasil, o qual, para eles, era decorrente da participação singular da Igreja na formação e no progresso intelectual, moral, religioso e social do povo. O missionário jesuíta fora, conforme sinalizou Jonathas Serrano em uma das conferências proferidas no IHGB, em 14 de setembro de 1933, sob o título “Anchieta, grande educador da sociedade brasileira”, o primeiro professor do Brasil²⁸⁸, o primeiro poeta em quatro idiomas, fora, ainda, o primeiro gramático, o primeiro autor teatral, psicólogo, “historiador em cartas precisas para a reconstituição do ambiente brasileiro do nosso primeiro século”, sendo, também, o primeiro diplomata entre os selvagens e o “precursor da Escola Nova nas florestas ínvias e no meio da indiada antropófaga”, grande “bandeirante das almas, caçador de esmeraldas, missionário e apóstolo”, e o mais impressionante dos “primeiros

²⁸⁸ Para o grupo pesquisado, Anchieta configurava o quadro dos primeiros “mestres-escolas” que atuaram na Bahiabe São Vicente durante o século XVI. Para o jesuíta Serafim Leite, SJ, por exemplo, em artigo da revista *A Ordem*, no estado da Bahia, entre os primeiros mestres-escolas que exerceram o ministério e a catequese no país, estavam: “o primeiro professor de latim, Antonio Blasques (1553)”, o primeiro “leitor de Casos de Consciencia, Quirício Caxá (1565)”, o primeiro “professor de Theologia Especulativa, Ignacio Tolosa (1572)” e “Vicente Rodrigues (1549)”. Em São Vicente, quem lecionou as primeiras aulas de latim foi o padre Leonardo Nunes, no Colégio dos Meninos de Jesus. Consoante ao autor, em 15 de junho de 1533, revela-se padre Nóbrega, o “mancebo grammatico de Coimbra, que para cá veio desterrado”, sendo, posteriormente, substituído por Anchieta, ao transferir-se o colégio ao Campo de Piratininga, em 1554. Neste mesmo colégio, em 1555, a “leitura dos ‘Casos de Consciencia (Theologia Moral)’ ficou a cargo do padre Luiz da Grã. Vale dizer, que a necessidade imperiosa da catequese, que levava à formação rápida de sacerdotes, cerceava o número de professores no período. Em 1584, segundo padre Anchieta, havia seis professores na Bahia. E ao terminar o século XVI, ‘só no collegio da Bahia (sem falar nos do Rio de Janeiro e Pernambuco)’ vamos encontrar, segundo padre Serafim, um ‘claustro respeitável de 12 professores, alguns deles graduados e ‘muito bons letrados’ [...] capazes de ensinar Theologia, Artes e Humanidades, em qualquer parte do mundo’ (LEITE, S. 1936, p. 385).

grandes educadores de nossa gente”, representante da “mocidade católica em nossas plagas” (SERRANO 1935, p.101). Além disso, seu exemplo, como pontuou Barbosa (2011, p. 74), constituía, para Serrano, o “estímulo salutar e padrão de altos valores morais e intelectuais para mestres e discípulos”, um “símbolo poderoso de virtude e saber, de referência de apostolado educativo, de amor ao Brasil e, portanto, fulcro de identificação coletiva”.

E, por isso mesmo, as comemorações anchietanas programadas para o ano de 1934 deveriam ter o caráter de apoteose, acompanhado da já mencionada proposta: “a ereção de um monumento aos primeiros educadores do Brasil – o edifício Anchieta”, sendo necessário, portanto, a colaboração de todos os elementos da sociedade, como as:

associações eruditas e classes populares, a iniciativa particular e o governo, católicos e descrentes, mestres e estudantes, a conclamarem todos, num cômico gigantesco e só assim proporcional à gigantesca figura moral que nobilita o nosso passado. Realizam-se todos os itens da oportuna e feliz proposta de Vilhena de Moraes. Oxalá seja, também, realidade para 1934 o **edifício Anchieta**, na esplanada do Castelo, no coração deste Rio maravilhoso, que êle, o herói de Iperog, viu nascer, a luta pela fé. Porque, sem dúvida possível, glorificar Anchieta é pagar uma dívida nacional e, principalmente, dar ao Brasil renascente de agora a mais necessária, a mais oportuna, a mais formosa das lições sobre os valores do espírito”. (SERRANO, 1935, p. 101, grifo meu).

Contudo, nesse trabalho de propaganda e persuasão, era necessário o “fazer crer”, o “fazer amar” e o “fazer agir”, como bem sinalizou Pierre Ansart (1978, p. 214), ao referir que a linguagem política realiza mais do que propor códigos ou reunir indivíduos portadores de uma mesma visão de mundo: ela “reúne os sujeitos reconhecidos em sua dignidade enquanto portadores da justa causa”. Assim, a partir de 1934, a ASB em parceria com a APC do Distrito Federal e da CCBE, inseridos na mesma comissão organizativa da AAACJ-RJ, decidiram realizar, de maneira concomitante, uma sequência de homenagens, estrategicamente organizadas, cuja finalidade era manter afastado o professorado católico das concepções laicas da educação, o que fariam recontextualizando a relação desses intelectuais católicos com o ideário da Escola Nova, de modo a contribuir para manter os católicos no poder.

Portanto, ao tomar essa iniciativa, as preocupações dos grupos estavam mais voltadas para as relações com o âmbito educacional e, nesse sentido, eles buscavam levantar a questão do caráter mais experimental, progressista e apostólico dos jesuítas, analisando as relações sociais e culturais presentes em uma “suposta” conspiração judaico-maçônica-comunista²⁸⁹ e,

²⁸⁹ Conforme já foi dito em capítulos anteriores, fazia-se, também, imprescindível, “combater o comunismo” adotando “medidas rigorosas” no âmbito educacional. Dentre as medidas citadas pelo fundador e primeiro presidente da CCBE, Everardo Backheuser, em artigo publicado em *A Cruz*, sob o título “O comunismo e a

também, as consequências devastadoras da laicização do ensino pregadas tanto pelo movimento escolanovista de 1932²⁹⁰ quanto pelos movimentos anticlericais, em especial pela CNPEL²⁹¹ e pelo naturalismo pedagógico²⁹², que cerceava a educação, e procedendo, enfim, a uma reflexão “apaixonada” de um ethos filosófico-político educacional cristão, além de objetivar, ao máximo, concentrar sua atenção na figura do “primeiro mestre do Brasil” e na “escola nova de Cristo” Cristo²⁹³.

Educação”, estavam: 1) “a promoção de homenagens especiais nas escolas aos “grandes vultos nacionais” e a rememoração, de modo “digno”, das principais datas da história do Brasil, incluindo-se, aqui, o planejamento da “festa do primeiro Mestre do Brasil” e o “dia de Anchieta”; 2) o restabelecimento, em todas as instituições, de ensino da instrução moral; 3) a não permissão, “a pretexto da neutralidade”, da disseminação do “materialismo científico e filosófico, mas ao contrário, que se procure fortalecer o culto de Deus em todos os alunos que já o tenham”; 6) o não inculcamento exagerado do “individualismo da escola de Rousseau” nos discentes, o que “leva ao comunismo”, mas, ao contrário, que se mantenha o ensino seguindo o “equilíbrio da pedagogia de Van Hôvre”; 7) a moderação e a criação de novos institutos de ensino superior para as profissões liberais, pois essa multiplicação facilitaria “o incremento do proletariado intelectual que em sua maioria de homens descontentes, gera a legião dos revoltados” (BACKHEUSER, 1936, p. 8).

²⁹⁰ Do ponto de vista da História da Educação, o movimento *Escola Nova*, ou *escolanovista*, já foi por demais estudado e discutido para que se faça ainda necessário encarecer-lhe a profundidade, a importância e a atualidade. Bastaria, por exemplo, ler os escritos de Saviani (1999; 2010; 2012) e de Carvalho (1989; 1998), ou compulsar, mesmo vagamente, os repertórios bibliográficos especializados.

²⁹¹ Ilustrativas, nesse sentido, são as assertivas do intelectual católico João Carlos Pereira Leite, ao demonstrar, em seus artigos, uma suposta e intencional “associação” entre os termos “comunismo, laicismo, Coligação Pró Estado Leigo e anticlericalismo”. Em “Abutres agoureiros: comunismo e laicismo”, título de um de seus artigos publicados em *A Cruz*, em 18 de dezembro de 1932, o autor conceitualiza os termos “laicismo e leigo” da seguinte maneira: “O laicismo, geralmente, não é bem entendido pelo povo, tanto mais que se encobre de diversos nomes, para melhor esconder-se. Há ‘coligação pró estado leigo’, ‘anti-clericalismo’, ‘propaganda liberal’, etc. Todos estes nomes, porem exprimem o mesmo abutre agoureiro, a revolta, o odio a Deus. Vejamos bem o tal laicismo. Em nossos tempos a palavra – leigo ou laico, exprime a idéa e toma geralmente uma significação anti-catholica e anti-religiosa [...] O laicismo toma por base e ideal da sua doutrina esta especie de axioma: o homem é livre. Ora, tal axioma é a apostasia completa de Deus. [...] É o anti-clericalismo cego e odiento. É a calúnia e a perseguição! O laicismo conduz deste modo ao comunismo [...] O resultado é o mesmo. Comunismo e laicismo são dois abutres agoureiros, que volveiam sobre o Brasil, ameaçando a sua existencia, o seu progresso e a sua religião” (LEITE, 1932a, p. 2). O mais interessante é que Pereira Leite executa o mesmo argumento em “O bolchevismo contra o cristianismo”, artigo de *A Cruz* de Mato Grosso, publicado em 26 de junho de 1932. Neste, o autor ataca “as ideias propagandistas e criminosas de cristãos protestantes”, então “inimigos jurados do cristianismo” e “propagandistas do comunismo”, a rigor, “as apologias da Coligação Nacional Pro Estado leigo”, da “Liga Anticlerical”, das “seitas protestantes” e de outras “crias nacionais doutrinadas pelo ideal estreito de ferir o catholicismo sem se darem conta que estão desbravando o terreno aos inimigos comuns” (LEITE, J. 1932b, p. 2). Também para João Carlos, tais seitas e associações propagavam, por meio de congressos e reuniões formativas, o ceticismo, o feminismo, o laicismo, o que faziam a fim de assegurarem um “falso messianismo social”. Ainda nas palavras do autor, sob o pretexto de “prepararem o futuro”, “martirizam centenas de milhares de pessoas” e, pela “violência se apoderam do poder, aqueles que, por fraqueza ou interesse, abdicaram de suas mãos, aceitando do Estado onnipotente regras de vida diretamente contrarias às suas convicções individuais, àqueles enfim, cujos cérebros infantis foram petrificados pelos mestres soviéticos e imbuídos de ideias hostis à família e a religião” (LEITE, J. 1932b, p.2).

²⁹² Sobre o “Naturalismo na educação”, ver: Betty (2007).

²⁹³ Há, aqui, a opção pela expressão “escola nova de Cristo” em detrimento de “escolanovismo católico”, escolha que se dá por duas razões: a primeira se refere ao fato de que, na maioria dos textos pesquisados, notadamente, entre os anos de 1930 a 1939, não foi possível encontrar o uso da expressão “escolanovismo católico” entre os escritos de militantes do catolicismo. Em algumas vezes, o acréscimo do sufixo “ismo” poderia indicar uma opinião ou juízo de valor, sendo perceptível principalmente quando se referiam a “escola nova liberal”. A respeito disso, ver, por exemplo, um artigo do padre Helder Camara, publicado no jornal *A Razão*, em 8 de janeiro de 1937, intitulado “Freud, Foerster e Dewey” (CAMARA, 1937, p. 5), ou os escritos do intelectual Ataliba de Oliveira, ao interpretar o fracasso da “reforma escolanovista” de São Paulo, disponíveis no jornal *Correio Paulistano*, na

É válido, ainda, imiscuir no pensamento análogo desse grupo, que o mais importante era propor um plano sistematizado para fazer do ensino um apostolado social, um campo de vasta experimentação moral e religiosa, que estivesse em contraposição aos valores anticlericais, ateístas, darwinistas, evolucionistas, bolchevistas, liberais e maçônicos que também circundavam o clima e o contexto no período, isto é, era necessário formar professores nos velhos moldes de um humanismo e classicismo cristão, capazes de ensinar teologia, artes e humanidades, cujas normas os jesuítas já tinham condensado no *Ratio Studiorum*. Nesse sentido, defendia-se também retomar e fortalecer os princípios que regem a formação clássica e integral, que incluía a dimensão social e a dimensão espiritual, a “pedagogia da Companhia de Jesus” (DANTI, 1935, p. 130), pedagogia combativa, prática e eficiente, e, portanto, mais apta para a formação de uma plêiade intelectual e social que a Igreja, sob direção do *partido jesuíta*, tinha necessidade de implementar.

Isso posto, torna-se imperioso verificar como se deu esse processo de rememoração (ou reutilização) da imagem de Anchieta pelo grupo em estudo, como foram organizadas as comemorações anchietanas por eles, em especial o IV Centenário e a Quinzena Anchieta, ocorridos em 1934, e, conseqüentemente, como essas celebrações influenciaram no debate

coluna “Problemas de Instrução Pública”. Ao descrever sobre o termo, Ataliba usa-o com conotação negativa, como quando afirma que foi o “escolanovismo” que “trouxe insanável mal de origem”, visto que “desprezou ensinamentos do passado, instalando-se nas mais avançadas trincheiras da pedagogia moderna”, E que, “no extremo do campo de combate, insuflou o gaz venenoso da descrença contra velhos preceitos e antigos postulados [...]” (OLIVEIRA, A. 1937, p. 13). Ou quando diz que o “escolanovismo precipitado” que “conquistou São Paulo com o lenço vermelho da revolução” é um dos problemas da educação (OLIVEIRA, A.1936, p. 7). O segundo motivo para a escolha da expressão “escola nova de Cristo” é que não há intenção aqui de contribuir para a elaboração de uma interpretação “fechada” da expressão “escolanovismo católico”, visto que tal posicionamento poderia enclausurar a definição. Ao mesmo tempo, a expressão existe, é uma realidade dentro da historiografia da educação católica brasileira, e, nesse sentido, uma abordagem cultural do político tem que levar em conta isso. Vale lembrar que a expressão “escolanovismo católico” foi utilizada pela primeira vez, por Marta M. Chagas de Carvalho, em 1991, numa comunicação realizada na 6ª Conferência Brasileira de Educação, intitulada “Escolanovismo católico e escolanovismo liberal: limites de um confronto” (CARVALHO, M.1991). O termo também apareceu na dissertação de mestrado apresentado por Sgarbi (1997). Após esses trabalhos, muitos outros apropriaram-se, de uma forma ou de outra, da expressão, mas, cabe perguntar, seria a expressão “escolanovismo católico” um conceito? Quais conotações políticas e experiências históricas essa expressão conserva? De fato, é preciso abordar historicamente a expressão, entendendo-a conforme à época e as circunstâncias, apreendendo todo o movimento político de luta pelo seu significado, inclusive as disputas endógenas não resolvidas entre os *partidos* da Igreja católica. Do ponto de vista desta tese, significa, ainda, tomar por base a “filologia da história e da política de Gramsci” (ARECO, 2019), procurando sempre explicitar o caráter político e filológico dos conceitos, das expressões, do texto, considerando-os sempre em “disputa”. Por fim, seria pertinente observar se os autores que exploraram a expressão “escolanovismo católico” dentro da historiografia católica, particularmente em trabalhos cuja periodização proposta se refere à década de 1930, consideraram, em suas definições, o movimento político e cultural dos jesuítas em sua formulação, ou seja, se em seu sentido, de possíveis enunciações diversas, essa expressão um tanto polissêmica considerou o jesuitismo como a “fase mais recente do cristianismo católico” (SEMERARO, 2017, p. 448). Ver a título de exemplo alguns trabalhos que se apropriaram da expressão “escolanovismo católico”: Strang (2008); Skalinski Junior (2015); Leon (2015); Rosa (2017), dentre tantos outros. Em relação à interpretação de Ataliba sobre a renovação escolar paulista, no período entre 1930 e 1940, ver: Reis (2017).

sobre as concepções educacionais no período. Se tal (re)elaboração mítica teve funções políticas e sociais, como sinalizam as fontes, até que ponto eram manipuláveis? Até que ponto eram compreensíveis? E, por fim, qual a formação político-ideológica que os discursos contidos nas publicações dos eventos, nas conferências, nas obras e nos artigos de periódicos, aqui selecionados para análise, propagam?

Essas questões vão nortear as reflexões apresentadas na próxima seção. Decodificar o significado dessas manifestações semióticas, geralmente representadas por meio dos rituais coletivos, das comemorações e das festividades de culto ao passado é, conforme expressou Rodrigo Perez de Oliveira (2010), refletindo Bourdieu (2007), perceber “a lógica dos conflitos político/sociais que as fundamentam”. Afinal, é nesses momentos, “quando todos parecem estar pacificados”, que o “poder simbólico exerce sua ação de mobilizador e naturalizador de realidades simbólicas artificiais, tendenciosas e dotadas de historicidade” (OLIVEIRA, R. 2010, p. 25).

6.1 Solenidades inicianas: o IV Centenário de nascimento do padre Anchieta (1934)

O professor José de Anchieta

Que é professor? Que é o mestre? É aquele que não se pertence, porque se deu inteiramente. Anchieta não tinha uma hora do dia em que não se dedicasse aos labores do ensino (PIRAGIBE, 1934, p.38, grifo meu).

As comemorações da Quinzena Anchieta, do 4º Centenário de nascimento do padre Anchieta, cognominado pelos seus serviços e virtudes, e o I Congresso Católico de Educação, cuja temática central²⁹⁴ não deixou de assentar medidas necessárias à realização prática do ensino religioso, o qual havia sido adotado a partir do artigo 171 da Constituição republicana de 1934, destacando “à organização de catequistas e à memória do primeiro educador brasileiro”²⁹⁵, foram promovidas pela AAACJ, pela APC do Distrito Federal e pela CCBE, em

²⁹⁴ De acordo com o *Jornal do Commercio*, o tema geral do evento era: “O catholicismo como base philosophica, como fundamento pedagógico, como laço social, como solução dos problemas educacionaes contemporâneos”, sendo os relatores das diversas seções de estudo os seguintes intelectuais: Zulmira Breiner, Cesario Alvim, Afrisia Santiago, P. Castro Nery, Laura Braga, mons. Conrado Jacarandá, tenente Alterio Soares, Bulhões Carvalho, Teixeira de Freitas, padre Thomaz Fontes, L. Van Hacker, Maria Leticia F. Lima, Custodio Toscano de Brito, mons. P. Anisio, padre Helder Camara, Barreto Campello, Figueira de Mello, Adroaldo de Mesquita, Furtado de Menezes, Jonathas Serrano, Maria Stella de Novaes, Marieta Lopes de Souza, conde de Afonso Celso, Alexandre Correa, Lucio dos Santos, entre outros (PRIMEIRO..., 1934, p. 12).

²⁹⁵ Na sessão solene do I Congresso Católico de Educação, Figueira de Mello leu um telegrama de Pio XI abençoando o evento com uma “expressiva moção de homenagem à memória de Anchieta, o primeiro educador

parceria com diversas entidades católicas, entre elas, a Ação Social Brasileira²⁹⁶. De modo geral, essas festas tiveram a presença de representantes do mundo oficial, de intelectuais, de figuras do magistério e do clero.

Sublinhe-se de passagem que, no cruzamento dos dados prosopográficos (Quadro XVI), as informações sobre a trajetória do grupo são razoavelmente abundantes em tais eventos. Embora na maior parte das vezes elas sejam apresentadas de maneira fragmentada e não sistemática, pode-se perceber, o quanto esses intelectuais estavam ativos e politicamente entrosados para que essas cerimônias ocorressem.

Quadro XVI- Informações cruzadas sobre a trajetória do grupo em alguns eventos Anchietanos (1932-1934)

Local – Evento	Total
APC e ASB - Campanha Inicial Pró Edifício Anchieta	83
Quinzena Anchietana	20
IHGB – Celebrações Anchietanas. Última conferência realizada por Leonel Franca (18 e 19 mar. 1934)	16
Centro Social Feminino. Festa de Natal da Ação Social Brasileira em prol do Edifício Anchieta (1933)	16
IHGB. Celebrações Anchietanas. 4ª Sessão Ordinária. 3ª Conferência Anchietana (1933)	14
APC. IV Centenário de Anchieta. Comemorações na Santa Casa e no Convento Santo Antônio (1934)	12
Academia do Comércio. Companhia de Jesus e seus ex-alunos. Reuniões de março de 1932	12
APC - Comissão Anchietana. Conferência de Fernando Magalhães em homenagem à Anchieta (1934)	9
Comemorações da Cia de Jesus. Missa na Gloria. Celebração e lançamento da Pedra Fundamental do Monumento Anchieta (1932)	8

brasileiro”. Em seguida, usou a palavra o intelectual Fernando Magalhães para discorrer sobre a universidade popular. O conferencista falou sobre o “materialismo ameaçador”, enaltecendo a ação educativa da Igreja ao longo dos séculos. Depois dele, representando o presidente da República, Gustavo Capanema falou sobre “o problema da educação, detendo-se em considerações oportunas sobre a obra do Congresso Catholico”. Além disso, “fez apologia da tarefa educacional da Igreja através dos séculos, afirmando que o governo da Republica emprestava o merecido valor à colaboração do professorado catholico na formação espiritual da juventude brasileira”. Entre os presentes, estavam: d. Sebastião Leme, monsenhor Aloisi Masela, Figueira de Mello, d. André Arcoverde, d. Benedicto de Souza e Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores (I CONGRESSO... 1934, p.3).

²⁹⁶ Em uma das propagandas sobre o IV Centenário, promovidas pela RBP, aparece a seguinte transcrição: “Aqui e ali, por toda a parte, despontaram e continuam a surgir iniciativas em sua honra. Em S. Paulo pioneiro das consagrações anchietanas – apareceu a revista pedagógica “Anchieta”, órgão da Liga do Professorado católico, tendo como diretor o acatado prof. João Lourenço Rodrigues. No Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Letras editou as “Cartas Jesuíticas”, em sua maioria cartas de Anchieta, compiladas pelo sr. Afranio Peixoto; o Radio Club do Brasil, por sugestão de d. Amelia de Rezende Martins, a infatigável idealizadora do Edifício Anchieta, fez ouvir a admirável “Quinzena Anchietana” em que usaram da palavra intelectuais católicos de merecido renome; no Instituto Historico vem-se sucedendo na tribuna varios de seus ilustres membros. Em Niteroi, como preito ao inegualavel catequista, a Associação de Professores Católicos lançou as bases do “Concurso Anchieta” de doutrina Christã [...]. A Confederação Católica Brasileira de Educação por solicitação da Comissão Anchietana da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal, telegrafou a todas as A.P.C. dos Estados e a todos os collegios confederados solicitando com vivo empenho a sua adesão às comemorações do centenário do grande Taumaturgo Brasileiro” (IV CENTENARIO..., 1934, p. 170).

IHGB. IV Centenário de Anchieta. Preparatórios dos antigos alunos e amigos da Cia de Jesus (1932)	7
Instituto Nacional de Música. Homenagem à Cia de Jesus (1932)	5
IHGB - Conferência Anchieta por Celso Vieira (1933)	4
Colégio Santo Inácio. Retiro fechado. Celebração prévia da inauguração da Casa de Retiros Padre Anchieta (1935)	3
APC do Distrito Federal. Reunião de aprovação para comemoração especial à Anchieta (12 jan. 1934)	2
IV Centenário de José de Anchieta. Reunião de 12 mai. 1932.	1
Reunião da Comissão Monumento Anchieta (1934)	1
Associação dos Empregados do Comércio. Homenagens à Cia de Jesus e seus ex-alunos (1932)	1

Fonte: Quadro elaborado com base no cruzamento de dados respectivos à análise *prosopográfica*.

A par desses dados, e cientes de que tais intelectuais que compõem a *biografia coletiva* estavam dispostos a alinhar suas ações à perspectiva da Ação Católica com uma forma de atuação que lhes é particular, isto é, que foi moldada de acordo com suas vivências e possibilidades históricas, mas também, na própria militância em favor da hegemonia do *partido jesuíta* sobre a política geral da Igreja e, na medida que desempenhavam suas funções e utilizavam as orientações da doutrina, tornavam-se cada vez mais aptos a representar essa obra restauradora ou projeto de *neocristianismo* promovido pelo *jesuitismo* no mundo.

Então, faz-se evidente que a promoção do ciclo de comemorações anchietanas foi uma, entre tantas outras, estratégia utilizada por esses intelectuais para representar esses ideais católicos-jesuíticos no período em estudo. Como já abordado em capítulos anteriores, não é surpresa encontrar dados que comprovem a participação dos 25 jornalistas e dos 127 intelectuais pesquisados nas frações dirigentes da AAACJ, da ASB, da ABE, da CCBE, das APCs, nas academias culturais, nas instituições sociais e educativas, na imprensa radiofônica e periódica, entre outras entidades, que contribuíram direta ou indiretamente para que tais festividades inicianas fossem concretizadas.

Em tese, o grupo optou por iniciar as festividades na sexta-feira, dia 12 de janeiro de 1934, com a apresentação da Quinzena Anchieta, logo depois, priorizou a organização do IV Centenário, cuja abertura ocorreu na sexta-feira, 16 de março de 1934, às 17h, com uma sessão solene em homenagem a Anchieta, no Itamarati, com a presença do então atual Ministro do Exterior, Cavalcanti de Lacerda (1880-1950)²⁹⁷, e do seu futuro substituto, José Carlos de

²⁹⁷ Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, em janeiro de 1934, Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda (1880-1950), assumiu “interinamente o Ministério das Relações Exteriores em substituição ao titular, Afrânio de Melo Franco, demissionário em protesto contra a decisão do presidente Getúlio Vargas de indicar Benedito Valadares para o governo de Minas Gerais em detrimento de seu filho, Virgílio

Macedo Soares (1883-1968)²⁹⁸, católico atuante, principalmente na Ação Social Católica Brasileira (ASCB). Do programa das comemorações, constava ainda, a conferência do professor Fernando Magalhães (1878 – 1944)²⁹⁹, cuja palestra foi realizada às 17h horas, do dia 16, no salão da biblioteca do Itamarati. Para ouvir o professor ali se reuniram “embaixadores e ministros de governos estrangeiros acreditados junto no Governo do Brasil, intelectuais, escritores, jornalistas e senhoras da nossa sociedade” (Figura 20). À mesa que presidiu a sessão, tomaram assento, além do ministro do Exterior, também, “Aloisi Masella, núncio apostólico, o bispo d. Mamede e o professor Everardo Backheuser”, presidente da Associação dos Professores Católicos e da CCBE, “que tomou a iniciativa das grandes festas comemorativas do 4º Centenário de Anchieta” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1934, p.11).

de Melo Franco. Em julho de 1934 deixou o ministério, substituído pelo ministro efetivo José Carlos de Macedo Soares. Entrou em disponibilidade ativa em maio de 1935 e aposentou-se por decreto de 10 de novembro de 1936”. Ver: CPDOC (2009).

²⁹⁸ Apesar de o intelectual não ser objeto de análise da prosopografia, o cruzamento dos dados possibilitou captar algumas *pistas* em relação a sua trajetória, tanto no âmbito social quanto no religioso. Antes de tudo, é preciso dizer que Macedo Soares foi formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e, entre suas diversas funções, assumiu a presidência da Associação Comercial de São Paulo, sendo, também, interventor federal no mesmo estado, entre os anos de 1945 a 1947. Atuou ainda também como ministro da Justiça e de Negócios Interiores de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (interino) e, entre os anos de 1934 a 1936, como ministro das Relações Exteriores. São várias as estruturas compartilhadas por Macedo Soares junto ao grupo católico em estudo, particularmente, no período compreendido entre os anos de 1920 a 1939, tais como a ABL, a Confederação Católica do Rio de Janeiro, o Club Botafogo, a Igreja Santíssima Trindade, o Cassino Atlântico, o Automóvel Club, o Jockey Club, o Instituto Nacional de Estatística e a Rádio Sociedade Vera Cruz, sendo, nesta última, considerado um dos “protetores do posto emissor e fundador” ao lado de d. Sebastião Leme, Plácido de Mello e Celina Guinle de Paula Machado (ver: *A Ordem*, Rio de Janeiro, p.5, 4 jul. 1935). Macedo Soares também foi “patrocinador da Ação Católica Brasileira” (SEMANA de projeções...*A Cruz*, Rio de Janeiro, p.1, 27 nov. 1938; *A Cruz*, Rio de Janeiro, p.3, 10 jan. 1932), participando ativamente, ao lado de sua esposa e familiares, de diversas campanhas sócio-religiosas, como a “Pequena Cruzada” e a “Festa em benefício da pequena obra de Nossa Senhora Auxiliadora (1935)” (*A Noite*, Rio de Janeiro, p.10, 8 ago. 1935); o “Chá no Cassino Balneário da Urca em benefício das crianças necessitadas e em benefício do Seminário Diocesano (1936)” (*Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p.6, 21 out. 1936); a “Campanha em benefício do Asilo Bom Pastor (1936)” (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.6, 6 nov. 1936); o “Dia da Criança” no salão Silogeu Brasileiro (1934) (*O DIA da criança*. Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, p.8, 6 out. 1934; *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, p.8, 11 out. 1934; REVISTA Fon-Fon. Rio de Janeiro, n. 42, p.30, 20 out. 1934). Soares atuou também em benefício da “Cruzada Nacional contra a Tuberculose” (1936) e na “Campanha da solidariedade da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus” (*A Noite*, Rio de Janeiro, p.31, 5 ago. 1936 e CAMPANHA...Revista Fon-Fon. Rio de Janeiro, n.36, p.32, 1935). Além disso, podemos citar, também, sua colaboração na “Segunda Semana da Ação Social (1937)”, ao lado de “Gustavo Capanema, Levi Carneiro, Vicente Piragibe, Francisco Campos, Afonso Penna Júnior, Raul Leitão da Cunha, Everardo Backheuser, Alceu Amoroso Lima, Hortência Gudín Weinschenck, Alice Amaral Peixoto, Alice Carvalho de Mendonça, Amélia de Rezende Martins, América Xavier da Silveira, Carlota Pereira Queiros, Aline de Paula Machado, Jeronyma de Mesquita, Maria Eugénia Celso, Sebastião Leme, Padre Helder Câmara, América Xavier da Silveira e de outros representantes da Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC), Ver: *A Cruz*, Rio de Janeiro, p.1, 7 nov. 1937; *A Noite*, Rio de Janeiro, p.4, 6 nov. 1937; SEGUNDA Semana da Ação Social. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, p.12, 2 nov. 1937. Soares presidiu, ainda, ao lado de d. Leme, a comissão de honra do “III Congresso Eucarístico Nacional”, ocorrido em Recife, em 1939. (Ver: *A Noite*, Rio de Janeiro, p.2, 22 ago. 1939; PEQUENA Cruzada. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.6, 25 set. 1935).

²⁹⁹ Conferir dados biográficos de Fernando Augusto Ribeiro Magalhães no *Banco de Dados* desta tese, disponível em: <https://intelectuais.com.br>.

Figura 20 - “Autoridades e convidados” que participaram da reunião no Itamarati, ao lado do núncio papal Benedetto Aloisi Masella (1879-1970) e do ministro do Exterior.



Fonte: O 4º centenário... (1934, p.11)

No domingo, 18 de março, às 10 horas, a solenidade ocorreu no convento Santo Antônio. Esse convento, segundo o articulista do *Jornal do Brasil*, “guardava uma cadeira que pertenceu a Anchieta”, por isso, a “festa iniciou-se com uma romaria a essa peça dada por Mont’Alverne³⁰⁰ pelo imperador Pedro II” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1934, p.11). Na sala, onde localizava-se o convento, teve início uma sessão proferida por Everardo Backheuser. Ao lado, na mesa, estavam Cacilda Martins, presidente da Comissão Anchietana, padre Frota Gentil, SJ, representando os jesuítas, frei Pedro Sinzig representando o frei Bazzilio, então guardião do convento Santo Antônio, entre outros.

O intelectual Backheuser, depois de se ocupar das homenagens, que foram prestadas à memória de Anchieta, deu a palavra a Jonathas Serrano, “orador oficial da solenidade”. Serrano, segundo o jornalista, “produziu brilhante oração” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1934, p.11). Afinal, Anchieta era um de “seus temas favoritos”, um de “seus autores preferidos”, tal como também sinalizou Barbosa (2011, p.73) ao afirmar em seus estudos que Anchieta era um dos heróis que figurava nas “palavras do professor, e no discurso da Reação, como a grande expressão nacional” (BARBOSA, 2011, p.73).

³⁰⁰ Gil Montalverne (Mont’Alverne) de Sequeira (1859-1931), foi médico, escritor, político e reitor do Liceu Ponta Delgada, deputado às Cortes e procurador à Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. Foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Para maiores detalhes sobre o intelectual, verificar a obra de A.H. Oliveira Marques e de Francisco de C. Louro, intitulada “Mont Alverne de Sequeira – Correspondência 1881-1930”, publicada em 1980 pela editora Ponta Delgada. Ver: Marques e Louro (1980).

No mesmo local, ainda na seção de abertura, Alceu Amoroso Lima (1893-1983), representando o Instituto Central de Educação Superior (ICES), falou com “grande erudição sobre Anchieta”, classificando-o como “primeiro mestre e primeiro discípulo do Brasil” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1934, p.11). Falaram, ainda, os intelectuais Francisco Avelar de Figueira de Mello (1883-1938), representando a Faculdade de Direito e Jerônimo Monteiro Filho (1889-1962)³⁰¹, representando a escola Politécnica e, muitos outros.

Entre as diversas descrições narrativas desse grupo de intelectuais, legionários defensores de uma representação heroica de Anchieta, vale conferir, o discurso escrito do padre José da Frota Gentil, SJ, publicado no *Jornal do Commercio*, em 18 de março de 1934.

A forma a partir da qual a memória de Anchieta é narrada por esse intelectual é de central importância para a compreensão de um certo *jesuitismo* subjacente a essa formulação. Contudo, antes de prosseguir, não se pode esquecer que no discurso desses colaboradores dos jesuítas “invocar Anchieta” é “conjurar a Ordem”, não existe distinção. Essas duas formas são *memórias que se repetem repetem* – para usar a expressão de Paul Ricoeur (2007) –, que operam em sinergia e que só podem ser colocadas a partir do fenômeno do reconhecimento mútuo.

Nas arguições de padre Frota Gentil, SJ, por exemplo, nota-se a importância em se investir na elucidação de que o “grande benemérito” foi “religioso e jesuíta” (GENTIL, 1934a, p.22). Enfático em sua asserção, salienta que, no terceiro centenário de Anchieta, “já dizia Joaquim Nabuco”, ser “impossível que trate de glorificar só um homem, esse homem é nada, é pó que se desfaz, é um instrumento que fica inerte e sem valor se o isolardes do corpo moral a que pertence se o destacardes no intuito de melhor o honrar individualmente, da Sociedade em que ele se fundiu”.

Na narrativa ulterior, o sentimento profundo compartilhado é ode que “monumentalizar Anchieta sem glorificar a Companhia de Jesus” correspondia a um “ato de violência” para com o próprio homenageado, era “oferecer-lhe um cálix mais amargo do que pretender fazê-lo valer por si só ou por si mesmo”. Pois, “como unidade histórica” Anchieta era “tão inseparável de Nobrega, de Gran, de Ignácio, de Azevedo, como Simão Rodrigues e Ignacio de Loyola”. Sua “glorificação”, portanto, tinha “que ser forçosamente a do espírito que o animava e impelia, isto é, o da Sociedade de Jesus, à qual, como todo Jesuíta, ele amou acima de tudo, abaixo de Deus” (GENTIL, 1934a, p.22).

³⁰¹ Conferir dados biográficos de Monteiro Filho no *Banco de Dados* desta tese, disponível em: <https://intelectuais.com.br>.

Ante o exposto e, do ponto de vista do político, se o espetáculo público foi a forma na qual a memória biográfica de Anchieta foi representada, é porque tal narrativa também consistia a base da ação político-simbólica da Companhia de Jesus, que tinha como princípio fundamental a mobilização das paixões populares para a defesa do *partido* no Brasil. Nesse caso, fica claro que a escolha de Anchieta sob o arquétipo de santo e professor também não foi aleatória e nem ingênua. Nos termos de Paul Ricoeur (2007), no plano dos condicionamentos simbólicos de uma ação, geralmente a memória se faz presente em um projeto de elaboração identitária, o que se dá em função de uma narrativa que oferece ao discurso memorialístico - tão característico desses rituais cívicos, festivos e religiosos - o enredo de como será contada a história que se pretende canonizar como verdade singular da realidade retratada.

À luz dessas considerações, lancemos, pois, uma olhadela sobre outro discurso escrito, pertencente ao político e membro da Liga Eleitoral Católica (LEC), Waldemar Cromwell do Rego Falcão (1895 – 1946)³⁰², encaminhado para Vargas e demais representantes da Constituinte (Figura 20) também em decorrência do IV Centenário, e publicado no *Jornal do Brasil* em 20 de março de 1934, sob o título “O apóstolo do Brasil”. Por sua composição, por seu estilo, percebe-se que Falcão, desejava, de qualquer maneira reter a atenção em uma “lembança-imagem” por meio do reconhecimento de uma “memória-rememoração” sobrevivente (RICOEUR, 2007, p.439)³⁰³.

Nesse sentido, pode-se dizer que do sétimo ao último de seus, aproximadamente, vinte parágrafos, ou seja, trezes deles, são consagrados a exaltar o caráter nacional, patriótico e apostólico-educativo de José de Anchieta, sendo nítida a “sobrevivência” em estado de latência de uma imagem do passado, mas que, ao mesmo tempo, é um estado presente. Algo semelhante ao que Paul Ricoeur (2007) - em seus estudos sobre a filosofia *bergosiana* - também chamou de “paradoxo mais profundo da memória”, isto é, quando o “passado é *contemporâneo* do

³⁰² Sobre a atuação política e intelectual de Waldemar Falcão, conferir os verbetes biográficos disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (COUTINHO, 2009) e no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930* (FALCÃO..., 2001).

³⁰³ Nesse estágio de nossa análise e, considerando que esses intelectuais do grupo em estudo, reencontram seus argumentos no raciocínio *bergosiano* do *misticismo dinâmico*, como já descrito anteriormente, é bem provável que eles utilizassem como chave ou suporte discursivo o que Bergson chamou de “*sobrevivência de imagens*”. Para compreender melhor esse conceito, se faz oportuno remontar a investigação de Paul Ricoeur (2007, p.441) sobre a obra de Bergson, intitulada *Matéria e Memória*. Para o autor, fica explícito que na tese bergosiana, o “ato concreto pelo qual reapreendemos o passado no presente é o reconhecimento”, ou seja, para Bergson, nossa lembrança “permanece ligada ao passado por suas raízes profundas, e se, uma vez realizada, ela não sofresse os efeitos de sua virtualidade original, se não fosse, ao mesmo tempo apenas um estado presente, algo que contrasta com o presente, nunca a reconheceríamos como lembrança”. Tudo está dito num tom muito elegante: “contrastar com o presente, reconhecer uma lembrança. É o enigma, inteiramente reafirmado, da presença da ausência e da distância[...] Reconhecer uma lembrança é reencontrá-la. Reencontrá-la é presumi-la principalmente disponível, se não acessível. Disponível, como à espera de recordação, mas não ao alcance da mão, como as aves do pombal de Platão que é possível possuir, mas não agarrar” (RICOEUR, 2007, p.441).

presente que ele se *foi*” (RICOEUR, 2007, p.442)³⁰⁴. Sobre a ótica de Falcão, a “glorificação de Anchieta” era, antes de tudo, o “reconhecimento de nossas origens católicas”, uma origem caracterizada pelo catolicismo de exórdio jesuítico:

Nesse tempo, que deve ser todo de reconsideração histórica, de intrusão e de raciocínio do devotamento e de patriotismo, nesta hora em que estamos trabalhando para a nossa Pátria, mercê da reconstitucionalização do Brasil, acho que não é demais voltar-se esta Assembleia para a contemplação silenciosa do legendário modelo que é José de Anchieta, porque, devo dizer, a obra do extraordinário apóstolo se resume sobretudo ao heroísmo, nessa qualidade que já os gregos atribuíam aos Deuses e, que a religião católica – essa mesma religião de Anchieta – considera no primeiro plano, tanto assim que ela não discute a santidade de nenhum dos seus vultos eminentes senão reconhecendo preliminarmente a hericidade das suas virtudes. Mas que espécie de heroísmo é esse de Anchieta? Seria o heroísmo de pompeia na atmosférica épica das batalhas? Não, Srs. Constituintes; era outra espécie ablimada de heroísmo. O heroísmo dos bravos, nos campos de batalha, sem diminuir, muitas vezes, com a derrota que experimenta sob o torvo influxo das próprias paixões humanas. [...] Vide-o no episódio histórico de Iperoig, diante da impudica ingênua dos indígenas; como ele criava para o futuro num eloquente exemplificação de combate inflexível aos imperativos do instinto e como ele todo se alçou, numa visão radiosa de elevação espiritual e de vontade triunfante, legando aos pósteros a demonstração irresponsável da vitória sobre os impulsos inferiores. E depois, esse heroísmo se voltava para os seus semelhantes. Era educador, era o maestro, era o instructor do selvícola bravo, era o homem que tinha sempre a palavra de amor diante do ódio e sabia vencer a cólera e o desvario dos homens com as palavras de evangelizador, que saíam de sua boca, na suavidade sem par dos seus ensinamentos, como aquelas frases singeladas de beleza com que dominava os indígenas e que eram o segredo melhor dos seus sucessos imortais. [...] E diante da cupidez do colono que, muita vez, se demandava para destruir e para corromper o indígena, era Anchieta que se elevava, sereno na sua fé luminosa, pujante força moral e, dominava, invencivelmente, os poderosos, apostava e defendia o fraco contra o forte e era o melhor amparo, a melhor defesa que os primitivos brasileiros podiam ter ante a força brutal e avassaladora do estrangeiro tiranizador.[...] Assim resumindo as minhas considerações, peço a esta Assembleia que, aprovando o meu requerimento e entregando-se a um instante de silêncio e de meditação [...] Acrescentava, Sr. Presidente, o inolvidável Nabuco, com sobras de razão, que a glorificação de Anchieta era, antes de tudo, o reconhecimento de nossas origens católicas e a renovação do batismo nacional. (O 4º CENTENÁRIO, 1934, p.4).

³⁰⁴ Embasado na filosofia bergsoniana da memória, Ricoeur (2007) retrata a suposta contradição paradoxal da memória: “se o passado tivesse de esperar para não mais ser, se ele não fosse passado imediatamente e agora, ‘passado e geral’, nunca poderia se tornar o que ele é, nunca seria este passado. [...] O passado nunca se constituiria, se não coexistisse com o presente do qual ele é o passado [...]”. Citado pelo autor, Deleuze acrescenta: “Não apenas o passado coexiste com o presente que ele foi, mas [...] é o passado inteiro, integral, todo nosso passado que coexiste com cada presente” (RICOEUR, 2007, p. 442).

Assim, em meio a uma descrição narrativa previsível e repetitiva³⁰⁵, é possível constatar a ligação entre os episódios do passado e os problemas e situações vividas no presente. Embora mantivesse um perfil de “herói salvador”, na perspectiva de Falcão, Anchieta podia ser utilizado, conforme os interesses e as circunstâncias, como um “modelo de autoridade” (GIRARDET, 1987, p.84) em que sua figura, lançada em um passado cheio de cadências pesadas de nostalgia épica, refletindo o chamado “tempo da lembrança” ou “tempo de antes” (GIRARDET, 1987, p.97), poderia se constituir em um eco prodigioso, um protótipo eterno às gerações futuras, que modificaria os jogos ambíguos da memória e ganharia, por consequência, certa nitidez e amplitude coletiva, contribuindo para salvaguardar, reedificar e restaurar o tempo presente marcado pelo liberalismo e pelo comunismo devastador³⁰⁶. Daí, conforme põe em evidência Girardet (1987, p.74), o “discurso legendário” é essencialmente ocupado por princípios de continuidade e estabilidade, por valores de permanência e de conservação. Oposto à imagem de um presente sentido e descrito como problemático, de novidade e de modernidade, ergue-se um “passado absoluto de plenitude e de luz”.

³⁰⁵ Vale aqui considerar, consoante com Chauí (2004) e Barbosa (2011), sobre uma das características do mito no campo psicanalítico. Parafraseando Chauí (2004), o mito, em especial o discurso mitológico, também pode ser explicado como um impulso à repetição por impossibilidades de simbolização ou bloqueio à passagem ao real. Dessa forma, um mito, seja religioso, político, folclórico ou fundador, apresenta-se como uma narrativa, tendo algo de atemporal, mas, também, “se (re)apresenta constantemente como um passado que não cessa, mas que se impulsiona à repetição de si mesmo, refletindo-se (reformando/reformulando) através de conciliações com os novos valores e linguagens do presente, ou mesmo aqueles que visam o futuro dentro de um discurso pedagógico” (CHAUÍ, 2004, p. 21).

³⁰⁶ Na presente circunstância, também convém recordar que Waldemar possuía uma postura política marcada pelo anticomunismo. Exaltava, segundo informações disponíveis no CPDOC (COUTINHO, 2009), no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930* (FALCÃO..., 2001) e no site *Wikipédia* (WALDEMAR..., 2021), os emergentes regimes fascistas e criticava duramente o comunismo, principalmente no Senado. Em 1936, o intelectual propõe uma “reforma educacional pautada em lutar contra os ideais comunistas, com apologia a ascendentes líderes fascistas da Europa” (FALCÃO..., 2001). Das últimas observações acima, se depreende outra característica: o fato de que a referência aos jesuítas no discurso do intelectual deixa definitivamente, aos nossos olhos, de ser uma referência acidental ou simplesmente religiosa. É no modelo jesuítico que a ideologia política de Waldemar retira sua força.

Figura 21- A sessão da Constituinte em homenagem ao padre Anchieta.



Fonte: O 4º centenário... (1934, p. 9).

Efetivamente, o objetivo estratégico desse IV Centenário e de outras comemorações anchietanas era, conforme já salientado, “comemorar o líder”, isto é, “celebrar a autoridade”, para “fazer crer” (ANSART, 1978, p. 214), mas também foi o momento de mobilizar ideais, objetivos, expectativas e esperanças. Um espaço para trocas intelectuais, fluxos de indivíduos e fortalecimento de redes.

Na cultura católica jesuítica, a comemoração do aniversário de Anchieta era uma norma comum entre os militantes. Nos festejos do nascimento, o aniversariante identifica-se com o próprio movimento de fortalecimento da Companhia de Jesus. Negava-se, desse modo, a morte do líder e, ao mesmo tempo, dos ideais da Companhia. A data natalícia representava ainda o surgimento do novo, da criação de uma nova sociedade e de um novo homem, o *homo religiosus*, isto é, um ser humano que se reveste de uma atitude religiosa. Comemorar o aniversário de Anchieta era, então, mergulhar em um tempo sagrado auroral. Ao relatarem a juventude, as glórias, as paixões, os gostos, os dons sobrenaturais e a vida árdua, missionária e apostólica de Anchieta, voltava-se a uma época mítica e primordial, que deixou de ser histórica, mas que reatualizou. Tudo aquilo que se dizia acerca do missionário inaciano, particularmente após 1930, pode ser definido como uma narrativa de vários eventos, como um mito, exemplar.

Na cultura e no imaginário político desses antigos alunos e colaboradores dos jesuítas, e de muitos outros, Anchieta transformou-se em um símbolo, em uma imagem e em um mito. Entre epopeias náuticas e aventuras militares, o heroísmo de Anchieta passava do arquétipo de “marinheiro para a bravura do soldado” e, em seguida, sendo “substituído pelo padre”. O missionário chegou, ao “esmorecerem os campeadores, perplexos diante da mata virgem”, que

um “longínquo sôpro de civilizações remotas povoava de ruídos incompreensíveis”. E esse missionário jesuíta “superior, guerreiro, puro, desarmado, tranquilo, sacudiu o pó das sandálias, arrimou-se a um bordão, empunhou uma cruz, pediu a Deus que afastasse do seu caminho as tentações, e entrou mansamente a floresta brasileira” (CALMON, 1935, p.39). Ao “contrário dos santos extáticos, cujo mundo palpável era o das visões celestiais”, Anchieta “preferiu a ação”, optou “ser vulgar, primitivo como o seu ouvinte roubado à antropofagia” e, para ser entendido, “decidiu ensinar”. “Afinal a sua missão fora esta: tornar a Igreja ouvida aos filhos do mato” (CALMON, 1935, p.50).

Assim, a cada dia, festa ou comemoração, as páginas da imprensa católica eram tomadas por esses textos que exaltavam a figura do mestre jesuíta³⁰⁷. Vale dizer, que as expressivas comemorações do IV Centenário também tiveram a participação de outras instituições, como a Santa Casa de Misericórdia, entidade em que o “grande apóstolo tem o seu nome ligado por laços históricos” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1934, p.9).

Na interpretação do articulista de o *Jornal do Brasil*, foi, sob a direção de Anchieta, que se ergueu no “sopé do Morro do Castelo o hospital que recorreu os marinheiros da armada chefiada por Flores Raldez que aqui arribou com enfermidade a bordo”. Complementarmente, estava, assim, “lançada a pedra fundamental do primeiro hospital do Rio de Janeiro, o mesmo edifício que hoje constitui o Hospital Geral” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1934, p.9).

Entre a vasta produção de homenagens prestadas à memória do herói, encontra-se, ainda, a participação dos colégios José de Anchieta, Ginásio Brasiliense, Pedro II, Rivadávia Correia e do Instituto de Educação, os quais “organizaram várias sessões cívicas, com a presença de cerca de mais de 400 crianças, todo o corpo docente, e grande número de convidados”. No programa geral das festividades, a personalidade do jesuíta é permanentemente privilegiada, sendo sempre lembrada a figura de “professor, catequista, escritor, poeta, comediógrafo, gramático da língua tupi”, pois “de todos esses recursos lançava

³⁰⁷ À vista do exposto, convém transcrever aqui parte do apelo de d. Leme, publicado em *A Cruz*, em 25 de fevereiro de 1934, para que “todos os colégios, comunidades religiosas, associações, paróquias, agremiações” e, principalmente, para que “todos os jornais, revistas e outras publicações”, adotassem “práticas para alcançar de Deus a Beatificação do V. P. Anchieta”. Em relação a esse assunto, d. Leme se posiciona: “Publicaremos as adesões que nos chegarem como estímulo ao fervor dos mais. A todos Jornais, Revistas e outras publicações, rogamos o favor de transcrever, pelo menos parcialmente este apelo e de enviar-nos um exemplar da publicação. Muito de coração invocamos as bênçãos divinas para a Cruzada de Orações em favor da beatificação e canonização do ven. Padre José de Anchieta. Ao revmo. Clero e às comunidades religiosas com empenho recomendamos que nesse movimento de fé religiosa e de patriotismo interessem todas as almas cristãs. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1934. Sebastião. Cardeal Arcebispo” (LEME, 1934, p.3).

mão para melhor se fazer compreender na santa missão de que se fizera paladino” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1934, p.9).

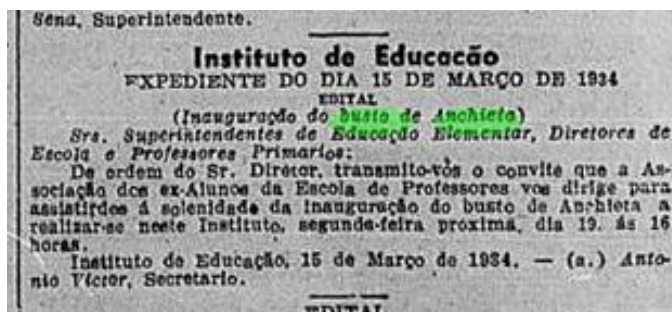
Figura 22 - Alunos da Escola Anchieta na inauguração do retrato do patrono.



Fonte: Linda ... (1934, p.14).

Como já mencionado no capítulo anterior, a AAACJ e a diretoria do Instituto da Educação, em homenagem, ao “grande educador e evangelizador dos primeiros brasileiros”, mandou erguer um busto de bronze sob uma das escadas do corredor que circunda o pátio central. A cerimônia da inauguração realizou-se às 17 horas, do dia 19 de março, com a presença dos representantes do sr. Interventor e de ordens religiosas, dos professores “Anísio Teixeira, diretor da Instrução, Raja Gabaglia, diretor do Colégio Pedro II, Lourenço Filho, diretor do Instituto de Educação, Mario Brito, diretor da Escola Secundária”, entre outros professores, alunos e familiares (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1934, p.9).

Figura 23 - Expediente do dia 15 mar.1934, publicado no *Jornal do Brasil*. Convite aos superintendentes de educação elementar, diretores de escolas e professores primários.



Fonte: Instituto ... (1934, p.23)

Figura 24 - Um aspecto da inauguração do busto de José de Anchieta no momento de retirar a bandeira do Instituto de Educação que o envolvia.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.9, 20 mar. 1934.

Figura 25 - Ao alto, o grupo no Itamarati, por ocasião da sessão com que foi comemorado o 4º centenário de Anchieta. Ao centro do grupo, o embaixador Cavalcanti de Lacerda (1880-1950), ministro interino do Exterior. À esquerda, o embaixador do Chile e, à direita, d. Leme e Fernando Magalhães. Ao centro da imagem, a inauguração do busto de Anchieta no Instituto de Educação. Em “oração”, no centro ainda, o intelectual Afrânio Peixoto. Embaixo, a sessão no Convento de Santo Antônio no instante em que falava o professor Jonathas Serrano. Vê-se na foto a cadeira de Anchieta.



Fonte: [Fotomontagem...] (1934, p. 29).

Em síntese, na pesquisa que embasa este texto, são muitos os indícios relacionados ao processo de elaboração do perfil heroico de Anchieta, com elementos de valorização de sua pessoa (dimensão sacrificial e humanitária) e de sua atuação como mestre e professor. Não é difícil constatar as possibilidades de aceitação dessa representação – e, também, de sua manipulação – junto ao professorado católico, a partir de uma percepção deste Anchieta que, apesar das eventuais desvantagens de natureza material ou social, isto é, das condições precárias para se lecionar em um cenário de “natureza tropical” no meio de “tribos selvagens”, “ousadas e ferozes, alimentadas de carne humana” (CALMON, 1935, p.39), consegue superar tais condições adversas; que apesar de portar uma “figura aleijada e desprezível” (LIMA, 1935,

p.142), de ser “humilde” e conhecido por sua “debilidade congênita e fraqueza” (LIMA, 1935, p.106), poderia simbolizar as conquistas, a renovação, a formação de toda uma nação.

Este seria, conforme sinalizou Bauzá (2007)³⁰⁸ citado por Fonseca (2002, p. 450), “o principal traço definidor e mais valorizado de um herói”, ou seja, “el móvil ético de su acción, fundado éste en un principio de solidaridad y justicia social”, e, por isso, tomado como arquétipo por suas ações.

“Eis porque é missionário perfeito e santo do Brasil!” dizia, Pedro Calmon, com entusiasmo. “O amor da paz dá-lhe à catequese o sentido político e a conduz entre os gentios ferozes, que desarma, colonos amotinados, que tranquiliza aldeias em desordem que acalma e reedifica” (CALMON, 1935, p.41). Eis a hierarquia superior, virtuosa e plena de qualidades educativas desse representante da Ordem jesuíta. Nota-se, que é próprio do discurso mítico de Calmon e de outros militantes do *jesuitismo* essa “alocução exaltada” e arquetípica daquilo que Girardet (1987, p.79) chamou de “chefe profético”. Esse “modelo ou arquétipo do profeta”, que segundo o autor não é caracterizado como “um simples representante ou o simples executante de uma vontade geral”, é na verdade, a sua própria encarnação, no sentido mais profundo e religioso do termo:

encarna-a na totalidade de suas dimensões sociais; encarna-a também na totalidade de seu destino histórico, em seu presente e em seu futuro. Perder-se nele é, sem dúvida, renunciar à identidade individual; mas é reencontrar, ao mesmo tempo, a integridade coletiva, a fusão íntima e indissolúvel com a comunidade mãe (GIRARDET, 1987, p.79-80).

Nesses termos, Anchieta em si mesmo, e apenas ele, é, no presente como no futuro, a realidade de um *partido*, da própria Ordem e de sua missão, que se resume a propagar a fé e expandir o catolicismo pelo saber, *ad majorem Deum gloriam!* [para maior glória de Deus!]. Ele próprio, conduzido pela associação de companheiros irmanados pela vocação da qual se dizem comissionados, por uma espécie de impulso sagrado, guia e educa o povo brasileiro pelos caminhos futuros. Anchieta é uma voz que vem de longe, do alto (em termos de sua posição em uma hierarquia), que revela o que deve ser visto e reconhecido como verdadeiro.

Esses valores, crenças e imagens que compunham esse *leque das virtudes*³⁰⁹ jesuíticas eram metodicamente partilhadas e lembradas entre os militantes do período. O sentido ou

³⁰⁸ Como assinala também Luis Gil (2007, p.9) em sua apresentação a *El mito del héroe de Bauzá*: “La figura del héroe, como la del santo, más que mitos son arquetipos culturales heredados de un pasado remoto en los que la realidad histórica y los embellecimientos de la imaginación se han imbricado inextricablemente. Como tales arquetipos, sirven de ideas-motrices desde el momento en que una sociedad los toma como modelos de conducta”. Gil (2007) e Bauzá (2007).

³⁰⁹ Emprestei a expressão de Jorge Ferreira (FERREIRA, 2002).

função política que teve essa reatualização³¹⁰ militarizada³¹¹ da *missão* inaciana no âmbito da educação nesses anos iniciais da década de 1930, parece ter se constituído como uma espécie de *modelo exemplar* (GIRARDET, 1987) para a conduta do professorado, como veremos mais adiante, surgiam da hierarquia católica superior, dos membros da AAACJ e, principalmente, dos seus dirigentes máximos, como os já citados Marcel Renaud, SJ, Leonel Franca, SJ, Dainese, SJ, José Maria Natuzzi, SJ, José da Frota Gentil, SJ, Louis Riou, SJ, Edmundo Mousaert, SJ, entre outros. Essas evidências, contudo, merecem uma reflexão mais pormenorizada.

Em matéria publicada no jornal *A Cruz*, em 11 de março de 1934, por exemplo, o jornalista buscou essa aproximação de Anchieta como um modelo de referência nacional ao professorado. No subtítulo, “Associação dos Professores Católicos”, descreve, resumidamente, todo o programa apresentado por Alcina Backheuser referente às comemorações em que a APC homenagearia “o primeiro mestre da cultura íncola”, pauta que incluía eventos como a missa campal na praia do Russel e o ciclo de conferências no IHGB, na ASB e ABE, entre outras, festividades já detalhadas anteriormente no Quadro XIV. Contudo, em suas considerações finais, o articulista expõe aquilo que, ao seu ver, ficaria “faltando” entre todos esses festejos, isto é, aquele “esforço a mais” para erguer ao “devido pedestal da consagração nacional o humilde mas grande padre Anchieta” - a sua consagração em todas escolas públicas e privadas do país.

A todas essas homenagens fica, talvez faltando uma que por nenhum motivo deveria ser olvidada: a sua consagração em todas escolas municipais e particulares. Ninguém mais digno dela que o sacerdote que também foi o primeiro mestre da escola nacional. É de presumir que os frutos do laicismo impenitente o não tenham ainda deixado descobrir (IV CENTENÁRIO, 1934, p.1).

Complementarmente, entre muitos *sinais* empíricos, a obra “Quinzena Anchieta. A Acção Social Brasileira pela voz: Brasil a Anchieta (1534-1934)”, de autoria da presidente da ASB, pode ser considerada um “pano de fundo” para a expressão e posicionamento político

³¹⁰ Segundo Bronislaw Baczko (1985, p. 309) cada época ou período histórico tem suas “modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, como também “modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar”. É dentro dessa definição que o termo “reatualizar” deve ser interpretado.

³¹¹ De acordo do Peri Mesquida (2013), a Companhia de Jesus, desde o ato de sua fundação, esteve preocupada em utilizar o saber para reproduzir e expandir a doutrina católica. Seus membros “militavam como soldados de Deus” para fazer propagar a fé. Dessa maneira, o ensino passou a ser uma arma e a “grande vocação dos soldados da Ordem, a qual, diferente das ordens monacais, seria uma ordem missionária a anunciar ao mundo a palavra de Cristo pelo Logos do saber, em instituições formais de ensino e pela catequese como educação informal, justamente quando a Igreja precisava de uma Ordem educadora para fazer frente ao protestantismo, no movimento de contrarreforma, oficializado pelo Concílio de Trento (1545-1563), mas em operacionalização desde 1520” (MESQUIDA, 2013, p. 238).

desse grupo em estudo. Vale a pena resgatá-lo, apesar de sua extensão, priorizando os textos que possibilitem identificar a estratégia de (re) construção simbólica em torno da figura do professor jesuíta. Note-se que este é também um ponto de partida propício a uma análise da apropriação católica dos significados da Escola Nova por esses intelectuais, que, ao recontextualizá-los estrategicamente sob a imagem do inaciano, objetivavam legitimar a posição da Igreja, do *partido jesuíta*, como instância mais adequada para dirigir a educação.

Evidentemente, tal *sinhal* também poderá ser melhor compreendido mais adiante, quando for tratada a questão do *catecismo jesuíta* ou do *catecismo político* (seção 7). O importante, agora, é considerar, em consonância com Baczo, que empregar tal poder simbólico não consiste apenas em acrescentar “o ilusório a uma potência real, mas sim duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação de símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de poderio” (BACZO, 1985, p.299). E por isso era tão importante para esse grupo de intelectuais reunidos nesses eventos inacianos, não apenas reconhecer e idolatrar Anchieta, mas era mister seguir-lhe os passos. O papel de Anchieta na representação histórica desse grupo de intelectuais católicos, foi o de símbolo da religiosidade e da educação cristã na América Portuguesa. Uma imagem que deveria ser utilizada para fins de legitimação histórica, tanto de forma retrospectiva, para fundar uma ordem tradicional, quanto prospectiva, para fazer do passado Anchietano o início de um novo futuro para o Brasil.

6.1.2 Como se fabrica um herói católico para educação? A Quinzena Anchieta da Ação Social Brasileira (1934).

O **professor, mestre** da índia a quem iniciava nas primeiras letras e dos próprios companheiros, inclusive do superior Manuel de Paiva, aos quais ensinava latim, era um menino de dezenove anos, simples irmão ainda, no princípio de um apostolado que duraria quase meio século, ao longo da costa e sertão a dentro, no combate incessante contra os vícios da gente e as asperezas da terra. De forma que, passados quatro séculos do nascimento do Taumaturgo, a **Ação Social Brasileira** realiza a melhor das comemorações, promovendo a construção do Edifício Anchieta, destinado ao prosseguimento da obra de cultura, de que o Canarino, **professor** e dramaturgo, foi o maior operário no ambiente rude da terra recém-descoberta. (MACHADO, 1934, p.82, grifos meus).

Diferentemente das conferências Anchietanas idealizadas por Eduardo Prado em São Paulo, em 1896, por ocasião do terceiro centenário da morte de Anchieta, a quinzena organizada em 1934, na cidade do Rio de Janeiro, pelo grupo ASB chegou a seu termo³¹².

Suas palestras foram publicadas na imprensa periódica, principalmente nos jornais: *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Jornal*, *A Batalha*, *Diário de Notícias* e *A Noite*, e contaram com a participação da Radio Philips e da Radio Club do Brasil³¹³. Esta última proporcionou a divulgação da quinzena em seu programa *A Voz do Brasil*, com a presença de diversos oradores, entre eles: Afrânio Peixoto, José Piragibe, Leontina Licínio Cardoso, Hildebrando Gomes Barreto, Marquês Pinheiro, Jonathas Serrano, Pedro Calmon, Afonso Celso, Augusto de Lima, Antônio de Alcântara Machado, Amélia de Rezende Martins, Padre Leonel Franca, Max Fleiuss, Theodoro Sampaio, Jorge de Lima, Maria Eugênio Celso, Virgílio Corrêa Filho, Marieta Lopes de Souza, Frei Sinzig³¹⁴.

Como resultado, o conteúdo da quinzena foi compilado em um livro denominado: Quinzena Anchietana. A Ação Social Brasileira pela Voz do Brasil a Anchieta (1534-1934) (Figura 26). O livro, datado de 1934 e publicado pela *Officinas graphics Almanak Laemmert*, tinha entre seus objetivos “explicar ao povo brasileiro como se organizou a Quinzena Anchietana pela ‘A Voz do Brasil’” (MARTINS, 1934, p.5), bem como apresentar três assuntos principais, “eminentemente patrióticos” (MARTINS, 1934, p.15): o louvor e a glorificação de Anchieta em comemoração ao ano centenário de seu nascimento, a reivindicação da beatificação e a subsequente canonização da figura homenageada e o apelo para a concretização do projeto da associação Ação Social Brasileira – a construção do edifício Anchieta.

A obra reuniu quinze artigos, organizados da seguinte forma³¹⁵: I. Apresentação da Quinzena Anchietana (Amélia Rezende Martins); II. Trecho da introdução às Cartas de Anchieta (Afrânio Peixoto); III. Anchieta Santo querido do Brasil (Amélia Rezende Martins); IV. Anchieta creador do Theatro Brasileiro (Marques Pinheiro); V. O Professor José de Anchieta (José Piragibe); VI. Bandeirante Santo (Leontina Licínio Cardoso); VII. Anchieta

³¹² Organizadas por Eduardo Prado (1860-1901), as Conferências Anchietanas deveriam contar com um número considerável de intelectuais que eram, em sua maioria, monarquistas ou clérigos da Igreja Católica. Todavia somente seis conferências foram pronunciadas e apenas nove foram escritas. Um dos motivos para que isso tenha ocorrido foi a fuga de Eduardo Prado para o exterior. Sobre as conferências de 1896, ver: Giarola (2014).

³¹³ De acordo com informação presente em site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Rádio Clube do Brasil, a SQIB, fundada em 1º de junho de 1924 pelo diretor-técnico da Rádio Sociedade, Elba Dias, foi a segunda emissora carioca. Dias entendia que, além de cultural, o rádio deveria ser também comercial e, nesse sentido, solicitou e autorizou a veiculação de propaganda das firmas que colaboravam nas realizações dos programas. Durante os dias da semana, foi acordado que haveria um revezamento entre as Rádios Sociedade e Clube nas transmissões, não funcionando aos domingos. Ver: Ribeiro (2003).

³¹⁴ Conferir aspectos biográficos dos intelectuais citados em: <https://intelectuais.com.br>.

³¹⁵ Nas transcrições, manteve-se a grafia original, conforme o índice dos capítulos.

Santo do Brasil (Pedro Calmon); VIII. Trechos do Poema da Virgem (José de Anchieta) e Volta ao Brasil, Anchieta! (Amélia Rezende Martins); IX. Anchieta e a Musica – Instrumento de Catequese (Augusto de Lima); X. Algumas palavras em torno de Anchieta (Wanderley Pinho); XI. Anchieta (Celso Vieira); XII. Anchieta e a Alma Brasileira (Fernando Magalhães); XIII. Anchieta a maior figura da nossa Historia moral (Jonathas Serrano); XIV. Anchieta apostolo da Paz (Amélia de Rezende Martins); XV. Para a Quinzena Anchietana (Antônio de Alcantara Machado); Anchieta e a Palavra (Hildebrando Gomes Barreto); A Acção Social Brasileira e a Quinzena Anchietana (Amélia de Rezende Martins), Edificio Anchieta (Affonso Celso); Anchieta! (Amélia de Rezende Martins).

Figura 26 - Capa da obra “A Quinzena Anchietana”, seguida da gravura de Anchieta na escola de Piratininga (1554).



Fonte: (MARTINS,1934)

No discurso de abertura, proferido por Amélia de Rezende Martins, em 12 de janeiro de 1934, a autora consagra que “Anchieta foi um descendente nobre da fidalguia hespanhola”, que tinha possibilidades de “vida tranquila, no bem-estar material”, e tudo abandona para atravessar os mares e se vir “embrenhar pelas nossas selvas inhospitas”, catequizando as “féras humanas” e “seres animalizados os Tamoyos cruéis” (MARTINS, 1934, p.15-16). Para Martins, era indispensável que, pelo bem da nação, Anchieta fosse adotado como figura tutelar do então tempo presente, sendo uma questão de dever, de uma “homenagem por demais retardada”, a glorificação e exaltação do “apostolo jesuíta, futuro Santo do Brasil” por todas as formas, a fim de retemperar a alma nacional (MARTINS, 1934, p.16).

Utilizando determinados apelos, tais como “poeta”, “mestre”, “catechese”, “índios”, “santidade” e “apostolo do Brasil” (MARTINS, 1934, p.16), Martins argumenta que Anchieta foi um “admirável educador”, “mestre superior” das mais variadas modalidades, “filho dileto da Companhia de Jesus” que “lançou mão de todas as artes para auxiliar o ensino”. Nestes termos, convida todos os brasileiros a ler os originais de Anchieta:

Lêde a sua vida... acompanhae-lhe os trabalhos...os sacrificios... os milagres! Anchieta foi um dos maiores fundadores da nossa nacionalidade...foi o grande amigo do Brasil unido, foi Apostolo, foi politico, foi poeta, foi professor... Lançou mão de todas as Artes para auxiliar o ensino [...] Não cabe nos limites de uma pequena palestra, quanto fez Anchieta! Em longos e admiraveis discursos do Instituto Historico, oradores illustres vão successivamente apresentando a nobre figura de Anchieta, sob as mais variadas modalidades, e em cada uma avulta a grandeza do filho heroico, do filho insigne dileto da benemérta Companhia de Jesus! (MARTINS, 1934, p.98-99).

Para a presidente da ASB, os princípios escolanovistas³¹⁶ relativos às funções da escola em face das novas exigências sociais eram, na verdade, princípios pertencentes ao catolicismo há séculos. Sob essa ótica, Anchieta era o “precursor da Escola Nova”:

Para catechese, para a educação, para a formação moral do povo nativo, lançou mão, o clarividente Apostolo, de todas as Artes, a musica que abrande o sentimento, a poesia que grava pela cadencia, o theatro que corrige, recreando. Assim foi **Anchieta um precursor da Escola Nova**, e o ensino pratico que instrúe sem fadiga, e que ele tão bem soube aplicar, dá-lhe o direito a um pedestal, entre os educadores Brasileiros!...E esse pedestal deverá ser erguido, Brasileiros todos que me ouvís, na Esplanada do Castello, no mais nobre local desta cidade, e não acreditamos que o Governo que nos rege os destinos e tem a responsabilidade das responsabilidades do Brasil, se furte à

³¹⁶ Um traço marcante das retóricas dos intelectuais, no período delimitado pela pesquisa, é citar a proposição geral do tema *escola nova* sempre em referência a um conjunto de princípios. Em diferentes jornais e revistas é possível identificar uma aproximação entre os termos “princípios e escola nova”, no sentido de caracterizar o movimento não apenas como um novo tratamento dos problemas educacionais, mas sim como uma soma de princípios propensos a rever o trabalho escolar, suas condições e resultados. A esse respeito, ver, por exemplo: Educação... (1934, p. 14); Círculos... (1935, p. 24); Educação... (1936, p. 14); Transcrições... (1936, p. 14); Fiscalização... (1932, p. 4); V Semana... (1932, p. 7); As diretrizes... (1933, p. 4); Curso... (1933, p. 10); REVISTA *A Escola Primária*, Rio de Janeiro, ano 16, nº1, p. 10, abr. 1932; REVISTA da Semana, ano 23, nº 36, p. 24, 20 ago. 1932; e REVISTA *O movimento Brasileiro*, ano 2, nº13, p.12, jan.1930. Diga-se, ainda, que o uso da expressão “princípios da escola nova” também pode ser evidenciado na proposição de Lourenço Filho em sua obra *Introdução ao estudo da Escola Nova*, em seu capítulo I, intitulado “O movimento da escola nova e suas bases históricas”. Nele, Lourenço Filho aponta que a expressão *escola nova* adquiriu um amplo e variado sentido no transcorrer da história. Dessa forma, ela não estava apenas relacionada a um só tipo de escola e sistema didático determinado, mas tratava-se de um “conjunto de princípios tendentes a rever as formas tradicionais de ensino”. Ainda segundo o autor, tais princípios, inicialmente, derivaram de uma nova compreensão de necessidades da infância, inspiradas, sobretudo, em conclusões de estudos da Biologia e da Psicologia. Mas alargaram-se, posteriormente, relacionando-se às funções da escola em face às novas exigências advindas das mudanças sociais (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 17). Sobre a escola nova católica, ver: SGARBI (1997; 2001); ROSA (2017) e GONÇALVES (2018).

satisfação, à glória, de ligar o seu nome a esta iniciativa de tão avultado patriotismo! (MARTINS, 1934, p.16, *grifo meu*).

Mais adiante, a autora também declara:

Foi Anchieta um admirável educador... do Céu onde está, e dos altares para onde breve deverá subir, fará descer a sua benção, a sua proteção, os seus sorrisos, sobre a glorificação que lhe será feita, na obra que continuará a sua obra, toda cheia de coração, de generosidade, de amor a este Brasil que tanto precisa do amor sincero e desinteressado de todos os seus filhos! Chama-se essa obra, queridos ouvintes da minha terra, a “Acção Social Brasileira”! (MARTINS, 1934, p. 17).

Percebe-se que nesta construção do estereótipo do jesuíta, como professor ou precursor da Escola Nova, Martins e os demais colaboradores da Quinzena não tentam despojar a figura de Anchieta de toda história. Nesta apresentação de imagens, é possível observar a ligação entre a narrativa mítica, com os traços e características pessoais e específicos de Anchieta, e a conjuntura histórica em que viveu o personagem. A autora do excerto acima, por exemplo, já o consagra como “santo” ou mestre “de todas as Artes [...] do ensino prático”, pela referência que faz aos trabalhos anteriormente publicados – os “verdadeiros documentos da história do Brasil”. Dirá a autora: “Lêde a sua vida... acompanhae-lhe os trabalhos...” e daí-lhe “o direito a um pedestal, entre os educadores Brasileiros!” (MARTINS, 1934, p.98).

A respeito desse aspecto, Girardet (1987, p.82) afirma que, quando os discursos tendem a se aproximar das “características biográficas da figura legendária”, significa que a narrativa pertence ao domínio do imaginário mitológico, e quanto maior é o tempo de existência do mito mais esses traços tendem a ser reforçados, ao mesmo tempo em que reforçam também sua permanência no imaginário coletivo. Para o autor, *ver detalhes biográficos* nunca é completamente arbitrário e fatalmente remete a intenções e representações que se aproximam do centro ideológico e político. Na ênfase do autor,

quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais se deve esperar, aliás, ver os detalhes biográficos, as características físicas ganhar importância [...] se o mito não pode deixar de conservar a marca do personagem em torno do qual ele se constrói, se, engrandecendo-o, tende a assegurar através do tempo a perenidade de traços específicos que são os de sua fisionomia, não pode deixar, por outro lado, de depender ele próprio, em sua forma como em seu conteúdo, das circunstâncias, historicamente delimitadas, nas quais é elaborado. Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. [...] Marcado, condicionado pelo contexto fático em que se desenvolve, o mito pode assim

aparecer, e de maneira mais sugestiva ainda, como uma espécie de revelador ideológico, reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade. (GIRARDET, 1987, p.82-83).

Em linhas gerais, a reunião de intelectuais em torno do evento funcionou, igualmente, como um importante espaço de sociabilidade, privilegiado por trocas intelectuais e, também, o lugar onde os jesuítas ocupavam uma especificidade própria: a ideia de que, a partir do desembarque dos primeiros membros da Companhia de Jesus “pelas nossas selvas inhospitas, no sertão virgem e aspero, onde a humanidade contemporânea da primitiva tréva, se embriagava de primavera e crime” (MARTINS, 1934, p.47) iniciava-se um caminho de civilização latina cristã, na verdade, originava-se a própria história do Brasil. Conforme explicita Marques Pinheiro, em seu texto “Anchieta criador do teatro brasileiro”:

Bem razão tinha Capistrano de Abreu em dizer que não era possível escrever a História do Brasil, sem que antes se escreva a História da Companhia de Jesus [...] Si o culto do passado, si o orgulho que devemos ter pelo que constitui o patrimônio das nossas tradições não arrefecer, não parece estarmos longe de poder, com segurança, dizer que estamos agora começando a escrever a História do Brasil (PINHEIRO, 1934, p.31-32).

Parafraseando com Giarola (2014), é possível afirmar que tanto para os monarquistas-católicos do *III centenário de Anchieta* (1896), como para os intelectuais da quinzena de 1934, a chegada dos jesuítas coincidia com a centralização do poder político, por meio da formação do primeiro Governo Geral, chefiado por Thomé de Souza. Ou seja, no momento em que a Coroa portuguesa decidiu coordenar a exploração da Colônia de maneira mais efetiva, veio para o Brasil uma ordem religiosa para facilitar o processo através da catequização das “fêras humanas e dos seres animalizados - os Tamoyos cruéis” (MARTINS, 1934, p.79).

Um outro consenso secretado nessa rede de sociabilidade era o de que nessa viagem cheia de aventuras singulares empreendidas pelos jesuítas no Brasil, esses religiosos eram, sem dúvida, os patriarcas da civilização, o ponto de partida do ciclo da brasilidade. Nesse sentido, os membros da Companhia de Jesus eram aqueles que fundiram a “raça” europeia com a americana por meio do bandeirantismo. Nas palavras de Leontina Licínio Cardoso, Jonathas Serrano, Fernando Magalhães, Amélia de Rezende Martins e Antônio de Alcantara Machado, Anchieta foi o “Bandeirante das almas”, o “Bandeirante santo”, aquele que, junto a outros doze jesuítas, em janeiro de 1554, galgou por ordem de Nobrega a serra de Paranapiacaba para fundar o povoado de Piratininga, iniciando-se assim a fundação de São Paulo. E, nesse quadro, os paulistas tinham a “sorte da civilização latina e cristã” (MARTINS, 1934, p.24), visto que

a preservação da “raça” formada pelos membros da Companhia de Jesus foi fruto de uma “combatividade religiosa do jesuíta que contribuiu para o insucesso das incursões exóticas” e para a “expulsão definitiva dos holandeses do Nordeste, que quasi cem anos mais tarde, tentaram arrancar o Brasil ao circulo da influensia mediterrânea” (VIEIRA, 1930, p.11).

Nessa conjuntura intelectual, o Rio de Janeiro não ficava aquém. Na verdade, para o grupo da quinzena de 1934, o bandeirante Anchieta era aquele que, junto aos portugueses, mamelucos e índios, também iniciou a fundação da cidade tropical e, nesses termos, o Rio de Janeiro também coadunava da formação embrionária da nacionalidade, sendo a prova de tal feito era a Carta XIV, de 1563.

A Carta XIV, de 1563, contando o assalto dos Índios a Piratininga, é tão vivida, que o leitor brasileiro, com o coração batendo, ainda sabido o resultado, se confrange aflito pelo termo da peleja, como se vacilasse um instante, a sorte da civilização latina e cristã em São Paulo. Quaisquer que tenham sido outros ofêgos de respiração, coração apertado, alma aflita que a sorte de São Paulo tem dado, aos Brasileiros que sabemos querer devidamente o melhor de nossa Patria, foi o Padre José de Anchieta quem, comunicando, pela primeira vez, este estado de transe, deu também a confiança da vitória final, na fé e na certeza. Epica esta pagina de Historia do Brasil! [...] outra Carta XV de 1565, que relata a paz difícil, com os Tamoios. Para que ler V0arnhagen, o Historiador? Ou Magalhães, o Poeta? Anchieta viu, foi o refén, sentiu e sofreu, esperou e alcançou: leiam nas escolas essas Cartas XIV e XV, para estimular o patriotismo nacional! (PEIXOTO, 1934, p.24-25).

Ressalte-se, por oportuno, que nesse mesmo artigo transcrito acima, “Trecho da introdução às Cartas de Anchieta”, publicado em 13 de janeiro de 1934, Afrânio Peixoto também afirmou sobre a importância de se trabalhar o conteúdo dessas missivas nas escolas públicas cariocas, visto que tais correspondências não eram apenas “documentos de Historia”, mas, eram “alguma coisa mais, que ainda vive: a Historia que não passou, que não é apenas recordação, pois que vive na emoção de um testemunho, um actor, José de Anchieta” (PEIXOTO, 1934, p. 25). Imputava Afrânio Peixoto:

Mas ha mais, si é possivel...Ha a Historia nascendo, renascendo à nossa vista! Assiste-se à fundação do Rio de Janeiro... É a certidão de batismo do Rio, a Carta XVI. Não sei como ela não é lida nas escolas publicas, cada 20 de janeiro ou 1 ° de março... Nasce o Rio de Janeiro nas páginas de Anchieta! Essas Cartas não são apenas documentos de Historia, são alguma coisa mais, que ainda vive: a Historia que não passou, que não é apenas recordação, pois que vive na emoção de um testemunho, um actor, José de Anchieta! (PEIXOTO, 1934, p.24-25).

Ante o exposto, é válido ainda imiscuir no pensamento análogo desse grupo, expresso por colaboradores dos jesuítas, que os fitos da quinzena também passavam por uma construção de um símbolo, de um herói nacional de referência católico-jesuítica, de modo que o professorado pudesse se identificar cada vez mais com a educação cristã. Assim, dizia Wanderley Pinho³¹⁷, em “Algumas palavras em torno de Anchieta”:

“Mestre” – aprendeu célere, disciplinou em artinhas, ensinou, escreveu a língua dos Índios, que era a língua do Brasil, e foi o precursor da literatura pátria.

“Poeta e musico” – andou encantando as almas simples com trovas ingênuas, tocadas de fé, cantos e hymnos que attrahiam de sua selvatica bruteza a alma seduzida dos íncolas.

“Apostolo” – entrava pelas aldeias de cruz alçada e animo resoluto, para acolher, convencer, perdoar compassivamente.

“Abnegado” – curava as chagas, sangrava os enfermos, extrahia espinhos e levantava espinhelas, lavava pestosos, com a caridade corajosa de quem não teme males nem morte.

“Heróe” – do mais heroico dos heroismos, o que se compõe de coragem paciente, tenaz e fria, e não de audácias exaltadas, entrega-se à discreção, em refem a fereza dos barbaros e com Manoel da Nobrega espera o martyrio final que os vigia dia e noite.[...] Elle era bem isso com que a tradição o destaca e o corôa: – “um santo”, isto é, um justo, um puro, um corajoso, um sacrificado. Tomam-n’o hoje como exemplo e patrono. Uma utilíssima instituição social procura repetir os seus exemplos. Quem nos déra um punhado de homens assim, nestes nossos dias inquietos e sombrios?! Jesuitas daquelle tempo – humildes, rôtos, pobres, esmoleres; – grandes, immensos, dominando em nossa historia por quase quatro seculos! (PINHO, 1934, p.62).

O artigo de Jonathas Serrano, “*Anchieta a maior figura da nossa história moral*”, apresentado, no dia 24 de janeiro de 1934, é o mais expressivo desta perspectiva pedagógica personalizada, integral e filtrada pelo jesuitismo. No trecho abaixo, é evidente o processo de heroificação do personagem, a fim de torná-lo um arquétipo de valores e inspiração ao professorado católico:

Primeiro poeta, primeiro gramático, primeiro autor teatral, historiador e psicólogo, diplomata e santo, precursor da mais moderna e admirável das didáticas entre a indiada desnuda e antropófaga, observador atento da flóra e da fauna e também dos escaninhos mais recônditos dos rudes corações selvagens, poliglota e humanista entre os mais brancos dos discípulos,

³¹⁷ De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967) “fez os estudos secundários no Ginásio Arquiepiscopal e no Colégio Florêncio, ambos em Salvador, diplomando-se em ciências jurídicas e sociais em 1910 pela Faculdade Livre de Direito da Bahia”. Além disso, foi também “presidente de honra do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e terceiro-vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)”, “pertenceu ao Instituto Genealógico da Bahia, à Associação Brasileira de Educação, à Sociedade dos Artistas Brasileiros e à Academia de Letras da Bahia” (CPDOC, 2009).

Anchieta – a pregar, a ensinar, a poetar, a ensaiar, a dramatizar em múltiplos idiomas,- já teria sido, no cenário maravilhoso do Brasil nascente, uma figura gigantesca, um vulto excepcional, nobilitante de todo nosso passado. Ele foi tudo isso, porém, e foi mais ainda: - Bandeirante das almas, desbravador das brenhas mais densas da ignorância e dos vícios bárbaros, pioneiro sublime das bem-aventuranças, Anchieta é, sem dúvida possível, a mais rica, a mais complexa, a mais representativa das personalidades da nossa história moral (SERRANO, 1934, p.73-74).

Dialecticamente, José Piragibe complementava, em seu texto “O professor José de Anchieta”:

Que é o professor? Que é o mestre? Anchieta não tinha uma hora do dia em que não se dedicasse aos labores do ensino[...] faltavam os livros? Anchieta era autor de livros, era a máquina de imprimir, e tirava das lições tantas cópias, quantas as necessárias para distribuí-las pelos discípulos. Diálogos, hinos, cânticos, a gramática e o vocabulário da língua tupi, tudo era feito por ele nas horas em que todos dormem [...] (PIRAGIBE, 1934, p.38).

O que se verifica por essas disposições é que no desempenho do papel histórico, que o destino lhe preparava, Anchieta sobrepuja todos os outros protagonistas desse drama de incalculável alcance nos destinos do Brasil, por uma extraordinária combinação da força propulsora do idealismo místico e de notáveis aptidões práticas e executivas. No “grande missionário” se configuraram os instrumentos estratégicos de uma eficiente colonização ibérica católica; na imagem de Anchieta transparecem a mentalidade e a fisionomia moral dos paladinos da teocracia, formados na escola de Loyola e na disciplina de Calvino. Na imagem de apóstolo e de primeiro mestre do Brasil, Anchieta foi aquele que utilizou-se do teatro, da poesia e da música como meios de persuasão e como instrumentos poderosos para a catequese e civilização do “povo gentio”, e, nesse contexto, para os católicos, nada mais justo,

que suba, quanto antes, aos altares, o grande santo de nossas selvas. Que peçamos o seu auxílio para formação da consciência de nossa nacionalidade, neste momento em que urge, mais do que nunca, formá-la à luz da doutrina de Cristo as nossas massas de analfabetos, o nosso povo ignorante dos ensinamentos cristãos, a nossa mocidade incauta e desprotegida, pedindo-lhes que tome sob sua proteção especial o problema da educação na nossa terra (MARTINS, 1934, p.44).

Por fim, espera-se, que tenha ficado suficientemente esclarecido que, para esses intelectuais reunidos no evento era fundamental e eminentemente mais prático que os jesuítas assumissem o direcionamento da educação, tal como o fizeram no “Brasil colonial” com seu “herói pedagogo” e “mestre inextinguível Anchieta”. Como num processo de identificação de um destino individual e de um destino coletivo, para esses militantes, o “Brasil de hoje”, deveria

entregar aos jesuítas, como outrora: as suas “massas de analfabetos”, o “povo ignorante dos ensinamentos cristãos”, a “mocidade incauta e desprotegida”, pedindo-lhes que lhes “tome sob sua proteção especial o problema da educação na nossa terra” (MARTINS, 1934, p.44).

Dito isso, é preciso finalizar essa primeira parte da seção. Entretanto, é importante reabrir uma via para a crítica. Proponho, então, fazer uma digressão por alguns aspectos do que se passou, principalmente, acerca de algumas características estruturais e ideológicas desse processo de fabricação mítica.

As evidências acima descritas, podem provocar uma aparente ideia cristalizada de coesão absoluta do grupo católico, sugerindo, por exemplo, uma suposta ausência de nuances e pontuais divergências nesse processo de reelaboração histórica em torno das *representações* de Anchieta ou *invenções* em torno dele, como símbolo político e referência ao professorado católico. A título de antecipação do que é discutido em detalhes no próximo e último tópico, a posição assumida aqui é a mesma de Gramsci (2011, p.157), isto é, a de que “nem mesmo os jesuítas são perfeitamente homogêneos”.

No fundo, quando se observa mais atentamente, foi possível perceber que, entre esses sujeitos envolvidos, a reabilitação da memória do padre como “santo, herói e mestre” não foi totalmente consensual, na verdade, foi difusa e conflituosa. Se as exigências pessoais, assim como o metabolismo dos grupos humanos, devem, ser analisados por meio de “*geometrias variáveis* em que parte daquelas e destes também é variável”, como diz Sirinelli (2014, p.106). E, que é justamente nesse cruzamento do interesse pelo individual e pelo coletivo, pelo singular e pelo geral, que se encontram, notadamente, os segmentos do mundo do político, ou melhor, da própria história política. Então, a presente pesquisa não se pode furtar ao seu próprio objetivo, é preciso reter a atenção no exame das tensões ou possíveis divergências que ocorrem dentro do grupo, analisando as ideias que podem alimentar esses confrontos internos. É preciso, dentro dos limites impostos pelas fontes, reconstituir a cultura e o imaginário político desses intelectuais, ressitando-os, também, nessas *geometrias variáveis*, observando como se articulam frente à reabilitação da memória de Anchieta. É o que se pretende apresentar brevemente a partir das linhas abaixo, afinal, nem todos os colaboradores dos jesuítas concordavam com esses *mitos lendários* que insistiam em voltar.

6.2 Antinomias jesuíticas e exageros míticos... Santo, herói ou mito?

Os mitos que voltam [...] e a tendência do **jesuitismo** em fazer de **Anchieta**, um profeta e a figura lendária do Sumé (SALIN, 1934, p. 190, grifo meu).

O “Anchieta”, da autoria do Dr. Celso Vieira, é todo ele uma malha traiçoeira, tecida de imperdoáveis contradições (SALIN, 1934, p.111).

“Anchieta precisa voltar!” É nessa direção que afirmavam os militantes reunidos nas conferências Anchietanas do IHGB, em meados de 1934. “A história bonita deste jesuíta que o Brasil gastou mais de meio século construindo para sempre as bases do sentimento católico desta terra [...]” precisa voltar, dizia, Jorge de Lima. “Afastar dessa história a grande força humana que a anima? Não. [...]”. Porque mesmo toda história “tão enorme deste corcunda admirável se resume numa única palavra: ação, ação, ação. Com um resultado mais permanente e mais futuro: lição, lição, lição” (LIMA, 1935, p.142).

Assim, como um eterno retorno, e recorrendo às estruturas míticas que sustentam as narrativas hagiográficas³¹⁸, o intelectual, argumentava sobre a necessidade de trazer Anchieta para o tempo presente. Subjacente à ideia de Lima e, apresentando-se no mesmo salão de conferências do Instituto, Celso Vieira (1878-1954), incitava que, para despertar esse sentimento ou a ação militante, era imprescindível trabalhar os arquétipos de “sábio, artista e santo” de Anchieta. Para ele, era preciso resgatar a imagem do missionário como “super-homem do terceiro plano – o gênio místico, sob a figura apostólica das origens cristãs”. Seria por meio de seu “misticismo desabrochado” e por sua “catequese” que se difundiria a “essência moral de uma vida nova para os alunos”. É “pela catequese”, assegurava o autor, “que se adquire o valor de uma força dinâmica” (VIEIRA, 1935, p.125).

³¹⁸ É importante referenciar, segundo Socorro de Fátima Pacífico Vilar, que as primeiras biografias de Anchieta foram fabricadas a partir do gênero literário hagiográfico. Citando Michel de Certeau, a autora afirma que a escrita hagiográfica foi valorizada sobretudo a partir do século XVII, quando se constituiu como meio de elaboração e preservação da memória de santos e santas católicas. Para Vilar (2006, p.19) as narrativas hagiográficas, “construídas sob rigorosa seleção erudita de documentos”, buscavam a verdade e a autenticidade e, tentando reduzir os elementos considerados folclóricos que compõem a vida do santo, procuravam, sob vários aspectos, imprimir a “exatidão” histórica à vida narrada. Segundo a autora, desde que foram utilizadas indistintamente como fonte histórica durante o século XIX, tem sido quase impossível separar o discurso histórico do hagiográfico: “os fatos dos prodígios, os ‘documentos’ das contingências que os produziram” (VILAR, 2006, p.19). Essa confusão entre os discursos também possibilitou “a utilização da imagem de Anchieta por uma elite que a cultua, e que lançará mão dela, toda vez que a Igreja se encontrar ameaçada seja pelo regalismo, pelo positivismo, protestantismo ou comunismo” (VILAR, 2006, p.19). Depreende-se, então, de acordo com Vilar, que o arranjo entre as imagens de Anchieta, associado ao apoio confirmador dos *fatos históricos* elaborados a partir do gênero literário hagiográfico, pode, de certa maneira, preencher algumas finalidades que alcançam significado no terreno do político.

Em outras palavras, Anchieta precisava voltar. Não apenas como símbolo de tradição, qualidades e valores, mas como uma arma. Enquanto ferramenta estratégia para o caminho de tomada de poder e de hegemonia (direção mais domínio), como legitimação da Ordem sobre as forças externas e, por que não, como já dito, sobre as forças endógenas da Igreja. Afinal, a afirmação lançada na epígrafe tem certo tom provocatório. As transcrições fazem parte de uma série de artigos publicados pelo cônego Emilio F. Salin³¹⁹, resultado de suas conferências pronunciadas na Cúria Metropolitana de São Paulo, em setembro de 1933, alguns dos quais presentes na RBP, sob o título central “O miraculoso e o lendário na vida de Anchieta”, dividido em três partes. Apesar de padre Salin compor a Comissão Anchieta da APC, o sentimento imperante desse intelectual é, por assim dizer, um tanto controverso ou, quem sabe *peculiar*³²⁰ para usar o termo de Thompson (1998), principalmente quando se trata de analisar “o que há de verdade no famigerado mito anchietano” (SALIN, 1934c, p.191). De forma inevitável, pode-se afirmar que a Igreja não é homogênea e, para dizer a verdade, os escritos desse clérigo revelam que há um “comum acordo” sob muitos atritos e resistências por parte de alguns setores da Igreja.

Dito isso, convém reforçar que, padre Salin (1934c, p.194) realiza uma severa crítica ao “exagero” dos colaboradores e “irmãos de habito de Anchieta”, em especial, do já referenciado Celso Vieira (1878-1954), “um dos últimos biógrafos do canarino” e a sua “tendência” em “transformá-lo em profeta e taumaturgo, em proveito da Ordem” e, principalmente, em fazer de “Anchieta um profeta e a figura lendária do Sumé” (SALIN, 1934c, p.190). Diante da acusação, vem o adrede dilema, proposto pelo autor:

foi o interesse do jesuitismo que aureolou Anchieta de milagres, sem que ele os houvesse realizado ou os prodígios indisfarçáveis de Anchieta é que forçaram os contemporâneos todos a saudá-lo como taumaturgo? Celso sem provas, optou pela primeira disjuntiva [...] (SALIN, 1934c, p.194).

Na verdade, o que Salin gostaria de dizer é que na “idealização narrativa” de Celso Vieira, em sua obra “Anchieta”, publicada em sua primeira edição em meados de 1929, o autor contribui por “deformar a realidade objetiva dos fatos”, isto é, elaborar uma “teoria mítica”,

³¹⁹ Ver, por exemplo, Salin (1934 a; 1934 b; 1934c).

³²⁰ Entre as *peculiaridades* do intelectual está sua grande apreciação à doutrina teosófica de Jiddu Krishnamurti (1895-1986). Vale ressaltar, segundo alguns indícios disponíveis nos jornais, que padre Salin realizava conferências, palestras e aulas de “Cultura Religiosa Superior” no Centro de Cultural Intelectual na cidade de São Paulo. Segundo informações em *Correio de S. Paulo*, quando o Krishnamurti visitou o Brasil, Salin aproveitou-se para aprofundar os estudos sobre a doutrina e a personalidade de Jiddu Ver: *Correio de S. Paulo*, São Paulo, 29 abr. 1935, p.7.

transformando Anchieta em uma “narrativa lendária”. E, ao se assentar seu “ponto de partida no invariável postulado racionalista”, afirmando que os milagres anchietanos eram “mitos”, “puras lendas” fabricadas desde os primórdios com os chamados “primitivos biógrafos”, isto é, por intelectuais “suspeitos de nímia credulidade ou jesuitismo” (SALIN, 1934c, p.198), Vieira acabava por tornar a figura de Anchieta ainda mais complexa e polêmica. Para o religioso:

Conseguimos reduzir a cinco, as causas às quais Celso Vieira pretende condicionar a evolução lendária do nosso milagreiro: “extrema receptividade da fé primitiva dos índios e da fé seiscentista dos portugueses”, “a concepção diabólica do feiticeiro”, ou pagé, a tendência do **jesuitismo** em fazer de Anchieta, um profeta e a figura lendária do Sumé. Sem descer à avaliação de todos estes fatores que sem embargo da potencialidade a que os elevou Celso se denunciam, singular ou englobamento, de tangível insuficiência para transfigurarem Anchieta no taumaturgo poderoso, que sempre foi tido, apreciaremos contudo o que mais importa aqui – a teoria mística. Antes do mais, ouvintes meus, quero deixar assentado que não contesto, na história do gênero humano, a existência de mitos e lendas, isto é, - fatos que se perdem na noite dos séculos e que, através das várias narrações que nos são transmitidas, só nos mandam pálidos clarões. De posse então dessas narrativas, nós as submetemos ao crivo severo da ciência histórica, despojamo-las dos ornamentos fabulosos acrescentados pela tradição e conseguimos desta arte, conhece-las na sua natureza e realidade primitivas. Tanto é arbitrária a aplicação absoluta da teoria lendária a todos os fatos maravilhosos, quanto é gratuita a negação radical da lenda. Bom é saber, porém, que toda esta engenhosa teoria mítica, assenta seu marco de partida, no invariável postulado racionalista: a impossibilidade do milagre. Deixando à margem este apriorismo desleal e ilógico, que criticamos ao dar entrada nesta palestra, vejamos o que há de verdade no famigerado mito anchietano. Os fatores apontados esparsamente na obra de Celso, são por demais impotentes para a formação da lenda anchietana. A credulidade dos indígenas e portugueses, por fácil que fosse, nunca poderia ser excitada, sinão, medinte a apreciação de algum fato. Porque é inútil negar, no fundo de todo mito, um fato ou uma idéia real, que ferem a atenção do povo que, ao depois, lhe dá vulto, beleza e fantasia e assim o transmite aos pósteros (SALIN, 1934c, p.190-191).

Para Salin, no decurso da obra do intelectual, remontavam contradições e antinomias, cujas “hipóteses abstrusas” geravam “polemica teológica” e não uma “reconstituição histórica” sobre o fenômeno sobrenatural. Segundo o padre, Vieira era mais um adversário da Igreja, que com seu “diletantismo de beletrista desocupado” tentou glorificar Anchieta, porém, com isso, tirou-lhe a mística sobrenatural, recorrendo aos “psiquistas” e aprendendo deles que, talvez, as “práticas espirituais, o regímen ascético severo e a auto-hipnose, predispueram neuricamente Anchieta à clarividência e à mediunidade” (SALIN, 1934c, p.197).

Para Salin, a obra biográfica “Anchieta” escrita por Vieira, era um desserviço prestado a literatura histórica do Brasil, uma obra “traíçoeira” e cheias de “defeitos acobertados”, “tecida de imperdoáveis contradições” que apenas serviu de “credencial” para que o autor ingressasse na ABL. Nas palavras do religioso:

Mais funesto que o conferencista de 1886, afigura-se-me um dos últimos biógrafos do canarino, - Celso Vieira, cuja obra “Anchieta”, foi bastante credencial para ingresso na Academia Brasileira de Letras. Na sua obra latejam os defeitos acobertados numa fascinante virtude. Bem poderia definir-se: um estilo insuperável a serviço de insidiosas antinomias. Vai dito assim, sem rebuços, afim que meus ouvintes aquilatem depressa os possíveis efeitos desse livro, que, como confidente e medico de almas, pude verificar amargamente e me propuz denunciar destemeroso. O “Anchieta”, da autoria do Dr. Celso Vieira, é todo ele uma malha traíçoeira, tecida de imperdoáveis contradições. Logo à entrada da obra, à guiza de prefacio, assenta sua tese “...todos os biógrafos-panegiristas de Anchieta, religiosos professores da Sociedade de Jesus, narram copiosamente os feitos do taumaturgo, escassamente as obras do poeta e de heroe civilizador. Nos seus livros orienta-se a vida anchietana para o sobrenatural. A lenda secular dos milagres constitue nas biografias anteriores o núcleo vital do proprio assunto.” “Aproximando-se o **quarto centenário do nascimento** (19 de março de 1934), a literatura historica do Brasil ainda requer...em síntese documentada, uma biografia anchietana”. “Reduzida e esfumada, (a lenda dos milagres), não compõe nestas páginas sinão claro-escuro, em que se projeta e se define a realidade historica do super homem, captada às fontes mais veneraveis”. E daqui prelibando a embriaguez da vitoria, entôa o epinício: “Ecce liber” [...] De feito, apenas se entreabre o campo da luta e se desensarilham as armas, no prefacio da obra, repontam as contradições, antinomias que serão o ponto mais vulnerável na dialética de Celso. Denunciemo-las de relance (SALIN, 1934b, p.111-112, grifo meu).

Aqui precisamente está o nó do problema. Sob o ponto de vista do então padre secular, os chamados amigos dos jesuítas “não percebiam” que esse “exagero” ou tendência “altamente distorcida”, presente nesse processo de mitificação lendária, linha a que se afiliava Vieira, poderia, de certa maneira, contribuir para aumentar o tom negativo que circundava a Ordem no período. Salin não concordava, por exemplo, com um processo de mitificação a qualquer custo e, tampouco, com o fato de o grupo de antigos alunos dos jesuítas lutarem pela beatificação sem analisar com criticidade, isto é, sem analisar “a sobrenaturalidade de todos fatos apontados como milagres de Anchieta”. Para o intelectual, esse “excesso”, que também figurava a “imaginativa brasileira”, era fruto do esforço dos jesuítas que, desde sempre:

ignoravam [...] que a Igreja não toma interesse pelos milagres realizados em vida pelos servos de Deus, não os leva em conta a prova de santidade, mas tão só operados após a morte quando a santidade está ultimada[...] (SALIN, 1934c, p.195).

Talvez se deva dizer que, padre Salin, tinha uma certa razão em suas afirmações. Não se pode negar que foi intenso o apelo do grupo em disseminar mensagens em múltiplos canais: conferências, programas de rádios, postais, cartazes e revistas visando coletar “provas de santidade” do inaciano, diga-se, a todo custo, já que são várias as publicações na imprensa em busca de milagres anchietanos e de fiéis que poderiam comprovar tais feitos. Não será fora de propósito chamar ainda a atenção para a extraordinária “biquinha de Anchieta” e suas “curas milagrosas” exatamente um ano antes do Centenário (Figura 27), ou notar a propaganda intensiva de padres jesuítas, como Paulo Bannwarth, SJ (1888-1975)³²¹, reitor dos colégios jesuítas de Nova Friburgo (RJ), São Luís (SP) e Santo Inácio (RJ), antigo companheiro de noviciado de padre Leonel Franca SJ e padre Cesar Dainese SJ (1894-1986)³²², diretor da Federação das Congregações Marianas e “vice postular da Causa do venerável Anchieta”³²³, nos jornais para que os fiéis publicassem com “fervor e zelo”, os milagres concedidos³²⁴.

Tais testemunhos, conforme afirmava o jornal *Republica*, em “notas catolicas”, seriam direcionados a Roma, onde já tinham se iniciado as “diligências preliminares com o louvável intuito de pedir oficialmente à Santa Sé a tão desejada beatificação” (NOTAS católicas, *Republica*, Florianópolis, 12 mai. 1932, p.3).

³²¹ Segundo informações disponíveis no Núcleo de Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Padre Bannwarth, SJ, “veio para o Brasil em 1906, para o noviciado da Companhia de Jesus em Campanha (MG), onde estudava com seu irmão mais velho, padre Roberto Bannwarth, SJ, e onde foi companheiro de noviciado do padre Leonel Franca, SJ. Estudou filosofia em Roma, na Pontifícia Universidade Gregoriana, e formou-se em Teologia em Innsbruck, Áustria. Ordenou-se sacerdote em 1922. Foi reitor dos colégios jesuítas de Nova Friburgo (RJ), então Colégio Anchieta, de 1927 a 1933, São Luís (SP), entre 1941 a 1945, e Santo Inácio no Rio de Janeiro (1934 a 1940). [...] Na PUC-Rio foi diretor da Revista *Verbum*, professor de Filosofia e Deontologia Jurídica, vice-reitor da Puc Rio e, com o falecimento do Padre Leonel Franca, SJ, em 1948, tornou-se reitor, ficando no cargo até 1951. Entre 1951 e 1954 foi Reitor do Colégio Máximo de Nova Friburgo (RJ). Em 1955 retornou ao Colégio São Luís, em São Paulo. Entre 1956 e 1962, foi Provincial dos Jesuítas na Vice -Província do Nordeste do Brasil, onde participou da criação da Universidade Católica de Pernambuco. Em 1966 retornou ao Rio de Janeiro, onde permaneceu ativo nas Congregações Marianas, no Movimento Católico de Promoção Moral e como escritor, até sua enfermidade e morte em 1975”. (NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PUC-RIO, [2022]).

³²² Conferir dados biográficos de padre Cesar Dainese SJ, no *Banco de Dados* desta tese, disponível em: <https://intelectuais.com.br>.

³²³ Segundo matéria do *Jornal do Commercio*, o jesuíta Cesar Dainese era o responsável por “apresentar a Santa Sé e a Congregação dos Ritos os documentos pra Beatificação de Anchieta” (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.19, 25 dez. 1932).

³²⁴ Cf.: Pela... (1932, p. 4).

Figura 27- Biquinha de Anchieta em São Vicente



Fonte: A água... (1933, p. 8).

Não se pode, porém, ter uma ideia generalizada dessa “propaganda política” (DOMENACH, 1973, p.10). Nesse processo de legitimação com o qual se pretende transmitir tradição, valores e normas por meio da elaboração de um símbolo, o herói, então escolhido, representava apenas uma *classe* ou *partido*, isto é, a própria *Societas*. A insistente propaganda como fator de influência do missionário foi, com toda certeza, o reflexo de um envolvimento ideológico mais acentuado por parte de militantes e simpatizantes da Ordem, tanto em nível internacional quanto local. No caso do Brasil, a glorificação e beatificação de Anchieta, em especial, por aqueles que contribuíram para a fundação da AAACJ, parece ser, também, uma tentativa de reparação de afronta com relação à hora presente, isto é, a beatificação e glorificação de Anchieta foi um dos elementos de luta contra a pressão hodierna e contextual espanhola e, também, contra o movimento anticlerical brasileiro, contra a CNPEL e os ditos padres socialistas, que se faziam, igualmente, membros da associação.

À parte tais questões, e tendo como base alguns indícios presentes em jornais do período, mas, também, nos estudos de Lima e Fonseca (2002) sobre a vitalização dos mitos pela imprensa entre os anos de 1930 a 1960, é bem provável que essa intensiva, repetitiva e massiva propaganda para glorificar de Anchieta também esteja relacionada dialeticamente e de maneira oposta à forma como foram apropriadas, pela imprensa no período, as representações da Inconfidência Mineira e, especialmente, de Tiradentes, como herói republicano. José Murilo de

Carvalho (2014) já havia indicado alguns caminhos em relação à elaboração do mito de Tiradentes pelos republicanos no final do século XX, porém, é a historiadora Thais Nívia de Lima e Fonseca (2002) que nos lembra o verdadeiro temor dos católicos em relação ao tema.

Para a autora, os católicos preocupavam-se com a conspiração, com as ideias revolucionárias, práticas e códigos morais do inconfidente que poderiam se contrapor às severas exigências da moral cristã. Afinal, como enuncia a autora, “o alferes nunca se casou, viveu em concubinato, frequentava as “casas de alcouce” e poderia ter tido filhos naturais” (FONSECA, 2002, p.450). Nessa esteira de discussão, faz-se oportuna a observação de que, a Coligação Nacional Pro Estado Leigo, sob militância de Arthur Thompson e demais colaboradores, estavam promovendo uma série de visitas cívicas aos monumentos, conferências e comemorações em memória de Tiradentes, nesse mesmo ano de 1934, tal como é possível inferir a partir do trecho a seguir, publicado no *Jornal do Brasil*, em 21 de abril de 1934, sob o título “Uma das datas maximas da historia nacional”:

A Coligação Nacional Pro Estado Leigo, realizará hoje, às 15 horas, uma visita cívica à estátua de Tiradentes, por meio de uma delegação de corporações coligadas e elementos republicanos de seu quadro social. Farão uso da palavra, nessa ocasião, os srs. Drs. Julio Azambuja e Paula Machado. À noite, às 20 horas, a Coligação em sua sede, à Praça Tiradentes, n.52, realizará uma sessão cívica a qual falarão, além de seu presidente professor José de Sousa Marques, os Srs. Drs. Benjamin de Morais, José Júlio de Albuquerque Gondin, Alvaro Palmeira, Lins de Vasconcelos, Jaci Rego Barros e outros. A sessão será pública, não havendo convites especiais (UMA DAS DATAS...,1934, p.8).

A julgar por esses *indícios*³²⁵, não surpreende, pois, que esses colaboradores dos jesuítas se colocassem prevalentemente e de maneira “exagerada”, como disse o próprio padre Salin, em diversos canais de comunicação.

³²⁵ Um outro *indício* dessa relação entre o mito Anchieta e o mito de Tiradentes pode ser observado nas páginas da RBP, particularmente em uma notícia sobre o “I Congresso das Academias de Letras e Sociedades de Culturas Literárias do Brasil”, organizado pela Academia Carioca de Letras (ACL), que assim diz: “O Congresso [...] divulgou a personalidade distinta e invulgar daquele jesuíta, que tudo sacrificara em prol da coletividade brasileira, em prol da educação do povo, em prol da formação da alma nacional. [...] A última reunião foi efetuada em 21 de abril em comemoração à data do martyrologio de Tiradentes, tendo o prof. Julio Cesar de Freitas, presidente da Associação, ao dar início à solenidade dissertado sobre a vida do martyr da liberdade, colocando-a em paralelo com a de Anchieta, como verdadeiros heróis que foram do Brasil de então [...]” (CONGRESSO das academias...,1936, p. 191-192). O mais curioso é que esses atos comemorativos foram presididos pelo padre Eurico de Mello Magalhães, assistente eclesiástico da Associação dos Professores Católicos e da União dos Moços Católicos do Rio Grande do Sul (UNIÃO..., 1932, p. 4); CONGRESSO das academias..., 1936, p. 192). Padre Eurico de Mello também desenvolveu o cargo de “Cura da Sé” por seis anos, foi “inspetor escolar” e membro da “Sociedade de Cultura Artística”, ao lado de: Amélia de Rezende Martins, Amelia Carneiro de Mendonça, Eugenia Celso, Levi Carneiro, Guilherme, Carlos e Arnaldo Guinle, frei Pedro Sinzig, Rodolpho Josetti, Flavio da Silveira, Jerônima Mesquita, Rodrigo Octavio Filho, entre outros colaboradores dos jesuítas. (Referências consultadas: SOCIEDADE..., 1933, p. 5; INSTRUCÇÃO..., 1930, p. 437; ESTADO..., 1931, p. 828; VIAJANTES..., 1933, p. 2).

Vale lembrar que a luta pelos imaginários sociais também requer estratégias para a eliminação de contrastes e/ou inversão de imagens, de símbolos e de metáforas elaboradas, propagadas e consolidadas pela imprensa, fenômeno este, semelhante ao que ocorre com os mitos religiosos e políticos, já que suas possibilidades de inversão não fazem senão corresponder a essa constante reversibilidade de imagens representadas e apropriadas pela imprensa em diferentes momentos do contexto histórico-social.

Como diz, Girardet (1987, p.16), “tudo o que é denunciado e temido no outro reveste-se de repente, voltando-se contra este, de um sombrio e todo poderoso atrativo”, afinal, o “mito é *polimorfo*”, constitui uma realidade móvel e ambígua, e, nesse sentido, uma série de imagens oníricas em torno da presença ou da memória de heróis históricos, por exemplo, pode encontrar-se veiculadas por mitos aparentemente os mais diversos, mas também frequentemente opostos.

Nesse sentido, o mito do herói Anchieta e o mito de Tiradentes, sua veneração ou execração, podem ter se alimentado dos mesmos fatos, desenvolvidos a partir de uma mesma trama. Certamente, esse é um assunto que merece uma investigação mais profunda, contudo, não há mais espaço para ampliar a discussão aqui. O mais importante é sinalizar que houve essa relação dialética e contrária entre esses dois mitos e entre os sujeitos envolvidos no evento que, por coincidência ou não, eram membros das duas instituições opostas aqui estudadas, entidades, então, dissidentes e marcadas por um certo grau de hostilidade, como a CNPEL e a AAACJ.

Dito isso, é preciso retornar aos *sinais e peculiaridades* que aparecem nos escritos de padre Salin, principalmente em relação ao uso do termo *jesuitismo*, utilizado, por vezes, de maneira sutil, porém, carregado de um certo juízo de valor, intenção que se justificava pela própria derivação do sufixo “-ismo”³²⁶, mas, também, por ser um substantivo frequentemente usado pelos opositores dos jesuítas para designar “algo desprezível”. O uso do vocábulo é perceptível quando Salin se refere negativamente à doutrina jesuítica e à tradicional capacidade organizativa de seus membros e colaboradores em propagar uma espécie de *jesuitismo* forçado e tendencioso.

³²⁶ O substantivo “jesuitismo”, o adjetivo “jesuítico” e o advérbio “jesuiticamente” são muito frequentes nos escritos de intelectuais como Gramsci, Arthur Thompson e Luiz Rogério, por exemplo. Tais termos são constantemente utilizados de maneira sarcástica e irônica, designando sempre algo abjeto, torpe e melíflu. Para o intelectual da CNPEL, Arthur Thompson, e para Luiz Rogério, jornalista de *A Lanterna*, as características mais atribuídas ao jesuítas são: “soldados de imprensa”, “erva daninha”, “máquina do inferno”, “hipócritas”, “partidários do papismo”, “assassinos de reis”, “monarquistas clericais”, “antipatriotas”, “imorais”, “exército de corvos negros” e “indesejáveis” (THOMPSON, 1931; 1934; ROGÉRIO, 1933). Da mesma maneira, para Gramsci as expressões “jesuitismo literário” e “jesuítico” indicam, tal como afiança Semeraro (2017) “um conformismo artificial, fictício [...] que esteriliza o espírito popular por meio do “paternalismo” para os simples [...], que emprega astúcia, diplomacia, demagogia [...]. Mas que significa também “moral mercantil”, “baixeza moral” e “hipocrisia” e, por isso, “em nossos países [...] o cristianismo [...] tornou-se jesuitismo, isto é, uma grande hipocrisia social” (SEMERARO, 2017, p. 448).

Não é fácil rotular o pensamento do padre Salin. Por um lado, defendia ideias favoráveis aos jesuítas, reconhecendo, por exemplo, a importância da Ordem como entidade educativa e missionária e de seu mártir, como o “*primus inter pares* dos evangelizadores do Novo Mundo” (SALIN, 1934a, p.29), o realizador de “prodígios históricos miraculosos e sobrenaturais”, por outro lado, não hesitava em criticar, apontar e julgar certas dissonâncias, contradições e divergências elaboradas em cima desse poder miraculoso de Anchieta, principalmente, quando formulados por “intenção dos distintos promotores” das comemorações Anchiéticas (SALIN, 1934a, p.26), salientando, por exemplo, o quanto era “interessante, se não muito divertido, se tivesse que agredir esta conferência, evocando toda a escala desafinada dentro da qual bailaram as impressões de quantos tiveram notícia do assunto desta comemoração anchietana” (SALIN, 1934a, p.25).

A esta altura e, em consequência do que foi exposto, considera-se suficiente o rol de *sinais* dissonantes e de amostras dissidentes entre esses membros do chamado grupo católico. A hipótese que fica é a de que grande parte desse grupo de intelectuais, notadamente, aqueles que faziam parte do corpo diretivo das comissões Anchiéticas da APC e da AAACJ, procurou, progressivamente, em seu processo de disseminação de ideais políticos, progressivamente, procurou fundir e mesclar a figura de Anchieta, isto é, do “intelectual jesuíta”, com o “ideal de conduta cristã” (também no âmbito eclesial) e com o “ideal de conduta docente”, a partir de uma analogia e de uma convenção social mais diretiva (não necessariamente impositiva), evidentemente, não compartilhada por todos membros da Igreja.

Para esses militantes, “desenvolver a intelectualidade” de seus leigos e presbíteros e “exercer a verdadeira docência”³²⁷ era também estar de acordo com os modelos e arquétipos católicos jesuítas exemplares. “Anchieta era reputado profundo conhecedor de humanidades e grande latinista”, ensinava “letras clássicas e teológicas aos próprios padres da Companhia e superiores da missão”, dizia Max Fleiuss, em uma das conferências proferidas no IHGB. Na ênfase do autor:

Tanto lecionava modestamente rudimentos de catequese e primeiras letras, aos indiozinhos bisonhos (curumis) e aos adultos; e tanto era mestre irrepreensível de noviços, como ensinava letras clássicas e teológicas aos próprios padres da Companhia e superiores da missão; por exemplo: os padres

³²⁷ O termo “verdadeira(o)”, ao lado de outros, como “educação, aprendizagem, escola, instrução”, é comum nos escritos desses intelectuais defensores dos jesuítas. Em uma matéria de *Jornal do Commercio*, publicada sob o título “A Companhia de Jesus no Brasil”, por exemplo, Stela de Faro agradece aos alunos dos “filhos de Sto. Ignacio” que estavam presentes no encontro da AAACJ, isto é, aqueles alunos que frequentavam as “escolas abençoadas de educação verdadeira nesta época de tanta educação falsificada e enganadora” (FARO, 1932, p. 5).

Manuel de Paiva e Gonçalo de Oliveira. Dando ao pe. Gonçalo o superiorado, na escusa de Anchieta, que já era clérigo de missa, recomendou-lhe o provincial Nóbrega, não se esquecesse de que o irmão José (Anchieta), havia sido seu mestre, pelo que lhe competia ouvir-lhe sempre, reverente, os conselhos (FLEIUSS, 1935, p.32).

O símbolo Anchieta é, em suma, a manifestação de uma filosofia política, expressão de um grupo específico, cuja exibição permitiria às pessoas reconhecer seus integrantes de modo rápido e simples. É, sem dúvida, um dos pontos estratégicos do partido. Num sentido muito real e autêntico, pode-se pensar que essa diligência militante que padre Salin tão bem sinalizou, do ponto de vista da sua significação como “exagero” ou “excesso”, constitua-se, sem pestanejar, no próprio método dos jesuítas. Decerto, um método não compartilhado por todos os católicos, porém, um método “cauteloso”, no sentido que dele faz Gramsci (2011, p.223) ao afirmar que os jesuítas, nesse início dos anos 1930, viam a “santificação e o doutorado” como uma “desforra precavida”, que coincidiu com a “supressão dos jesuítas na Espanha” e com a “atenção particular” dada por Pio XI aos jesuítas.

O fato de os católicos, ou melhor, de os jesuítas recorrerem (ou serem obrigados) à utilização dessas “propagandas religiosas”, tais como o incitamento aos filósofos para que adotassem o tomismo, cujo exemplo máximo é o Doutor da Igreja Santo Tomás de Aquino, ou para que cada nação buscasse em sua própria tradição, um santo, “um arquétipo intelectual, um ‘mestre’ de filosofia religiosa nacional” era, como conforme ratificou Gramsci (2011), um “sinal dos tempos”, isto é, um indício de que o catolicismo poderia estar desagregando-se em “várias Igrejas nacionais” (GRAMSCI, 2011, p.204).

Contudo, aqui é necessário cautela. Na verdade, para o autor, essa ideia de um “nacionalismo cultural católico” era mais uma “tendência” presente em muitos escritos da “*Civiltà Cattolica*”, particularmente nas comunicações jesuíticas, do que uma normativa rígida para toda a Igreja. Para ele, se esse processo de nacionalização realmente se “convertesse numa regra de conduta, o próprio catolicismo se tornaria impossível” (GRAMSCI, 2011, p.204). Entretanto, é importante que se reconheça, tal como enfatizou, que esse “catolicismo religioso” também incitou “(ou deu o exemplo para?) os catolicismos filosófico e político-social” (GRAMSCI, 1991, p. 204) e, que a política de Pio XI, taticamente, fez questão de inscrever os jesuítas no “elenco dos Santos” (GRAMSCI, 2011, p.223). A bem dizer, por consequência lógica, no elenco dos santos de expressão internacional e nacional.

E, tendo em vista que a proposta era restaurar o modelo dos jesuítas, adaptando-os às necessidades atuais, não hesitando sequer, em parte, em colocar a catequese como método

moralizador e regularizador do social³²⁸, como bem disse Celso Vieira, torna-se indispensável, na próxima seção, refletir e examinar minuciosamente qual era a *lógica política*³²⁹ envolvida nessa (re) formulação do “código de ensino jesuítico” (FRANCA, 2019, p.78).

Cabe analisar, portanto, alguns aspectos das relações entre a base desse movimento inaciano e suas lideranças, os seus processos de tomada de decisão nas estruturas católicas, em especial, na Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) e em seu órgão oficial de divulgação, a Revista Brasileira de Pedagogia (RBP), periódico mensal que circulou, amiudadamente, entre os anos de 1934 e 1938, no qual o grupo discutiu teorias e métodos de ensino, dialogando com as proposições escolanovistas, mas que também, sempre lutou, como já tivemos ocasião de assinalar, para a elaboração e veiculação de um pensamento educacional católico mais “coeso e unânime” que tivesse como base o vasto material filosófico-político tomista, característico do *jesuitismo*.

Além disso, e por conseguinte, cabe ainda examinar, por conseguinte, a *lógica prática* adotada pelo grupo nas negociações, nos esforços para implantação, aprimoramento e viabilização de projetos de assistência social, cultural e religiosa que garantissem a legitimidade dos jesuítas no âmbito educacional junto à base de professores católicos, mas também, em relação aos grupos de escolanovistas e outros *partidos* católicos que disputavam a primazia no campo educacional no contexto da época.

³²⁸ É interessante observar que essa proposta de restaurar o modelo dos jesuítas, adaptando-os às necessidades atuais, utilizando a catequese como método moralizador e regularizador do social, também apareceu no ciclo de conferências Anchietanas de 1896. Como assinala Giarola (2014): “Tendo isto em vista, o primeiro impulso dos jesuítas para civilizar os trópicos fora a regularização, entre os portugueses, da religião e da moral. O método de catequese dos jesuítas é tido como fator moralizador e regularizador social. Ele impediria, portanto, a desordem interna da colônia, usando como base a pregação dos preceitos cristãos. Isto explica a visão predominante na Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios - entidade criada pelo mesmo grupo de monarquistas que coordenaram as conferências anchietanas - de que a evangelização era o único método viável para civilizar os povos indígenas, negando-se abertamente qualquer proposta elaborada pelos ‘sábios e liberais de gabinete’ à luz da ‘moderna ciência’ [...]. De modo geral, os textos destes autores apontavam no sentido de restaurar o modelo adotado pelos jesuítas, adaptando-os às necessidades atuais” (GIAROLA, 2014, p.76).

³²⁹ Emprestei os conceitos de “lógica política” e “lógica prática” de Miranda e Cunha (2013).

7 A PERSONIFICAÇÃO FINAL: O PEDAGOGO DE PIRATININGA E O SEU MANUAL TRAINING³³⁰ CATEQUÉTICO PARA EDUCAÇÃO.

A maior parte dos catequistas emprega gravuras [...] A imagem “coloca os fatos no espírito” (SILVEIRA, A. X. 1964, p.62)

Figura 28 – Crianças estudam catecismo sentadas sobre o túmulo de padre Anchieta, em Vitória, Espírito Santo³³¹.



Fonte: [Crianças...] (1935, p. 1).

Do que foi até aqui exposto, a pergunta final que fica ao nos depararmos com esse afã pedagógico e com a mitológica opção pelo “código de ensino jesuítico” (FRANCA, 2019) é: como assegurar com êxito a fundamentação de um pensamento teológico de inspiração bíblica

³³⁰ O termo “manual training” foi usado por Everardo Backheuser em artigo publicado pelo jornal *A Cruz*, sob o título “O comunismo e a educação”, texto este também disseminado na RBP, sob o título “Campanha educacional anti-comunista”. Ver: Campanha educacional... (1936, p. 192-198) e Backheuser (1936, p. 8).

³³¹ Um exemplo de “fotografia testemunho” ou “o testemunho de uma criação”, conforme assevera Boris Kossoy (1989), um registro da “visão de mundo” segundo a “mediação criativa do fotógrafo” (KOSSOY, 2001, p.50).

e escolástica a um professorado católico heterogêneo³³² e nada passivo³³³, sem que tal ação culminasse em uma padronização rígida que tolhesse a liberdade e o trabalho educativo? Na prática, como seria possível veicular, em âmbito educacional, uma cultura política associada à complexa doutrina de santo Tomás de Aquino, presente desde a publicação da encíclica *Aeterni Patris* (1879), de Leão XIII, a qual foi defendida e validada também por Pio XI nas encíclicas *Doctor Angelici* (1914), *Studiorum ducem* (1925), *Divini illius magistri* (1929), *Deus scientiarum Dominus* (1931) e *Quadragesimo Anno* (1931)³³⁴, sustentando a premissa de que essa filosofia conseguiria dialogar com o mundo moderno?

³³² Há aqui o esforço em verificar se o conceito de “militante”, tal como apresentado por intelectuais católicos do período contém elementos que corroboram a dependência do indivíduo nos termos enunciados por Lefort (1979), isto é, se o militante é, de fato, “um representante do partido”. Para Lefort (1979) o militante é um portador de representação que “bebe na fonte a possibilidade de liberar-se dos conflitos a que fica exposto por sua participação em instituições diferentes, regidas por imperativos de socialização específicos”, é o sujeito que tem “a possibilidade de encarnar em sua pessoa a generalidade do social”. Tal *militante*, na ênfase do autor “erige-se como detentor do poder e do saber; controla o operário, o camponês, o engenheiro, o pedagogo, o escritor, profere a norma, concentra as virtudes do *ativismo* e encontra impressos em si mesmo o vocabulário e a sintaxe de seu discurso, de tal maneira que se constitui a si mesmo na operação da ideologia”. Ora, o tipo do militante simplesmente leva, como diz Lefort (1979) “à expressão consumada a tentativa para apagar a diferença do indivíduo e da sociedade, do particular e do geral, do privado e do público” (LEFORT, 1979, p.327-328). Em face do exposto, sustentamos a premissa de que grande parte do professorado associado à CCBE ou às APC’s, não eram, por assim, dizer, “militantes” do catolicismo, ou melhor dizendo, do *jesuitismo* e, nesses termos, era preciso atuar no âmbito formativo e no campo das subjetividades do imaginário político, das representações de liderança, dos artifícios elaborados na identificação povo-católico, das paixões e sentimentos políticos-religiosos. Nesse sentido, é relevante, transcrever aqui, uma parte do discurso de Fernando Magalhães proferido em homenagem a Francisco de Campos, em meados de agosto de 1936, publicado na seção “Notas e notícias” da RBP. Na matéria, é possível perceber que o intelectual tenta esclarecer “com exatidão” o adjetivo “militante”, destacando, em seu discurso a existência de “católicos inertes”, ou, sem compromisso com os preceitos dogmáticos da Igreja, tal como é enfatizado nas linhas a seguir: “Esta cerimônia, cheia de devoção, congrega em torno da Igreja os católicos militantes. Note-se a exatidão do adjetivo ortodoxo – militantes. Os orantes também serão chamados. Os inertes, nunca. Porque, combatentes, egresso da milia, foi o santo artilheiro como combatente o eremita animador das cruzadas. Tão unidas a Igreja e a milia, quanto, na velha lei, o Deus dos exércitos e dos profetas... Moisés reza de braços levantados, enquanto o seu povo combate e vence...” (MAGALHÃES, 1936, p.231).

³³³ Do outro lado desse processo de interação *militante* está o receptor ativo, o professor, o trabalhador, inserido em uma instituição católica, em uma escola, membro da CCBE, posto nessa função, pelo “peso das circunstâncias históricas” (CHARLE, 2000, p.5), pessoais, sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas, isto é, integrado, por vezes, por conveniência (ou não) e de maneira geralmente impositiva pela própria força do trabalho numa cultura política determinante de suas escolhas. De fato, um receptor distante das decisões de poder e do grau de participação na vida pública, mas que, nem por isso, era passivo. Dito de outra maneira, esses professores, possuíam numerosas possibilidades de atuação e reação dentro desse horizonte histórico, podiam, apesar desse “peso relativo das *circunstâncias*”, “reagir” com inércia, oblição, comodismo, impulso, crítica e, até mesmo com aversão a essa tentativa de imposição católica política e ideológica de caráter militante.

³³⁴ De acordo com Ponferrada (1998, p.9), Pio XI, “conocido como tomista”, dedicara a encíclica *Studiorum Ducem*, a Santo Tomás. Assim, depois de elogiar suas virtudes e sabedoria, o autor enfatiza que, Pio XI, “reitera todo lo establecido por los papas anteriores sobre la necesidad de seguirlo en los estudios”. Enfatiza também que “el 24 de mayo de 1931 publicó otra encíclica, *Deus scientiarum Dominus*, donde vuelve a pedir que en todos los establecimientos católicos de enseñanza se explique la síntesis doctrinal de Santo Tomás y que según ella se juzguen los demás sistemas filosóficos. El tomismo de Pio XI aparece claro en la fundamentación doctrinal de sus numerosas encíclicas, sobre todo en *Divini Redemptoris*, sobre el comunismo; en *Mit brennender Sorge*, sobre el nazismo; en *Non abbiamo bisogno*, sobre el fascismo; en *Quadragesimo anno*, sobre la cuestión social; en *Divini illius Magistri*, sobre la educación, y en *Casti connubii*, sobre el matrimonio”.

A rigor, responder tais questões nos remete partir da constatação, já anteriormente formulada, de que a imagem da Companhia de Jesus como *modelo exemplar* de ordem educadora foi paulatinamente se estabelecendo ao longo de sua atuação no cenário político-cultural brasileiro e no imaginário social como efígie *fabricada* a partir de conteúdos políticos, históricos, míticos e simbólicos, apresentados à população pela imprensa, que serviu não apenas como veículo de exposição, mas como participante na elaboração. Nesse processo, como já enfatizado, a religião, a ideologia e a política se fundem na forma cênica de um *mito vivo*, isto é, na experiência e na produção filosófica da própria Ordem inaciana ao longo dos tempos, apresentadas não apenas como uma tradição aristotélico-tomista ou como um raciocínio doutrinário, mas como uma *concepção de mundo* católico-cristã (GRAMSCI, 1991), um universo simbólico cultural suficientemente hegemônico que atua politicamente, como *partido*, para elaborar um único “sentimento paixão”, isto é, a concepção de que o catolicismo é, (ou que poderia vir a ser), a expressão de um *jesuitismo*.

Outro aspecto, já salientado, é o posicionamento político de Pio XI, cujo magistério tinha como centro vital a ideia do “Reino de Cristo”. O lema de seu pontificado era, segundo Juan María Laboa Gallego (2005, p.462), “*Pax Christi in regno Christi*”, isto é, sobeja a utopia de que Cristo deveria reinar na vida íntima, na mente e nos corações. Nesse sentido, para Pio XI, a educação constituía uma das grandes missões confiadas por Cristo à Igreja, convencimento esse que fundamento, então, toda organização da Ação Católica. E, como já dito, para conseguir esse propósito, “y considerando que los romanos eran demasiado indolentes”, Pio XI optou por favorecer os “milaneses a la hora de ocupar los apartamentos pontificios” e conceder às autoridades jesuíticas maior liberdade de atuação (GALLEGO, 2005, p.463).

Mas o que se torna igualmente relevante para o entendimento desse discurso político entre os sujeitos envolvidos no grupo em estudo é que, para esses intelectuais, as questões acima formuladas também deslocavam-se no sentido da evocação nostálgica de um herói medieval antigo, de referência à Idade Média, sociedade que, pelo menos no final desse período, tinha a particular tendência de ignorar a distinção entre o espiritual e o temporal e que vivia, como escreve Claude Lefort (1979, p.133), “um sistema único no qual todas as partes concorrem para assegurar a existência e a manutenção”. Uma sociedade “funcional”, como o corpo humano, como um organismo composto por diferentes membros, em que cada um tem uma função. Sociedade na qual a desigualdade social não era ignorada, mas que utilizava a religião para justificar tudo.

Segundo Lefort (1979), essa metafísica medieval era certamente mistificadora, mas o essencial era que figurava, como todo processo de mistificação profunda, uma certa realidade social. Esquemáticamente, se poderia dizer que, para esses antigos alunos e colaboradores dos jesuítas, a sociedade medieval seria a única e possível, a referência substancial da vida, das relações pessoais e a única verdade do mundo³³⁵. Perfilava-se, assim, uma “solução” que, considerando a diferenciação e hierarquização sociais, considerava o reconhecimento do sofrimento como necessário à harmonia social. Tratava-se, conforme salientou Barbosa (2011, p.31), da *construção* de uma doutrina baseada na crença do “mito da harmonia social que teria existido no mundo medieval, e no mito da autoridade, capaz de estabelecer uma paz definitiva”. Dessa forma, a ideia de reforço da autoridade se desenvolvia paralelamente ao crescimento da ideia de *tutela* sobre a razão.

Nessa mesma linha, a evocação da imagem do mestre Anchieta parece unir-se ao plano de uma exigência moralizante que não deixa de corroborar com outra dimensão do imaginário político, tão bem caracterizada por Girardet (1987, p.113): o “sonho rural, a Arcádia e a Terra”, fontes de “toda verdade e de todo renascimento”. Aqui, a oposição campo-cidade ganha uma significação exemplar. Mais do que falar de uma oposição a uma ordem urbano-industrial, no contexto da sociedade brasileira, o tal *sonho rural*, ou “visão em torno de que o contato com a terra protegeria o indivíduo da degradação do tempo”, assegurando-lhes a “pureza das águas e do ar”, livrando-o do amontoamento citadino e dos “miasmas das doenças” (GIRARDET, 1987, p.113), deve ser interpretado num duplo sentido: como visão de mundo e como movimento político - logo cultural, integrado, por seu turno, à corrente *ruralista* do período analisado³³⁶.

³³⁵ Com efeito, como deixar de notar os elogios ao Estado Medieval entre os intelectuais do grupo em estudo, tais como, Amélia de Rezende Martins, Leonel Franca, Jonathas Serrano entre outros, membros da AAACJ? A bem dizer, Flávio A. Rodrigues Barbosa (2011), tem razão quando assevera que “a geração católica de Serrano e demais intelectuais do Centro Dom Vital é declaradamente saudosista do medievo, em especial o século XIII de São Tomás de Aquino”, concluindo que “não é demais ressaltar a orientação tomista da escolástica de Leão XIII e outras *autoridades* religiosas tomistas que influenciaram tais grupos de intelectuais e a fundação daquela instituição (BARBOSA, 2011, p.110). Ver, a título de exemplo, o artigo de Alfredo Baltasar da Silveira, professor do Instituto de Educação do Distrito Federal, membro da AAACJ, intitulado “A era medieval. Reputações necessárias”, publicado na RBP, na seção “Lições e Metodos”, em Julho de 1934. Cf: Silveira, A. B. (1934).

³³⁶ Cabe registrar que, a adoção do termo *ruralista*, empregado neste estudo, segue a mesma acepção utilizada por Mendonça (2000). Parafraseando a autora, o *ruralismo* como ideologia e movimento político é propagado e assegurado por instituições e sujeitos dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária, num dado tempo e espaço, sustentado “por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas, correspondentes a interesses de proprietários agrários distintos” (MENDONÇA, 2000, p.2). Partindo dessa orientação, pressupõe-se que o fio condutor da reordenação política, católica e social do grupo em estudo, não isentou, a corrente ruralista do período analisado, que, segundo Mendonça (2000), apresentou três postulados: a) a reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica ao campo; b) a necessidade da diversificação agrícola do país e; c) a demanda pela reatualização das formas de imobilização da mão-de-obra junto à grande lavoura, constituindo o que se chamaria, à época, de uma nova civilização agrícola (MENDONÇA, 2000, p.2).

Como já registrado na seção 4 desse trabalho, é particularmente impressionante a proliferação de “agiotas da classe clerical” (GRAMSCI, 2011, p. 187), de expoentes da agroindústria brasileira, de membros da SCIP, da SFT, de acionistas, de fundadores de cooperativas e de bancos de crédito agrícola popular, de industriais e de fundiários. Igualmente, entre os dados, como já ressaltado, foi possível detectar o engajamento desses antigos alunos dos jesuítas, nos conselhos e nas comissões da FBPCRB, em seus congressos de crédito popular e agrícola em todo país.

É importante acentuar que, para eles, a mais fácil solução do problema do proletariado e do “povo em geral” seria, como afirmou a presidente da ASB, a “volta à roça”, “à pequena lavoura”, conciliado a um intenso programa cívico educativo catequético que englobasse medidas que atenuassem os conflitos de classe, organizando e apazando as famílias pobres “minadas pela tuberculose e outras enfermidades igualmente perniciosas” no campo (MARTINS, 1924, p.9). Para alguns intelectuais da ASB e da AAACJ, a “mola real estava na terra... Na terra e só na terra residia a salvação do Brasil” (MARTINS, 1924, p.17). Nessa acepção, a vida da cidade melhoraria, “barateando-se os generos de primeira necessidade, a cidade ficaria descongestionada...e os que permanecessem alcançariam um bem estar relativo (MARTINS, 1924, p.13).

Outro ponto a destacar é que, para eles, as massas populares precisavam ser conduzidas. Essa elite católica, atuando como uma espécie de vanguarda esclarecida, deveria reproduzir as mesmas práticas que foram utilizadas pelos jesuítas no momento em que a Coroa Portuguesa decidiu coordenar a exploração da Colônia de maneira mais efetiva, ou seja catequizando as atuais “féras humanas” e “seres animalizados”, “embriagados pela anarquia do século”, transformando-os em “povo” (MARTINS, 1934, p.79).

De um modo geral, educar a juventude com base nos princípios codificados por Pio XI, em especial, na encíclica *Divini illius magistri*, era, conforme diziam, “tornar úteis as crianças do povo”, uma tentativa de se suprimir, ou pelo menos atenuar, os quadros de instabilidade social³³⁷. E, para alcançar tais intentos, a *catequese* - como proposta estratégica e parte do plano

³³⁷ Vale lembrar, em consonância com Montenegro (1972, p.170) que, para alguns católicos do período, o “problema social” era um “problema teológico”. Trata-se, segundo o autor, de uma interpretação segundo a qual a religião é a “seiva revivificadora da sociedade, das instituições políticas, educativas, das leis”. Para padre Franca, por exemplo, o cristianismo era a força plasmadora do social, a “eficiência insubstituível das realidades espirituais e morais que condicionam todo o viver social” (FRANCA, 1935, p.240). Nessa acepção, o cristianismo é o instrumento político para construção de uma civilização, aparece como “afirmação intransigente, do valor da dignidade da pessoa humana e da preeminência que lhe é corolário, dos valores morais. É a defesa da liberdade[...] o respeito pela propriedade[...]; é a instituição da família [...]; é a afirmação do direito contra a força do espírito contra a matéria[...]; da cultura contra a barbaria” (FRANCA, 1935, 240). Uma política, evidentemente, filha da

de ação pedagógica da Companhia de Jesus (FRANCA, 2019) - passa a assumir um caráter de “utilidade social” com função preventiva do potencial criminoso e das tendências para a ociosidade que as elites viam nas crianças pobres e em todos aqueles nascidos em berços humildes. Conforme prescrevia, Amélia de Rezende Martins, em artigo publicado na Revista Brasileira de Pedagogia (RBP), em seção intitulada “Sociologia educacional”³³⁸, sob o título “O divertimento da educação popular”:

Um grafico das 24 horas de vida de uma **criança do povo**, frequentando a escola publica, dá idéa da seriedade do problema...Das 15 horas da criança acordada, retiradas as 9 horas exigidas para o sono, dessas 15 horas, metade ou mais da metade constitue tempo de ócio, durante o qual as crianças, em verdadeira liberdade, perambulam pelas ruas, perdendo quanto o **professor** procurou incutir-lhes no espírito e no coração, durante o curto espeço dos horários escolares, ou quanto a **catequista** procurou lhe gravar na alma... A quem se der o trabalho de acompanhar, uma vez por outra, o movimento dessas avalanches de crianças nas ruas, o problema surgirá de importancia capital! São crianças de todas as idades, desde as que mal ensaiam os primeiros passos, continuando pelas maiores que já aprendem a ler e escrever e aproveitam a sabedoria para rabiscar, muitas vezes, inconveniências pelas paredes, e finalmente os verdadeiros **vagabundos de 18 anos** e mais, que fazem durante o dia um “gancho” para não morrerem de fome, passando o resto do tempo na mais funesta malandragem! Tenho tido a paciencia de parar para verificar o que fazem e o que dizem, especialmente, as crianças, e espanto-me do seu vocabulário indecoroso, e da sua ousadia, com a expressão já de inveterados revoltosos...São crianças, verdadeiro flagelo para as casas de família; crianças que passam a vida sujando as ruas e as calçadas, que estragam os jardins da vizinhança, que furtam, que jogam a dinheiro os miseráveis tostões que conseguem ajuntar, jogadores futuros, e, para se fazerem jogadores, **futuros ladrões**[...] (MARTINS, 1937, p.163, grifos meus)

Mas a “tarefa do catecismo” não terminava por aí, sua funcionalidade não podia restringir-se a um único objetivo. De acordo ainda com a RBP, em sua primeira seção de *Apresentação*, datada em fevereiro de 1934, o catecismo, “desde os seus primórdios”, tinha como primado “fazer a Deus reconhecido daqueles que o possuem – as crianças puras – e, antes

moral cristã. Ou seja, para esses intelectuais católicos, fora da civilização cristã não há civilização; sim, barbárie. E aí se nota claramente a subordinação do social ao teológico.

³³⁸ Esse pensamento coadunava-se com as observações da diretora do colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Salvador (BA), também historiadora e colaboradora da RBP, Anfrísia Santiago (1894 -1970) ou “Afrisia Santiago” e, ainda, “Anphisia Santiago”, conforme citação da própria RBP. Nessa mesma seção em que escreveu Amélia de Rezende, intitulada “Sociologia educacional”, Afrisia propõe a CCBE e aos membros do 1º Congresso Católico de Educação que, “empreguem esforços os professores catholicos no sentido da organização de patronatos urbanos e suburbanos afim de prestarem assistência religiosa social aos adolescentes, vendedores de jornaes, engraxates, baleiros, etc; proporcionando-lhes aulas nocturnas, ensinando religião, diversões e meios de trabalho christãmente controlados” (SANTIAGO, 1935, p.176). Vale ressaltar que Anfrísia também foi relatora do VI Congresso Nacional de Educação (1933), ao lado de Gustavo Capanema, Afranio Peixoto, Mario Augusto Teixeira de Freitas, Carneiro Leão, padre Helder Camara, Candido de Mello Leitão, d. Xavier de Mattos, Lourenço Filho e Arthur Moses, todos colaboradores das comemorações Anchiitanas de 1934 (VI CONGRESSO..., 1933, p.6).

que consigam delas arrancá-lo, dar-lhes o desejo de guardá-lo, fazendo-as rezar”. Era uma ferramenta sobretudo essencial para a pregação dos preceitos cristãos, um método “humanitário” utilizado no passado pelas monarquias ibéricas para moralizar e civilizar os povos indígenas que também serviria ao presente, bastando para isso, “adaptá-la às necessidades atuais”, isto é, fazê-la “presente no campo da Renovação Educacional não apenas para exigir o ensino religioso nas escolas, mas para defender as idéas avançadas mas criteriosas, progressistas mas ponderadas” (APRESENTAÇÃO... 1934, p.1- 4).

Em artigo da RBP intitulado “A necessidade duma formação especial das catequistas para as escolas públicas e particulares”, o padre, escritor e representante diocesano da CCBE³³⁹, Guilherme Boing (1935), afirmou que, até o início dos anos 1930, a Igreja não tinha nenhum sistema organizado para o ensino de catecismo. Para Boing, o catecismo “era simplesmente uma hora em que a catequista tomava a lição decorada, e determinava a lição para a aula seguinte”. Ou seja, um catecismo “deficiente” e sem relação com o “progresso e desenvolvimento dos processos pedagógicos”. Um erro que deveria ser corrigido com urgência, visto que era em decorrência desse “atraso pedagógico do catecismo” que o ensino religioso se tornava um “verdadeiro tormento”, perdendo a simpatia de grande parte do professorado e das crianças³⁴⁰. Para padre Boing, era preciso construir um sistema catequético conforme os moldes da Pedagogia Moderna. Nas palavras do clérigo:

Para dizer de uma vez a verdade clara e pura, não tínhamos nenhum sistema para o ensino de catecismo. Nas mais vezes o catecismo era simplesmente uma hora em que a catequista tomava a lição decorada, e determinava a lição para a aula seguinte. Esta deficiência faz sentir-se tanto mais hoje em dia, em que estamos em franco progresso e desenvolvimento dos processos pedagógicos. Podemos e até devemos certamente reprovar muito na Pedagogia nova, lembremo-nos bem das palavras de S. Paulo: Omnia probate, quod bonum est, tenete. Examinai tudo, guardai o que é bom. E é inegável que a instrução ganhou e melhorou muito. Há mais compreensão da alma infantil, há mais educação e menos instrução só. A criança não é mais tão passiva, é menos reservatório daquilo que recebe, e mais ser humano que sob orientação e auxílio sábios adota os ensinamentos apropriados pelo trabalho individual. Em consequência do atraso pedagógico do catecismo, ele não goza, geralmente, de grande simpatia, nem por parte do professorado, nem por parte

³³⁹ Segundo matéria de *A Cruz*, padre Boing é “diretor e representante diocesano da CCBE”. O mesmo sacerdote foi encarregado de prestar auxílio e suporte ao I Congresso Católico de Educação. Ver: Primeiro...(1934, p. 4). Padre Boing também pertenceu à Cúria Arquidiocesana de Belo Horizonte e foi presidente do II Congresso Católico Nacional de Educação. Ver: 2º Congresso... (1937, p. 5); *A Cruz*, p.2, 3 out. 1937.

³⁴⁰ Padre Alvaro Negromonte, em artigo intitulado “A memória e o catecismo”, publicado na seção “Lições e Metodos” da RBP, assim afirma: “Enquanto não conseguirmos essas boas edições as catequistas ou os vigários marquem as questões essenciais que as crianças devem decorar. Não é possível impor aos pequenos a memorização de todo catecismo. O catecismo do Cardeal Gasparri destinado aos pequenos, tem 240 respostas” (NEGROMONTE, 1937, p.58).

das crianças, para ambos o ensino religioso é um verdadeiro tormento. É preciso, pois construir um sistema catequético conforme os moldes da Pedagogia Moderna. [...] O catecismo, por ser matéria do programa deve merecer, por parte do professorado, a mesma dedicação com as demais matérias. A metodologia não tem aplicação só na matemática, leitura, etc., etc., a metodologia é universal, dá os princípios aplicáveis a qualquer matéria. [...] O catecismo precisa de método. (BOING, 1935, p. 188).

E, se, na concepção desses intelectuais católicos, “toda pedagogia” era “baseada em uma filosofia da vida”³⁴¹, como bem asseverou Carlos A. Barbosa de Oliveira, então, por “pedagogia católica” entendia-se “catecismo”. Repita-se, *catecismo jesuítico*. Uma “pedagogia do catecismo” (OLIVEIRA, C. 1934, p.276) em que a “educação e a filosofia da vida estão ligadas [...] não tanto pelo lado lógico de causa e efeito, mas por uma solidariedade viva como dois ramos de um mesmo tronco” (OLIVEIRA, 1934, p.274). Uma “pedagogia perennis”, isto é, uma pedagogia da sabedoria, que considera a educação como uma “unidade viva” e que visa sempre à perfeição do sujeito, seja por excelência ou relativa, que busca modelar o homem, o qual nasce imperfeito, por meio do desenvolvimento de uma “formação integral”, tendo sempre presente “a verdade e a realidade em seu conjunto” (OLIVEIRA, C.1934, p.274)³⁴². Ainda para o autor:

Reconhecida a relevância da pedagogia de catecismo, especialmente, pela justa apreciação da inteligência e capacidade das crianças, muito se tem aperfeiçoado o método de educação religiosa, de forma a – utilizando tudo quanto o passado nos legou de excelente – torna-lo de maior eficiência pelo emprego de certos processos atualmente adotados, com indubitável proveito, em todo o ensino. (OLIVEIRA, C. 1934, p.276).

³⁴¹ Aspasia Marques, intelectual partícipe da “Cruzada de educadoras católicas de Pernambuco”, também escreveu um artigo na RBP ressaltando a necessidade de se interpretar o “catolicismo como filosofia de vida”. A autora descreve, por sua vez, as “atitudes e as ações” que deveriam tomar o professorado católico face da filosofia, da pedagogia do catecismo e das correntes educacionais modernas. O interessante é que, para argumentar, Aspasia, usa sempre como referência a obra do jesuíta Leonel Franca, SJ “Ensino religioso e ensino leigo”. Ver: Marques, A. (1935).

³⁴² Esse posicionamento encontrou respaldo político em muitos artigos e textos – inclusive propagandísticos. Alguns exemplos podem ser dados seja pela seção da RBP, intitulada “Galeria dos mestres contemporâneos”, que realizava, com certa assiduidade, menção aos intelectuais jesuítas ou aos seus colaboradores, como Raymond Buyse, professor de didática experimental e metodologia na Universidade de Louvain (BUYSE, 1934, p. 75-76), seja por obras que circularam no período, entre as quais os escritos de padre Franca, SJ, Arlindo Vieira, SJ, Augusto Magne, SJ, José Danti, SJ, Paulo Bannwarth, SJ, C. Dainese, SJ, Serafim Leite, SJ, Frota Gentil, SJ e Coulet, SJ, muitos, também, colaboradores da RBP no período recortado pela pesquisa. A respeito, ver, por exemplo: Franca (1934 a; 1934b; 1934c; 1936); Gentil (1934 a; 1934b; 1934c; 1934d); Magne (1934); Vieira (1935); Danti (1935), entre outros. Vale ressaltar que a RBP também indicava “referências internacionais”, isto é, de intelectuais católicos que atuavam na educação, notadamente, alguns partícipes do *partido jesuíta*. Em sua seção intitulada, “Mestres estrangeiros”, por exemplo, encontra-se o espanhol Ruis Amado, SJ (1861 -1934), escritor da obra “La educacion Intelectual”. Em artigo intitulado “A teoria do interesse em Pedagogia”, o autor realiza uma tradução sintética dos principais temas abordados na obra de padre Amado, exaltando, por exemplo, a tradicional educação jesuítica e seus “valores perenes”, como a “educação humanística, ativa e integral”. Entre os livros de padre Amado que circularam aqui no país, estão: Educación cívica (1918); La educación femenina (1923) e Las repúblicas hispanoamericanas: su independencia y vida independiente: suplemento de la Historia universal (1933). Ver: (AMADO, 1937, p. 118).

Na ênfase do já citado ex-aluno jesuíta, Júlio Barata (1939, p.2), “educação religiosa e católica” correspondia à “pedagogia da Companhia de Jesus”, isto é, à aplicação tanto do método pedagógico dos jesuítas - o *Ratio Studiorum*-, o “precursor da pedagogia moderna”, quanto da catequese para a educação religiosa nas escolas³⁴³.

E, se por um lado a catequese servia para “vitalizar o povo”, tirando-o da “mais densa ignorância e dos vícios bárbaros” (MARTINS, 1934, p.74), por outro, o “Plano de Estudos da Companhia de Jesus” (FRANCA, 2019, p.7) também favorecia a demanda das elites pelas chamadas novas técnicas pedagógicas. Quer dizer, servia para demonstrar aos professores “católicos e acatólicos”, como diziam, em especial aos que ensinavam as primeiras letras, que o “verdadeiro” método ativo tinha sob base filosófica o *código de ensino jesuíta*³⁴⁴, isto é, o *Ratio*, aquele no qual “se pautou a organização e a atividade de numerosos colégios que a Companhia de Jesus fundou e dirigiu durante cerca de dois séculos, em toda Terra”. O *Ratio*, “sob o nome de metodologia”, compreendido “tanto como processos didáticos adotados para a transmissão de conhecimentos, quanto os estímulos pedagógicos postos em ação”, era o único que asseguraria o êxito do esforço educativo (FRANCA, 2019, p.55). Para Franca (2019, p.53), o *Ratio* tinha a “plasticidade indispensável a todas as adaptações exigidas pelo movimento progressivo da cultura.

³⁴³ Parece não haver contraposição, isto é, uma distinção mais específica entre “ensino religioso” e “catequese” no discurso de muitos intelectuais do período, basta analisar brevemente os artigos que tratam sobre o tema na RBP. O problema parece estar relacionado ao substantivo “religioso”, ou melhor, à “concepção de religiosidade”, que, dependendo do contexto e das circunstâncias históricas e políticas, pode trazer, em seu significado, traços de uma *cosmovisão unirreligiosa*, isto é, dogmática. Assim, é preciso estar atento ao sentido usado nos termos “ensino” e “religioso” pois, como assevera Passos (2007), dependendo do “modelo” ou do “método” utilizado, a “concepção de ensino religioso pode variar muito”, ou seja, pode ir de uma “doutrinação unirreligiosa [...] de grande afinidade com a escola tradicional, cujo objetivo é a expansão das igrejas”, passando para uma formação religiosa teológica de “cosmovisão plurirreligiosa” (que também pode ser uma espécie de catequese disfarçada), até chegar em uma concepção de ensino religioso que ultrapasse essa confecionalidade estrita, “de forma a superar essa prática catequética na busca de uma justificativa mais universal para a religião enquanto dimensão do ser humano e como um valor a ser educado (PASSOS, 2007, p. 60). Atualmente, o ensino religioso é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB nº 9394/96, como parte integrante do currículo das escolas de ensino fundamental, o que o caracteriza como uma disciplina, embora de matrícula facultativa. Em síntese, pode-se dizer que o ensino religioso visa a educação da religiosidade, devendo ter clara a questão da diversidade e liberdade religiosa. Sobre esse tema, conferir: Passos (2007) e Stigar (2013).

³⁴⁴ Segundo Franca (2019, p.78) a “pedagogia inaciana” é “uma pedagogia essencialmente ativa”. Tudo no seu “Código de ensino” concorre, segundo o padre, para “pôr em relevo esta feição muito sua”. E acrescenta: “A simples organização da aula já é significativa. Nada que se pareça a uma multidão atômica e amorfa de alunos em face de um livro morto ou de uma conferência ouvida passivamente. A aula organiza-se como uma pequena sociedade onde cada estudante tem sua função a desempenhar”. No *Ratio*, a aula é antes de tudo “uma sala de exercícios” múltiplos, variados e interessantes, a qual se enquadra e dá vida às lições. Nessa aula, o professor “renova o interesse”, tendo a “missão” de manter organizado o ambiente, vivo e agradável, apelando sempre para a atividade do jovem. “Ut excitetur do ingenium é a forma que ocorre várias vezes no *Ratio*” (FRANCA, 2019, p.79).

Sugestivamente e a título de complementação, para o antigo aluno dos jesuítas, Augusto Saboia de Lima (1894-1963)³⁴⁵, o *Ratio Studiorum* era a “mais sólida armadura forjada até hoje para conquistar os corações”. Um instrumento fundamental para anunciar ao mundo o entendimento da palavra de Deus, de Cristo, pelo *Logo* do saber. Uma arma poderosa para transmissão de valores, de ideias e de doutrina. E, assim como a Igreja precisou de uma Ordem educadora para “formar o povo brasileiro” no período colonial, pelos esforços de “pedagogos” jesuítas como “Nóbrega, Anchieta, Navarro”, o “Brasil actual” também deveria reconhecer nos seus “jesuítas contemporâneos”, como “Madureira, Natuzzi e Leonel”, os seus maiores aliados para o progresso intelectual, moral e social do país. Na ênfase de Saboia de Lima:

Agem com aquelle humanismo de vistas largas condensadas no “**Ratio Studiorum**” que é a mais sólida armadura forjada até hoje para conquistar os corações. Para tal como norma “ensinar para educar, e educar para levar as almas a Deus”. Como processo “tudo para o alumno e o alumno para Deus”. Se o Brasil colonial teve no jesuíta, por mais de dois seculos, o seu heroico e desvelado pedagogo que o criou, catechizou, instruiu, educou e formou um povo único e nação pelos esforços de Nobrega, Anchieta, Navarro e a figura gigantesca de Antonio Vieira, o Brasil actual deve reconhecer no jesuíta o seu mais delicado aliado no progresso intellectual, moral, religioso e social de seus filhos, e aquelles vultos gloriosos junto aos nomes contemporâneos de **Madureira, Natuzzi e Leonel** (LIMA, A.S. 1932, p.5, grifo meu).

Impossível, pois subestimar o objetivo desses militantes do *partido jesuíta* e sua incessante busca por domínio e conquista do mercado cultural. Limitemo-nos, por ora, aos dizeres de Leonel Franca, SJ, em sua obra “O método pedagógico dos jesuítas: o *Ratio Studiorum*”, quando afirma que a intenção que os ditou “foi não só de orientar os professores novos” mas também, “unificar o sistema de ensino e a tradição pedagógica da Ordem” (FRANCA, 2019, p.55). Ou, quem sabe, num exercício sintético, expor aqui parte do discurso

³⁴⁵ Saboia de Lima esteve presente em muitos espaços partilhados pelo grupo em estudo. O cruzamento de dados sinalizou a participação do intelectual em instituições, eventos e associações, tais como: “Sociedade Santo Ivo” (*A Cruz*, Rio de Janeiro, p.3, 17 mai. 1931); “Missa transatlântico Dullio: recepção para d. Sebastião Leme” (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.3, 21 out. 1930); “Comemorações da Companhia de Jesus (1932): missa no Gloria, lançamento pedra fundamental do monumento Anchieta e sessão lítero-musical no Instituto de Música” (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5-6, 4 e 5 abr. 1932); “Centenário Anchieta” (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.19, 25 dez. 1932); “Jubileu episcopal de d. Sebastião Leme (1936)” (*A Cruz*, Rio de Janeiro, p.2, 31 mai. 1936); “Semana do Cristo Redentor (4 a 12 out. 1931) e na Assembleia Confederação Católica” (*O Jornal*, Rio de Janeiro, p.1, 8 out. 1931); “Assembleia dos ex-alunos da Companhia de Jesus (1932)” (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.5, 18 mar. 1932); “Sociedade dos amigos de Alberto Torres (1933)” (*Jornal do Commercio*, p.8, 15 nov. 1933) e no “Automovel club” (*A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, 27 out. 1939).

impresso da professora e membra da AAACJ, Laura Jacobina Lacombe (1897 - ?)³⁴⁶, em uma sessão de instalação da APC de Itajubá.

Segundo a intelectual, as finalidades das Associações dos Professores Católicos, “esquadradas pela orientação única de uma Confederação Nacional”, eram garantir “uma orientação única”, um programa de ação que se resumia a duas proposições: a primeira, “aprofundar as novas descobertas científicas da pedagogia”; e, a segunda, “transportar para o ensino da religião os aperfeiçoamentos da técnica pedagógica”. Sendo que, no que se refere ao segundo ponto do programa, não bastava apenas “melhorar a metodologia de ensino religioso” mas era “urgente uma preparação profunda da doutrina cristã para o corpo de catequistas”, sendo essencial, resgatar os ensinamentos do “primeiro mestre do Brasil”³⁴⁷ - José de Anchieta (LACOMBE, 1934, p.106-107).

³⁴⁶ Já foi exposta em trabalho anterior (HAYDN, 2017), a rede familiar desse grupo católico que circulava paralelamente na ASB, na ABE, na CCBE, entre outras instituições socioculturais. Contudo, acho importante relembrar aqui, que a mãe de Amélia Rezende Martins, Maria Amélia Barbosa de Oliveira, era tia de Isabel Lacombe, fundadora do colégio Progresso, em 1878, no Rio de Janeiro, posteriormente denominado Colégio Jacobina. Então, a intelectual Laura Jacobina Lacombe, (primeira filha de Isabel), era prima de segundo grau de Amélia. E entre aqueles que compunham o Conselho Diretor da ABE, no período, entre 1927-1928, estavam, por exemplo, Carlos Américo Barbosa de Oliveira, Américo Jacobina Lacombe, Laura Lacombe, Vitor Lacombe e Flávio Lyra da Silva – todos familiares e/ou parentes de Amélia de Rezende Martins. Em 1929, ingressa como sócia mantenedora da Associação outra familiar, Maria Amélia Lacombe. Vale ressaltar que a análise prosopográfica também revelou que a intelectual, Amélia de Rezende Martins, possuía relações de parentesco com as famílias: Souza Queiroz, Barbosa de Oliveira, Ribeiro Rezende, Barros Leite, Ribeiro de Souza Rezende, Souza de Rezende, Lopes Martins, Jacobina Lacombe, Lessa, Lyra Silva, Magalhães Castro, Mesquita Pimentel, Coimbra de Magalhães Castro. Trata-se, assim, de mais um ponto importante que nos ajuda a compreender, ou a desvelar, processos de formação de poder desse grupo católico ancorado por laços familiares. Para mais informações, conferir dados biográficos dos intelectuais: Isabel Jacobina Lacombe, Carlos Américo Barbosa de Oliveira, Amélia de Rezende Martins, Carlota Barbosa de Oliveira, Flavio Lyra da Silva, America Lessa (America Barbosa de Oliveira Lessa), Maria Cecília de Rezende Martins, Maria Amélia de Rezende Martins, Francisco de Magalhães Castro (Francisco de Assis de Magalhães Castro), Maria Eugenia Barbosa de Oliveira, no *Banco de Dados* desta tese, disponível em: <https://intelectuais.com.br>.

³⁴⁷ A “festa do Primeiro Mestre” foi divulgada na RBP e teve a participação da Associação dos Professores Primários (APP), da Associação Brasileira de Educação (ABE), do Centro de Coadjuvantes do Ensino (CCE) e da Sociedade Carioca de Educação (SCE). De acordo com as informações da RBP, em sua seção de “Notas e Notícias”, publicada em fevereiro de 1934, os intelectuais “reunidos nessa comissão conjunta” procuraram dar à projetada festa um “especial relevo aos professores primários”, mas, ao lado disso, o texto também incitou o apelo à consagração da memória do “primeiro mestre do Brasil”, cujos indícios sinalizam diretamente para José de Anchieta. As palestras foram divulgadas em várias rádios da cidade do Rio de Janeiro,” graças à intervenção do intelectual”, também membro da AAACJ, “Alfredo Baltasar da Silveira”. Já a imprensa ficou pela “bôa vontade” de Herbert Moses e Eustorgio Wanderley”. A comemoração, segundo a notícia, ocorreu no dia 15 de outubro de 1934, iniciando-se, na Igreja São Francisco de Paula com a participação do então cônego Henrique de Magalhães Castro. Após, mais à noite, houve uma sessão no Instituto de Educação presidida por “d. Leme, Fernando Magalhães, Lourenço Filho, padre Leonel Franca, S.J., Isabel Jacobina Lacombe e Leonie Anglada”. Vale ressaltar que no final desse artigo, especificamente, no final da lauda, há uma chamada para a “A Festa de Anchieta”, com a seguinte transcrição: “Por proposta do Dr. Vilhena de Moraes, ilustre vice presidente da A.P.C. do Distrito Federal, esta Associação vai festejar de modo condigno, a 19 de Março, a memória de Anchieta que a justo titulo deve ser considerado o Primeiro Mestre do Brasil. A C.C.B.E. tomando conhecimento da deliberação da A.P.C. do Distrito Federal concita as demais associações confederadas a igualmente prestarem nesse dia brilhantes homenagens ao grande catequista dos selvícolas do Brasil” (A FESTA do Primeiro Mestre...1934, p.47). Outro sinal é a alocução escrita de padre Henrique de Magalhães, quando agradece aos “Ilustres ouvintes e presados

A partir desta linha de pensamento, não se pode fechar a análise sem refletir o quanto é estreita a relação entre a proposta inicial da fundação da CCBE e os objetivos desses colaboradores do *partido jesuíta*. Em virtude da importância dessa reflexão, pouco aprofundada no campo da historiografia da educação católica brasileira, vale a pena realizar aqui uma breve digressão. Embora não se possa afirmar ter havido a monopolização ou *controle* total desses colaboradores dos jesuítas, constatou-se, não obstante, por meio do estudo prosopográfico, que esses intelectuais tenderam a se concentrar nos cargos diretivos da associação. Além disso, não seria difícil multiplicar as evidências documentadas que apontam para essa estratégica aproximação dos jesuítas à Confederação. A impressão que se tem é a de que esses sujeitos estavam dispostos a defender um pensamento educacional único (hegemônico) na CCBE. O projeto era criar uma cultura intelectual e filosófica jesuítica no âmbito da educação, por meio da (re) invenção de seu *código* de ensino, o *Ratio Studiorum*, um plano que, se fosse bem estruturado, faria convergir toda a vida escolar brasileira para um fim único: a educação integral em consonância com as diretrizes da Igreja. Essa ilação, no entanto, faz-se com base em algumas pistas. Parafraseando Ginzburg (2014, p.177), se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais - que permitem decifrá-la.

Vejamos então, algumas *pistas* deixadas sobre essa realidade complexa da atuação do grupo na CCBE.

7.1 Ecos de *Jesuitismo* na Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE).

Melo (2006) e Narcizo (2008) apontam que a estrutura e a identidade da confederação, definidas a partir do seu próprio estatuto, foram pensadas de forma que ela atuasse como elemento centralizador de toda a rede de associações de professores católicos e estabelecimentos de ensino e, também, que sua configuração “previa a representação de interesses a partir da organização de duas instâncias de gestão, remetidas ao plano estadual e nacional”. Segundo Narcizo (2008), no artigo 1º, do estatuto da CCBE, a entidade é definida como “uma sociedade de professores e estabelecimentos de ensino católicos e um grêmio de assistência social-religiosa” e, em seu artigo 4º, a Confederação se descreve, segundo o autor, como “uma sociedade sindicalista do professorado católico, uma agremiação de intelectuais e

mestres” o gentil gesto ou ato de congregarem, em “alta expressão [...] pela manhã e a noite no dia de hoje, em homenagem aos desbravadores da selva”, os jesuítas, primeiros mestres do Brasil. (*Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano1, n.1, p.43-47, fev.1934).

um grêmio de assistência social-religiosa”. Contudo, o único ponto em comum que essas duas definições trazem, é a referência à “assistência social-religiosa”. Para os autores, esse ponto em comum procura situar a CCBE,

não como uma entidade de classe ou vinculada a interesses específicos, mas sim como um grupo instituído para defender, em unidade, uma causa mais nobre e abrangente: “dotar a Pátria com uma educação integral, de acordo com as diretrizes firmadas pela Igreja”. Para alcançar tal objetivo, a C.C.B.E. elege duas linhas de ações principais: a “proposição de mudanças na legislação escolar” e a promoção do “aprimoramento do professorado católico e dos estabelecimentos de ensino”. A construção do discurso da confederação em seu estatuto procura adotar um sentido de unidade bastante coesa entre estes dois grupos distintos abarcados na mesma instituição, procurando apagar possíveis divergências entre eles e unindo-os em torno dos objetivos comuns da organização. (NARCIZO, 2008, p.31).

De fato, a CCBE é, conforme assinalaram os autores, “um grupo instituído para defender, em unidade, uma causa mais nobre e abrangente” de acordo com as “diretrizes da Igreja”. Nesse sentido, não se pode esquecer que essas diretrizes ou preceitos estavam em articulação com a política de Pio XI, então, “centralizada nos jesuítas” (GRAMSCI, 2011, p.158), e, que Everardo Backheuser, idealizador da confederação, também fez parte do corpo diretivo da AAACJ, ao lado de outros 126 colaboradores dos jesuítas, também membros das duas associações e, cujas ocupações estavam diretamente relacionadas ao âmbito social e educacional. Outro ponto é, que as duas associações contavam com a assistência eclesiástica de padre Leonel Franca, SJ, um dos maiores destaques do movimento católico e “mais influente membro da intelectualidade católica” (NARCIZO, 2008, p.36) aquele que chegou a ser chamado por Afonso Celso (1935, p.245) em uma das conferências do IHGB, de “obreiro, planejador e iniciador” da causa Anchieta, o “apóstolo [...] continuador das glórias da Companhia de Jesus” no Brasil³⁴⁸.

³⁴⁸ Em matéria do *Jornal do Brasil*, intitulada “Técnica pedagógica”, Afonso Celso refere-se novamente ao padre Leonel Franca, SJ, como “o exímio continuador de Anchieta”. O interessante é que essa expressão vem acompanhada de uma síntese persuasiva com o uso da propaganda sobre um dos trabalhos de Everardo Backheuser, “o número VIII da Biblioteca de Cultura, dirigida por Tristão de Athayde e editada pela Sociedade Anônima Civilização Brasileira”, intitulado “Técnica da Pedagogia Moderna (Teoria e prática da Escola Nova)”, que, segundo Afonso Celso, “teve como prefaciador o exímio continuador de Anchieta, padre Leonel Franca”. E, como exímio continuador das obras da Companhia de Jesus e defensor do código de ensino jesuíta, este, que, “procede de tamanha autoridade espiritual e moral que dispensa qualquer outro”, qualificou a obra de Backheuser como “sintética e equilibrada” pois oferecia uma “solução a todos os problemas pedagógicos da candente atualidade”. Expendia “os métodos e reformas inovadoras, atinentes aos graves assuntos das relações entre a autoridade do mestre e a espontaneidade, à colaboração da escola com a família, à formação moral, econômica e artística da mentalidade juvenil” (CELSO, A. 1935, p.5). Sem dúvidas, soluções também presentes no “Plano de estudos da Companhia de Jesus”. Para tanto, basta conferir a o capítulo intitulado “Valor permanente do Ratio”, disponível na obra “Método Pedagógico dos Jesuítas: o Ratio Studiorum” de padre Franca (2019).

Constata-se ainda que, para Franca, o *Ratio Studiorum*, adaptado “num plano bem estruturado e harmonioso” era o único que conseguiria organizar o sistema educativo de maneira mais orgânica, homogênea e eficiente, o único que conseguiria imprimir nos colégios, isto é, em sua “administração, currículo, metodologia e distrações” um pensamento alicerçado na metafísica tomista-aristotélica (FRANCA, 2019, p.70).

Todavia, tais indícios não significam, em hipótese alguma, que todos os membros da CCBE compartilhassem dos mesmos princípios e premissas educacionais do grupo em estudo³⁴⁹ - ferrenhos defensores dos jesuítas - é possível que tivessem apenas como base a encíclica *Divini Illius Magistri*, visto que ela auxiliava, conforme sinalizou Narcizo (2008, p.4) “na definição de um determinado tipo de professor a ser formado para concretizar as ideias católicas na educação”.

No entanto, convém fazer uma ressalva importante: focando o olhar nos resultados da análise prosopográfica, que teve o intuito de mostrar, de modo coletivo, os envolvidos nesse movimento político e cultural inaciano e, mais precisamente, para um de seus intelectuais biografados - padre Leonel Franca SJ - percebe-se que, a encíclica *Divini Illius Magistri* (1929) era, conforme dizia, uma “atualização” da tradição educacional católica que tinha como referência primeira e maior a *Ratio Studiorum*. De acordo com Franca (2019), os “ideais da filosofia católica da educação”, sintetizados pela encíclica *Divini Illius Magistri*, em “*Acta Apostolicae Sedis*, t. XXII (1930)”, para “a realização plena da natureza humana elevada à ordem sobrenatural de acordo com os desígnios divinos”, eram os mesmos que norteavam a pedagogia e o ideal educativo da Companhia, e só poderiam ser vistos, na prática, isto é, concretizados de modo mais eficiente no sistema educacional, por meio da aplicação do “plano de estudos que a Companhia de Jesus elaborou na segunda metade do século XVI”, o “*Ratio Studiorum*”, uma obra de valor permanente e “destinada a desafiar os séculos, *in omnem parabatur aeternitatem*” (FRANCA, 2019, p.71)³⁵⁰. Para o autor:

³⁴⁹ A própria ideia de “grupo” deve ser vista de maneira problematizada. Nesse ponto, é importante a ressalva realizada por Narcizo (2008) quando questionou a maneira genérica e comumente utilizada em relação ao uso dos termos “católicos” e “escolanovistas” para representar os dois principais grupos envolvidos nos debates educacionais da época. Para o autor “nenhum deles apresentava uma coesão completa entre seus integrantes e suas ideias sobre as questões educacionais”. Em relação aos católicos, isto é, o grupo heterogeneamente composto por leigos e eclesiásticos, eles seguiam, conforme explicita, “diretrizes comuns, como as presentes na encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI, e defendiam a premissa de que a educação é indissociável da religião católica, o que facilita a reunião desses indivíduos como grupo. No entanto, possuíam, mesmo assim, diferenças entre eles em vários aspectos, como, por exemplo, acerca de sua posição em relação à Escola Nova” (NARCIZO, 2008, p.28).

³⁵⁰ Para Franca (2019, p.71), um bom “sistema educativo deveria conter elementos duradouros e definitivos”, visto que, não convinha “romper o equilíbrio entre o mutável e o permanente”. Afinal, para o autor, a natureza humana, na sua estrutura e nas suas faculdades, como nas suas finalidades essenciais, permaneceria a mesma através dos

Como se vê, a finalidade da educação é encarada, com largueza de vistas, em todos os seus aspectos, individuais e sociais, intelectuais e religiosos. Nos nossos dias, nesta síntese admirável da filosofia católica da educação que é a encíclica *Divini illius Magistri*, dirá Pio XI: “a educação cristã compreende todo o âmbito da vida humana, sensível, espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social... para elevar, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e a doutrina de Cristo. Pelo que o verdadeiro cristão, fruto da educação cristã, é o homem sobrenatural que pensa, julga e opera constante e coerentemente, segundo a reta razão iluminada pela luz sobrenatural dos exemplos e da doutrina de Cristo; ou, por outras palavras, é o verdadeiro e o perfeito homem de caráter”. Um ideal que se identifica com a própria finalidade suprema do homem confere a um sistema educativo não só a solidez da verdade, mas a um princípio unificador, uma hierarquia de valores, uma convergência de esforços, uma riqueza de estímulos, uma eficiência de ação sobre as profundezas da consciência, que, indispensáveis e insubstituíveis, lhe asseguram um resultado definitivo. Na prática, porém, da vida escolar, este objetivo geral deve concretizar-se em finalidades específicas que irão orientar, nas suas diferentes fases, o desenvolvimento humano. Assim, no plano do *Ratio*, enquanto os cursos universitários visam mais diferentemente a formação profissional, o secundário tem uma finalidade acentuadamente humanista (FRANCA, 2019, p.74-75).

A bem dizer, observa-se, nos discursos de Franca (2019), a presença constante de enunciados nos quais se libera uma significação determinada de ideologia política que induz o sujeito a associar as finalidades da doutrina, isto é, seu conjunto de princípios, diretrizes e critérios, consoantes ao Magistério da Igreja, com os fins da Companhia de Jesus. De um modo ou de outro, é o que sugere, segundo ele, o próprio fundador da Ordem, no preâmbulo da IV parte das *Constituições*, consagrada aos colégios:

Como o fim da Companhia é levar as almas ao fim para o qual foram criadas; e como para atingi-lo, além do exemplo da vida, é necessária a doutrina e o modo de propô-la; uma vez que os candidatos houvessem lançado os fundamentos da abnegação de si mesmos e do progresso nas virtudes, deverá construir-se o edifício das letras e o modo de servir-se delas para melhor conhecer e servir a Deus criador e Senhor nosso. Para este fim, funda a Companhia colégios e também, às vezes, Universidades (FRANCA, 2019, p.73-74).

Assim, nos termos dessa descrição, a pedagogia da Companhia de Jesus é, conforme advoga Franca (2019, p.73), “iluminada por um grande ideal”, um “fim supremo” que permitiria

tempos. E, nesse sentido, a “preocupação exagerada de ajustar os processos educativos aos acontecimentos contemporâneos sob o pretexto de melhor preparar os estudantes para resolver os problemas sociais do dia”, era, segundo o autor, “contraproducente” e poderia “deslocar do essencial para o acessório o centro da gravidade do esforço educativo” (FRANCA, 2019, p.71-72). Aos olhos de Franca “todo código de educação” deveria estar preparado de modo planejado para toda a eternidade - “*Nam ut res eran gravíssima e in omnoem parabatur aeternitatem*”. Como já advertira Santo Inácio, a conveniência de “adaptá-lo à variedade de lugares, tempos e pessoas- *id dum taxat monendo, illa locis temporibus et personis accomodari*” (FRANCA, 2019, p.71).

orientar toda e qualquer atividade educativa da Igreja³⁵¹. Ora, se a função do Magistério é, segundo os católicos, a de armazenar, elucidar, transmitir e ensinar as *tradições* orais e escritas da doutrina “revelada por Deus”³⁵², que é própria da autoridade da Igreja, mas mais efetivamente do papa e dos cardeais ligados a ele, então, fica claro que, a Companhia de Jesus, sendo uma Ordem composta por padres que pregavam a total obediência ao papa e aos superiores hierárquicos, possuía um importante contributo na sistematização dessa tradição, particularmente no que concerne ao desenvolvimento da doutrina e das instituições sociais católicas.

Por sua vez, os jesuítas, também acreditavam no desenvolvimento progressivo dessa doutrina, principalmente pelo desenvolvimento gradual da “inteligência na fé” ou “revelação divina”, assim como fez, de modo excepcional, o fundador da Ordem, santo Inácio de Loyola, quando escreveu as constituições jesuítas na capela de Montmartre em Paris, adotadas em 1554, que deram origem à organização mais disciplinada e guerreira do catolicismo, para “a maior glória de Deus”. Afinal,

S. Inácio era o homem da glória de Deus. Esta expressão, que lhe volta inúmeras vezes à pena, constituía para o seu espírito não uma sonoridade vazia, mas a mais rica das realidades vivas. Glória de Deus é a manifestação das perfeições e excelências divinas na realização perfeita dos planos da obra criadora e redentora. Levar o homem ao conhecimento e à consecução deste magnífico destino é, a um tempo, salvar o homem e glorificar a Deus. A grandeza e a universalidade deste fim supremo dominará e orientará

³⁵¹ O diretor do colégio São Luís de São Paulo (1931-1940), José Danti, SJ, intelectual com participação ativa na RBP e, também, membro da AAACJ, compartilhava a mesma ideia de “superioridade” da Companhia de Jesus” em relação às ações educativas da Igreja. Ver, por exemplo, seu artigo publicado na RBP, intitulado “O estudo da religião na pedagogia da Companhia de Jesus”, publicado em outubro de 1935, na seção de “Filosofia Educacional” (DANTI, 1935).

³⁵² A expressão se refere a uma “revelação imutável” ou “depósito de fé” (2 Tm, 1-5), como afirmam os cristãos católicos. Uma *revelação* que é conservada e propagada de geração em geração, de maneira ininterrupta e integral pela Igreja por meio de uma *díade* indissociável, isto é, pela *tradição* e pelo *apostolado*. Uma “tradição apostólica” que pode ser oral ou escrita, notadamente, em conformidade com o capítulo segundo da “Segunda Carta aos Tessalonicenses”, versículos 2 a 15, e com o capítulo primeiro da “Segunda Carta a Timóteo”, versículos 13 a 14. Em II Tessalonicenses 2,15, por exemplo, encontramos a seguinte descrição: “Então, irmãos, estai firmes e retende as tradições que vos foram ensinadas, seja por palavra, seja por epístola nossa”. Considerando ainda que “*tradição*”, em latim, *traditio*, significa “entregar” ou “passar adiante”, que, nesse ato de entrega, há um ensino e, ainda, que todo indivíduo é herdeiro de um complexo legado cultural, então, na Carta a Timóteo, o termo, também estende-se à exemplaridade da chamada “tradição viva”, isto é, da vida dos apóstolos Paulo e Timóteo. Preso e prestes a enfrentar o martírio, Paulo procura estimular seu companheiro Timóteo, convidando-o a reavivar a vocação (dom gratuito de participação no projeto de Deus) que este recebeu em sua “ordenação” para a missão, a qual consiste fundamentalmente em testemunhar o Evangelho. Conforme explicita o apóstolo: “Dando graças a Deus a quem desde os *meus* antepassados servem com uma consciência pura, de que sem cessar faço memória [...] nas minhas orações noite e dia”, conservando, por sua vez, o modelo de suas “sãs palavras [...], na fé e na caridade que *há* em Cristo Jesus”, guardando, “o bom depósito pelo Espírito Santo que habita em nós” (2 Tm, 1, 3.13-14). Não se envergonhando do “testemunho do senhor”, aquele que te chamou com uma “santa vocação” e para o qual foi “constituído pregador, apóstolo e mestre dos gentios” (2 Tm 2.8-11). (BÍBLIA SAGRADA, 1990, p.1466).

necessariamente, do alto, toda e qualquer atividade educativa digna do homem (FRANCA, 2019, p.73).

A todos esses fatores, Franca (2019, p.42) acrescenta ainda que a pedagogia da Ordem era a única que possuía “características dominantes e superiores”, como: o “currículo humanista; o método e a ordem” e o “espírito inaciano”; elementos fundamentais para que a Igreja restaurasse, na prática, a doutrina tomista com base nos pensadores medievais tradicionais³⁵³, reafirmando o retorno direto ao sistema de *Doctor Angelicus*, substância medular da ortodoxia católica e base da filosofia cristã. Ao seu ver, a Companhia de Jesus foi, “depois da Ordem dominicana, a primeira família religiosa que escolheu Santo Tomás para seu doutor próprio”, a única que, desde seu nascer, orientou-se para a “mais sólida e profunda sistematização escolástica da filosofia” (FRANCA, 2019, p.35). Sob sua ótica, os jesuítas foram os principais artífices desse paradigma filosófico, teórico, técnico e interpretativo da Igreja, visto que, foram eles, que sempre buscaram assegurar a sua concretização por meio de movimentos metódicos e progressivos no âmbito da cultura.

É precisamente na Universidade de Paris, “mãe de nossos primeiros padres”, onde estudou e se graduou “mestre Inácio” (FRANCA, 2019, p.30) que se delineou “um movimento vigoroso de restauração da síntese clássica do pensamento medieval” (FRANCA, 2019, p.34), assinalou o jesuíta. E continua: foi “Pedro Crockaert, flamengo, que viera ainda jovem para a capital francesa e aí entrara na Ordem Dominicana, em 1503 que formou a escola”. Crockaert “tinha vocação dos grandes professores e a um grupo de discípulos conseguiu transmitir o

³⁵³ Como já dito em nota de rodapé alhures, a *filosofia tomista* não foi homogênea no todo da Igreja. A corrente progressista da *neoescolástica*, por exemplo, não se contentava em restaurar a antiga doutrina de forma integral, mas, tentava incorporar apenas os aspectos positivos do pensamento moderno visando enriquecer os seus conceitos fundamentais de maneira criativa. As figuras centrais dos *modernistas* é o cardeal Désiré Félicien-François-Josep Mercier (1851-1926) e os já citados Antonin-Gilbert Sertillanges (1863-1948). Já a *corrente tradicional*, não pretendia enriquecer a doutrina tomista, mas demonstrar aquilo que é eternamente durável em metafísica. Por exemplo, a atitude defensiva contra os chamados “erros da modernidade”. Nessa corrente é possível encontrar Tommaso Maria Zigliara (1833-1893), Reginald Garrigou-Lagrange (1877-1964) e o cardeal Louis Billot (1846-1931). Vale dizer que Billot foi um jesuíta, conservador e apoiador do movimento *Action Française*, co-escritor da encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, editada em 1907 por Pio X (documento explicitamente contra a modernidade) e professor de teologia dogmática da Universidade Gregoriana (Roma). Billot manifestou-se publicamente sua independência a Francisco Suárez, SJ (1548-1617), principal expoente da escola de Salamanca do século XVI, considerado um dos maiores escolásticos após Tomás de Aquino, contribuindo, com isso, para revigorar o tomismo. Por fim, deve-se destacar a corrente (em sua maioria de jesuítas) que considera a oficialização do *neotomismo* com a publicação da encíclica *Aeterni Patris* (1879) de Leão XIII. É com essa encíclica que Leão XIII busca restaurar a “doutrina orgânica fundamental”, argumentando que a filosofia não varia de acordo com a fase histórica e que os grandes pensadores medievais, como Tomás de Aquino (1225-1274), Boaventura de Bagnoreggio (1220-1274) e João Duns Escoto (1266-1308) já tinham conseguido construir um sistema sólido para sustentar a base da filosofia cristã.

entusiasmo por Santo Tomás” (FRANCA, 2019, p.35). Dentre esses discípulos parisienses de Crockaert saíram,

os mestres de teologia de Inácio de Loyola e dos seus primeiros companheiros Lainez, Salmeron, Bobadilla, etc. Como na atmosfera de Salamanca respiraram Toledo e Maldonado, dois dos mais notáveis professores jesuítas dos primeiros tempos. (FRANCA, 2019, p.35).

E, a partir daí, “orientou-se [...] uma nova Ordem” (FRANCA, 2019, p.35). Tal como um *sopro novo* que “insuflava” na “estrutura exterior do ensino”, os discípulos de Inácio de Loyola, conseguiram imprimir na orientação de seus colégios um sistema filosófico mais sólido, progressivo e duradouro (FRANCA, 2019, p.42). Fizeram da educação um instrumento eficaz de renovação cristã “muito em harmonia” com as “altas finalidades” da Ordem e com a expressão política da Igreja. Segundo Franca (2019):

O novo sopro que os discípulos de Inácio insuflaram na estrutura exterior do ensino, comum a outras escolas do Renascimento, deu-lhe outra vida, imprimiu aos seus colégios uma orientação vincadamente original e assegurou-lhes um êxito que os historiadores menos simpáticos à Companhia de Jesus são unânimes em confessar. Como causas dessa superioridade poderá apontar-se “uma organização melhor, uma visão superior mais esclarecida, professores mais aptos, planificação mais cuidadosa dos pormenores, continuidade mais seguida do corpo docente”. A todos esses fatores, porém, importa acrescentar: “a disciplina e formação de homens para os quais podia fazer apelo um ideal de sacrifício, de fraternidade humana e de amor a Deus. Só assim se poderá compreender com facilidade porque o sistema dos jesuítas fez dos jesuítas os mestres-escolas da Europa durante mais de um século e meio” (FRANCA, 2019, p.42).

Das últimas observações acima, constata-se também que, da parte de Franca (2019, p.43), era importante que ficasse claro que o *Ratio* não era um “tratado sistemático de pedagogia”, visto que, em sua acepção, o código não expunha sistemas e nem discutia princípios. Na verdade, o *Ratio* era uma “coleção de regras positivas e uma série de prescrições práticas e minuciosas” (FRANCA, 2019, p.43) que apontavam constantemente para o cumprimento de uma prática pedagógica eficiente e mais homogênea³⁵⁴, tanto na formação de professores quanto na sua ação docente. Para o autor, o *Ratio*, nasceu e se alimentou da própria “atmosfera de seu tempo”, sendo o resultado de uma “fusão” ou “síntese harmoniosa do que de melhor nos havia legado o esforço intelectual da Idade Média com as conquistas mais sadias e

³⁵⁴ De acordo com Mesquida (2013, p.236), a presença dos jesuítas no Brasil Colônia marcou inolvidavelmente a nossa educação e a nossa prática pedagógica. Para o autor, o *Ratio Studiorum*, “compêndio de regras de como ensinar, como aprender, como administrar uma instituição de ensino”, foi responsável pela construção de um “verdadeiro sistema de ensino no território nacional, pois não somente homogeneizava a prática pedagógica, como estabelecia um único método de ensino/aprendizagem”.

duradouras do humanismo cristão da Renascença” (FRANCA, 2019, p.36). Era, portanto, “a ordenação geral dos estudos da Companhia” e, também “a pedagogia inaciana essencialmente ativa”, uma obra que se achava “ligada a grande parte da aristocracia intelectual dos últimos séculos” (FRANCA, 2019, p.8).

Reiteradamente, o *código* jesuíta seria uma perspectiva do passado que se atualizaria no presente. A alternativa para o progresso da educação no Brasil (e no mundo) estava na reprodução dessas práticas jesuíticas. O presente é um desastre e o futuro só tem alternativa se for uma volta ao passado. Da mesma maneira, os intelectuais do presente grupo em estudo também acreditavam nesse protagonismo jesuítico no âmbito da educação. Afinal esses *Soldados de Cristo* foram os únicos responsáveis oficiais pela educação formal no Brasil Colônia, durante 210 anos, notadamente, entre os anos de 1549 e 1759. Em seus colégios, o *Ratio* servia como base indicativa de teoria e prática para a formação de uma elite letrada no país. Uma elite, tal como assinala Mesquida (2013, p.248), que iria “subdirigir o território e manter-se no alto da hierarquia política, social e econômica: o saber a serviço do poder e da autoridade”.

É verdade, por igual, que os jesuítas também foram responsáveis pela consolidação de uma educação catequética reguladora e moralizadora, voltada principalmente para o “ensino das primeiras letras” e dos “ofícios domésticos” aos povos indígenas, aproveitando continuamente de suas forças de trabalho (MESQUIDA, 2013, p. 247). Então, o que se verifica por essas disposições é que no plano político, para a Igreja, nesse período inicial da década de 1930, era também imperativo, “exercer um trabalho de conscientização de sua elite”, não apenas, evidentemente, sob a direção da Ordem (apesar de ser a mais indicada e referenciada)³⁵⁵

³⁵⁵ Vale lembrar que os jesuítas não foram os únicos a praticar a catequese, franciscanos, salesianos, cistercienses, beneditinos, entre outras ordens, também o faziam. Nesse sentido, vale a pena contextualizar historicamente o conceito de “catequese”. De acordo com a pesquisadora Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (2005, p. 185), desde o advento do cristianismo até a Contrarreforma notabilizaram-se as catequese de “Santo Cirilo, de Santo Agostinho e de Santo Tomás de Aquino, com seus respectivos catecismos que orientavam a evangelização cristã segundo preceitos para suscitar a fé, para administrar os sacramentos e para exercitar orações”. Na verdade, para a autora, a confecção de um catecismo “moderno” somente começou a tomar vulto em fins do Concílio de Trento (1545 a 1563). Foi “por volta de 1563 que foi elaborado o *Catecismo Romano*, cujo modelo inspirador foi o *Manual Pastoral*, de autoria dos padres jesuítas Pedro Canísio, Edmundo Auger e do cardeal Roberto Belarmino”. Foi por volta desse ano que também publicou-se a *Doutrina Cristã*, do jesuíta Marcos Jorge”. Destarte, é válido ressaltar que os primeiros catecismos da América são anteriores ou contemporâneos ao catecismo romano, visto que, imediatamente ao Concílio de Trento, os missionários já confeccionaram cartilhas com o intuito catequético. A autora também salienta que foi por determinação do cardeal d. Henrique que os jesuítas introduziram na colônia brasileira a “*Doutrina Cristã*, de Marcos Jorge”, sendo que “no ano de 1574 o padre Leonardo Vale trasladou-a para a língua tupi”, surgindo, ao mesmo tempo, “várias versões inovadoras derivadas do *Catecismo Romano*” (CASIMIRO, 2005, p. 186). Em 1590, por exemplo, Casimiro (2005, p. 186) resalta que o padre Cristóvão de

ou, para que o “liberalismo dos pensadores modernos fosse rechaçado, negado e anulado” das escolas³⁵⁶ (CUNHA; COSTA, 2002, p.124). Mas era extremamente necessário investir, também, em uma “formação especial de catequistas para escolas públicas e particulares” (BOING, 1935, p.186), procurando adotar um “sentido de unidade”³⁵⁷ bastante coeso no desenvolvimento das práticas pedagógicas entre os distintos grupos de católicos que atuavam na educação.

Na verdade, o ideal “não era apenas ministrar algumas aulas esporádicas sobre religião”, era preciso que o professorado católico, ao se constituir como “ser docente” não separasse de seu “dom inato” a “função de catequista”, fazendo-se, assim, do “ensino inteiro” uma “continua lição de moral”. Abrindo-se, dessa maneira, “o campo para a Ação Católica” (BOING, 1935, p.188).

Vale dizer que, para o já citado padre representante diocesano da CCBE, Guilherme Boing (1935), a falta de sacerdotes e a péssima formação das professoras primárias, em

Matos fez uma tradução para a língua portuguesa e que, a partir de meados do século XVII até a primeira metade do século XVIII, as ideias pedagógicas, que eram “apresentadas na forma didática de livros de reflexões morais e sermões, passaram a ser mais difundidas mediante a anuência das ordens religiosas e ante a licença oficial da Igreja católica”. A autora declara, ainda, que os “intelectuais orgânicos”, como “os jesuítas Antônio Vieira, Jorge Benci e João Antônio Andreoni (de pseudônimo Antonil), o oratoriano Manuel Bernardes e o padre diocesano Manoel Ribeiro Rocha” influenciaram e foram influenciados pelas “ideias pedagógicas inspiradas na filosofia clássica, no estoicismo, na patrística e na escolástica”. O pensamento do jesuíta Jorge Benci, autor da obra *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, de 1700, é um exemplo, segundo a autora, que refletiria, “ao lado de outras ideias pedagógicas, a visão ideológica dos que redigiram as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), tendo como “autor” intelectual o arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide, que por uns dois séculos fundamentou a educação escolar do período colonial” (CASIMIRO, 2005, p.187).

³⁵⁶ A título de complementação, é importante lembrar que a luta em relação ao ensino religioso nas escolas públicas durou um bom tempo. Nesse aspecto, como já clarificado, confrontavam-se os católicos com os escolanovistas liberais, defensores, em sua maioria, da laicidade educacional. Para os católicos do período, por exemplo, o rastro maléfico do “plano educacional maçônico-bolchevista” (O 6º CONGRESSO...1934, p. 173) apresentado no “V Congresso de Educação”, e o tumulto gerado pelos “comunistas presentes” na reunião do “VI Congresso de Educação Leiga”, promovido pela ABE em fevereiro de 1934, em Fortaleza, ainda perdurava. Um exemplo ressaltado pelos intelectuais foi o acontecimento com o “dr. Sussekind de Mendonça”, o “blasfemador da Igreja” quando, por ocasião do “VI Congresso”, causou um grande alvoroço entre os presentes, declarando-se comunista. E, ao se posicionar contra a moção a favor do ensino religioso nas escolas, “foi vaiado” e “pateado”, só não lhe acontecendo “algo de muito mais sério” porque “d. Xavier de Mattos” o acudiu e “acalmou os ânimos exaltados” (O 6º CONGRESSO...1934, p. 174).

³⁵⁷ Para o padre Helder Camara, em artigo da RBP, intitulado “Methodologia do ensino de catecismo na Nova escola”, era preciso combater “a timidez dos catholicos”, despertando o “destemor e a confiança” dos professores, com estudos mais “sérios e orientados” e, nesse sentido, o catecismo, como diretriz metodológica, tinha um “papel importantíssimo a desempenhar”. Para Helder Camara, “as faltas de definições” quanto ao uso da metodologia da escola nova, principalmente por parte dos professores católicos, eram, na sua concepção, fruto da “falta de preparo religioso”, algo, então, “lastimável e de grande evidência” na Igreja. Para o intelectual, era necessário assegurar um professorado crente nos dogmas cristãos, formando uma elite cultural militante para a defesa política da Igreja. Nos seus termos: “Hoje então que os catholicos nos organizamos para a defesa política dos nossos ideais, precisamos de uma elite cultural, que conheça os princípios da igreja em todos os problemas, evitando-nos o desprazer de, em nosso nome, serem sustentadas heresias, em discursos solemnes” (CAMARA, 1935, p. 128).

especial, no que se refere à formação pautada nos princípios dogmáticos da Igreja, era, um dos maiores problemas da Ação Católica Brasileira (ACB). A interpretação era de que “o caráter religioso da professora” poderia influir decididamente na formação da criança, futuro soldado e defensor político da Igreja. Para o sacerdote:

Muitas mestras são menos fervorosas, menos frequentes dos Sacramentos, não por falta de boa vontade, de Fé sincera, senão por não se ter formado com idéas verdadeiras e científicas de sua Religião e dos meios sobrenaturais que oferece a S. Igreja. O que disse sobre os Dogmas e a Moral, vale talvez mais ainda para a Historia Sagrada do Novo e do Antigo Testamento, a Historia da Igreja e sobretudo a própria Liturgia, É um livro fechado para a maioria de nossas professoras[...] Quem ignora a dificuldade quase insuperável de ensinar catecismo aos alunos do primeiro e segundo ano de nossos Grupos escolares? Donde vem a dificuldade? É a consequencia de que estas crianças não sabendo ler, não podendo ainda ocupar-se com idéas abstratas, não encontram geralmente matéria que lhes possa interessar; contentando-se, às vezes, a professora com um ensino automático de orações para decorar. (BOING, 1935, p.189)

E, mais adiante:

[...] Em nosso Brasil, tudo isso toma um aspecto muito mais serio ainda. Lutamos com uma falta grande de sacerdotes, si tivéssemos um professorado bem preparadoem matéria religiosa, que vantagem seria isso, não digo só para a Religião, mas para a própria Nação. [...] Realmente precisamos de uma instrução sistematica da Religião, em toda a sua complexidade, para o nosso Professorado. É com vivo entusiasmo que todos nós, não só padres, mas todos que querem realmente bem a juventude, pela profissão de educadores, que abraçamos, assistimos à realização de um Curso de Instrução religiosa para Catequistas, pela Legião de S. Sebastião do distrito Federal. É verdade que muitas vezes encontramos pouca simpatia, pouco interesse para tais cursos, mas geralmente é só consequencia de não conhecerem as nossas professoras o encanto das verdades de nossa Fé. (BOING, 1935, p.190-191).

A partir dessas afirmações, padre Boing conclui o artigo apresentando propostas para a elaboração de um “projeto de intervenção pedagógica” que deveria ser instituído em nível nacional, isto é, em todos os “Centros Regionais da Confederação Católica Brasileira de Educação”. Entre as prescrições, presentes no plano, estavam a criação de um “Curso Pedagógico-religioso” para o professorado e catequistas, com duração de “dois a três anos” e nos “moldes do curso introduzido pela Legião de S. Sebastião do Distrito Federal” (BOING, 1935, p.191). E, como já destacado em nota de rodapé alhures, a diretoria e o corpo docente da Legião eram compostos quase que integralmente, por membros da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus, quias sejam, de acordo com um artigo da RBP de 1934:

Presidente de honra (Mons. Rosalvo Costa Rego); Assistente eclesiástico (Leonel Franca SJ); Assistente auxiliar (Conego Leovigildo Franca); Presidente (Everardo Backheuser); Secretário Geral (Cordelina de Alencastro); Tesoureira (Zuleika da Graça Autran); Conselheira Geral (Zelia de Oliveira Braune). Corpo docente: curso da zona sul (mons. Armando Lacerda e cônego Leovigildo Franca; curso da zona norte (cônego Gabriel Mousinho e padre Mathieu Roccati); curso da zona suburbana (padre Joaquim Lucas e padre Mariano Rocha); curso da zona rural (padres missionários dos Dois Corações). (LEGIÃO...1934, p.304).

Segundo Boing, as aulas do curso deveriam ser fornecidas por escrito e enviadas semanalmente pelos Centros, com o acréscimo de uma “pequena gratificação” e um diploma. Boing, também sugeriu a nomeação de uma “Comissão de colaboradores”, encarregada de elaborar “Manuais de Catecismo, História, etc., conforme os sistemas da Nova Pedagogia, destinados aos Grupos Escolares, Escolas Normais e Ginásios”. Nesses manuais catequéticos, a publicação deveria ser ilustrada, em “formas de quadros com explicação e título em nosso idioma”³⁵⁸. E para dar viabilidade a tal intento era também imprescindível que as “A.P.C. com os Departamentos Centrais de Ensino nos Estados”, instituíssem “bibliotecas religiosa para professores e alunos”, “museus de objetos litúrgicos em miniaturas” e promovessem “passeios escolares aos santuários para mostrar de perto às crianças tudo que diz respeito ao culto” (BOING, 1935, p.191).

Dessas observações, ainda mais significativo é a publicação de uma nota na RBP, em fevereiro de 1937, a qual afirma que a Arquidiocese do Rio de Janeiro já contava com 2.021 catequistas nas escolas públicas municipais. Alegava ainda que a Legião de São Paulo, por meio da organização de 100 grupos escolares movimentou cerca de 2.240 catequistas, promovendo, no ano de 1936, 18.545 primeiras comunhões. Nesse sentido, a nota também evidenciava o trabalho das *legionárias de Anchieta* “chefiadas por Marieta Pinto Serva” junto ao bispo José Gaspar de Afonseca e Silva (1901-19430) e d. Duarte Leopoldo (1907-1938) para que a catequese jesuítica fosse incorporada nas escolas públicas paulistas. Evidenciava-se, então, que

³⁵⁸ Em relação aos manuais catequéticos, padre José Tibúrcio de Miranda, em artigo intitulado “A catequese”, publicado em *A Cruz*, assinala que o “grito de alarme ao mundo” sobre a importância da catequese já tinha sido lançado pelo papa Pio X em sua encíclica *Acerbo nimis*. Foi nesse período que se começou a ensinar com “ardor o catecismo a infância”, porém, logo de início foram notadas “a penúria dos compêndios que auxiliassem os catequistas”, isto é, eram poucos os manuais e os que aqui se faziam circular não estavam disponíveis em língua portuguesa. Para ele, a “literatura sobre esse gênero e os cursos de formação que se abriram em várias dioceses” só se intensificaram mais tarde, com o estímulo da política de Pio XI. Foi, nessa ocasião, “aproveitando os momentos livres de nossos afazeres” que começou-se a “condensar num manual popular as ideias verdadeiras da educação cristã pela catequese”. Diz o autor que, “enquanto escrevíamos vieram ao lume os Cadernos da professora Waleska Paixão e o Pedagogia do catecismo do Padre Negromonte, todos trabalhos muito oportunos e merecidamente louvados” (TIBURCIO, 1939, p.4).

o método pedagógico inaciano (ou as proposições nele contidas), apresentava-se como um importante veículo de difusão de conhecimentos considerados necessários para organizar o ensino religioso nas escolas.

Catecismo em S. Paulo

O Brasil se desconhece de maneira lamentável. Divulgamos no nosso número de fevereiro que a Arquidiocese do Rio de Janeiro conta com 2021 catequistas só nas escolas publicas municipais. Quantos saberão que em S. Paulo este número é ultrapassado? O fato auspicioso é que na gloriosa Paulicéa, a Legião de S. Paulo, em 100 grupos escolares, movimentou 2240 catequista que promoveram, em 1936, 18.545 primeiras comunhões. Estamos folheando uma coleção completa de *Anchieta*, órgão da Legião de S. Paulo, digno de ser conhecido por todos os catequistas do Brasil. Não há numero em que não surjam preciosas indicações praticas e diretrizes de alto valor. Sente-se o dinamismo das legionárias chefiadas por D. Marieta Pinto Serva. Advinha-se a interferência do bispo admirável que é D. José Gaspar de Afonseca. Percebe-se o vulto venerando de D. Duarte Leopoldo abençoado os esforços das filhas de S. Paulo e *Anchieta*. E não é preciso ser muito perpicaz para descobrir também a ação dinâmica de D. Xavier de Matos, honra da pedagogia católica do Brasil. Com líderes assim é agradável trabalhar. Os professores e catequistas que desejarem informações mais amplas sobre a atividade catequética da terra de D. Gaspar podem-se dirigir à Diretoria Geral do Ensino Religioso, rua Wenceslau Braz, 22, 4º andar, sala 10. Trata-se duma obra que precisa ser divulgada em toda pátria. (CATECISMO...1937, p.100-101).

É preciso salientar ainda que a proposta inicial de padre Boing de se oferecer um curso pedagógico-religioso aos moldes do curso introduzido pela LSS foi inserida com “importância capital” no programa de trabalho organizado pelos padres jesuítas Leonel Franca e Paulo Bannwarth para a 1ª e 2ª comissões do Primeiro Congresso Católico Brasileiro de Educação, realizado em 1934, na cidade do Rio de Janeiro. Em “Échos do 1º Congresso Brasileiro de Educação”, título do artigo que compõe a seção “Notas e Notícias” da RBP, há uma matéria que avigora a versão de Boing acima exposta. O texto inicia explicitando a “dupla tarefa” das comissões: a primeira, era estender e intensificar o ensino religioso nas escolas, difundindo-o para atingir o maior número possível de alunos; a segunda, era aperfeiçoar progressivamente a “pedagogia catechista para torna-la cada vez mais efficiente”. Deste objetivo, depreendia-se outro “duplo aspecto”, ou seja, a questão da “formação e organização dos catechistas”, tema que corrobora com a elucidação apresentada por Boing, tal como é possível inferir a partir do trecho a seguir:

ÉCHOS DO 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMMAS DE TRABALHO

Em reunião do Conselho Geral ficou decidido que o mesmo estudasse em conjunto as conclusões votadas pelo Congresso, e propuseram aos professores catholicos baseados nelas um plano de trabalho. Damos a seguir os programas de trabalho da 1ª e 2ª comissões respectivamente traçados pelos Revmos. Padre Leonel Franca e Paulo Bannwarth.

1- COMMISSÃO

I-Formação- Tambem aqui duplo aspecto, **quantitativo e qualitativo:**

- a) **Recrutamento** dos catechistas;
- b) **Preparação** para o desempenho de sua missão; preparação **doutrinária**, preparação **pedagógica**, preparação **espiritual**.

Praticamente:

Continuar os cursos da Legião de S. Sebastião, no Rio; de S. Paulo em S. Paulo; promover a fundação de outros análogos pelo menos nas grandes capitães. Curso por escrito? Como propõe **Pe. Boing**.

Fundar nos grandes centros um museu catechistico, compreendendo 3 salas:

1º Biblioteca de livros e revistas para documentação dos catechistas;

2º Exposição do material didactico: quadros muraes, projecções-dispositivos-filmes fixos – cinema- aparelhos de projecção, jogos – com possibilidades de empréstimo mediane contribuição.

3º Uma aula de catecismo modelar. (ÉCHOS...1935, p. 97, grifo do autor).

A pesquisadora Evelyn Orlando (2013), ao estudar sobre o uso da imprensa periódica educacional pela igreja católica na formação das professoras mineiras, revela-nos mais alguns indícios sobre essa questão. Segundo ela, a produção do *Boletim Catequético* foi uma iniciativa resultante 1º Congresso Católico de Educação, encampada pelo padre Álvaro Negromonte e pelo Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso de Minas Gerais, que buscavam atender algumas demandas desse congresso, dentre elas, a “formação de catequistas”. Para a autora, as estratégias discursivas utilizadas tinham como objetivo:

convencer o professorado mineiro de que ensinar o catecismo em suas salas de aula era uma tarefa ligada a uma causa maior, de âmbito nacional, que possuía como escopo a recatolicização da sociedade e, portanto, merecia a adesão de todos. Essa chamada à colaboração dos professores deveria refletir, primeiramente, na própria formação desse professorado, que passava a se construir e representar nessas bases. E, por conseguinte, visava a formação dos seus alunos, considerando-os, a longo prazo, como futuros cidadãos católicos convictos, aptos e dispostos a intervir na sociedade. (ORLANDO, 2013, p.324).

Além disso, a autora afirma que o *Boletim* foi um veículo utilizado por Negromonte para dar visibilidade às suas ideias educacionais e às suas ações em prol da educação católica,

marcando cada uma das suas iniciativas e produções bibliográficas como inaugurais e pioneiras na renovação da pedagogia católica. Salienta, ainda, que o padre Guilherme Boing foi “um dos maiores propagadores das suas obras, atestando sobre elas em diversos números do periódico” (ORLANDO, 2013, p.324). Foi, por meio dessa prática, que o:

Boletim contribuiu ainda, de forma efetiva, para fazer circular os livros do padre dentro de um corpus de leituras autorizadas e prescritas pela hierarquia católica, que configuravam os saberes pedagógicos norteadores das práticas educativas da Igreja entre as décadas de 30 e 60 do século XX. (ORLANDO, 2013, p.324).

Ressalte-se, a título de complementação, que a temática proposta por Negromonte e Boing também esteve presente, anos mais tarde, em ocasião do II Congresso Católico Brasileiro de Educação, ocorrido em Belo Horizonte, de 20 a 27 de junho de 1937. De acordo com Backheuser, em artigo intitulado “A postos, professores católicos!”, publicado no *Jornal do Brasil*, em 12 de setembro de 1937, o “Congresso de Belo Horizonte tomou para exame um único tema: o ensino religioso”. Segundo o autor:

O programa do Congresso planejado em colaboração com a C.C.B.E., é amargo e belo. Todos os aspectos do ensino religioso vão ser ventilados, desde as características jurídicas até as questões de liturgia, de dogma e de moral, que suscita, desde os problemas psicológicos e pedagógicos que encerra até os detalhes metodológicos, desde as relações com a ética e a sociologia até a apresentação dos quadros estatísticos de seu progresso, para culminar tudo no objetivo: a formação do catequista e a educação integral (BACKHEUSER, 1937, p.6)

Boing e Negromonte faziam parte da comissão executiva do Congresso. Boing exerceu a função de presidente, assumiu o secretariado geral e a comissão de propaganda³⁵⁹. Para Backheuser, esses dois intelectuais eram componentes fundamentais para a sustentação dessa proposta política, por isso estavam à frente na idealização e organização do evento:

Assim, pois, a postos, professores católicos! Todos a Belo Horizonte acudindo ao apelo da A.P.C. montanhesa, a cuja testa estão P. Guilherme Boing, P. Alvaro Negromonte, Dr. Lucio dos Santos e tantos outros nomes de relevo. (BACKHEUSER, 1937, p.6)

Outro aspecto que chama atenção, e que se liga diretamente ao nosso assunto, é que para “apresentar o estudo aos futuros congressistas”, a comissão do II Congresso decidiu

³⁵⁹ Sobre a participação de Boing no II Congresso Católico de Educação, ver: Segundo... (1937a, p. 12); Segundo... (1937b, p 15).

organizar em formato de “quadro temático” os nove títulos gerais que iriam compor a reunião. E, compreensivelmente, o “catecismo” aparecia como tema central em praticamente todos os títulos:

- 1) Aspecto jurídico da educação religiosa.
- 2) **A psicologia e o ensino do catecismo:** a) O ensino do catecismo em face das varias escolas psicológicas (aristotélica tomista, associacionista, das faculdades, psicanalise, behaviorismo, gestaltismo); b) Aspectos psicológicos da educação na fase pré-moral; c) o ensino do catecismo e as varias idades psicológicas [...]; d) A psicologia da fé e o ensino do catecismo.
- 3) **A pedagogia e o ensino do catecismo:** a) o ensino da religião na escola tradicional; b) o ensino da religião e os métodos globalizados (projetos, centros de interesse, etc.); c) o ensino de religião e os métodos de especialização (Dalton, Platon, etc); d) o ensino de religião e outros métodos e sistemas; e) manuais de catecismo; a bíblia e o ensino de religião.
- 4) **Catecismo e metodologia:** a) organização e emprego dos jogos e álbuns caequeticos; b) dramatizações catequísticas; c) desenho, recortes e modelagem a serviço do catecismo; d) orfeão e cânticos religiosos, adaptados às diversas idades; e) aparelhos de projeção e filmoteca religiosa.
- 5) **Catecismo e sociologia:** a) o catecismo e os diversos meios sociais (proletários, burgueses, etc); b) o catecismo e os varios grupos sociais (família, escola, sindicato, etc); c) atividades catequéticas de caráter social (equipes sociais, clubs de religião, etc); d) os problemas da caridade cristã e da justiça social através do catecismo.
- 6) **O ensino da religião e a Etica:** a) o ensino leigo de moral e do civismo; suas falhas. b) o ensino de catecismo e os problemas de disciplina, prêmios e castigos, prevenção, persuasão, etc; c) o ensino de catecismo; a educação sexual e a educação da pureza.
- 7) **O dogma, a moral e a liturgia no ensino do catecismo:** a) ensino conjunto ou especializado do dogma, da moral e da liturgia; b) o dogma - fonte moral e da vida litúrgica; c) aspectos negativos e positivos da moral em face da educação; d) vida litúrgica nas escolas publicas e particulares.
- 8) **Formação de catequistas:** a) preparação de catequistas para os diversos graus de ensino; b) controle do preparo e da eficiência dos professores de religião; diplomas; c) associações de doutrina cristã de âmbito nacional, estadual e municipal.
- 9) **Estatísticas de ensino religioso:** a) estatística de cursos, professores e alunos de catecismo; b) estatística de professores e alunos acatólicos ou contrários à religião. (II CONGRESSO...,1937, p. 86-88).

Em um artigo intitulado “Uma realização valiosa”, escrito para a RBP e publicado em abril de 1934, padre Alvaro Negromonte, escreve que foi “incorrigível primarismo dos pioneiros” apresentar ao Brasil a Escola Nova como uma “cousa anti-católica”, um verdadeiro “assanhamento daqueles pruridos pedagógicos-irreligiosos [...] inimigos da Igreja”. Para Negromonte, os novos processos pedagógicos eram altamente compatíveis com o ensino do catecismo, pois, assim como a “Escola Nova” era “a escola da vida e para a vida”, a catequese “como “disciplina escolar”, dispondo de “recursos da história sagrada, da vida dos santos, da

liturgia católica”, também “preparava a criança para a vida, para viver o que aprende”, iniciando-os na doutrina e na moral. Na verdade, para o padre, a catequese era um “dever e uma necessidade”, um instrumento poderoso para formar católicos mais ativos, “verdadeiros e práticos” (NEGROMONTE, 1934).

Também nas palavras do religioso:

“Apareceram os homens, em quem a razão pôde mais do que as paixões, e a Escola Nova retomou o seu lugar. Para isto contribuíram, sem duvida, como um poderoso elemento, os debates em torno do ensino religioso. Se, de um lado, arguiam má fé e ignorância nos inimigos, de outro apresentaram aspectos muito interessantes aos nossos católicos, em geral, pouco instruídos em assuntos pedagógicos. Desde então, não é mais permitido a ninguém pensar e dizer que os novos processos pedagógicos são incompatíveis com o ensino do catecismo. Os argumentos são evidentes. A Escola Nova é a escola da vida e para a vida. Ora, em nenhuma outra disciplina escolar se prepara tanto a criança para viver o que aprende, como no catecismo. Aliás é cousa demasiadamente sabida que o verdadeiro católico é católico pratico. Os outros se dizem católicos, mas se não e dissessem era o mesmo... Outro poderoso argumento é o material vastíssimo de que o catequista pode lançar mão. Qual é a matéria que dispõe dos recursos da historia sagrada, da vida dos santos, da liturgia católica? [...] já anda bem avançado o que a Doutrina Cristã da Paróquia da Boa-Vista (Recife) tem realizado neste importantíssimo setor das atividades católicas. Graças à gentileza com que sempre me recebe o sr. conego Jeronymo d’Assumpção e aos bons officios de um grupo de catequistas, tive a satisfação (e que viva Satisfação eu tive) de vêr a exposição dos trabalhos de pedagogia catequética no Juvenato D. Vital. Tudo o há de mais moderno em processos de ensino aproveitando e inteligentemente aplicando ao ensino religioso. O quadro mural, os jogos, a expressão dada pelos alunos, os cadernos escolares, etc. Eu queria ver os inimigos “pedagógicos” do ensino religioso o que haveriam de dizer naquele canto da sala do Juvenato! E aqui, para eles, o mais duro argumento. [...] Só não me pude conformar foi com a falta de publicidade daquele admirável trabalho. [...] não será mesmo um dever? De reclamar que se tire aquela realização salvadora do ensino religioso do estreito limite da paróquia e se leve para o conhecimento e a pratica de todos os que ensinam religião. Isto é uma necessidade. É um dever. (NEGROMONTE, 1934, p. 175-176).

Diante do que foi exposto, nota-se que o tópico essencial da argumentação católica era que a “pedagogia do catecismo” não era apenas um sistema metodológico, mas o “protótipo do verdadeiro pensamento católico” (OLIVEIRA, C. 1934, p.275). Assim, sendo, o “ensino da religião deveria gozar de uma primazia sobre as demais disciplinas escolares”, visto que, “iniciava as almas na doutrina, na moral e no culto, preparando-os para a vida, conforme o Evangelho” (OLIVEIRA, C.1934, p.275).

Nesse sentido, diz Carlos Américo Barbosa de Oliveira, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, membro atuante da ABE, da Associação dos Professores Católicos (presidente desde 1934), da CCBE e da AAACJ:

A pedagogia católica não é um sistema entre muitos outros, mas o protótipo, a quinta-essência do verdadeiro pensamento pedagógico. Assim sendo o ensino da religião deve para os católicos gosar de uma primazia sobre o das demais disciplinas escolares, pois inicia as almas na doutrina, na moral e no culto, preparando-os para a vida, conforme o Evangelho. [...] Não tem sido pequena a dificuldade a vencer, para dar ao tradicional catecismo em sua admirável simplicidade, toda a eficiência que o caso requer, não para a diminuição do trabalho, mas pelos meios postos em prática, para tornar esse trabalho mais fecundo [...] O preparo dos mestres, e entre eles o de catecismo assume, então, um destaque inegável, pois muito importa, sem dúvida, o método, mas de muito mais importância é a qualidade do educador. (OLIVEIRA, C. 1934, p.276).

Veja que tais prescrições não são inocentes. E os indícios não são poucos³⁶⁰. Era preciso difundir, por diferentes formas, os conhecimentos sacros e os dogmas cristãos, cabendo à imprensa e à formação do professorado um papel decisivo nesse empreendimento.

É por isso que nas páginas da RBP, há a marcante ênfase no catecismo e no preparo formativo dos professores, um destaque inevitável, pois “muito importa, sem dúvida o método, mas de muito mais importância é a qualidade do educador” (OLIVEIRA, C. 1934, p.277)³⁶¹. E nesse sentido, não é de se estranhar que os artigos desses intelectuais, contivessem sugestões de obras catequéticas, cartilhas, manuais escolares e projetos destinados ao processo de ensino-

³⁶⁰ Num exercício sintético, pode-se colocar aqui algumas *pistas* presentes na RBP, notadamente, alguns títulos e seus respectivos autores, que sugerem, assim como Carlos A. Barbosa de Oliveira, que a “pedagogia do catecismo” é um protótipo do “pensamento católico”. Assim como, também contribuem para ratificar, com mais rigor, a primazia do ensino religioso, isto é, da catequese sobre as demais disciplinas do ambiente escolar, enfatizando ser ela, o “verdadeiro método ativo” da educação. Ver, por exemplo, os números de 35 a 40 da RBP publicados entre os meses de janeiro a novembro de 1937. Entre os títulos, encontra-se: “A pedagogia católica e o ensino do catecismo”, de Carlos A. Barbosa de Oliveira (OLIVEIRA, C. 1934, p. 272-280); “A memória e o catecismo”, de Alvaro Negromonte (NEGROMONTE, 1937, p.54-58); “A tarefa do Catecismo”; “O verdadeiro método ativo no catecismo” e “Vocabulário catequético” (CAMARA, 1937); “Santo Tomaz e a Pedagogia Moderna”, de Sebastião Tauzin (TAUZIN, 1937, p. 118-129), “Exposição catequética”, de Delfina Figueira de Melo (MELO, 1937, p. 219-222); “Os métodos experimentais e o ensino do catecismo nas escolas primárias”, de Maria Angelica de Castro (CASTRO, 1937, p. 231-245); “Traduções Catequéticas”, de Alceu da Silveira (SILVEIRA, A. 1937b, p. 329-335); “O método de projetos e sua aplicação ao ensino religioso”, de Everardo Backheuser (BACKHEUSER, 1937, p. 302-313); “A educação religiosa das crianças do Jardim de infância por intermédio da música”, de Darci Moutela (MOUTELA, 1937, p. 288-294); “A pedagogia moderna e a educação cristã”, de Teobaldo Miranda Santos (SANTOS, T. 1937, p. 269-284); e “O preparo de catequistas”, de Guiomar Borges (BORGES, 1935, p. 192-196).

³⁶¹ É conveniente acentuar que esse preparo dos mestres e a importância da catequese é tema antigo nos círculos católicos. Ele aparece, por exemplo, nas advertências de Pio X, em sua encíclica *Acerbo nimis*, datada de 25 de abril de 1905.

aprendizagem das primeiras letras, da aritmética, das ciências e, acima de tudo da religião, para os chamados “professores incipientes” (OLIVEIRA, C. 1934, p. 279). Nas palavras do docente:

Para os professores incipientes, sugere a obra do “Inspetor do Ensino Religioso da Diocese de Paris – ‘Carnet de reparation d’um Catechiste’ – é excelente, e sob o título ‘Vinte e cinco minutos de catecismo no quadro negro’ ele oferece lições tipo, de alto proveito para mestres incipientes. Outro livro encantador para colocar as verdades religiosas ao alcance das crianças e facilitar o trabalho dos encarregados desse difícil ministério é o ‘Spiritual Way’ de ‘Mother Bolton’, Professora e Religiosa do Canaculo. Essa obra, enriquecida com belas gravuras coloridas, é impressa de acordo com todas as exigências da boa pedagogia e editada pelo ‘Departement of Education for the teaching of christian doctrine - Fordham University’. As lições são acompanhadas de “Right and wrong tests”, sendo prescrita a elaboração pelos alunos, individualmente, do seu ‘projet book’, onde cada um registra as perguntas feitas, as respostas dadas, atende aos formulários e prepara, assim, o seu proprio livro, com o cuidado e a aparência que o seu zelo permite, em tudo estimulado pelos melhores trabalhos de seus colegas. Quero ainda citar uma obra tambem magnifica, esta agora italiana, ‘La dottrina Cristiana, insegnata col método intuitivo por Andrea Bairati (Maestro e Parroco), onde há quadros e questionários para ajudar o Professor em sua missão docente. A técnica de bem narrar- em que é exemplar o trabalho de M.M. d’Aubigny, “Formation chretienne de Touts-Petits’ – tem papel elevadíssimo no método educativo da Igreja Catolica, quando ensina a sua doutrina aceitando e formulando perguntas em torno da narrativa apresentando em linguagem simples e acessível aos alunos mas com o ambiente característico dos acontecimentos que, com calor e entusiasmo, deve traduzir. Fazendo do método intuitivo um aliado, guia a criança na exata apreciação dos fatos (OLIVEIRA, C. 1934, p. 279).

Nos termos ora apresentados, por certo, é pertinente também a reflexão de Narcizo (2008) sobre a necessidade de estar atento ao tipo de informação divulgada num periódico como a Revista. Para o autor, “a revista possui como uma característica significativa a de apresentar conteúdos dotados de proximidade em termos temporais dos acontecimentos em curso na sociedade e, também, no caso, na instituição à qual se encontrava ligada” (NARCIZO, 2008, p.41).

Em vista disso, não é de se estranhar, que a imagem de Anchieta também apareça associada à catequese nas seções da RBP, em especial, à época compreendida entre o IV Centenário e o I Congresso e II Congresso Católico Brasileiro de Educação, realizados em 1934 e 1937. José de Anchieta figura nas páginas como o “apostolo das crianças”, o missionário dos “anjinhos tupis, carijós e miramomís”, o “educador”, “o taumaturgo das crianças”, o “primeiro professor, mestre, catequista” que em “proveito delas [crianças] empregou tantas vezes o admiravel poder que Deus lhe concedera e, com o prodígio mais admiravel de sua caridade e paciencia”, mestre que “fez às primeiras gerações da infância brasileira, o

inestimável benefício da mais carinhosa, da mais robusta educação cívica, moral e religiosa”. Para o padre jesuíta José da Frota Gentil SJ, Anchieta era o arquétipo ideal, o “professor herói” de referência nacional, que serviria de inspiração ao professorado católico:

Pais e educadores, que tendes em Anchieta um tão grande exemplo! Pagai-lhe vosso tributo de gratidão, pagai o tributo que lhe deve a infância a vós confiada, dando-lhe a conhecer e a amar o Apostolo do Brasil. Sobretudo vós, ó mães, a quem tantas vezes Anchieta deu conforto e alegria, ensinai vossos filhinhos a juntar as mãos e a pedir insistentemente a Deus, a glorificação de Anchieta, tão necessária para a causa da religião na nossa Patria. Se de todas as casas de educação, se de todas as famílias brasileira subir com perseverança ao céu esta oração pura e inocente, poderemos esperar muito breve ver nos altares, aquele a quem tanto veneramos e a quem tanto devemos. (GENTIL, 1934b, p. 21)

A seção “Notas e notícias” da RBP, de abril de 1934, sob o título “Concurso Anchieta”, revela-nos outro aspecto interessante. Segundo a notícia, essa, também publicada em *A Cruz* e no *Jornal do Commercio*³⁶², a APC do Distrito Federal promoveu um concurso nacional de “metodologia do catecismo”, isto é, um concurso para professores associados a qualquer uma das APCs, à CCBE ou assinantes da RBP. A proposta era elaborar um trabalho, “escrito em formato almaço”, com no “máximo 20 páginas e no mínimo 5” sobre o tema em questão, “de modo a tornar mais interessante o ensino da doutrina cristã para crianças entre 7 e 12 anos”, então, alunos de escolas públicas e privadas. Para dar visibilidade aos trabalhos, os artigos inscritos, poderiam, após o processo de análise, serem inscritos no “concurso de premios”, um total de “1.400\$000 em premios”, consignados na classificação a seguir:

PREMIOS

PREMIO ANCHIETA - de 500\$ 000 para o melhor trabalho dentre todos

PREMIO SANTA RICARDA - de 200\$000 para o melhor trabalho do 3º tema.

PREMIO D. BOSCO - de 200\$ 000 para o melhor trabalho do 2º tema.

PREMIO CARDEAL D. LEME - de 100\$000 para o 2º trabalho sobre o 3º tema.

PREMIO C.C.B.E - de 100\$000 para o 2º trabalho sobre o 2º tema.

PREMIO REVISTA BRASILEIRA DE PEDAGOGIA - de 100\$000 para o 2º trabalho sobre o 1º tema. Destes prêmios, os quatro primeiros foram instituídos pela A.P.C. de Niterói e os três últimos pela REVISTA BRASILEIRA DE PEDAGOGIA. (CONCURSO Anchieta...1934, p.166-167, grifo meu).

³⁶² Ver: Associação... (1934a, p. 3); Associação... (1934b, p. 11).

Os temas variavam conforme a faixa etária, sendo um total de três: o primeiro estava direcionado para crianças entre 7 a 8 anos de idade (antigo 1º ano primário), dividido em duas partes, respectivamente, intituladas “Idéa de Deus” e “A parábola do bom samaritano (deveres da caridade)”; a segunda temática, correspondente aos alunos de 10 anos de idade (antigo 3º ano primário), dividia-se em “Eucaristia- matéria do Sacramento- transubstanciação” e “ A multiplicação dos pães (a providencia divina)”; por fim, o terceiro tema do concurso, destinado para crianças de doze anos (antigo 5º ano primário), dividido em duas partes, a primeira denominada “Origem e fim do homem” e a segunda, intitulada, “Parabola do filho prodigo (misericórdia de Deus)”.

Em relação à comissão julgadora, estava d. José Pereira Alves, então bispo de Niterói e presidente dessa comissão, d. Xavier de Matos, OSB, Jonathas Serrano, Liduina Ferreira, presidente da LPC de São Paulo, d. José Pereira Alves, bispo de Niterói e Laura Jacobina Lacombe. De modo excepcional, aqui, há sinais de que a Sociedade de Médica de São Lucas, sob a presidência de Henrique Tanner de Abreu, também esteve presente nessa comissão³⁶³, todos colaboradores da AAACJ.

É possível observar, ainda, que, além dos artigos catequéticos que veiculava e das seções que publicava, a RBP também assumia o papel de divulgar livros didáticos³⁶⁴, encontros formativos, eventos e comemorações voltados para a promoção da reunião e coesão do

³⁶³ De acordo com a notícia publicada em 29 de fevereiro de 1934, em *A Cruz*, a “Sociedade Médica de São Lucas” também esteve presente na composição da comissão julgadora. Segundo o articulista, uma das razões foi o interesse nas comunicações pedagógicas, por parte dos médicos e dos estudantes de medicina. Ver: Associação..., (1934 a, p.3).

³⁶⁴ Nessa cadência, vale a pena mencionar que a intelectual Amélia de Rezende Martins, como integrante das comissões “Anchieta e do Primeiro Mestre do Brasil” publicou, no período compreendido entre 1918 e 1937 diversos livros didáticos, a maioria deles adotados pela Instrução Pública do Distrito Federal, tais como o *Compendio de Historia do Brasil* (1918; 1937), *O meu Brasil: feriados nacionais e pontos importantes da História* [1926?] e *Meu Brasil* (1930), todos eles, de apologia explícita aos jesuítas. As obras propagam uma mitológica história católica do país, na qual Anchieta figura como “Apostolo do Brasil” ao lado dos jesuítas valentes que “se esforçavam em reerguer os Colonos portugueses à dignidade de homens e de christãos, opunham-se às suas injustiças e luctavam, corajosamente, em pról da liberdade dos Indios [...] Os meninos, fascinados pelos seus cânticos, os acompanhavam, e os Padres da Companhia de Jesus lhes ensinavam os princípios de religião, a leitura, a escripta, calculo, musica e artes mais uteis (MARTINS, [1926?], p.45). Para Martins, “a Companhia de Jesus, no Brasil” era um “anel de ouro” com uma “pedra preciosa”, ou seja, “José de Anchieta”. Joias “aladas” que iniciaram uma “Historia nova” do Brasil, um “tronco vetusto da Historia Universal”. Os jesuítas, “os fundadores da nacionalidade”, os “fundadores de São Paulo e da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” abrem os “capítulos iniciais da Historia de nossa terra” (MARTINS, 1930, p.72-75). O interessante é que esses livros didáticos estão repletos de “imagens de doutrina” ou que “se pretende doutrinar”. Tais “imagens de doutrina”, se assim podemos classificá-las, são caracterizadas por uma valorização apelativa da mensagem visual seguida de textos logo abaixo da gravura, são, portanto, inerentes a um tipo de fotografia que aspira concretizar um objetivo específico, no caso, aqui, dos livros didáticos de Martins, é explicar a crianças e docentes, e sensibilizá-las, sobre a temática jesuítica. Ver, no Anexo C, alguns exemplos dessas imagens nas obras citadas.

professorado. É nessa direção que a APC do Distrito Federal, no intuito de contribuir para o maior realce das festas comemorativas do centenário de Anchieta, nomeou outra comissão constituída pelos intelectuais Vilhena de Moraes, Cacilda Martins, Leonie Anglada, Amelia de Rezende Martins e Alcina Backheuser, para tratar das homenagens que a Associação deveria prestar para o dia do “Primeiro Mestre do Brasil”. A “Comissão do Primeiro Mestre do Brasil” como ficou denominada, enviou um ofício ao então presidente da CCBE, Everardo Backheuser, fazendo-lhe um apelo no sentido de “interessar todas as associações e colégios confederados nas festividades a realizar por ocasião do dia 19 de Março, data natalícia de Anchieta”. Faziam parte do programa organizado pela comissão, entre outras, as iniciativas e solenidades seguintes:

solicitação ao Chefe do Governo Provisorio do decreto de feriado nacional, esse ano, para o dia 19 de Março; solicitação ao Diretor Geral do Departamento de Educação, seja comemorado nas escolas municipais o dia de Anchieta; apelo à imprensa no sentido de, no dia 19 de Março, figurar em cada jornal uma página anchietana; missa campal; fogo de conselho de escoteiros; exibição do film Anchieta. (O DIA..., 1934, p. 108).

Já o documento dirigido ao “chefe do Governo Provisório no sentido de obter a decretação de feriado nacional para o dia 19 de março” foi, assim, redigido pela Comissão:

A A.P.C DO DISTRITO FEDERAL OBTEM O FERIADO NACIONAL

Junto a este programa para cujo exito a **Comissão Anchietana** com o melhor de seus esforços, enviou-nos a mesma Comissão o documento que publicamos a seguir, da autoria do conhecido homem de letras, Prof. Eugenio Vilhena de Moraes. Trata-se da moção dirigida ao Chefe do governo Provisório no sentido de obter a decretação de feriado nacional para o dia 19 de Março, pedido este patrioticamente deferido pelo Dr. Getulio Vargas. Eis o memorial a que nos referimos:

Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas
DD. Chefe do Governo Provisorio.

Passando no dia 19 de Março p. futuro, a data do IV Centenário do nascimento do Veneravel Padre José de Anchieta, Apostolo do Novo Mundo, a **Associação dos Professores Católicos** resolveu comemorar condignamente, na esfera que lhe diz respeito, essa notabilíssima efeméride dos fastos nacionais. Condutor de povos, missionário, escritor e poeta, comediógrafo e linguista – o mais antigo vulto das nossas letras- elaborador dos elementos primordiais em que se baseia o estudo da nossa historia, da nossa corografia, da nossa etnografia e historia natural, foi ainda José de Anchieta o fundador de São Paulo, obreiro efficacíssimo da fundação do Rio de Janeiro e, pode-se dizer, o **primeiro Mestre do Brasil**. “Nos campos de Piratininga, cuja origem primeira foi um altar erguido à sombra de uma arvore frondosa, começou, realmente, a existir escola antes de haver cidade, antes que houvesse casa”. No seu pobre tugúrio de palha, com uma esteira por porta, remediava Anchieta

a falta de livros, empregando as horas que roubava ao sono, em tirar das lições ditadas tantos exemplos quantos alunos. “Pra nossa tradição (disse, com toda a justeza, Celso Vieira) o mais opulento dos pergaminhos não vale o mais pobre desses manuscritos. Com efeito, a alma religiosa de Anchieta, cada manhã, dava ao Brasil vindouro, sacrificando-lhe as horas de sono e da prece, letras que fulgiam destinos de outras gerações, humanizadas pelo verbo”. Empenhada, com todas as véras, no cultivo integral, do coração e do espírito das novas gerações, visando forma-las, sempre e mais, nos sentimentos de justiça e gratidão para com os grandes bemfeitores da Patria e da Humanidade, desejosa de propor-lhes à imitação os mais nobres e dignificantes paradigmas, a **Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal**, anima-se a dirigir à Vossa Excelencia um respeitoso e confiante apelo para que se digne Vossa Excelencia antecipar uma das múltiplas homenagens que o patriótico e esclarecido governo de Vossa Excelencia não deixará, por certo, de prestar, em momento tão oportuno, à memória augusta daquele a quem, juntamente com Manoel da Nobrega, deve o Brasil, até hoje, o seu mais forte e duradouro impulso civilizador: isto é, a decretação, desde já, de feriado nacional para o dia 19 de Março próximo futuro, afim de que possa ter assim, a mocidade estudiosa a mais larga e eficaz participação nas solenidades com que vai a Nação inteira expandir o seu júbilo ao rememorar esse marco de tão grande projeção nos seus destinos históricos. Certo de que o impulso dado neste sentido pelas nossas altas associações culturais, como o Instituto Historico e Geografico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras, terá de Vossa Excelencia toda proteção e amparo, espera a **Associação de Professores Católicos do Distrito Federal**, para o seu pedido um pronto deferimento que, correspondendo a aspirações reais da alma brasileira, despertará nela os écos da mais profunda simpatia, reconhecimento ainda maior para com o patriótico governo de Vossa Excelencia, nesta grande hora de reconstrução nacional – Rio de Janeiro, 5 de Fevereiro de 1934 (CONCURSO Anchieta...1934, p. 172-173).

Por fim, a conclusão que se pode tirar desses *indícios* é a de que esse grupo de colaboradores dos jesuítas fez um esforço de adaptação em relação a alguns aspectos do pensamento educacional católico, buscando modernizar o sistema educativo em vigor em seus colégios e nas demais instituições educativas (públicas e particulares) desenvolvendo um pensamento pedagógico mais aberto e dialogante com as correntes mais avançadas da pedagogia moderna. Não se pode negar as várias estratégias empregadas por esses colaboradores dos jesuítas, membros do corpo diretivo da CCBE, da AAACJ, da ASB, da Legião de São Sebastião e de tantas outras entidades socioculturais católicas para difundir um ideário entre o professorado, isto é, orientá-lo acerca de assuntos relacionados à prática pedagógica que tivessem como base o arcabouço conceitual, filosófico e psicológico da Companhia de Jesus.

Não se pode ignorar, portanto, a angariação, pelos jesuítas, de meios materiais suplementares de sustentação de estruturas e de redes intelectuais de evangelização *ad extra* e de educação *ad intra*, que visavam o cerceamento do poder hegemônico da Igreja detido e

exercido pelo Pontífice Romano. Convém precisar, também, a autonomia obtida (inclusive financeira) por esse grupo de militantes, a sua organização, o seu sentido pragmático, o seu investimento na formação das elites políticas e culturais e, também, na moralização, disciplinamento e “adestramento”³⁶⁵ profissional da classe trabalhadora, a sua capacidade de publicitação dos trabalhos pedagógicos, notadamente, os trabalhos dos missionários inacianos e a sua “acutilância crítica em rebater as críticas dos adversários”, para usar a expressão de José Eduardo Franco (2004, p.413). Como subestimar a ascendência do saber desses “especialistas de educação” que, dia após dia, distribuíam “verdades” pela imprensa escrita e pelo rádio sobre a educação das crianças, sobre a família, sobre a sexualidade, sobre a sociedade? Como duvidar dessa “invocação mágica à comunicação social” que é “duplicada pela invocação mágica à informação?” (LEFORT, 1979, p. 343).

De qualquer modo, a análise minuciosa das fontes que tratam sobre a (re) elaboração do mito de Anchieta e da Companhia de Jesus como arquétipos de valores religiosos-morais e culturais, em consonância com a permanência bem documentada dos vestígios que ainda persistem nos jornais, revistas e livros sobre a educação inaciana e seu “catecismo político” na década de 1930, já possibilitaria interpretar dessa forma. Sem dúvidas, a CCBE e o seu periódico oficial RBP, publicado em fevereiro de 1934, com Everardo Backheuser exercendo a função de editor, foi mais um espaço utilizado por esses intelectuais colaboradores dos jesuítas para tentar afirmar essa corrente de pensamento e ação educacional inaciana³⁶⁶, que envolvia

³⁶⁵ No imaginário ou na compreensão desses prosélitos da doutrina social de Leão XIII, para a classe trabalhadora, ou, como dizia a presidente da ASB, para essa classe “que se perde no jogo e na preguiça”, “macilenta e indolente pelo clima” (MARTINS, 1924, p. 10), restava-lhes apenas a resignificação diante das injustiças sociais, a moralização, a disciplinarização e o “adestramento” para exercerem as ocupações sociais consideradas, até então, por ela (e demais membros da ASB), como “igualmente íferas”, todavia, essenciais e necessárias para a organização do trabalho nacional.

³⁶⁶ Um outro indício que sugere “colaboração” entre os intelectuais para que se consolidasse um pensamento político-jesuítico, encontra-se em uma publicação da RBP, em sua seção “Notas e Notícias”. A matéria, de maio de 1934, trazia em seu título a expressão “Um gesto nobre”, em referência às declarações feitas pela revista “Anchieta”, órgão da Liga do Professorado Católico de São Paulo (LPCSP), em relação ao seu estratégico encerramento e a sua futura inserção como “seção” da *Revista Brasileira de Pedagogia*. O objetivo, de acordo com os responsáveis pela revista *Anchieta*, era “centralizar os esforços” em um único impresso, sob a égide de uma única Confederação, evitando, assim, a “dispersão de esforços”, o “regionalismo” e a “distinção” entre as associações. Afinal o “momento atual” pedia a “concentração de todos os católicos em torno da Hierarquia, sob a direção dos *leaders* mais competentes e autorizados” (UM gesto...1934, p.233). Vale ressaltar que entre os correspondentes da revista “Anchieta”, estavam: o “vice postulador da causa da beatificação do Venerável Anchieta”, o então “Revmº Pe Cesar S.J” e o “ilustre Leonardo Van Acker, da Faculdade de Filosofia de São Bento”. A esses dois intelectuais, foi escrito o seguinte recado nas páginas da RBP: “A eles também, em primeira mão, esta notícia um tanto desconcertadora: - Anchieta vai suspender a sua publicação, sem embargo dos bons auspícios que lhe coroarem a estréia. Para que o fato não cause estranheza, vamos aos motivos. Nosso artigo inicial do presente numero registra a grata nova fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação [...] A Liga do Professorado Católico de SP entrou nesse movimento de confraternização e, por esse fato, a revista Anchieta, que fora criada para lhe servir de órgão de publicidade, já não tem mais razão de ser. O órgão da L.P.C. daqui por

disputas internas e externas, isto é, tanto com os escolanovistas quanto com outros grupos católicos de “ordens rivais dos jesuítas” (GRAMSCI, 2011, p.157), ou simplesmente divergentes em relação à apropriação dos métodos da Escola Nova³⁶⁷, que também disputavam o domínio de seus materiais filosóficos-políticos no âmbito da educação.

E mais, num exercício sintético poderíamos, inclusive, pensar em “diferenças regionais, estaduais e locais”, isto é, refletir sobre as possíveis fraturas na condução desse movimento. O próprio d. Xavier de Mattos, OSB, pedagogo beneditino, vice-reitor do ginásio São Bento, localizado em São Paulo, organizador do Centro de Estudos São Tomás de Aquino (CESTA), membro da Associação Jornalística Católica (AJC) e colaborador do movimento anchietano de 1930³⁶⁸, não deixou de tecer considerações sutis, porém, acrimoniosas, sobre a apropriação estratégica e política da *catequese jesuíta* empregada com mais intensidade na capital carioca, afirmando, em seus cursos e “palestras formativas” destinadas ao professorado e a jornalistas

diante não será outro sinão o próprio órgão da C.C.B.E., isto é a Revista Brasileira de Pedagogia[...] Não declamemos: - o fato é que, si a revista Anchieta desaparece como publicação distinta, ela nem por isso deixa de existir. Constituirá daqui por diante uma seção da Revista Brasileira de Pedagogia, do mesmo modo que a L.P.C. passa a ser uma das unidades regionais da C.C.B.E. [...] Tudo pelo Brasil católico, o que quer dizer, tudo pelo Brasil unido e forte.” (UM GESTO... 1934, p.233-234).

³⁶⁷ Sgarbi (2001) já tinha sugerido em seus trabalhos que havia divergências entre as associações ligadas ao CDV e as associações ligadas à CCBE quanto à elaboração do pensamento educacional. Leonardo Van Hacker (1896-1986), por exemplo, intelectual expoente à época, teve vários atritos, nas décadas de 1930 e 1940, com lideranças católicas ligadas ao Centro Dom Vital, visto que não aceitava a submissão acrítica aos princípios da filosofia de Jacques de Maritain. Para Paulo R. Andrade de Almeida (2015, p.130), Van Hacker, “estava imbuído do que denominava espírito de Louvânia: o tomismo representava um ponto de partida para o pensar filosófico que deveria ser acrescido com a filosofia e a ciência posteriores. Não se deveria dogmatizá-lo”. Leonardo Van Hacker inaugura, portanto, segundo a autor, “uma nova leitura sobre o momento presente: partindo do mestre medieval, seria capaz de dialogar com Blondel (1618-1686), Bergson, com o pragmatismo e o naturalismo evolucionista, etc”. Já em relação à Escola Nova, Sgarbi (1997) salienta que, para Van Hacker, o ideal não era adaptar o catolicismo a esse movimento, mas, ao contrário, era preciso adaptar a Escola Nova ao catolicismo. Ponto de vista que era diferente do posicionamento de Everardo Backheuser e Alceu Amoroso Lima, para quem, segundo o autor, era preciso condenar a doutrina e aproveitar a ferramenta.

³⁶⁸ Vejamos alguns indícios sobre a trajetória de d. Xavier Mattos que comprovam as afirmações citadas. De acordo com a articulista Emilia Maria Pinheiro, em matéria intitulada “Preparando-se para luta”, publicada em 24 de março de 1934, em *A Cruz*, d. Xavier de Mattos, em parceria com “André Franco Monteiro e Alberto C. de Azevedo”, e representando o corpo diretivo da “Associação Jornalística Católica” (AJC), fundaram o “Centro de Estudos São Thomaz de Aquino” (CESTA) para formação de jornalistas católicos (PINHEIRO, 1934, p.4). Segundo ainda informações de *A Cruz*, o intelectual foi diplomado em “pedagogia pela Universidade de Washington” e, como docente do “Instituto Católico de Estudos Superiores”, então localizado na “Praça 15 de novembro, 101, 2º andar”, na cidade do Rio de Janeiro, optou por coordenar o “curso de psicologia educacional” (INSTITUTO..., *A Cruz*, Rio de Janeiro, 23 jul.1933, p.2). O padre também foi responsável pela organização da “Semana de estudos Tomistas” no mesmo instituto (SEMANA..., *A Cruz*, Rio de Janeiro, 11 set.1938, p. 1). Como já ressaltado, d. Xavier de Mattos, como membro atuante da CCBE, também participou da comissão julgadora do “Concurso Anchieta”, com o intuito de avaliar o melhor método catequético de doutrina cristã para crianças (CONCURSO ..., *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1934, p.5). O intelectual participou, ainda, do VI Congresso Nacional de Educação (1933) como relator oficial e da comissão organizadora do 1º Congresso Católico de Educação (1934), ao lado de Padre Leonel Franca, SJ, Everardo Backheuser, Alceu Amoroso Lima, Laura Jacobina Lacombe, Carlos Américo Barbosa de Oliveira, Amélia de Rezende Martins, entre outros colaboradores dos jesuítas (VI CONGRESSO..., *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.6, 24 nov. 1933).

católicos, particularmente para aqueles que faziam parte da *Legião de São Paulo*³⁶⁹ e das demais “regiões meridionais”³⁷⁰ que, apesar de a “Igreja ter adotado o método catequético, desde o Concílio Tridentino”³⁷¹, no século XVI, ele jamais fora “oficializado” pela instituição. D. Xavier salientava, ainda, ser um “verdadeiro equívoco” achar que existiria apenas um método eficiente, visto que em “1832”, já se iniciara em “Salzburg uma reforma catechetica encabeçada pelo arcebispo Gruber”³⁷², nos moldes advogados por Sto. Agostinho” no seu tratado “*Catechizandis Rudibrus*”³⁷³, que, simultaneamente se generalizou em França, isto é, “o

³⁶⁹ Na seção “O ensino do catecismo”, d. Xavier de Mattos, OSB, transcreve uma “palestra do Curso de Metodologia do Catecismo para formação de catechista da Legião de São Paulo”. Ver: Mattos (1935).

³⁷⁰ O termo é usado pelos intelectuais do período. Vale ressaltar que, em 1913, até aproximadamente os anos de 1940, dividia-se o país em cinco regiões, segundo o aspecto físico: Setentrional, Norte, Oriental, Oriental e Meridional. No caso da região Meridional, faziam parte: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De acordo com a RBP, d. Xavier de Mattos, exercendo as funções de “membro da Ordem de São Bento, vice-reitor do Ginásio São Bento, em São Paulo, diretor da Ação Católica da mesma capital, lente da Faculdade de Filosofia Católica na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e simultaneamente um dos membros da diretoria da C.C.B.E, da Capital Federal”, era um “esforçado combatente da causa da pedagogia católica”, sendo o responsável pelas “regiões meridionais do Brasil”. Segundo a Revista, d. Xavier também foi o responsável por estabelecer, integrar e filiar vários núcleos católico-educativos. Em Porto Alegre, por exemplo, o padre conseguiu “agregar acima de cem colégios católicos, com mais de trinta mil alunos”. Além disso, o padre deixou “solidamente preparado o terreno para a A.P.C [...] cuja célula mater ficou entregue à competência e ao entusiasmo de um punhado de abnegadas professoras publicas, as quais engrossarão a falange das dez mil colegas já associadas às A.P.C. de todo o Brasil” (ATUAÇÃO..., 1934, p. 383). E mais, a ação militante (em matéria de pedagogia) de padre Mattos era frequentemente comparada com a de Backheuser, o interessante é que os dois percorriam o país, às vezes, com programas direcionados à mesma região, sob o mesmo período. Ver, por exemplo, a matéria “Duas viagens de altos objetivos pedagógicos”, publicada na RBP, em maio de 1934. (DUAS..., 1934, p. 235-236). A hipótese é a de uma possível fratura na condução da escola nova de Cristo. Aspecto este que pode ser melhor investigado.

³⁷¹ O objetivo do concílio tridentino, no século XVI, foi reafirmar as doutrinas tradicionais e a autoridade papal, reformando as ordens religiosas e reorganizando o predomínio católico geopolítico contra o avanço do protestantismo. Para Gramsci (1991) é um momento de “ruptura”: entre a frente laica burguesa, que desejava o desenvolvimento dos Estados nacionais, e a frente religiosa; entre a comunidade eclesial (classe feudal) e o movimento revolucionário popular contra o feudalismo (massa de simplórios); um rompimento territorial entre a “Europa setentrional central protestante” e a “Europa Mediterrânea católica romana e contra reformista”, em suma, uma crise no bloco ideológico da Igreja, em sua relação com as comunidades de fiéis e os intelectuais, que acabou por gerar consequências políticas, isto é, instaurou-se uma situação de beligerância. É nesse contexto histórico que surgiu a Companhia de Jesus, tendo grande destaque na Contra-Reforma, visto que foram os jesuítas que esterilizaram o “pulular de forças populares” (GRAMSCI, 1991, p. 20). A Companhia de Jesus, segundo Gramsci (1991, p. 20), foi, como já enfatizado, a “última grande ordem religiosa, de origem reacionária e autoritária, com caráter repressivo e ‘diplomático’, que assinalou – com seu nascimento – o endurecimento do organismo católico”. Época, então, em que a Igreja funda seu “partido político” e o “catolicismo” se transforma em “jesuitismo” (GRAMSCI, 1991, p. 20).

³⁷² Provavelmente, d. Xavier de Mattos, refere-se ao catequista austríaco Augustin Johann Joseph Gruber (1763-1835), que mais tarde se tornou arcebispo de Salzburgo (Áustria).

³⁷³ Para um maior aprofundamento teórico sobre essa aproximação entre a catequese e a comunicação da fé segundo Agostinho, ver: Alves (2014).

methodo sulpiciano”³⁷⁴ e, logo depois, aparecia o “Methodo Munich”³⁷⁵, baseado nos passos formais de “Herbart, que da Allemanha se irradiou para Austria-Hungria, Hollanda, Estados Unidos, Hespanha e Portugal”.

Para o bispo beneditino, “no tempo presente” existiam numerosos e variados métodos catequéticos radicalmente “avessos à decoração penosa e rotineira dos séculos passados”³⁷⁶, aprovados “até mesmo” por Pio XI. Como ratifica nos seguintes termos:

No intuito de desfazer este preconceito e dissipar equívocos a este respeito, resolvemos organizar esta série de palestras, mostrando como a religião **póde e deve ser ensinada** pelos processos didáticos recommendados pela psicologia educacional e pela pedagogia moderna. (MATTOS, 1935, p.334, grifo do autor).

E continua:

Em nosso século, surgem numerosos e variados methodos avessos à decoração penosa e rotineira dos séculos passados; todos eles, como veremos no decorrer

³⁷⁴ De acordo com o padre João Pereira Gomes (2005), o “método sulpiciano” ou “catecismo da vida interior”, foi fundado pelo francês J. Oliver (?- 1657), fundador da Companhia de São Sulpício. Para o autor, é um dos métodos catequéticos mais tradicionais ao lado do de Santo Inácio. A diferença, para Gomes, é que o método inaciano inicia-se com o prelúdio, ou com um olhar para o tema, passando para a composição do lugar, pedindo “a graça de uma boa meditação”. Segue, portanto, “o corpo da meditação com exercícios da memória, entendimento e vontade”. Já o método sulpiciano contém: a “idéia-mãe” e a “união com o Verbo encarnado”. Sendo seus atos essenciais: “a adoração, comunhão, cooperação” (GOMES, J. 2005, p.110-111).

³⁷⁵ Há poucas referências sobre o método. De acordo com Evelyn de Almeida Orlando (2014) o “método Munique (1901)” ou “método psicológico” ou “método de Viena” ou “método de Stieglitz” de base indutiva chegou ao Brasil pelas “lentes dos franceses, sobretudo o abade Quinet e de Marie Fargues”. Os seus textos eram traduzidos e indicados às professoras catequistas no *Boletim catequético*, mas também às professoras primárias, *pela Revista do Ensino do Estado de Minas Gerais*. Acrescente-se, aqui, que a editora “Vozes de Petrópolis” publicou traduções brasileiras dos trabalhos Quinet. Na seção “Literatura Pedagógica”, sob o título “Resenha de Livros” da RBP, encontramos uma síntese de Alceu da Silveira sobre as “Lições catequéticas de Quinet (tradução, 1935)”. Ver: Silveira, A. (1936). Vale dizer, em consonância com a autora que os estudos sobre método, no Brasil, são ainda muito escassos, assim como a sua influência na pedagogia católica brasileira. Para a pesquisadora, tal fato é consequência direta da “pouca atenção que o catolicismo vem recebendo dos estudos da área, sobretudo no que tange às práticas pedagógicas modernizadoras da Igreja”. Em síntese, o método de Munique ressalta a “necessidade de se atentar para a criança, através das contribuições da Psicologia”, mantendo “uma relação muito próxima com a pedagogia Herbartiana” (ORLANDO, 2014, p. 229).

³⁷⁶ Em face do exposto, vale ressaltar aqui o trabalho pedagógico das cónegas agostinianas. Nesse sentido, cabe lembrar que nesse período, em São Paulo, funcionava o Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras (ISPCL), dirigido pela *Ordo Sancti Augustini*, OSA, “uma instituição de referência” e de “formação científica e filosófica da educação”, segundo alguns intelectuais católicos do período. A RBP, por exemplo, em sua edição de junho de 1937, trazia, em sua seção “Grandes sistemas educacionais católicos”, o programa anual de “filosofia da educação e de psicologia filosófica e experimental” do Instituto, salientando a importância de se trabalhar esse “espírito pedagógico da Ordem das Cónegas Agostinianas”, por meio do aprofundamento de temas mais específicos, tais como: “A anamnese e aprendizagem de Platão; a análise de Menon [...]”; De Magistro de S. Agostinho; a retificação aristotélica de filosofia agostiniana por Tomaz de Aquino; análise De Magistro de S. Tomaz; a aprendizagem segundo a filosofia associacionista; Herbart; a aprendizagem ativa moderna; o ponto de vista não filosófico em Claparède; breve análise de educação funcional” (GRANDES...,1937, p. 446). E, também, “Evolução da psicologia; sistemas psicológicos de Platão, Aristóteles e Aquino; origem da psicologia científica; relações e diferenças entre psicologia e filosofia [...] psicologia filosófica [...] fisiologia geral e experimental; [...] psicologia individual ; [...] princípios e exercícios de estatística psicológica[...]” (GRANDES sistemas...1937, p. 448-451).

destas palestras, aliam as suas indiscutíveis vantagens pedagógicas a mais franca e leal aprovação de altas autoridades eclesiásticas e **até mesmo** da Sta. Sé e do próprio Sumo Pontífice Pio XI. Sinthetizando pois esta breve resenha histórica, o methodo catechetico de decoraçào nos aparece mais como um recurso extremo para uma época extremamente difficil da fé, do que a norma didactica perene da Igreja através dos tempos, como geralmente se pensa. (MATTOS, 1935, p.388, grifo meu).

De maneira amena (ou não), é evidente que o uso das expressões “decoração penosa”, “methodo perene” e “methodo catechetico de decoraçào” referem-se à tradicional catequese jesuítica elaborada no século XVI que, segundo o prelado, se parecia mais como uma estratégia ou “recurso extremo para uma época extremamente difficil da fé”, do que com uma “norma didactica perene da Igreja através dos tempos, como geralmente se pensa”³⁷⁷ (MATTOS, 1935, p.388).

Ou, melhor dizendo, aquelas expressões referem-se ao modo como “pensam os jesuítas”, ao afirmarem, de forma insistente, o “valor de vitalidade perene” da pedagogia inaciana (FRANCA, 2019, p.8).

³⁷⁷ São vários os indícios que sinalizam essa tentativa de fortalecimento da “pedagogia da Companhia de Jesus” e, conseqüentemente, a consagração do *Ratio Studiorum* como “código ou normativa científica” de uma pedagogia cristã. Na semana de estudos católicos superiores organizados pela Ação Católica de Madrid, ocorrida na Espanha, Don Angel Herreira, diretor da Ação Católica Espanhola, ao traçar o plano de estudos, sugeriu a leitura de “*Lectura Theologiae vel Philosophiae vel Liturgiae*”, de Tomás de Aquino. Além disso promoveu uma série de cursos “suplementares” universitários, que duraram semanas, abrangendo os seguintes temas: “Ação Católica de Pio XI, História Eclesiástica, Filosofia cultural, a ideia anti-absolutista na Espanha, Histórias da ideologia na Espanha, a formação clássica e integral, etc”. Segundo Herreira, a proposta dos estudos era fortalecer a doutrina católica, diante da “presente desorganização da ciência oficial espanhola, do ensino publico na Espanha moderna. Em face das teorias deletérias do internacionalismo liberal e comunista”. Nesse sentido, para ele, era fundamental que a Espanha resgatasse a sua “tradição religiosa, cultural e histórica”. E nessa lembrança, estaria, indubitavelmente, o claustro respeitável dos mestres jesuítas (REVISTA *Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, v.2, n. 9-10, p.382, out./nov. 1934). Em “Resoluções do II Congresso Internacional para as escolas católicas”, ocorrido em Haya, na Holanda, os professores Herreira, Carrotti (Universidade de Milão), Honn de Dusseldorf (representante dos professores secundaristas da Alemanha), Devaud (Universidade de Friburgo), prof. Corcoran (Universidade de Dublin), em comunhão com outros intelectuais, como os padres Schroeteler, SJ., Ives de la Brière, SJ., (Instituto Católico de Paris), Tito Brandema, OP., dentre outros, aprovaram o seguinte: “1º - O congresso internacional das escolas de curso secundário, concordando com quanto decidiram no primeiro congresso reunido há três anos, declara que, baseando-se nas indicações doutrinárias dadas por Pio XI, na encíclica “*Divine Illius magistri*”, empregará toda sua atividade para proporcionar o ensino católico integral aos filhos da Igreja. [...]; 3º - os métodos de educação e programas de ensino para formação pessoal e coletiva devem ser guiados completa e constantemente pelas vertentes católicas de combinações com os imutáveis princípios da filosofia que domina sempre o ensino católico [...]; 6º - Sem excluir antecipadamente outro qualquer sistema de ensino nos cursos secundários, o congresso declara dar preferência à formação clássica considerando a mais apta para a formação de uma pleide intelectual e social de que a Igreja e o estado têm necessidade” (RESOLUCOES..., 1934, p. 147-148). Sobre essa mesma temática, é possível conferir os textos dos padres Camillo Torrend, SJ., Serafim Leite, SJ., e Nilo Pereira, então diretor geral de educação de Pernambuco, publicados na revista *A Ordem*, entre os anos de 1936 e 1938, sob os respectivos títulos: “A crise atual” (TORREND, 1937, p. 10-28); “Os primeiros professores do Brasil” (LEITE, 1936, p. 383-385); e “O seminário pedagógico” (PEREIRA, N. 1938, p. 564-570). Ver, também: Herman (1914); Barata (1939); Mcgucken (1932); Danti (1935); Franca (1936); Backheuser (1934); Gentil (1934); dentre outros.

É importante ressaltar ainda que d. Xavier de Mattos foi um dos principais representantes desse movimento de renovação do ensino religioso de matriz “psicológica” em São Paulo, movimentando uma grande e considerável “legião” de professores catequistas, como bem afirmou, padre Expedito Eduardo de Oliveira (1910- ?)³⁷⁸, em artigo intitulado “Catecismo e Escola Nova”, publicado pela RBP, em março de 1936:

A doutrina da Igreja é bastante sólida para passar inalterável, através dos erros de todos os tempos; mas é também bastante larga para ser ensinada conforme peça a conveniência de tempos, lugares e pessoas. Inovações? exageros modernos? Não, Srs. Deus nos livre de adultermos um ceitel na intangibilidade dos dogmas da Religião; apenas o “ensino religioso vai tirar partido de métodos que lhe podem ser preciosos auxiliares. Assim nos chegam de Minas, do Rio, ecos dos esforços lá empregados em prol da renovação do ensino religioso. S. Paulo conta com a sua Legião catequística onde o espírito dinâmico de D. Xavier de Mattos movimenta um bom contingente do professorado católico paulista (OLIVEIRA, E. 1936, p.95).

De modo análogo, nesse mesmo artigo, padre Expedito, não deixou de sinalizar também a “renovação suspeita”, “oportuna” e “eficiente” do método catequético (jesuítico), conforme a “conveniência” de “tempos, lugares e pessoas”. Salientando que, esse método “arcaico” de “perguntas e respostas”, só se fez presente “no sec. XVI, época de agitação e de controvérsias teológicas provocadas pela Reforma”. E, como o catecismo “não é arcaísmo como pretendem pseudos reformadores modernos” não é a “estagnação como fazem crer certos espíritos superficiais”, visto que, desde os tempos primitivos, a catequese “é vida, é atividade porque faz pensar, agir, amar e orar”, é o “integral, por excelência” (OLIVEIRA, E. 1936, p.93), então, pode-se afirmar que o “método” está bem longe de “deturpar a pureza da doutrina católica”, sendo bem diferente dessa “universalização do ensino por perguntas e respostas rigorosamente decoradas”. Nas palavras do clérigo:

Havia na Igreja primitiva métodos que pouco diferem dos que hoje preconizamos. Segundo a informação de D. Xavier de Mattos no seu trabalho “A catequese através dos tempos”, “Nos tempos primitivos da Igreja a instituição do catecumenato para os adultos recém convertidos do paganismo exercia a sua ação por dois métodos catequéticos paralelos: a catequese

³⁷⁸ De acordo com Edmilson Pinheiro (1965?), em artigo intitulado “A matriz do Carmo e seus vigários: subsídios para a história eclesial do Ceará” publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, o padre Expedito de Oliveira, nasceu a 8 de janeiro de 1910. Tornou-se sacerdote, na Igreja da Prainha em Fortaleza (Ceará), aos 30 de novembro de 1933. Foi “cura da igreja do Mucuripe, vigário de S. Gerardo e pároco da Matriz do Carmo [...], onde exerceu o mais amplo e proveitoso apostolado, dando incremento às associações religiosas” (PINHEIRO, [1965?], p.200). A “Cruzadinha era a menina dos seus olhos”. Foi fundador do Colégio Fortaleza e da Associação dos Professores Católicos do Ceará. Esteve, também, à frente do bispado de Patos, na Paraíba.

propriamente dita e a participação direta na liturgia da Igreja”. Sómente no IV século aparece o primeiro catecismo intitulado “Disputatio Puerorum per interrogationes et responsiones”, o que não fez desaparecer os métodos primitivos. A universalização do ensino por perguntas e respostas, rigorosamente decoradas, só se fez somente no sec. XVI, época de agitação e de controvérsias teológicas provocadas pela Reforma. Temos, pois, a consolação de verificar que a renovação suspeita, longe de deturpar a pureza da doutrina católica, é, pelo contrário, um recurso oportuno e eficiente cuja aprovação vamos encontrar na própria história da catequese da Igreja (OLIVEIRA, E. 1936, p.97).

Há, entretanto, lacunas na historiografia da educação sobre a abrangência do *jesuitismo* e sua efetiva influência hegemônica sobre a prática do professorado católico. Aspecto esse, que precisa ser mais bem estudado e avaliado. De qualquer modo, têm-se aqui a consciência de que este não é um trabalho acabado, pois foram apontadas apenas algumas *pistas, sinais e indícios*, visando compreender esse movimento político iniciano do início dos anos 1930, o que foi feito por meio da interrogação e da análise de mitos religiosos e políticos (e de seus opostos) *remiticizados* de forma *estratégica* por um grupo particular de militantes católicos que atuavam na educação.

Certamente, o trabalho tem muito de incompletude e, como todo e qualquer processo de construção do saber historiográfico, outros terão de complementar, corrigir e depurar. Como assevera José Eduardo Franco (2004, p.430), é na compreensão crítica de um trabalho que está a possibilidade de “libertar o nosso horizonte gnosiológico dos preconceitos que nos impedem de ver mais longe, mais fundo e mais claro; na medida em que esta possa ser uma tarefa de despreconceitualização da história”, ou seja, de tomar consciência dos “estigmas, das miopias, dos entorses ideológicos que obstruem as visões amplas e complexizantes”. Afinal, a “história não se lamenta, compreende-se” (FRANCO, 2004, p.430).

E, nesse esforço de compreensão, partindo da história do político, apoiando-se sobre seus dados, é plausível a observação final de que, toda tentativa de reflexão consagrada aos fenômenos ou processos de (re) elaboração de um pensamento pedagógico, principalmente em seus aspectos filosóficos e psicológicos, isto é, de consecução programática de uma ideologia política no universo do catolicismo, particularmente, no âmbito dos anos 1930, deve levar em consideração que a Igreja, nesse período, estava, sem sombras de dúvidas, centralizada nos jesuítas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não importa! A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades **prosopográficas**. (SIRINELLI, 2003, p.245, grifos meus).

Não há de se negar que, em virtude de “aberturas conceituais e progressos do conhecimento” a história política dos intelectuais “custem um preço”, um “tempo” longo e ingrato de pesquisa (SIRINELLI, 2003, p.245). É verdade, por igual, como escreveu Gramsci em sua reflexão sobre a *técnica do pensar* que “cada pesquisa científica cria para si um método adequado, uma própria lógica, cuja universalidade não se encontra em sua pureza formal, mas na capacidade de produzir conhecimentos” (META, 2011, p.768).

É na linha dessas reflexões que se coloca o presente capítulo conclusivo. A intenção que norteou a *forma* em que se construiu esta pesquisa resulta, de certa maneira, em uma tentativa “de fazer história por outros meios” (LE GOFF, 1996, p.52).

Das reflexões de Stone (2011), Bulst (1996; 2005), Verboven, Carlier e Dumolyn (2007), Noronha (2011), Le Goff (2016), Castro (2016) e Silva (2016), sobre a abordagem prosopográfica foi possível prover um aporte relevante, o qual permitiu observar mais diligentemente e com maiores detalhes o grupo em estudo. Desse modo, restringiu-se a lente de análise para uma escala mais reduzida (monográfica), procedimento que se realizou por meio de exemplos particulares e estatísticos, os quais, notadamente, dialogaram de forma imbricada com o contexto histórico mais geral, isto é, com o socioeconômico, o cultural, o político e o religioso. Essa característica se faz presente em toda pesquisa e, evidentemente, só poderá ser observada se o leitor ler integralmente a tese.

Outro aspecto a ser salientado sobre o uso da abordagem prosopográfica, é que ela requer, irremediavelmente, um pouco de paciência do leitor, visto que muitas informações biográficas podem estar dispostas no corpo do texto ou em paratextos. Na presente pesquisa, por exemplo, as notas de rodapé serviram como veículo textual para demonstrar os processos de elaboração desse empreendimento interpretativo, dessa *técnica de pensar*. Tais notas, por vezes, assumiram uma função explicativa e complementar à temática escolhida e, por outras, apresentaram-se de maneira informativa e indicativa, ao permitir, por exemplo, a citação de fontes primárias e da bibliografia consultada. O caráter trágico dessa prática técnica, é que tais

notas podem se apresentar com longas descrições, podendo ser comparadas, como ressaltado expressamente por Eliézer Cardoso de Oliveira (2013), refletindo Grafton (1998, p.16), à “dor de uma broca de um dentista” para quem lê. Todavia, a inserção de paratextos foi um exercício imprescindível para a concretização da abordagem, visto que, um dos objetivos dessa *biografia coletiva* foi definir e identificar a coletividade a ser estudada, tanto no que diz respeito à sua formação, mas, também, à sua dinâmica social, privada, pública ou, mesmo, cultural, ideológica e política, descrevendo, sempre que possível, os passos da pesquisa, o escrutínio das *pistas, sinais e indícios*, bem como a maneira como foram identificados e interpretados os dados e os *resíduos marginais* considerados reveladores do grupo em estudo (GINZBURG, 2014).

Cabe ainda destacar que a elaboração do banco de dados desta tese possibilitou, entre outros resultados práticos, a produção de fichas biográficas inéditas, que contribuíram para trazer à cena intelectuais até então desconhecidos na história da educação brasileira, além disso, permitiu também criar bases para a integração de pesquisas sobre as mulheres e o catolicismo no Brasil. Nesse ponto, é conveniente dizer que a pesquisa se propôs, igualmente, a suprir essa lacuna ou, mais particularmente, esse *silêncio* (PERROT, 1989) que cerca os estudos sobre a atuação das mulheres no movimento católico brasileiro, desconstruindo, como diz Ana Paula Vosne Martins (2016), a imagem estereotipada e única de que essas mulheres só atuavam em obras conservadoras, caritativas, filantrópicas e piedosas. O exame de 56 trajetórias femininas possibilita afirmar que todas faziam parte do apostolado social da Igreja, quer dizer, de uma elite católica militante que escrevia e publicava sobre a ação apostólica e sobre suas estratégias. Foram mulheres que fizeram votos de obediência à hierarquia e cuja religião, socialização, ocupação profissional e social em espaços culturais, como a ASB, a ABE, a CCBE, as APC's, a ACF, a FBPPF, a ANC, a ABAS, a LDN, o INM, o SOS, a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra (SALDCL), o CAPM, a AAC, a SCARJ, a AEC, a Pró-Arte, a DSB, a ABI e a AAACJ, entre tantos outros, como instituições educacionais religiosas, emissoras de rádios, jornais, revistas, congressos, academias culturais e clubes, lhes instrumentalizaram politicamente para atuar no projeto universal de reforma da Igreja, em favor da *neocristandade*, como também de regeneração nacional pelo *jesuitismo*.

Essas mulheres, eram, em espírito, “irmãs jesuítas”, elas possuíam uma rede de ação política que atuava tanto em nível local, nas paróquias, associações e escolas, mas que estavam presentes também em organizações mais amplas, que integravam a estrutura da Ação Católica, tais como a Confederação Católica Feminina, a Federação das Bandeirantes Católicas (FBC), a AJC, a Comissão Feminina de Imprensa Católica (CFIC), a Comissão Feminina da ASC, a

União Universitária Feminina Católica (UUFC), a União Internacional das Ligas Femininas de Ação Católica, a Amities Catholiques Françaises (ACF), dentre outras. É importante deixar claro que muitas dessas mulheres já possuíam uma atuação significativa no laicato católico pré-1922, ou seja, antes da interpretação corrente dos estudos que marcam o início da reação católica no Brasil, a partir da criação do Centro Dom Vital. A participação de intelectuais como a presidente da ASB (1918), Amélia de Rezende Martins, na Associação das Mães Cristãs (1905), na cidade de Campinas, estendendo sua atuação até a cidade do Rio de Janeiro, no Centro da Boa Imprensa (1910) e como membra da Associação Damas da Cruz Verde (1918) e da Associação das Senhoras Brasileiras (1920), ao lado de outras intelectuais contemporâneas, como Jerônima Mesquita, Maria Eugenia de Assis Figueiredo Carneiro de Mendonça (Maria Eugenia Celso), Maria Junqueira Schmidt, Isabel Jacobina Lacombe, Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Baronesa de Bonfim (Maria José de Siqueira), Nanoca Dionysio Cerqueira, entre tantas outras, é exemplo dessa representividade e, ao mesmo tempo, da organização do movimento católico anteriores à criação do CDV (1922). À vista do exposto, também convém recordar que as fichas biográficas dessas intelectuais e demais integrantes do grupo em estudo estão presentes no banco de dados da tese, disponibilizado aos pesquisadores por meio do site <https://intelectuais.com.br>.

Arrisco dizer ainda, com algum grau de certeza, sustentado pela pesquisa, que a atuação feminina no catolicismo brasileiro esteve desde o seu início submetida a esse projeto internacional mais amplo de orientação jesuítica, isto é, o *jesuitismo*. Para as autoras Maria José Rosado Nunes (1996) e Ana Paula Vosne Martins (2016), por exemplo, a *feminilização* do catolicismo sempre foi um elemento fundamental para a *reforma* da Igreja, visto que, fazia parte de um projeto maior de “clericalização” da sociedade (MARTINS, 2016, p.190). Como já tivemos ocasião de assinalar, esse projeto de clericalização, assume na perspectiva do referencial gramsciano, contornos mais definidos, característicos de um partido jesuíta, do *jesuitismo*.

Contudo, é preciso ainda avançar um pouco mais na análise sobre a relação entre as mulheres e o catolicismo. Assim, podemos afirmar que tais intelectuais do grupo em estudo não eram simples executoras de ordens vindas de Roma, mas essas mulheres, em suas missões de “paladinas e arautas do reino de Cristo na sociedade” (MARTINS, 2016), tinham motivações e interesses pessoais, intelectuais e político-sociais próprios. Elas, regularmente, dialogavam com os padres e bispos, mas também divergiam deles e contestavam-nos, inclusive tirando proveito dessa aproximação, em especial das sociabilidades e das *redes* que formavam, decorrentes do

associativismo religioso. Como vimos, a ASB, composta, em sua diretoria, por mulheres, só aderiu às campanhas em defesa da Companhia de Jesus em seu início, em meados de 1932, pois tinha, entre seus interesses, angariar apoio, ou a mesma adesão do mundo oficial, ou seja, do corpo diplomático, do clero, do povo católico e de toda arquidiocese e dioceses vizinhas e dos futuros sócios da AAACJ que participavam do evento, para a sua Associação ASB e para a construção da sua sede - o Edifício Anchieta, que, até meados de 1932, não estava concluído. Enfim, no caso das mulheres laicas desse grupo de estudo, pode-se dizer que elas implementaram um posicionamento frente à sociedade, isto é, também participaram na elaboração de uma identidade católica militarizada de *ethos* jesuítico, notadamente interventiva no âmbito cultural.

Outro ponto a ser destacado a este propósito conclusivo, é a ideia, presente nas entrelinhas da afirmação feita na epígrafe desta seção, de que a história dos intelectuais requer um exame sistemático de elementos dispersos, de muitos textos impressos, de uma *exegese de textos* com finalidades prosopográficas. De certo modo, desde o princípio, esse aspecto pôde ser comprovado, haja vista que o trabalho foi gestado com base em um total aproximado de mais de seis mil ocorrências qualitativas presentes na imprensa periódica, pesquisa que tomou como referência a trajetória individual de 127 intelectuais que atuavam no âmbito da educação e da cultura e, além deles, de mais 25 jornalistas partícipes da AAACJ, e que se baseou no acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Tais informações foram, evidentemente, associadas com outras fontes, afinal, como diz Thales de Azevedo (2002, p.9) “o estudo do catolicismo brasileiro pede, de início, a organização de uma completa bibliografia crítica de tudo quanto existe”, tais como: livros, revistas, folhetins, teses, dissertações, artigos acadêmicos, artigos e editoriais da imprensa diária e periódica, dicionários histórico-biográficos, enciclopédias, livros memorialísticos, anuários genealógicos, anais de congressos, crônicas religiosas, cartas pastorais, encíclicas, boletins, relatórios de conferências, panfletos, folhas de propaganda e obras internacionais, inclusive a dos seus adversários, como livros e artigos de protestantes, maçons, comunistas, anarquistas, ateus, indiferentes, livre pensadores, socialistas, positivistas, espíritas e anticlericalistas. Entre estes últimos, coube destaque, no caso deste trabalho, às produções escritas do intelectual Arthur Thompson.

A análise das obras desse autor, líder e principal porta-voz da CNPEL, que se ocupou em refletir sobre a “questão clerical” do Brasil, posicionando-se criticamente em relação à Igreja, ao *jesuitismo* e às suas ingerências nas esferas político-social e cultural do período

estudado, foi feita no sentido de colocar suas publicações em diálogo com o objetivo central desta tese, o qual se voltou a identificar as apropriações políticas e ideológicas efetuadas, nos anos iniciais da década de 1930, no Rio de Janeiro, das representações em torno da imagem da Companhia de Jesus e, de modo mais direto, do próprio José de Anchieta (1534 -1597), levando-se em conta a forma como tais concepções foram projetadas e promovidas pela ASB e pela AAACJ.

A opção por essa documentação paradigmática de Thompson, e também sua seleção, se deram em decorrência da representatividade argumentativa, da originalidade e da *peculiaridade* desse autor para o período em análise, assim como de seu significado histórico, ideológico e político. Como pudemos observar, analisar aspectos da trajetória de Thompson também correspondeu a um exercício sintético de compreensão crítica do *jesuitismo*, isto é, da cultura política da Igreja no período. Para o anticlerical, foi a partir do papado de Pio IX, sobretudo após a publicação da *Syllabus Errorum* (apêndice da encíclica *Quanta Cura*, promulgada em 1864), que se intensificam tanto o poder centralizador como as prerrogativas do papa em relação às Igrejas locais, o que, por consequência, serviu de pretexto para a formação de um “partido clerical imperialista” (THOMPSON, 1934, p.17). Nas palavras do autor, um “partido infernal” organizado por um “exército negro de hipócritas” (jesuítas) que tinha como principal objetivo conquistar o mercado cultural e econômico em âmbito internacional.

Nessa linha, Thompson, na posição de intérprete coetâneo do catolicismo, pode ser apontado como um dos maiores *remitizadores* do mito do complô jesuíta no Brasil nesses anos iniciais de 1930, pois muitas das *ideias-força estruturantes* (FRANCO, 2006) anticlericais e antijesuíticas que circularam em Portugal e em toda a Europa ao longo do tempo, estavam marcadamente em seus escritos e serviram de alicerce ou referência para o movimento antijesuítico e para sua propaganda.

A pesquisa mostrou ainda que as agitações políticas na Espanha, ocorridas com a expulsão da ordem jesuítica e com a possibilidade de o Brasil “servir de asilo” para a organização, garantindo-lhes o mercado cultural (em especial as escolas), forneceram um novo impulso à causa anticlerical, inclusive resultando no surgimento de novas associações. Thompson, como vimos, estava ligado ao jornal *A Lanterna*, e, também, à Liga Anticlerical de São Paulo, ao Centro Espírita Redemptor e a diversos grupos maçônicos, protestantes, socialistas e positivistas. Nessa luta contra a presença da ação clerical na vida política e social, Thompson, como presidente da CNPEL, contou com uma legião de filiados pelo Brasil, totalizando, segundo Rudy (2017), mais de 1702 grupos. Tais intelectuais, notadamente,

souberam aproveitar a questão jesuítica espanhola, centralizando-a como elemento fundamental para o embate político e ideológico. Uma batalha que foi travada *no campo das ideias* e, portanto, *no campo do político* (ROSANVALLON, 2010), explicitamente, por meio dos impressos. Analisar o impacto dessa imagiologia produzida, seguindo as proposições da história do político, no sentido de examinar as relações de Thompson e de seus textos com o grupo social com o qual se vinculou, como também a sua relação com os seus principais opositores, como a LEC, a CCBE e a AAACJ, contra quem seus escritos se colocaram em oposição e disputa, explicitando o caráter político desses textos, foi de fundamental importância para a área temático-cronológica do estudo.

Feitos esses apontamentos, há ainda um último aspecto que se pode destacar e que se refere ao uso da abordagem prosopográfica na história dos intelectuais. Pode-se admitir como exata a afirmação de Le Goff segundo a qual a prosopografia permitiria entrecruzar a macro e a micro-história, isto é, extrapolar a dimensão micro, individual e discursiva, abrindo espaço para serem observadas as propriedades sociais dos indivíduos. Um exemplo foi o uso da prosopografia para a leitura de um conjunto de livros e artigos publicados em jornais e revistas tanto por militantes do *jesuitismo* quanto do *anticlericalismo*, procedimento realizado com objetivo de analisar o diálogo que se estabelece entre as características dessas produções escritas e as suas propriedades sociais. A formação escolar, os lugares que cada um desses personagens ocupou nas redes (católicas ou anticlericais) e nas instituições que os qualificariam como membros, as parcerias e as funções que desempenharam no âmbito dos dois movimentos antagonistas (*jesuitismo* e *antijesuitismo*) e outros elementos marcantes de suas experiências “se traduzem” para usar a expressão de Arduini (2014,p.182), “por um gosto estético e um estilo de escrita”, que se converteram em “instrumentos de luta” política.

E isso não foi tudo, do ponto de vista do grupo católico, a observação e o cotejo, por exemplo, do itinerário do presidente da ABI Herbert Moses, feito com finalidades prosopográficas, demonstrou que o intelectual estava conectado a uma rede de intelectuais que militavam fervorosamente em defesa dos jesuítas. A prosopografia também identificou a relação de 60 jornalistas que atuaram junto a Moses em instituições e/ou projetos culturais *Pró-Jesuítas*, particularmente nas Campanhas em prol do Edifício Anchieta e da Associação Antigos Alunos da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro no período compreendido entre 1929 e 1939.

Esses sujeitos além de atuarem como jornalistas, associados diretos à ABI, também desempenharam papéis de organizadores, presidentes, associados, diretores, financiadores ou colaboradores em projetos de organização sócio-político-econômico-culturais da Igreja. Faziam

parte desse meio, vários intelectuais relacionados ao corpo diretivo de entidades financiadoras da empresa jornalística, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e as Docas. Vimos também a presença desse grupo atuando em diferentes espaços de socialização, como os congressos rurais e educacionais, os clubes sociais, as rádios e as academias, além de institutos culturais, como a Academia do Comércio, o IHGB, o INM, a ABE, a ASB, a LSS e a comissão de imprensa e propaganda da AAACJ. De um modo geral, a pesquisa demonstrou que esses intelectuais secretavam cumplicidades e objetivos comuns, possuíam não só vínculos profissionais, religiosos, políticos ou de parentesco, mas também de amizade e cooperação. Eram *produtores* do mundo intelectual católico, isto é, homens e mulheres da produção de conhecimentos e da comunicação de ideias, nos âmbitos literário, jornalístico, filosófico, teológico, político, científico e educacional, vinculados à intervenção político-social. Indivíduos socializados por práticas coletivas, consensuais e afetivas que adquiriram por meio de variadas experiências vividas um sistema de valores cristãos muito profundo (interiorizado), fazendo com que assumissem a filiação religiosa como aspecto importante de sua identidade intelectual, de suas atitudes políticas.

Desse ponto de vista, não podemos esquecer que o acréscimo do horizonte metodológico gramsciano foi essencial, visto que, a arquitetura lógica de alguns de seus conceitos tais como *Ação Católica*, *partido*, *Igreja*, *religião*, *política*, *jornal católico*, *jesuítas*, *integristas* e *modernistas*, dentre outros, exigiram um exame mais profundo sobre essas propriedades sociais dos indivíduos selecionados, de suas formações, de seus círculos de contatos familiares, de amizades, de seu cabedal cultural-religioso e de sua posição social, permitindo, de certo modo, examinar o grupo como um conjunto de indivíduos que integram um *ator coletivo* político, cultural, social e econômico, isto é, como uma “configuração social sempre cambiante e de fronteiras instáveis” (FERRARI, 2010, p.530) que atuou dentro de uma sociedade em um determinado tempo, no caso aqui, um *ator coletivo* formado por uma *classe clerical* e por uma *elite católica de produtores culturais* cuja militância, cheia de ambiguidades internas, só pôde ser compreendida quando se problematizou a Igreja em termos gramscianos, ou seja, como um “intelectual coletivo” (LA ROCCA, 2017, p.402).

Assim, nas primeiras seções, a tese tratou de evidenciar alguns aspectos ainda pouco estudados pela bibliografia a respeito do movimento católico brasileiro no início dos anos de 1930, sobretudo no que concerne às suas características político-organizativas e às estratégias de mobilização do laicato, constitutivas de um *partido jesuíta*. Por meio de uma retomada de

diferentes interpretações disponíveis e, particularmente, sob a perspectiva da análise gramsciana, apresentou-se de que forma o organismo católico esforçou-se em caracterizar o *jesuitismo* como arquétipo para a elaboração de um *partido democrático-popular*, no sentido de se organizar uma Ação Católica mais eficiente.

Vale dizer que o domínio jesuíta esteve presente em diferentes regiões estratégicas, tais como América do Sul, Estados Unidos, China, Espanha, Japão e França. Todavia, é neste último país que se desenvolve um quadro mais alargado de monopolização racional das iniciativas jesuíticas (principalmente no que concerne ao monopólio educativo) em relação às outras ordens e congregações. Num exercício sintético, a análise da obra do jesuíta Paul Foulquié ressaltou alguns aspectos referentes ao catolicismo francês no período, ou seja, ao *jesuitismo*, como a fase mais recente do cristianismo católico. O autor deixa claro que os jesuítas foram os intérpretes e oráculos da ortodoxia católica, enfatizando, por exemplo que entre 1936 e 1937 só os jesuítas franceses tinham, nos colégios de suas missões, “16.479 alunos, isto é, um quarto do efetivo total e um terço a mais do que nos seus colégios da metrópole”. Indícios sugerem ainda que o *jesuitismo* foi revigorado por meio de uma conexão de redes formalizadas de intelectuais de origem transnacional, por vezes difusa, mas conectada por suportes de cultura, instituições e periódicos. Entre os *sinais* apontados foi possível notar que a Ação Católica Francesa, caracterizada, como diz Gramsci, por uma forte concentração de *cultura laica*, se constituiu como uma verdadeira *comunidade epistêmica* jesuítica internacional de referência para o laicato nacional brasileiro. Vale lembrar aqui que a fundação do *Comité Amitiés Françaises à L'étranger*, sob a direção dos jesuítas Paul Coulet e Alfred-Henri-Marie Baudrillart em parceria com diferentes representantes de entidades católicas brasileiras, tais como o CDV, a FEC, a ASB, a ABC, a ANC, a ASB, entre outras, teve como objetivo principal estreitar os laços políticos entre católicos brasileiros e franceses e, com isso, trocar e partilhar os conhecimentos técnicos específicos da ACF, buscando formar militantes e “sacerdotes intrépidos”, isto é, uma força em potência elegida e qualificada pela hierarquia eclesial para trabalhar no movimento católico de tendência filosófica e político-social tomista de Pio XI, projeto que foi empreendido por meio de intercâmbios culturais, bolsas de estudos e pela publicação da revista mensal “Le Amitiés Françaises”.

Das reflexões de Gramsci, ainda no tocante às relações entre a Igreja e as suas tendências doutrinárias heterogêneas, notadamente no período entre 1922 e 1939, pôde-se verificar também que Pio XI limitou a importância de algumas forças endógenas organizativas da Igreja, tais como os integristas e modernistas, partidos então, antagônicos à Companhia de Jesus, que

lutavam e disputavam o poder. Um exemplo desses embates foi a crise político-religiosa espanhola ocorrida entre os anos de 1931 e 1932, após a proclamação da Segunda República naquele país. Vimos que a situação dos descendentes de Loyola se complicou, o que ocorreu pelo fato de os integristas terem se sentido ofendidos, ou melhor, excluídos da tentativa de acordo entre o Vaticano e Alcalá Zamora. Em contraposição, os integristas organizaram-se ainda com mais intensidade contra a Companhia de Jesus. E, após a saída de Zamora, vimos que o grupo de Manuel Azaña alia-se aos socialistas para colocar em prática um programa de reformas que pretendia desfazer toda a obra da monarquia e da ditadura, sendo uma de suas principais medidas a expulsão dos jesuítas do país. Nesse contexto geral, o que resultou de concreto é que tal acontecimento internacional encontrou repercussões na realidade brasileira, notadamente, nas páginas da imprensa escrita, mas também em ações concretas, por meio da efetivação de vários projetos culturais pró-jesuítas e antijesuítas. Entender o desenrolar desses projetos foi o objetivo das seções 3, 4 e 5 da presente tese.

A partir desse momento, vimos que a imprensa, como um agente de modernização política, constituiu-se em verdadeiros órgãos militantes, movimentos e redes de difusores de ideologias e de discursos *mitologizados* de diferentes classes. O evento fundador de origem espanhola, associado às tensões provocadas pelo advento da modernidade, proporcionou a reatualização histórica de alguns mitos conspirativos. Por um lado, entre os anticlericais, verificou-se a reelaboração do *mito da conspiração jesuíta*, por outro, no meio católico, se fez presente a revelação do *mito da conspiração judaico-maçônica* de base marxista, principalmente por parte de alguns *produtores católicos* do grupo pesquisado.

De um modo geral, e ainda do ponto de vista do grupo católico, pode-se dizer que houve um esforço para *cristianizar a imprensa* e, nesse sentido, não bastava estabelecer a parceria com a ABI ou com a política anticomunista proposta pela CNRC no governo getulista, visto que tais ações, de certo modo, eram consideradas pelo grupo como uma atitude apenas “defensiva” aos ataques anticlericais nas páginas dos jornais. Contudo, é verdade também que, nesses anos iniciais de 1930, os *jornais católicos*, tal como propôs Gramsci (1991, p.187), possuíam um teor político explícito e, também, exteriorizavam a ideia de um combate constante a toda e qualquer doutrina de cunho liberal, cientificista, maçônica, protestante e socialista. A sistematização dos dados prosopográficos revelou que essa classe dos produtores, especificamente, os fundadores, diretores e redatores, formada aproximadamente por 23 atores, juntamente, com os demais membros do corpo de militantes pró-jesuítas, contribuíram para fortalecer essa função social do jornal católico como um *jornal de batalha*. Para esse grupo

que atuava diretamente na ABI e na comissão de imprensa e divulgação da AAACJ (RJ), tais jornais deveriam ter, como um de seus objetivos, o incitamento de uma *massa de sentimentos* favoráveis à mobilização coletiva e à luta política, por meio da publicação de um conteúdo persuasivo e formativo de defesa das ações episcopais e de apresentação (teórica e ideológica) das diretrizes de uma reforma política a serviço da Igreja e em ajuda da Ação Católica. A esse objetivo ligavam-se outros.

Visando intensificar a propaganda em defesa da Companhia de Jesus e de um certo *ethos jesuítico*, no sentido de se formar uma opinião pública ativa em favor da sua imagem, invertendo a opinião negativa e antijesuítica, cética, passiva ou indiferente em relação aos seus feitos, mas principalmente, objetivando fortalecer o partido jesuíta no Brasil, tais intelectuais passam a empregar outras *estratégias de divulgação* (LACORTE, 2017, p.216), a exemplo da publicação de reportagens, artigos, folhetos e livros, conferências ou ainda a organização de um programa de manifestações de apreço e apoio à Companhia de Jesus, promovendo missas campais, cerimônias e campanhas emblemáticas frente à vinda de clérigos expulsos da Espanha, e principalmente em defesa da tradição educativa da Ordem.

Nessa direção também ascendeu como imprescindível apelar para a questão dos *imaginários sociais*. Como vimos na seção 5, a descrição de Pio XI é enfática, ao sugerir que, apesar de estar estabelecido um *complô* contra a Companhia de Jesus, os católicos não precisariam se abalar com tais circunstâncias, pois, nelas, haveria possibilidades táticas de reverter a situação. Para Pio XI e, principalmente, para a comunidade leiga e eclesial, o momento tumultuário que se passava no relevo espanhol, era uma oportunidade para desenvolver o “poder das forças místicas”, o que se faria por meio de um referencial já previamente trabalhado pela Igreja, capaz de servir tanto de arquétipo ideológico-político, de marco intelectual, moral e espiritual, quanto de antítese à ideologia marxista.

De modo mais sistemático, era necessário repopularizar a Companhia, reemitizá-la, glorificá-la. Tal proposta obedeceu, aqui no Brasil, um programa de manifestações de apreço à Ordem e a José de Anchieta, organizado por uma associação de ex-alunos dos jesuítas e submetido à apreciação de d. Leme. Entre os objetivos da AAACJ ou ASIA do Rio de Janeiro, no ato de sua fundação, em meados de 1932, estavam: a reconstrução de uma imagem positiva da Ordem às novas gerações de católicos; a organização de uma elite intelectual católica para atuar em sua defesa em diversificadas instituições culturais, sociais, religiosas, administrativas, políticas e militares; o incentivo para a criação de uma federação que unisse todas as associações católicas dos ex-alunos dos jesuítas de diferentes estados, mas também que

incluísse os grupos internacionais, em especial da Inglaterra, da Itália, da França e de Portugal, no intuito de se ampliar o mercado cultural, transformando a tradição jesuíta em uma das maiores redes de educação do mundo; a *fabricação* de um *grande guia* ou *grande chefe* jesuíta que pudesse incarnar ao mesmo tempo a ortodoxia e o mito e, a partir daí, o sentido da história (BACZKO, 1985, p.330). Ou seja, tratava-se, efetivamente, da *fabricação* de um herói católico dotado de “qualidades e poderes sobre-humanos, isto é, de um *carisma* suficiente para conseguir apoderar a imaginação da *massa de simplórios* (GRAMSCI, 1991, p. 20), e do aperfeiçoamento dos leigos, presbíteros e professores católicos na apreensão e veiculação de uma cultura política associada à pregação da dimensão social da Igreja presente nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Divini Illius Magistri* (1929) , por meio de um plano de ação teológico-político pedagógico da Companhia de Jesus, isto é, o *Ratio Studiorum*.

Na verdade, para esse grupo em estudo, a encíclica *Divini Illius Magistri* era, conforme diziam “uma atualização” da tradição e dos ideais da filosofia jesuítica de educação, ou seja, do *Ratio* - uma obra considerada de “valor permanente” e “destinada a desafiar os séculos , *in omnem parabat aeternitatem*” (FRANCA, 2019, p.71). Vale lembrar também que, para esse grupo, a educação era uma área imprescindível para a formação e a concentração de uma certa cultura católica. O consenso secretado nessa rede de sociabilidade era o de que o aperfeiçoamento de uma elite católica era fundamental, tanto para a defesa da Ordem quanto para auxiliar a Igreja em sua expansão hegemônica dentro do Estado. Nesse sentido, e completando o raciocínio precedente, pode-se dizer que o grupo lutou para elaborar e veicular um pensamento educacional católico mais coeso, único e unânime entre os distintos grupos católicos que atuavam na educação, um pensamento que dialogou com as proposições escolanovistas, mas que também teve como base o vasto material filosófico-político tomista, característico da Companhia de Jesus.

Para esse grupo de intelectuais, “educação religiosa e católica” correspondia à pedagogia da Companhia de Jesus, isto é, à aplicação tanto do *Ratio* quanto da *catequese* jesuítica, fundamentalmente, por dois motivos principais. Primeiro, porque o *Ratio*, tinha “a plasticidade indispensável a todas as adaptações exigidas pelo movimento progressivo da cultura” (FRANCA, 2019, p.55). O tópico essencial de argumentação católica era que esse *código de ensino jesuítico* não era simplesmente uma metodologia ou processos didáticos adotados para transmitir o conhecimento, mas o protótipo do verdadeiro pensamento católico. Segundo, porque para esses legionários de Anchieta, a *pedagogia perennis* da Ordem era a única que possuía características superiores, tais como: o currículo humanista, o método, a

ordem e o espírito inaciano. Tais elementos, segundo tais intelectuais, eram fundamentais para que a Igreja restaurasse, na prática, a doutrina tomista com base nos pensadores medievais tradicionais. É importante dizer que, no chamado “Plano de Estudos da Companhia de Jesus”, o *Ratio*, favorecia a demanda das elites pelas chamadas novas técnicas pedagógicas, já a catequese era uma “ferramenta” essencial para a pregação dos preceitos cristãos, um método “humanitário” utilizado no passado que também deveria ser adaptado no presente, no âmbito da renovação educacional para moralizar, regularizar e civilizar o povo, ou seja, uma proposta estratégica e parte do plano de estudos da Ordem, voltada principalmente para o “ensino das primeiras letras” em escolas públicas e particulares.

Outro ponto a ser acrescentado é que para esses católicos do grupo em estudo, as ideias apresentadas pela Escola Nova sob o estereótipo de “modernas” consistiam em conceitos ou noções católicas antigas, particularmente, de um catolicismo de exórdio jesuítico, e aguardavam condições consentâneas para passarem ao domínio da aplicação. Para esse grupo de legionários, a pedagogia nova não continha, como diz Cunha e Costa (2002, p.131) “nenhuma base filosófica educacional” e, se continha, não era “moderna”, pois os jesuítas já a tinham elaborado antes. Nessa acepção, o *Ratio Studiorum* era, conforme diziam, “o precursor da pedagogia científica e moderna” e, por consequência, Anchieta era o “precursor dos pensadores modernos” (BARATA, J. 1939, p.2).

Como parte desse processo, a imagem de Anchieta como o “primeiro mestre do Brasil” é evocada como resposta às expectativas enunciadas ou latentes. O “professor Anchieta” é aquele que encarna um *leque de virtudes e princípios* escolanovistas capazes de responder aos anseios coletivos e às expectativas dos professores católicos.

Com relação a esse tópico, os capítulos finais da tese demonstraram que a figura do missionário jesuíta foi, de fato, utilizada a “serviço de vários altares” (FLECK, 2010a, p.176). Observou-se, portanto, que a *imagem do salvador* foi estrategicamente elaborada para enfrentar um perigo externo (uma suposta conspiração judaico-maçônica-comunista), uma crise (em decorrência do liberalismo e do laicismo na educação) e serviu como suporte para uma construção historiográfica e para projetos político-culturais, mas, também, como arquétipo de autoridade e síntese de ideias, tradições e valores culturais que poderiam transformar o presente. Anchieta era o símbolo político da *Societas*, uma espécie de *modelo exemplar* de *misticismo* completo e dinâmico, um herói católico que conseguia fundir, a partir de uma intensa, repetitiva e massiva propaganda política, a imagem do *intelectual jesuíta* com os ideais de conduta cristã e de conduta docente.

Para concluir, defende-se aqui, que o processo de heroificação de Anchieta realizado por esses membros da ASB e da AAACJ (RJ), que ocupavam cargos diretivos na APC do Distrito Federal, posteriormente transformada em Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), também partícipes do CDV, do Instituto Católico Superior (ICS) e da LSS, entre outras entidades socioculturais católicas, foi uma estratégia para legitimar o discurso educacional católico-jesuítico, uma forma de manter afastado o professorado católico das concepções laicas da educação, mas também de outras filosofias políticas de ordens rivais dos jesuítas (como os franciscanos, dominicanos e cistercienses, por exemplo), não sendo, assim, difícil que a Companhia de Jesus fosse vista como a Ordem mais adequada e, por ora, mais moderna, para recontextualizar a relação dos professores católicos com o ideário da Escola Nova e, a partir daí, também fosse considerada a Ordem mais apropriada (superior) para conduzir o campo político e filosófico da educação.

Isso implica dizer que a (re)formulação simbólica em torno da figura de Anchieta, nesses anos iniciais da década de 1930, teve objetivos políticos e educacionais bem específicos, uma história marcada por confrontos de sistemas ideológicos e políticos, por oposições externas e fraturas internas, por lutas pela aprovação de paradigmas culturais, intelectuais e educacionais, de mundividências, sociovidências e, até mesmo - para usar a expressão de José Eduardo Franco - de *teovidências reequacionadas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000.

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930–1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva; CARNEIRO, Dionísio Dias. *et al. A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889–1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Da história política dos “grandes homens” à prosopografia das elites políticas: considerações historiográficas e metodológicas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. *Anais do [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1-15.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. Nacional Os trotskistas frente à Aliança Libertadora e aos levantes militares de 1935. Cad. AEL., Campinas, v.12, n. 22/23, 2005, p.81-117.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Liga Comunista Internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil: 1930–1935*. 2003. f.199. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Paulo Roberto Andrade de. O pensamento jurídico de Leonardo Van Hacker. *Revista Estudos Filosóficos*, DFIME – UFSJ, São João del-Rei, Minas Gerais, nº 14, p.130-144, 2015.

ALVES, Artur Luís Delgado Farinha. *De catechizandis Rudibus*. A comunicação da fé segundo santo Agostinho. Orientador: Isidro Pereira Lamelas.2014.1 85 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Lisboa, Portugal, 2014.

ALVES, Júnia de Castro Magalhães. Ficção e auto/biografia: implicações teóricas. *Revista Em Tese*, Belo Horizonte, v.1, p. 43-50,1997.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

ARAGÃO, R. Moniz de.; FAORO, R.; MELLO, M.C.B. de. *Calendário Cultural do Brasil 76*. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. *Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro, 1922-1948)*. Orientador: Sergio Miceli Pessoa de Barros. 2014. 200f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2014.

ARECO, Sabrina. *A filologia vivente de A. Gramsci*. Mediações, Londrina, v.24,n.1, p.209-227, jan./abr. 2019.

ARENDT, Hannah. *The origins of Totalitarianism*. Nova York: Harcourt Brace, 1973.p.351. [Ed. Bras.: Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.]

ARON, Raymond. *Études politiques*. Paris: Gallimard, 1974.

AUSILIO, Manuela. Laicismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.458-459.

AYALA, Elisa Cárdenas. El fin de uma Era: Pío IX y El Syllabus. *Revista História Mexicana*, Cuidad de Mexico, vol. LXV, n.º 2, p. 719-746, oct./dic. 2015.

AZEVEDO, Thales de. O catolicismo no Brasil um campo para a pesquisa social. EdufBA: Salvador, 2002.

AZZI, Riolando. Presença da Igreja Católica na Sociedade Brasileira. *Cadernos do ISEER*, Rio de Janeiro, n. 13, 1981.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II/3-2, terceira época: 1930 - 1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 23-79.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi: anthropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985. v.5. p. 296-332.

BARACHO *et al.* Henrique de Novaes: um interlocutor de ideias no Clube de Engenharia. ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENAPUR, XV, 2013, Recife. [Anais do]... Belo Horizonte: ANPUR, 2013. v. 15, n.1.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. Subsídios para um catálogo os títulos de nobreza concedidos pela Santa Sé aos brasileiros. *Colégio Brasileiro de Genealogia (CBG)*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/wp-content/uploads/2012/07/titulos-concedidos.pdf>
Acesso em: 16 fev. 2021

BARBOSA, Flávio André Rodrigues Barbosa. “O sanatório das almas”: reação católica e radicalização política na década de 1930 no discurso de Jonathas Serrano. Orientador: Gilásio Cerqueira Filho. 2011. 245 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BARBOSA, Maria de Fatima Medeiros. *As letras e a Cruz: pedagogia da fé e estética religiosa na experiência missionária de José de Anchieta, S.I. (1534-1597)*. Roma: Editrice Università Gregoriana, 2006.

BAUZÁ, Hugo Francisco. *El mito del héroe: Morfología y semántica de la figura heroica*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BAZELAIRE, Louis-Marie de. *Os leigos também são a Igreja*. São Paulo: Flamboyant, 1960.

BEOZZO, José Oscar. *História da Igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.

BERNARDO, Patrícia; SHIMADA, Nayara Emi; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. O formalismo e o “jeitinho” a partir da visão de estratégias e tática de Michel de Certeau: apontamentos iniciais. *Revista Gestão e Conexões*, Vitória (ES), v.4, n.1, jan./jun. 2015, p.45-67.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (dir.). *Por uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERTONHA, João Fábio; CALDEIRA NETO, Odilon. Fascismos e fascistas em comparação: Gustavo Barroso, Adrien Arcand e o antissemitismo no Brasil e no Canadá no entre guerras. *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 28, n. 53, 5 jan. 2016.

BETTY, Christine Barbosa. *O naturalismo na educação de Rousseau projeto para educação do senhor de Saint-Marie*: a tendência naturalista de Rousseau na educação treze anos antes de Emílio ou da Educação. REVISTA do Programa de Pós-Graduação em educação da UNIMEP, ano 1, nº1, jun.2007, p.41-49.

BEZERRA, Ada Kesea Guedes; LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. *A produção de mitos na política*: a imagem pública de Lula no cenário midiático. [S. l.: s. n.], 2009. E-book. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-bezerra-a-producao.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2011.

BIRNBAUM, Pierre. *Les elites socialistes au pouvoir*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano*: Joaquim Nabuco e a República. Orientadora: Angela de Castro Gomes. 2008. 289 f. Tese (Doutorado em História: História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. *A Cadeira de História e Filosofia da Educação da Usp entre os anos 40 e 60*: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa. Orientadora: Mirian Jorge Warde. 2001. 301 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) – Programa de Educação: História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Usos da prosopografia para a história dos intelectuais da educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v.33, n.67, p.57-82, jan./abr. 2019.

BOOTHMAN, Dereck. Rotary Club. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.713.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes Biográficas. In: PINSK, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 195-221.

BOTO, Carlota. *Ler, escrever, contar e se comportar*: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910). Orientador: Carlos Guilherme Mota. 1997. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica: razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRESCIANI, Carlos (org.); RODRIGUES, Simão; POLANCO, Juan Alfonso; MACDOWELL, João Augusto A. A. *Companhia de Jesus: 450 anos a serviço do povo brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

BULST, Neithard. Les officiers royaux en France dans la deuxième moitié du XVe siècle: bourgeois au service de l'État? In: GENET, Jean-Philippe; LOTTES, Günther. *L'État modern et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles): L'État modern et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles)*. Paris: Sorbonne, 1996. p. 111-121.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: História e Sociedade*, v.5, n.1, p.47-67, 2005.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPOS, Andreia da Silva Laucas de (2007). *Fábio Luz e a Pedagogia Libertária: traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898-1938)*. Orientador Roberto Luís Torres Conduru. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Rio de Janeiro: FE/UERJ, 2007.

CAMPOS, Fernanda Arruda. *Tomismo hoje*. São Paulo: Loyola, 1989.

CAMPOS, Mauricio Javier. *Belén de Sárraga: – vida y revolución feminista*. Santiago de Chile: Fundación María Deraismes de la Federación Española de la Orden Masónica Mixta Internacional Le Droit Humain-El Derecho Humano, [s.d.], p. 31.

CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história*. Orientadora: Rosa Fátima de Souza. 231 f. 2007. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara, 2007.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúgia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p.108.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas (1930- 1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. [1ª Ed.:1990]

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 1998.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Cartilhas e catecismos usados no Brasil colonial. *Revista Educação em Questão*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, v. 22, n. 8, p. 182-205, jan./abr. 2005.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Prosopografia dos comunistas brasileiros (1922-1934). In: JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Vitor. URREGO, Miguel A. (orgs.). *Izquierdas, movimientos sociales y cultura política en América Latina* Morelia: Editorial Morevalladolid, 2016.

CAVALETT, Lauci Aparecida. *O integralismo e o teuto-brasileiro: Joinville 1930-1938*. Orientador: João Klug. 1998. 108 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1998.

CERQUEIRA FILHO, Gilásio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene. *Emoção e política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARLE, Cristophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a.

CHARLE, Cristophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? In: HEINZ, Flávio (Org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b.

CHARLE, Cristophe. *Los intelectuales em el siglo XIX: precursores del pensamiento moderno*. España: Siglo Veintiuno de España Editores, 2000.

CHARLE, Cristophe. *Micro-histoire social et macro-histoire sociale: quelques réflexions sur les effets des changements de méthode depuis quinze ans em histoire sociale*. In: CHARLE,

Christophe (org.). *Histoire sociale, histoire globale?* Actes du colloque des 27-28 janvier 1989. Paris. Fondations de la Maison des sciences de l'homme, 1993. p. 45-53.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1990. (Memória e Sociedade).

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHAUÍ, M. Raízes Teológicas do Populismo. In: Dagnino, E. (org). *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

CHECONI, Mariana. Memória fraca. In: JORNAL DE JUNDIAÍ. *Opinião*. Jundiaí: Jornal de Jundiaí, 2009. disponível em: <https://www.jj.com.br/opiniao/memoria-fraca-2/index.html> Acesso em: 20 out.2020

CLAVIN, P. Defining Transnationalism. *Contemporary European History*, v. 14, n. 4, p. 421-439, Nov. 2005 In: LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história trans nacional e a superação da metanarrativa da modernização. *Revista de Teoria da História*. Universidade Federal de Goiás, 2018, p.219-245.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SOIHET, Rachel. Transformando y Conservando: El sufragismo de Bertha Lutz. *Revista Feminismos*, Salvador, 1ª edição, p.1-23, jan.-abr.2013.

COSTA, José Carlos da. A construção do relato memorialístico em Beira-Mar e o sentido da narrativa de memórias na América Latina. *Revista Temas e Matizes*, Cascavel, n. 12, p. 46-58, 2007.

COTRIM, Gilberto. *História Global. Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2005.

COUTO, André Luiz Faria. *Pró-Arte: Sociedade Pró-Arte de Artes, Ciências e Letras. Temas das Artes*, [2021?]. Disponível em: <http://www.raulmendesilva.com.br/brasilarte/temas/pro-arte.html> Acesso em: 8 jun. 2021.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: Rémond, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.

COY, Juan José. *Requiem por el jesuitismo: ensayo sobre la verdad y la imagen de la Compañía de Jesús*. España: Salamanca, 1974.

CRUZ, Heloisa de F.; PEIXOTO, Maria do R. da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CRUZ, Osmir Aparecido. *Discursos sobre corpos (in)conformados: Frei Pedro Sinzig e a educação feminina no Brasil*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba -SP, 2019.

CUNHA, Marcus Vinicius da; COSTA, Viviane da. *John Dewey, um comunista na Escola Nova brasileira: a versão dos católicos na década de 1930*. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, set. 2002, p.119-142.

DALLABRIDA, Norberto. A força da tradição: ex-alunos do colégio Catarinense em destaque em rede. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 12, n. 26, p. 141-163, set/dez 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe> Acesso em: 14 set. 2021.

DE LUTTIS, Ludovico. Henri Bergson. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.63-64.

DE LUTTIS, Ludovico. Laicos. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.458-459.

DESCHAND, Pe. Desiderio. *A situação atual da religião no Brasil*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.

DEUTSCH, Sandra McGee. *Las Derechas: the extreme right in Argentina, Brazil, and Chile, 1890-1939*. Stanford University Press:Redwood City, 1999.

DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922 - 1933)*. São Paulo: Unesp, 1996.

DIEL, Paulo Fernando. O retorno dos jesuítas ao Brasil e a atuação missionária entre os imigrantes alemães no sul do Brasil (1844-1938). *Revista Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, vol. 21, p. 287-230, 2º sem. 2017.

DI STEFANO, Roberto. *Ovejas negras: historia de los anticlericales argentinos*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2010, p. 192.

DOMENACH, Jean-Marie . *A Propaganda Política*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1975.

DOMINGUES, Joelza E.; FIUSA, Layla P. Leite. *História: o Brasil em foco*. São Paulo: FTD, 2000.

DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história e as missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.*

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Sociabilidades, edição, educação: o Anuário Brasileiro de Literatura como projeto educativo (1937-1944). *Educar em Revista*, Curitiba, n.65, p.51-66, jul./set.2017.

FEMENICK, Tomislav R. *Cooperativismo como prática*. [São Paulo]: Tomislav R. Femenick, 2021. Publicado originalmente no jornal *Tribuna do Norte*, de Natal, em 31 out. 2010.

Disponível em: <http://www.tomislav.com.br/cooperativismo-como-pratica/>. Acesso em: 05 jan 2017.

FERNANDES, Bárbara Ferreira; SANTOS, Daniela de Miranda dos. *Imprensa ilustrada, intelectuais e projeto nacional: esboço prosopográfico dos colaboradores da revista Ilustração Brasileira (1935-1945)*. XVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social, Natal (RN), 22 a 26 jul.2013, p.1-11.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e história política. Algumas aproximaciones. *Antíteses*, v.3, n.5, 2010, p.529-550.

Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/3469/4923>
Acesso em: 12 jul.2022.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De apóstolo do Brasil a santo: a consagração póstuma a construção de uma memória sobre o padre jesuíta José de Anchieta (1534-1597). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v.21, n.2, 2015, p.339-364.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. José de Anchieta: um missionário entre a História e a glória dos altares. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 41, p. 155-194, dezembro 2010a.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Os lugares e os caminhos que celebram um beato: peregrinando pela Causa da canonização de José de Anchieta. *UNESP-História (São Paulo)*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 149-169, 2010b.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; KASPER, Rafael. O dia de Anchieta: “para retemperar a fé e reforçar os sentimentos de brasilidade”. *Revista Brasileira de História das Religiões: ANPUH*, Maringá, Ano II, n. 5, p. 69-103, set.2009.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, nº44, p.439-462, 2002.

FOULQUIÉ, Paul. *A Igreja e a Educação*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1957.

FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e Vermelho: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FRANCO, José Eduardo. A Versão do outro na literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República. *Lusitana Sacra*, 2ª série, n.12, p.121-142, 2000.

FRANCO, José Eduardo. O mito dos jesuítas para além do tempo do mito: no período do Estado Novo e do Regime Democrático. *Lusitana Sacra*, 2ª série, nº16, 2004, p.411-430.

FRANCO, José Eduardo. O mito dos jesuítas em Portugal: séculos XVI-XX. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano V, nº9/10, 2006, p.303-314.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Le Goff, Jacques. Saint Louis. *Revista de História* 134, 1996, p.71-76.

FREITAS, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1915.

FREITAS, George Alberto de. Os aspectos jurídico-econômicos dos bancos populares de desenvolvimento solidário: o leading case Banco Palmas. Orientador: Regnoberto Marques de Melo Junior. 2013. 59 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza (CE), 2013.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. Gramsci leitor de Georges Sorel: um diálogo sobre História e Revolução. *Temáticas*, Campinas, v.15, n. 29, p.121-149, jan./jun., 2007.

GALLEGO, Juan María Laboa. *Historia de los papas*. Entre el reino de Dios y las pasiones terrenales. Madrid: La esfera de los libros, S.L., 2005.

GARCÍA, Laura Risco. *História de Espanha*: prueba de acceso a la Universidad para mayores de 25 años. Bloomington. IN, EUA: Palibrio, 2013.

GATZHAMER, Stefan. O antijesuitismo europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre Baviera e Portugal (1750-1780). In: *Lusitania Sacra*, Vol.V, 1993.

GAWYSZEWSKI, Alberto. A Representação Imagética da Justiça na Imprensa Anarquista Brasileira. *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia, n.58, jan./jun. 2018, p. 41-66.

GENET, Jean-Philippe. Prosopographie et genèse de l'État modern: introduction. In: AUTRAND, Françoise (org.). *Prosopographie et genèse de l'État modern*: actes de la table ronde organisée à l'École normale de jeunes filles em 1984. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique e Centre National des Lettres, 1986. p. 9-12.

GIACOMETTI, Renata Brockelt. Sobrenome de Casada? Reflexões sobre a lenta redução da inclusão do sobrenome do cônjuge varão. In: VIANA, Ana Cristina Aguilar... [et al.]. *Pesquisa, Gênero e Diversidade*. Memórias do III. Encontro de Pesquisa Por/De/Sobre Mulheres. Vol.II. Curitiba: Editora Íthala, 2020.

GIAROLA, Flávio Raimundo. Os “pastores guerreiros”: jesuítas, catolicismo e história no pensamento monarquista-católico. *E-hum. Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, v.7, n.1, jan./jul. 2014.

GIL, Luis. *Introducción a Bauzá, H. F.* El mito del héroe: Morfología y semántica de la figura heroica, Buenos Aires: F.C.E., 2007.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 203-214.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 11.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1987.

GOMES, Angela de Castro Gomes. *A República, a História e o IHGB*. Editora: Argumentum, 2009.

GOMES, Angela de Castro Gomes. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

GOMES, João Pereira. *Espiritualidade ou Teologia espiritual*. Edição Pdf. de Fl. Castro, 2005. Disponível em: <https://doceri.com.br/doc/teologia-espiritual-xn2w7n8jyv> Acesso em: 11 mai. 2022.

GOMES, A. C.; HANSEN, P. S (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos. 2012. 668 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Mauro C. A Cruzada Pedagógica pela Escola Nova e ação do professorado católico no Rio de Janeiro (final da década de 1920). *Educação Unisinos*, São Leopoldo, p. 279-287, 2018.

GONÇALVES, Mauro C. Integralismo lusitano, nacionalismo católico e educação: contatos entre intelectuais brasileiros e portugueses (1913-1934). *Revista Nupem*, Campo Mourão, v. 8, n. 14, p. 99-116, jan./jun. 2016.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5 -27.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: Papirus, 1998

GRAHAM, Robert A. (1996). The "French Legion" and the Case of Cardinal Baudrillat". *The Vatican and Communism in World War II: What Really Happened?* Ignatius Press, p. 84 - 89.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio; GERRATANA, Valentino (org.). *Quaderni del Carcere*. Edição crítica do Instituto Gramsci. Turim: Einaudi, 1977.

HAYDN, Amanda. *Uma liderança feminina no laicato católico: a trajetória política e intelectual de Amélia de Rezende Martins na Ação Social Brasileira (1918-1932)*. Orientador: Mauro Castilho Gonçalves. 2017. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

HEINZ, Flavio M. Do uso do *Who's who* e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.10, p. 49-60, jan./jun. 1999a.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos*, v. 11, nº 1, *História e Política*. Canoas: ULBRA, mai. 1999 b.

HEINZ, Flavio M. *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HEINZ, Flavio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HERMAN, J. B. *La pédagogie des jésuites eu XVI siècle*. Louvain: 191

HERVIEU-LÉGER, Danièle. O peregrino e o convertido: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

HIRSCHBERGER, Johannes. *História da filosofia contemporânea*. São Paulo: Herder, 1963.

JORGE, Marcos. *Alberto Torres e as primeiras formulações teóricas sobre a educação e a “questão social” no Brasil (1909-1915)*. Orientadora: Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier. 1997. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê, 2001.

KRETZMANN, Norman; STUMP, Eleonore (org). *Tomás de Aquino*. Tradução Andrey Ivanov. São Paulo: Ideias & Letras, 2019.

LACERDA, Eliane Muniz. *O Jornalismo nos limites da Liberdade: Um estudo da cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas durante o regime Militar*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

LACORTE, Rocco. Divulgação In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p.215-216.

LA ROCCA, Tommaso. Igreja Católica. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 402 - 405.

LEAL, Ernesto Castro (coord.); LEAL, Manuel M. Cardoso. *et al. Liberalismo e Antiliberalismo*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.

LEFORT, Claude. *As formas da História*. Ensaios de antropologia política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

LE GOFF, Jacques. Saint Louis. In: FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Revista de História*, São Paulo, n. 134, p. 71-76, 1. sem. 1996.

LEITE, Edgar. *Antijesuitismo no Brasil*. Revista de Estudos de Cultura, nº 2, Mai./Ago. 2015, p. 51-59.

LEITE, Fábio Carvalho. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 31 (1), 2011, p.32-60.

LEITE, Marjone Socorro Farias de Vasconcelos. *Dom Arcoverde: o Cardeal dos Sertões 1870-1922*. Orientadora: Sylvana Maria Brandão de Aguiar. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LEON, Adriana Duarte *A tradição e a Modernidade: a Igreja Católica e o Debate Educacional no RS – 1930/1935*. Orientador: Luciano Mendes de Faria Filho. 2015. 201f. Tese (Doutorado em Educação) - FaE- UFMG- Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação: História da Educação, 2015.

LEROY, Michel. *O mito jesuíta*. Lisboa: Roma Editora, 1999.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: Rémond, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 2003.

LIMA, Lucas de Moura. *Portas para o Infinito: metafísica em Bergson*. Orientador: Peter Pál Pelbart. 2018. 66 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

LIGUORI, Guido. Maçonaria. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 497.

LOPES, Leandro José. *A teologia do laicato na constituição dogmática Lumen Gentium e nas conferências Gerais da América*. Orientador Geraldo L. Borges Hackmann. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia Sistemática Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LOURENÇO, Eduardo. Portugal e os Jesuítas. In: *Oceanos*, n.12, 1992.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. São Paulo: Melhoramentos; [Rio de Janeiro, RJ]: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

LOWANDE, W. F. F. *Uma história transnacional da modernidade: produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2018.

LÖWY, Michael. *Marxismo e religião: ópio do povo ?*. In: BORON Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. [Buenos aires]: Clacso, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.11.doc>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas, história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 11-153.

LUCAS, Maria Elisabeth. História e Patrimônio de uma Instituição Musical: um projeto modernista no sul do Brasil?. In: NOGUEIRA, Isabel (org.). *História Iconográfica do Conservatório de Música da UFPel*. Porto Alegre: Pallotti, 2005, p. 20-23.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSK, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195-221.

MARCHI, Euclides. Anticlericais e Ultramontanos: embates na paróquia. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, v.V, Edição especial, jan./2013.

MARQUES, A. H. Oliveira. LOURO, Francisco de C. Mont Alverne de Sequeira - Correspondência 1881-1930. Editora Ponta Delgada, 1980.

MARQUES, Marcos Moreira. A fragmentação do espiritismo do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX (1900-1934). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, Recife. *Anais do [...]*. Associação Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2019, p. 1-17.

MARRONI, Carlos Henrique (org.); RODRIGUES, Alice de Fátima; PANOSSO, Alceu. Panorama histórico do ensino superior da graduação em contabilidade no Brasil - sob a égide normativa. *Enfoque: Reflexão Contábil*. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, vol. 32, nº 3, set./dez., p.1-7, 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Disciplina e piedade: o movimento feminino católico brasileiro no começo do século XX. *Revista Brasileira de História das Religiões*: ANPUH, Maringá, ano 9, n. 26, p. 185-207, set./dez., 2016.

MASSIMI, Marina. História das ideias psicológicas dos jesuítas. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 625-633, 2001.

MCGUCKEN, W.J. *The jesuite and education*. NewYork, 1932.

MELO, Carlos Wellington Martins de. *A nação é católica: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 a 1930)*. Orientador: Ivan Aparecido Manoel. 2006. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca: UNESP, 2006.

MENDES, José Amado. *O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos*. *Análise Social, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, v. XVII, p. 116-117, 1992 (2º, 3º), p. 357-365, 1992.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura*. FAHCE: Mundo Agrário, vol.1, nº1, 2000.

MESQUIDA, Peri. *Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum*. *Educar em Revista, Curitiba*, n.48, p.235 -249, abr./jun. 2013.

META, Chiara. Técnica do pensar. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEZZINA, Domenico. Integralistas. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 425.

MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira (1830-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MICELI, Sérgio. *Inteligência à Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MILLET, Hélène. Circonscrire et denombrer, pour quoi faire? In: GENET, Jean-Philippe; LOTTES, Günther. *L'État modern et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles): L' État modern et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles)*. Paris: Sorbonne, 1996. p. 265-275.

MINDLIN, Dulce Maria Viana. Anchieta: catequese, ideologia e missão. *Revista Signótica*. Jan./dez. 1993, p. 13-20.

MINDLIN, Dulce Maria Viana. *José de Anchieta: no limiar da santidade*. Editora Kelps, 1997.

MINDLIN, Dulce Maria Viana. Nóbrega e Anchieta: “uma literatura emergente?”. *Revista Signótica*. Jan./dez. 1992, p. 1-10.

MINDLIN, Dulce Maria Viana. O poema à virgem de José de Anchieta: uma biografia contemplativa. *Revista Itinerários*. Araraquara, 2000, p. 245-260.

MIRANDA, Roberto de Sousa. CUNHA, Luis Henrique Hermínio. *A Estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática*. Caderno, CRH, Salvador, v.26, n.68, p.363-376, mai./ago.2013.

MOLLIER, Jean-Yves. *As origens do Romance-Folhetim: do espaço textual ao recorte de uma obra de ficção*. ALEA, Rio de Janeiro, vol. 20/3, p. 17-36, set./dez. 2018.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Histórias Cruzadas: uma prosopografia dos fundadores da Revista Brasiliense (São Paulo, 1955). *História (São Paulo)*, Franca, v. 36, p. 1-28, 2017.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Evolução do catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972.

MOREIRA Henrique; MARTINS, Luiz. A ABI e a construção da identidade profissional dos jornalistas brasileiros. *Revista Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p.25-30, jan./jun. 2016.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História*, São Paulo, n. 138, p. 93-105, 1998.

MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. *História das doutrinas políticas: desde a antiguidade*. 3. ed. Brasília: Zahar Editores, 1968.

MOURÃO, José Augusto. “Da funesta liga do trono e do altar – afecção (anti)clerical” in ABREU, Luís Machado de & MIRANDA, António José Ribeiro (coords). *Colóquio O Anticlericalismo Português: história e discurso*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002, p.18.

NARCIZO, Rodrigo Mota. “Ministro de Deus, portador da Luz”: Ações e discursos católicos de modelação docente na década de 1930. Orientadora: Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NORONHA, Andrius Estevam. *Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do Sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905–1966)*. Orientador Flávio Madureira Heinz. 2012. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: um esboço metodológico (o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul). In: HEINZ, Flávio M. *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

NOBREGA DE JESUS, Carlos Gustavo. O anticomunismo de Gustavo Barroso: a crítica política como instrumento para um discurso antisemita. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Orgs.). *Intelectuais e Comunismo no Brasil: 1920-1950*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

NUNES, Maria José Rosado. Le 19^{ème} siècle: un tournant dans l’Eglise catholique et dans la vie des femmes au Brésil. *Social Compass*, Louvain-la-Neuve, v. 43, n. 4, p. 503-513, 1996.

OLIVEIRA, Alexandre Luís de. Dom Sebastião Leme e as estratégias de atuação do catolicismo nos anos 1930. *Faces de Clio: revista discente do Programa de Pós-Graduação em História – UFJF*, Minas Gerais, n. 4, p. 88-98, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, Dandara de. *O católico como cidadão: política, comunismo e religião em O Apóstolo (1935- 1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

OLIVEIRA, Daniel Freitas De. *O jornal A Cruz: imprensa católica e discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910-1924)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados: UFGD, 2016.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. Prêambulos de Ordem e progresso: análise historiográfica dos elementos introdutórios e das notas de rodapé. *Revista de Teoria da História*, Universidade de Goiás, ano 5, n.10, dez./2013.

OLIVEIRA, Pedro Filipe Barros. *Os arquitetos da Neocristandade: análise da atuação de intelectuais convertidos e leigos na construção do espaço social católico centrado no Rio de Janeiro (1930 - 1935)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: UFRN, 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *A monumentalização de Manoel Luís Osório: a construção de uma memória militar nos últimos dias do governo do Marechal Floriano Peixoto (1887-1894)* Rodrigo Perez Oliveira. *Militares e Política*, n.º 7, p. 23 -50, jul. - dez. 2010.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. A biblioteca da catequista: vestígios da circulação internacional de modelos pedagógicos nas leituras prescritas para as professoras católicas . *Revista HISTEDBR On-line*, n.58, p.210-229, set. 2014.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. *O uso da imprensa periódica educacional pela Igreja Católica na formação das professoras mineiras*. XI Congresso Nacional de Educação. Educere, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 23 a 26 set. 2013, p. 321-330. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8625_7125.pdf Acesso em: 14 mar. 2022.

PALMEIRA, Miguel S. Arquivos pessoais e história da história: a propósito dos Finley Papers. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Jölle; HEYMANN, Luciana. *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PAULA, Christiane Jalles de; RODRIGUES, Cândido Moreira (org.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2012.

PAULA, Maria de Fátima. Cartografia da Educação superior no município de Niterói. *Revista Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v.13, n.1, p.63-88, mar. 2008.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Margareth A.C. da Silva. *Localistas e Cosmopolitas: a Rede do Rotary Club Internacional e o os primórdios do Urbanismo no Brasil (1905-1935)*. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Belém-Pará: 21 a 25 mai. 2007.

PEREIRA NETO, André de Faria; AMARO, Jacqueline de Souza. O Centro Espírita Redemptor e o tratamento de doença mental, 1910-1921. *Revista História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. 19, n. 2, p. 491-507, abr.- jun. 2012.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, Mulheres e Prisoneiros*. RJ: Paz e Terra, 2006.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-18, ago./set. 1989.

PILLAR, Thanira Chayb de. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: uma descrição. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.37, n.º 2, 2001, p. 339-344.

PODESTÁ, Diogo P. Clubes de elite: sociabilidad privilegiada del tempo libre. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, XXVII; JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, VIII, 2009, Buenos Aires. [Actas...]. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS, 2009, p. 1-11.

PONFERRADA, G. E. *Santo Tomás de Aquino en el magisterio de la iglesia* [en línea]. Sapientia. 1998. Disponible en: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/12847> Acesso em: 25 abr.2022.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo y ditadura*. México: Siglo XXI, 1971.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da Sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930*. Orientador: René Ernaini Gertz. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

RANQUETA JÚNIOR, Cesar. *Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos*. *Tempo da Ciência*, 2008, p. 59-72.

REIS, Karina Cássia Oliveira. *As revistas Educação (1931-1932), Revista de Educação (1933-1944) e Educação (1945-1961) como fóruns de discussões sobre didática*. Orientadora: Rosane Michelli de Castro. 2017.147f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

REMOND, René. *L'anticléricalisme en France de 1815 à nos jours*. Paris: Fayard, 1999.

RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1982.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. 80 anos de rádio no Brasil. In: SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Comunicação: notícias*. São Paulo: ALESP, 2003. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=270030>. Acesso em: 07 nov. 2019.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: FRANÇOIS, Alain [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIORDA, Mario. Mitos y politica: estilos comunicativos de los gobernadores cordobeses (1983-2003). *Revista Estudios*, Córdoba, n. 15, p.119-142, 2004.

RIZZONI, Gianni. *Franco*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *Aproximações e Conversões: o intelectual Alceu Amoroso Lima no Brasil dos anos 1928-1946*. Editora: Alameda, 2013.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem*. Uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Editora: Autêntica, 2007.

RODRIGUES, Cândido Moreira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Intelectuais e Comunismo no Brasil 1920-1950*: Gustavo Barroso, Plínio Salgado, Alceu Amoroso Lima. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA Christiane Jalles de. *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: Editora UFMT, 2012, p.75-95.

RODRIGUES, Francisco. *A formação intelectual do jesuíta*. Porto 1917.

ROSA, Maristela da. *Escolanovismo católico backheusiano: apropriação e representações da Escola Nova tecidas em manuais pedagógicos (1930-1940)*. Orientadora Gladys Mary Ghizoni Teive. 2017. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

RUCKSTADTER, Flavio Massami Martins. *Análise da construção histórica da figura “heróica” do padre José Anchieta*. Orientador Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2006.

RUCKSTADTER, Flavio Massami Martins; TOLEDO, César de A. Arnaut de. Análise da construção histórica da figura “heróica” do padre José de Anchieta. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.5, p.13-26, jan. /dez. 2006.

RUDY, Antonio Cleber. *O anticlericalismo sob o manto da República: tensões sociais e cultura libertária no Brasil (1901-1935)*. Orientador: Fernando Teixeira da Silva. 2017. 310f. Tese (Doutorando em Filosofia e Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

RUSSOMANNO, Eugênio. Leão XIII: o respeito do homem e de sua dignidade. In: PASSOS: Literae Communionis: Revista Internacional de Comunhão e Libertação. *Os papas na história*. Rio de Janeiro: Sociedade Litterae Communionis, 20 abr. 2017. Disponível em: <http://arquivo.revistapassos.com.br/default.asp?id=413>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 127-147, jul. 2010. Supl.1.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização - Ultramontanismo - Reforma. *Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, Belo Horizonte, v.2, n.2, p.24-33, 2010.

SANTOS, Ivanaldo Oliveira dos. A relação entre o neotomismo e o tomismo analítico. *Ágora Filosófica*, Recife, ano 10, n. 1, p. 43-54, jan./jun.2010.

SANTOS, Kaun Willian dos. *Anticlericalismo e militância sindical: o periódico anarquista A Lanterna e sua ação entre os trabalhadores em São Paulo (1901-1914)*. *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cachoeira, vol.1, n.2, p.116-130, 2013.

SASS, Odair. Sobre a Estatística e a Psicologia na constituição do campo educacional. *Revista Estatística e Sociedade*, Porto Alegre, n.1, p. 127-148, nov. 2011.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*, 32. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCHOENENKORB, Leila. Sobre um “carrasco”que virou santo – divergências políticas e doutrinárias em torno de São José de Anchieta. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora*, v.20, n.2, p.96-118, jul./dez. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SEMERARO, Giovanni. Jesuítas. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 447-448.

SERRA, Luís Gustavo N. *Do tratamento de dados à criação de painéis inteligentes*. [S.I.]. Editora: Instituto Alpha, 2019.

SERTILANGES, Antonin-Dalmace. *A vida intelectual*. Seu espírito, suas condições, seus métodos. São Paulo: É Realizações, 2016.

SGARBI, Antônio Donizetti. “*Bibliotecas Pedagógicas Católicas*”: estratégias para construir uma “civilização cristã” e conformar o campo pedagógico através do impresso (1929–1938). Orientadora: Marta Maria Chagas de Carvalho. 2001. 375 f. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SGARBI, Antônio Donizetti. *Igreja, educação e modernidade na década de 30: escolanovismo católico*. Orientador Luiz Carlos Barreira. 1997. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação) – [Programa], Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. “*Para os grandes males, os grandes remédios*”: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). Orientadora: Marta Maria Chagas de Carvalho. 2016. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Giovane José da. Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio. In: GOMES, Angela Maria de Castro Gomes; HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SILVA, Jean Carillo de Souza. *O sequestro da democracia: Os regimes ditatoriais chileno (1973) e argentino (1976) por meio das crônicas “Chile” e “Tangoterapia” de Carlinhos Oliveira*. Seminário América Latina: Cultura, História e Política. Uberlândia-MG, 18 a 21 mai. 2015, p.1-12.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rêmond, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 2003.

SKALINKIS JUNIOR, Oriomar. *Alceu Amoroso Lima e a renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928-1945): Uma proposta de espírito católico e corpo secular*, Curitiba: CRV, 2015.

SMITH, Anne-Maria. *Um acordo forçado*. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGB, 1997.

STIGAR, Robson. Site Vida Pastoral. *Ensino religioso e catequese: um diálogo possível*. Publicado em julho-agosto de 2013 - ano 54 - número 291. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/ensino-religioso-e-catequese-um-dialogo-possivel/> Acesso em: 11 jul. 2021.

STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky. *O saber e o credo: os intelectuais católicos e a doutrina da Escola Nova (1924-1940)*. Orientadora: Ana Waleska Pollo Campos Mendonça. 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOREL, Georges. *Reflexions sur la violence*. Texte de la 1re édition, 1908. Paris : Marcel Rivière et Cie. Réimpression de la première édition, 1972, 394 pp. Collection : Études sur le devenir social. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/sorel_georges/reflexions_violence/Sorel_Reflexions_violence.pdf Acesso em: 14 out. 2020.

SOUZA, Natalia Peixoto Bravo de. *O papel dos euclidianos cariocas na monumentalização de Euclides da Cunha*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, São Paulo, jul. 2011, p.1-19.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p.302-323, jan./jun. 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TESSER, Tereza Cristina . Mulheres e Crianças ganham programação exclusiva no vinte primeiros anos do Rádio. IX Sipec, v. cdrom, p. cdrom-cdroom, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/sipec/ix/trab07a.htm> . Acesso em: 26 jan. 2021.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. vol. 2, p. 11-46. (Coleção Textos Didáticos)

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Antijesuitismo ou Anti-jesuitismo. In: HISTEDBR. *Conteúdo*. Campinas: HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas “ História, Sociedade e Educação no Brasil”, [entre 1986 e 2006]. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_antijesuitismo.htm. Acesso em: 06 jun.2020.

VALE, Sérgio. (Org.) *Arquidiocese de Campinas: subsídios para sua história*. Campinas: Editora Komedi, 2004.

VALCANTI, Breiner da Costa. O anticlericalismo do jornal “A Lanterna” narrado através de imagens. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. *Anais do [...]* Associação Nacional de História - ANPUH, São Paulo, jul. 2011, p.1-15.

VERBOVEN, K; CALIER, M.; DUMOLYN, J. A short manual to the art of prosopography. In: KEATS-ROHAN, K. S. B. (org.). *Prosopography approaches and applications: a handbook*. Oxford: Unit for Prosopographical Research: Linacre College: University of Oxford, 2007. p. 35-39.

VIEIRA, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação. *Educ.Soc.*, Campinas, v.31, n.111, p.519 -537, abr./jun.2010.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do Catolicismo no Brasil (1889-1945)*. Vol.2. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2016.v.2.

VIEIRA, Dilermando Ramos. O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926). Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

VIEIRA, Luis Otávio. *Origens da Imprensa no Brasil: estudo prosopográfico dos redatores e editores de periódicos publicados entre 1808 e 1891*. Orientador: João Paulo Garrido Pimenta. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. *A invenção de uma escrita: Anchieta, os jesuítas e suas histórias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 138.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

VOZA, Pasquale. Bloco histórico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.66.

WEREBE, Maria José Garcia. A Laicidade do ensino público na França. Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França. *Revista Brasileira de Educação*, n.27, set./dez. 2004, p. 192 - 213.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. New York: Oxford University, c1977, reimp. 1985.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

Fontes

Livros e revistas

II CONGRESSO Catholico de Educação. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, v.7, n.31, p.86-88, fev. 1937.

IV CENTENARIO de Anchieta. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.3, p.170, abr.1934.

A FESTA do primeiro mestre. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.47, fev. 1934. Seção: Notas e Notícias.

AMADO, Ruis Ramón. Os mestres estrangeiros. A teoria do interesse em Pedagogia. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Ano 2, n.18, vol.4, Rio de Janeiro, p.118-121, jan./set. 1937.

APRESENTAÇÃO... *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 1- 4, fev. 1934.

A PSICOLOGIA do bolchevismo e os danos passados, presentes e futuros. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, vol.2, n.9-10, p.384, jan.,/out.,/nov. 1934.

ATHAYDE, Tristão de. A comemoração de Anchieta. *Revista A Ordem*, Rio de Janeiro, ano 14, n.50, p.262, abr.1934.

ATUAÇÃO da CCBE no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano.1, vol.2, n.9-10, p.383-384, jan./out./nov.1934.

BACKHEUSER, Alcina. Lições e Métodos. O método de projetos e sua aplicação ao ensino religioso. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, n. 40, p.302-313, nov. 1937.

BACKHEUSER, Everardo. O papel do mestre na Escola Nova. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano I, n.4, p.190-203, mai. 1934.

BACKHEUSER, Everardo. Os dois polos da Terra: ensaio anti-bolchevista. *A Ordem*, n. 11-16, p. 216-222, 1931.

BACKHEUSER, Everardo. Os dois polos da Terra: ensaio anti-bolchevista: conclusão. *A Ordem*, n. 11-16, p. 278-282, 1931.

BÍBLIA SAGRADA: edição pastoral. São Paulo: Editora Paulus, 1990.

BOING, Guilherme. Ensino religioso. A necessidade duma formação especial das catequistas para as escolas públicas e particulares. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Ano 2, n.19, vol. 4, p. 186 -192, out. 1935.

BORGES, Guiomar. O preparo de catequistas. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, v.4, n.19, p.192-196, out.1935.

BUYSE, Raymond. Mestres estrangeiros. Tendencias atuais da educação. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, v.1, n. 1, Rio de Janeiro, p.75-76, fev. 1934.

CABRAL, Alfredo do Valle. *Cartas avulsas*:1550-1568. Publicações da Academia Brasileira. Tomo II, História: Cartas Jesuíticas II, Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

CABRAL, J. *Ação Social da Igreja*: fatos e documentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, [1932?].

CALMON, Pedro. *Anchieta*: o santo do Brasil. [S.l.]: Editora Melhoramentos,1930.

CALMON, Pedro. José de Anchieta, o santo do Brasil. In: FLEIUSS, Max. *Anchieta*. Conferências lidas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 1933-1934. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

CAMARA, Helder. Ensino do catecismo. A methodology do ensino de catecismo na Nova Escola. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, p.119-128, fev. 1935.

CAMARA, Helder. Vocabulário Catequético. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, n.40, p. 247- 267, nov. 1937.

CAMPANHA... *Revista Fon-Fon*. Rio de Janeiro, n. 36, p. 32, 1935.

CAMPANHA educacional anti-comunista. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 3, n. 23, v.7, p. 192-198, jan./abr.1936.

[CAPA da Revista Educação]. José de Anchieta. *Revista Educação*: órgão da Associação Brasileira de Educação. Departamento do Rio de Janeiro, n.8, p.1, out. 1940.

[CAPA da Revista Excelsior]. José de Anchieta. *Revista Excelsior*. Rio de Janeiro, ano 5, n.50, p.1, mar.1932.

[CAPA de A Noite]. José de Anchieta. *A Noite Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 2, n.94, p.1, 20 jan. 1932.

CATECISMO... *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, n. 31, ano 4, vol.7, p.100-101, fev. 1937.

CASTRO, Maria Angelica de. Pesquisas Educacionais. Os métodos experimentais e o ensino do catecismo nas escolas primárias. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, n.40, p. 231-245, nov. 1937.

CAXA, Quirício. *Breve relação da vida e morte do pe. José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1988.

CELSO, Afonso. Conclusão das conferências Anchiéticas. In: FLEIUSS, Max. *Anchieta*. Conferências lidas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 1933-1934. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

CELSO, Maria Eugenia. Anchieta, cavaleiro da mística aventura. In: *Anchieta*: Conferências lidas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1933-1934). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

COMPENDIUM. *Código dos Jesuitas*: complemento Indispensável às obras de Michelet e Quinet. (Traduzido do Francez). São Paulo: Typ. de J. Lobo Vianna, Rio de Janeiro, 1872.

CONCURSO Anchieta. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.3, p.172-173, abr. 1934.

CONFEDERAÇÃO... *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão Oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.58, fev.1934.

CONGRESSO das academias... *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica de Educação, Rio de Janeiro, ano 3, v.7, n.23, p. 191-192, abr. 1936.

CORREIA FILHO, Virgílio. Como se fundou o Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 255: n. 3-56, abr./jun. 1962; 297: 3-49, out./dez. 1972

DANTI, José. O estudo da religião na pedagogia da Companhia de Jesus. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, v.4, n.18, p.130, set. 1935.

DUAS viagens de altos objetivos pedagógicos. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.235-236, 1934.

ÉCHOS do 1º Congresso Brasileiro de Educação. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, n. 16 e 17, p. 97, jul./ago. 1935. Seção: Notas e Notícias.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Religião. *Revista Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, v.4, n. 87, p.828, 1931;

FLEIUSS, M. *Anchieta*: conferências lidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1933-1934. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

[FOTO do grupo]. *Revista Educação*: órgão da Associação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.8, p.13, out. 1940.

[FOTOMONTAGEM com 4º centenário e inauguração do busto]. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, ano 35, n. 15, p. 29, 24 mar.1934.

FRANCA, Leonel. *Anchieta*. In: FLEIUSS, M. *Anchieta*: conferências lidas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1933-1934). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

FRANCA, Leonel. *Ensino religioso e ensino leigo*: aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

FRANCA, Leonel. Filosofia e psicologia educacionais. Sociologia e Pedagogia. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, v.1, n. 1, p.2-6, fev. 1934a.

FRANCA, Leonel. O autodidata. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, v.2, n. 6, Rio de Janeiro, p.24-25, jul. 1934c. Seção Trechos de Ouro.

FRANCA, Leonel. O ensino religioso na nova Constituição. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, v.2, n. 7, Rio de Janeiro, p.2-6, ago. 1934b. Seção Legislação.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. O Ratio Studiorum. 1ª edição [1952]. CEDET- Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico - Campinas: Kirion, 2019.

FRANCA, Leonel. Sturm e a pedagogia dos jesuítas. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica de Educação, Rio de Janeiro, ano 3, v.6, n. 26-27, Rio de Janeiro, p.1-7, jan./jul./ ago. 1936. Seção Legislação.

GENTIL, José da Frota. O apóstolo das crianças. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.207-210, mai. 1934b.

GENTIL, José da Frota. Anchieta e as crianças. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano I, n.3, p.140-144, abr. 1934c.

GENTIL, José da Frota. Viagens Anchiéticas. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano I, vol.2, n.6, p.32-35, jul. 1934d.

GRANDES sistemas educacionais católicos. O espírito pedagógico da Ordem das cónegas Agostinianas. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, v.7, n.35, jun., p. 446-457, 1937.

INSTRUÇÃO Pública... *Revista Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, v.3, n.86, p.437,1930.

LACOMBE, Laura Jacobina. AS Finalidades das A.P.C. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, p.107-108, mar. 1934.

LEGIÃO de São Sebastião. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.304 -306, mai. 1934.

LEHMANN, João B. *Revista Excelsior*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 50, p. 1, mar. 1932.

LEITE, Serafim. Os primeiros professores do Brasil. *Revista A Ordem*, Rio de Janeiro, n.70, p.383-385 jun.1936.

LIMA, Alceu Amoroso. Do individualismo ao Totalitarismo: a realeza de Cristo ou as realezas do comunismo, do nazismo ou da democracia. *Revista A Ordem*, Rio Grande do Norte, ano 7, n. 1.828, p.1, 12 nov. 1941.

LIMA, Jorge de. A vida humana de santo Anchieta. In: FLEIUSS, Max. *Anchieta*. Conferências lidas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 1933-1934. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. *Introdução ao estudo da Escola Nova*: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, [Rio de Janeiro]: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

MACHADO, Antônio de Alcantara. Para Quinzena Anchiética. In: MARTINS, Amélia R. *Quinzena Anchiética*. A Acção Social Brasileira pela voz do Brasil a Anchieta (1534-1934). Rio de Janeiro: Oficinas graphicas Almanak Laemmert, 1934, p.81-82.

MAGALHÃES, Fernando. Notas e notícias. II Congresso Católico Brasileiro de Educação. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 3, v.6, n.28-29, p. 225-235, set./out. 1936.

MAGNE, Augusto. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, vol. 2, n.9 -10, p.264-265, jan./out./nov.1934.

MARQUES, Aspasia. A filosofia e o professorado. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, v.4, n.18, p.135 - 137, set. 1935.

MARQUES PINHEIRO. Anchieta creador do theatro brasileiro. In: MARTINS, Amélia de Rezende. *Quinzena Anchieta*. A Acção Social Brasileira pela voz do Brasil a Anchieta (1534-1934). Rio de Janeiro: Officinas graphicas Almanak Laemmert, 1934.

MARTINS, Amélia Rezende. Acção Social Brasileira. *4ª Conferência Nacional de Educação*. Rio de Janeiro, [1931?].

MARTINS, Amélia de Rezende. Acção Social Brasileira. Rio de Janeiro, s.ed.1933.

MARTINS, Amélia de Rezende. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas. Emp.Almanak Laemmert Ltda ,1937.

MARTINS, Amélia de Rezende. *Estudos sobre os problemas sociaes e o feminismo*.1ª parte. São Paulo: Escolas Prof. Salesianas do Lyceu Coração de Jesus, 1924.

MARTINS, Amélia de Rezende. *Meu Brasil*: Feriados Nacionaes e Pontos Importantes da História: para as crianças. São Paulo:Escolas do Lyceu Coração de Jesus, [1926?].

MARTINS, Amélia de Rezende. *Meu Brasil*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas. Emp. Almanak Laemmert Ltda, 1930.

MARTINS, Amélia de Rezende. O divertimento da educação popular. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, v.3, n.38-39, p.163-165, set./out./ 1937.

MARTINS, Amélia de Rezende. *Os problemas sociais e o feminismo* (1ª edição em 1924; 2ª edição 1925). São Paulo: Escolas Prof. Salesianas do Liceu Coração de Jesus, 1924.

MARTINS, Amélia de Rezende. *Quinzena Anchieta*. A Acção Social Brasileira pela voz do Brasil a Anchieta (1534-1934). Rio de Janeiro: Officinas graphicas Almanak Laemmert, 1934.

MATTOS. Xavier de. O ensino do catecismo. A catechese atravez dos tempos. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, v.3, n.15, p.334-338, jun.1935.

MELO, Delfina Figueira de. Notas e Notícias. Exposição catequética. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, v.8, n.38-39, p.219-222, set./out. 1937.

MICHELET; QUINET. Compendium. Codigo dos jesuítas. Rio de Janeiro, 1872.

MOUTELA, Darci. Educação Pré-escolar. A educação religiosa das crianças do Jardim de infância por intermédio da música. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da

Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, n.40, p.288-294, nov. 1937.

NEGROMONTE, Alvaro . Lições e Métodos. A memória e o catecismo. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, v.7, n.36-37, p.54-58, jul./ago.1937.

NEGROMONTE, Alvaro. Uma realização valiosa. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.3, p.175-176, abr.1934.

NEGROMONTE, Alvaro. A memória e o catecismo. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, v.7, n.36, p.54-58, jul./ago.1937.

NOTAS e notícias. Concurso ‘Anchieta’. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.3, p.166-167, abr. 1934.

O 6º CONGRESSO de Educação Leiga. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.3, p.173-174, abr. 1934.

O DIA do Mestre. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano1, n. 1, p. 108, mar. 1934. Seção: Notas e notícias.

O DIA ... *Revista Fon-Fon*. Rio de Janeiro, n. 42, p.30, 20 out. 1934.

OLIVEIRA, Carlos Américo Barbosa de. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.3, p.166-167, abr. 1934.

OLIVEIRA, Carlos Américo Barbosa de. Seção Filosofia e psicologia educacionais. A pedagogia católica e o ensino do catecismo. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.272 - 280, mai. 1934.

OLIVEIRA, Expedito de. Metodologia do catecismo. Catecismo e Escola Nova. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 3, v.6, n.22, p.93-97, jan./mar. 1936.

PEIXOTO, Afrânio. Trecho da introdução às cartas de Anchieta. In: MARTINS, Amélia R. *Quinzena Anchieta*. A Acção Social Brasileira pela voz do Brasil a Anchieta (1534-1934). Rio de Janeiro: Officinas graphicas Almanak Laemmert, 1934.

PEREIRA, Nilo. O seminário pedagógico. *Revista A Ordem*, Rio de Janeiro, p. 564-570, jun. 1938.

PINHEIRO, Marques. Anchieta creador do theatro brasileiro. In: MARTINS, Amélia de Rezende. *Quinzena Anchieta*. A Acção Social Brasileira pela voz do Brasil a Anchieta (1534-1934). Rio de Janeiro: Officinas graphicas Almanak Laemmert, 1934.

PINHO, Wanderley. Algumas palavras em torno de Anchieta. In: MARTINS, Amélia de Rezende. *Quinzena Anchieta*. A Acção Social Brasileira pela voz do Brasil a Anchieta (1534-1934). Rio de Janeiro: Oficinas graphicas Almanak Laemmert, 1934, p.61-63.

PIRAGIBE, José. O professor José de Anchieta. In: MARTINS, Amélia de Rezende. *Quinzena Anchieta*. A Acção Social Brasileira pela voz do Brasil a Anchieta (1534-1934). Rio de Janeiro: Oficinas graphicas Almanak Laemmert, 1934.

PRATICA da escola ativa... *Revista Educação*: órgão da Diretoria Geral da Instrucção publica e da sociedade de Educação, São Paulo, v.4, n. 1, p.46-47, jul.1928.

RESOLUCOES... *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, ano 1, v.2, n. 7, p.147-148, ago. 1934.

REVISTA *Almanak Laemmert*. Tipografias, Rio de Janeiro, v.1, n. A090, 1934, p. 283.

REVISTA *Almanak Laemmert*. *Comércio, Indústria e Profissões*: agricultores e Lavradores, Rio de Janeiro, v.3, n.86, p.585, 1930.

REVISTA *A Escola Primária*, Rio de Janeiro, ano 16, n.1, p.10, abr.1932.

REVISTA *A Ordem*, Rio de Janeiro, n.2723, p.4, 14.dez. 1944.

REVISTA *A Vanguarda*, Minas Gerais, n.1205, 1939, p.1.

REVISTA *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n.6, p.7, mar. 1932.

REVISTA *Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.9-10, ano 1, v.2, jan./out./nov. 1934.

REVISTA *da Semana*, ano 23, n.36, p.24, 20 ago.1932.

REVISTA *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, n.117, mai.1930.

REVISTA *do Instituto: Tomo Especial Cong. de História da América*, vol. 1, p.57 -58, 1922.

REVISTA *do Instituto: Tomo Especial Cong. de História da América.*, vol. 1, p.57-58, 1922.

REVISTA *do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1937, p.142-150.

REVISTA *do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, p.142 - 150, 1937.

REVISTA *Excelsior*, Rio de Janeiro, nº 92, p.612, ago.1935.

REVISTA *Excelsior*, Rio de Janeiro, n. 83,p.846, nov.1934.

REVISTA *Excelsior*, Rio de Janeiro, n.33, p.2, out. 1930.

REVISTA *O Momento*, Rio Grande do Sul, n.283, p.1, 8 ago. 1938.

REVISTA *O movimento Brasileiro*, ano 2, n.13, p.12, jan.1930.

REVISTA *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, n.286, p.140, jan.1942.

REVISTA *Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, v.2, n. 9-10, p.382, out./nov. 1934

REVISTA Brasileira de Pedagogia: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano1, n.1, p.43-47, fev.1934).

SALIN, Emilio F. O miraculoso e o lendário na vida de Anchieta (1ª Parte). *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, v.2, n. 6, p. 25-35, jul. 1934a. Seção: Anchieta.

SALIN, Emilio F. O miraculoso e o lendário na vida de Anchieta (2ª Parte). *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano1, v.2, n.7, p.110-113, ago.1934b. Seção: Anchieta.

SALIN, Emilio F. O miraculoso e o lendário na vida de Anchieta. Os mitos que voltam (3ª Parte). *Revista Brasileira de Pedagogia*. Órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, v.2, n. 7, p. 190-198, ago. 1934c. Seção: Anchieta.

SANTOS, Teobaldo Miranda. Filosofia da Educação. A pedagogia moderna e a educação cristã. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, n.40, Rio de Janeiro, p.269-284, nov. 1937.

SANTIAGO, Anfrisia. Sociologia educacional. A acção social do professor catholico. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano2 , n.2, p.175-177, 1935.

SEMANA... *A Ordem*, Rio de Janeiro, nº 28, jun. 1932, p. 479-480.

SERRANO, Jonathas. Anchieta a maior figura da nossa historia moral. In: MARTINS, Amélia de Rezende. *Quinzena Anchieta* . A Acção Social Brasileira pela voz do Brasil a Anchieta (1534-1934). Rio de Janeiro: Officinas graphicas Almanak Laemmert, 1934, p.73-74.

SERRANO, Jonathas. *Anchieta*: grande Educador da Sociedade Brasileira. Deus o Quer! Rio de Janeiro: Ed. Livraria Católica, 1934.

SERRANO, Jonathas. Anchieta: grande Educador da Sociedade Brasileira. In: FLEIUSS, M. *Anchieta*: conferências lidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1933-1934. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

SERRANO, Jonathas. José de Anchieta. *Revista Educação*, ABE, Rio de Janeiro, n.17-18, p. 47-49, jan./dez. 1943.

SILVEIRA, Alceu da. Visão Pedagógica da América do Norte. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano.1, vol.2, n.9-10, p. 368-370, 1934.

SILVEIRA, Alceu da. Escola Nova e catecismo. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano. 4, vol.7, n.31, p. 80-81, fev. 1937.

SILVEIRA, Alceu da. Literatura Pedagógica. Traduções Catequéticas. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 4, n.40, p.329-335, nov. 1937.

SILVEIRA, Alceu da. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano.3, n.21, p. 51-52, fev. 1936.

SILVEIRA, Alfredo Baltasar da. *Revista Brasileira de Educação*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 1, v.2, n.6, p.26- 29, jul. 1934.

SILVEIRA, América Xavier da. Pedagogia e didática do catecismo. Plano de trabalho para formação de catequistas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1964.

SOUZA, José Pedro Galvão de. Sobre o ressurgimento da escolástica. *A Ordem*, n. 30, p. 95-101, 1932.

SOUZA, José Pedro Galvão de. Sobre o ressurgimento da escolástica. *Revista A Ordem*, n. 30, p. 101, 1932.

TAUZIN, Sebastião. Filosofia Educacional. Tomaz e a Pedagogia Moderna. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, v.8, n.38-39, p.118-129, set./out. 1937.

TORREND, Camilo. A crise atual. *Revista A Ordem*, n. 23, Rio de Janeiro, p.10-28, 1937.

THOMPSON, Arthur. *A Educação*: série de conferências contra o Materialismo. Rio de Janeiro: Centro Espirita Redemptor, 1931.

THOMPSON, Arthur. *A verdade sobre Jesus*: a religião de nossos paes; a religião de nossos filhos. Rio de Janeiro: Centro Espirita Redemptor, 1936.

THOMPSON, Arthur. *O despertar de uma nação*. Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza: Centro Espirita Redemptor, 1934.

THOMPSON, Arthur. *O Espiritualismo*. 2.ed. argumentada Rio de Janeiro: Centro Espirita Redemptor, 1932.

THOMPSON, Arthur. *Palestras Educacionais*. Rio de Janeiro: Centro Espirita Redemptor, 1934.

UM gesto nobre. *Revista Brasileira de Pedagogia*: órgão da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano1, n.4, p.231-234, mai.1934.

VEIGA, Pedro Gaston Ribeiro da. A Questão de Galileu. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 5, fasc. 4, dez. 1945, p. 815-831.

VIAJANTES... *A Ordem*, Ceará, p.2, 6 mai. 1933.

VIEIRA, Celso. *Anchieta*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1930.

VIEIRA, Celso. O misticismo de Anchieta. In: FLEIUSS, M. *Anchieta*: conferências lidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1933-1934. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

ZACCONE, Pierre. *Histoire des Sociétés Secrètes Politiques et Religieuses depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours*. Editora Arthème Fayard, 1879.

Jornais

A ÁGUA da biquinha de São Vicente produz curar milagrosas? *Gazeta Popular*, São Paulo, 18 ago. 1933, p.8.

ABOLIÇÃO... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 9 ago. de 1931, p.1.

A CONFERÊNCIA... *Correio Paulistano*, São Paulo, 6 nov.1936, p.1.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 9 mar. 1930, p.7.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 13 abr. 1930, p.2.

A CRUZ Rio de Janeiro, 4 mai. 1930, p.2.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 25 jan. 1931, p.2.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 19 jul. 1931, p.5.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 2 ago. 1931, p.1.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 13 dez. 1931, p.4.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 21 fev. 1932, p.5

A CRUZ, Rio de Janeiro, 14 fev. 1932, p.1.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 28 fev. 1932, p.1.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 19 nov. 1933, p.2.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 20 mai. 1934, p.4.

A CRUZ, Cuiabá, 1 jan.1938, p.1.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 5 nov. 1939, p.1.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 24 out. 1943, p.1.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 14 fev. 1954, p.1.

A CRUZ, Rio de Janeiro, 25 set. 1960, p.1.

A ENTREVISTA... *A Nação*, Rio de Janeiro, 21 mar.1933, p.3.

A ESQUERDA , Rio de Janeiro, 26 mai. 1931, p.4.

A ESQUERDA, Rio de Janeiro, 9 jun. 1931, p.5.

A GLORIFICAÇÃO de Anchieta. *A Cruz*, 24 jun. 1934, p.3.

A INTREPIDEZ ... de Pio XI. *A Ordem*, Rio de Janeiro, 18 set. 1937, p.2.

A INTREPIDEZ... *Jornal do Commercio*, 4 ago.1937, p.9.

A JORNADA nacional... *A Noite*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1932, p.5.

A JORNADA Nacional de affecto ... *A Noite*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1932, p.3.

A LANTERNA , São Paulo, 20 jul. 1933, p.4.

A LANTERNA, São Paulo, 20 jul. 1933, p.1.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 e 5 abr. 1932, p. 5.

ANCHIETA. Rio de Janeiro. *Jornal do Brasil*, 27 mai.1933, p.5.

ANCHIETA, o santo do Brasil. *A Noite*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1934, p.16.

A NOITE, 28 mar. 1930, p.2.

A NOITE, Rio de Janeiro, 12 dez. 1931, p.2.

A NOITE, Rio de Janeiro, 11 mar. 1932, p.4.

A NOITE, Rio de Janeiro, 12 abr. 1934, p.5.

A NOITE, Rio de Janeiro, 7 set. 1938, p.2.

A NOITE, Rio de Janeiro, 27 out. 1938, p.2.

AOS REPUBLICANOS..., *Diario de Noticias*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1934, p.4.

AS DIRETRIZES da educação pública no Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 8 jan.1933, p.4.

ASSEMBLEIA dos ex-alunos... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1932, p.5.

ASSIM... *O Apostolo*, Florianópolis, 30 jun. 1934, p.3.

ASSOCIAÇÃO de Professores Católicos. Grande concurso “Anchieta”. *A Cruz*, 29 abr. 1934a, p.3.

ASSOCIAÇÃO de Professores Católicos. *Jornal do Commercio*, 19 abr. 1934b, p.11.

ASSOCIAÇÃO das Senhoras Brasileiras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 mai. 1935, p.8.

ATHAYDE, Austregesilo de. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1932, p.2.

AUTOMOVEL Club. *A Noite*, Rio de Janeiro, 27 out. 1939, p.1.

A UNIÃO 21 mai. 1925, p.2.

BARATA, Julio. O “Ratio Studiorum” e a pedagogia moderna. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 13 out.1939, p.2.

BATIZADOS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1938, p.4.

BACKHEUSER, Everardo. *O comunismo e a educação*. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 5 abr.1936, p.8.

BACKHEUSER, Everardo. Comentario. A postos, professores católicos! *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 set. 1937, p.6.

BACKHEUSER, Everardo. Nós liberais. *A Cruz*, Rio de Janeiro, p. 1, 13 mar. 1933.

CABRAL, J. 1º Congresso Católico de Educação. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1934, p.1.

CAMPANHA inicial Pró Edifício Anchieta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1935, p.12.

CAMPANHA... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1936, p.6.

CARTA de New York. *O Rebate*, Acre, 26 ago. 1911, p. 2.

CASAMENTOS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1937, p.2.

CELSO. Afonso. Anchieta. *Jornal do Brasil*, 27 mai. 1933, p. 5.

CELSO, Afonso. Técnica Pedagogica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan.1935, p.5.

CENTENÁRIO Anchieta. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25 dez. 1932, p.19.

CHÁ no Cassino Balneário... *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 21 out. 1936, p.6.

CÍRCULOS escolares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1935, p.24.

COMBATENDO o ensino religioso. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 8 mai. 1931, p.3.

COMEMORAÇÕES... *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 e 5 abr. 1932, p.5-6.

CONFEDERAÇÃO Católica. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1931, p.6.

CONFEDERAÇÃO Catholica Brasileira de Educação. *A Noite*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1934, p.7.

CONFEDERAÇÃO Catolica Brasileira de Educação. *A Cruz*, 19 ago.1934, p.3.

CONFERÊNCIAS ... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1934, p.3.

CONSUMAÇÃO dos ódios... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 31 jan.1932, p.2.

CORREIO *Braziliense*, Brasília, 16 mai. 1975, p.2 e *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1975, p.30.

CORREIO *da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1930, p.10.

CORREIO *de S. Paulo*, São Paulo, 29 abr. 1935, p.7.

CORTINES, D. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1931, p.6.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1932, p.1.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. Indesejáveis. *A Cruz*, 6 mar. 1932, p.4-5.

COUTO, Mario. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1933, p.1.

[CRIANÇAS no túmulo de Anchieta]. *Município de Anchieta*, Vitória, n. 144, p. 1, ago. 1935.

CURSO sobre a escola nova. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1933, p.10.

DE ESQUERDA... *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 16 out. 1931, p.2.

DIRIGENTES da Campanha Edifício Anchieta. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1935, p.5.

DIARIO *Carioca*, 17 mai. 1936, p. 2.

DIARIO *Carioca*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1960, p.7.

DIARIO *da Noite*, Rio de Janeiro, 2 out. 1945, p.1.

DIARIO *de Pernambuco*, Pernambuco, 21 abr.1932, p.2.

DIARIO *de Pernambuco*, 17 out. 1931, p.2.

EDIFÍCIO Anchieta. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1935, p.10.

EDUCAÇÃO e Ensino. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 mai.1934, p.14

EDUCAÇÃO e Ensino. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1936, p.14.

EM PRÓL da Companhia de Jesus... *A Noite*, Rio de Janeiro, 11 mar.1932, p.4.

EM PRÓL do seu melhor ideal e dos seus mestres. A Noite, Rio de Janeiro,18 fev. 1932, p.4.

ESTATÍSTICA ... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 29 nov.1931, p.3. Coluna: Vida Missionária.

EXCELSIOR ... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1932, p.4.

FARO, Stella de. A Companhia de Jesus no Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 e 5 abr. 1932, p.5.

FEDERAÇÃO das Bandeirantes. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1936, p.1.

FESTA em benefício ... *A Noite*, Rio de Janeiro, 8 ago. 1935, p.10.

FIGUEIREDO, Ernani Tito de. Pelos padres jesuítas. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1932, p.4.

FISCALIZAÇÃO do ensino particular. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 jul.1932, p.4.

GARDEN Party. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1935, p.7.

GENTIL, José da Frota. IV Centenário de Anchieta. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1934 a, p.22.

HOMENAGEM... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1947, p. 3.

INSTITUTO de educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1934, p.23.

INSTITUTO catolico superiores. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 23 jul.1933, p.2.

JORNAL do Brasil, 18 fev. 1934, p.31.

JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, 1 mar. 1963, p.10.

JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, 20 mar. 1934, p.9.

JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, 17 mar. 1934, p.11.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 17 jan. 1932, p.7.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 5 abr. 1932, p.5.

JORNAL do Commercio, 26 mai. 1932, p.11.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 5 jul. 1930, p.6.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 30 jul. 1930, p.4.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 19 set. 1930, p.4.

JORNAL *do Commercio*, Rio de Janeiro, 28 set. 1930, p.6

JORNAL *do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1933, p.10.

JORNAL *do Commercio*, Rio de Janeiro, p.19, 25 dez. 1932.

JUBILEU episcopal ... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 31 mai. 1936, p.2.

LEITE, João Carlos Pereira. Abutres agouzeiros. Comunismo e Laicismo. *A Cruz*, Órgão da Liga Social Catolica Brasileira de Mato-Grosso, 18 dez. 1932, p.2.

LEITE, João Carlos Pereira. O bolchevismo contra o cristianismo. *A Cruz*: órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso, 26 jun. 1932, p.2.

LEME, Sebastião. IV Centenário de Anchieta. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 25 de fev. 1934, p.3.

LEME, Sebastião. *A Noite*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1932, p.8.

LEMOS, José do Rego. Perseguidos e glorificados. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1932, p.5.

LIMA, Augusto Saboia. A Companhia de Jesus e o Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 e 5 abr. 1932, p.5.

LIMA, Alceu Amoroso. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mar.1932, p.5.

LINDA festa na escola José de Anchieta, *A Noite*: suplemento, secção de Rotogravura. Rio de Janeiro, p. 14, 8 set. 1934.

MAIS uma assembléa dos ex-alunos ...*O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mar.1932, p.5.

MELLO, Plácido de. A glorificação.... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 24. jun. 1934, p. 3.

MISSA Transatlântico... *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21 out. 1930, p.3.

NA EDIÇÃO de hoje. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1 jan. 1930, p.1.

NOTA ... *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 set. 1935, p.6.

NOTAS católicas, *Republica*, Florianópolis, 12 mai. 1932, p.3.

O APOSTOLO, Florianópolis, 30 jun. 1934, p.3.

O DESPLANTE do grande histrião ... *A Lanterna*, São Paulo, ano 11, n.367, 7 dez. 1933, p.1.

O DIA da criança. Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 6 out. 1934, p.8

O DIA do Papa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1932, p.6.

O DIA ... *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 11 out. 1934, p.8.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 29 jun. 1930, p.1.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 4 nov. 1931, p.1.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 30 mar. de 1932, p.5.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 19 set. 1935, p.6

O JORNAL, Rio de Janeiro, 14 abr. 1962, p.2.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 24 nov. 1963, p. 3.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 19 jan. 1966, p.6.

O JORNAL *Feminino*, Rio de Janeiro, 30 set. 1962, p.14.

O JORNAL *feminino*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1963, p.15.

OLIVEIRA, Ataliba de. Problemas da Instrução Publica. Finalidades da escola primaria. *Correio Paulistano*, São Paulo, 26 set.1937, p.13.

OLIVEIRA, Ataliba. Problemas da Instrução Publica. Autonomia Funesta, *Correio Paulistano*, São Paulo, 12 jul. 1936, p.7.

O INCÊNDIO... *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 5 e 6 de set.1932, p.3.

O TRIÂNGULO Comunista. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1932, p.1-2.

O VIGÁRIO ... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1932, p.1.

O 4º CENTENÁRIO de Anchieta, Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 20 mar. 1934, p.9.

O 4º CENTENÁRIO de Anchieta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1934, p.11.

O 4º CENTENÁRIO de Anchieta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1934, p.4.

PELA beatificação do padre Joé de Anchieta. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.4, 6 jan. 1932.

PEQUENA Cruzada. *A Noite*, Rio de Janeiro, 25 set. 1935, p.6.

PINHEIRO, Emilia Maria. Associação Jornalística Católica. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 23 jun.1935, p.2.

PINHEIRO, Emilia Maria. Preparando-se para luta. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 24 mar.1934, p.4.

PRIMEIRO Congresso... *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1934, p.12.

PRIMEIRO Congresso Catolico de Educação. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 10 jun.1934, p.4.

PRÓ-ARTE ...*O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1937, p.4.

PROBLEMA social da mulher. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro,17. mai. 1936, p.2.

PROFESSOR Everardo Backheuser. *A Cruz*, Rio de Janeiro 28 mai. 1944, p. 2.

PRÓS e Contra. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1934, p.1.

REFLEXÕES... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1942, p.3.

RELIGIÃO e Panamericanismo. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 20 set. 1942, p1.

RODRIGUES, Pe. Donato. O liberalismo católico. *A Cruz*, Rio de Janeiro, p.1, 8 ago. 1932.

RODRIGUES, Donato. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 8 ago.1932, p.1.

ROGERIO, L. *A Lanterna*. São Paulo, 20 jul.1933, p.1.

ROSALVO ... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1954, p.1.

SÁRRAGA... *Diario da Noite*, Rio de Janeiro, 7 jul.1931, s.p.

SEGUNDO Congresso Catholico. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 15, 25 set. 1937a.

SEGUNDO Congresso Nacional Católico de Educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 20 fev. 1937b.

SEMANA de projeções... *A Cruz*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1932, p.3.

SEMANA de projeções...*A Cruz*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1938, p.1.

SEMANA de “estudos tomistas” no Instituto Catolico de Estudos Superiores. *A Cruz*, Rio de Janeiro, ano 20, n.37, 11 set. 1938, p.1.

SERRANO, J. S.J. Especial para A Cruz. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p.2.

SOARES D’ Azevedo, *A Cruz*, Rio de Janeiro, 27 set. 1936, p.1.

SOCIALISTAS na Hespanha. *O Apostolo*, Florianópolis, 30 jun. 1934, p. 3.

SOCIEDADE de Assistência aos Lázaros. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938, p.1.

SOCIEDADE católica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 out. 1936, p.9.

SOCIEDADE de cultura...*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1933, p.5.

SOCIEDADE dos amigos ... *Jornal do Commercio*, 15 nov. 1933, p.8.

SOCIEDADE Santo Ivo. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1931, p.3.

TRANSCRIÇÕES e resumos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 1936, p.14.

TIBURCIO, J. *A Catequese*. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 24 set. 1939, p.4.

UMA iniciativa da Acção Social Brasileira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1933, p. 9.

UMA defesa magistral. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1932, p.4.

UMA VASTA emissão de dinheiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 mar. de 1935, p.3

UMA sessão na ABI. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1946, p.1.

UMA das datas maxims da historia da nação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1934, p.8.

UNIÃO dos moços...*A Cruz*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1932, p.4.

WILLIAM Taft... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1930, p.1.

III Congresso Eucarístico Nacional. *A Noite*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1939, p.2.

IV CENTENÁRIO ... *A Cruz*, Rio de Janeiro, p.1, 11 mar. 1934.

I CONGRESSO católico de educação, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 28 set.1934.

VI CONGRESSO..., *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1933, p.6.

2º CONGRESSO Catolico Nacional de Educação. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 22 ago.1937,p.5.

2º CONGRESSO Catolico Nacional de Educação. *A Cruz*, 3 out. 1937, p.2.

8º CONGRESSO de crédito popular e agrícola. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1930, p.4

V SEMANA anti-alcoolica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 9 out. 1932, p.7

Documentos

ACERVO ARQUIVÍSTICO DA MARINHA DO BRASIL – AAMB. Thompson, Arthur. In: AAMB. Thompson, Arthur: descrição arquivística. Brasil: AAMB, [2015]. Disponível em: <http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/thompson-arthur> Acesso em: 16 jul.2022.

AGENCE BIBLIOGRAPHIQUE DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR – Abes. Foulquié, Paul (1893-1983). In: ABES. *Identifiants et Référentiels pour L'enseignement supériur et la recherché*. Abes: Montpellier, [2021]. Disponível em: <https://www.idref.fr/026870649>. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria de Hidrografia e navegação. Ex-diretores. In: BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria de Hidrografia e navegação. *Histórico*. Rio de Janeiro: Diretoria de Hidrografia e navegação, [2021]. Disponível em:

<https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=pt-br/node/83>. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919*. Regula a constituição de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada. Rio de Janeiro: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1919. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d3708.htm Acesso em: 7 jan. 2021.

BIBLIOTHÈQUE National de France Gallica. *Zaccone, Pierre*. France: BNFG, [2021]. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6543867c/f14.item.texteImage> Acesso em: 5 nov. 2021.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Municipalismo e ruralismo: o IBGE e a “organização nacional” na Era Vargas. In: *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios : o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier / IBGE*. Centro de Documentação e Disseminação de Informações - Rio de Janeiro : IBGE, 2008. 432 p. – (Documentos para disseminação. Memória institucional, ISSN 0103-6459).

CASA DE CULTURA HELOÍSA ALBERTO TORRES – CCHAT. Maria José Xavier da Silveira Torres (1868–1949). Itaboraí: CCHAT, 2009. Disponível em: <https://casadeculturaheloisaalbertotorres.blogspot.com/2009/09/irma-de-joaquim-xavier-da-silveira.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC; FGV. *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*: verbete. Rio de Janeiro: CPDOC: FGV, 2009c. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-dos-amigos-de-alberto-torres> Acesso em: 27 mai. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC; FGV. Adalberto Correia. In: CPDOC: FGV. *Correia, Adalberto*: verbete. Rio de Janeiro: CPDOC: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/correia-adalberto> . Acesso em: 10 dez. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC: FGV. Ernani Amaral Peixoto. In: CPDOC: FGV. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Rio de Janeiro: CPDOC: FGV, 2020. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/ernani_amaral_peixoto Acesso em: 28 dez 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC: FGV. José Wanderley de Araujo Pinho In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-wanderley-de-araujo-pinho>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC: FGV. Lacerda, Félix de Barros Cavalcanti de. In: CPDOC-FGV: Lacerda, Félix de Barros Cavalcanti de. verbete. Rio de Janeiro: CPDOC: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lacerda-felix-de-barros-cavalcanti-de>

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC: FGV. Waldemar Falcão: *verbete*. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, 2009. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/valdemar_falcao

COLÉGIO MARISTA SÃO LUIS. História. In: COLÉGIO MARISTA SÃO LUIS. *Sobre*. Santa Cruz do Sul: Rede Marista, c2018. Disponível em: <https://colegios.redemarista.org.br/sao-luis/sobre/historia>. Acesso em: 1 fev. 2021.

COSTA, Adroaldo. *Verbetes*. Wikipédia. Enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Adroaldo_Costa . Acesso em: 16 fev. 2021.

DANTAS, Carolina Vianna. *Verbetes*. Lanterna, A. Centro Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LANTERNA,%20A.pdf> Acesso em: 29 jan. 2021.

DICIONÁRIO Político. *Verbetes*. Costa, Adroaldo Mesquita. *Marxists Internet Archive*. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/costa_adroaldo.htm Acesso em: 16 fev. 2021.

FRANCISCO DE PAULA ROCHA LAGOA. In: Wikipedia: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation], 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Paula_Rocha_Lagoa. Acesso em: 10 jun. 2021.

FRESCA, Camila. Professores e Grandes Interpretes do Violino no Brasil. In: CONCERTO. Arquivo. São Paulo: Clássicos Editorial, 2009. Disponível em <http://www.concerto.com.br/textos.asp?id=76> Acesso em 03 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Elmano Gomes Cardim. In: IBGE. *História do IBGE*. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2020?]. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/galeria-de-presidentes/20963-elmano-gomes-cardim.html?highlight=WyJlbG1hbm8iLCJjYXJkaW0iLCJlbG1hbm8gY2FyZGltIl0=>. Acesso: 11 jan 2020.

FALCÃO, Waldemar. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FALCÃO, Waldemar Cromwell do Rego. In: FGV CPDOC. Waldemar Falcão: *verbete*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/valdemar_falcao

FALCÃO, Waldemar. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Moses, Herbert. In: FGV CPDOC. *Moses, Herbert: verbete*. Rio de Janeiro: CPDOC–FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moses-herbert>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FONTES, Manoel Cardoso. Verbetes biográficos. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). FIOCRUZ. [2021]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedcirj.htm> Acesso em: 24 jun. 2021.

FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz. Carta para Radio Sociedade, Rio de Janeiro, nº de chamada A.03-3124, Imagem 5046, 1935.

FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz (c2004). *Radio Sociedade*. Fiocruz. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> . Acesso em: 20 dez. 2020.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Biblioteca Nacional Digital*. São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional, 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GENI. Ricardo Xavier da Silveira. In: GENI. *Informações genealógicas e história familiar de da Silveira*. [Or Yehuda]: Geni. My Heritage Company, 2020. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Ricardo-Xavier-da-Silveira/6000000010686483797> Acesso em: 5 ago 2020.

HEITOR Ferreira Lima. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation], 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Heitor_Ferreira_Lima Acesso em: 20 nov. 2020.

LACERDA, Félix de Barros Cavalcanti de. In: FGV CPDOC. Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda: *verbete*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lacerda-felix-de-barros-cavalcanti-de> Acesso em: 26 abr. 2021.

LOPES, Fernando. Ricardo Xavier da Silveira, o 1º presidente da ABCCC. In: JOCKEY CLUB BRASILEIRO. *Notícias*. Rio de Janeiro: JCB, 2012. Disponível em: <https://www.jcb.com.br/noticias/22424/22424/> Acesso em 20 jul. 2020.

MARTINS, Amélia de Rezende. [correspondência] Destinatário: Radio Sociedade, Rio de Janeiro, 2 abr. 1934. Ref.A.03-2672. Imagem 4350. Disponível em: <https://cutt.ly/ld4gjXz> Acesso em: 15 ago. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. *Estud. av.*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7-46, Dec. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n34/v12n34a02.pdf> Acesso em: 29 dez. 2020.

M33. Grão-Mestre Almirante Arthur Thompson -196. In: M33. *Lojas*. [S. l.]: M33, [2021]. Disponível em: http://www.m33.com.br/lojas/0/19/946/2425/Graomestre_Almirante_Arthur_Thompson. Acesso em: 14 out. 2020.

MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Verbetes “*Borges de Medeiros*”. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. In: FGV; CPDOC. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, c2020. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges_de_medeiros Acesso em: 20 ago. 2021.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Augusto Ximeno de Villeroy - engenheiro militar. In: MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. *Fotografias: acervo iconográfico sob a guarda do APM*. Belo Horizonte: APM, [2021]. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=27127). Acesso em: 26 dez. 2020.

MOREL, Edmar; LOPES, Maria Ester. Associação Brasileira de Imprensa – ABI. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC; FGV. *Associação Brasileira de Imprensa – ABI: verbete*. Rio de Janeiro: CPDOC:FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-imprensa-abi>. Acesso em: 1 dez. 2020.

NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PUC RIO. Paulo Bannwarth. Verbetes. Núcleo de Memória da PUC-RIO. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/perfis/galeria-dos-reitores/padre-paulo-bannwarth-sj-1948-1951.html> Acesso em: 4 mar.2022.

ORDEM de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation], 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_de_Nossa_Senhora_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_de_Vila_Vi%C3%A7osa. Acesso em: 15 jan. 2021.

O ULTRAFEMINISMO do jornalista Heitor Lima: Bertha Lutz evita falar em divórcio! In: UNIVERSIADE DE BRASÍLIA. *Museu Bertha Lutz*. UnB: [S. l.], c2021. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?p=1723> Acesso em: 20 nov. 2020.

PINHO, José Wanderley de Araújo. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. [Rio de Janeiro,RJ], 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-wanderley-de-araujo-pinho>. Acesso em: 19 jun. 2017.

PIO XI. *Quadragesimo Anno*; carta encíclica de sua santidade o Papa Pio XI sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica (15 mai.1931). In: DE SANCTIS, Frei Antônio (org.). *Encíclicas e Documentos Sociais: da “Rerum Novarum” à “Octagesima Adveniens”*. São Paulo: LTR, 1972. p. 50-102.

PIO XII. *Sertum Laetitiae*. Carta encíclica aos veneráveis irmãos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e demais ordinários locais em paz e comunhão com a Sé Apostólica: 150º aniversário da constituição da hierarquia eclesiástica nos Estados Unidos da América (1 nov. 1939). Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, [2021]. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_01111939_sertum-laetitiae.html. Acesso em: 12 jul. 2021.

PERNAMBUCO. Secretaria de Administração; RONALDO, Selmo (ed.). *Access 2016 – Básico: relacionando ideias*. Pernambuco: Secretaria de Administração, 2017. Versão 1.0. Disponível em: http://www.cefospe.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=42653415&folderId=39769427&name=DLFE-229001.pdf . Acesso em: 17 fev. 2021.

PINHEIRO, Edmilson. A matriz do Carmo e seus vigários. Subsídios para a história eclesiástica do Ceará. *Revista Instituto do Ceará*, ano [1965?], p.188-202. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1965/1965-MatrizedoCarmoeseusVigarios.pdf> Acesso em: 1 ago. 2022.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. *Alemanha: Friedrich Wilhelm Raiffeisen – conheça um pouco da vida do fundador do Raiffeisenbank*. [S.l.]: PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2012. Disponível em: <https://www.cooperativismodecredito.coop.br/2012/09/alemanha-friedrich-wilhelm-raiffeisen-conheca-um-pouco-da-vida-do-fundador-do-raiffeisenbank/>. Acesso em: 12 jan 2020.

ROCHA LAGOA, F. de P. *Verbete biográfico*. Wikipédia. [2021]. Disponível: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Paula_Rocha_Lagoa Acesso: 24 jun. 2021.

ROTARY CLUB DE SÃO PAULO: Avenida Paulista. Rotay no Brasil. São Paulo: ROTARY CLUB DE SÃO PAULO, [2021]. Disponível em: <http://avenidapaulista.com.br/rotary/rotary-no-brasil/> Acesso em: 2 jan. 2020

SANTOS, Marco Aurelio Martins. Teixeira de Freitas e Rafael Xavier: a montante do municipalismo no Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Documentos para disseminação. Memória institucional, 13).

SERRANO, Jonathas. Carta direcionada ao Poder Competente do Distrito Federal. Fundo Jonathas Serrano, caixa 09, pacote d, documento nº 41. p.1.

SILVEIRA, America Xavier da. *[correspondência]* Destinatário: Radio Sociedade, Rio de Janeiro, 22 ago. 1935. Ref: A.03-3124. Imagem: 5046. Disponível em: http://www.fiocruz.br/radiosociedade/media/5046_720px.jpg Acesso em: 4 ago. 2020.

SIQUEIRA, Carla. Rádio Clube do Brasil. *Verbete Temático*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV CPDOC, [2021]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-clube-do-brasil> Acesso em: 31 mar. 2021.

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC; FGV. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-dos-amigos-de-alberto-torres> Acesso em: 27 mai. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Desembargador Hugo Euler. *In: TJDFT. Memorial TJDFT: biografias desembargadores: por ordem alfabética.* Brasília, DF: TJDFT, [2020]. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/gestao-do-conhecimento/centro-de-memoria-digital/biografias/desembargador-hugo-auler> Acesso em: 28 dez.2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. São Paulo: PRCEU, [2021]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1> Acesso em: 20 out. 2020.

VERA Janacópulos. *In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre.* [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation], 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vera_Janac%C3%B3pulos . Acesso em: 24 set. 2020.

WALDEMAR CROMWELL DO REGO FALCÃO. *In: Wikipedia: a enciclopédia livre.* [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation], 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Waldemar_Falc%C3%A3o . Acesso em: 02 fev. 2022.

ANEXO A - CARTAS E TELEGRAMAS

Anexo A1 - Carta da ASB e Comissão da Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta, datada em 19 de março de 1935, solicitando a divulgação da Campanha a Roquette-Pinto.

PELO BRASIL DE HOJE



PARA OS BRASILEIROS DE AMANHÃ

Edifício Anchieta Campanha Inicial

RECEPTORIO
HEBRA-MAR CASINO
Telephone 22-1710

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente..... - Ministro SEBASTIÃO SAMPAIO

Vice-Pres... - Srs. GUOMAR NOVAES PINTO
Vice-Pres... - Senador MEDEIROS NETTO
Vice-Pres... - Senador JERONYMO MONTEIRO FILHO
Vice-Pres... - Dr. LEÃO DE AQUINO
Thesoureiro... - Dr. FLAVIO LYRA DA SILVA
Secret-Geral... - Srs. RICARDO XAVIER DA SILVEIRA

Secretaria... - Srs. MARIA LUIZA CAMARGO AZEVEDO
Secretaria... - Srs. M. CECILIA DE REZENDE MARTINS
Secretaria... - Srs. JOSÉ GOMES DE MATTOS
Secretaria... - Dr. A. PORTO DA SILVEIRA
Secretaria... - Dr. FERNANDO DE CASTRO RELELLO

Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1935.

Atendido
Ass.
Ant.

Exmo. Snr. Director da Radio Sociedade do Rio de Janeiro
Dr. Edgar Roquette Pinto

Respeitosos cumprimentos.

Baseados na comprovada bondade e clarividencia de V.Excia. estamos convictos de que a presente solicitação, para serem irradiados nos diversos programmas dessa importante Sociedade os annexos, encontrará o valioso apoio de V.Excia.

A Acção Social Brasileira, cujos objectivos V.Excia. encontrará nos folhetos annexos á presente, declara-se antecipadamente agradecida por esta valiosissima cooperação.

De V.Excia.

América Xavier da Silveira
R. Zilio Nascimento

B.E.

COMISSÃO CENTRAL

Pres. de Honra - Srs. CELINA GUINLE DE PAULA MACHADO
Pres. de Honra - Srs. JERONYMA MESQUITA
Presidente.... - Ministro SEBASTIÃO SAMPAIO
Vice-Presidente - Srs. GUOMAR NOVAES PINTO
Vice-Presidente - Senador MEDEIROS NETTO
Vice-Presidente - Senador JERONYMO MONTEIRO FILHO
Vice-Presidente - Dr. LEÃO DE AQUINO
Thesoureiro... - Dr. FLAVIO LYRA DA SILVA
Secr. Geral... - Srs. RICARDO XAVIER DA SILVEIRA
Secretaria..... - Srs. MARIA LUIZA CAMARGO AZEVEDO
Secretaria..... - Srs. M. CECILIA DE REZENDE MARTINS
Secretaria..... - Srs. JOSÉ GOMES DE MATTOS
Dr. A. PORTO DA SILVEIRA e Srs.
Dr. FERNANDO DE CASTRO REBELLO
Srs. ALICE AMARAL PEIXOTO
Srs. ALICE CARVALHO DE MENDONÇA
Srs. ALFREDO MACHADO GUIMARÃES
Srs. Com. ALFREDO RABELO

Srs. FLAVIO LYRA DA SILVA
Srs. CASSILDA MARTINS
Srs. CHRISTIANO HAMANN e SNRA.
Snta. ELISA DE REZENDE
Sra. ERNESTO G. FONTES
Sra. FLAVIO DA SILVEIRA
Srs. FRANCISCO DE MAGALHÃES CASTRO
Deputado FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA e Sra.
Dr. JOÃO DE ASSIS LOPES MARTINS e SNRA
(D. Amélia de Rezende Martins)
Prof. LOURENÇO FILHO
Snta. MARIA EUGENIA BARBOSA DE OLIVEIRA
Snta. MARIA JUNQUEIRA SCHMIDT
Dr. MARIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS
Snta. NANOCA DIONISIO CERQUEIRA
Deputado VICENTE DE PAULA GALLIEZ
Sra. PLACIDO SÁ CARVALHO
Snta. STELLA DE FARO
Sra. LOVELL PARKER

Fonte: RÁDIO Sociedade. Carta de América Xavier da Silveira. Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta. Ref.A03-3117, Imagem. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Anexo A 1.2 - Carta da ASB e Comissão da Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta, datada em 22 de agosto de 1935, solicitando a divulgação da Campanha a Roquette-Pinto.

PELO BRASIL DE HOJE
O BRASIL A
AMANHÃ



PARA OS BRASILEIROS
DE AMANHÃ

Edifício Anchieta Campanha Inicial

ESCRITÓRIO
BEIHA-MAR CASINO
TELEFONE 22-1710

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente..... - Ministro SEBASTIÃO SAMPAIO

Vice-Pres... - Sra. GUIOMAR NOVAES PINTO
Vice-Pres... - Senador MEDEIROS NETTO
Vice-Pres... - Senador JERÔNIMO MONTEIRO FILHO
Vice-Pres... - Dr. LEÃO DE AQUINO
Thesoureiro... - Dr. FLAVIO LYRA DA SILVA
Secret.Geral - Sra. RICARDO XAVIER DA SILVEIRA

Secretaria... - Sra. MARIA LUIZA CAMARGO AZEVEDO
Secretaria... - Sra. M. CECILIA DE REZENDE MARTINS
Secretaria... - Sra. JOSÉ GOMES DE MATTOS
- Dr. A. PORTO DA SILVEIRA
- Dr. FERNANDO DE CASTRO REBELLO

Rio de Janeiro, 22 de Agosto de 1935.

Exmo. Snr.
Director da Radio Sociedade do Rio de Janeiro.
Dr. Edgard Roquette Pinto.

Cordeas saudações.

Em nome da Campanha Inicial pró
"EDIFÍCIO ANCHIETA", agradecendo a sua gentileza, vol-
to, á solicitar o grande obsequio, de V. Excia, inserir
no programma (de hoje e amanhã) da sua muito concei-
tuada e apreciada Estação de Radio, as notas inclusas
á esta.

Com os protestos de toda conside-
ração.

América Xavier da Silveira

Z. N.

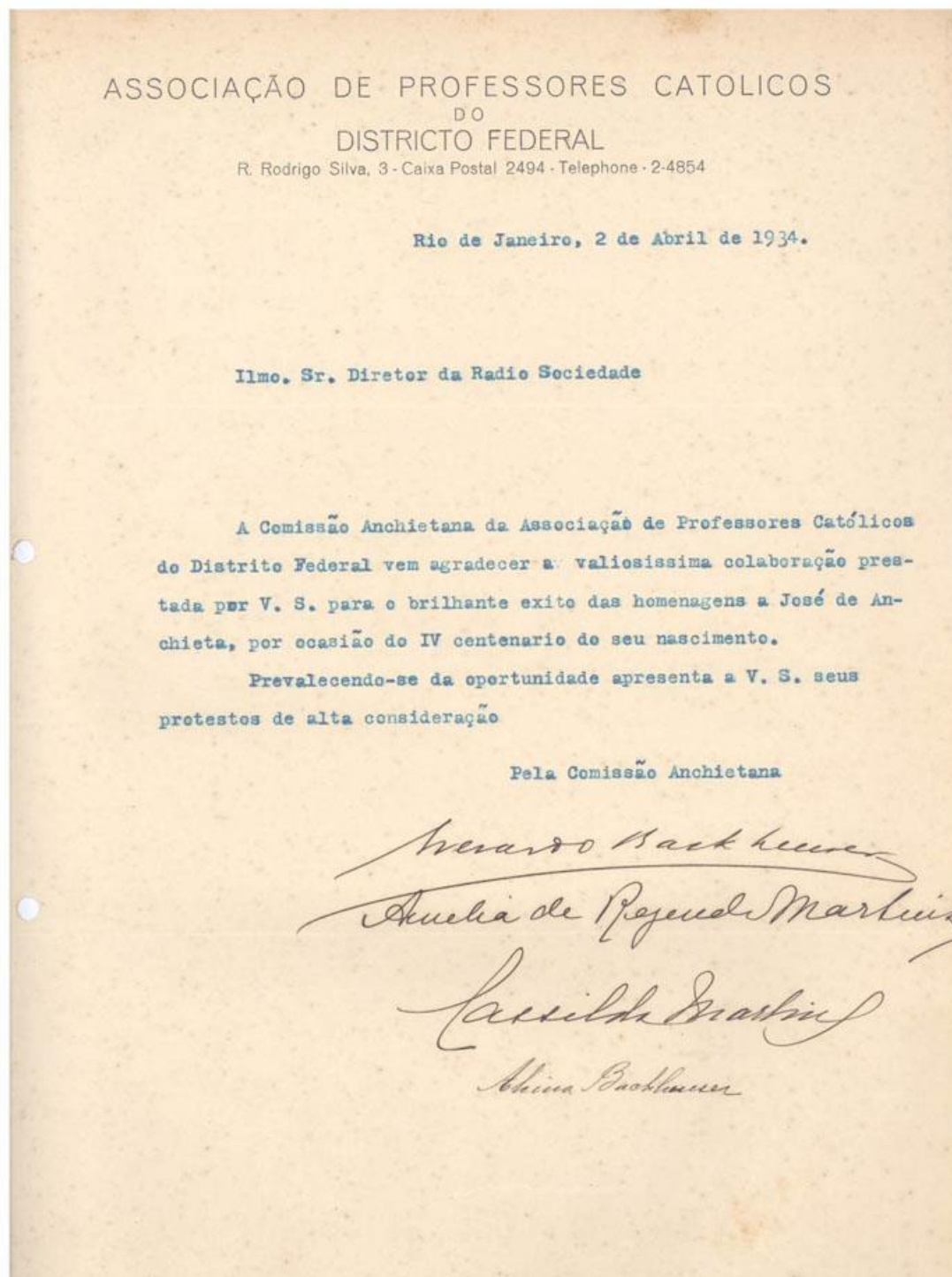
COMISSÃO CENTRAL

Pres. de Honra - Sra. CELINA GUINLE DE PAULA MACHADO
Pres. de Honra - Sra. JERONYMA MESQUITA
Presidente.... - Ministro SEBASTIÃO SAMPAIO
Vice-Presidente - Sra. GUIOMAR NOVAES PINTO
Vice-Presidente - Senador MEDEIROS NETTO
Vice-Presidente - Senador JERÔNIMO MONTEIRO FILHO
Vice-Presidente - Dr. LEÃO DE AQUINO
Thesoureiro... - Dr. FLAVIO LYRA DA SILVA
Secr. Geral... - Sra. RICARDO XAVIER DA SILVEIRA
Secretaria..... - Sra. MARIA LUIZA CAMARGO AZEVEDO
Secretaria..... - Sra. M. CECILIA DE REZENDE MARTINS
Secretaria..... - Sra. JOSÉ GOMES DE MATTOS
- Dr. A. PORTO DA SILVEIRA e SRA.
- Dr. FERNANDO DE CASTRO REBELLO
Sra. ALICE AMARAL PEIXOTO
Sra. ALICE CARVALHO DE MENDONÇA
Sra. ALFREDO MACHADO GUIMARÃES
Sra. Comte ALFREDO RABELLO

Sra. FLAVIO LYRA DA SILVA
Sra. CASSILDA MARTINS
Sra. CHRISTIANO HAMANN e SNRA.
Sra. ELISA DE REZENDE
Sra. ERNESTO G. FONTES
Sra. FLAVIO DA SILVEIRA
Sra. FRANCISCO DE MAGALHÃES CASTRO
Deputado FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA e Sra.
Dr. JOÃO DE ASSIS LOPES MARTINS e SNRA
(Dr. Amélia de Rezende Martins)
Prof. LOURENÇO FILHO
Sra. MARIA EUGENIA BARBOSA DE OLIVEIRA
Sra. MARIA JUNQUEIRA SCHMIDT
Dr. MARIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS
Sra. NANOCA DIONISIO CERQUEIRA
Deputado VICENTE DE PAULA GALLIEZ
Sra. PLACIDO SÁ CARVALHO
Sra. STELLA DE FARO
Sra. LOVELL PARKER

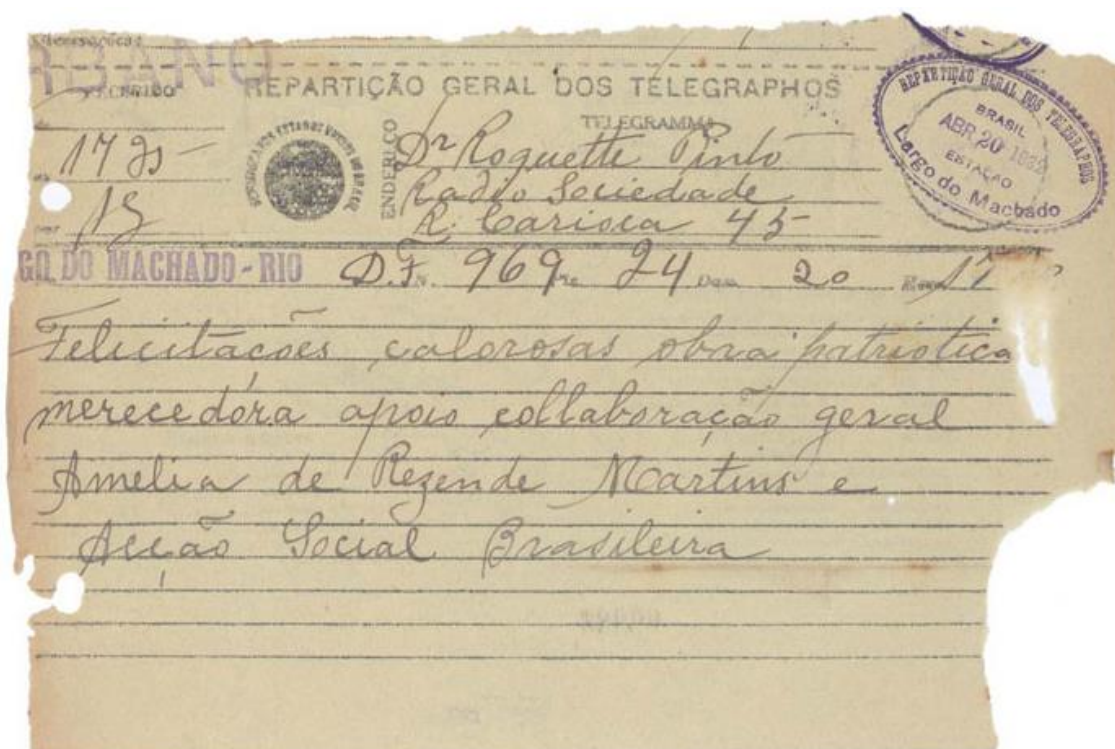
Fonte: RÁDIO Sociedade. Carta de América Xavier da Silveira. Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta. Fundação Oswaldo Cruz. Carta para Radio Sociedade, Rio de Janeiro, nº de chamada A.03-3124, Imagem 5046, 1935.

Anexo A1.3 - Carta de agradecimento da APC do Distrito Federal ao diretor da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (Roquette Pinto) pela divulgação das homenagens a José de Anchieta, datada em 2 de abril de 1934.



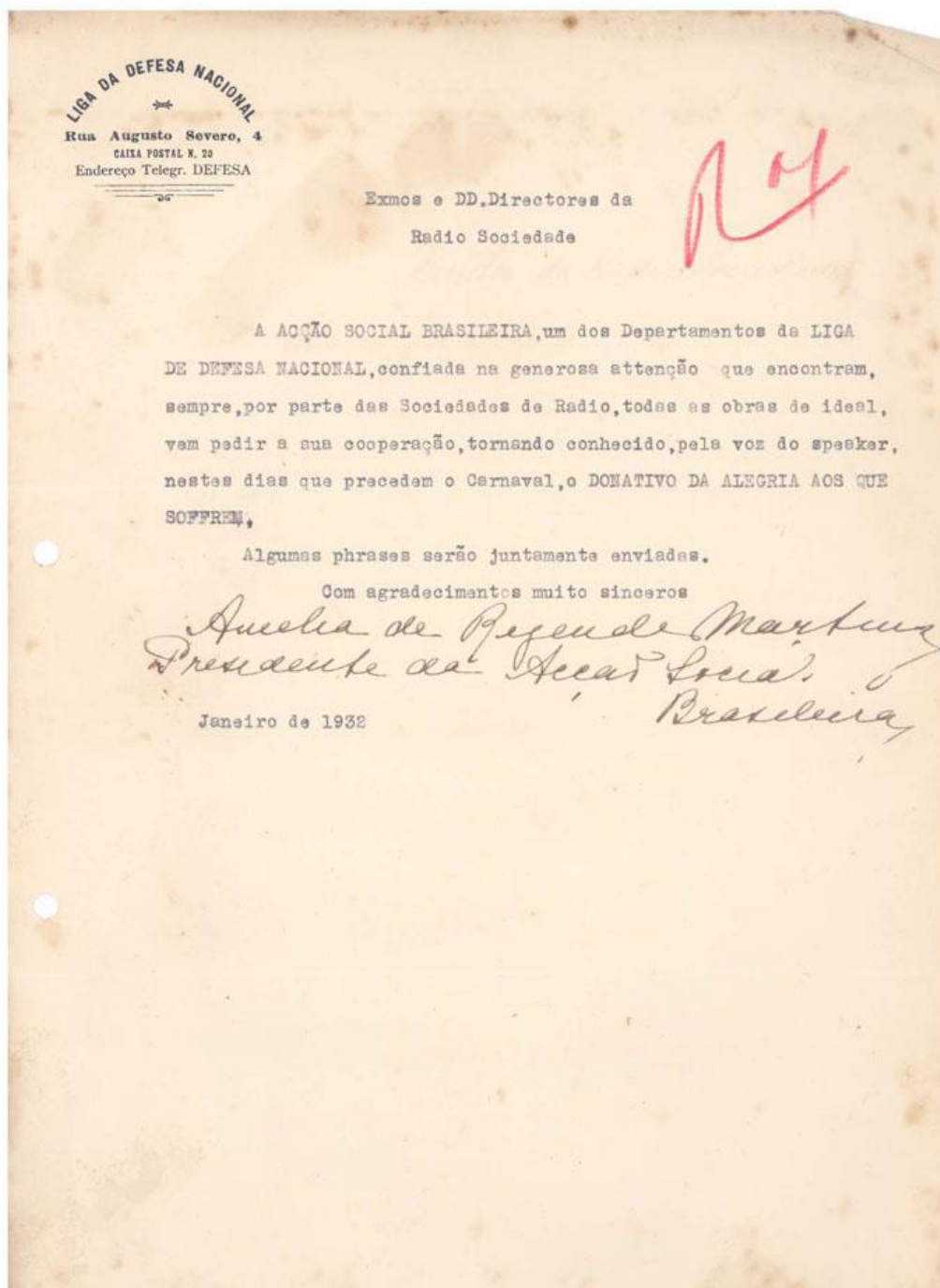
Fonte: RÁDIO Sociedade. Carta de agradecimento da APC do Distrito Federal. Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta. Ref.A03-2672, Imagem 4350. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Anexo A1.4 - Telegrama de felicitações gerais de Amélia de Rezende Martins a Roquette Pinto, datada de 20 de abril de 1932.



Fonte: RÁDIO Sociedade. Telegrama da ASB a Roquette-Pinto. Ref.A.03-2307, Imagem 3648. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Anexo A1.5 - Carta de Amélia de Rezende Martins, presidente da ASB (Departamento da LDF) aos diretores da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (RSRJ) datada de janeiro de 1932.



Fonte: RÁDIO Sociedade. Carta de Amélia de Rezende Martins e ASB. Ref.A.03-2550, Imagem 3415 .
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

ACÇÃO SOCIAL BRASILEIRA - EDIFÍCIO ANCHIETA
INFORMAÇÕES: 70 - SEBASTIÃO DE LACERDA RIO DE JANEIRO
115-120 - AVENIDA RIO BRANCO

Meu prezado, e illustre, e preclaro
amigo, D. Amoroso Lima.

Louorado seja N. S. Jesus Christo.

Espero que che tenha chegada
as mãos minhas palavras de congra-
lulações, meus ao D. Amoroso Lima,
do que ao nosso Brasil ... e hoje é
outro o assumpto que me traz á sua
presença. Dinado o seu discurso! Quão
dito numa synthese succulenta ...
antiscranea de sentiunculas - seleção
de valores - foralecunha de carácter -
numa palavra foruacão de lomeus!
Si implantarmos honestidade em
nosso sema, estará salvo o Brasil!

E queremos ajudar, meu caro
patrício! E é facto difficil! E sento-
me facto causada, facto envelhecida
pelos soprimientos mais do que pela
idade! Meu negocio lá no Ministe-
rio parece que vai meio engargado.
Porque?! meu Deus!!! Será possivel

Fonte: Página 1... Ata C, A5, n.42-55. Arquivo Alceu Amoroso Lima: Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL)

x fêlo nosso querido Cardinal ...

que neste "requinte forte" não se faça justiça!!! D. Rubens Paulo tem sido um amigo admirável -- deo-the-issi, D. Amoroso Lucia* e Deus lhe pague! Tenho passado muito mal, doente, e minha filha vai hoje tra-lar da questão da reconsideração da sentença iníqua do Sr. Agamenon.

Mas vamos ao que interessa... não a um pobre indivíduo mas a coletividade...

Estava querendo começar a doançar mas o Padre Damião justigou-me o frequênis resto de energia -- e volta para a luta, sabe Deus com que sacrifício! Te fui a mandado do Padre Damião falar com o D. Henrique Dodsworth, de quem meu filho é um amigo -- dei o meu recado na 1.^a vez que fui a' Professora e depois, é tal o acumulo de trabalho que lá se encontra, que não me é possível continuar a questão... e depois está exhausta na Prefeitura que manda

Fonte: Página 2... Ata C, A5, n.42-55. Arquivo Alceu Amoroso Lima: Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL).

ACÇÃO SOCIAL BRASILEIRA - EDIFÍCIO ANCHIETA

INFORMAÇÕES: 70 - SEBASTIÃO DE LACERDA RIO DE JANEIRO
119-120 - AVENIDA RIO BRANCO

Tudo o trabalho para a casa do
Prefeito. - Talvez lá' seja mais fácil
tomar elle como um ponto do facto.
Tambem, expliquei o plano a Lucia
Miguel Pereira para elle passar
adiante a ideia ao Dr. Assis Ribeiro.
As causas estão nesse ponto - e
está em mãos do Dr. Woodworth
o nosso pedido do terreno - a mola
real que fará de fe', e um função
nascimento prompto o Edifício Anchieta.
O Padre Dainese está nessa empunha
dissimulando... Será sendo a hora de Deus?
Resta em suas mãos, Dr. Amoroso Lima,
fazer "declanchar" a mola... e' um
nada, uma palavra sua e meua
firmada do Prefeito. - Taca isso,
meu amigo... não despreze o
Brasil as energias que querem
trabalhar para Deus! A Acção
Social Brasileira está organizada
para ser uma fonte, buscando

Fonte: Página 3... Ata C, A5, n.42-55. Arquivo Alceu Amoroso Lima: Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL).

geuse no mundo das mães, para
beber para a Regreja. ... Cus-
ta a encontrar quem me dissesse o
que agora sei do Padre Wainose...
gracias a Deus! Agradecendo eu o seu
apoio, disse-me - "Não me agradeça, D.
A. está trabalhando em interesse
próprio".... Gracias a Deus!
É deo-lhe dizer, meu amigo, que pa-
ra dar ainda a resistência que mas
seus mais, a' A. S. B. e Edifício Anchieta,
seus que mas vezes deixar de lado o
grande trabalho do meu coração, o que
estão escrevendo sobre meu pai,
- um grande homem - um exemplar
magnífico para a sociedade! Mas
Deus me ha de ajudar!
Falei com D. Wadsworth. A trave
será sua casa em terreno de mas tipo
e a lanche Brasileira mas pode ser
essa felicidade ?? Resolvi finalmente
Anchieta, o pedido que ha seus meu
sobre as Cui.
Perdoe o cumprimento desta carta!
Sempre com grande admiração e
sympathia.
Anchieta de Reginald Martin

Fonte: Página 4... Ata C, A5, n.42-55. Arquivo Alceu Amoroso Lima: Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade (CAALL).

APÊNDICE 1 - IDENTIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS 127 INTELLECTUAIS SELECIONADOS

ID	Intelectuais	Nascimento	Falecimento	Local de Nasc.	Origem Regional	Total
1	Max Fleiuss	1868	1943	Rio de Janeiro	Não Identificados	39
2	Adelaide Lucinda de Moraes		1937	Não Identificado	Rio de Janeiro	32
3	Adherbal de Miranda Pougy	1900	1982	São Paulo	São Paulo	18
4	Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior	1860	1938	Minas Gerais	Minas Gerais	12
5	Afonso Augusto Moreira Penna Júnior	1879	1968	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	7
6	Alceu Amoroso Lima	1893	1983	Rio de Janeiro	Bahia	6
7	Alcina Backheuser (Alcina Moreira de Souza)			Não Identificado	Pernambuco	3
8	Alfredina Mourão de Araújo			Não Identificado	Alemanha	2
9	Alfredo Gomes			São Paulo	Itália	2
10	Alfredo Machado Guimarães	1902	1955	Não Identificado	Mato Grosso	1
11	Alfredo Rabello (Alfredo de Sá Rabello)		1971	Não Identificado	França	1
12	Alice Monteiro Amaral Peixoto (A. Monteiro Neves)	1873	1954	Não Identificado	Alagoas	1
13	Alice Souza Carvalho de Mendonça	1881	1951	Rio Grande do Sul	Uruguai	1
14	Amélia de Rezende Martins	1877	1948	São Paulo	Inglaterra	1
15	Ana Nabuco de Abreu (Anna Nabuco de Gouvêa)	1873		Rio de Janeiro	Áustria	1
16	Antônio Augusto de Lima	1859	1934	Minas Gerais		
	Antonio de Alcantara Machado (Antônio Castilho de Alcântara					
17	Machado de Oliveira)	1901	1935	São Paulo		
18	Belisario Augusto de Oliveira Penna	1868	1939	Minas Gerais		
19	Branca Ribeiro Guinle (Branca Coutinho Ribeiro)	1884	1970	Rio de Janeiro		
20	Carlos Américo Barbosa de Oliveira	1887		Rio de Janeiro		
21	Carlota Pereira de Queiroz	1892	1982	São Paulo		
22	Cassilda Enéas Martins			Não Identificado		
23	Celina Guinle de Paula Machado	1887	1974	Rio de Janeiro		
24	Celso Vieira de Mattos Mello Pereira	1878	1954	Pernambuco		
25	Pedro Benjamim Cerqueira de Lima	1875	1948	Rio de Janeiro		
26	Christian Hejn Hamann	1879	1943	Minas Gerais		
27	Clovis Ribeiro			Não Identificado		
28	Condessa Amalia Matarazzo (Amalia Cintra Ferreira)	1885	1958	São Paulo		
29	Dinamar Leite	1898	1949	Não Identificado		
30	Leão de Aquino (João Pedro Leão de Aquino)	1878	1942	Rio de Janeiro		
31	Edgar Roquette Carneiro de Mendonça Pinto (Edgard Roquette	1884	1954	Rio de Janeiro		
32	Elisa de Rezende (Elisa de Souza Rezende)	1879	1938	São Paulo		
33	Embaixatriz Antonio Feitosa (Laura Chirveches de Arrozpide R	1877	1965	Não Identificado		
34	Ernesto G. Fontes (Ernesto Garside Fontes)	1880	1957	Inglaterra		
35	Carlota Barbosa de Oliveira (Lotita). Carlota Lyra da Silva	1885	1963	Não Identificado		
36	Emma Negrão de Lima (Emma Dutra Hamann / Emma Henriqu	1902	1996	Não Identificado		
37	Eugênio Vilhena de Moraes	1887	1981	Minas Gerais		
38	Everardo Backheuser	1879	1951	Rio de Janeiro		
39	Francisco de Avelar Figueira de Mello	1883	1938	Rio de Janeiro		
40	Fernando de Castro Rebello	1912	1986	Não Identificado		
41	Fernando Magalhães (Fernando Augusto Ribeiro Magalhães)	1878	1944	Rio de Janeiro		
42	Flavio da Silveira	1885	1961	Não Identificado		
43	Flavio Lyra da Silva		1975	Rio de Janeiro		
44	Francisco de Magalhães Castro (Francisco de Assis de Magalh	1893	1974	Não Identificado		
45	Francisco Negrão de Lima	1901	1981	Minas Gerais		
46	Francisco Tito de Souza Reis	1882	1946	Pernambuco		
47	Frei Pedro Sinzig	1876	1952	Áustria		
48	Guiomar Novaes Pinto	1895	1979	São Paulo		
49	Herbert Moses	1884	1972	Rio de Janeiro		
50	Hildebrando Gomes Barreto		1957	Não Identificado		

51	Hortencia Goulart Weinschenck (Hortencia Veiga Weinschenck)	1880	1973	Não Identificado		
52	Isabel Jacobina Lacombe (pseudônimo: Myself) Belinha	1869	1961	Rio de Janeiro		
53	Jeronyma Mesquita	1880	1972	Minas Gerais		
54	João de Assis Lopes Martins	1877	1943	Rio de Janeiro		
55	Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano	1885	1944	Rio de Janeiro		
56	Jorge Mateus de Lima	1893	1953	Alagoas		
57	José Gomes de Mattos			Rio de Janeiro		
58	José Joaquim Ferreira da Costa Piragibe (José Piragibe)	1877	1940	Não Identificado		
59	José Wanderley de Araujo Pinho	1890	1967	Bahia		
60	Terezita Moraes Porto da Silveira	1894		Não Identificado		
61	Júlio Afranio Peixoto	1876	1947	Bahia		
62	Leontina Licinio Cardoso	1890	1970	Rio Grande do Sul		
63	Levi Fernandes Carneiro	1882	1971	Rio de Janeiro		
64	Linneu de Paula Machado	1880	1942	São Paulo		
65	Lourenço Filho (Manuel Berström Lourenço Filho)	1897	1970	São Paulo		
66	Zilma Lovell Parker (Zilma Magalhães)			Não Identificado		
67	Lucio José dos Santos	1875	1944	Minas Gerais		
68	Luiz Gonzaga Botelho			Não Identificado		
69	Marcel Renaud S.J.	1870	1955	França		
70	Malvina Dolabella Portela	1887		Não Identificado		
71	Maria Cecília de Rezende Martins	1903		São Paulo		
72	Maria Eugenia de Assis Figueiredo Carneiro de Mendonça (Maria Eug	1886	1963	Minas Gerais		
73	Maria Eugenia Barbosa de Oliveira	1904		São Paulo		
74	Maria Junqueira Schmidt	1901		São Paulo		
75	Maria Luiza Camargo de Azevedo	1889	1973	Não Identificado		
76	Maria Olympia Bello		1969	Não Identificado		
77	Marietta Penna Affonso (Marietta Germano Moreira Penna)	1883		Não Identificado		
78	Mario Augusto Teixeira de Freitas	1890	1956	Bahia		
79	Marques Pinheiro			Não Identificado		
80	Lina Hirsch	1868		Alemanha		
81	Nanoca Dionysio Cerqueira			Não Identificado		
82	Olga Burnier de Assis	1873	1932	Minas Gerais		
83	Juan Oscar Griot	1879	1951	Uruguai		
84	Oscar Weinschenck	1880	1949	Rio de Janeiro		
85	Padre José Maria Natuzzi	1863	1943	Itália		
86	Padre Leonel Edgard da Silva Franca S.J	1893	1948	Rio Grande do Sul		
87	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	1902	1985	Bahia		
88	Maria Moura Pinto Lima de Sá Carvalho			Não Identificado		
89	Raul Leitão da Cunha	1881	1947	Rio de Janeiro		
90	Ricardo Xavier da Silveira			São Paulo		
91	Rodolpho Josetti	1888	1946	Rio Grande do Sul		
92	Rosetta Costa Pinto	1896	1975	Rio de Janeiro		
93	Sebastião Sampaio	1884	1963	São Paulo		
94	Jeronymo Monteiro Filho	1889	1962	São Paulo		
95	Antonio Garcia de Medeiros Netto	1887	1948	Bahia		
96	Lourdes Sales Pinto	1893		Não Identificado		
97	Stella de Faro	1888	1972	Rio de Janeiro		
98	Teodoro Fernandes Sampaio	1855	1937	Bahia		
99	Theodor Heuberger	1898	1987	Alemanha		
100	Vicente de Paula Galliez	1903		Rio de Janeiro		
101	Virgilio Corrêa Filho	1887	1973	Mato Grosso		
102	Zelia Jacy de Oliveira Braune	1883		Não Identificado		

102	Zelia Jacy de Oliveira Braune	1883		Não Identificado		
103	America Xavier da Silveira	1892		Rio de Janeiro		
104	Maria Amélia de Rezende Martins	1895	1968	São Paulo		
105	America Lessa (America Barbosa de Oliveira Lessa)		1962	Rio de Janeiro		
106	Francisca Barroso de Mello Mattos (Chiquita Mello Mattos)	1874		Não Identificado		
107	Marietta de Rezende (Marieta de Souza Rezende)	1883		São Paulo		
108	Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça	1896	1971	Rio de Janeiro		
109	Dr. Elba Pinheiros Dias			Rio de Janeiro		
110	Alba Rangel Gomes Josetti (Alba Josetti)	1890	1963	Rio Grande do Sul		
111	Sylvia Shalders (Sylvia Paiva de Azevedo)	1886		Rio de Janeiro		
112	Margarida Anysio de Sá (e Albuquerque)	1891	1964	Não Identificado		
113	Ana Maria Coelho Magalhães	1884	1884-	Rio Grande do Sul		
114	Padre Cesar Denaise, S.J. (Dainese)	1894	1986	Itália		
115	Eugenia Dutra Hamann	1892	1969	Não Identificado		
116	Francisco Solano Carneiro da Cunha	1887	1963	Pernambuco		
117	Anna de Rezende		1947	Rio de Janeiro		
118	Léa Azeredo da Silveira	1894	1977	Não Identificado		
119	Baronesa de Bonfim (Maria José de Siqueira/ Maria José Vilas Boas de	1862	1953	Minas Gerais		
120	Nair Coimbra de Magalhães Castro	1898		Não Identificado		
121	Alberto Porto da Silveira	1892	1952	Não Identificado		
122	Belizario de Souza	1886	1946	Não Identificado		
123	Eduardo de Gomensoro		1974	Rio de Janeiro		
124	Rodrigo Octavio Filho (Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses Filho)	1892	1969	Rio de Janeiro		
125	Marietta Lopes de Souza	1901		Não Identificado		
126	Cid Braune	1883		Não Identificado		
127	Godofredo Vidal	1895	1958	Rio Grande do Sul		

APÊNDICE 2 - RELAÇÃO DOS 25 JORNALISTAS CATÓLICOS

ID	Jornalistas (Ocupação). Partícipes AAACJ e ABI		
1	Berilo Neves	1899	1974
2	Chermont de Brito	1903	1995
3	Manuel Paulo Filho	1890	1995
4	Hugo Auler	1908	1980
5	Heitor de Melo		
6	Jorge Dutra da Fonseca	1892	1933
7	Alfredo Baltazar da Silveira	1888	1966
8	Antônio Cicero		
9	J. Guimarães		
10	Antonio Pinto Nogueira Acioli Neto		
11	João de Lourenço		
12	Amorim Neto		
13	Austregesilo de Ataíde	1898	1990
14	Bernardo Mascarenhas		
15	Domingos Robim		
16	Osorio Lopes		
17	Jerônimo Sodré Viana		
18	Antônio Passos de Miranda Filho		1942
19	Sergio Diogo Teixeira de Macedo		1987
20	Alberto de Brito Pereira		
21	Artur Gaspar Viana		
22	Rodolpho de Sá Earp		1970
23	Victoriano Augusto Borges		1968
24	Cândido Mendes de Almeida Filho	1866	1940
25	Ernesto Pereira Carneiro	1877	1954

APÊNDICE 3 - SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NO APLICATIVO MICROSOFT EXCEL

A 3.1 - Sistematização dos dados em correspondência ao ID. Abaixo, pode-se observar parte do quadro biográfico (dados de origem regional, geracionais e de gênero), organizado em uma planilha.

Origem Regional	Total	Década de Nascimento (Geração)	ID (Geração)	Total	Gênero	Total
Não Identificados	39	Período do Império (1840-1889)	1,4,5,12,13,14,15,16,18,19,20,23,	67	Masculino	71
Rio de Janeiro	32	Período Republicano (1890-1920)	3,6,10,17,21,29,36,40,44,45,48,56	39	Feminino	56
São Paulo	18	Não Identificados	2,7,8,9,11,22,27,43,50,57,66,68,7	21		
Minas Gerais	12					
Rio Grande do Sul	7					
Bahia	6					
Pernambuco	3					
Alemanha	2					
Itália	2					
Mato Grosso	1					
França	1					
Alagoas	1					
Uruguai	1					
Inglaterra	1					
Áustria	1					

A 3.2 - Sistematização das ocupações e do setor de militância.

Quadro intelectuais por ocupações	ID	Total	Setor de Militância	Total
Professores	1,2,4,5,7,9,13,16,20,21,22,31,37,38,39,41,52,55,56,5	44	Ação Social Católica	62
Membros (sócios, fundadores, diretores)	8,12,14,15,19,22,23,25,26,28,29,32,35,36,46,51,53,6	43	Ação Católica Brasileira	35
Escritores, poetas	1,4,5,14,16,17,22,24,31,38,42,47,53,55,56,61,62,67,	32	Colaborador da Ação Social Brasil	23
Advogados	1,4,5,6,10,16,17,24,25,37,39,40,42,43,44,49,55,63,7	29	Colaborador da Ação Católica	7
Jornalistas	1,4,6,16,17,38,40,42,47,49,53,55,62,63,65,67,80,93,	26		
Políticos (senadores,deputados, intendentes)	4,5,10,21,25,38,41,42,45,46,57,61,63,83,84,86,87,88,	24		
Engenheiros	3,20,38,46,67,84,94,98,101,109,127	11		
Médicos	18,21,26,30,31,41,54,56,61,89,91	11		
Diretores (reitores) de Escolas, Universidades	2,6,39,41,50,52,82,85,92,121	10		
Músicos	9,48,68,91,92,99,104,110,118,125	10		
Historiadores/Geógrafos	1,24,31,38,61,67,74,87,101	9		
Industriais	50,54,57,64,100,122,126	7		
Eclesiásticos	47,69,85,86,114	5		
Comendadores, Embaixadores, Diplomatas	33,93	2		
Militares	11,127	2		
Funcionários de Bancos	34,123	2		
Secretários da Secretaria Geral de Viação	66,73	2		
Pintores	107	1		
Enfermeiros	88	1		

A 3.3 - Parte da sistematização dos dados relativos as “Estruturas de Sociabilidades e Eventos Anchietanos”

Estruturas de Sociabilidade	ID	0
Automóvel Club	5,6,7,9,10,13,14,18,21,22,25,26,31,32,33,34	66
Palace Hotel	3,9,12,13,14,26,31,36,41,42,47,49,50,53,54	42
Jockey Club do Brasil	3,10,23,25,31,34,40,41,42,44,45,49,51,56,57	29
Instituto Nacional de Música (sócios - convidados para eventos)	4,9,14,15,16,23,33,37,41,42,51,54,55,68,69	27
Matriz Candelária	4,5,9,11,14,18,20,23,25,30,42,44,49,53,54	27
Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (membros, visitantes)	1,4,14,16,24,31,34,37,41,46,55,56,59,61,62	26
Rotary Club (diretores, sócios, convidados)	3,13,18,22,23,25,26,36,41,49,53,55,60,81,82	23
Associação Brasileira de Educação	5,7,13,14,18,19,20,22,23,32,35,38,41,43,54	22
Confederação Católica do Rio de Janeiro (Seção Feminina e Masculina)	4,6,14,16,17,23,38,39,41,55,58,63,69,86,87	22
Associação dos Professores Católicos	2,6,7,13,14,20,22,37,38,39,41,47,55,58,61,62	21
Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	4,14,16,21,22,31,33,41,48,53,62,70,72,75,76	19
Teatro Municipal	12,13,25,33,42,48,64,65,68,72,75,91,92,100	19
Matriz Santa Therezinha	12,13,16,19,33,42,53,54,58,59,64,81,84,87	19
Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro	9,14,41,42,47,49,53,57,63,64,72,84,91,99,100	18
Academia Brasileira de Letras	4,5,6,16,17,24,31,41,55,59,61,72,74,87,100	17
Radio Club do Brasil	4,14,18,31,33,41,44,49,50,63,85,89,93,100	17
Touring Club do Brasil (sócios - convidados)	11,25,40,45,49,57,70,94,109,121,122,127	12
Associação Brasileira de Imprensa	16,23,40,47,49,53,65,68,70,72,81,99,108,109	17
Biblioteca da Associação Brasileira de Educação	6,13,14,20,41,43,52,58,67,86,101	11
Botafogo Football Club	10,26,33,34,42,55,70,87,112,118,126	11
Confederação Católica Brasileira de Educação	2,6,7,14,20,22,38,39,41,86,102	11
Departamento de Educação	2,12,13,15,22,31,49,53,65,102,115	11
Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro	1,6,24,39,42,49,55,63,70,78,124	11
Hipódromo Brasileiro	41,44,49,63,64,70,90,96,103,118,124	11
Ordem dos Advogados do Brasil	5,10,45,49,63,78,95,100,116,124,126	11
Palácio Tiradentes	21,22,31,41,45,49,55,78,87,106,122	11
Radio do Rio de Janeiro	4,5,6,18,20,38,41,58,62,63,125	11
Cassino Beira-Mar	6,33,34,36,83,87,108,117,118,120,121	11
Associação dos Empregados do Comércio	14,38,41,50,53,55,60,70,99,125	10
Biblioteca Circulante Franco-Brasileira	25,31,41,81,91,103,110,116,119,124	10

Comemorações/ Eventos Anchiitanos	ID	Total
Campanha Inicial Pró Edifício Anchieta	1,2,3,7,8,10,11,12,13,14,15,19,21,22,	83
Quinzena Anchiitana	4,14,16,17,20,21,24,41,50,55,58,59,6	20
IHGB. Última Conferência Anchiitana por Leonel Franca (18 e 19 mar 1934)	1,4,16,24,34,55,56,59,61,65,69,72,86,	16
Centro Social Feminino. Festa de Natal da Ação Social Brasileira em prol do Edif	14,19,32,49,51,52,53,63,80,105,106,1	16
Festa de Natal da ASB em prol do Edifício Anchieta (1933)	14,19,32,51,52,53,63,80,105,106,107,	15
IHGB. 4ª Sessão Ordinária.3ª Conferência Anchiitana (1933)	1,4,14,16,24,37,55,56,59,72,86,87,10	14
APC. IV Centenário de Anchieta (1934). Comemorações Santa Casa/Convento San	6,7,22,37,38,39,47,55,61,65,94,102	12
APC. Comissão Anchiitana da Federação de Professores Católicos.Conferência d	23,41,44,55,86,94,97,106,117	9
Comemorações da Cia de Jesus. Missa na Gloria. Lançamento da Pedra Fundam	4,14,37,55,69,85,86,97	8
IHGB. IV Centenário de Anchieta.Preparatórios dos antigos alunos e amigos da	4,24,39,55,85,89,114	7
Assembleia de ex-alunos da Cia de Jesus (1932)	6,14,37,69,87,97	6
Círculo Católico. Bodas de Ouro do padre jesuíta José Maria Natuzzi (24 set 1930)	4,20,53,62,74,85	6
Academia do Comércio. Companhia de Jesus e seus ex-alunos. Reunião de marc	14,37,39,55,58,94	6

APÊNDICE 4 - FONTES CONSULTADAS PARA A COMPOSIÇÃO DO QUADRO VIII, RELATIVO AOS JORNALISTAS CATÓLICOS DE NÚMEROS 33 A 60.

- 33 – Berilo Neves** (1899–1974). Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p.2 e *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 jun.1934, p.12.
- 34 – Chermont de Brito** (1903–1995). O jornalista também participou da Comissão Executiva do Pavilhão Argentino (CEPA), da AAACJ e de outras festividades católicas, como a Pequena Cruzada, em 1932, e O Dia do Papa, em 1937. Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 2 mar. 1932, p. 3; *O Jornal*. Rio de Janeiro, 2 mar. 1932, p. 3; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 nov. 1932, p.6 e *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17 out.1936, p.7.
- 35 – Manuel Paulo Filho** (1890–1969). Foi também membro da Sociedade Amigos do Alberto Torres (SAAT), em 1933, e da Liga da Defesa Nacional (LDN), em 1936. Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933, p. 8; *O Paiz*. Rio de Janeiro, 31 jul. 1934, p.2 e *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 29 out. 1936, p. 4.
- 36 – Hugo Auler** (1908–1980). Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2 e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios [2020].
- 37 – Heitor de Melo** (7 jan.–?) Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2 e *O Jornal*. Rio de Janeiro, 2 mar. 1932, p. 2.
- 38 – Jorge Dutra da Fonseca** (3 jul.1892–19 dez. 1933). Jorge Dutra foi Inspetor Geral dos Portos, membro da Confederação Católica do Distrito Federal e conselheiro da União Católica Brasileira. Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 11 jan. 1931, p. 7 e *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2. Com relação ao seu nascimento e falecimento, ver: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 jul 1931, p. 1 e *A Cruz*. Rio de Janeiro, 24 dez. 1933, p. 2.
- 39 – Alfredo Baltazar da Silveira** (15 fev. 1888–1966). Foi advogado, professor, escritor, jornalista, bibliotecário do Instituto de Ordem dos Advogados, professor do Instituto de Educação e da Universidade Livre do Distrito Federal, ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 30 jul. 1935, p. 1 e *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 ago. 1930, p. 13.
- 40 – Heitor Silva Costa** (1873–1947). Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2.
- 41 – Antônio Cicero**. Jornalista e presidente da Comissão de Imprensa dos Congressos de Crédito Popular e Agrícola, em 1930. Ver: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 maio 1930, p. 18; *A Noite*. Rio de Janeiro, 16 abr. 1930, p. 4; *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 out. 1930, p. 12; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2 e *A Noite*. Rio de Janeiro, 13 jun. 1933, p. 6.
- 42 – J. Guimarães**. Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2.
- 43 – Antonio Pinto Nogueira Acioli Neto**. Ver: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 jan. 1938, p. 8.
- 44 – João de Lourenço**. Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 5 fev.1933, p. 1 e Boletim Informativo. *Quadro Social da ABI*, nº 133, 1966, p. 4.
- 45 – Amorim Neto**. Foi jornalista e escritor, casado com Maria Vitorina Maia. Autor de *Ilha Maldita* (1933). Com relação à data de nascimento, ver: *Correio Paulistano*. São Paulo, 7 ago. 1938, p. 6. Sobre os demais dados do quadro, ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 jan. 1933, p. 11; *Correio Paulistano*. São Paulo, 10 mar. 1938, p. 4; *Revista Beira-Mar*. Rio de Janeiro, 17 ago. 1940, nº 685, p. 5 e *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 abr.1934, p. 12.
- 46 – Austregesilo de Ataíde** (1898–1990). Foi acadêmico, conferencista, jornalista e escritor. Casou-se com Maria José Queiros Austregesilo de Ataíde, presidente da Federação das Bandeirantes do Brasil (FBB). “Católico fervoroso e amigo íntimo de Alceu Amoroso Lima”, escreveu *A morte do General*, sobre Pio XI, em artigo para *A Cruz*, em 19 fevereiro de 1939. Vale ressaltar que o intelectual foi presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1968, e da Academia Fluminense, em 1972. Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *A Cruz* em 19 fev. 1939, p. 2; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14 out. 1956, p. 5; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 31 maio 1964, p. 1; *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 2 a 8 nov. 1997, p. 4; Boletim Associação Brasileira de Imprensa, n. 07, 1970, p. 3; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1968, p. 3 e *A Cruz*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1972, p. 3. Em relação nascimento e ao falecimento, os indícios apontam para a idade de 92 anos em 1990, em artigo de o *Jornal do Brasil*. Ver: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 mar. 1990, p. 12.
- 47– Bernardo Mascarenhas**. Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar 1932, p. 2.
- 48 – Domingos Robim**. Foi associado ao Centro dos Professores Noturnos Municipais. (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1932, p. 3). Membro da Congregação Mariana responsável pela comissão de Imprensa e Propaganda. Membro da Comissão de Recepção da Semana do Patronato da Paróquia de São João Batista, em 1931. Ver: *A Cruz*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1931, p. 5. Para as informações do Quadro, ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 10 maio 1931, p. 5; *O Paiz*. Rio de Janeiro, 21 ago. 1930, p. 5 e *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2.
- 49 – Osorio Lopes**. Realizou muitas palestras na Matriz Candelária, como, por exemplo, a “Palestra Indissolubilidade do casamento”: (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 fev. 1933, p. 12). Foi, ainda, funcionário da

Inspetoria dos Bancos e crítico literário. Fez parte do Conselho Deliberativo da União Católica Brasileira e da Liga Eleitoral Católica. Ver: *A Cruz*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1932, p. 4; 11 dez. 1932, p. 4. Sobre as informações do Quadro, ver: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 maio 1930, p. 22; *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 ago. 1930, p. 13; *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 ago. 1931, p. 7; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2 e *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 jul. 1934, p. 12.

50 – Jerônimo Sodré Viana. Encarregado chefe de publicidade da Secretaria Geral de Educação e Cultura, por Vargas, em 1935. Ver: Expediente da Secretaria Geral de Educação e Cultura, em: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 out. 1935, p. 17. Foi escritor, cronista em *O Malho* e na Rádio “O Globo”, jornalista e adepto ao integralismo. Ver: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 jan. 1939, p. 7. Sobre as informações do quadro, ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *O Malho*. Rio de Janeiro, 29 mar. 1934, nº 43, p. 8; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1934, p. 12 e *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1934, p. 8.

51 – Antônio Passos de Miranda Filho (?–1942). Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (turma de 1927), junto com Afonso Celso e com Candido Mendes de Almeida. Fez parte da Mocidade Católica e da Ação Universitária Católica. Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25 dez. 1932, p. 19; *A Noite*. Rio de Janeiro, 11 fev. 1932, p. 2 e *Revista Gil-Blas*, Rio de Janeiro, n. 103, 27 jan. 1921, p. 2.

52 – Sergio Diogo Teixeira de Macedo. Faleceu em 1987 (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 maio 1987, p. 34). Foi um estudioso de “História Pátria, membro do Instituto Histórico Brasileiro de Alta Cultura (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 out. 1939, p. 12). Escreveu “A literatura do Brasil Colonial” (*A Noite*. Rio de Janeiro, 1 mar. 1939, p. 2). Fez parte da Comissão diretora de imprensa histórica dos feitos da Cia. de Jesus, ao lado de Alceu A. Lima, Passos de Miranda, Rego Monteiro, Figueira de Melo, Cardoso Fontes e Pandiá Calogeras. (*A Cruz*. Rio de Janeiro, 21 fev. 1932, p. 1). Foi secretário Geral do Partido Diretório Regional e candidato a vereador. Foi professor da Academia do Comércio. (*A Cruz*, Rio de Janeiro, 15 maio 1932, p. 2). Sobre as informações do Quadro, ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 4 out. 1931, p. 2; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 out. 1939, p. 12; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 out. 1937, p. 2 e *A Cruz*. Rio de Janeiro, 28 jun. 1953, p. 4.

53 – Alberto de Brito Pereira. Parente da família Mac-Dowell. Membro da Ação Universitária Católica (AUC) (*Revista Universitária Vida*. Rio de Janeiro, nº 6, set. 1934, p. 4). Colaborador na direção da revista *Vida* (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 abr. 1934, p. 8). Foi estudante de Direito em 1933 (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 maio 1933, p. 5). Sobre as demais informações do Quadro, ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 5 set. 1937, p. 2 e *A Cruz*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1944, p. 3.

54 – Artur Gaspar Viana. Jornalista, conferencista, diretor das Congregações Marianas. ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2 e *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1 nov. 1934, p. 13.

55 – Rodolpho de Sá Earp (16 ago. ?–24 out. 1970). Aniversário (*A Noite*. Rio de Janeiro, 16 ago. 1933, p. 6.). Falecimento (*Jornal do Brasil*, 29 out. 1970, p. 16). Foi advogado, jornalista e Congregado Mariano. Fez parte da Comissão das homenagens ao jesuíta padre Henrique Rubillon, S.J. Colaborador de *A Cruz*, integrou a diretoria da Associação dos Jornalistas Católicos. Fez parte do sindicato dos jornalistas profissionais. Ver: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 e 11 ago. 1931, p. 5; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2; *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 maio 1934, p. 2; *Boletim Informativo ABI*, 1966, nº 133, p. 4 e *A Cruz*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1944, p. 6.

56 – Victoriano Augusto Borges (?–1968). Falecimento (*Correio da Manhã*, 4 out. 1968, p. 10). Diretor do Iate Club do Rio de Janeiro (*Correio da Manhã*, 11 mar. 1950, p. 12). Sobre a direção da Rádio Philips e da CBRD, ver: *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1933, p. 2.

57– José Joaquim Ferreira da Costa Piragibe (1877–1940). Ver: *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2.

58 – Cândido Mendes de Almeida Filho (1866–1939). Ver: Sodré (1999) e *A Cruz*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1932, p. 2. Primeiro conde de Mendes de Almeida, foi um jurista, professor e político. Estudou no Colégio D. Pedro II e no São Luis Gonzaga, de Itu. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi presidente do Conselho Penitenciário, membro do conselho da Ordem dos Advogados e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1 maio 1930, p. 3). Foi também presidente da Comissão de estradas do Automóvel Club e diretor da Academia do Comércio (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29 maio 1930, p. 6). Interessante registrar que o seu filho, Candido Mendes de Almeida Júnior, também era um católico fervoroso e, ao casar-se com Emilia de Mello Vieira Mendes de Almeida teve, entre seus 7 filhos, o d. Luciano Pedro Mendes de Almeida (1930–2006), religioso jesuíta e bispo auxiliar católico (1976–1988). Quarto arcebispo de Mariana.

59 – Ricardo Xavier da Silveira. (1869?–?) Foi também membro do Conselho Consultivo, de 1936 a 1940, membro da Comissão Técnica do Jockey Club Brasileiro, de 1948 a 1952, fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo de Corrida, além de diretor do Stud Book Brasileiro, que hoje, depois de sua fusão com a Sociedade de Criadores de São Paulo e com a ANPC – Associação Nacional de Proprietários de Cavalos, é denominada ABCPCC. Ver: *Boletim Informativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)*. Quadro social, nº.133, 1966, p. 4; *A Noite*. Rio de Janeiro, 1 jul. 1933, p. 2; *Jornal do Brasil*. Rio

de Janeiro, 26 dez. 1934, p. 6; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1935, p. 12; Edifício Anchieta. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 18 ago. 1935, p. 10; Silveira (1935) e Geni, 2020.

60 – Ernesto Pereira Carneiro (1877–1954). Sobre as informações do quadro, ver: *A Noite*, Rio de Janeiro, 27 out. 1938, p. 2; *A Cruz*, Rio de Janeiro, 20 maio 1934, p. 4; O dia do Papa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1932, p. 6; Missa Transatlântico. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21 out. 1930, p. 3 e Sociedade católica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 out. 1936, p. 9.

APÊNDICE 5 – Artigos e/ou indícios de representantes do grupo que sinalizam simpatia aos governos autoritários e/ou que sugerem no discurso uma suposta junção entre comunismo e judaísmo.

A 5.1 – Quadro dos intelectuais católicos pertencentes ao estudo prosopográfico

Intelectuais	Indícios
Alceu Amoroso Lima	Colaborou no jornal integralista <i>A Ofensiva</i> . LIMA, A. A. Em face do comunismo. <i>Revista A Ordem</i> , Rio de Janeiro, p. 378, out. 1938.
Laura Jacobina Lacombe	LACOMBE, L.J. Reforma escolar dos soviets. <i>Revista Brasileira de Pedagogia</i> . Órgão Oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ano 3, n.23, p.157-159, abr. 1936. LACOMBE, L.J. Boatos Perigosos. <i>Revista Brasileira de Pedagogia</i> . Órgão Oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 3, n. 23, p.189-190, abr. 1936.
Belisario Augusto de Oliveira Penna	Membro da AIB, em 1932, e da SAAT. PENNA, B. Carta a M. Paulo Filho. In: <i>Enciclopedia do Integralismo: estudos e depoimentos</i> . Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [195-?]. t. II, p. 18-19.
Leontina Licínio Cardoso	CARDOSO, L. L. A Propósito de integralismo. <i>O Jornal</i> . Rio de Janeiro, p. 17, 18 fev 1934.
Lucio José dos Santos	Lucio dos Santos era, segundo artigo de <i>A Razão</i> , um "integralista convicto". Ver: <i>A Razão</i> . Ceará, p. 4, 15 jul. 1937. SANTOS, L. J. <i>Problemas sociais e religiosos após a grande guerra</i> . <i>A Ordem</i> , Rio de Janeiro n. 65, p. 520, 1935. SANTOS, L. J. <i>A maçonaria no Brasil</i> . <i>A Ordem</i> , Rio de Janeiro, n. 29, p. 10, 1932.
Lina Hirsch	Membro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT). HIRSH, L. A Alemanha fora de Berlim. <i>Jornal do Commercio</i> , p. 8-9, 27 jul. 1930. HIRSH, L. Aspectos da Alemanha Actual. <i>Boletim de Ariel</i> , n. 11, p. 25, ago. 1932. HIRSH, L. No Corredor. <i>Correio da Manhã</i> , p. 3, 14 ago. 1932. HIRSH, L. Cinema, arte, fé. <i>Revista Excelsior</i> , p. 671-673, set. 1933. HIRSH, L. Viagem do Príncipe Paulo Alexandre de Wuertemberg à América do Sul. Tradução de Lina Hirsch. <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> , Rio de Janeiro, v. 171, p. 9, 1939. HIRSH, L. A Mulher Europeia e a Mulher Americana. <i>Diario de Noticias</i> , p. 17, 3 jun. 1934. HIRSH, L. A contribuição feminina no Soviet. <i>Diario de Noticias</i> , p. 23, 1 jul. 1934. HIRSH, L. Crise Revolucionária. <i>Correio do Povo</i> , p. 8, 26 set. 1934.
Frei Sinzig	Membro fundador da revista <i>Excelsior</i> .
Amélia de Rezende Martins	Colaboradora da revista <i>Excelsior</i> . Membro fundador da Pró-Arte e da Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro. MARTINS, A. de R. <i>Complemento às reflexões sobre o momento social</i> . Rio de Janeiro: Escola Typ. Salesianas, 1919. MARTINS, A. de R.. <i>Os problemas sociais e o feminismo</i> . São Paulo: Escolas Prof. Salesianas do Liceu Coração de Jesus, 1924.
Everardo Backheuser	Colaborador da revista <i>Excelsior</i> . Membro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT). BACKHEUSER, E. Os dois polos da Terra: ensaio anti-bolchevista. Parte 1 e 2. <i>A Ordem</i> , Graphica Ypiranga: Rio de Janeiro, v. V, n. 11-16, p. 216-226, jan.1931., BACKHEUSER, E. Comunismo e a educação. <i>A Cruz</i> , Rio de Janeiro, p. 8, 5 abr. 1936. BACKHEUSER, E. Educação e Comunismo. <i>Revista Brasileira de Pedagogia</i> . Órgão Oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Ano 3, n.23, p.67, abr. 1936. BACKHEUSER, E. Campanha educacional anti-comunista. <i>Revista Brasileira de Pedagogia</i> . Órgão Oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Ano 3, n.23, p.192-198, abr. 1936.
Jonathas Serrano	Colaborador da revista <i>Excelsior</i> . SERRANO, J. S.J especial para A Cruz. <i>A Cruz</i> , Rio de Janeiro, p. 1, 7 fev. 1932.

Rodolpho Josetti	JOSETTI, Rodolpho. O sentido estético do Integralismo. <i>In</i> : CHAUI, M. <i>Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro</i> . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
Alba Rangel Gomes Josetti	Membro da ASB. Colaboradora da Pró-Arte.
Edgar Roquette Carneiro de Mendonça Pinto (Edgard Roquette-Pinto)	Membro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT). ROQUETTE-PINTO, E. <i>Ensaio de antropologia brasileira</i> . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. Palavras-chave: Antropologia, etnologia antropometria, população, eugenia e relações internacionais.
Mario Augusto Teixeira de Freitas	Membro da SAAT.
Anna Amelia C. de Mendonça	Membro da SAAT.
Ricardo Xavier da Silveira	Membro da SAAT. (Pertencente à família Xavier da Silveira. Parente de Alberto T. por parte de sua esposa, Maria José Xavier da Silveira).
Amélia Xavier da Silveira	Membro da SAAT.
Theodor Heuberger	Diretor da Pró-Arte. <i>Revista Intercâmbio</i> .
Pedro Calmon	Membro da SAAT.
Pe. J. Cabral	CABRAL, J. <i>A questão judaica</i> . Rio de Janeiro: Editora Vozes, [s.d.]. A miragem soviética; Liberalismo, socialismo, comunismo; A Igreja e a luta de classes.
Mons. Vicente Martins	MARTINS, V. <i>A família, o divórcio e a eugenia</i> , 1932.

APÊNDICE 6 - REVISTA *EXCELSIOR* (1928-1934)

A 6.1 - Quadro de indícios com temática referente à aproximação e à valorização explícita aos governos nazifascistas e/ou de valorização à cultura germânica ou, ainda, de aproximação ao discurso político de um suposto complô judaico-maçônico internacional.

Diretor/ redator	Título do artigo	Ano	Síntese do conteúdo	Referências
Soares d'Azevedo (Diretor)	Ilustração: "A residência de Mussolini".	1928	Foto de Benito Mussolini ao lado de Gabriel d'Annunzio acima do artigo intitulado "Uma nova encarnação da Ordem", passeando no lago de Garda.	REVISTA <i>Excelsior</i> . Uma nova encarnação da Ordem, ano I, n. 3, p. 46, 1928.
Perillo Gomes (Redator)				
Soares d'Azevedo (Diretor)	Ilustração: "Vila Torlonia".	1928	Fotos da Vila Torlonia, onde reside o primeiro ministro. Fotos da sala de jantar, do gabinete de trabalho, do salão de pintura e da entrada lateral.	REVISTA <i>Excelsior</i> . Vila Tolonia, ano I, n. 24, p. ,1928.
Perillo Gomes (Redator)				
Soares d'Azevedo (Diretor)	Seção: "Belezas para ver".	1930	Indicação ilustrativa da floresta de Bregenz, na Áustria, do vale do Gosan, no Tirol (Áustria), do jardim de Mirabela, em Salzburg, na Austria, bem como do "Vale do Imperador". Exaltação da cultura germânica.	REVISTA <i>Excelsior</i> . Belezas para ver. Rio de Janeiro, ano III, n. 79, p. 555, jul. 1930.
Perillo Gomes (Redator)			Indicação do "café escritório de Berlim" como espaço para a "aristocracia conhecer e apreciar".	REVISTA <i>Excelsior</i> . ano III, n. 24, jan. 1930,.
Soares d'Azevedo (Diretor)	"Filhos de Mussolini".	1930	Ressalta um grupo de 1140 crianças fascistas ("bolillas" e "vanguardistas", como são chamados na nomenclatura do partido), que visitaram a exposição de Brcelona. Entre elas, os dois filhos de Mussolini: Victorio, de 14 anos, e Bruno, de 11.	REVISTA <i>Excelsior</i> . Filhos de Mussolini. Rio de Janeiro, ano III, n. 24, p. 90, jan. 1930.
Perillo Gomes (Redator)				
João Stramandinoli (Gerente)	"A visita de Mussolini ao Santo Padre".	1932	A matéria descreve a visita do "sr. Mussolini ao Papa", salientando que ela "trouxe à Roma excepcional animação" e que "o povo encheu desde cedo as principais artérias, à espera do imponente cortejo que acompanhou o Duce até à Cidade do Vaticano".	REVISTA <i>Excelsior</i> . A visita de Mussolini ao Santo Padre. Rio de Janeiro, ano III, n. 50, p. 29, mar. 1932.
Adalberto Coelho (Redator-Chefe)				
Carlos Leopoldo (Redator-Chefe)	"Desvendando um mysterio. O dinheiro do Banco Kuhn, Loeb & Cia. Ao serviço da revolução comunista internacional".	1933	Indicação explícita de um complô judaico comunista internacional.	ROHDEN, H. Desvenddo um mysterio. <i>Excelsior</i> , Rio de Janeiro, p. 35, jan. 1933.
João Stramandinoli (Gerente)				
Candido Mendes de Almeida Junior (Diretor)	Seção: "De outras terras...".	1934	Ilustrações da parada das tropas italianas na Praça de S. Marcos Veneza, por ocasião da visita de Hitler e Mussolini.	REVISTA <i>Excelsior</i> . De outras terras. Rio de Janeiro, ano VII, n. 81- 82, p. 675, set-out. 1934 .
Adroaldo Mesquita da Costa (Redação e Administração)	"A Alemanha no inverno de 1934-1935".	1934	Nesse artigo, pode-se verificar certa exaltação aos discursos de Hitler por ocasião dos festejos de 1º de maio, no Congresso do Partido Nacional-Socialista, em Nurembergue. Conforme transcrição abaixo: "Os discursos do único competente – Adolf Hitler" [...] o "povo tem confiado plenamente o seu destino a um grande homem", "os nacional-socialistas, não fecham os olhos deante das dificuldades na politica interna e externa. O plano do governo "reúne em si um motivo politico e outro economico. "Queremos captivar os negadores, indo ao encontro deles com amor e diligencia, dando-lhes a possibilidade de compreenderem o estado nacional-socialista". "Como no anno passado vindouro ninguém passará	REVISTA <i>Excelsior</i> . A Alemanha no inverno de 1934-1935. Rio de Janeiro, Ano , p. 943, dez. 1934.
João Jacobi (Gerente)				
Plinio Correia de Oliveira (Redator-Secretário)				

Candido Mendes de Almeida Junior (Diretor) Adroaldo Mesquita da Costa (Redação e Administração) João Jacobi (Gerente) Plinio Correia de Oliveira (Redator-Secretário)			fome, ninguém sofrerá frio, nem sentirá necessidades”.	
	“Os Estados Unidos e a Rússia”.	1934	Transcrição: “Quando os Estados Unidos reataram as relações diplomáticas com a Rússia, esta comprometeu-se de não fazer propaganda comunista no território norte-americano. De que modo cumpriu a Rússia a sua palavra? Logo após o início das relações diplomáticas invadiram os Estados Unidos grande numero de agitadores e terroristas, na maioria judeus, vindos da Rússia e preparados pelo estudo do inglês. O numero de comunistas aumentou desde então de trezentos por cento. Ficou provado que a greve geral de São Francisco assim com ultimamente a grande greve dos tecelões foram organizadas pelos comunistas. Foi até descoberta uma carta da Internacional russa aos comunistas dos Estados Unidos ordenando-lhes de perturbar e impedir por todos os meios os planos do presidente Roosevelt a respeito do reajustamento e reerguimento econômico. É assim que a Rússia agradece os favores recebidos. A mesma cousa nota-se em toda parte porque o fim supremo da Rússia é a revolução mundial e portanto a destruição de todos os governos, em primeiro lugar dos que fizeram amizade com ella. (Do “Santuario de Apparecida”, 6-8-34).	REVISTA <i>Excelsior</i> . Os Estados Unidos e a Rússia. Rio de Janeiro, ano VII, p. 905, dez. 1934.
	Coluna “Pelo Mundo”. Artigo: “Comunistas Chineses”.	1934	O artigo descreve, em tom apelativo, que o “padre jesuíta hespanhol Dositeo Lopez, de trinta e cinco anos de idade, foi capturado pelos comunistas chineses, desconhecendo-se inteiramente o seu paradeiro. O reverendo Lopez se encontrava na China há dois anos, como vigário apostólico de Anking, onde varios missionários já foram capturados e mortos pelos extremistas”. Já outro artigo com mesma temática, traz uma nota afirmando que “quatrocentos bandidos comunistas assaltaram a cidade de Lactorkuo, no distrito de Chien-Tao”. Aqui é nítida a associação entre “comunista e bandido”.	REVISTA <i>Excelsior</i> . Comunistas Chineses. Rio de Janeiro, ano VII, p. 927, dez. 1934. REVISTA <i>Excelsior</i> . Comunistas Chineses. Rio de Janeiro, ano VII, n.83, p. 798, nov. 1934.
Candido Mendes de Almeida Junior (Diretor) Adroaldo Mesquita da Costa (Redação e Administração) João Jacobi (Gerente) Plinio Correia de Oliveira (Redator-Secretário)	“Os crucificados: os mártires do século XX”.	1934	O artigo menciona a “perseguição anti-religiosa por judeus comunistas da Rússia dos soviets” e o “heroísmo [...] comparável ao dos primeiros cristãos, que morriam nos circos da Roma de Nero [...] dos bispos e dos humildes padres de aldeias perdidas na Siberia, os anti-bolchevistas em luta com o poder dos comunistas”.	REVISTA <i>Excelsior</i> . Os crucificados: os mártires do século XX. Rio de Janeiro, ano VII, n. 84, p. 892, 1934.
	“Theatro alemão no Rio de Janeiro: maior elenco da temporada 1934”.	1934	Propaganda da cultura alemã	REVISTA <i>Excelsior</i> . Theatro alemão no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 80, p. 638, 1934.
	“O dr. Oliveira Salazar falando à sua nação”.	1934	No artigo evidencia-se uma nítida exaltação ao discurso de Salazar proferido no 1º Congresso da U. N. salientando que não havia garantia para a liberdade do bem do que as autoridades dos governos fortes. Na transcrição do “brilhantíssimo discurso do sr. dr. Oliveira Salazar”, o articulista afirma que o congresso, “por sua apresentação, pelas discussões havidas, pelo exemplo da sua elevação constitue mais um marco milionário no periodo renovador da vida publica portuguesa; e esta realidade tão digna de excepcionaes esperança para os homens que produziram a todos os portugueses a ideologia systematizada do Estado Novo, por cima das ruinas acumuladas em tempos que oxalá não tivera havido.”	REVISTA <i>Excelsior</i> . O dr. Oliveira Salazar falando à sua nação. Rio de Janeiro, ano VII, n. 81 e 82, p. 748, out. 1934.

APÊNDICE 7 – COMISSÃO EDIFÍCIO ANCHIETA - CAMPANHA INICIAL

Comissão Executiva
Pres. de Honra – Celina Guinle de Paula Machado
Pres. de Honra – Jeronyma Mesquita
Presidente – Sebastião Sampaio
Vice-presidente – Guiomar Novaes Pinto
Vice-presidente – Medeiros Netto
Vice-presidente – Jeronymo Monteiro Filho
Vice-presidente – Dr. Leão de Aquino
Tesoureiro – Flavio de Lyra da Silva
Secretário-geral – Ricardo Xavier da Silveira
Secretaria – Maria Luiza Camargo Azevedo
Secretaria – M. Cecília de Rezende Martins
Secretaria – José Gomes de Mattos
A. Porto da Silveira
Fernando de Castro Rebello
Comissão Central
Terezita M. Porto da Silveira
Alice Amaral Peixoto
Alice Carvalho de Mendonça
Olga de Pinto Lima
Alfredo Rebello
Carlota Barbosa de Oliveira
Cassilda Martins
Christiano Hamann
Eugenia Hamann
Elisa de Rezende
Maria Cecília de Oliveira Roxo
Léa Azeredo da Silveira
Nair de Magalhães Castro
Francisco Negrão de Lima
Emma Negrão de Lima
João de Assis Lopes Martins
Amélia de Rezende Martins
Lourenço Filho
Maria Eugenia Barbosa de Oliveira
Maria Junqueira Schmidt
Mario Augusto Teixeira de Freitas
Nanoca Dionisio Cerqueira
Vicente de Paula Galliez
Maria Moura Pinto Lima de Sá Carvalho
Stella de Faro
Zilma Lovell Parker

Fonte: RÁDIO Sociedade. Carta de América Xavier da Silveira. Campanha Inicial Pró-Edifício Anchieta. Fundação Oswaldo Cruz. Carta para Radio Sociedade, Rio de Janeiro, nº de chamada A.03-3124, Imagem 5046, 1935.

APÊNDICE 8 – REDES FAMILIARES

ID	Total
14, 20, 32, 35, 43, 44, 52, 54, 66, 71, 73, 102, 126, 104, 105, 107, 113, 120.	18
4, 31, 72, 90, 103, 108.	6
3, 10, 11, 88, 112.	5
19, 23, 46, 64.	4
26, 36, 45, 115.	4
5, 77.	2
7, 38.	2
24, 106.	2
25, 59.	2
29, 89.	2
42, 118.	2
51, 84.	2
53, 119.	2
57, 96.	2
60, 121.	2
5, 77.	2
91, 11.	2

Redes familiares (Cruzamento de dados)

Amélia de Rezende Martins, João de Assis Lopes Martins, Maria Cecília de Rezende Martins, Elisa de Rezende, Marietta de Rezende, Isabel Jacobina Lacombe, Carlos Américo Barbosa de Oliveira, Carlota Barbosa de Oliveira, Maria Eugenia Barbosa de Oliveira, America Lessa, Flavio Lyra da Silva, Francisco de Magalhães Castro, Nair Coimbra de Magalhães Castro, Ana Maria Coelho Magalhães, Zilma Lovell Parker (Zilma Magalhães), Zelia Jacy de Oliveira Braune, Cid Braune.

Affonso Celso, Maria Eugenia de Assis Figueiredo Carneiro de Mendonça, Ricardo Xavier da Silveira, America Xavier da Silveira, Edgar Roquette Carneiro de Mendonça Pinto, Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça.

Adherbal Pougy, Alfredo de Sá Carvalho, Margarida Anysio de Sá, Maria Moura Pinto Lima de Sá Carvalho, Alfredo Machado Guimarães,

Celina Guinle de Paula Machado, Linneu de Paula Machado, Branca Ribeiro Guinle, Francisco Tito de Souza Reis

Christiano Hejn Hamann, Eugenia Dutra Hamann, Emma Negrão de Lima, Francisco Negrão de Lima

Affonso Penna Júnior, Marietta Penna

Everardo Backheuser, Alcina Moreira de Souza

Celso Vieira de Mattos Mello Pereira, Francisca de Mello Mattos

Pedro Benjamim Cerqueira de Lima, Wanderley de Araujo Pinho

Raul Leitão da Cunha, Dinamar Leite

Léa Azeredo da Siveira, Flavio da Silveira

Hortencia Goulart Weinschenck, Oscar Weinschenck

Jeronyma Mesquita, Baronesa de Bonfim (Maria José Vilas Boas de Siqueira Mesquita)

José Gomes de Mattos, Lourdes Sales Pinto

Terezita Moraes Porto da Silveira, Alberto Porto da Silveira

Marietta Penna Affonso (Marietta Germano Moreira Penna), Affonso Penna Júnior

Rodolpho Josetti, Alba Rangel Gomes Josetti

Famílias relacionadas

Souza Queiroz, Barbosa de Oliveira, Ribeiro Rezende, Barros Leite, Ribeiro de Souza Rezende, Souza de Rezende, Lopes Martins, Jacobina Lacombe, Lessa, Lyra Silva, Magalhães Castro, Mesquita Pimentel, Coimbra de Magalhães Castro, Niemeyer, Ferreira da Silva, Carrão de Magalhães Castro, Braune, Coelho Magalhães, Ataliba Pires, Lovell Parker, Sá Mesquita Pimentel, Magalhães Castro Mesquita Pimentel, Coltzesco, Rezende Martins, Orsini, Castello Branco Coimbra, Albuquerque Coimbra

Xavier da Silveira, Roquette Pinto, Assis Figueiredo, Carneiro Mendonça

Sá Rabello, Sá Carvalho, Miranda Pougy, Penido Monteiro, Cotrim, Rodrigues Caldas

Oliveira, Mello Franco, Vilela de Paula Machado, Guinle, Guinle de Paula Machado
Dutra Hesse, Rademaker, Hamann, Bueno Moacyr, Negrão de Lima, Nepomuceno Lucas de Lima, das
Dores Negrão, Negrão de Lima, Dutra Hamann, Henriquetta Wihelmina, Andrade Camara, de Almeida,
Murgel Dutra, Murgel de Rezende

Moreira Penna, Oliveira Penna, de Souza Affonso, Penna Affonso, Germano Moreira Penna, Pinto Penna

Backheuser, Moreira de Souza, Gouveia Backheuser

Vieira de Mattos Mello Pereira, Vieira de Melo Pereira, Albuquerque Mello Mattos, Barroso do Amaral,
Mello Mattos Barroso do Amaral, Barroso de Mello Mattos.

Cerqueira de Lima, Bulhões Carvalho, Caldeira Brant, Ottoni Vieira, Araujo Pinho.

Leitão da Cunha, Vidal Leite Ribeiro, Martins de Mello, Freire Leite.

Azeredo da Silveira, Mentges, Corrêa da Silveira, da Silveira, da Silveira Hermann, Correia Pimentel,
Wigg, Lanari, de Azeredo, Guimarães Azeredo, Mentges, Azeredo da Silveira, Silveira Hermann, Silveira
Bagdocimo, Correia Pimentel, Silveira Wigg, Silveira Lanari, Paranhos.

Weinschenk, Goulart Weinschenck, Gabizo de Faria, de Sá.

Nunes da Siqueira, Vilas Boas, da Siqueira, Mesquita, Lynch, Bonfim.

Gomes de Mattos, Sales Pinto, Pacheco, Alves Pinto, Pacheco Sila.

Porto da Silveira

Moreira Penna, Oliveira Penna, de Souza Affonso, Penna Affonso, Germano Moreira Penna.

Josetti, Alscher Josetti, Rangel Gomes Josetti.

ANEXO B – SELOS COMEMORATIVOS PARA O IV CENTENÁRIO DE ANCHIETA

De acordo com matéria publicada no *Correio da Manhã* de 24 de novembro de 1934, os selos entraram em circulação no mês de outubro do referido ano, apresentando os seguintes valores: “200 réis (sépia); 300 (violeta); 700 (azul) e 1\$000 (verde)”. Os selos são retangulares, medem “4m/mx26m/m” e têm um desenho igual para todos, que traz, como tema principal, a figura de Anchieta, de perfil à esquerda, (a direita de quem examina o selo), empunhando a cruz e ladeado pelos “servícolas” (indígenas convertidos). Ao alto, em letras grandes, o nome “Anchieta”; na base, ao centro, o respectivo valor, ladeado pelas palavras: “Brasil-Correio”. Em sentido vertical, em ambos os lados, de cima para baixo, as datas: “1534 e 1934”. Cada selo é gravado em talho doce e impresso em papel grosso, filigrana “Armas do Brasil”. (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 nov. 1934).



Fonte: Arquivo Pessoal

ANEXO C – “IMAGENS DE DOCTRINA” JESUÍTICA EM ALGUNS LIVROS DIDÁTICOS DA PRESIDENTE DA ASB APROVADOS PELA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL



Figura I- Capa e Quarta Capa de *Compendio de Historia do Brasil*, de A. de Rezende Martins (1937).

ANEXO C [Figura II]

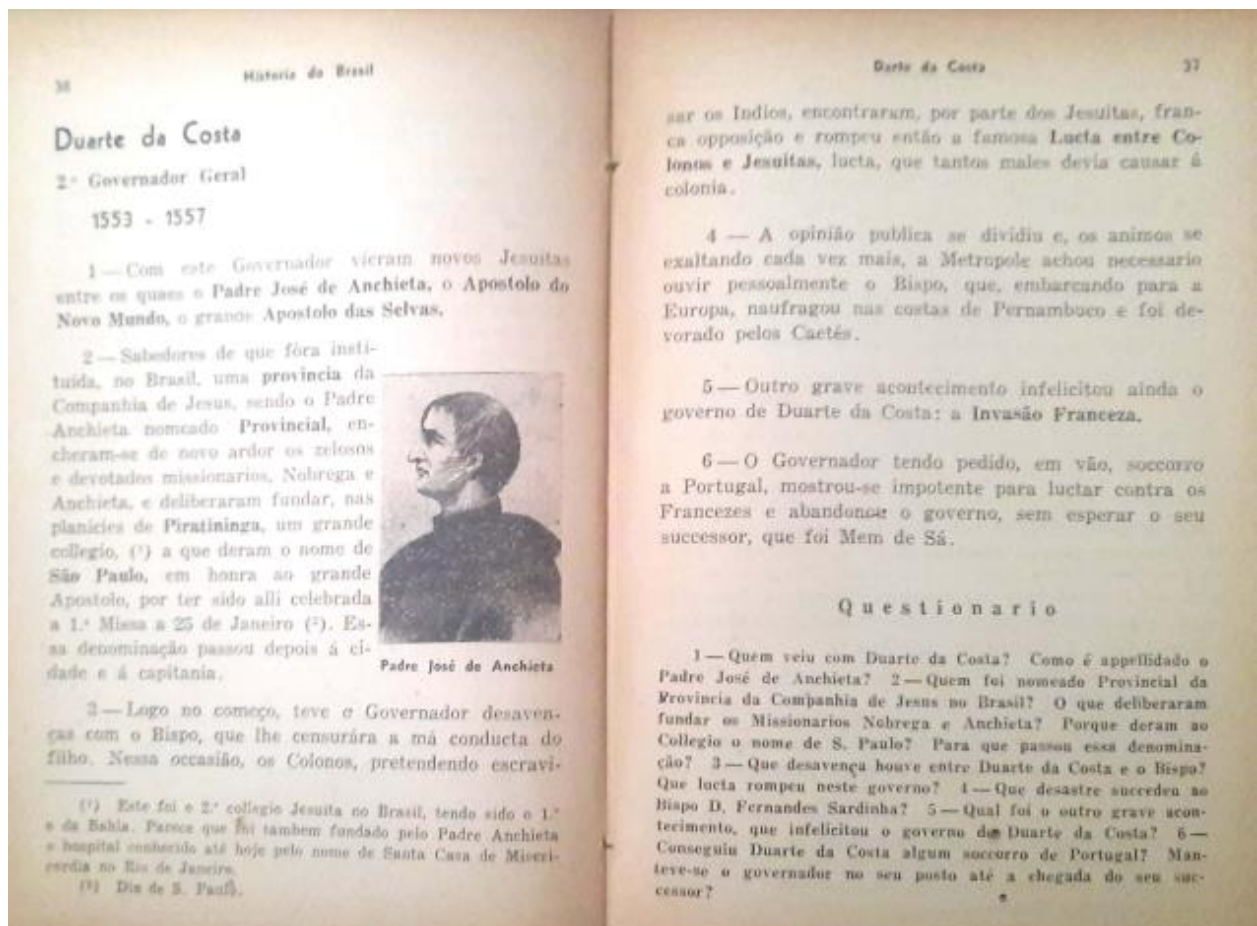


Figura II- Páginas 36 e 37 de *Compendio de Historia do Brasil*, de A. de Rezende Martins (1937). Imagem de padre José de Anchieta [1578]. No primeiro parágrafo, a seguinte descrição: “Com este governador vieram novos jesuítas entre os quaes o **Padre José de Anchieta**, o **Apostolo do Novo Mundo**, o grande **Apostolo das Selvas**” (MARTINS, 1937, p.36, grifo da autora).

ANEXO C [Figura III]



Figura III- Capa de *Meu Brasil*, de A. de Rezende Martins (1930).

ANEXO C [Figura IV]



Figura IV- Páginas 70 e 71 de *Meu Brasil*, de A. de Rezende Martins (1930). A primeira imagem retrata Ramalho e filha, padre José de Anchieta e padre Paiva, seguida da transcrição de Pedro Leitão: “A Companhia de Jesus, no Brasil, é um anel de ouro e dele a pedra preciosa é o Padre José de Anchieta” (MARTINS, 1930, p.70).. Na segunda imagem, temos padre Anchieta traçando na areia da praia seu poema à Virgem Maria (quadro de Benedito Calixto).

ANEXO C [Figura V]



Figura V- Páginas 72 e 73 de *Meu Brasil*, de A. de Rezende Martins (1930). As imagens referem-se ao capítulo "Anchieta e o Brasil". A primeira gravura, quadro de Firmino Monteiro, retrata a fundação do Rio de Janeiro. Na segunda gravura, aparece padre Anchieta desembarcando no Rio de Janeiro (baixo relevo de Mastroiani).

ANEXO C [Figuras VI]



Figura VI- Capa de *O Meu Brasil: feriados nacionais e pontos importantes da Historia Patria* de A. de Rezende Martins [1926?].

ANEXO C [Figuras VII]

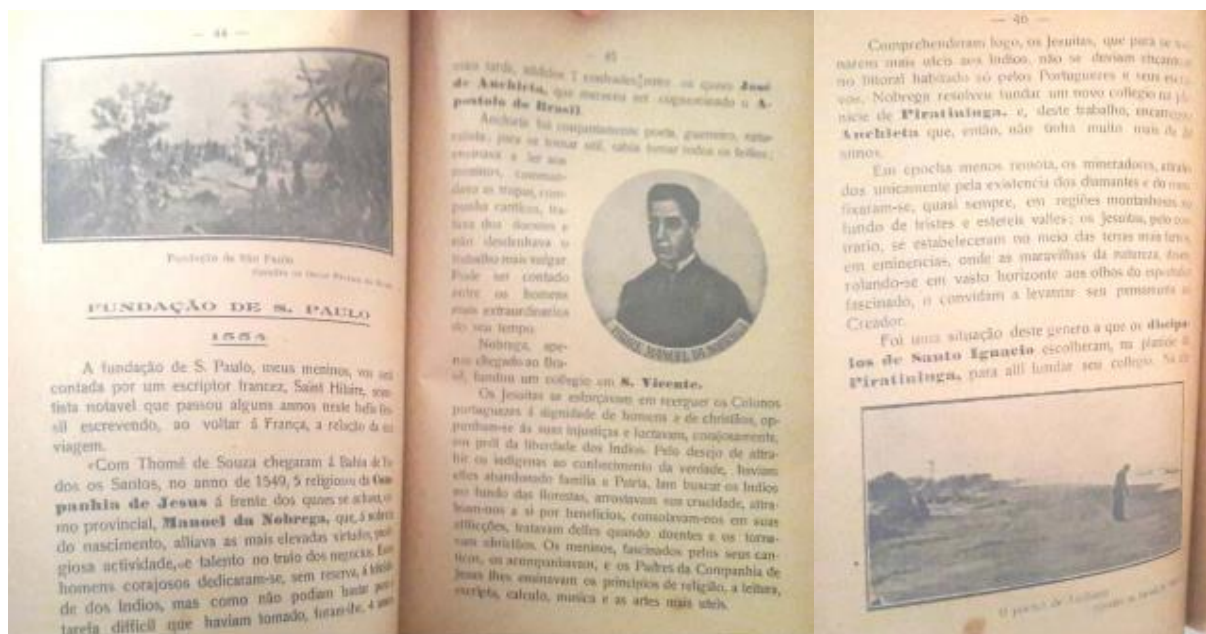


Figura VII- Páginas 44, 45 e 46 de *O Meu Brasil*: feriados nacionais e pontos importantes da Historia Patria de A. de Rezende Martins [1926?]. A primeira imagem é um quadro de Oscar Pereira da Silva, retratando a fundação de São Paulo, seguida da transcrição: “Com Thomé de Souza chegaram à Bahia de Todos os Santos, no anno de 1549, 5 religiosos da **Companhia de Jesus** à frente dos quaes se achava, como provincial, **Manoel da Nobrega** (imagem 2), que, à nobreza do nascimento, aliava as mais elevadas virtudes, prodigiosa actividade, e talento no trato dos negócios. Esses homens corajosos dedicaram-se, sem reserva, à felicidade dos Indios, mas como não podiam bastar para tarefa difficil que haviam tomado, foram-lhe, 4 annos mais tarde, addidos 7 confrades entre os quaes **José de Anchieta**, que mereceu ser cognominado o **Apostolo do Brasil**” (MARTINS, [1926?], p.44-45, grifo da autora). Na página 46, a imagem de Benedito Calixto, ‘O poema de Anchieta’ [1578].